# HISTORIA DO BRASIL

PELO

P. RAPHAEL M. GALANTI, S. J.

PROFESSOR NO COLLEGIO ANCHIETA
EM NOVA FRIBURGO E SOCIO CORRESPONDENTE DE VARIOS
INSTITUTOS HISTORICOS

TOMO IV

2.ª EDIÇÃO

SÃO PAULO
DUPRAT & COMP. — RUA DIREITA, 26
1913

# HISTORIA DO BRASIL

PELO

P. RAPHAEL M.[aria] GALANTI, S. J. 1840-

PROFESSOR NO COLLEGIO ANCHIETA
EM NOVA FRIBURGO E SOCIO CORRESPONDENTE DE VARIOS
INSTITUTOS HISTORICOS

TOMO IV

2.ª EDIÇÃO

SÃO PAULO
DUPRAT & COMP. — RUA DIREITA, 26
1913

# IMPRIMATUR

PADRE JUSTINO LOMBARDI, S. J. SUPERIOR DA MISSÃO DA PROVINCIA ROMANA NO BRASIL.

# EPOCA X

## O Brasil, centro da monarchia portugueza

---

### I

### A familia real no Rio de Janeiro

1) **A viagem.** — Ao perpassar deante da esquadra britannica (vol. III, par. 238) que bloqueava as costas de Portugal, foi a frota portugueza estrondosamente saudada por todas os navios ao mando de Sir Sidney Smith, que offereceu ao principe regente quatro de seus vasos de guerra para o acompanhar e defender durante a viagem. Uma tormenta de proporções assustadoras, levantada pelo vento sul, separou no dia sete para oito de dezembro os navios da frota, que até então tinham velejado unidos e á vista uns dos outros. Dos vasos que andaram desgarrados, alguns rumaram directamente para o Rio; um chegou, avariado, á Parahyba do Norte, donde, em seguida aos concertos indispensaveis, proejou egualmente para o Rio fazendo escala pela antiga capital do Brasil. A maior parte dos navios continuaram, todavia, unidos, avistando a onze de dezembro a ilha da Madeira, e mais tarde o Cabo de S. Agostinho, onde lhes sahiu ao encontro um brigue de guerra portuguez, enviado, com o fim de saudar o regente, pelo capitão-general governador de Pernambuco, a quem uma embarcação veleira sahida do Tejo levára pouco antes a faustosa noticia da proxima chegada da familia real. Tendo os nossos navegantes a 19 de janeiro de 1808 lobrigado

as terras da Bahia, ordenou D. João que toda a frota singrasse para aquelle porto, aonde entrou no dia 22, indo a terra pelas 5 horas da tarde do dia 24 (1).

Como os moradores da Bahia ignorassem completamente os ultimos acontecimentos e desastres de Portugal, immensa foi a surpresa, indescriptivel o regosijo do povo e do conde da Ponte, capitão-general governador daquella capitania, que agasalharam seus hospedes do melhor modo que as circumstancias permittiram. Abriu o regente desde logo audiencias publicas recebendo sem distincção a quantos desejavam falar-lhe ou simplesmente vel-o. Agradou-lhe particularmente José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cayrú, que, tendo recebido o gráu de doutor em Coimbra, residia actualmente na sua terra natal, já era muito conhecido por suas obras e occupava o posto de deputado e serventuario da mesa da inspecção da agricultura e commercio da capitania. Foi Silva Lisboa que aconselhou a abertura dos portos do Brasil ao commercio de todas as nações amigas, medida esta que D. João adoptou (28 de janeiro) em seguida a numerosas conferencias com os varões eminentes que o rodeavam, e só como providencia indispensavel do momento e das circumstancias, reservando-se o direito de, mais tarde, a derogar ou modificar segundo lhe parecesse opportuno.

Não previu, porém, o regente que, uma vez aberta semelhante porta, ficava impossivel ou, pelo menos, summamente difficil tornar a fechal-a. Acarretou na verdade essa medida consequencias politicas e sociaes

(1) Julgamos inexacto o que affirmam diversos autores, isto é, que D. João aportou á Bahia **de arribada**; pois parece certo ter o principe regente tomado essa resolução a pedido do dr. José Corrêa Picanço, natural da Goianna, Pernambuco, que com a familia real voltava da Europa, onde acabava de formar-se cirurgião. Foi a pedido desse mesmo dr. Picanço que D. João a 18 de fevereiro de 1808, decretou a fundação da primeira escola de cirurgia na Cidade do Salvador.

Vide o livro do Centenario, vol. 2.º, Memoria 2.ª pag. 62.

que nem D. João, nem seus conselheiros imaginavam. Póde-se com franqueza affirmar ter sido ella uma das cousas que mais contribuiram para a independencia do Brasil. Não se esqueceu D. João de galardoar o merito do futuro visconde de Cayrú incluindo phrases muito honrosas no decreto com que o nomeou professor de uma cadeira de economia politica creada expressamente para elle no Rio de Janeiro.

Apesar dos esforços dos bahianos, que, no desejo de conservar entre elles a côrte, se offereceram a construir-lhe um palacio, partiu D. João a 26 de fevereiro com toda a sua comitiva para o sul.

2) **Preparativos no Rio.** — A noticia de ter a côrte deixado Lisboa com destino á capital do Brasil foi a 14 de janeiro de 1808 levada ao Rio pelo brigue de guerra *Voador,* que, destacando-se da frota, entrou naquelle porto com apenas 46 dias de viagem. Tomou então o VIII conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, todas as medidas ao seu alcance para receber esses hospedes extraordinarios do modo mais decoroso que lhe fosse possivel. Despejou antes de tudo o palacio dos governadores que elle occupava, e por meio de um passadiço o ligou ao convento do Carmo, cuja cessão obtivera dos monges da mesma ordem. Modificando-lhe as divisões internas e guarnecendo-o com bastante mobilia, logrou ter um edificio decente para a familia real e os seus creados; transferindo para outros predios a cadêa e o senado da Camara, aproveitou-se dos paços respectivos para as pessoas da côrte e os conselheiros da coroa; escrevendo a Minas, a S. Paulo e a outros logares, procurou com o maior esmero abastecer, quanto poude, de viveres a cidade. Conseguiu que diversos moradores cedessem espontanea e generosamente as suas propriedades aos fidalgos que acompanhavam o regente. Este despejo das familias que a principio fôra voluntario, tornou-se dentro em breve obrigatorio, e não deixou de aguar em grande parte o jubilo universal pela

chegada da côrte, pois numerosas familias de primeira ordem foram obrigadas a abandonar suas casas e retirar-se para fóra da cidade indo mendigar um asylo ou viver em miseraveis choupanas com todas as privações que é facil imaginar, afim de offerecer pousada conveniente ás pessoas importantes da comitiva real. Bastava um lettreiro (s. r.) pregado na porta de uma casa para que o inquilino ou proprietario que a occupava, fosse constrangido a despejal-a dentro em poucas horas ou de motu proprio ou com o emprego da força publica. Toda a odiosidade destas desagradaveis medidas recahiu felizmente sobre o vice-rei que as mandava executar.

3) **Chegada da familia real.** — Quando a 17 de janeiro se apresentaram á barra diversas embarcações com a bandeira real, sobresaltou-se toda a cidade suppondo estar nellas o regente; eram, porém, apenas oito dos navios da frota, acompanhados por tres das náus inglezas. Vinham a bordo dellas a infanta D. Marianna e D. Maria Francisca, viuva esta do principe D. José: ambas irmans da rainha D. Maria I; bem como as infantas D. Maria Francisca e D. Isabel Maria, filhas do regente, as quaes recusaram desembarcar emquanto não chegasse o resto da comitiva. Desceram, todavia, a terra (19 de fevereiro) quando foram informadas por um barco procedente da Bahia de terem todos os outros são e salvos entrado no porto de S. Salvador.

Assomou finalmente deante do Pão de Assucar no dia sete de março a frota que levava o regente, entrando de tarde no porto e indo fundear ao pé da ilha das Cobras.

Escusado é referir que o alvoroço e o regosijo da cidade inteira foi indescriptivel; o concurso do povo, immenso; o numero das embarcações de todas as especies que coalhavam a bahia, incalculavel. No dia seguinte, 8, pelas quatro horas da tarde, o regente e a familia real, descendo das náus, passaram nas suas

galeotas ao arsenal de marinha, onde, perante um altar levantado expressamente para este fim, renderam graças ao Todo Poderoso pela feliz viagem. Seguiu então o principe debaixo do pallio e a pé para a egreja do Rosario, que estava servindo de cathedral. Depois de se cantar alli um solemnissimo *Te-Deum,* o principe e a familia real dirigiram-se em coches para o paço que o vice-rei tinha preparado. O trajecto foi demorado, porque as ondas do povo, estatico e jubiloso, o interrompiam a cada momento. Recebeu o regente o cortejo official, e gastou grande parte da noite em agradecer das janellas ao povo que enchia a praça, e não se cançava de reclamar a sua presença. Entre as continuas acclamações sobresahiu a de — *Viva o imperador do Brasil* (1). Foram no dia dez o principe e toda a familia real buscar á náu em que ficara, a rainha, que desembarcou levada por alguns creados em uma cadeirinha de braços. Continuaram por nove dias os festejos publicos, e outras tantas noites se illuminou a cidade. Durante as primeiras noites sahia do paço o regente com a sua familia a percorrer as ruas e as praças da cidade agradecendo as felicitações e a sympathia do povo.

Das cidades e das villas das diversas capitanias partiram numerosas deputações para o Rio, incumbidas de felicitar o regente pela sua chegada. Os governadores de Pernambuco, de Minas e de S. Paulo compareceram pessoalmente; os outros, e tambem os bispos a quem os negocios não permittiram ausentar-se de seus postos, enviaram seus representantes (2).

(1) Em um dos disticos da luminaria lia-se: "**America feliz, tens em teu seio — Do novo imperio o fundador sublime !**" Com effeito inseriu D. João, no manifesto com que a primeiro de maio declarou guerra ao imperador dos francezes, o periodo seguinte: "**A côrte de Portugal levantará a sua voz do seio do novo imperio que vae crear**".

(2) Além do vice-rei que era o VIII conde dos Arcos, governavam: o conde da Ponte, a capitania da — **Bahia;**
Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a de — **Pernambuco** ;

Muitos subditos estabelecidos em terras longinquas emprehenderam a viagem para gosar a ventura de se avistar e falar com o soberano. Relatam as memorias da época que o regente agradava a todos com a sua affabilidade das maneiras, com a modestia do trato e a delicadeza das palavras. "Tão captivos se mostravam, diz Pereira da Silva, vol. 2, pag. 25, alguns subditos, que lhe dirigiram offerecimentos e presentes de valor e importancia, considerando-se felicissimos com a acceitação, e tomando-a como favor e graça que recebessem. Figura entre os mimos que se effectuaram, a propriedade da *Quinta da Boa Vista,* situada no arrabalde de S. Christovam, na qual residiu o regente durante o tempo que passou no Brasil," e que, incorporada nos bens da coroa, foi depois um dos palacios que serviram de residencia aos monarchas brasileiros.

Pertencia essa Quinta ao negociante Elias Antonio Lopes, que a offereceu a D. João.

A principio todo o modo de viver da familia real foi muito modesto. Reservaram á rainha uma carruagem velha, unica que veiu de Lisboa com a esquadra. Puxavam-na duas mulas ordinarias com um lacaio de libré gasta pelo uso e desbotada. Era a rainha

---

José Narciso de Magalhães e Menezes, a do — **Pará;**
D. Francisco de Mello Man. da Camara, a do — **Maranhão;**
Man. Carlos de Abreu Menezes, a de — **Matto-Grosso;**
D. Francisco de Abreu Mascarenhas, a de— **Goyaz;**
Antonio José da Franca e Horta, a de — **S. Paulo;**
Pedro Maria Xavier de Athayde de Mello, a de — **Minas;**
Paulo José da Gama, a de — **Rio Grande do Sul.**

Existiam então os bispos seguintes :

D. José de S. Escolastica, arcebispo da — **Bahia:**
D. Matheus de Abreu, bispo de — **S. Paulo;**
D. Cypriano de S. José, bispo de — **Marianna;**
D. Manuel de Almeida Carvalho, bispo do — **Pará;**
D. Luiz de Brito Homem, bispo do — **Maranhço;**
D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do — **Rio.**

Este ainda se achava em Portugal, e só posteriormente chegou.

Occupava a prelazia de Cuyabá D. Luiz de Castro Pereira, bispo titular de Ptolemaide. A prelazia de Goyaz estava ainda vaga.

acompanhada sempre de uma dama e precedida por uma escolta de doze soldados de cavallaria com armas e fardamento miseraveis. O trem do principe consistia em uma sége das antigas de Lisboa com cortinas de couro. Como a princeza D. Carlota não tivesse sége, quando não acompanhava o marido, contentava-se de sahir a cavallo. Todos os mais individuos da familia real resignavam-se á necessidade de passear a pé.

Continuaram os dois principes a viver separados, fixando o regente a sua morada em S. Christovam acompanhado da rainha D. Maria I, de D. Pedro e do infante da Hespanha D. Pedro Carlos, emquanto D. Carlota cercada das filhas e do infante D. Miguel residia em uma vasta propriedade, situada sobre um outeiro pittoresco entre o *Engenho Velho* e o *Rio Comprido*. Afim de salvarem as apparencias deante do povo, apresentavam-se, todavia, juntos, os dois consortes nas festas publicas e no theatro. D. João mostrou constantemente um entranhavel amor ao Brasil; D. Carlota, pelo contrario, nem sempre lograva dissimular a sua grande antipathia.

4) **Primeiras medidas do regente.** — Como os ministros e empregados de Portugal se considerassem demittidos de facto, tratou D. João, logo que lhe foi possivel, de organizar um novo ministerio. D. Fernando José de Portugal, penultimo vice-rei do Brasil, setimo conde dos *Arcos* e mais tarde marquez de Aguiar, recebeu as pastas do reino e da fazenda, que então comprehendiam todos os negocios internos com a unica excepção da marinha e da guerra. Coube ao visconde de *Anadia* a repartição da marinha e dominios ultramarinos; a D. Rodrigo de Souza Coutinho, posteriormente conde de *Linhares,* a repartição da guerra e dos negocios exteriores. Antonio de Araujo e Azevedo, o futuro conde da *Barca,* outrora embaixador na Hollanda e ministro em Portugal, não foi chamado ao ministerio, por se lhe mostrar contrario o governo inglez, mas entrou no Conselho de Es-

tado. O conde de Linhares, dedicado exclusivamente á Inglaterra, foi o ministro principal do regente, cuja politica dirigiu até 26 de janeiro de 1812, época da sua morte. Succedeu-lhe o conde da *Barca,* que se mostrou menos subserviente aos inglezes a ponto de pedir e alcançar a remoção de lord Strangford. Quando a 21 de junho de 1817 restituiu a alma ao Creador, substituiram-lhe Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, magistrado integro, que mostrava conhecer quanto promettia o Brasil.

Não se descuidou o principe de formar o seu Conselho de Estado e de Justiça, bem como de tomar outras medidas opportunas. Com effeito, reorganizou o arsenal de marinha do Rio; instituiu uma academia de guardas-marinha no mosteiro de S. Bento; creou uma repartição de contadoria para fiscalizar as despesas dos diversos ramos da administração naval; levantou uma fabrica de polvora na *Lagôa de Rodrigo de Freitas,* transferida posteriormente para logar mais apropriado na raiz da Serra da Estrella; fundou um hospital e um archivo militar; instituiu o desembargo do Paço e a Mesa da Consciencia e Ordens, á qual, além das attribuições que tinha em Lisboa, incumbiu os negocios do tribunal ultramarino; elevou a Relação do Rio á categoria de Casa da Supplicação com os mesmos regulamentos da de Lisboa para que exercesse alçada sobre todas as capitanias do Brasil, e bem assim sobre as ilhas dos Açores e da Madeira. Não advertindo que nem tudo quanto convinha a um pequeno territorio, como Portugal, podia ser applicavel a um paiz immenso, como o Brasil, estabeleceu a intendencia geral de policia creada no reino pelo marquez de Pombal. Passou o erario ou thesouro publico pelas transformações necessarias ao fim de assemelhar-se egualmente ao erario de Lisboa, sendo acompanhado do respectivo conselho da fazenda. Deixaram-se, comtudo, os erarios das capitanias sem a menor alteração, continuando as recebedorias locaes de impostos com o seu gravoso systema, de modo que foi dahi em deante

quasi impossivel concentrar no Rio a tomada de contas e a direcção geral das finanças. Extinguindo as mesas de inspecção, que traziam embaraços ao commercio e á lavoura, e concentrando a direcção dos negocios respectivos em uma Junta Real de agricultura e navegação, praticou o governo uma reforma proficua. Para que o Rio de Janeiro em tudo se assemelhasse a Lisboa, installaram-se tambem outras repartições desnecessarias e inuteis, como o juizo dos privilegios, as chancellarias, as superintendencias de novos direitos e a da camara real no regimento das mercês; pois urgia dar alguma occupação aos numerosos fidalgos que tinham acompanhado a côrte, e a outros muitos que, apesar de innuemraveis perigos, fugiam de Portugal e se apresentavam continuamente no Brasil.

A séde da cathedral foi mudada da egreja do Rosario para a dos religiosos do Carmo, junto aos paços reaes, que se extendiam pelas casas do antigo convento. Reconstruiu-se o cabido com novas dignidades distinguindo-se e classificando-se os seus officiaes, bem como elevando-se os monsenhores e conegos ás honras de ministros da real capella. Revestiu-se a corporação de pompa e apparato afim de funccionar ao lado da côrte e alardear galas e esplendor convenientes ao culto divino.

Concedeu-se aos subditos inglezes o tribunal privativo que possuiam no reino, conhecido pelo nome de *Conservatoria,* e exercido por um desembargador nomeado á pluralidade de votos dos negociantes britannicos residentes na nova capital e approvado pelo governo. Continuaram deste modo os inglezes a gosar do privilegio que lhes era attribuido em Portugal por antigos tratados, posto que os portuguezes não lograssem identica reciprocidade na Inglaterra, nem nos dominios britannicos.

Chegavam, no entretanto, ao Rio de Janeiro alguns diplomatas dos diversos estados amigos da Europa. O primeiro a apparecer foi lord Strangford, que re-

presentava o governo britannico em qualidade de ministro e enviado extraordinario. Alegrou sobremodo pouco depois ao regente a vinda do nuncio D. Lourenço Caleppi, arcebispo de Nizibi, que, disfarçado e de noite, lográra illudir a vigilancia do general Junot; passar em um bote de pescadores para a esquadra britannica, e pela via da Inglaterra transportar-se ao Rio de Janeiro. Não se demoraram em apparecer egualmente os representantes da Suecia, dos Estados-Unidos Americanos, da Russia e de outras potencias, que formaram o corpo diplomatico e déram ao Rio de Janeiro o aspecto da verdadeira capital da monarchia portugueza.

5) **Primeiras noticias de Portugal.** — Immenso foi o jubilo do povo e da côrte quando a 22 de setembro de 1808 surgiu á barra do Rio, vindo de *Olhão* nos Algarves, um fragil cahique com a noticia de se ter levantado a parte meridional do reino contra os francezes. Conferiu o regente premios ao mestre e á tripulação do pequeno barco, que era de fraquissima construcção e de miseravel tamanho, e não teve predecessor, nem havia de ter quem o imitasse no temerario intento e no feliz resultado de atravessar o oceano. Ordenou D. João que, pagando-se aos donos o valor da embarcação, fosse ella conservada na ilha das Cobras qual monumento da ousadia maritima dos portuguezes.

Decorridos alguns dias, chegou da cidade do Porto o navio *S. José Americano,* que trazia novas mais desenvolvidas do reino, contando terem-se restaurado diversas provincias e ir a insurreição tomando proporções agigantadas. Completaram-se pelo fim do anno estas informações com o conhecimento das victorias dos nossos e da expulsão completa dos invasores. Recebendo o principe os despachos dos governadores do reino, que annunciavam estar Portugal restituido á casa de Bragança, enviou decorações honorificas aos portuguezes e inglezes que se tinham distinguido na lu-

cta; elevou *Olhão* á categoria de villa; escreveu directamente ao clero, nobreza e povo de Portugal, bem como ao juiz do povo de Lisboa e ao corpo academico de Coimbra agradecendo os valiosos serviços que haviam prestado.

Accedendo ao conselho de lord Strangford, declarou unidas as suas forças navaes ás da Inglaterra sob o commando do vice-almirante Jorge Berkely, chefe da esquadra ingleza nos mares de Portugal; nomeou, a este mesmo vice-almirante, director de todos os negocios de marinha no reino e particularmente no porto de Lisboa, reorganizou por aviso do mesmo lord Strangford o conselho da regencia entregando-o a seis varões, um dos quaes devia ser o general Arthur Wellesley. Recusando este, foi em seu logar nomeado Sir Carlos Stuart, que o governo inglez enviara a Lisboa como seu representante diplomatico junto á regencia do reino.

6) **Beneficios.** — A vinda da familia real e da côrte para o Brasil não podia deixar de produzir ao nosso paiz numerosos beneficios de grande alcance. Consistiu o primeiro em se acabarem de repente os tempos coloniaes passando o Brasil a constituir o centro da monarchia portugueza e a ser mais tarde elevado á categoria de reino unido com Portugal e Algarves. O segundo beneficio, em nosso ver, cifra-se no facto de livrar o nosso paiz dos horrores da anarchia, que tão sériamente acabrunhou as colonias hispano-americanas, e na qual sem duvida alguma, a não ser a vinda da familia real, cahiria tambem o Brasil. Resume-se o terceiro beneficio na unidade que com aquella vinda se imprimiu ao paiz. Estavam até então as diversas capitanias separadas umas das outras, sendo quasi totalmente independentes do vice-rei, só prestando obediencia e contas ao Conselho Ultramarino, bem como á Mesa da Consciencia e Ordens de Lisboa; agora, porém, tiveram, todas, de volver os olhos e attenção para a nova capital que se estabeleceu no centro de seu proprio paiz.

Com a centralização politica de todo o Brasil, com as relações sociaes e mercantis que dahi nasceram, fundiram-se as capitanias em um só Estado; formaram uma nação homogenea com vida propria e perfeita emancipação da antiga metropole. De tudo isto devia resultar, como de facto resultou, uma união cerrada do povo brasileiro, uma independencia politica e social, que nenhuma força lograria fazer retrogradar para o antigo systema colonial.

Em seguida a estes beneficios de primeira ordem que foram a causa e a origem dos outros, podemos egualmente enumerar os seguintes.

Permittiu-se no Brasil toda a especie de industria fabril e manufactureira, sem exceptuar os ourives, não só aos nacionaes, mas tambem aos extrangeiros que residissem no paiz, aos quaes se podiam conceder egualmente sesmarias de terra para lavrar, comtanto que se sujeitassem ás mesmas obrigações que se impunham aos nacionaes. Favoreceu o governo as fabricas manufactureiras, concedendo isenção de direitos ás materias primas que empregassem, e ás producções que remettessem para o exterior; decretando privilegios especiaes aos inventores de machinas novas; dispensando do serviço militar os empregados e agentes das mesmas fabricas, bem como mandando que para o exercito e armada fossem os artefactos da sua producção preferidos aos extrangeiros. Designaram-se outrosim premios e medalhas para os individuos que acclimatassem no Brasil arvores de especiaria fina da India, e promovessem o cultivo de vegetaes indigenas e exoticos uteis ao commercio e ás artes da industria. Os navios empregados no trafico dos escravos da costa da Mina foram dispensados da obrigação de fazerem escala pelas ilhas de S. Thomé e Principe, e se déram diversas providencias para que o commercio dos negros se tornasse menos barbaro e menos cruel. Afim de favorecer a navegação nacional, declarou o regente que os portos franqueados aos extrangeiros eram tão sómente o do Rio, da Bahia, de Pernambuco, do Mara-

nhão e do Pará, ficando os mais do Brasil reservados aos portuguezes, os quaes, por decreto de 18 de junho de 1814, foram autorizados a navegar para qualquer paiz extrangeiro. Afim de dar publicidade aos actos officiaes, fundou D. João a imprensa régia incumbindo-a de publicar uma folha diaria denominada — *Gazeta.* Foi o primeiro periodico que se imprimiu e publicou no Brasil. Crearam, emfim, uma escola anatomico-cirurgica e medica, um laboratorio chimico e um instituto vaccinico. Proveu-se ao calçamento de algumas ruas, ao melhoramento da illuminação urbana, á continuação da cidade para além do Campo de Sant'Anna aterrando os pantanos e isentando da decima as casas que por aquelle lado se construissem, por dez annos, si fossem terreas; por vinte, si de sobrado. Um simples edital bastou para abolir as rotulas e gelozias de urupema, que, segundo dizem, desfiguravam a cidade, mas estavam muito em voga por serem frescas e resguardar da vista do publico as casas terreas.

Iniciou-se tambem o jardim botanico perto da Lagôa de Rodrigo de Freitas, onde ainda existe uma palmeira plantada pessoalmente pelo principe regente, e que por isto chamaram *palmeira real.* Mandou mais tarde D. João vir a bibliotheca do infantado formando com ella o principio da bibliotheca nacional, aberta ao publico em 1814.

7) **Capitanias.** — Nem foi só o Rio que logrou muito com a vinda da familia real; foram tambem as capitanias; porquanto creou o governo duas novas Relações: uma no Maranhão (1812), que abrangia o Piaúhy, o Pará e Goyaz; outra em Pernambuco, que extendia a sua jurisdicção ao Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagôas; declarou independentes as capitanias do Espirito Santo (12), do Piaúhy (14), de Santa Catharina (17), do Rio Grande do Norte (17), e de Sergipe (20); autorizou outrosim a fundação de uma typographia na Cidade do Salvador, de-

vendo o governo e o bispo nomear pessoas habilitadas para exercerem o cargo de censores sobre quanto se confiasse aos prelos. Falou-se egualmente, em 1810, de formar uma *Sociedade Bahiense de homens de lettras*, cujo emblema devia ser a epigraphe: *Sic itur ad astra.* — Em uma sessão preparatoria apresentaram e discutiram os estatutos, mas tudo parou alli.

A noticia de que os portos do Brasil se achavam franqueados a todas as potencias amigas, attrahiu grande numero de extrangeiros, formando-se a este fim em diversos paizes associações commerciantes, e redigindo, com este mesmo intuito, o ministro portuguez em Londres um regulamento provisorio. Uniram-se cento e tres casas inglezas, esquiparam numerosos navios; abriram-se casas inglezas no Rio, na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará; instituiram-se consulados e vice-consulados extrangeiros, que protegessem os seus nacionaes em suas transacções commerciaes. Em 1808 entraram no Rio de Janeiro noventa navios extrangeiros, numero este que em 1810 subiu a 422. Em 1811 funccionavam no Rio duzentas e sete casas portuguezas e setenta e cinco inglezas.

8) **Difficuldades.** — Pelos fins de 1810 apresentava o Brasil um grande espectaculo de reconstrucção e reorganização interna, que tendia a unir sempre mais todas as capitanias e formar um grande imperio. Tinha, todavia, o governo de luctar com gravissimas difficuldades de toda a especie. A menor dellas consistiu na guerra que por este tempo foi obrigado a fazer contra os gentios bravos da capitania de S. Paulo e contra os botocudos de Minas, que acommettiam constantemente as povoações dos colonos e as aldêas dos indios mansos, assolando tudo, praticando horriveis hostilidaddes e espalhando o terror por toda a parte. Como elles, até depois de vencidos, recusassem a vida civil e a catechese, ordenou o principe que os prisioneiros fossem obrigados a servir por algum tempo, como escravos, aos proprietarios dos

estabelecimentos ruraes que os quizessem sustentar e occupar.

A maior das difficuldades com que luctava o governo, era a que se referia ao estado lastimoso da fazenda publica. Comquanto o commercio se tivesse bastante desenvolvido, e as rendas tivessem augmentado de 25 %, as despesas eram taes, que todos os annos apparecia um grande e medonho *deficit*. Nem valeu augmentar os impostos e crear outros novos; a divida se tornava sempre maior.

Levantou, portanto, o governo, por conselho de lord Strangford, um emprestimo de seiscentas mil libras esterlinas, das quaes chegaram ás suas mãos apenas 520,000, porque teve de descontar as 80.000 que recebera em Lisboa para a viagem do Brasil. Garantindo o emprestimo, exigiu a Inglaterra que o governo portuguez hypothecasse para o mesmo fim as rendas da ilha da Madeira, e que, para a amortização do capital e o pagamento semestral dos juros, se obrigasse a remetter-lhe a Londres o páu brasil, entrando o producto da sua venda no thesouro britannico.

Como existisse no paiz uma terrivel crise monetaria que grandemente acabrunhava o commercio, o governo vedou a exportação da moeda metallica de uma para outra parte do reino, e como esta medida não surtisse bom resultado, augmentou o valor da prata, providencia que, animando a fraude e o crime com a esperança e a certeza do lucro, causou males ainda peiores. Estas difficuldades economicas foram crescendo cada vez mais e, não sendo o governo capaz de lhes pôr um dique, causaram por ultimo crises fataes que ninguem podia ter previsto. Outras difficuldades não leves vinham do sul, do norte, de Portugal, do resto da Europa; porém as mais irremediaveis foram as causadas pela ruina da fazenda publica.

9) **Banco do Brasil.** — Afim de fazer frente ás incalculaveis despesas exigidas pela nova posição da

côrte, e ao *deficit,* que era inevitavel, resolveu o governo desde 1808 crear um estabelecimento que, sob a denominação de *Banco do Brasil,* formava uma companhia anonyma e devia durar vinte annos. Fixou-se o seu capital em mil e duzentos contos, distribuidos em outras tantas acções, que eram isentas de penhora. Duplicou-se depois este capital e até se triplicou. Os accionistas eram responsaveis só até á somma com que tinham entrado. Logo que o estabelecimento começou a funccionar e até antes de ter completado o seu capital, D. João manifestou o seu jubilo concedendo decorações e graças a quantos haviam cooperado para a sua realização, bem como renovando a *Ordem da Torre e Espada* que, instituida por D. Affonso V em 1459, cahira totalmente em desuso. Superou deste modo o principe a repugnancia que muitos mostravam em comprar as acções; porém a avidez com que se solicitavam aquellas distincções, moveu diversos individuos, faltos dos meios necessarios, a tomar o numero marcado de acções contrahindo dividas. Ellas, por conseguinte, ficavam depositadas no Banco para caução, e os accionistas nominaes só figuravam nas contas semestraes para perceberem o dividendo. Era tambem sabido que os directores, com os fundos do Banco, descontavam lettras em proveito proprio, o que lhes era facil praticar impunemente, porque a publicidade destas materias não entrava no seu systema. "Não era de esperar, diz Armitage, que uma associação assim constituida pudesse deixar de ser commodo instrumento nas mãos de um governo despotico. Interessava ao Banco fornecer e ao governo contrahir emprestimos successivos em papel moeda; e, como não se augmentasse o capital, nem se verificasse a responsabilidade do Banco, este papel moeda nenhum valor real representava; comtudo os accionistas embolsavam-se integralmente dos juros sobre todo o seu importe, de maneira que os seus ganhos eram enormes. Entretanto estes lucros e o systema de fraude adoptado, não po-

diam por muito tempo fazer face ás despesas extravagantes dos directores e dos outros empregados. Illudidos pelos recursos que reputavam inexgotaveis, elles abandonaram as suas operações commerciaes, e adoptaram os habitos da côrte, e um luxo com que a mesma nobreza não podia competir. Finalmente o thesoureiro abandonou a sua familia, e evadiu-se para os Estados Unidos, levando comsigo até os fundos de uma companhia de seguros que lhe haviam sido confiados. Dos quatro directores, um declarou-se fallido; mas, tendo-se prevenido em assegurar para seus filhos, de quem figurava ser tutor, a principal parte da sua fortuna, conseguiu gosar de seus ganhos illicitos sem ser molestado; outro retirou-se do commercio, e nunca mais poude pagar as quantias que a titulo de emprestimo havia tirado do Banco; e o terceiro, depois de se ter acobertado com a protecção de um ministerio corrupto, fallia com avultada somma, a maior parte da qual era devida ao Banco. Assim se perverteu para fins sinistros esta instituição creada no tempo em que se abriram os portos do Brasil ao commercio de todas as nações, e que tanto poderia ter contribuido para a prosperidade do mesmo commercio, si á testa delle tivesse estado uma administração judiciosa". **Assim fala Armitage nas pags. 30-31 da sua Hist. do Bras.**

10) **Tratados com a Inglaterra.** — Em 1810 celebrou o governo do principe com a Inglaterra tres tratados que foram e são acremente censurados, porque nelles fez á Gran Bretanha concessões excessivas. O primeiro referia-se a questões politicas; o segundo, a estipulações de commercio; pelo terceiro se estabeleceu um serviço regular de paquetes destinados a communicar mensalmente o Brasil com a Europa. De seus numerosos artigos, para não sermos prolixo, referiremos só as cousas seguintes, tirando-as de Pereira da Silva.

"Concedia-se ao goveron britannico o direito de comprar e cortar no Brasil as madeiras necessarias pa-

ra a construcção dos seus navios de guerra... Tomava o governo portuguez a responsabilidade de não consentir que se estabelecesse no Brasil tribunal algum da Inquisição, e de prohibir que os seus subditos praticassem o trafico de escravos em logares que não pertencessem aos seus actuaes dominios e nestes mesmos que o pudesem praticar os povos extrangeiros." "Declaravam-se abertos para os inglezes e povos amigos os portos de Santa Catharina e de Gôa. Admittiu-se o commercio britannico na costa oriental da Africa e dominios portuguezes da Asia. Comprometteu-se o governo do principe regente a não receber piratas nos portos dos seus estados, a castigar os subditos que os protegessem, a entregar aos seus donos os objectos que lhes fossem apprehendidos, e a prohibir a entrada dos seus dominios a criminosos de alta traição, falsidade, delictos odiosos e desertores. Firmou-se a autoridade e jurisdicção do conservador dos inglezes para o processo e julgamento das suas questões judiciarias. Concederam-se isenções e privilegios aos seus consules e vice-consules. Parmittiu-se que os subditos inglezes viajassem, negociassem, residissem e se estabelecessem em quaesquer cidades, villas, povoações do Brasil com a só excepção das terras prohibidas aos extrangeiros, as quaes o governo portuguez especificaria posteriormente. Não seriam incommodados para o serviço e onus qualquer militar, e não se procederia a buscas em suas casas e propriedades sem que apparecesse o consul respectivo. Assentou-se que, á excepção dos existentes no momento da assignatura do tratado, se não estabeleceriam mais monopolios, contractos de estanco ou privilegios exclusivos de compra, venda ou administração, que affectassem ou restringissem o commercio, e que os marinheiros reclamados seriam immediatamente apprehendidos e entregues. Subsistiria tolerancia em materias e usos de religião, e teriam as differentes seitas lutheranas, calvinistas e scismaticas, o direito de edificarem as suas capellas comtanto que não ostentassem exterioridades caracteristicas e

significativas de templos; de observarem nellas o serviço divino conforme aos seus estylos, e de construirem os seus cemiterios particulares. Não se combinou um tempo fixo de duração para o tratado".

"Dóe dentro da alma que consentisse o negociador portuguez em declarar-se expressamente no tratado que não accedia o governo britannico á reciprocidade de um juiz conservador dos portuguezes na Inglaterra para os processos e julgados de suas questões, porque eram conhecidas a equidade da jurisprudencia ingleza, e a excellencia da sua constituição, o que importava de certo uma injuria ás autoridades judiciarias portuguezas e ás instituições com que se governava o reino". Per. da S., II, pag. 128—137.

Tendo apparecido numerosas queixas contra semelhantes estipulações, o conde de Linhares escreveu e publicou uma memoria defensiva dellas. O proprio D. João dirigiu no mesmo sentido uma carta ao clero, nobreza e povos de Portugal.

## II

## Os francezes na Guiana e em Portugal

11) **Conquista da Guiana franceza.** — Cumpre-nos agora volver um pouco atrás para considerarmos as relações dos francezes com a monarchia portugueza, quer na America, quer na Europa. Começaremos pela conquista da Guiana franceza, pois, com a data de primeiro de maio de 1808, publicou o principe regente um manifesto a todas as nações do mundo explicando o seu proceder. Concluiu esse manifesto com uma declaração de guerra contra o imperador dos francezes protestando que não consentiria em caso algum na cessão de Portugal, e que não deporia as armas sem que precedesse accordo inteiro com a Inglaterra. Para que esta declaração de guerra não se limitasse ás palavras, mandou o regente conquistar a Guiana franceza incumbindo este facto de

armas ao governador do Pará. Ordenou egualmente ao governador de Pernambuco remettesse para o Amazonas quantas tropas e artilharia lhe fosse possivel. Formou, pois, o governador do Pará uma divisão de novecentas praças ao mando do tenente-coronel de artilharia Manuel Marques d'Elvas Portugal, que seguiu por terra, bem como uma flotilha composta de algumas embarcações pequenas e de uma corveta ingleza. Dirigida pelo capitão inglez Jayme Lucas Jéo ou Hyó, como outros escrevem, levando, além da tripulação, uns quinhentos homens de desembarque, velejou a flotilha ao longo da costa de conserva e concerto com as forças terrestres. A tres de dezembro de 1808 surgiu ella á vista da bahia do Oyapoc, aonde acabava de chegar egualmente Manuel Marques, que, depois de rebater diversas partidas de inimigos, se apresentou deante da cidade de Cayenna. Commandava na praça em que havia uma pequena fortaleza e diversos reductos, o francez Victor Hugo ou Hugues, que dispunha de 511 soldados, de 200 paizanos armados, de artilharia e de um brigue de guerra. Defendeu-se com denodo o francez; quando, porém, viu que tinha perdido quasi todas as trincheiras, e que os nossos bravos se iam chegando á fortaleza para a tomar de assalto, julgou ser já tempo de pedir uma honrosa capitulação dirigindo suas propostas ao chefe portuguez e ao commandante da flotilha.

Como, todavia, essas propostas parecessem exaggeradas, estipularam um armisticio emquanto um expresso ia consultar sobre este ponto o governador do Pará. (1)

Consentiu este na capitulação modificando as propostas excessivas do francez e concedendo aos rendidos todas as honras da guerra, comtanto que se compromettessem a não pegarem em armas, durante um

(1) Afim de levar promptamente ao principe estas boas noticias, despachou o governador do Pará um expresso que, subindo pelo Tocantins até Porto Real, e passando por Villa Rica, chegou ao Rio de Janeiro com noventa e poucos dias de viagem (março, abril, maio).

anno, nem contra Portugal, nem contra os seus alliados. Concedeu egualmente que a Guiana continuasse a reger-se pelas leis francezas com a condição de ser governada por um portuguez e em nome do principe D. João. Tendo o commandante Victor Hugo acceitado estas condicções, embarcou para a França com todos os seus soldados, pelo méado de fevereiro de 1809, emquanto os nossos occupavam a praça e Manuel Marques tomava, como governador interino, posse de Cayenna e de toda a Guiana franceza. Cuidou sem demora o governo do regente em estabelecer o seu direito sobre todo o territorio enviando para Cayenna no caracter de seu intendente geral o desembargador João Severiano Maciel da Costa, futuro marquez de Queluz, senador e ministro do imperio, revestido de plenos poderes para governar o paiz. Augmentou o governo as forças militares da Guiana mandando a Maciel mais oitocentas praças de linha.

Acharam os nossos em Cayenna duas typographias que funccionavam regularmente, e no seu territorio diversas plantas finas da India e arvores preciosas inteiramente desconhecidas no Brasil. O desembargador Maciel, que, durante todo o tempo da occupação portugueza, exerceu em Cayenan o governo supremo da colonia, enviou para o Brasil algumas dessas plantas finas e arvores preciosas, taes como, a noz moscada, o cravo, a arvore do pão e a canna conhecida posteriormente pelo nome de *canna cayenna,* que, propagadas pelas diversas capitanias, augmentaram a riqueza nacional melhorando a agricultura.

12) **Junot em Portugal.** — Sendo os francezes, de conformidade com as ordens do regente, recebidos em Portugal como amigos, e tendo-se elles apresentado como libertadores contra a Inglaterra, nenhuma resistencia encontraram a principio; o povo, porém, fremia ás occultas; pois "ferve em patriotismo o animo dos povos de Portugal. Nenhuma nação os excede em rancor contra o extrangeiro que os invade e domina".

Inaugurava, no entretanto, Junot o seu governo dissolvendo e desarmando as milicias, prohibindo o uso das armas de fogo, extorquindo uma contribuição de oitocentos contos de réis, e confiscando todas as propriedades inglezas, as da coroa e dos que haviam seguido a côrte para o Brasil. Reorganizava no mesmo tempo o exercito portuguez dando baixa a todos os officiaes inferiores, e aos soldados que tivessem mais de oito annos ou menos de seis mezes de serviço. Formou, com os outros, tres legiões que distribuiu como guarnição por diversos pontos do reino, acompanhados por destacamentos francezes e subordinados a officiaes do imperio. Enviados, mezes depois, quasi todos para a França, foram estes portuguezes obrigados a combater na Allemanha e na Russia sem poderem volver á sua patria sinão em seguida á quéda do tyranno. Tendo em principios de fevereiro dissolvido o governo da regencia, desfraldou Junot a bandeira napoleonica por cima de todos os monumentos; organizou o seu ministerio, composto todo de francezes, chamando apenas cinco portuguezes para diversos empregos; pediu mais cem milhões de francos; tirou quasi todas as riquezas das egrejas, e proclamou que o imperador, tomando Portugal sob a sua protecção, o annexava á França por direito de conquista! Tratava no mesmo tempo de introduzir no reino os usos, costumes e modas da França, fazendo tambem que se enviasse uma deputação dos homens mais conspicuos de Portugal pedir ao imperador um rei da familia imperial. Partiu a deputação, visitou o imperador em Bayonna e teve de ficar prisioneira na França até depois da quéda do despota. O paiz, no entretanto, estava abysmado na mais horrivel miseria! O povo começou, pois, a assassinar isoladamente os francezes, actos estes punidos sempre com grande crueldade e leis excepcionaes.

13) **Hespanha.** — Desde que se abandonou a Napoleão, decahiu medonhamente a Hespanha reinando

nella a miseria, a anarchia e as desordens de toda a sorte.

Tudo dirigia Manuel de Godoy, o *Principe da Paz,* instrumento secreto de Napoleão e favorito da rainha, que dominava totalmente o animo do pobre imbecil Carlos IV. Privára Napoleão a Hespanha de seus navios de guerra incorporando-os á esquadra franceza; bem como do seu exercito fazendo com que grande parte delle fosse enviado a Portugal, e, a pretexto de remetter auxilios a Junot, fez passar os Pyreneus a muitos soldados seus que a pouco e pouco se apoderaram do paiz occupando diversas fortalezas e praças importantes. Tendo, com effeito, em principios de 1808 corrido o boato de que o principe das Asturias (o futuro Fernando VII) pretendia apoderar-se do throno depondo seu pae, instauraram-lhe um processo, e fecharam-no com diversos de seus amigos em um calabouço, facto este que produziu medonha excitação em todo o reino. Tal era o estado dos espiritos quando em março do referido anno, achando-se a familia real em Aranguez, se espalhou em Madrid a voz de que o rei, imitando o exemplo do principe regente do reino vizinho, assentára retirar-se com toda a côrte para a America. Como o povo attribuisse a culpa deste projecto e de todos os outros males a Manuel de Godoy, saqueou-lhe a casa em Madrid, e, dirigindo-se furioso para Aranguez, obrigou o monarcha a abdicar a coroa no seu filho Fernando (19 de março). Mandou este incontinenti prender o intrigante Godoy, e declarou confiscados todos os bens delle. Obstou-lhe, porém, o general francez Murat, que neste interim, a pretexto de tutelar a ordem publica, occupára militarmente Madrid.

Emfim, por insinuação artimanhosa e traiçoeira de Murat, toda a familia real passou a Bayonna, appellando para o tribunal supremo de Bonaparte, que, depois de obrigar o filho a restituir a coroa ao pae, e o pae a cedel-a ao imperador dos francezes, os internou a todos na França. Entregou então o imperador a

coroa da Hespanha a José Bonaparte, seu irmão, que seguiu immediatamente para Madrid.

Recebendo, todavia, os hespanhóes armas e munições dos inglezes de Gibraltar, insurgiram-se como um homem só; formaram a Junta de Sevilha; proclamaram o governo de Fernando VII, e combateram heroicamente em toda a parte.

14) **Junot expulso de Portugal, agosto de 1808.** — Não tardou em communicar-se a Portugal o incendio, começando no Porto, onde se formou uma Junta que acclamou o principe D. João. Em poucos dias levantaram-se todas as provincias do Norte. No Sul foi Olhão o primeiro povoado que se insurgiu. Situada á beira do mar, perto do Cabo Santa Maria, puderam os insurgentes facilmente entender-se com a esquadra ingleza, que lhes forneceu armas e munições. Lavrou depois o incendio para o centro formando em torno da provincia da Extremadura uma como linha de fogo que encerrou os invasores obrigando-os a concentrarem-se na capital e em suas vizinhanças.

Diversas Juntas governativas, particularmente a do Porto, mandaram emissarios á Inglaterra pedindo armas, munições, dinheiro, tropas. Enviaram-lhes o general Sir Arthur Wellesley, o futuro duque de Wellington e heróe de Waterloo, que, á testa de dez mil homens, desembarcou no Porto pelos fins de julho de 1808. Dirigindo-se a Monte-mór o Velho e passando a Leiria, apresentou-se deante das alturas de *Rolissa,* occupadas por um forte exercito de francezes. Com a perda de oitocentos homens desalojou-os dessa posição inexpugnavel no dia 17 de agosto, marchando então sem demora para Vimieiro. Informado destes factos, confiou Junot a defesa de Lisboa ao general Travot, e partiu para ir tomar a direcção do exercito que se concentrava em Torres-Vedras. Travou-se então a 21 de agosto perto de Vimieiro essa memoravel batalha que durou quatro horas, e em que os francezes perderam 1800 homens, mas retiraram-se em

boa ordem para Torres-Vedras e conseguiram a capitulação de *Cintra* (23 de agosto). Embarcando, portanto, em navios inglezes, foram tomar terra na Rochella. Como os portuguezes não fossem nem siquer consultados para a capitulação, e as condições estipuladas não dessem vantagem ao paiz, levantou-se contra ella espantosa celeuma; referir, todavia, suas particularidades e suas consequencias é assumpto que pertence á historia de Portugal.

15) **Invasão de Soult, 1809.** — Pacificado e restituido ás autoridades nacionaes o reino, dirigiu-se Wellesley para a Hespanha com o intuito de apoiar a reacção castelhana contra os invasores. Deixando em Lisboa apenas uma divisão de cinco mil praças ás ordens do general Cradock, uma guarnição sobre o Douro e um regimento em Elvas, recommendou á regencia que se desvelasse em reorganizar o exercito portuguez afim de poder resistir a novas invasõs que commettessem os francezes. Fez, portanto, neste sentido a regencia os maiores esforços incumbindo ao general inglez Beresford a organização, disciplina e melhoramento das tropas portuguezas com o direito de entregar o commando dellas a officiaes britannicos. Collocou-o no mesmo tempo á testa de todo o exercito com o titulo de *major-general*.

Resolvia, no entretanto, Napoleão mandar outro exercito invadir Portugal confiando esta empreza ao marechal Soult, duque da Dalmacia, a quem ordenou atravessasse o Minho em Tuy, enfiasse a estrada de Braga, tomasse a cidade do Porto e marchasse incontinenti sobre Lisboa. Passou egualmente instrucções ao marechal Victor para que, sahindo de Madrid com tres divisões, fosse executar na Extremadura e Andaluzia um movimento correspondente ao de Soult em Portugal, ligando-se com este chefe logo que elle conseguisse entrar em Lisboa. A rivalidade, todavia, e aversão mutua destes dois marechaes fez com que Victor não sahisse da Hespanha, e a expedição se mallograsse.

Partiu Soult de Vigo a 15 de fevereiro de 1809, e, não podendo por falta de meios atravessar o Minho perto de Tuy, foi obrigado a dar uma volta extensa subindo a margem direita do rio até ás montanhas para o vadear em Orense.

Entrando finalmente em Portugal no territorio de Trás-os-Montes, seguiu para Chaves, Braga, Guimarães e Porto, sendo de continuo acossado pelo povo insurgido e extremamente irritado. O general *Bernardim Freire,* que, á testa de 16.000 homens, lhe apresentou resistencia em diversos logares com o systema das guerilhas, já aggredindo, já retirando-se, foi barbaramente assassinado por suas proprias tropas, que injustamente suspeitaram ser elle traidor. A mesma sorte tiveram diversos outros officiaes ao tentarem organizar essas bandas anarchizadas que ás vezes se matavam entre si por méras suspeitas e desconfianças infundadas. Como a cidade do Porto estivesse guarnecida com mais de 40.000 soldados, podia oppor notavel resistencia aos invasores; mas, porque alli dominava uma horrenda anarchia, os francezes a tomaram facilmente de assalto, saqueando-a e praticando grandes crueldades.

Mal em Lisboa constou que Portugal ia ser invadido de novo, pediu a regencia ao general Cradock unisse as forças portuguezas e inglezas sob o commando de Beresford e as mandasse para o Porto que cumpria defender a todo o transe. Preferiu, porém, Beresford limitar-se a proteger a capital emquanto não chegassem os reforços inglezes, que felizmente não se fizeram esperar por longo tempo; pois a 22 de abril desembarcou em Lisboa o general Wellesley, encarregado pelo seu governo de assumir o commando supremo do exercito inglez em Portugal. Apressou-se a regencia em conferir-lhe a patente de marechal-general, tomando d'ora em deante as forças reunidas o nome de *exercito alliado.* Fixou Wellesley o seu quartel general em Coimbra, e marchou contra Soult, que, aggredido de repente (12 de maio) no

Porto, resolveu, em seguida a uma lucta desesperada, abandonar os doentes, as munições e até a artilharia retirando-se a grande pressa para Penafiel aonde chegou salvo, mas combatendo sempre. Deixando alli até os carros de transporte e seguindo por caminhos quasi intransitaveis, logrou atravessar mais uma vez o Minho em Orense (20 de maio), e ver-se livre de seus inimigos. Salvara o exercito, porém soffrera perdas muito graves. Conhecendo Wellesley ter-lhe escapado das mãos um exercito que contava aprisionar inteiro, retrocedeu entrando outra vez na Hespanha em busca de novos inimigos.

16) **Preparativos de defesa.** — Como ninguem duvidasse de que os francezes tornariam a invadir Portugal, desvelou-se Wellesley, agora já honrado com o titulo de lord Wellington, em preparar o paiz para lhe oppor invencivel resistencia. Sob suas ordens e direcção disciplinou Beresford o exercito portuguez que já contava 70.000 homens e se tornara mais respeitavel pela sua bravura, firmeza, pericia e obediencia. Fazia-se no mesmo tempo um recrutamento dos mais vigorosos, e se tomavam medidas opportunas para preparar a mais insuperavel das defesas. Uma dessas medidas foi na verdade cruel; pois consistiu em mandar que, no caso de uma nova invasão, todos os moradores das provincias convertessem o paiz em um desertro destruindo tudo e retirando-se para os arredores de Lisboa. Felizmente conseguiu Wellington pôr termo ás desordens da anarchia. O medo de uma nova invasão reunira todos os animos; passára já a época da vertigem, e dominava no reino a ordem publica e a submissão ás autoridades constituidas.

Não se esqueceu lord Wellington de fortificar os pontos mais estrategicos e mais proprios para deter o inimigo, bem como para salvaguardar particularmente a cidade de Lisboa. Entre estas fortificações sobrepujam de um modo especial as que chamam — *Linhas de Torres-Vedras* — no terreno montanhoso

que, acima de Lisboa, se alonga entre o oceano e a margem direita do Tejo. Occupam uma peninsula de seis leguas em largo e quinze em comprido, cercando inteiramente a capital pelo lado da terra. Omittimos a descripção minuciosa dellas como impropria do nosso assumpto.

17) **Massena, 1810.** — Desesperado Napoleão com a retirada do marechal Soult, traçou immediatamente uma nova invasão de Portugal para expellir os inglezes, que por este reino se communicavam com os hespanhóes e os animavam poderosamente, fomentando e procrastinando a guerra. Posto á frente desta nova campanha, aceitou o marechal Massena com a maior repugnancia a empresa, e só porque não podia resistir ás ordens do imperador, que lhe prometteu todo o apoio e os auxilios necessarios.

Partindo de Pariz, procurou em Salamanca reunir as divisões do marechal Ney e dos generaes Régnier e Junot, que constavam de 65.000 preças, e não de 80.000 como Napoleão calculara. Occupou á viva força Ciudad Rodrigo e obrigou Almeida a render-se; violando, porém, as bases da capitulação, reuniu ás suas forças a pequena guarnição portugueza que nessa praça encontrou, formando com ella duas companhias a que incumbiu a conducção das bagagens. Sahindo de Almeida no dia 16 de setembro e combatendo sempre contra os guerrilheiros que lhe appareciam de todos os lados, chegou no dia 25 á vista das serras do *Bussaco,* sobre as quaes se achavam reunidas todas as forças de Wellington. Como lhe fosse necessario atravessar aquelles morros para ir a Coimbra, atacou o inimigo nessa formidavel posição, e, sendo repellido com perdas graves, seguiu por um caminho occulto que escapára á perspicacia dos inglezes. Entrou deste modo em Coimbra, que estava quasi deserta, emquanto Wellington concentrava suas forças nas *Linhas de Torres-Vedras,* e buscava cortar aos invasores as communicações com a Hespanha. Partindo de Coimbra

e atravessando Condeixa, Massena occupou Sobral em frente de Torres-Vedras, onde poude apreciar a difficuldades da sua posição. Aggredir os inimigos nessas linhas com forças inferiores seria rematada loucura. Afim, portanto, de obter novos reforços, enviou a Pariz o general Foy, que com 200 homens de cavallo, abrindo-se uma passagem no meio dos guerrilheiros, chegou á capital da França, onde encontrou o imperador occupadissimo em preparar a guerra contra a Russia. Opinava Massena que, elevando o seu exercito a 75.000 praças e fazendo marchar outro de 25.000 pelo Alémtejo, incumbido de operar directamente contra Lisboa, Wellington ficaria como assediado em suas formidaveis linhas, sendo, portanto, ou vencido ou forçado a retirar-se. Porém no Alémtejo se achava uma divisão ás ordens de Beresford, e as communicações com a Hespanha estavam tolhidas pelos guerilheiros. Apesar de todos os obstaculos, o general Foy regressou para o campo levando grandiosas promessas do imperador. Deviam chegar a Massena 30.000 homens capitaneados pelo general Drouet, emquanto o marechal Soult invadiria o Alémtejo com 25.000 praças. Tudo, porém, ficou sem effeito, porque Soult não appareceu, e Drouet trouxe apenas 8.000 soldados e nenhum mantimento, quando no campo grassava uma fome indescriptivel. Tendo este mallogro causado grande irritação entre os officiaes de todas as graduações, Massena viu-se compellido a ordenar a retirada, que começou a effectuar-se a 4 de março de 1811. Seguindo pela Beira, atravessando Leiria, Pombal, Redinha e Condeixa, chegou a Celorico no dia 21 do referido mez, acossado sempre pelos inglezes, que em diversos logares lhes causaram não leve damno. Anhelava Massena por travar uma grande batalha em campo raso com a esperança de vencer os seus inimigos, que, de prudentes, a não acceitaram. Achava-se na beira do rio Côa, quando, perdendo todas as esperanças que depositava no apoio de Soult, se resignou a evacuar Portugal, indo

aguardar em Salamanca as ordens de Napoleão. Entrou egualmente Wellington na Hespanha com o exercito alliado, perseguindo heroicamente o inimigo em toda a parte, até rechassal-o para a França e arvorar em 1814 as quinas portuguezas em Tolosa.

Descrever o estado lastimoso de Portugal, depois desta triplice invasão, é tarefa summamente difficil, nem vem ao nosso intento. Referiremos tão sómente que o principe D. João, afim de alliviar de algum modo a miseria indescriptivel do seu povo, enviou para o reino immensa quantidade de viveres; deu providencias caridosas a respeito dos portuguezes que emigravam para qualquer parte do Brasil; resgatou muitos de seus subditos presos pelos piratas da Berberia, e chamou para o Brasil os operarios que nos arsenaes de Portugal não encontravam trabalho. Começou por este mesmo tempo um conflicto lastimoso entre a regencia do reino e o governo do Rio de Janeiro, conflicto que, avultando cada vez mais, devia finalmente produzir a independencia do Brasil.

## III

## Questões e luctas no Sul

18) **Primeiros acontecimentos no Rio da Prata.** — Tendo em 1806 os inglezes invadido o Rio da Prata e occupado Buenos Ayres, e tendo o marquez de Sobremonte, que desempenhava o officio de vice-rei, fugido para Cordova, o governador da praça de Montevidéo confiou a tarefa de rechassar os invasores a *D. Santiago Liniers,* francez de nascimento, hespanhol por adopção e militar distincto. Então o povo, depondo o marquez de Sobremonte, conferiu o titulo de governador e de commandante das armas a Liniers, que acabava de libertar Buenos Ayres compellindo os inglezes (12 de agosto) a render-se. Formando no mesmo tempo o Cabido (Senado da

Camara) corpos de guarda civica e organizando a defesa do paiz, tornou-se a magistratura mais importante da colonia. Retirou-se Sobremonte tranquillo para Montevidéo, porém não tardou em fugir mais uma vez (18 de janeiro de 1807) perante uma nova invasão ás ordens do general Sir Samuel Acmut. Trataram então os inglezes, guiados pelo general Whitelocke, de tornar a occupar Buenos-Ayres, mas foram por *D. Francisco Xavier Elio* compellidos a uma retirada vergonhosa no dia 5 de julho de 1807. Sobremonte ficou, portanto, preso em Buenos-Ayres, e Liniers foi pela metropole elevado ao gráu de vicerei, recebendo Elio o governo de Montevidéo. Recusando, todavia, o Cabildo de Buenos-Ayres sujeitar-se aos antigos regulamentos que lhe tolhiam a acção, começaram as dissensões, os partidos encontrados e as tendencias novas dos espiritos.

Em vista destas agitações concebeu o principe regente a idéa de unir ao Brasil as colonias hispano-americanas, porém, em logar de empregar a força, assentou recorrer a meios seductores. Dirigiu neste sentido o conde de Linhares uma nota ao Cabildo de Buenos-Ayres, o qual respondeu que preferia conservar-se fiel ao seu soberano. Comtudo o facto de ter Napoleão neste meio tempo preso e internado na França todos os membros da familia real da Hespanha, modificou naturalmente o proceder do regente a respeito do Rio da Prata, onde se formaram tres partidos, dos quaes, um reconhecia Napoleão como seu rei; outro, admittindo a legitimidade de Fernando VII, prestava obediencia á Junta de Sevilha; começava o terceiro a pensar na independencia. O primeiro, promovido por emissarios francezes, contava bem poucos adherentes; o segundo era muito numeroso; achava-se ainda o terceiro em estado de formação. Emquanto Liniers hesitava na sua capital, Elio sem o consultar, nem esperar suas ordens, proclamou em Montevidéo (primeiro de abril de 1809) a sua submissão á Junta de Sevilha e a legitimidade de Fer-

nando VII. Ordenou-lhe, portanto, Liniers se apresentasse em Buenos-Ayres, para dar conta do que fizera, declarando-o deposto e substituindo-lhe *D. Jean Angel Michelanha.* Resistiu-lhe Elio, cujo proceder foi approvado pela Junta de Sevilha, á qual tambem Liniers escreveu protestando-lhe a sua fidelidade. Depoz, todavia, a referida Junta a Liniers nomeando em seu logar o tenente-general *D. Balthazar Hidalgo de Cisneros,* que não tardou em se apresentar e tomar posse em Montevidéo. Elio recebeu as honras de immediato do vice-rei e de inspector geral das armas. Submettendo-se, passou Liniers a prestar obediencia a Cisneros na Colonia do Sacramento, e retirou-se para a vida privada, em junho de 1809.

19) **Desejos e planos de D. Carlota.** — Excitaram estes acontecimentos na princeza D. Carlota Joaquina, como filha mais velha de Carlos IV, o desejo de formar para si no vice-reinado do Prata uma grande monarchia reunindo, caso fosse possivel, sob o seu sceptro todas as colonias hispano-americanas. Longe de embargar esse plano, preferiu a principio D. João apoial-o indirecta e mysteriosamente no intuito de occupar a princeza e livrar-se de suas intrigas. Organizou-se logo depois em Buenos-Ayres uma sociedade secreta sob a direcção de sete cidadãos conspicuos, que mandaram o general Puyrridon ao Rio de Janeiro, incumbindo-o de levar ao Rio da Prata a princeza D. Carlota afim de ser alli proclamada regente da Hespanha.

Tendo-lhe, porém, D. João negado a licença de emprehender aquella viagem, o partido della foi pouco a pouco decahindo até se dissolver totalmente. E' que a esses manejos obstava o ministro britannico lord Strangford, o qual, apesar de favorecer a independencia das colonias hespanholas, se oppunha á regencia de D. Carlota, porque suspeitava ser ella contraria á politica ingleza. Recorreu D. Carlota ao almirante Sir Sidney Smith, que lhe era muito devotado, porém

nada logrou. Como, no entretanto, as noticias desgraçadas da Hespanha induzissem os argentinos a proclamar sem rebuço a sua independencia, convocaram (25 de maio de 1810) em Buenos-Ayres, sob a presidencia do Cabildo, uma assembléa do povo, que pronunciou a deposição do vice-rei, e decidiu se convocasse uma Junta governativa investida do mando supremo. Tendo o congresso popular recusado conferir a presidencia desta Junta a Cisneros, conforme pretendia o Cabildo, nomeou o referido congresso sete governadores e dois secretarios. A maior parte das cidades do vice-reinado adheriram a esta nova ordem de cousas.

Resistiram Montevidéo, onde dominava Elio; o Paraguay, que já formava um governo quasi independente sob a direcção de Velasco; Cordova, em que prevalecia a influencia de Liniers alli refugiado; e bem assim a marinha hespanhola, que, ás ordens de Salazar, estacionava no Rio da Prata e em seus affluentes. Seguiu-se a guerra civil, dominou a anarchia, reinou a lei marcial .Neste melindroso estado de cousas recorreu a Junta de Buenos-Ayres, tanto a lord Strangford como ao principe regente, protestando que ella só desejava manter a paz e a autoridade de Fernando VII, e pedindo-lhes neste sentido o seu apoio moral. Ambos responderam que guardariam perfeita neutralidade esperando que as perturbações do Rio da Prata não se communicariam aos territorios do Brasil. Ao ver D. Carlota mallogrados os seus planos no Rio da Prata, dirigiu suas vistas para Montevidéo que agora se achava separado de Buenos-Ayres e em guerra com os argentinos. Assolavam, porém, nesse tempo a Banda Oriental diversos caudilhos, que até puzeram cêrco a Montevidéo, defendido pelo general Vigolet em nome de Elio que partira para a Hespanha a reclamar soccorros da metropole. Comquanto a pequena esquadra hespanhola, ao mando de D. José de Salazar, protegesse aquella cidade por mar conservando abertas as communicações com a Europa, foi

tal o aperto em que se achou Montevidéo, que as autoridades por diversas vezes pediram a D. Diogo de Souza, capitão-general do Rio Grande, quizesse apoial-os contra aquelles gaúchos que infestavam o paiz até á fronteira do Brasil. Hesitava no meio destas conjuncturas o principe regente. Por um lado, seus proprios interesses e D. Carlota o impelliam a intervir; por outro, temia a opposição de lord Strangford, que com suas artimanhas chegou a privar a princeza de um valente auxiliar fazendo com que a Sidney Smith, chefe da esquadra britannica estacionada no Rio de Janeiro, fosse substituido o vice-almirante de Courcy.

Estabelecia-se, no entretanto, na Hespanha um conselho regular de regencia, e Elio voltava com o cargo de vice-rei trazendo um pequeno auxilio de tropas e desembarcando em Montevidéo nos primeiros dias de 1811. Declarou sem demora Elio a guerra aos argentinos, que lhe recusavam a obediencia, e bloqueou o porto de Buenos-Ayres; porém o vice-almirante de Courcy, por insinuação de lord Strangford, recusou-se a reconhecer o bloqueio.

20) **Intervenção official do Brasil, 1811.** — Foi nestas conjuncturas arriscadas que o principe regente offereceu a sua mediação; ao ver, todavia, que nada alcançava, resolveu mandar para a fronteira o exercito que tinha no Rio Grande do Sul, incumbindo-o de a defender contra qualquer assalto de Artigas e dos outros caudilhos. Conseguiu neste mesmo tempo D. Carlota que o governo do Rio enviasse no maior segredo para Montevidéo uma notavel porção de armas, de viveres e de dinheiro. Ella mesma pessoalmente remetteu ao vice-rei uma parte de suas joias autorizando-o a applicar o producto da venda dellas a bem da causa da metropole.

Luctava todavia, Montevidéo com as maiores difficuldades, e Artigas, dominando em todo o paiz, ousava espalhar no territorio brasileiro proclamações

e papeis incendiarios destinados a excitar o povo e os escravos á revolta. Entendeu, portanto, o regente ser já tempo de intervir com mão armada e de rechassar para longe aquelles gaúchos. O proprio D. Diogo de Souza, o futuro conde do Rio Pardo, collocou-se á frente do exercito, que, dando-lhe o titulo de — *Pacificador da Banda Oriental* — dividiu em tres columnas, capitaneadas respectivamente pelo marechal de cavallaria Manuel Marques de Sousa, pelo marechal de campo de infanteria Joaquim Xavier Curado e pelo coronel João de Deus Menna Barreto. Sobrepujavam nestas columnas os esquadrões da legião de S. Paulo distinguindo-se em toda a parte por seu incomparavel denodo. Partindo de Bagé D. Diogo em méados de julho de 1811 e atravessando o Jaguarão occupou facilmente o forte de Santa Theresa, e, sem encontrar resistencia, appareceu deante de Maldonado onde fixou o seu quartel-general.

Ao ser lord Strangford informado desta invasão da Banda Oriental pelos brasileiros, reclamou energicamente perante o governo do Rio e se desvelou com toda a actividade em lhe oppor os maiores obstaculos. Chegando finalmente a um accordo, enviaram a Buenos-Ayres o coronel João José Rademacker, homem devotado de corpo e alma á influencia da legação ingleza, o qual, ultrapassando as instrucções que recebera do principe regente, assignou o armisticio illimitado de 27 de maio de 1812 sem inserir nelle nem siquer uma só das garantias que lhe haviam sido recommendadas. Ordenou, além disto, a D. Diogo de Souza que, tendo-se concluido a paz com Buenos-Ayres sustasse as hostilidades contra Artigas e evacuasse a Banda Oriental.

Respondeu D. Diogo que antes da sua retirada cumpria fosse Artigas declarado rebelde ou repellido para além do Uruguay. Marchando, pois, contra esse caudilho que commandava para mais de tres mil homens, derrotou-o diversas vezes obrigando-o por fim a retirar-se para a provincia de Entre-Rios. Tentou nesta

occasião D. Carlota induzir o principe regente a alliar-se com os generaes hespanhóes para restaurar no Prata o governo de Fernando VII, porém tudo soube astutamente impedir lord Strangford, que afinal conseguiu a retirada das tropas brasileiras para o Rio Grande do Sul. Protestou o principe, queixou-se altamente D. Carlota; mas o diplomata inglez ficou inabalavel, e os revoltosos de Buenos Ayres cantaram a victoria.

21) **Montevidéo e Buenos-Ayres.** — Dominava neste tempo grande anarchia no Prata. A's conspirações succediam conspirações, e cada vencedor primava por suas crueldades contra os vencidos. Desejando, todavia, o governo, si é que tal se podia chamar, de Buenos Ayres renovar a guerra com o intuito de derrubar Elio, apparentou queixas recentes contra as autoridades da Banda Oriental, e enviou algumas forças em auxilio de Artigas que, a 21 de dezembro de 1812 desbarataram as tropas do vice-rei em Cerrito, e tornaram a sitiar a praça de Montevidéo. Elevado ao mando supremo do seu paiz (30 de janeiro de 1813) D. Gervasio Antonio Pezada, confiou a D. Carlos Alvear a direcção do exercito que cercava aquella praça. Formou ao mesmo tempo, com dez navios comprados aos inglezes, uma esquadrilha que entregou ao irlandez *Jorge Gulherme Brown,* contractado para o seu serviço. Occupou Brown o porto da ilha de Martim Garcia, e, em um combate naval, destruiu completamente os vasos de guerra do vice-rei. Dictava neste meio tempo D. Carlos Alvear uma capitulação a Elio e a Vigolet obrigando-os a retirarem-se para a Europa, 20 de junho de 1814. Declarou-se logo depois Buenos-Ayres francamente separada da metropole tirando da formula do juramento o nome de Fernando VII, trocando a effigie da moeda pelas armas da assembléa [1],

[1] Formavam as armas da assembléa duas mãos entrelaçadas, que sustinham o gorro (barrete phrygio) da liberdade illuminado pelos raios do sol nasceente com a divisa — **União e Liberdade.**

abrogando o tributo da capitação dos indios, e dando plena liberdade aos escravos. Chegando Alvear ao supremo poder, cuidou que os povos das colonias hispano-americanas não lograriam sahir do horrendo estado de anarchia em que se tinham abysmado, emquanto não proclamassem a monarchia sob o sceptro de algum principe energico e capaz de restaurar a ordem. Assentou, portanto, offerecer esses immensos paizes á Inglaterra, e, tendo esta recusado, enviou emissarios a diversas côrtes da Europa, porém todas declinaram a offerta. Reuniu-se, afinal, em 1816 o congresso do Tucuman, que declarou o paiz para sempre independente da Hespanha com a fórma republicana e a capital em Buenos-Ayres.

22) **Dominio de Artigas na Banda Oriental.** [1] — Expulsos de Montevidéo os hespanhóes em 1814, partiram os argentinos para o alto Perú afim de combater em favor da independencia. Occupou então essa cidade José Artigas, que já estava senhor da campanha e era auxiliado por um grande numero de indios. Como o governo de Buenos-Ayres não tivesse forças sufficientes para o subjugar, tentou primeiro desfazer-se delle pondo premio sobre a sua cabeça; desvelou-se em seguida para o attrahir enviando-lhe emissarios com largos offerecimentos. A tudo resistiu o gaúcho proclamando-se defensor dos principios federalistas, bem co-

---

(1) São tres os **Artigas**: José Gervasio, Manuel Francisco e André. Este não era parente dos outros dois que eram irmãos; em 1816 sitiou S. Borja e em 1819 cahiu prisioneiro de José de Abreu.

Manuel Francisco foi em 1818 derrotado e preso em Canelones pelo general Marques de Souza. O primeiro, isto é, **José Gervasio**, o nosso herõe, em 1758 nasceu em Montevidéo. Em 1811 era capitão ao serviço da Hespanha. Fugiu para Buenos-Ayres por se ter desavindo com o chefe do seu corpo. Elevado a coronel, assumiu a direcção das forças revoltadas contra a Hespanha. A' frente das tropas orientaes combateu depois contra os argentinos, brasileiros, etc. Tomava o titulo de **Chefe dos Orientaes e Protector dos Povos Livres.** Tendo-se acolhido ao Paraguay, Francia o desterrou para Curuguaty, porém, mais tarde, Carlos A. Lopez permittiu-lhe residir nos arrabaldes da Assumpção, onde em 1850 falleceu com 92 annos de edade. Vide no Inst. Hist. Bras. pag. 611 do vol. de 63.

mo representante de Entre-Rios e de Corrientes, provincias sobre as quaes extendia a sua influencia por meio de seus delegados, 1816. "Era José Artigas, diz Per. da S. na pg. 267 do vol. III, um caudilho perfeito, proprio só para dominar selvagens. Nenhuma instrucção, nenhum trato de civilização, nenhuma idéa de progresso o caracterizava. Animava-se e inspirava-se apenas pela viveza natural, pela ambição desmarcada do dominio physico e brutal e pela persuasão de que o poder se escora na força, e não na moralidade e na intelligencia. Sahido da classe de contrabandistas, rodeado de povos barbaros, de gentios ignorantes e de facinorosos sedentos de roubos, de crimes e de sangue... espalhava o terror pelas fronteiras e pelos povos limitrophes, e ameaçava-os a todo o instante com invasões e combates".

23) **Intervenção armada do Brasil.** — Em vista do perigo a que estava exposta a capitania do Rio Grande e particularmente o territorio de Missões, entendeu D. João VI que lhe cumpria guarnecer com tropas frescas aquella fronteira, afim de repellir qualquer insulto desse máu vizinho, e, si fosse necessario, buscal-o no seu proprio sólo e arrojal-o para longe de si. Aproveitando a paz que, em seguida á quéda de Napoleão, a Europa agora desfructava, mandou vir de Portugal diversas companhias de soldados ás ordens do tenente-general *Carlos Frederico Lécór,* e do brigadeiro *Jorge de Avilez Zuzarte de Souza França,* 1816. Concedeu D. João a essas tropas o titulo de *Voluntarios reaes,* passou-lhes revista solemne em Nitheroy e as enviou a Santa Catharina a esperar ordens ulteriores que não se demoraram muito.

Embarcando nessa ilha devia Lécór descer a terra em Maldonado e marchar sem detença sobre Montevidéo, emquanto o marquez do Alegrete, capitão-general do Rio Grande, tomaria a offensiva na fronteira derrotando os grupos de Artigas. Preferiu, comtudo, o general passar da ilha de Santa Catharina ao conti-

nente vizinho e seguir por terra até o Rio Grande. Assustado com a noticia desta marcha, o governo de Buenos-Ayres pediu ao Cabildo de Montevidéo uma alliança que José Artigas recusou, porque o destemido gaúcho suppunha poderia vencer de per si. Ficou deste modo Buenos-Ayres neutral na lucta que se ia travar.

Collocava, no entretanto, o marquez do Alegrete (Luiz Telles da Silva) uns 2.500 homens, ás ordens do tenente general Curado, nas fronteiras interiores do Uruguay, Quarahim e Arapehy. O tenente-general Manuel Marques de Souza foi incumbido de proteger a fronteira mais proxima ao mar e sobre o Jaguarão, emquanto Lécór enfiava o caminho de Maldonado e de Montevidéo para occupar as margens do Rio da Prata. A' frente de 2.500 homens, encostou-se José Artigas a Santa Anna e ao rio Quarahim, um dos tributarios da margem esquerda do Uruguay. Imcumbiu ao caudilho André Artigas de entrar em Missões e correr sobre o Rio Pardo; ordenou ao gaúcho Sotel que, transpondo o Passo do Rosario, tomasse conta dos territorios banhados pelo rio Santa Maria afim de estabelecer alli o centro das operações militares que premeditava. Ia desta sorte formando um bem combinado plano de invasão sobre a capitania do Rio Grande.

Feriu-se então (22 de setembro de 16) perto de Sant'Anna esse primeiro combate em que o capitão Alexandre Luiz de Queiroz destroçou e poz em fuga um grosso de cavallaria inimiga; porém, voltando os fugitivos com forças superiores, teve Queiroz de retirarse em seguida a tres horas de renhida peleja. Desbaratava neste mesmo tempo por diversas vezes o tenente coronel José de Abreu (futuro barão do Sêrro Largo) os gaúchos no territorio de Missões obrigando a uma retirada vergonhosa André Artigas, Sotel e outros semelhantes caudilhos (out. de 16). Bateu logo depois João de Deus Menna Barreto nas proximidades do Ibiracoahy, as forças do caudilho Verdun, matando-lhe muita gente apesar de lhe ter uma bala varado o braço direito. Faltava agora repellir José Artigas, que

tambem se achava por aquellas paragens dirigindo as operações de seus caudilhos. Enviado contra elle, o brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvares com 760 praças de milicianos deu traça de o attrahir para uma posição menos favoravel da que occupava, infligindo-lhe então uma completa derrota a 27 de out. no sitio de *Carumbé*. A 15 de dezembro entregou Curado o commando ao marquez do Alegrete, que acabava de chegar ao quartel general, aonde dentro em breve regressou José de Abreu, que tinha ido vencer mais uma vez o famoso chefe dos gaúchos. Havendo, todavia, José Artigas reunido todas as suas forças, que passavam de tres mil combatentes, apresentou uma verdadeira batalha campal no *Catalão,* um dos pequenos tributarios do Quarahim. Feriu-se, a 4 de janeiro de 17, essa memoravel e bem disputada peleja em que tomaram parte gloriosa o tenente-general Curado, os brigadeiros Oliveira Alvares, João de Deus Menna Barreto, Francisco das Chagas, e o tenente-coronel José de Abreu. Ficando por muito tempo indecisa, pronunciou-se finalmente a victoria para os brasileiros, que, todavia, a compraram caro, bem que honrosissima; pois perderam uns 250 homens entre mortos e feridos, em cujo numero se contavam cinco distinctos officiaes do exercito. A perda dos orientaes passou de 300 homens, tendo outros tantos ficado prisioneiros.

Estava livre a capitania do Rio Grande. Retiraram-se os nossos com um grande numero de cavallos e grande quantidade de despojos preciosos que recolheram no acampamento principal dos inimigos; a campanha, porém, causara a perda de uns 800 homens, sendo a de Artigas para mais de dois mil guerreiros. Recolheu-se finalmente o marquez do Alegrete para a capital do seu governo, e o brigadeiro Francisco das Chagas Santos, marchando de novo contra o inimigo, saqueou e demoliu as povoações de Japejú, S. Thomé, Cruz, Santa Maria, S. Francisco Xavier, Conceição e Martyres, habitadas por gentios armados e sequazes de Artigas, levando para o Rio Grande do Sul ornamentos precio-

sos e sinos de egrejas, bem como immensa quantidade de gado cavallar e vaccum. A sua marcha infelizmente foi mais semelhante á de um medonho devastador que á de um valente guerreiro.

24) **Entra Lécór em Montevidéo.** — Invadia, no entretanto, Lécór, a Banda Oriental pelo méado de outubro de 16; occupava sem difficuldade o forte de Santa Thereza, e, perto do logar chamado *India Muerta,* derrotava os orientaes, commandados por Fructuoso Rivéra. Recebeu no Passo de S. Miguel o parlamentario que lhe enviára Buenos-Ayres, ao qual replicou que, com o intuito de afastar da fronteira do Brasil as desordens causadas por José Artigas, ia occupar alguns pontos do Rio da Prata, que, sendo a Banda Oriental totalmente separada de Buenos-Ayres, não devia o seu governo assustar-se, nem suppor que violaria o convenio de 1812.

Publicou logo depois uma proclamação aos orientaes asseverando-lhes que não vinha para guerreal-os e muito menos para conquistar-lhes o paiz, vinha unicamente com o fim de os libertar das tyrannias de José Artigas. Tendo de viagem repellido diversos assaltos dos guerrilheiros entre os quaes figuravam os cabos, ao depois famosos, João Antonio Lavalleja e Manuel Oribe, fez alto o nosso exercito, em principios de janeiro de 1817, na praça de Maldonado, onde abriu relações com uma flotilha commandada pelo conde de Vianna, que alli o esperava ao largo.

Ia o nosso general partir de Maldonado, quando se lhe apresentaram tres parlamentarios de Montevidéo relatando que Miguel Barreiros, delegado de Artigas, ao ser informado da marcha dos portuguezes, abandonára a cidade e levára comsigo a guarnição militar, que o Cabildo de accordo com o povo deliberára entregar-se á boa fé e generosidade do general Lécór, a quem remettia as chaves da praça que elle restituiria ao mesmo Cabildo quando tivesse de deixar a cidade. Tendo Lécór acceitado o accordo e o offere-

cimento, foi no dia 20 de janeiro de 1817 recebido como libertador em Montevidéo no meio dos applausos freneticos do povo.

Chamando a si a administração financeira, militar, policial e politica, concedeu Lécór, aos moradores o uso de suas leis civis e criminaes, a continuação de seus tribunaes, e bem assim o exercicio dos direitos e fóros de que antes usavam. Assignou com o Cabildo um termo a que se deu o nome de *capitulação*, ratificado depois pelo governo do Rio de Janeiro. Afim de socegar melhor os animos mandou espalhar uma proclamação promettendo paz, ordem, tranquillidade, e buscou assegurar de sua amizade o governo de Buenos-Ayres. Respondeu, porém, este em termos desabridos ameaçando-o com represalias, si não evacuasse de subito o territorio da margem esquerda do Prata.

Replicou-lhe Lécór com brandura, mostrando-lhe como a occupação de Montevidéo pelos portuguezes nenhum mal causaria a Buenos-Ayres, e que pelo contrario havia de lhe produzir grandes vantagens. Pararam neste ponto as correspondencias e protestos do governo de Buenos-Ayres, que se tornou neutral na pratica apesar de perseverar inimigo nas idéas. O facto é que por emquanto não podia commetter actos de hostilidade, porque lhe faltavam os meios.

25) **Repercussão na Europa.** — Logo que constou ao publico terem os portuguezes invadido o territorio de Montevidéo, levantou a diplomacia européa um grande grito de alarme. Julgando inutil acompanhar de perto essas desavenças, contentar-nos-emos com indical-as apenas por alto. O primeiro a reclamar no Rio de Janeiro foi o ministro britannico recordando o convenio de 1812 garantido pela Inglaterra. Outro tanto fez o ministro hespanhol. Appellou Fernando VII para as cinco potencias principaes occupadas neste interim em reorganizar a Europa no congresso de Vienna. Houve propostas e contra-propostas; abriram-se conferencias em Pariz; disputou-se muito de parte a parte, con-

cordando todos, por ultimo, em que a expedição portugueza para a Banda Oriental era legitima, porque dirigida contra anarchistas que ameaçavam a segurança da fronteira do Brasil.

Ficou, todavia, a Hespanha por bastante tempo obstinada, chegando a reunir um exercito com o fim de obrigar os portuguezes a evacuar aquelle territorio. Comtudo a revolução que em principios de 1820 rompeu em Cadiz, lhe tirou a possibilidade dessas operações.

26) **Corsarios.** — Continuava, no entretanto, renhida a lucta no Sul. O tenente-general Lécór dirigia frouxamente a guerra contra José Artigas, que, tendo chamado ás armas para mais de 12.000 homens, dominava na campanha toda, na provincia de Corrientes e na parte inferior da de Entre-Rios espalhando o terror e deixando em toda a parte profundos vestigos da sua passagem. Lembrou-se até de empregar corsarios, que, apresando numerosos navios, causaram immenso damno ao commercio portuguez. Buscou Portugal defender-se restaurando o systema dos comboios, e ordenando a Lécór occupasse a Colonia do Sacramento, Paysandú e outros portos do Uruguay, donde esses corsarios sahiam, e para onde voltavam com suas presas. Como já dentro em breve não tivessem logar em que se pudessem acoutar, parecia que tudo estava acabado, quando essa rapina passou a interessar diversos extrangeiros, que, munidos de cartas e da bandeira de Artigas, se entregaram á pratica desse latrocinio maritimo no Atlantico, apresando todo e qualquer navio portuguez. Tornaram-se notaveis nessa lucta de salteadores os americanos do Norte. Armavam elles os seus navios principalmente na cidade de Baltimora, e levavam suas presas para as ilhas e portos do golpho do Mexico, assim como para diversas angras dos Estados-Unidos. Reclamou energicamente D. João VI em nome da civilização e das leis internacionaes, enviando a sua reclamação para o congresso de Aquisgrana ou Aix-la-Cha-

pelle (1818), que, reconhecendo-a justa, tratou de apoial-a. Dirigiu-se egualmente ao governo americano, que tambem o attendeu, vedando com rigor todo o commercio de corsarios. Estes ainda continuaram por algum tempo; vendo-se, porém, acossados de todos os lados, afinal cederam.

27) **Novas façanhas de José Artigas.** — Afim de tolher a Montevidéo e a Maldonado as communicações com o Brasil, occupou Artigas o Jaguarão, o Itaim e o rio Pelotas, traçando abrir-se desta sorte uma passagem para o Rio Grande. Cahiu então de repente sobre o forte de Santa Thereza e o Sêrro Largo, donde dentro em breve o rechassou até á margem do Uruguay o tenente-general Manuel Marques de Souza. Seguiu-se perto de Castilhos o desbarato de Fructuoso Rivera pelo major Antero José Ferreira de Brito, que colheu as mãos tres dos caudilhos de Artigas. O irmão de Rivera foi pouco depois derrotado e preso pelo tenente-coronel *Caetano Alberto de Souza Canabarro*. Como Artigas tivesse fixado o seu quartel general em uma posição inexpugnavel sobre os cerros de Sant'Anna, e recebesse continuos reforços pelo Uruguay e da Provincia de Entre-Rios, entenderam os nossos que, antes de o aggredir nesse logar, cumpria prival-o das communicações e dos recursos. Passaram, pois, o rio; tomaram á viva força as reducções de S. Carlos e da Purificação; venceram em numerosos recontros e aprisionaram diversos caudilhos.

Tal era o estado da guerra quando em Montevidéo se descobriu uma conspiração destinada a expulsar as tropas portuguezas por meio de um levantamento do povo. Prendeu, portanto, o general Lécór e remetteu para o Rio de Janeiro um bom numero de orientaes indicados e suspeitos de tomarem parte nesse crime.

28) **Derrota final de José Artigas, 1820.** — Como a guerra se prolongasse ainda por muito tempo, enviou

o governo do Rio, logo depois de sopear a revolta de Pernambuco, numerosos reforços ao general Lécór, já honrado com o titulo de *barão da Laguna,* que então logrou tolher a pouco e pouco aos caudilhos as communicações com a provincia de Entre-Rios, occupando a margem esquerda do Uruguay. Feriu-se, por fim, a 22 de janeiro de 1820 a ultima batalha decisiva nas margens do *Taquarembó.* Acampára o exercito dos orientaes em uma forte posição, defendida na frente por um profundo banhado e nos flancos pelo rio Taquarembó que alli descreve uma curva perfeita, alagada de aguas e levantada sobre ribanceiras alterosas. Commandava as tropas orientaes em numero de 2.500 homens o caudilho *Latorre,* que tinha ás suas ordens o destemido Pantaleão, Sotel e o bravo indio Manuel Cahyré.

Tomou o conde da Figueira a iniciativa do ataque; atravessou José de Abreu com a sua divisão o banhado rompendo pela frente do inimigo; acommetteu pelo flanco o brigadeiro *Patricio Corrêa da Camara* vadeando o Taquarembó; atirou-se em pessoa o conde da Figueira ao seio do combate encarniçado, longo, mortifero. Morreram no campo Pantaleão, Sotel e muitos outros officiaes de Artigas, que tomara a precaução de estar ausente. Uma grande victoria cantou o exercito brasileiro embora lhe escapasse o famoso caudilho Latorre.

Reunindo então José Artigas os fugitivos e atravessando com elles o Uruguay, pretendeu fixar-se nas provincias de Entre-Rios e de Corrientes; desobedeceu-lhe, porém, Fructuoso Rivera, que preferiu entregar-se aos portuguezes acceitando a confirmação do posto de coronel de um regimento oriental sob o governo de D. João VI. Veremos mais tarde como este coronel atraiçoou os brasileiros. Assentaram os gaúchos derrotados o seu campo nos limites da provincia de Corrientes com a de Entre-Rios, e não se demoraram em desavir-se entre si, pelejando cada um encarniçadamente por prevalecer sobre os outros. Sendo afinal

José Artigas vencido pelo seu subordinado Ramirez, que se apoderou do mando supremo da provincia de Entre-Rios, entregou-se á generosidade do dr. José Gaspar Francia, então dictador do Paraguay, que o obrigou a residir em Curuguaty, e em 1850 morreu na Assumpção.

Descera, no entretanto, o tenente-general Curado a margem esquerda do Uruguay indo reunir-se ao exercito do barão da Laguna. Dominou, deste modo, em 1820 o governo de D. João VI em toda a Banda Oriental, posto que o Cabildo de Montevidéo conservasse uma soberania nominal até que por ultimo em virtude de pactos amigaveis desappareceu ella de todo annexando-se, mediante uma eleição livre e espontanea, aquelle territorio ao Brasil com o nome de *Provincia Cisplatina* a 31 de julho de 1821.

## IV

## Revolução de 1817 em Pernambuco

29) **Causas desta revolução.** — Entrando agora a referir os factos da revolução pernambucana realizada em 1817, achamos conveniente declarar desde já que ficaremos na altura da imparcialidade evitando mais que nunca, com o maior cuidado, não só toda a palavra injuriosa, mas até o mostrar propensão para qualquer dos dois partidos. Para as informações recorremos principalmente a Pereira da Silva e a monsenhor Muniz Tavares, aos quaes daremos de onde em onde explicitamente a palavra e até os copiaremos sem escrupulo.

"Ha quem louve, diz Pereira da Silva, exalte e eleve ás nuvens os autores desta revolução. Rebaixam-nos outros ao nivel de miseraveis desordeiros." Comtudo os autores della "não merecem tanta honra, e nem tamanha ignominia."

A respeito das suas causas concordamos em affirmar que ellas se resumem na brecha que no Brasil iam abrindo as idéas liberaes, revolucionarias e republicanas da Europa, bem como no abalo causado pelas noticias da grande felicidade que se suppunha desfructavam os Estados-Unidos do Norte, e da lucta que, para conquistar a sua independencia, sustentavam com grande valor as colonias hispano-americanas. Por outro lado a velha antipathia entre brasileiros e portuguezes longe de extinguir-se, accentuava-se cada vez mais em seguida á vinda da familia real para o Brasil. Com effeito, viam os brasileiros nesse facto exaltada sempre mais a influencia do reino, e os impostos que justa ou injustamente tinham sido augmentados, pareciam intoleraveis aos que nutriam semilhantes idéas. Por estas considerações e por diversas circumstancias que se manifestaram no desenvolvimento do drama, parece-nos indubitavel o que relatam diversos autores, a saber: que o plano de uma revolta e da proclamação da republica havia sido formado no Recife, e que elle se ia propagando dentro e fóra de Pernambuco, principalmente na Parahyba, na Bahia e até no Rio de Janeiro. E' certo, comtudo, que o plano não estava ainda maduro, e que o seu rompimento precoce foi a causa principal da sua ruina. Parece que o tempo aprazado eram as festas da Paschoa celebradas com grande estrondo em vista da acclamação de D. João VI que devia realizar-se por aquelles dias.

Governava a capitania de Pernambuco desde 1808 o desembargador *Caetano Pinto de Miranda Montenegro,* de caracter brando, pacifico e até timido; cuja administração nunca foi accusada de haver praticado qualquer desmando. Seu governo, porém, era fraco. A ouvidoria do Recife estava confiada ao pernambucano Francisco Affonso Ferreira; a de Olinda, ao paulista Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Nas diversas comarcas em que se dividia o territorio pernambucano, funccionavam magistrados não menos probos e justiceiros. Tudo, pois, estava tranquillo, quando

uma pequena faisca veiu causar um grande incendio e adeantar planos premeditados não ainda maduros. Aconteceu este anno pela primeira vez que um preto do regimento dos Henriques batesse um portuguez, facto este que se deu na festa popular celebrada como de costume em memoria da derrota dos hollandezes no logar em que se erguera uma capellinha chamada *Nossa Senhora da Estancia.* Este pequeno incidente com o echo que teve entre o povo, excitou os cuidados do governador, que em uma ordem do dia recommendou aos militares a boa harmonia, a subordinação e a obediencia; vedou egualmente aos militares tratarem ou terem amizade com homens *empestados* que pretendiam enganal-os com falsas suggestões. Como a allusão aos brasileiros liberaes fosse clara, estes desabafaram o seu resentimento em diversas reuniões que, conforme era seu costume, praticavam principalmente em casa do negociante *Domingos José Martins,* bahiano. [1] que, depois de viver algum tempo em Londres, fixara, desde o anno precedente, a demora no Recife, e era muito conhecido por seus principios de espirito moderno.

Tendo nessas conjuncturas melindrosas o dr. José da Cruz Ferreira (2), ouvidor nomeado da nova comarca do sertão, recebido uma denuncia a respeito dessas reuniões, julgou seu dever leval-a ao conhecimento do governador Montenegro, que a cinco de março convocou um conselho de officiaes exclusivamente portuguezes. O brigadeiro José Peres Campello não foi convidado por ser natural de Pernambuco. Resolveram nesse conselho proceder sem demora á prisão dos denunciados, e instaurar-lhes o processo com todo o

---

(1) Domingos José Martins nasceu na actual cidade da Victoria, no Estado do Espirito Santo, mas era muito creança quando com seus paes passou a morar na Bahia. Vide o n.º 60 da **Rev. do Inst. A. Per., pag.** 7

(2) Ao ver a revolução triumphante fugiu Cruz Ferreira em uma jangada para o Ceará; tendo, porém, arribado ao logar que chamam Maria Farinha, foi preso e conduzido á fortaleza das Cinco Pontas, onde ficou até o fim, e serviu de medianeiro para pedir a capitulação, conforme veremos.

rigor das leis. Eram apenas sete os accusados, a saber: o já mencionado *Martins*, o p. *João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, José de Barros Lima, por alcunha o Leão Coroado; Pedro da Silveira Pedroso, Jorge Mariano de Albuquerque, Manuel de Souza Teixeira e Domingos Theotonio Jorge.*

30) **Rompimento da revolta, 6 de março.** — O marechal José Roberto foi encarregado de prender os dois paizanos, e dois brigadeiros receberam ordem de recolher aos carceres os militares de seus corpos respectivos, todos em um tempo prefixo. O marechal Roberto e o brigadeiro Salazar levaram a effeito estas ordens com tanto geito e tão dissimuladamente, que na cidade ninguem o advertiu; porém o brigadeiro Manuel Jaoquim Barbosa, chefe da artilharia, mandou avisar aos officiaes do seu regimento que na hora indicada se achassem no quartel. Tendo alli Barbosa começado a extranhar com aspereza o procedimento dos seus officiaes, *Domingos Theotonio Jorge* respondeu-lhe com alguma excitação, sendo por isto enviado no instante preso para o forte das Cinco Pontas. Ao receber a mesma voz de prisão José de Barros Lima desembainha, furioso, a espada, e arremette, como leão ferido, contra o seu superior que debalde busca defender-se, e, assaltado a um tempo por José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, genro do aggressor, succumbe ás estocadas (1). Nenhum dos officiaes presentes ousou oppor-se á perpetração deste crime. Os brasileiros desembainharam machinalmente as espadas, mas permaneceram espectadores inertes. Dos dois portuguezes que alli se achavam presentes, um, e foi o capi-

(1) "Muitos pernambucanos, diz Muniz Tavares, bem que assás zelosos da liberdade, não deixaram de desapprovar em particular a conducta de José Mariano. A ingratidão é um opprobio. Todos sabiam que o assassinado, apesar dos seus defeitos, o havia subtrahido á inopia por compaixão promovendo-o ao posto que occupava no regimento; e mais murmuravam vendo-o por espaço de tres dias passear com a pantalona manchada em sangue do seu bemfeitor, reputando heroismo o que os povos civilizados dedenominam barbaridade."

tão José Luiz, sobrinho do morto, saltando pela janella, escondeu-se; outro, de nome Luiz Deodato, fugiu deixando pelo desaccordo a barretina e a espada. Ao passar de carreira pelo corpo da guarda do mesmo quartel, mandou tocar a rebate e continuou a correr até o palacio do governador. Este ordenou de subito ao seu ajudante de ordens de semana, o tenente-coronel Alexandre Thomaz, que sem demora fosse apoderar-se dos officiaes revoltados. Quando, todavia, Alexandre Thomaz se apresentou deante do quartel, cahiu, por ordem daquelles mesmos officiaes, traspassado de balas. Informado o governador deste ultimo facto, embarcou (residia no antigo collegio dos jesuitas á beira do Capibaribe) immediatamente indo com sua familia encerrar-se na fortaleza do Brum.

Seguiu-se a anarchia na cidade.

Dos soldados e dos milicianos, alguns se recolhem ao quartel, onde são por seus officiaes estimulados a combater em defesa da patria; outros correm para o *Campo do Erario* (logar occupado hoje pelo palacio do governo) encontrando alli casualmente o marechal Roberto, que os detém, arma e prepara a repellir qualquer aggressão emquanto não chegam as ordens do capitão-general. Neste interim um tal *Antonio Henrique,* joven tenente de artilharia, furioso contra os portuguezes, vae juntamente com o capitão *Pedroso* á cadêa, e obriga o carcereiro a pôr em liberdade os presos sem distincção, aos quaes entrega armas para defender a patria. Tratam logo depois de libertar os dois presos politicos fechados na fortaleza das Cinco Pontas e o alcançam fazendo crer ao seu commandante ser isto ordem verbal do governador. Espalhavam-se, no entretanto, pela cidade os facinoras postos em liberdade e armados, bradando nas ruas: *Mata marinheiro! mata marinheiro!* Tentavam no mesmo tempo alguns portuguezes cortar a ponte do Recife afim de defender aquelle bairro contra os revoltosos; foram, porém, repellidos por Antonio Henrique com dois tiros de peça.

Assumiam neste meio tempo o commando geral o capitão Domingos Theotonio Jorge, o negociante Domingos José Martins e o coronel de milicias Manuel Corrêa de Araujo, apoderando-se dos estabelecimentos publicos e nomeando chefes subalternos para conter e guiar as forças. Apresentaram-se em seguida Domingos Theotonio e Martins no Campo do Erario (eram quatro horas da tarde do dia seis) intimando ao marechal José Roberto de se entregar. Concordaram em deixal-o seguir livremente com a sua tropa para o forte do Brum, como fez de facto, porém no trajecto lhe desertaram os soldados em grande numero. Apoderando-se então do erario, os patriotas acharam nelle a notavel quantia de seiscentos contos de réis. Faltava agora occupar Olinda e o forte do Brum, assim como livrar-se do governador. Segundo tinham resolvido no conselho que, durante a noite, reuniram na casa da guarda do erario, marchou pela madrugada do dia sete uma patrulha para a cidade de Olinda, onde ninguem resistiu, porque a guarnição fôra no dia precedente retirada pelo governador, e, dos habitantes, parte tinham fugido, parte se haviam occultado.

O unico que se apresentou, foi o conego Bernardo Luiz Ferreira Portugal, deão da sé, que bandeando-se com os patriotas, prestou grandes serviços á causa da revolução. Para a fortaleza do Brum seguiu o proprio Domingos Theotonio, que postou a tropa de trás da egreja do Pilar, e buscou negociar com o governador enviando-lhe como parlamentario o dr. José Luiz de Mendonça. Accedendo ao conselho de seus officiaes, teve o governador a fraqueza de assignar uma capitulação vergonhosa com a condição de entregar a fortaleza retirando-se elle para o Rio com as pessoas que o quizessem acompanhar, em uma embarcação que os insurgentes lhe dariam.

A tropa reuniu-se, toda, aos revoltosos; dos officiaes portuguezes, alguns foram recolhidos ás prisões da cidade; outros embarcaram com o governador, familia e creados em uma escuna que a 25 de março entrou

no Rio de Janeiro com a bandeira da nova republica, e que por isto foi apprehendida, sendo a tripulação e todos os passageiros postos incommunicaveis nos carceres da ilha das Cobras. Como Caetano Pinto não conseguisse licença de falar a nenhum dos ministros, elle, para justificar-se, deu por escripto uma relação do occorrido.

31) **Organização do governo provisorio.** — Ratificada a capitulação e occupada a fortaleza, volveram os patriotas para o Campo do Erario, em cujo edificio se reuniram dezesete dos principaes afim de eleger um governo provisorio de cinco cidadãos que representassem as diversas classes do povo, a saber: o clero, a magistratura, os militares, os negociantes, a lavoura. Sahiram eleitos o padre João Ribeiro Pessoa, Domingos Theotonio Jorge, Luiz de Mendonça, Manuel Corrêa de Araujo e Domingos José Martins. Chamaram para o posto de secretario José Carlos Mayrinck que desempenhava o mesmo officio no governo precedente: porém, como elle andava doentio, nomearam-lhe um ajudante ou substituto na pessoa do padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, conhecido pelo appellido de *Padre Miguelinho*. Publicaram no dia seguinte os cinco governadores uma proclamação ao povo. Tendo em uma das primeiras sessões José Luiz de Mendonça proposto se arvorasse de novo a bandeira real e se mandasse dizer ao rei que Pernambuco lhe ficaria fiel mediante alguns privilegios, Domingos Martins sahiu da sala em silencio indo contar tudo ao capitão Pedroso, que com a espada núa na mão se arremessou contra o infeliz proponente tratando-o de traidor, e o mataria, si os outros governadores não se interpuzessem. Mudando então este patriota totalmente de parecer, publicou no dia dez o celebre escripto intitulado *Preciso,* em que resumiu os factos dos dias anteriores e expoz largamente as queixas contra a monarchia. Como era moda empregar francezismos, e como quizesse o autor traduzir a palavra franceza *pre-*

*cis,* em logar de escrever *compendio ou resumo,* preferiu dizer *preciso,* e não lhe occorreu que em portuguez semelhante expressão tem outro sentido.

Este trabalho foi o primeiro que se imprimiu em Pernambuco em uma pequena typographia que mezes antes um inglez mandára vir, e que pelas difficuldades do exercicio jazia inutil no fundo de um armazem. Adoptou em seguida o governo provisorio plenamente a fórma republicana com uma bandeira nova e o tratamento de *vós,* formou tambem um conselho de governo convidando para elle pessoas conhecidas por sua illustração e capazes de se impor á plebe. Taes foram Antonio Carlos Ribeiro de Andrada; Antonio de Moraes e Silva (1), o autor do diccionario portuguez; Gervasio Pires Ferreira; Manuel José Ferreira Caldas, e o padre Bernardo Luiz Ferreira Portugal, deão da Sé de Olinda.

Vedaram os mesmos governadores, sob pena de sequestro de bens e de outros castigos convenientes, o sahir da capitania sem licença especial do governo, embargaram toda a propriedade dos subditos portuguezes, fizeram uma larga promoção de officiaes e augmentaram o soldo das tropas. Galgando de uma vez dois postos de accesso, Domingos Theotonio constituiu-se a si mesmo coronel do exercito.

"Para affeiçoar vontades, diz. Per. da S. IV, 165, e sympathias populares, aboliram os tributos creados pelo alvará de 20 de outubro de 1812 sobre lojas de fazendas e molhados, embarcações e canôas, e os denominados de subsidio militar sobre o consumo de carnes verdes, dando por terminados os contractos de arrematação que vigoravam. Determinaram que se mudassem para o erario os rendimentos da mesa de inspecção que se destinavam ás despesas particulares da Junta do Commercio, fabricas e industria do Rio de Janeiro, Apoderaram-se das dividas antigas da extincta Companhia de Pernambuco sobre muitos commerciantes e agricultores, e chamaram a sua cobrança pa-

(1) Moraes não acceitou.

ra o thesouro afim de alimental-o e abastecel-o com receitas mais vantajosas. Resolveram publicar uma plena liberdade de commercio com a extincção dos generos do monopolio e isenção de direitos de importação para os grãos alimenticios, ornamentos e munições."

Enviando emissarios para as diversas povoações, logrou o governo provisorio ser acceito e adoptado em toda a capitania de Pernambuco; pois, que havia de fazer o povo quando de repente tinha ficado sem o governador e agora via os padres e os frades á testa da revolta cantando *Te-Deuns,* e praticando outros actos religiosos para o bom resultado da insurreição? Os tres conegos que na falta do bispo governavam interinamente a diocese, publicaram uma pastoral congratulando-se com os fieis pela conseguida liberdade. Na Villa de Itamaracá o vigario *Pedro de Sousa Tenorio* foi que induziu o capitão da fortaleza a adherir ao movimento do Recife. Nem fez só isto, mas prendeu o juiz de fóra de Goianna, que por acaso se achava em Itamaracá e recusava a nova ordem de cousas. Remunerou o governo provisorio este acto de patriotismo chamando o Padre Tenorio para a secretaria em logar de Mayrinck, que por falta de saude não trabalhava.

32) **Propaganda.** — Afim de propagar a republica nas outras capitanias, enviou o governo provisorio seus emissarios á Bahia, á Parahyba, ao Rio Grande, ao Ceará. Havia na Parahyba diversos jovens que, tendo estudado algum pouco no seminario de Olinda e bebido as idéas modernas, prestaram relevantes serviços á causa da independencia. Governavam nesse tempo interinamente a Parahyba o ouvidor, um militar cançado e o mais edoso dos vereadores da capital. Nenhum destes tres gosava de prestigio, nem dispunha de forças, nem possuia os talentos necessarios á sua posição. O grito da revolta foi levantado na povoação de Itabaiana pelos referidos jovens e apoiado pelo capitão de ordenanças João Baptista

Rego. Marchando estes para a capital, installaram alli sem difficuldade um governo provisorio á imitação do de Pernambuco.

Com o intuito de ganhar a adhesão do Rio Grande escreveu o governo provisorio ao seu governador *José Ignacio Borges,* e ao coronel de milicias, *André de Albuquerque Maranhão*: ambos conhecidos por seus principios liberaes. Desejando, todavia, José Borges permanecer fiel á monarchia, tratou de attrahir á sua opinião André de Albuquerque indo procural-o até o *Cunhaú e Goianinha.* Prometteu tudo o coronel; porém, açulado pouco depois pelo vigario de Goianinha, mudou de parecer, e, correndo atrás do governador que, tranquillo, se retirava para a capital, logrou alcançal-o no Engenho de Belém, onde o prendeu. A' frente de cincoenta soldados chegou no dia seguinte a esse mesmo logar o tenente-coronel *José Peregrino* enviado pelo governo provisorio da Parahyba. Antes de tudo remetteram elles para o Recife o ex-governador José Ignacio Borges, confiando-o aos cuidados do capitão-mór da cidade da Parahyba, *João de Albuquerque Maranhão,* que, voluntario, se associára á tropa de Peregrino. Seguindo então para a capital, organizaram uma Junta provisoria, 19 de março.

Para o Ceará partiram o subdiacono José Martiniano de Alencar e um Miguel Joaquim Cesar, aos quaes o governo provisorio de Pernambuco deu instrucções escriptas.

Cesar, todavia, deixou-se ficar inerte em uma fazenda e nada fez. Martiniano, tendo, de batina e roquete no pulpito da egreja do Crato, prégado a revolução ao povo, conseguiu fazer um pequeno motim, reunir um grupo de amigos e arvorar a bandeira da republica; não tardou, porém, a ser preso pelo capitão-mór *José Pereira Filgueiras,* que o remetteu para a Fortaleza.

Destinaram para a Bahia *José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima,* mais conhecido pelo nome de *Padre*

*Roma*, que acceitou a commissão de muito boa vontade. Nenhuma empresa exigia tanto segredo como esta; comtudo, antes que o emissario sahisse do Recife, já ninguem ignorava o seu destino. Estreou o Padre Roma a sua viagem atravessando o districto das Alagôas, revelando a todos a sua missão e trabalhando com enthusiasmo para adquirir novos adeptos. Tendo em Maceió fretado uma balsa, dirigiu-se á Bahia pela costa; porém o conde dos Arcos, sendo informado de tudo, já tomára suas medidas opportunas. Emquanto o nosso Roma ia descer a terra perto de Itapuan, cahiu nas mãos dos agentes de policia e mal conseguiu deitar ao mar os seus papeis para não revelar o nome das muitas pessoas que o esperavam. Levado perante um tribunal militar, tudo confessou, e, sendo condemnado á morte, foi dentro de tres dias fuzilado no Campo de Sant'Anna depois de receber os confortos da religião.

Para a ilha de Fernão de Noronha enviaram os senhores do governo provisorio o capitão *João de Barros Falcão* incumbindo-o de attrahir a guarnição, de libertar os criminosos e de trazer todos a defender a causa da liberdade. Tudo conseguiu Falcão; porém, na volta, levou um grande mallogro na Bahia da Traição, conforme a seu tempo havemos de referir.

O facto de ter o consul inglez pedido a renovação do *Exequatur,* produziu a idéa de conseguir da Inglaterra e dos Estados-Unidos o reconhecimento da nova republica. Tomou sobre si a tarefa de ir aos Estados Unidos *Antonio Gonçalves da Cruz,* que se encarregou tambem de comprar armas e munições, assim como de induzir alguns officiaes francezes, emigrados, a vir tomar serviço em Pernambuco. Para a Inglaterra partiu um certo *Kesner,* negociante inglez residente no Recife, levando despachos para o bem conhecido *Hippolyto José da Costa,* ao qual o governo provisorio pedia quizesse servir de embaixador perante o governo britannico. Hippolyto, todavia, declinou semelhante honra, e o governo americano recusou receber

o embaixador que lhe tinham enviado. Vedaram no mesmo tempo ambas essas nações a venda e remessa para o Brasil de toda e qualquer sorte de petrechos bellicos. O governo inglez, além disto, desapprovando o acto do seu consul, ordenou-lhe se recolhesse para a Inglaterra.

33) **Actos do governo provisorio.** — Formava, no entretanto, o governo provisorio uma nova bandeira e um novo laço nacional adoptando as côres azul e branca. Dividida horizontalmente em duas partes eguaes pelas mencionadas côres, continha a bandeira no meio da parte branca uma cruz vermelha; na outra parte, o sol em seu pleno esplendor rodeado de tres estrellas; symbolo das tres provincias que tinham adherido ao movimento republicano do Recife. A 21 de março benzeu esta bandeira com a maior solemnidade no Campo do Erario o deão da Sé de Olinda.

Esforçou-se depois disto o governo provisorio por organizar corpos de cavallaria offerecendo a quem os levantasse, fardasse e fornecesse de armas á sua custa, o posto de capitão com as honras respectivas, o direito de nomear os officiaes subalternos e inferiores da dita companhia, e bem assim o de preferencia nas promoções do exercito em egualdade de circumstancias. Esta medida, porém, foi um novo mallogro. Domingos José Martins foi o unico que formou uma companhia, e, por falta de um instructor, não chegou a organizal-a plenamente. Tendo o governo pedido que lhe levassem a elle as armas que cada um tivesse, porque as pagaria por seu justo preço, a maior parte dos pernambucanos preferiram occultal-as, e os poucos que as venderam, exigiram preços fabulosos. Esmerou-se egualmente o governo em restaurar as fortificações existentes e em erguer algumas novas, levantando particularmente diversas baterias na praia de Candeias e na do Páu Amarello; nem se esqueceu de cuidar em uma flotilha esquipando um brigue e duas barcas canhoneiras, bem como comprando pelo preço naquelle tempo

enorme de trinta contos de réis um navio mercante. Mas, que valia tudo isto, si em Pernambuco não se achava uma só pessoa capaz de commandar esses barcos? Entregou-os o governo a Luiz Francisco de Paula Cavalcanti, homem que ignorava completamente quanto pertence á marinha! Estava, apesar de tudo isto, essa flotilha fazendo-se de véla para as costas das Alagôas e ás aguas do rio S. Francisco, aonde ia levar um novo governador e retirar o que lá existia, quando se lobrigaram no horizonte diversos navios com bandeira portugueza. Eram os vasos enviados pelo conde dos Arcos, como logo diremos. Tornou então a flotilha a entrar no porto, do qual nunca mais sahiu. A expedição destinada ás Alagôas tomou, portanto, o caminho de terra marchando com todo o vagar.

Parece-nos poder em resumo affirmar — 1) que o governo provisorio mostrou bastante moderação e desinteresse; mas, por falta de pratica e de pessoas capazes, cahiu em muitos erros e soffreu os maiores desenganos; — 2) que a massa do povo, até em Pernambuco, não adheriu de coração á nova ordem de cousas. A revolução, comquanto tivesse seus adeptos na Bahia e no Rio de Janeiro, foi obra de poucos chefes, principalmente no Rio Grande, na Parahyba e nas Alagôas. — 3) Que embora ella estivesse planejada, não estava ainda madura. Deprehende-se tudo isto mui facilmente do que diz o insuspeito Mons. Muniz Tavares na sua historia.

34) **Providencias do governo monarchico.** — Tendo o conde dos Arcos, governador da Bahia, recebido as primeiras noticias da insurreição pernambucana por meio de alguns refugiados que se tinham feito de vela desde o primeiro dia da revolta, tomou incontinenti energicas medidas em favor da monarchia. Proclamou antes de tudo aos povos lembrando-lhes os seus deveres, e os beneficios derramados sobre o Brasil pela vinda da familia real. Chamando ás armas os corpos milicianos e as tropas de linha, e bem assim compran-

do navios mercantes que armou em guerra, preparou uma dupla expedição destinada a bloquear de todos os lados o Recife. Prendeu, conforme já vimos no par. 32, e executou o Padre Roma; confiou ao marechal de campo *Joaquim de Mello Cogominho de Lacerda* uma divisão militar incumbindo-o de segurar a fidelidade de Sergipe e de invadir o territorio pernambucano até a capital. A flotilha foi entregue ao capitão-tenente *Rufino Peres Baptista,* que, surgindo deante do Recife, bloqueou todos os portos do norte até o Rio Grande, e espalhou entre os moradores diversas proclamações do conde dos Arcos.

Não estava, nesse mesmo tempo, ocioso o governo do Rio de Janeiro, ao qual no dia 25 de março a chegada do governador deposto confirmou a noticia que dias antes lhe levara um barco sahido das Alagôas; pois não se demorou em prover á segurança da cidade e em aprromptar com toda a pressa uma flotilha composta da fragata *Thetis,* de duas caravellas e de uma escuna, que, entregue ao chefe da divisão *Rodrigo José Ferreira Lobo,* singrou para o norte no dia dois de abril. Em Pernambuco tomou Rodrigo Lobo a direcção suprema de todas as forças maritimas. Organizou ao mesmo tempo o governo do Rio um comboio de dez navios com tropas de desembarque destinadas a auxiliar os movimentos maritimos de Rodrigo Lobo saltando a terra nos logares opportunos e apoiando os moradores que desejassem voltar para a causa da lei. Entregaram o commando deste comboio a *Braz Caetano Barreto Pimentel,* que desfraldou o seu pavilhão no mastro respectivo da náu Vasco da Gama. Para dirigir as operações militares na campanha e governar Pernambuco logo que alli se tivesse restaurado o dominio do rei, escolheram o tenente-general *Luiz do Rego Barreto.*

35) **Reacção pelo lado do norte.** — Já vimos quão indifferente se mostrava a respeito da revolta o povo do Rio Grande. Os que alli fizeram a revolução e ins-

tallaram um simulacro de governo provisorio, foram apenas José Peregrino e André de Albuquerque. O povo e os milicianos, embora sem oppor resistencia, curvaram-se de má vontade ás forças que da Parahyba levára o primeiro em apoio do segundo. Passados, porém, alguns dias, declarou José Peregrino que, em conformidade das suas instrucções, elle devia regressar com a sua tropa para a Parahyba. Comquanto André de Albuquerque lhe asseverasse que a sua retirada seria o signal da contra-revolução, elle partiu no dia 28 de abril. Estava pouco longe da cidade do Natal quando o povo desenrolou a bandeira da monarchia aos gritos de: *Viva o rei D. João VI.* Os soldados uniram-se sem hesitar ao povo, e foram acompanhados por seu proprio commandante que pouco antes fazia parte do governo provisorio. Infelizmente no primeiro ardor do motim assassinaram André de Albuquerque saqueando-lhe a casa.

Constando ao governo provisorio da Parahyba que dois ricos proprietarios, quaes eram João Alves e Mathias da Gama, se tinham posto á frente do movimento reaccionario já iniciado em diversos logares do interior, enviou contra elles todos os soldados da primeira linha ao mando do coronel Amaro Gomes Coutinho. Levantou-se então o povo da capital gritando: *Viva El-rei; morram os patriotas.* Associando-se a estes gritos, os soldados do Amaro prendem ao seu chefe, regressam para a capital e restabelecem a autoridade monarchica. Como, todavia, a proxima chegada de José Peregrino, que breve ha de voltar do Rio Grande, faz temer um derramamento de sangue, appellam os realistas á dedicação de Augusto Xavier de Carvalho, pae do referido Peregrino, para que saia ao encontro do filho e o persuada a depor as armas. Parte o velho pae levando na mão uma imagem do Redemptor; fala debalde ao filho que se mostra inabalavel, determinado a pelejar contra a reacção para vencer ou succumbir combatendo. Atira-se, por fim, o pae de joelhos, debulhado em lagrimas, ao pé do filho supplicando-

lhe que desista do intento em obsequio ao Redemptor, cuja imagem lhe apresenta. Céde, por ultimo, o filho abraçando o pae, e todos juntos entram pacificamente na capital da Parahyba. Comtudo, receando os realistas alguma traição, mandaram para o forte do Cabedelo o pae, o filho e outras pessoas de quem desconfiavam.

Emquanto se estavam realizando estes ultimos factos, entrava na Bahia da Traição a flotilha de Barros Falcão regressando de Fernão de Noronha com todos os degradados e militares que lá encontrára. Foi um novo desastre, porque, tendo Falcão que ignorava completamente o occorrido, desembarcado afim de se entender com José Peregrino a respeito do que convinha fazer, aquelles degradados e militares, ao verem-se abandonados no porto sem governo, sem comida e sem recursos, desceram a terra como puderam dispersando-se pelos mattos e procurando cada qual prover á sua vida segundo as circumstancias lhe permittiam.

36) **Reacção monarchica pelo lado do sul.** — Tomava neste mesmo tempo proporções assustadoras a reacção monarchista nas Alagôas ,capitaneada por *Manuel Duarte Coelho.* Vamos summariar os factos o mais brevemente que nos fôr possivel. Apromptara o governo provisorio de Pernambuco a esquadrilha de que já falámos no par. 33, afim de substituir no governo das Alagôas José Mariano de Albuquerque Cavalcanti a *Antonio José Victoriano,* em cujo valor depositava pouca confiança. Não podendo essa expedição seguir por mar, enviaram-na por terra aggregandolhe tambem o coronel Luiz Francisco de Paula Cavalcanti, pouco antes chefe da referida esquadrilha. Emquanto elles se dirigiam vagarosamente para o sul, restaurava-se o poder da monarchia na capital das Alagôas, porque José Victoriano, ao ser informado de ter a villa do Penedo erguido a bandeira da reacção, fugira em uma balsa para o Recife. Tendo afinal a expedição de José Mariano chegado ao Porto das Pe-

dras trocaram os republicanos diversos tiros com os realistas; porém não se demoraram em fugir e em serem abandonados por seu chefe, que, durante a noite, passou por mar até á praia de Candeias, donde se recolheu á capital de Pernambuco.

Tinha o governo provisorio, antes de lhe chegar a noticia deste desastre, mandado para o sul um pequeno reforço ás ordens do capitão *João do Rego Dantas,* que se fortificou na Barra Grande. Reuniram-se dentro em breve no engenho do Utinga, entraram nelle sem resistencia, porque os restauradores, alli estacionados, tinham fugido; foram, porém, no dia seguinte atacados nesse mesmo logar pelos realistas, que, por falta de polvora, se retiraram em seguida a uma bem disputada peleja de cinco horas. Passados dois dias naquelle sitio, recolheu-se o Paula ao engenho do Cabo, depois de lançar fogo á fabrica do Utinga.

Içavam, neste meio tempo, a bandeira da monarchia todas as villas de Pernambuco, com excepção apenas de Igarassú, Cabo, Itamaracá e Gojanna.

Ellas, porém, não aggrediam; limitavam-se a manifestar os seus desejos isoladamente. Quando, todavia, constou que o governo provisorio se dispunha a castigal-as, a villa de Santo Antão, hoje Victoria, convidou os habitantes do interior a virem em seu auxilio, ao passo que Páu d'Alho e Tracunhaem, fazendo causa commum, se preparavam á resistencia. Enviaram contra a villa de Santo Antão o coronel Luiz Francisco de Paula; contra a do Páu d'Alho, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Tendo este levado uma notavel derrota na dita villa do Páu d'Alho, deu-se por feliz em poder-se retirar para Igarassú; aquelle, ao ver na sua marcha que o espirito dos moradores lhe era contrario, parou na metade do caminho a pretexto de proteger o Recife contra qualquer assalto repentino dos realistas.

Tendo chegado ao governo provisorio a noticia de tantos desastres, Domingos José Martins alcançou de seus collegas a licença de ir pessoalmente reforçar o

general Paula, que, em seguida ao facto de Utinga, permanecia immovel no engenho do Cabo. Era, porém, intuitivo que não convinha nem privar do commando o general Paula, nem obrigar Martins, que fazia parte do governo supremo, a servir sob as ordens delle. Dividiram, portanto, amigavelmente entre si as tropas e separaram-se tomando Martins a estrada do littoral, e dirigindo-se o Paula pelo interior á distancia tal, que, em caso de uma aggressão repentina, um não podia voar em auxilio do outro. Coitados!

Não sabiam que o marechal Cogominho, depois de augmentar as suas tropas em Sergipe e de passar o rio S. Francisco deante da villa do Penedo, atravessára em marcha triumphal todo o districto das Alagôas e já se achava na villa de Serinhaem. Foi, pois, o Martins derrotado e preso na beira do rio Marepe, perto do Cabo de Santo Agostinho, pelo capitão Antonio dos Santos, e remettido pelo marechal Cogominho juntamente com os outros prisioneiros para bordo de um dos navios da esquadra bloqueadora. O Paula que ia vagueando pelo districto da Ipojuca, ignorava ainda a sorte do Martins, quando, pela tarde do dia 13 de maio, sendo acommettido no engenho Trapiche, deu principio a uma peleja que durou emquanto as trévas não vieram separar os combatentes. Posto que a victoria tivesse ficado indecisa, ordenou o patriota aos seus que destruissem a bagagem pesada, e se retirassem todos pela meia noite no mais profundo silencio. Salteado, todavia, ao sahir do engenho, abandonou vergonhosamente os seus, entregando-se a uma fuga vertiginosa, confiado na velocidade do seu cavallo. Elle escapou, mas poucos dos seus tiveram a mesma fortuna.

A artilharia e toda a sorte de armas, as munições de guerra e de bocca, as bandeiras e a caixa militar: tudo cahiu nas mãos dos realistas vencedores.

37) **A dictadura.** — O governo provisorio estava neste tempo reduzido a duas pessoas, que eram o padre João Ribeiro e Domingos Theotonio Jorge; pois Martins cahira na mão do inimigo, e os outros dois vi-

viam retirados em suas casas, pretextando molestia, como a pretextavam egualmente dois dos conselheiros: o deão de Olinda e Gervasio Pires. Os que restavam, julgaram ser indispensavel pedir uma capitulação honrosa enviando ao vice-almirante Lobo o ouvidor Cruz Ferreira, que ainda gemia na fortaleza das Cinco Pontas, e que, sendo monarchista, se suppunha seria mais acceito. Preferiram dirigir-se ao Lobo, porque, tendo elle sahido directamente do Rio, era de crer que estivesse revestido de todos os poderes necessarios. Replicou a principio o vice-almirante de viva voz: *Submissão sem condições*. Cedendo, todavia, aos rogos do embaixador, induziu-se a responder por escripto concedendo diversas garantias e empenhando a sua palavra de como havia de interceder perante o monarcha a bem das vidas dos chefes da revolta. Quando os membros do governo provisorio leram esta resposta, assentaram unanimes em conferir a dictadura a Domingos Theotonio, o qual replicou a Lobo ameaçando de arrasar e incendiar o Recife, de matar os prisioneiros e de praticar outros excessos semelhantes.

Comtudo, nessa mesma noite do dia 18, resolveu o dictador abandonar os bairros do Recife e de Santo Antonio transferindo todos os soldados para o sitio da Soledade na Boa Vista, onde funccionava o governo, havia muitos dias. O general Paula recebeu instrucções secretas para que no dia seguinte, collocando-se á frente dos destacamentos das fortalezas, destruidas as munições e encravadas as peças, marchasse na retaguarda do exercito patriotico que se retirava. Levaram a effeito essa mudança na manhan do dia 19, e pela tarde desse mesmo dia começaram a desfilar os soldados para a cidade de Olinda, precedidos pela escolta que protegia os carros com os cofres do erario e os petrechos bellicos. Divisava-se em toda a parte o silencio da morte. Todos ignoravam para onde era que se dirigiam. O dictador marchava a cavallo na frente das tropas. Dos membros do dissolvido governo provisorio, só se via o padre João Ribeiro, que caminhava a pé com um sacco ás costas e uma espingarda ao hombro, se-

guido de perto, com o mesmo trem, pelo padre Pedro de Souza Tenorio. Dos conselheiros, Antonio Carlos foi o unico que se resolveu a acompanhar aos seus amigos. Tinham-se os mais occultado em suas casas. Ao escurecer da noite chegaram todos ao Engenho Paulista, não longe de Olinda, e alli se aquartelaram. Desembarcava nessa mesma hora no Recife Cruz Ferreira trazendo a ultima resposta em que o vice-almirante concedia um armisticio, emquanto o mesmo Cruz Ferreira velejasse para o Rio a impetrar o perdão de sua majestade. Tudo ficou inutil em consequencia da retirada do dictador.

38) **Restauração do governo monarchico.** — Na madrugada do dia 20, com grande estrondo e alegria restauraram os moradores do Recife a autoridade do rei. O general Paula, longe de dar execução ás instrucções secretas do dictador, fraternizou com o povo, mostrando-se realista ardente e soltando os presos politicos que gemiam na fortaleza das Cinco Pontas. Sendo este exemplo seguido sem demora pelos outros fortes, a victoria dos realistas foi completa. Assumindo então o marechal Roberto interinamente as redeas do governo, desvelou-se antes de tudo em restaurar a ordem de modo que o triumpho não degenerasse em medonha anarchia. Expediu outrosim um mensageiro ao chefe do bloqueio e outro ao marechal Cogominho, pedindo-lhes fossem occupar a cidade restaurada. Desembarcando com toda a precaução, tomou Rodrigo Lobo posse do governo. O marechal Cogominho, que ainda se achava um tanto longe e pelo lado do sul, chegou mais tarde.

Que faziam no entretanto os patriotas no Engenho Paulista? Depois de muito duvidar e muito discutir, os chefes assentaram entre si que cumpria subtrahir-se occultamente á vista dos militares e fugir disfarçados, tomando cada qual rumo differente dos outros. Só o

padre João Ribeiro ficou no logar, e, tendo com a esperança perdido egualmente o juizo, resolveu pôr termo á sua vida tomando uma boa dose de veneno que trazia comsigo. Como elle, porém, não lhe produzisse o effeito desejado, enforcou-se numa arvore amarrando uma corda ao pescoço. Aproveitaram os outros as trévas da noite para fugirem occultos. Na manhan seguinte, 21, os soldados, ao verem-se desamparados, debandaram seguindo cada qual a direcção que bem lhe pareceu. Alguns poucos, todavia, doceis aos conselhos do capitão Manuel de Azevedo, escoltaram os cofres para a cidade, onde fielmente os entregaram á competente autoridade. Entrava nesse comenos na mesma cidade o marechal Cogominho, cujos soldados, ao serem informados do occorrido, passaram ao Engenho Paulista, desenterraram o corpo do padre Ribeiro mutilando-o barbaramente, levando a cabeça delle para o Recife, e depositando-a, por ordem de Rodrigo Lobo, no Pelourinho. Não podemos deixar de deplorar semelhante facto, que referimos na fé do chronista Muniz Tavares.

39) **Desfecho final.** — Estava acabada a revolução que durára apenas 75 ou 76 dias. Não foi difficil agora colher ás mãos os fugitivos, dos quaes nenhum escapou, porque o povo em toda a parte os indicava de leve aos soldados que andavam em busca delles. Antonio Carlos e José Luiz de Mendonça foram apanhados em mattas espessas; Pereira Caldas, em uma choça; o padre Miguel Joaquim e Domingos Theotonio Jorge cahiram da mesma sorte nas mãos dos restauradores, sendo todos levados ao Recife. Em tres navios de guerra foram successivamente (29 de maio, 9 e 19 de junho) remettidos para a Bahia 113 patriotas, entre os quaes figuravam José Martins, José Luiz de Mendonça, o padre Miguel Joaquim de Almeida, o deão de Olinda, Antonio Carlos, Manuel José Pereira

Caldas, Gervasio Pires Ferreira, Francisco de Paula Cavalcanti. Venancio Henriques de Rezende e Francisco Muniz Tavares. Installou-se de subito na Bahia uma commissão militar, que dentro em breve condemnou á morte José Martins e José Luiz de Mendonça, membros do governo provisorio; o padre Miguel Joaquim, secretario do referido governo, e dois dos officiaes militares mais implicados. A execução seguiu de perto á sentença. Demoraram-se, todavia, os processos de varios accusados sob o pretexto de se esperar do Recife outras provas e maiores esclarecimentos. Chegando o capitão-general Luiz do Rego Barreto a Pernambuco no dia 29 de junho decretou o sequestro das propriedades de todos os implicados na revolta, e a suspensão de remessas de presos para a antiga capital sujeitando os que ainda se achavam no Recife, e os que a seu pedido se lhe recambiaram da Bahía, ao julgamento de uma commissão militar que installou.

Responderam incontinenti perante ella Domingos Theotonio Jorge, José de Barros Lima, o padre Tenorio, o tenente Antonio José Henriques; o coronel de milicias da Parahyba, Amaro Gomes Coutinho; Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, o padre Antonio Pereira, José Peregrino de Carvalho e o tenente-coronel Silveira, sendo todos enforcados publicamente segundo as leis do tempo. Felizmente o decreto de 6 de agosto mandou suspender essas execuções, abolir a commissão militar e crear uma alçada que se installou em Pernambuco a 3 de setembro seguinte. Sendo, todavia, escolhido para presidente della o desembargador do paço *Bernardo Teixeira Coutinho,* a condição dos perseguidos, longe de melhorar, tornou-se peior. Como esse magistrado prestasse ouvido só aos votos dos queixosos da revolução, acabaria com todos os moradores da provincia, si não achasse quem lhe puzesse um freio. Já a Camara do Recife e o proprio Luiz do Rego a 16 e 17

de julho de 1817 haviam dirigido ao rei uma supplica de amnistia, e o governador representou mais tarde contra a alçada chegando a affirmar que, si continuassem as vexações produzidas pela alçada, elle não poderia responder pela tranquillidade publica. Aproveitando, pois, D. João VI o facto de sua acclamação, que fôra differida até o dia 6 de fevereiro de 1818, baixou nessa data um decreto mandando suspender e concluir todas as devassas, e declarando nulla qualquer prisão ou sequestro que se houvesse feito desse dia em deante.

Tal é a versão de Varnhagen relativamente ao fim que teve aquella alçada. Obriga-nos, porém, a imparcialidade a accrescentar que essa versão não é bastante clara, porque não explica si os que já estavam presos, foram perdoados e soltos, ou si e por quanto tempo continuaram a gemer nos calabouços. Pereira da Silva limita-se a affirmar que a alçada não lavrou condemnações á pena ultima, e que por disposição do referido decreto os já pronunciados foram remettidos para a Bahia. Comtudo não se dignou revelar-nos como e quando acabou esse julgamento malfadado. Exige, portanto, a justiça imparcial se admitta o que relata Muniz Tavares, a saber: que embora alguns poucos fossem individualmente perdoados em virtude de algum requerimento especial dirigido ao rei ou ao ministro Thomaz Antonio de Villa-Nova, a maior parte dos presos, comquanto fossem tratados com uma certa brandura, continuaram a soffrer nos carceres da Bahia até 1821, quando a 10 de fevereiro se proclamou na cidade do Salvador uma Junta provisoria, que ordenou á Relação concluisse com urgencia o interminavel processo; pois o desembargador Bernardo Teixeira, assustado pelo motim, fugira para o Rio. Tendo a Relação em poucas sessões reconhecido os vicios do processo, pronunciou a nullidade delle, e soltou a todos os presos com excepção apenas de José

Mariano e de Pedroso, accusados de homicidio voluntario nas pessoas de dois officiaes superiores. Foram, pois, estes dois condemnados a degredo perpetuo para um dos presidios portuguezes da Asia.

## V

## Ultimos annos da côrte portugueza no Brasil

40) **Diversas occorrencias.** — Volvamos agora nossos olhos para a côrte portugueza do Rio de Janeiro, e vejamos brevemente qual era a sua posição quer em si mesma, quer a respeito dos grandes acontecimentos que se iam realizando na Europa. Ao despota Napoleão I, que neste tempo se achava em Santa Helena meditando sobre a vaidade do mundo, já succedera Luiz XVIII, já os monarchas europeus tinham celebrado o congresso de Vienna, e Fernando VII, voltando para a Hespanha, já se assentára de novo no throno (13 de maio de 1814) de seus paes, ao passo que em Portugal occorriam factos muito desagradaveis e das maiores consequencias.

Quando chegou ao Brasil a noticia destes memoraveis eventos da Europa, apressou-se D. João VI em reatar as relações diplomaticas com a França e em nomear tres embaixadores que representassem Portugal no congresso de Vienna. Pela carta de lei de 16 de dezembro de 1815 elevou D. João o Brasil á categoria de reino unido com Portugal e Algarve. Appareceu logo depois a idéa de regressar a Portugal, idéa creada ou certo promovida muito pelo embaixador inglez. Formaram-se então, como era natural, no Rio dois partidos: um para a volta, outro para a permanencia.

Os fidalgos portuguezes e, em geral, toda a gente da familia do rei e da côrte, capitaneados por D. Fernan-

do José de Portugal, pertenciam ao primeiro partido. Os brasileiros e o conde da Barca, ao segundo. A Inglaterra chegou a enviar ao Rio de Janeiro uma esquadra destinada a reconduzir para a Europa a côrte portugueza.

Apresentou-se por esse mesmo tempo no Rio o general Beresford, que se desaviera com a regencia, por querer elle, contra o parecer desta, mandar o exercito portuguez contra Napoleão, quando o tyranno, fugindo da ilha de Elba, tornou a occupar o throno da França.

Em 1816 regressou Beresford a Portugal revestido de plenos poderes, independentes da regencia, sobre o exercito e força armada do reino. Creando deste modo uma entidade distincta, o monarcha deu causa ao augmento da anarchia administrativa que já se revelava tão preponderante, e ás antipathias entre Portugal e o Brasil que eram grandemente fomentadas por questões de commercio entre os dois paizes.

A 16 de março de 1816 falleceu a rainha D. Maria I, que deixou pranteada memoria. Afim de manifestar o seu sentimento filial, differiu D. João o acto solemne da acclamação para depois do anno de lucto; como, porém, no anno seguinte, em vesperas dessa solemnidade, chegasse ao Rio a infausta noticia da revolta de Pernambuco, aquella cerimonia ficou adiada mais uma vez affirmando o principe não consentiria nella emquanto não visse todos os brasileiros obedecerem-lhe tranquillamente. Accedeu, todavia, ao pedido do governo hespanhol para casar duas de suas filhas, a saber: D. Maria Isabel com Fernando VII e D. Maria Francisca com D. Carlos, irmão delle. Chegando as duas infantas a Cadiz e seguindo incontinenti para Madrid, celebraram os seus desposorios a 27 de setembro de 1816. Pelo decreto de 16 de março de 1816 concedeu D. João armas especiaes ao reino do Brasil, consistentes em uma esphera armillar de ouro em campo azul com o escudo real, e ordenou que essas

armas fossem gravadas e inscriptas nas bandeiras, nos estandartes, sellos e cunho da moeda.

Tendo finalmente D. João VI assentado permanecer ainda por um tempo indefinido no Brasil, mandou buscar na Italia cantores para a capella real, e contractar na França artistas capazes de organizar uma academia de bellas artes no Rio de Janeiro. Os principaes destes foram *Lebreton,* secretario perpetuo da classe das bellas artes do Instituto Real de França; *Debret,* pintor de merecimento; *Taunay,* estatuario; *Pradier,* gravador; *Granjean,* architecto, e varios outros. Annexaram a esta academia diversas aulas de artes mechanicas. Applicaram a esta fundação as quantias offerecidas pelos brasileiros em 1815 na occasião de ser o Brasil elevado á categoria de reino, quantias destinadas a promover a instrucção publica. Comprára com ellas D. João diversas acções do Banco, e agora lhes deu o desejado destino. O estado da fazenda publica continuava infelizmente a ser muito lastimoso, e não havia modo de lhe acudir.

Como D. João desejasse que o principe D. Pedro, seu primogenito, contrahisse convenientemente enlace matrimonial, incumbiu o marquez de Marialva, seu embaixador em Pariz, de pedir a mão de D. Leopoldina, filha de Francisco I, imperador da Austria. Realizado o casamento em Vienna a 23 de maio de 1817, partiu a princeza para Florença, e, fazendo-se de vela em Liorne a 14 de agosto, chegou ao Rio de Janeiro a 5 de novembro, onde foi recebida com todas as cerimonias do estylo. Ratificaram então os noivos o casamento na egreja, e assistiram ás grandes festas celebradas em honra delles. Vieram nessa occasião ao Brasil diversos naturalistas austriacos, entre os quaes se contavam o zoologista *Noteror,* o entomologista *Mickau,* o botanico *Pohl* e o mineralogista Guilherme *Schuch.* Este ficou no Brasil occupado em servir o governo; os outros, regressando para a Europa, depois de viajar pelo interior, publicaram escriptos de notavel alcance.

41) **Restituição da Guiana.** — Tendo o congresso de Vienna decretado que Portugal restituisse a Guiana conquistada á França em 1817, celebraram, as duas nações, a 28 de agosto de 1817, em Pariz uma convenção em que determinaram o modo de levar a effeito a entrega dessa colonia. Admittiu o governo portuguez o cumprimento exacto da capitulação de 1809; obrigou-se o governo francez a transportar para o Pará e Pernambuco a guarnição portugueza, e bem assim as autoridades que governavam aquella colonia em nome de D. João VI, com toda a sua bagagem e haveres, a bordo dos mesmos barcos que levassem a Cayenna as novas autoridades e tropas francezas destinadas a tomar conta da Guiana. No dia 8 de novembro de 1817 tomou, em nome de seu soberano, posse de Cayenna e da Guiana o conde Carra de Saint-Cyr, retirando-se o desembargador João Severiano Maciel da Costa, que, por testemunho dos proprios francezes, exercera uma administração proveitosa ao paiz; não augmentára impostos; não empregára severidade na cobrança dos direitos pertencentes á fazenda publica; observára um systema politico prudente e desenvolvera o commercio de seus moradores.

Quanto aos limites, o congresso de Vienna decretára que se observasse o tratado de Utrecht, e por mais que na conferencia de Pariz os diplomatas portuguezes se esforçassem por conseguir que a questão se determinasse clara e definitivamente, obtiveram apenas a declaração de que serviria de fronteira o rio Oyapoc, cuja emboccadura está entre o quarto e o quinto gráu de latitude norte. Comquanto os francezes já tivessem apresentado pretenções a tomar o Calçoéne pelo Oyapoc, não se julgou necessario determinar por emquanto mais claramente esse limite. Concordaram, é verdade, os diplomatas em nomear commissarios para esse fim, porém nada se levou a effeito, e nós já vimos no vol. precedente de que modo afinal se deslindou a questão do Brasil.

42) **O trafico dos negros.** — Tendo o congresso de Vienna procurado se acabasse com o trafico deshumano dos negros, a França prometteu que o aboliria totalmente dentro de cinco annos; a Hespanha, no fim de oito annos. Obrigou-se então Portugal a prohibir esse trafico aos seus subditos em todos os logares, seus ou alheios, postos ao norte do equador; a concertar com o governo britannico as medidas que se tornassem necessarias para a repressão efficaz dos criminosos, e a concordar no prazo em que esse barbaro commercio devia cessar de uma vez. "Declararam então os plenipotenciarios das nações alliadas que estigmatizavam como immoral e deshumano o trafico de escravos; esperavam das luzes do seculo a sua inteira abolição; e faziam votos para que todos os governos do mundo tratassem accordadamente do seu acabamento, considerando-o o maior dos attentados contra a razão e a civilização da época." Per. da S., III, 211.

Em 1817 celebraram sobre este mesmo assumpto os governos da Inglaterra e de Portugal uma convenção (28 de julho) fixando o methodo dos passaportes para os navios que se pudessem empregar legalmente nesse commercio, tolerado apenas ao sul do equador. Passaram-se instrucções aos cruzeiros britannicos e portuguezes, que deviam occupar-se no exame, visita, pesquiza e apprehensão dos barcos applicados effectivamente ao contrabando de africanos. Estabeleceram-se commissões mistas, de portuguezes e de inglezes, no Rio de Janeiro e no presidio de Serra Leôa, para o seu julgamento privativo. "Por um artigo particularmente convencionado compromettiam-se os dois governos a apropriar egual systema de providencias á abolição total do trafico, quando posteriormente assentassem em pacteal-a".

"Para a execução perfeita dos tratados tomou o governo do Rio de Janeiro deliberações proprias, estabelecendo penas contra os contraventores que nas suas possessões africanas ao norte do equador, ou nos territorios da mesma costa ao sul em que não tivesse do-

minio a coroa portugueza, praticassem ainda o trafico de escravos. Prohibiu tambem que nos portos da sua monarchia se armassem e apparelhassem navios hespanhóes, visto como aos seus subditos só e limitadamente se consentia o trafico, como indispensavel ainda no momento, e cuja abolição inteira ficava dependendo do tempo e das occorrencias favoraveis." Id. IV, 83.

43) **Novo ministerio.** — Tendo em 1817 fallecido o conde da Barca, organizou D. João VI um novo ministerio que desta vez foi completo. Tocou ao conde de Palmella a pasta da guerra e dos negocios extrangeiros; ao conde dos Arcos, que ainda governava a Bahia, a da marinha e do ultra-mar; a do reino, ao desembargador do paço, Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal; a da fazenda, a João Paulo Bezerra. Este, todavia, não tardou em fallecer, e Palmella demorou-se ainda por mais de tres annos na Europa a pretexto de ultimar alguns negocios. Continuavam, no entretanto, as diversas potencias da Europa a pedir que a côrte voltasse para Portugal, porém D. João se obstinou em permanecer no Rio.

Afim de proteger a fronteira occidental do Brasil contra o bafo revolucionario das colonias hispano-americanas, determinou neste tempo o governo de crear em Matto-Grosso uma legião, composta das tres armas de infanteria, cavallaria e artilharia, tirada dos proprios habitantes daquelle territorio. Remetteu, portanto, ao capitão-general grande cópia de armas e de munições, e bem assim diversos officiaes e soldados incumbidos de formar, instruir e disciplinar a dita legião.

44) **Estado lastimoso de Portugal.** — O estado de Portugal neste tempo era o mais lastimoso que se possa imaginar. O *deficit,* a carestia, a delapidação dos dinheiros publicos, as queixas do povo, a tyrannia da regencia: tudo subira ao galarim. Uma das queixas geraes era que o dinheiro de Portugal passava em

grande quantidade para o Brasil. Recusava a regencia obedecer ao governo do Rio, e vedava com todo o rigor a entrada no reino de livros e jornaes extrangeiros, até dos portuguezes publicados em Londres, pela razão de se prégarem nelles as idéas novas da época. Apesar, todavia, de todas as precauções, essas idéas iam penetrando cada vez mais em Portugal e abrindo uma brecha assustadora.

Tal era a situação de Portugal, quando, pelos fins de julho de 1817, a *Gazeta de Lisboa* publicou ter-se descoberto uma conspiração destinada a derrubar o throno. Foram presos alguns paizanos e um grande numero de officiaes do exercito, figurando entre estes o tenente-general *Gomes Freire de Andrade*. Como estes factos pertencem apenas indirectamente á nossa historia, limitar-nos-emos a indical-os a largos traços e de passagem. Dizem, pois, que não era propriamente uma conspiração, mas apenas desabafos, palavras, conversas; dizem tambem que Gomes Freire era innocente, tendo os verdadeiros culpados abusado injustamente do seu nome. Seja isto como fôr, o certo é que pelos fins de abril o marechal Beresford recebeu uma denuncia e chegou a conhecer existirem reuniões e tramas criminosas de alguns cidadãos, embora vagas e indefinidas; que Beresford revelou tudo á regencia; que se procedeu a numerosas prisões; que se instaurou um processo; que alguns foram condemnados á morte; outros, a desterro nas fortalezas da Africa, e que a sentença foi executada sem nem siquer se communicar os factos ao governo do Rio de Janeiro. Um dos que padeceram a pena ultima, foi Gomes Freire de Andrade, fuzilado a 18 de outubro de 1817 no pateo da torre de S. Julião. Pede a justiça que copiemos as palavras seguintes de Per. da S., IV, 235:

"Não chegando ao conhecimento do povo pormenores minuciosos do acontecimento, propalou-se voz desairosa ao marechal Beresford, imputando-se a vingança particular o que era mais obra da regencia e dos tribunaes do reino. Durou por largos annos esta tradição inexacta. E' tempo felizmente de rasgar-se o

véo que encobria a verdade daquelles tempos malaventurados. Cumpre dar a cada um o que lhe pertence, e posto andassem já e geralmente irritados os espiritos populares contra o marechal, que pela sua qualidade de extrangeiro, pelo exaggerado da autoridade de que fôra revestido pelo soberano, pela rigorosa disciplina que soía manter no exercito, e pelas luctas constantes que travava com a regencia e empregados do reino, não merecia as sympathias do povo, exige a justiça inexoravel e eterna que se lhe limpe o conceito em assumpto tão fatal e importante".

45) **Acclamação de D. João VI, 6 de fev. de 1818.** Conforme já tivemos occasião de referir, duas vezes foi esta grande solemnidade adiada; chegou, porém, afinal o dia seis de fevereiro de 1818, em que ella se realizou com todo o brilho no Rio de Janeiro.

Começou a festa no dia precedente partindo ás onze horas da manhan dos paços do senado da camara, que então existiam na rua do Rosario, um numeroso prestito, composto da guarda real da policia em uniforme de gala; de creados da casa de Bragança, conduzindo azemolas carregadas de fogos de artificio, e cobertas com mantas de velludo agaloadas de ouro; de bandas de musicos dos regimentos da guarnição da praça, com as barretinas ornadas de flores; e os cavallos enfeitados com fitas de varias côres; os officiaes de Justiça, almotacés e o senado da camara, com o juiz de fóra, seu presidente, montado em soberbo ginete, deslumbrando as vistas com os bordados de suas capas de sêda, chapéos armados e carregados de bastas plumas brancas, e joias de valor subido e primoroso. Seguia-lhes as pisadas copioso estado de cavallos ricamente ajaezados e empennachados; pegando-lhes nas redeas creados da casa real e domesticos dos officiaes da camara. Fechavam a comitiva novas bandas de musica da guarda da policia e de subditos particulares.

Dirigiu-se o prestito para o palacio da Boa-Vista, a pedir ao rei dia e hora para as cerimonias da sua ac-

clamação. Logo que S. M. lhes communicou as suas ordens, soltaram-se estrepitosos vivas; resoaram as musicas e ribombaram os fogos de artificio. Deixando os paços, encaminharam-se as pessoas do sequito para a residencia da rainha D. Carlota Joaquina e pediram-lhe venia para lhe beijarem a mão, e apresentar-lhe os seus emboras e respeitos. Regressando para a cidade percorreram muitas ruas e praças, lendo, de distancia em distancia, o bando e as palavras d'el-rei, pregando editaes nas esquinas, dando vivas repetidos; tocando a musica e fazendo voar foguetes aos ares. As ruas, as casas, as portas, as janellas atulhavam-se de multidão curiosa. Recolheram-se á casa da camara pelas quatro horas da tarde.

Ao signal da alvorada do dia immediato romperam as saudações de artilharia das fortalezas e navios de guerra. Embandeiraram-se os edificios publicos, predios particulares e as embarcações, quer nacionaes quer extrangeiras, surtas no porto. Cobriu-se o chão com folhas verdes de arvores; as portas e janellas das casas com cortinas multicores e flores exquisitas; as praças e ruas com ondas espessas e bastas de povo. Immensos arcos triumphaes se levantaram em diversos sitios. Tomavam os cantos das ruas coretos differentes de musica. Occupavam os centros das praças castellos de fogos de artificio. Erguia-se alli um monumento romano, deslumbrava os olhos acolá um templo de architectura grega, extasiava mais adeante a existencia de um obelisco egypcio.

Escondia o antigo convento do Carmo uma varanda immensa que se improvisára, escorada em columnas majestosas, e curvada sob o peso de bandeiras e estandartes. Formou-se pelas tres horas da tarde no terreiro do paço a força publica. Commandava em chefe o tenente-general Luiz Xavier Palmeirim. Com todo o brilho e luzimento commetteu-se a cerimonia. Mostraram-se as tradicionaes charamelas, trombetas e atabales tangidos por menestreis que se vestiam segundo as modas das éras passadas. Compareceram seis bispos, fidalguia importante, numerosos funcciona-

rios, militares, senado da camara, deputados da universidade de Coimbra, das capitanias do Brasil, das cidades principaes de Portugal e da India, arautos, reis d'armas e passavantes.

Começou o acto com o grito antigo do rei d'armas: — *Ouvide, ouvide, estae attentos.* — Recitou uma oração o desembargador do paço Luiz José de Carvalho e Mello para annunciar ao publico o assumpto de que se tratava. Ajoelhou-se o rei e prestou o seu juramento sobre os SS. Evangelhos e o Santo Lenho que o bispo capellão-mór lhe apresentou. O principe real, os membros da familia de Bragança e todos os subditos prestaram por sua vez juramento, preito e homenagem ao soberano.

Terminou o acto alçando o alferes-mór a bandeira fidelissima, desdobrando-a por algum tempo nos ares e exclamando com voz forte e compassada: — *Real, real, real pelo muito alto e poderoso senhor rei D. João VI.* Corresponderam de fóra os espectadores com vivas e applausos repetidos, que manifestavam o jubilo que inundava o peito de todos os subditos.

Publicaram-se neste dia varios decretos e graças régias. Instituiu-se a Ordem Militar da Senhora da Conceição de Villa-Viçosa, cujos estatutos appareceram mais tarde com a data de 10 de setembro de 1819. Concedeu-se aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro os privilegios de aposentadoria passiva; aos que tivessem servido cargos na sua camara e governança, os privilegios de fidalguia, e ao seu senado, o tratamento de *senhoria.* Listas extensas publicaram os nomes dos que lograram titulos de nobreza, condecorações e outras honrarias. Tres dias e tres noites duraram os festejos publicos. Já nos fins do anno precedente enviára o rei a Portugal um decreto perdoando a todos os criminosos politicos ou condemnados por outros delictos que não fossem dos mais hediondos. Poz tambem nesta occasião, D. João VI,

conforme já vimos, algum limite ás perseguições contra os republicanos de Pernambuco. (1)

46) **Colonização.** — Apesar da alegria causada pelas festas que acabamos de descrever, notava-se com grande sentimento de todos que os defeitos do rei se iam tornando cada vez mais salientes, manifestos e desenvolvidos.

Pairavam na sua physionomia uma nuvem de tristeza e sombras visiveis de abatimento moral. Em ninguem se fiou mais; esquivava-se até á sua propria familia.

Em 1818 decretou-se a formação de um museu nacional, e um systema de immigração de extrangeiros. Julgou-se opportuno procurar suissos catholicos e sicilianos. Em relação aos sicilianos D. João encarregou o seu diplomata em Napoles de se entender com o governo desse paiz para a emigração de subditos indigentes que se prestassem á lavoura no Brasil. Aconteceu, porém, que o rei de Napoles, em logar de enviar dois mil individuos de ambos os sexos, trabalhadores e morigerados, conforme se estipulára, expediu homens perversos, de máus costumes e criminosos, tirando-os das cadêas e das galés, de sorte que elles serviram só para indispor os brasileiros contra a colonização extrangeira, e bem assim para desacreditar o Brasil e o seu governo perante as nações européas.

---

(1) Tiramos esta descripção, resumindo-a quanto nos foi possivel, do padre Luiz Gonçalves dos Santos, vulgo **Pereréca.** Por elle sabemos que D. Carlota estava presente no meio dos outros membros da familia real, mas não foi acclamada, porque não era uso de se acclamar a rainha. D. João não foi sagrado, porque a sagração era cerimonia reservada ao imperador, nem coroado, porque em Portugal só se costumava fazer a festa da acclamação.

Os seis bispos presentes eram: o do Rio, que funccionou; o de Angola, o de Pernambuco, o de S. Thomé, o de Azoto (bispo in partibus e prelado de Goyaz) e o de Leontopolis (bispo in partibus e prelado de Moçambique). Concluida a cerimonia na varanda, desceram á capella real, onde o rei se assentou no throno tendo o sceptro na mão, e logo depois, ajoelhado em um rico genuflexorio, beijou de novo a reliquia do Santo Lenho que o bispo capellão-mór lhe apresentou.

E' pena que o P. **Pereréca** não conte de que modo D. João e toda a familia real se transferiram de S. Christovam ao Paço da cidade.

Melhor resultado surtiu a colonização dos suissos. Tratou o governo brasileiro com Luiz Nicoláu Gachet, agente do cantão de Friburgo, promettendo pagar aos colonos passagem e comedorias emquanto não chegassem ao logar designado, á margem do Rio das Bengalas e na quebrada interior das serras de Macacú, onde, no districto de Cantagallo, no sitio conhecido pelo nome de *Morro Queimado,* fundariam uma povoação. Comprometteu-se egualmente o governo brasileiro a ceder-lhes gratuitamente e de propriedade datas de terra medidas e demarcadas, bem como a dar-lhes mezadas nos dois primeiros annos, animaes para o trabalho, casas para morar, egrejas, um parocho, um medico e escolas para a educação de seus filhos. Alistaram-se em Berna uns dois mil colonos que, chegando ao Rio de Janeiro pelos fins de 1819, seguiram sem detença para o logar de seu destino, onde Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, nomeado, desde maio de 1818, director desta colonia, já comprára diversos tratos de terra e construira um certo numero de casas, casebres e palhoças.

Por decreto datado da então capital do reino unido, *a tres de janeiro de 1820,* fundou o rei a freguezia de *S. João Baptista da Villa,* que a 17 de abril recebeu os fóros de cidade, e a 3 de maio do mesmo anno trocou o nome de *Morro Queimado pelo de Nova Friburgo.*

Como, todavia, um grande numero de colonos tivessem succumbido aos soffrimentos da viagem, e outros se retirassem para diversas localidades em procura de melhor fortuna, parecia Nova Friburgo condemnada a perecer dentro em breve, si um soccorro inesperado não viesse salval-a. O caso foi o seguinte: Tendo o governo em 1823 contractado na Allemanha numerosos colonos destinados á Bahia, elles, durante a viagem, mudaram de parecer preferindo Nova Friburgo, aonde chegaram no dia tres de maio de 1824. Abriram então uma estrada de rodagem entre esta cidade e Nitheroy; activaram o commercio com a capital; tornou-se Nova Friburgo um logar

de recreio para os veranistas do Río, e pouco a pouco chegou a ser a cidade florescente que hoje é.

— Vide o livro do tombo da freguezia de Nova Friburgo e o I. H. Bras. vol. de 1849. pag. 137.

47) **Progresso.** — Já percorriam o Brasil numerosos viajantes extrangeiros, que depois o déram a conhecer em suas obras ao mundo. O principe Maximiliano de Neuwied [1], Saint-Hilaire, Feldner, Eschwege, Koster, Mawe, Fernando Dinis, Olfers, Spix e Martius, Potel e varios outros, haviam publicado as suas impressões e peregrinações pelas capitanias americanas, ou as estavam escrevendo para confial-as posteriormente ao prélo. Já Roberto Southey em 1800 publicára em Londres a sua historia do Brasil, cujo resumo em lingua franceza Adolpho Beauchamp entregou á publicidade em 1817.

As proprias typographias de Lisboa e do Rio davam a lume escriptos interessantes de José da Silva Lisboa, de Ayres do Casal, de Silvestre Pinheiro Ferreira, de Raymundo José de Souza Gayoso, de monsenhor Pizarro, do visconde de S. Leopoldo, de Balthazar da Silva Lisboa, do bispo de Elvas, de Manuel José de Oliveira Bastos e de D. Frei Caetano Brandão. No correr do anno de 1813 appareceu no Rio com o nome de *Patriota* um periodico que durou algum tempo publicando diversos artigos de valor a respeito da agricultura do Brasil.

Em Londres continuavam a imprimir-se em portuguez o *Correio Brasiliense* e o *Investigador,* publicando-se egualmente outros escriptos, folhetos e correspondencias.

---

(1) O principe Maximiliano, que veiu em 1815 e viajou com diversos naturalistas. levou para o seu castello de Neuwied um herbario de 5.000 plantas brasileiras.

Spix e Martius visitaram todo o Brasil; eram protegidos pelo principe Maximiliano José, ao qual na volta apresentaram — 1) uma parelha de indios; — 2) 85 especies de mammiferos, 350 de aves, 130 de amphibios, 116 de peixes; 2.700 insectos; 80 arachnideos e crustaceos, e 6.500 plantas.

Spix falleceu em 1826; porém Martius viveu até 1868 continuando sempre a occupar-se do Brasil com grande interesse.

A instrucção publica já conseguira alguns progressos e melhoramentos. Multiplicaram-se as escolas e appareceram aulas publicas para o sexo feminino. Com o contacto da côrte modificaram-se notavelmente os costumes introduzindo-se o luxo europeu; progrediram as idéas democraticas de egualdade civil e perante a lei; propagavam-se e faziam grande brecha as idéas politicas do seculo. Segundo um mappa que em 1820 appareceu no Rio, e, que de ordem do ministerio, havia sido pelos governadores das diversas capitanias organizado em 1817 e 1818, o numero total dos habitantes subia a 3.817.900. Entre as medidas uteis tomadas neste tempo pelo governo, em beneficio de seus subditos, destaca-se antes de tudo a obrigação imposta aos navios do commercio de recolher os portuguezes naufragos que se achassem em paizes extrangeiros e lhes fossem entregues pelos consules respectivos. Torna-se em segundo logar notavel a pensão decretada para doze estudantes pobres que pretendessem applicar-se aos estudos das sciencias medicas e cirurgicas na escola do Rio de Janeiro. Merece em terceiro logar ser recordada com louvor a fundação de uma sociedade agricola e commercial no Rio Dôce, concedendo-lhe o governo oito sesmarias de uma legua em quadra para lavrar, isenção de direitos e de dizimos por dez annos e diversos outros favores.

A 4 de abril de 1819 alegrou em summo gráu o rei e a côrte inteira o nascimento da princeza que chamaram Maria da Gloria, a quem déram o titulo de Princeza do Grão-Pará, e que mais tarde veiu a ser D. Maria II de Portugal. Expediu D. João incontinenti a fausta noticia ao imperador da Austria, e preparou festas magnificas para manifestar o seu jubilo por um successo que lhe presagiava a maior ventura e prosperidade.

48) **Revolução de 1820 em Portugal.** — Achava-se neste tempo a Europa em medonha fermentação revolucionaria. Já em 1819 tinham na Allemanha assassinado o escriptor *Kotzebue,* unicamente porque in-

formava a Russia do que se passava na Europa central e occidental; a Hespanha insurgira-se contra Fernando VII desde o dia 5 de janeiro de 1820; Napoles, contra Fernando I a 13 de julho, e na França o duque de Berry cahira (13 de fevereiro) victima do ferro de um revolucionario. Tinha, portanto, razão o conde de Palmella quando affirmou que a revolução de Portugal não era o resultado de causas peculiares á coroa fidelissima. As queixas dos povos sobre a administração da justiça e da fazenda, bem como sobre a permanencia da côrte no Brasil, hão de ter sem duvida contribuido para excitar algum descontentamento; porém este nunca attingiria o ponto a que chegou, si os portuguezes não tivessem deante de seus olhos o exemplo da Europa, particularmente da Hespanha, e si não tivessem penetrado em Portugal as idéas novas da época.

Em 1817 appareceu a conspiração de que foi victima Gomes Freire de Andrade, e que facilmente abafaram; como, porém, o fogo permanecesse debaixo das cinzas, em 1820 a labareda mostrou-se com dobrado vigor. Prevendo a regencia que a revolução não tardaria em estourar, propoz que Beresford velejasse para o Rio de Janeiro a solicitar do rei dinheiro e medidas urgentes. Comquanto o marechal visse o gravissimo erro que praticava afastando-se das tropas precisamente na hora do perigo, accedeu ao pedido com o fim de evitar novos conflictos.

Fez-se de vela a 2 de maio, aportando com felicissima viagem ao ponto do seu destino. Iniciou desde então a regencia um systema mais cauteloso, activo e perspicaz de policia; porém nada logrou, porque o vulcão estava já em vesperas de arrebentar. Funccionava, havia longo tempo, no reino a propaganda liberal, promovida com todas as cautelas, segredo e mysterio, apoiando-se nas queixas do povo contra as desgraças publicas, contra o governo e contra a ausencia do rei. O local escolhido para base e séde da revolução foi a cidade do Porto, sendo seus principaes autores o desembargador *Manuel Fernandes Thomaz* e o au-

ditor geral *José da Silva Carvalho*. Caracter exaltado aquelle e imbuido das idéas mais adeantadas; este, modesto, socegado e simples; mas decidido, energico e invariavel nos seus designios. Começaram estes dois a traçar seus planos desde os ultimos dias do anno de 1818, aggregando logo depois maiôr numero de amigos que os ajudaram a espalhar suas idéas no meio do povo. Todos aspiravam ao mesmo fim; porém, quanto aos meios e ao modo, logo appareceram divergencias formando-se tres como partidos ou fracções. Alguns queriam unir-se á Hespanha realizando a União Iberica regida pela constituição hespanhola de 1812. Almejavam outros conservar a autonomia do reino dando a corôa ao duque de Cadaval em logar de D. João VI a quem tratavam de monarcha brasileiro. Desejava um terceiro partido, conservando a autonomia e a casa de Bragança, derrubar tão sómente o absolutismo fundando o systema representativo e constitucional com a egualdade do povo, obrigando o rei a voltar para Lisboa e reduzindo o Brasil ao estado de colonia.

Uma fracção deste ultimo partido reclamava as côrtes antigas que de accordo com o soberano votassem uma constituição. Aproveitando-se da ausencia do marechal Beresford, propagaram uma sociedade secreta e revolucionaria entre os militares, cujos brios excitavam, exaggerando-lhes a vergonha de serem commandados por um extrangeiro. Lograram deste modo alliciar para os seus planos quasi todas as classes da Sociedade: magistrados, advogados, medicos, negociantes, capitalistas, proprietarios, militares. Sobresahiam entre estes ultimos os coroneis *Bernardo Corrêa de Castro Sepulveda, Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* e *Antonio Silveira Pinto da Fonseca,* sobrinho, este ultimo, do conde de Amarante. Em uma sessão magna que a 5 de julho celebraram nos suburbios do Porto, resolveram que o levantamento se effectuasse quanto antes, proclamando-se uma Junta de governo provisorio para o reino e convocando-se as côrtes em nome do rei na fórma

das leis e usos antigos, afim de que ellas, de accordo com o soberano e de harmonia com as exigencias e luzes da época, adoptassem as reformas liberaes necessarias, e promulgassem uma constituição politica que regesse a monarchia.

Tendo a regencia recebido algumas noticias vagas destes tramas, começou a desenvolver maior actividade, mas era tarde! Soube Silva Carvalho a 23 de agosto arredar todas as resistencias, amedrontando o desembargador Ayres Pinto, governador das justiças, do qual obteve a promessa de que não executaria as ordens de Lisboa, e, visitando o general Canavarro, commandante das armas, conseguiu que elle passasse o commando ao seu immediato e se retirasse a pretexto de molestias. Ajuntaram-se na mesma noite os conjurados na casa do coronel Sepulveda, onde dispuzeram tudo para na manhan seguinte (24) aos primeiros arrebóes da madrugada romper o levantamento. Leram, com effeito, nessa hora uma proclamação aos soldados, que responderam com estrondosos vivas. Ergueram sem demora um altar no campo, e um dos capellães, depois de celebrar a missa e de fazer uma pratica adaptada ás circumstancias, exigiu o juramento de fidelidade ao rei, ás côrtes e á constituição futura que ellas organizassem. Todos sem excepção, seguindo o exemplo de seus officiaes, prestaram o referido juramento. Reuniu-se logo depois o senado da camara, e os chefes da revolta nomearam uma Junta governativa, cuja presidencia coube ao coronel Silveira, tomando Cabreira a vice-presidencia. Foram alli mesmo escolhidos os seus vogaes que representassem o clero, a nobreza e o povo, prestando todos o juramento de se conservarem fieis á nova ordem de cousas que se ia estabelecer.

Apesar de terem os regentes, quando a 29 de agosto receberam a noticia destes factos, publicado uma proclamação em que concediam aos povos o mesmo que a Junta do Porto promettia, marcharam os constitucionaes até Coimbra e recusaram tratar com a regencia. Esta foi dentro em breve deposta por um governo

provisorio proclamado na capital em virtude de uma sedição militar que rompeu a 15 de setembro, anniversario da expulsão dos francezes. Estiveram então a ponto de vir ás mãos as duas Juntas, a do Porto e a de Lisboa, pretendendo cada uma dellas a primazia. Chegaram, comtudo, a um accordo no dia primeiro de outubro; fundiram-se e os insurgentes do Porto fizeram a sua entrada triumphal em Lisboa no dia 4 do referido mez. Começando a funccionar no dia seguinte, deu este novo governo diversas providencias, e exigiu o juramento de fidelidade das differentes classes de cidadãos, sendo bem poucos os que se lhe recusaram. Appareceu no dia 10 á barra do Tejo a náu ingleza *Vengeur* em que Beresford regressava do Rio de Janeiro, e como o governo provisorio recusasse recebel-o, retirou-se o inglez para o seu paiz no paquete britannico *Arabella.* Muitas e gravissimas foram as divergencias que surgiram no seio do governo, e que nós omittimos como improprias do nosso assumpto. Referiremos apenas que a 31 de outubro se decretou o suffragio universal, e que a 11 de novembro um novo pronunciamento militar exigiu se adoptasse provisoriamente a constituição hespanhola de 1812, medida esta que não tardou em ser modificada. E' egualmente de observar que no ultimo decreto relativo ás eleições em Portugal não se falava dos dominios ultramarinos, dando-se com isto a entender que se consideravam ou como colonias ou como já separados da monarchia.

## VI

## Effeitos da revolução de Portugal no Brasil

49) **Rio, Pará e Bahia.** — A noticia da revolução de Portugal que chegou ao Rio de Janeiro no dia dezesete de outubro por meio de um brigue de guerra portuguez, produziu summo, indescriptivel assombro no

rei, e nos ministros, que a principio falaram de recorrer á força e aconselharam se nomeasse uma nova regencia e se dissesse positivamente aos portuguezes que nem o monarcha, nem o seu filho iria residir em Lisboa emquanto não estivesse alli restabelecida a tranquillidade publica e não fossem executadas as ordens e as instrucções expedidas do Rio de Janeiro. Cumpre confessar que estes ministros eram muito myopes e ignoravam completamente o estado das cousas em Portugal! Como si os revoltosos se importassem com o rei! Como si, na falta delle, não estivessem dispostos a nomear outro, ou a mudar a fórma do governo!

Progredia, no entretanto, a revolta de Portugal extendendo-se á ilha da Madeira, aos Açores e a *Belém do Pará.*

Levou a esta ultima cidade a noticia da revolução portugueza no dia dez de dezembro de 1820 o paráense Felippe Alberto *Patroni,* que estudava em Coimbra. Promoveu Patroni uma sedição militar, que no primeiro de janeiro de 1821, depondo o governo interino existente (o conde de Villa-Flôr, capitão-general do Pará, estava ausente no Rio), nomeou uma Junta provisoria, cuja presidencia coube ao vigario capitular *Romualdo Antonio de Seixas,* futuro arcebispo da Bahia. Prestaram juramento á futura constituição de Portugal; formou-se um partido favoravel á independencia; outro, á união com a metropole. Houve prisões e amnistias, deportações, etc.

*Na Bahia* planejaram o movimento tres tenentes-coroneis do exercito: Francisco José Pereira, Francisco de Paula Oliveira e Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que no dia dez de fevereiro, á frente de seus soldados, marcharam para a praça do palacio dando vivas ás côrtes de Portugal e á futura constituição da monarchia.

Mandou então o conde da Palma, capitão-general governador da Bahia, ao marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes (é o futuro marquez de Barbacena), commandante das armas, que, reunindo as tropas fieis,

procurasse reprimir o movimento sedicioso. Partiu Brant Pontes com apenas 160 soldados, e, quando intimou aos sediciosos que, depondo as armas, se retirassem para os seus quarteis, recebeu uma descarga de artilharia que o feriu e mais a vinte soldados, matando-lhe tambem o major Hermogenes e nove praças.

Recuaram, pois, os outros até o largo da Piedade, onde se achava o capitão-general com algumas tropas. Recommendou o conde da Palma ao procurador do senado da camara que não abrisse aos revoltosos os paços do conselho; porém não foi attendido, unindo-se o dito procurador ao tenente-coronel Manuel Pedro. Declararam-lhe no mesmo tempo uma larga parte de seus soldados que não combateriam contra os seus companheiros de armas. Ao ver que tambem os officiaes mostravam indecisão, receios e repugnancias, seguiu para o senado da camara, onde, apesar da sua presença, os membros da vereação decidiram que adheriam a tudo quanto se fizera em Lisboa substituindo ao governo actual uma Junta governativa, cuja presidencia offereceram ao proprio conde da Palma. Tendo este declinado a offerta, embarcou sem demora para o Rio juntamente com Felisberto Caldeira Brant Pontes e diversos outros funccionarios publicos. Nomearam então os bahianos uma Junta, cuja presidencia déram ao desembargador Francisco Manuel de Moura Cabral; a vice-presidencia, a Paulo José de Mello Azevedo e Brito.

"Resolveu o novo governo que se reconhecesse a dynastia de Bragança e a religião catholica; se jurasse a constituição que fizessem as côrtes de Portugal, adoptando-se por emquanto a hespanhola de 1812; se nomeassem deputados para o congresso de Lisboa; se expedissem os actos officiaes em nome de D. João VI; se proclamasse a reconciliação geral dos povos..... e se pedisse ao rei abraçasse egualmente as idéas modernas."

50) **Hesitações do rei.** — Quando a 17 de fevereiro chegou ao Rio a noticia da revolução da Bahia,

não tinha ainda o rei adoptado algum dos multiplos pareceres offerecidos por seus conselheiros. Revolucionavam-se, no entretanto, egualmente alli os espiritos formando-se diversos partidos, fundando-se associações secretas, organizando-se clubs politicos e corrompendo-se as tropas. Concorreu immenso a excitar ainda mais os animos um folheto que neste interim se distribuiu publicamente e em que se apregoavam com exaggeração os recursos do Brasil, e se aconselhava ao rei o uso da força contra as tentativas criminosas dos demagogos portuguezes.

Depois de hesitar por longo tempo entre os pareceres encontrados dos ministros, tomou finalmente D. João VI uma resolução que por incompleta produziu muito mal e quasi nada de bem. Lavraram-se dois decretos com a data do dia 18, posto que só fossem publicados a 24.

Determinava-se em um delles que D. Pedro seguisse para Lisboa com a missão de governar o reino europeu e de remetter ao Rio de Janeiro o projecto de constituição que as côrtes formulassem afim de ser sanccionada pelo rei no caso de lhe merecer o assentimento.

O segundo decreto convocava no Rio de Janeiro procuradores das camaras das cidades e villas que tivessem juizes lettrados, quer do Brasil, quer das ilhas e dos dominios da Asia e da Africa incumbindo-os de estudar e preparar as reformas convenientes aos seus paizes. Estudaria no mesmo tempo e prepararia estas mesmas reformas uma commissão de pessoas illustradas residentes na capital americana. Mostravam estes decretos que o governo não tinha comprehendido o perigo da sua posição e o modo com que os acontecimentos se precipitavam.

51) **Juramento da Constituição.** — Constando á policia que alguns officiaes militares e diversos paizanos se reuniam a bordo de um navio, expediu ordens para que fossem presos no dia 25; sendo, porém, elles avisados em tempo, trataram de realizar seus planos sem mais demora. Ao repontar, pois, da aurora do dia

26, sahiu dos seus quarteis um batalhão de caçadores indo postar-se armado e municiado no largo do Rocio. Seguiram-lhe logo o exemplo diversos corpos da guarnição e todas as tropas portuguezas e brasileiras, cujo mando assumiu o brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, que pertencia ao exercito portuguez. Avisado do que se passava, incumbiu D. João VI a seu filho D. Pedro de accomodar tudo do modo que fosse possivel. Atravessou o principe pelas fileiras dos soldados, por meio das peças de artilharia que occupavam as entradas da praça do Rocio, pelas camadas e ondas do povo que se agglomerava vociferando vivas á constituição de Portugal; subiu á varanda do theatro de S. João, e, exigindo silencio, perguntou em alta voz aos revoltosos o que pretendiam.

Como todos respondessem pedindo a futura constituição da monarchia, replicou D. Pedro que o rei já providenciára pelos decretos do dia 18, porque seria imprudente acceitar desde já as côrtes, visto não se saber o que ellas resolveriam a respeito do Brasil.

Tomando então a palavra o advogado Macambôa, declarou que o povo e a tropa exigiam se jurasse sem detença a constituição tal qual a promulgassem as côrtes de Portugal, e aos ministros e funccionarios publicos actuaes que illudiam o rei e a nação, se substituissem pessoas mais avisadas e patrioticas. Assegurou-lhes então D. Pedro que voltaria a S. Christovam expor tudo ao pae, e dentro em breve regressaria com a resposta, comtanto que, durante a sua ausencia, conservassem o socego e a ordem conveniente. A' volta, leu o principe da varanda do mesmo theatro um decreto com a data de 24, pelo qual o rei, revogando os anteriores de 18, approvava e jurava a constituição que se estava fazendo em Portugal, applicando-a ao Brasil e mais dominios da coroa. Deu-lhes em seguida conhecimento da demissão do ministerio, do intendente de policia e de varios dos funccionarios principaes, a quem o rei substituia pessoas novas e merecedoras do conceito publico. Determinou que se abrisse alli mesmo, no theatro, sessão extraordinaria do sena-

do da camara, se lavrasse um termo de todos os successos e um auto de juramento á constituição que elle, por si e como procurador do seu pae, prestava e assignava, convidando as pessoas presentes a seguirem-lhe o exemplo. Retirou-se então D. Pedro acompanhado pelas mais estrondosas acclamações do povo.

Conseguiu agora D. Pedro que o rei, afim de dar uma demonstração publica da boa fé e lealdade com que acceitava a nova ordem de cousas, se transferisse aos paços da cidade, e passasse ordem a toda a familia real para fazer outro tanto. Quando D. João viu, ao entrar na cidade, a multidão de populares atirar-se em tumulto sobre a sua carruagem, estrugindo os ares com vozerias estrepitosas, gritos descompassados e repetidos vivas, pensou chegado o seu ultimo dia, e, pallido, desfigurado, tremulo, silencioso, não poude ver, nem ouvir o que em torno delle se passava. Deixou machinalmente que o povo lhe tirasse os cavallos do coche e o puxasse até ao paço, onde em braços o carregaram depositando-o no topo das escadas. Mais morto que vivo, foi pelos seus famulos levado ás janellas, em que, chorando como uma creança e impellido pelo filho, balbuciou por diversas vezes a palavra *constituição,* mostrando approvar o que commettera D. Pedro de Alcantara.

Salvaram as fortalezas e os navios de guerra ancorados no porto; desfilou toda a tropa da guarnição, realizou-se um beija-mão; illuminou-se a cidade, e preparou-se o theatro para uma representação patriotica. Deixou-se o rei levar á sala do espectaculo, ouviu com paciencia as recitações multiplicadas de versos allegoricos; agradeceu insensivelmente os vivas, bravos, applausos, as saudações que lhe dirigia o povo; seu coração, todavia, estava opprimido por magua tal, que não se pode descrever.

52) **D. João resolve voltar a Portugal.** — Tendo-se no dia seguinte reunido o conselho dos ministros, fo-

ram todos, menos um (Silvestre Pinheiro Ferreira), de parecer que o soberano e toda a côrte devia transferir a sua residencia para Lisboa. Comquanto desejasse ardentemente ficar no Brasil enviando D. Pedro a Portugal, accedeu D. João ao conselho de seus ministros publicando a 28 de fevereiro um manifesto que declarava a sua resolução, e mandando aprompta̧r a fragata *Maria da Gloria* para levar a Lisboa a noticia official. Occuparam-se em seguida os ministros das providencias que, sendo reclamadas com urgencia pelos interesses do Brasil, deviam ser indispensavelmente dadas antes da partida do soberano. A primeira dellas consistiu em facultar a liberdade da imprensa no Brasil, collocando-a, porém, sob a vigilancia do inspector geral dos estabelecimentos litterarios. Passaram-se logo depois as ordens precisas ás capitanias brasileiras, que desde então receberam officialmente o nome de *provincias,* para procederem á eleição de deputados ás côrtes de Lisboa, na conformidade do systema hespanhol adoptado pelo governo provisorio do reino. "O povo devia nomear commissarios, estes nomeariam os eleitores de parochias, estes os eleitores de provincia, e finalmente estes os deputados".

**Armitage, pag. 19.**

Immensa foi a impressão produzida no Rio pela noticia da retirada da côrte; infinitas, as questões que este facto suscitava. Começou-se então a organizar e propagar um partido favoravel á total independencia do Brasil. Collocaram-se á sua frente *Joaquim Gonçalves Ledo, Januario da Cunha Barbosa, frei Sampaio,* e diversos outros individuos relacionados com *José Clemente Pereira,* juiz de fóra da cidade do Rio de Janeiro. Conservando a união com Portugal, desejava Pereira que o Brasil fosse governado por D. Pedro com um centro proprio de administração suprema e instituições particulares. Quando, porém, não se pudesse obter esta ultima parte, não recusava José Clemente a separação e até a republica.

Diversas classes da Sociedade, principalmente o corpo do commercio e o proprio senado da camara supplicaram ao rei não abandonasse o Brasil á orphandade; deixasse ao menos em seu logar o filho primogenito para governar o paiz e conserval-o na obediencia do seu soberano, porque do contrario os seus velhos ciumes poderiam produzir a separação. Arrastado por seus conselheiros, respondeu seccamente o rei. A situação era tal, que ninguem concorreu para animar as festas preparadas em honra de um filho de D. Pedro, nascido a seis de março e baptizado com o nome de João. Recolheram ao mesmo tempo á fortaleza da ilha das Cobras o almirante Rodrigo Pinto Guedes e os desembargadores do paço João Severiano e Luiz José de Carvalho e Mello, accusados de promoverem revoltas, porque se oppunham á partida do rei. Logrou felizmente D. Pedro persuadir ao pae a necessidade de modificar as resoluções tomadas, alcançando delle o decreto de sete de março pelo qual D. João o nomeou seu logar-tenente emquanto a constituição incumbida ás côrtes de Lisboa não determinasse de que modo se governariam os dominios e possessões da monarchia portugueza. Desconcertou esta nomeação os projectos dos republicanos, que por isto formaram clubs particulares, e trabalharam para afastar do Brasil o principe D. Pedro. Pelo contrario, os monarchistas que anhelavam pela independencia, trataram desde logo de prestar forças ao regente, separando-o das côrtes e governo de Portugal, bem como aproveitando as occorrencias favoraveis para o tornar completamente brasileiro. Contavam-se entre estes José Clemente, Ledo, Januario, Luiz Pereira da Nobrega, José Joaquim da Rocha e frei Sampaio.

Emquanto o rei se apercebia para a viagem, deu diversas providencias que apontaremos com a maior brevidade. Mandou antes de tudo equiparar os officiaes brasileiros aos portuguezes quer no soldo, quer nos direitos e modo de promoção; restituiu a liberdade aos tres que prendera na ilha das Cobras; escreveu

ao barão da Laguna convocasse uma assembléa de deputados eleitos livremente pelos moradores da Banda Oriental, incumbindo-os de decidir a respeito do futudo do seu paiz. Caso preferissem ficar unidos ao Brasil, cumpria fixar as bases da união; do contrario, as tropas brasileiras deveriam evacuar aquelle territorio. Reconheceu como divida nacional o que devia ao Banco do Brasil, e lhe mandou entregar todos os diamantes lapidados e guardados no erario, os que no futuro se lapidassem, os brutos existentes e os arrecadados posteriormente que não fossem precisos para alimentar o trabalho da fabrica. Applicou a destino analogo quantas pedras preciosas e joias de ouro e prata se reputassem dispensaveis ao decoro e uso da coroa. Facultou ao Banco dispor destes objectos e abater na conta corrente a sua importancia. Afim de fortificar o credito e as operações do referido Banco, determinou que por conta do governo se levantasse na Europa um emprestimo de dois mil e quatrocentos contos de réis.

53) **As provincias. — Pernambuco.** — Lancemos agora um rapido olhar sobre o estado das provincias do norte, onde predominava o elemento portuguez. Já vimos como o Pará e a Bahia adheriram sem demora á revolução de Portugal. Mais que em qualquer outra provincia o espirito da revolta lavrava na de Pernambuco, mas governava alli com mão de ferro Luiz do Rego Barreto, contra o qual dirigiam os pernambucanos suas principaes accusações e queixas, algumas justas e fundadas; outras, exaggeradas e improcedentes. Avultavam, entre todas, as que se referiam aos factos occorridos no territorio do *Bonito* ao findar do anno de 1819.

Apresentára-se por alli tempos antes um tal *Silvestre,* homem desconhecido ,moreno e de meia edade, do qual nunca ninguem soube onde nascera, nem que profissão tinha, nem de que vivia. Tendo, pois, esse homem apparecido no territorio do Bonito a pretexto de ir fazer uma roça no morro do *Rodeador,* não se

demorou em espalhar no meio do povo ignorante diversos boatos phantasticos de religião: vozes humanas sahidas de sob uma pedra concava daquelle morro; luzes nocturnas, esplendor mysterioso... Falava-se particularmente da apparição de uma santa a ensinar o que cumpria fazer para se conseguir a felicidade. Conforme explicaram mais tarde, aquella santa era a liberdade que Silvestre procurava; a felicidade, as luzes nocturnas, as vozes humanas, etc.: tudo era invenção, e symbolo da nova ordem de cousas que se meditava. Acreditando o povo ignorante haver em tudo isto algum facto extraordinario de religião, correu em grande numero para o alto daquelle morro, formando-se alli, dentro em breve, um consideravel arraial. E' difficil acreditar que todos estivessem em boa fé; mas, em todo o caso, é certo que tinham armas e munições, e que Silvestre, para nutrir tanta gente, pedia aos fazendeiros vizinhos enviassem mantimentos sob pena de serem severamente punidos. Como, porém, Silvestre recusasse retirar-se, segundo lhe fôra intimado pela autoridade policial, Luiz do Rego mandou contra o arraial diversas tropas, que incendiaram as choupanas e dissolveram a reunião. Tendo esses fanaticos illudidos opposto viva resistencia, houve mortes e muitos foram presos; mas Silvestre escapou, sendo mais tarde visto na Goianna fazendo parte do exercito dos independentes. A todos perdoou o rei como a illusos, porém os inimigos do governador aproveitaram o ensejo para o tornar odioso, chamando-lhe autor das matanças do Bonito.

A actual cidade do Bonito, séde do municipio do mesmo nome, está a 8.°,25'' de lat. mer. e 8.° e 30, 25" de long. or. do Rio de Janeiro. Vide o Dicc. chor. do Dr. Galvão; art. Bonito. It. I. H. Bras., vol. 24 (1861), pag. 353.

Em consequencia dos factos de Lisboa e do Rio de Janeiro, publicou Luiz do Rego uma proclamação em que promettia supplicar ao rei se dignasse adherir ás novas instituições liberaes; aconselhava no mesmo tempo aos pernambucanos a conservarem-se por emquanto obedientes ás leis e ás autoridades constituidas.

*Maranhão*. — Tendo-se no Maranhão levantado as tropas no dia 6 de abril, convocou o governador Bernardo Pinto da Silveira o senado da camara e diversos funccionarios, civis e militares, ordenando-lhes decidissem o que convinha resolver. Responderam que se convocasse uma Junta governativa e se jurasse obediencia tanto ás côrtes de Lisboa como á constituição que ellas organizassem. Effectuou-se a mudança sem tumulto, assumindo o proprio governador a presidencia da Junta, da qual fez parte tambem o Bispo.

Os governadores do *Ceará* e da *Parahyba* imitaram o proceder de Luiz do Rego, oppondo-se á formação da Junta e entretendo o espirito publico com promessas e sustos. Conservaram-se as outras provincias tranquillas na apparencia, mas em todas ellas ia lavrando uma profunda agitação dos espiritos.

Começaram por este tempo a apparecer em quasi todas as cidades principaes do Brasil periodicos de pequeno formato, que propagavam toda a sorte de opiniões e total anarchia de doutrinas.

54) **As eleições no Rio de Janeiro.** — Em seguida aos factos do dia 26 de fevereiro o Rio de Janeiro não esteve tranquillo. Appareciam em toda a parte pasquins que censuravam gravemente o governo e o proprio rei. Fixou-se finalmente o dia 20 de abril para a reunião dos eleitores de parochias no edificio da praça do commercio que pouco antes fôra levantado á beira do mar e dava sobre a rua Direita. Cumpria-lhes nomear os eleitores de comarca segundo as disposições da lei vigente.

Esta noticia excitou grande enthusiasmo na cidade e muitas pessoas se dirigiram para aquelle logar. Os eleitores eram apenas 160, mas o povo que assistia era muito e pertencia a todas as classes.

Já tinham passado quatro horas da tarde quando a Junta, presidida pelo ouvidor da comarca e tendo por secretario o juiz de fóra eleito da côrte, começou a sessão. Em logar de se tratar da apresentação de cartas de nomeação, ou de outros objectos attributivos de uma

Junta simplesmente eleitoral, passou o presidente a ler ao povo em alta voz o aviso do ministro de estado dos negocios do reino, bem como um decreto em que o rei estabelecia o governo que devia reger o Brasil depois da sua retirada. A Junta, dando este passo, alheio da sua competencia, explicava o motivo porque fôra convocada e os cidadãos ficaram completamente convencidos de que tinham direito para fazer naquella occasião as observações que quizessem.

Apenas o presidente acabou de ler o aviso e o decreto, o povo que estava na parte opposta, clamou que tambem elle o queria ouvir, e o coronel José Manuel de Moraes, recebendo do presidente os papeis, os leu de logar eminente.. Então o povo exclamou a uma só voz: *Queremos a constituição hespanhola interinamente.* Como os clamores augmentassem em todo o salão, os eleitores pediram ao povo que se tranquillisasse, porque era certo que se havia de jurar a constituição que pediam, e o presidente afiançou que estava munido de poderes reaes para os attender.

Passaram, pois, a lavrar um termo de juramento á mesma constituição hespanhola e nomearam cinco eleitores para que fossem ao rei com o termo e lhe expuzessem fielmente o que se tinha passado. Levou-se muito tempo a apromptar e assignar este acto. Durante todo este tempo não houve desordens na sala, porém diversos cidadãos distinctos faziam discursos e chegaram a propor que se formasse uma Junta de governo provisorio, no qual os eleitores resignassem logo os seus poderes. Era já noite quando a deputação seguiu para São Christovam, onde D. João VI, que já estava occupado com o seu conselho, a recebeu muito affavelmente. O rei concedeu tudo por meio de um decreto; porém a côrte e até os membros da familia real mostraram que desapprovavam tanta condescendencia.

No entretanto, o povo na praça do commercio estava ancioso pela demora da deputação e muitos espalhavam a voz que as tropas estavam com armas em seus quarteis e começaram a reparar que na praça do commercio não havia nenhum official portuguez. Correu

tambem o boato de que o rei tinha retido os deputados e pretendia embarcar com toda a côrte naquella mesma noite. Muitos, portanto, gritaram que era necessario se impedisse a sahida do rei e dos outros. Por isso a Junta eleitoral passou ordem ás fortalezas da barra que sob pena de morte não deixassem sahir nenhuma embarcação nacional ou extrangeira, de guerra ou mercante. Para levar esta ordem enviou dois de seus membros, que (seriam onze horas) do inspector do arsenal receberam um escaler.

Levados pela curiosidade embarcaram tambem alguns individuos do povo. Pediu tambem a Junta ao general Caula, commandante das armas, que passasse elle mesmo uma ordem no mesmo sentido ás fortalezas. Caula consentiu, mas protestou que o fazia constrangido, e se retirou.

Chegaram finalmente pela meia noite de volta os deputados de São Christovam. Nada póde egualar a alegria causada pelo decreto do rei, que foi ás pressas impresso e distribuido.

Comtudo muitos do povo logo gritaram que de nada serviria a constituição hespanhola, si não se formasse uma Junta provisoria sem a qual tudo tornaria a cahir no estado presente. Cumpria, pois, crear desde logo um novo governo, e assim o fizeram de facto.

No entretanto a côrte em São Christovam não dormia, pois tinha mandado ordens para que a tropa de Portugal se reunisse no Rocio e tinha expedido um official do estado-maior para a fortaleza de Santa Cruz afim de dar uma contra-ordem ao seu governador e prender os dois eleitores. Estes que já se iam retirando, foram presos e fechados na mesma fortaleza. Egual sorte tiveram os seis paizanos que os tinham acompanhado.

Logo depois o general Caula foi substituido pelo marechal Jorge de Avilez Suzarte, o qual, á frente da tropa, marchou para a praça do commercio. Eram quatro horas da manhan. A Junta acabava de nomear um governo provisorio do qual o rei seria o presidente. Antes de se levantar a sessão decidiu-se que uma depu-

tação fosse informar o rei do resultado das deliberações. Com isto muitos eleitores foram-se despedindo; mas ainda não tinham sahido todos quando as tropas, compostas das tres armas, se apresentaram na frente da Praça do Commercio, prolongando-se a columna pela praia dos Mineiros, e o trem de artilharia postou-se contra o edificio. A sexta companhia dos caçadores de Portugal apresentou-se na frente da porta do edificio em linha de batalha e deu para dentro uma descarga de cincoenta tiros e logo entraram no salão e carregaram á baioneta calada contra os cidadãos descuidados que se achavam dentro.

O primeiro que cahiu morto foi Miguel Feliciano de Souza.

Diversas pessoas foram mortas e muitas, feridas. Muitas atiraram-se a nado para salvar a vida e pereceram afogadas. O peior foi que os soldados saquearam a sala tirando della o que acharam de mais precioso.

"Não se tem podido avaliar com certeza o numero de infelizes sacrificados neste dia. Os cadaveres foram conduzidos mysteriosamente para o arsenal de marinha e alli secretamente sepultados."

A tropa dividiu-se em duas brigadas: uma composta da tropa de Portugal, que se foi postar no largo do Paço; outra da tropa do Brasil, que estacionou no largo do Rocio. Na noite do dia 22 retirou-se a quarteis a cavallaria e a infanteria; porém ficára em cada um dos sobreditos logares um batalhão de caçadorees e um parque de artilharia, fazendo sempre o serviço de campanha até o dia 26 em que S. M. se fez de vela para a Europa.

Vide no Inst. Hist. Bras. de 1864, p. 1. pag. 271. Memoria escripta por uma testemunha presencial.

Vide tambem no tomo. LXXIII, anno de 1911, o excellente trabalho do sr. Dr. Vieira Fazenda, o qual faz uma bella descripção da Casa antiga e da nova accrescentando optimas notas historicas e indicando tambem o que alli occorreu em 1821.

Publicou naquelle mesmo dia o rei outro decreto em que, annullando o do dia precedente, manifestava ao povo as instrucções segundo as quaes o principe devia regular-se no seu governo provisorio do Brasil

que lhe era confiado. Seria elle assistido por dois ministros e dois secretarios: aquelles eram o conde dos Arcos para a repartição do reino, e o conde de Lousau para a da fazenda; estes, o marechal Caula, incumbido dos negocios militares, e Manuel Antonio Farinha, a quem foram entregues os que se referiam ao mar.

Os dois ministros e um dos secretarios, conforme o assumpto de que se tratasse, formariam o conselho do regente. Aos conselheiros cabia a responsabilidade por todos os actos. Investia-se o regente de plenos poderes para a publica administração incluindo os de conceder perdão e commutação de penas, nomear funccionarios civis, militares e ecclesiasticos, menos os Bispos, fazer guerra offensiva e defensiva aos inimigos, pactuar treguas ou convenções, e galardoar os subditos com habitos das ordens honorificas. No caso imprevisto da sua morte, a regencia passaria para a princeza viuva, assistida por um conselho de ministros e secretarios, do presidente do desembargo do paço e do regedor das justiças.

55) **Embarque e partida da familia real, 24 e 26 de abril de 1821.**—Estavam finalmente promptos os navios destinados ao regresso da côrte para a Europa. Além da náu *D. João VI,* contavam-se entre elles as fragatas *Carolina* e *Princeza Real,* seis charrúas, muitos transportes e numerosas embarcações mercantes.

Deixaram as plagas americanas umas quatro mil pessoas levando comsigo muitas riquezas do Brasil. Excusado é pintar aqui a scena da despedida. Similhantes cousas mais facilmente se imaginam que descrevem. Contaremos tão sómente que na tarde do dia 24 de abril o rei passou com toda a sua familia para a náu *D. João VI,* e que, segundo as tradições populares, não se podia resignar á idéa de abandonar o Brasil. Banhado em lagrimas, balbuciando palavras desconnexas e cortadas com soluços repetidos, offerecia o aspecto visivel de uma dôr penetrante que lhe suffocava o peito e acabrunhava o espirito. *Brasil! Bra-*

*sil!* repetia a miudo, cahindo tambem em uma especie de deliquio assustador, e rompendo de subito em vozes e gestos singulares como quem desperta de um sonho atribulado. Abraçava o filho querido, a nora e a netinha, que a bordo recebiam as derradeiras despedidas. Apertava convulso as mãos dos subditos predilectos de quem se separava; commovia a todos com accentos e manifestações angustiadas; concedeu quantos titulos e condecorações lhe pediram os ambiciosos. Referem que antes da sahida, na manhan do dia 26, dirigiu diversas queixas ao filho como autor de varios manejos dirigidos a removel-o do Brasil. Conta-se egualmente que emquanto se suspendia o ferro, lançou D. João ao pescoço de D. Pedro uma insignia do tosão de ouro, á qual consagrava particular estima, e lhe dirigiu as palavras seguintes, entrecortadas de profundos e constantes suspiros: "Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; si assim fôr, põe a corôa sobre a tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão della."

Ter D. João pronunciado estas palavras ou outras equivalentes é certo, [1] porque D. Pedro em 1822 as lembra em uma carta dirigida a seu pae; mas é difficil saber o dia, a hora e o logar em que as pronunciou.

56) **Portugal.** — Lavrava muito sériamente neste interim a discordia entre os proprios chefes da revolução de Portugal, que formavam dois partidos. O primeiro que se denominou *moderado,* desejava conservar os privilegios do throno modelando a nova constituição pela *Carta* que regia a França; anciava o outro por destruir tudo quanto parecia improprio dos tempos modernos imitando e até ultrapassando as côrtes hespanholas que se tinham convertido em dictadura. Este segundo partido prevaleceu quasi inteiramente. Reuniram-se as côrtes a 24 de janeiro de 1821 manifestando desde logo grande opposição ao Brasil. Afim de obstar á emigração dos portuguezes, vedou o gover-

(1) Vide par. 82.

no provisorio aos navios que de Portugal velejavam para o Brasil, levarem mais pessoal do que fosse estrictamente necessario ao serviço de bordo. Com o mesmo intuito mandou vigorar de novo a legislação anterior colonial que oppunha tantas difficuldades aos passaportes. "Pretendia-se, diz. Per. da S., fundar liberdades politicas, e roubavam-se as faculdades civis dos subditos" aos quaes não se deixava nem siquer o direito de mudar a residencia de uma para outra parte do mesmo estado! Ao receberem a noticia da revolução do Pará e da Bahia, votaram as côrtes uma lei tendente a fazer com que as diversas provincias brasileiras acclamassem Juntas governativas que dependessem directamente de Lisboa. Está claro que pretendiam enfraquecer com isto o nosso paiz para o dominar e reduzir ao estado colonial.

Quando a 27 de abril a fragata *Maria da Gloria* levou a noticia do que se passava no Rio de Janeiro, as côrtes rejeitaram a proposta de se conferir a D. João o titulo de *Pae da Patria,* annullaram as graças e commendas concedidas pelo rei, e declararam altamente que ao monarcha não cabia o direito de approvar, mas tão sómente o dever de jurar a constituição tal qual lhe seria apresentada. Reprovaram no mesmo tempo o emprestimo que D. João tinha mandado realizar e até resolveram pedir-lhe conta das joias entregues ao Banco. Na occasião destas discussões diversos deputados portuguezes lançaram insultos grosseiros contra a familia do rei, o Brasil e os brasileiros em geral. Dir-se-ia que as côrtes de Lisboa queriam até com estudo impellir o Brasil ou ao desespero ou á separação! O resultado immediato de tudo isto foi o principiar a formar-se em Portugal um partido reaccionario contra as côrtes e contra a propria constituição.

# VII

## Ferro no Brasil

57) **Fabrica do Ipanema em S. Paulo.** — A uns treze kilometros pelo oéste da cidade de Sorocaba levanta-se um grupo de montanhas de formação metallica, que tem uns dezeseis kilometros de comprido e proporcionada largura. Consta a montanha de tres cabeços, um dos quaes se denomina propriamente *Araçoiaba;* outro, *Morro do Ferro;* o terceiro, *Morro Vermelho*. Sobre o cimo do cabeço principal existe uma lagôa que chamam *Dourada.* (1) Manam dessa montanha diversas correntes de agua, sendo as mais importantes o *Ipanema* que verte na face oriental, e o *Sapuhy* do lado opposto. Ambos são tributarios do Sorocaba que por sua vez o é do Tieté.

Em 1589 achou ferro nesse logar o paulista Affonso Sardinha, que construiu um forno catalão, isto é, baixo; porém luctou debalde com difficuldades insuperaveis. Em 1598 ou 1600 visitou esse morro o governador geral D. Francisco de Souza, que, para facilitar e desenvolver o fabrico do ferro, fundou a povoação de *Itapeboçú,* a qual não se demorou em desapparecer. Em 1681 ou 82 fizeram-se novas tentativas, que não surtiram bom effeito. Ignoramos que resultado conseguiu o capitão Luiz Lopes de Carvalho, que em 1698 obteve nesse morro, e para identico fim, uma sesmaria de quatro leguas em quadra.

Consta que de 1766 a 1770 foi no referido morro levantado um forno biscainho e que, durante alguns annos, alli se fabricou ferro na proporção de quatro arrobas diarias; deixaram, todavia, de proseguir no trabalho por motivos que ignoramos. Tendo em 1798

---

(1) **Açoiaba** significa cobertor; **Hybiroçoiaba ou Biraçóiaba,** escondrijo dos bosques; **Araçoiaba,** escondrijo do dia. Vide Azevedo Marques nas palavras: **Fabrica de ferro do Ipanema,** e **Araçoiaba.** Vide tambem o vol. XVIII (an. 55) pag. 235 do Inst. Hist. Brasileiro.

obtido nesse mesmo logar algum resultado João Manso Vieira, baixou no anno seguinte uma carta régia, em virtude da qual passou em 1800 ao Morro do Ferro Antonio Manuel de Mello, capitão-general de São Paulo, acompanhado pelo coronel Candido Xavier de Almeida e pelo proprio Manso. Concordaram estes em abandonar o sitio da fabrica velha e construir uma nova perto do rio Ipanema. Não se demorou, comtudo, o capitão-general em escrever ao governo que Manso não era chimico, mas *alchimista,* e não atinava com os ingredientes necessarios para fundir o ferro. Nem conseguiu melhor resultado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que, sendo nomeado inspector das minas e bosques de S. Paulo, passou ao Ipanema em 1803, porque as reformas e melhoramentos que elle propoz, não foram executados apesar de terem merecido a approvação do governo.

Escreveu finalmente o conde de Linhares a Portugal ordenando viessem para o Brasil tres officiaes que haviam sido contractados, por dez annos, entre os mais distinctos discipulos das escolas de Freiberg. Fez no mesmo tempo com que no norte da Europa se contractassem mestres praticos para fundir e refinar o ferro. O primeiro dos ditos officiaes que a 16 de setembro de 1809 se apresentou ao referido conde de Linhares, foi o capitão de engenheiros Frederico Guilherme de Varnhagen, que, juntamente com Martim Francisco e o capitão-general Antonio José da Franca e Horta, em abril de 1810 seguiu para o Ipanema, onde todos juntos se demoraram tres semanas, e cumpriram satisfactoriamente com a commissão que tinham recebido. Escrevendo Varnhagen um relatorio para o governo, iniciou a idéa de uma companhia anonyma em que a fazenda publica entrasse com a metade do capital e com a inspecção administrativa. Devia este capital empregar-se na extracção e fundição do ferro em Sorocaba, que lhe parecia de qualidade superior. Tendo-se realizado esse plano, Varnhagen foi pelos accionistas eleito procurador da companhia.

Chegavam, no entretanto, ao Rio de Janeiro vinte e quatro dos operarios contractados na Suecia, conduzidos pelo dr. Carlos Gustavo Heldberg, que entre os seus compatriotas passava por mineralogista abalisado. Destinou-os o governo para a capitania de S. Paulo, afim de procederem a investigações nos logares que parecessem conter no seio riquezas importantes. Confiaram pouco depois a Heldberg a direcção suprema do *estabelecimento montanistico de Sorocaba,* porém não se demorou em desavir-se com os membros da Junta administrativa que funccionava em S. Paulo e constava do capitão-general, do marechal José Arouche de Toledo, do coronel Martim Francisco e do capitão Varnhagen. Como a lucta que se travou, demorasse o andamento regular dos trabalhos, mandaram examinal-os pelo marechal Napion, que propoz a demissão de Heldberg considerando-o improprio para dirigir o referido estabelecimento. Incumbido então da fabrica (1815), logrou Varnhagen, construindo fornos altos, fundir em 1818 (1.º de nov.) o primeiro ferro, que foi coagular-se nas fôrmas de tres grandes cruzes, collocadas logo depois com toda a solemnidade nas immediações do estabelecimento. Reconhecendo, todavia, Varnhagen que as mattas demarcadas em 1811 eram insufficientes para fornecer o necessario combustivel, reclamou em 1819 a acquisição de novos terrenos que garantissem o futuro da nova fabrica. Procedeu-se á demarcação e avaliação desses terrenos, porém nada se conseguiu, porque o governo não forneceu os fundos necessarios. Em 1821 partiu Varnhagen para a Europa com licença illimitada sendo dentro de pouco tempo demittido. Occupou o logar delle interinamente Rufino José Felizardo, ao qual succedeu o coronel João Florencio Peréa. Como, todavia, este não possuisse os conhecimentos necessarios, substituiram-lhe em 1831 o major de engenheiros João Blöem, que tomou posse em 1835, e breve partiu para a Europa a contractar operarios, ficando, nesse meio tempo em seu logar, o major Francisco Antonio de Oliveira. Reassumindo Blöem, ao voltar da Europa, a direcção da fabrica,

inaugurou numerosas reformas e fez grandes despesas, mas tudo deu em nada. Sendo, por ultimo, em 1842 accusado de impericia e falta de economia, bem como de se ter envolvido na revolta daquelle anno, déram-lhe um successor na pessoa do então tenente-coronel Antonio Manuel de Mello, que, por ter encontrado a fabrica em estado lastimoso de deterioração, não se demorou em retirar-se. A mesma sorte tiveram outros directores, até que em 1860, o governo mandou dissolver aquelle estabelecimento, tendo de se transferir o seu material e pessoal para uma nova fabrica que se devia crear na provincia de Matto Grosso em logar que ainda não era conhecido!

Restaurou-se, comtudo, a fabrica do Ipanema, collocando-se á frente della em 1865 o distincto capitão de engenheiros dr. Joaquim de Souza Mursa, que na Europa fizera estudos especiaes sobre este ramo de sciencias. Muitas cousas reformou e restabeleceu o dr. Mursa, mas até 1870 pouco alcançára, diz Az. Marques, em consequencia das gravissimas difficuldades com que teve de luctar.

58) **Fabrica no Morro do Pilar em Minas.** — O desembargador Manuel Ferreira da Camara Bittencourt Aguiar e Sá, natural de Itacambirassú na comarca do Serro Frio (1762), depois de formar-se em Coimbra e viajar pelos diversos paizes da Europa, voltou para a sua patria, e foi o primeiro brasileiro que occupou o posto de intendente dos diamantes, cargo de que tomou posse no primeiro de dezembro de 1807. Tendo reparado na grande copia de ferro que cóbre o solo de Minas, logrou ser pelo governo autorizado a montar uma fabrica de fundição desse metal (10 de out. de 1808) onde bem lhe parecesse. Escolheu, pois, como logar mais proprio o Morro do Gaspar ou do Pilar, cujo terreno lhe cedeu gratuitamente o proprietario Sancho de Heredia. (1). Deu alli Camara prin-

(1) **Gaspar Soares**, um dos mais antigos mineiros, foi o proprietario das lavras desse morro a que deixou o seu nome. Como a primeira egreja que alli se fundou, fosse dedicada a N. S. do Pilar, o morro ficou sendo mais tarde conhecido por ambos os nomes.

cipio ás obras da fabrica a cinco de abril de 1809. Começou por construir um forno alto ou de vasar ferro pelo systema da Allemanha; porém a falta de agua sufficiente para pôr em movimento os malhos e folles, o obrigou a mudar o plano primitivo mandando levantar tres fornos baixos pelo systema catalão. Apesar de ter a falta de agua continuado a oppor-lhe difficuldades quasi insuperaveis, conseguiu levar em 1815 para o Tijúco, em carros cobertos de flores e com grande satisfacção de todos, as primeiras barras de ferro fundidas no morro do Pilar. O resultado não foi pequeno, visto como em 1822 a fabrica já déra para mais de quatro mil arrobas de ferro. Tendo em 1820 chegado ao Rio parte dos artifices prussianos contractados na Europa, o governo destinou para a fabrica do Pilar dois fundidores em forno alto, a saber: Hermano Utsch, pae; e Henrique Utsch, filho: o primeiro como mestre, o segundo como official; mas nenhum dos dois possuia conhecimentos metallurgicos, nem sabia fundir ferro em fornos altos. Nenhum auxilio, por conseguinte, prestaram a Camara, e, tendo este em 1822 deixado a intendencia, a fabrica do Pilar decahiu rapidamente por falta de trabalhadores e de uma administração regular. Como de nada lhe valessem as providencias tardias que o governo deu em 1825, ella foi definitivamente fechada em 1831. Não é, pois, para extranhar que esta fabrica désse notaveis prejuizos á fazenda real.

Tinham, no entretanto, surgido, sob a direcção do barão de Eschwege, outras fabricas de fundir ferro em Congonhas do Campo, em Itabira do Matto Dentro, no Infeccionado, em Cocaes, em S. José da Lagôa, que corresponderam mediocremente aos desejos e espectação do governo. Procuraram-se no mesmo tempo, porém sem resultado, minas de chumbo e de prata que se suspeitava existirem nas margens e vizinhanças do rio Abaeté.

**Vide — Memorias do Districto Diamantino pelo dr. J. Felicio dos Santos — Cap. XXVIII, onde á pag. 299 se lê a confutação do visconde do Porto Seguro, que tentou negar ou rebaixar o merito de Camara.**

## EPOCA XI

## Reinado de Pedro I

---

## I

## Causas do Fico: 26 de abril de 1821—9 de janeiro de 1822

59) **Situação do Rio de Janeiro.** — A retirada da côrte reduziu o Rio de Janeiro a uma condição lastimosa. A população diminuiu, o commercio ficou muito acabrunhado, a moeda metallica desappareceu, o *deficit* augmentou, a renda baixou, e o Banco, suspendendo seus pagamentos, esteve a ponto de quebrar. Suspendeu-se o gyro regular das transacções; falliram muitas casas; augmentou-se o preço de todos os objectos necessarios á subsistencia. No meio destas difficuldades achou o principe regente notavel apoio no seu ministro, o conde dos Arcos, que logo dirigiu circulares a todas as Juntas ou governos do Brasil participando-lhes os factos occorridos e exigindo obediencia a D. Pedro. Proclamou egualmente o principe no mesmo sentido aos povos e abriu audiencias publicas semanaes para todos os que lhe quizessem falar pessoalmente. Reservando para si o palacio de S. Christovam, cedeu os paços da cidade para diversas repartições publicas que até então occupavam casas de aluguel. Declarou que para as suas despesas particulares lhe bastava a quantia de um conto e seis centos mil réis mensaes; suspendeu o provimento de empregos vagos na secretaria e repartições publicas; diminuiu os gastos da policia; mandou tomar contas severas a todos os

recebedores do dinheiro do fisco, e supprimiu muitas gratificações concedidas anteriormente pelo rei. Tratou de conhecer por si mesmo toda a administração, e, tendo encontrado numerosos defeitos, fez uma especie de orçamento; aboliu alguns impostos; favoreceu o commercio; ordenou ás alfandegas despachassem gratuitamente os livros importados; concedendo a liberdade de imprensa, decretou que em caso de abuso o editor seria responsavel perante a lei, si o autor não apparecesse. Prohibiu que se prendesse qualquer pessoa sem ordem assignada pelo juiz criminal da comarca, salvo o caso de flagrante delicto, em que qualquer do povo podia prender os delinquentes. Limitou a faculdade de expedir mandado de prisão á existencia prévia de culpa formada; estabeleceu que á prisão seguisse immediatamente o processo, e o prazo da pronuncia não excedesse a quarenta e oito horas. Em fim aboliu todos e quaesquer instrumentos de tortura. Transferindo para outro local as tropas portuguezas aquarteladas no seminario de S. Joaquim, restituiu o edificio e a egreja ao reitor e fundadores do referido seminario, ao qual concedeu, como indemnização, uma loteria annexa.

60) **Provincias.** — Declarava, no entretanto, a Junta da Bahia que, não tendo D. João VI poderes para estabelecer regencias, não reconhecia a autoridade do principe. Outro tanto faziam os governos installados no Pará e no Maranhão preferindo obedecer directamente ás côrtes de Lisboa e reentrar no regime colonial. Dirigidas pelo coronel Claudino Pimentel, insurgiram-se as tropas da divisão portugueza em Montevidéo (20 de maio de 1821) exigindo serem consideradas sempre pertencentes ao exercito europeu, nunca ao brasileiro; jurando a constituição que as côrtes fizessem, e requerendo que todas as autoridades e funccionarios publicos fossem compellidos a imitar-lhe o exemplo. Tendo o general Lécór consentido em tudo, foi nomeado presidente de uma Junta que se formou, e que desde logo resolveu prestar homenagem e obe-

diencia ao principe regente. Officiou então Lécór ao chefe politico do estado, D. Juan José Duran, pedindo-lhe convocasse uma assembléa de deputados eleitos pelas varias localidades da provincia afim de resolverem ácerca da sorte futura da Banda Oriental, a saber; si quizessem incorporar-se ao Brasil, volver para o dominio da Hespanha, unir-se a Buenos-Ayres ou formar um governo proprio e independente. Depois de muito discutir, resolveram unanimes os deputados que ao estado convinha mais a sua incorporação aos dominios da coroa portugueza com as condições seguintes: Os limites seriam fixados no rio Quarahim e no arroio Chuy; a Banda Oriental teria nas côrtes a sua representação tanto como as outras provincias da mesma coroa; conservaria suas leis civis e criminaes, seus privilegios e foros que não fossem contrarios á futura constituição da monarchia portugueza. Os cargos publicos da provincia seriam confiados aos seus naturaes; seus habitantes não seriam obrigados ao serviço militar, nem as milicias constrangidas a sahir do seu estado. Pediam no mesmo tempo um Bispo particular para as necessidades espirituaes da provincia. O termo que a respeito desta resolução assignaram, leva a data de 31 de julho de 1821.

**Em S. Paulo**, reunindo-se a 23 de maio o povo e as tropas nos paços da municipalidade, acclamaram uma Junta, que não se demorou em manifestar caracteres de um governo independente e completo; pois, escrevendo ao principe, pedia-lhe liberdade inteira para tratar dos negocios interiores da provincia, embora no mesmo tempo o reconhecesse como regente e lhe asseverasse a sua dedicação. Coube a presidencia dessa Junta ao capitão-general João Carlos Augusto de Oeynhausen; a vice-presidencia, a José Bonifacio.

Nenhuma acção real conseguiu o principe em Pernambuco, nas Alagôas, na Parahyba, no Ceará, no Rio Grande do Norte; pois alguns dos governos existentes nessas provincias se contentaram com respostas cortezes; outros nem siquer accusaram o recebimento das suas circulares. Inteiramente subordinadas a D.

Pedro mostravam-se apenas as provincias do Rio de Janeiro, de Santa Catharina, do Rio Grande do Sul, Montevidéo e Minas. Esta ultima, todavia, já começava a commover-se e revolucionar-se.

61) **Os partidos.** — Agitavam-se por este tempo no Rio diversos partidos oppostos forcejando cada um delles por ganhar a preponderancia e o predominio sobre o povo. Tres eram os principaes: o republicano, o monarchista, o portuguez.

Os republicanos trabalhavam por alcançar que D. Pedro lhes abandonasse o paiz. Ao verem, todavia, a difficuldade de conseguir o seu intento, muitos delles passaram para o partido dos monarchistas, que desejavam a independencia conservando o governo monarchico com a casa de Bragança. Os chefes destes eram Ledo e Januario que de combinação com José Clemente e frei Sampaio fundaram o *Reverbéro*.

Comquanto não fosse difficil adivinhar aonde é que dirigiam a sua mira, ainda não revelavam abertamente as suas intenções tratando por emquanto só de chamar D. Pedro para o seu gremio, de reunir todas as provincias em torno delle, de oppor-se ás tendencias das côrtes e de advogar os direitos que o Brasil tinha adquirido durante a residencia do monarcha no Rio de Janeiro.

Apoiando-se nas tropas lusitanas que formavam um grupo forte pelas armas e pela união de seus chefes, anciava o partido dos portuguezes por ver o Brasil retrogradar ao estado de colonia, e curvar-se totalmente, como outrora, ao dominio de Portugal. Estes tambem buscavam ter comsigo o principe, mas o consideravam apenas como representante da antiga metropole e fiel servidor das côrtes. No meio desta confusão e agitação dos diversos partidos, o principe hesitava esperando que o tempo e os acontecimentos lhe dessem conselho. Trouxe neste tempo (2 de junho) um navio mercante a noticia de terem sido no reino promulgadas e juradas as bases da constituição; como, porém, D. Pedro não recebesse nenhuma communicação official, nem do governo, nem das côrtes, pediu a opinião

de seus conselheiros. Accederam estes unanimemente ao parecer do conde dos Arcos, a saber: que não convinha mudar cousa alguma emquanto não chegassem communicações officiaes e cópias authenticas das bases da constituição. Proclamou, portanto, o principe neste sentido ao povo, procedimento este qualificado de desobediencia pelos adeptos do partido portuguez, no ver dos quaes D. Pedro devia obedecer ás côrtes até antes de receber as suas ordens. Lançavam, todavia, por emquanto a culpa toda sobre os ministros.

62) **Prepotencia dos portuguezes no Rio.** — Guiados pelo brigadeiro Jorge de Avilez, que desde a retirada do rei succedera ao marechal Caula no commando das armas, insurgiram-se no dia cinco de junho as tropas portuguezas marchando armadas e em attitude hostil para o largo do Rocio, cujas entradas fecharam com artilharia. Depois de convidar o povo a tomar parte no motim, enviaram a S. Christovam uma deputação exigindo que o principe prestasse sem demora juramento ás bases da constituição, demittisse de seus cargos e empregos o conde dos Arcos e organizasse uma Junta de governo provisorio para, sob a sua presidencia, reger o Rio de Janeiro na conformidade das leis decretadas pelas côrtes de Lisboa. Cedeu prudentemente D. Pedro, e por suas ordens reuniram-se no theatro de S. João o senado da camara, os eleitores de comarca, e os officiaes de cada um dos regimentos de primeira e de segunda linha da guarnição da cidade, escolhidos pelos corpos respectivos, os quaes de commum accordo resolveram aconselhar ao principe jurasse e mandasse jurar as bases da constituição portugueza pela fórma estabelecida em Lisboa, e acceitasse uma Junta de nove deputados escolhidos dentre todas as classes da Sociedade. Apresentando-se logo no senado da camara, prestou D. Pedro juramento ás bases da constituição nas mãos do Bispo diocesano e ordenou que lhe seguissem o exemplo todos os funccionarios, tropas e moradores. Procedeu-se então á nomeação da Junta, e, tendo o regente substituido ao con-

de dos Arcos no ministerio o desembargador Pedro Alvares Diniz, serenaram-se os animos, restaurou-se a ordem.

De accordo com o principe embarcou logo depois o conde dos Arcos no bergantim portuguez *Treze de Maio,* e, tocando de arribada na Bahia, a Junta não só não lhe consentiu o desembarque, mas obrigou de mais a mais o commandante do navio a assignar um termo de o considerar preso e de entregal-o ao governo de Lisboa. Mandaram-no as côrtes fechar na torre de Belém, e formar-lhe um processo do qual sahiu absolvido em ultima instancia.

A Junta que se installou no Rio, constava felizmente de cidadãos prudentes e amigos do principe, que só cuidaram em lhe fortalecer a autoridade limitando-se ao mero expediente e deixando toda a liberdade a D. Pedro. Dissolveu-se afinal de si mesma pelos fins de julho desapparecendo da scena politica sem ninguem se aperceber da sua falta ou ausencia.

Parece que D. Pedro ainda não pensava propriamente na independencia; queria conservar o Brasil unido a Portugal; porém, comprehendendo ser impossivel reduzil-o ao estado de colonia, almejava dar-lhe uma constituição propria e obter-lhe uma certa qual autonomia. Si as côrtes se investissem destes pensamentos, Portugal podia ter conservado o Brasil ainda por muitos annos; abysmados, todavia, aquelles deputados, no enthusiasmo e nas idéas exaggeradas do seu poder, seguiram caminho totalmente opposto impellindo elles mesmos os brasileiros a proclamar a sua independencia. As proprias tropas lusitanas no Rio concorreram immenso para que D. Pedro se chegasse mais ao partido brasileiro que se lhe mostrava dedicado e obediente. Procedia-se, no entretanto, em todo o Brasil ás eleições para as côrtes, guiando-se diversas provincias pelas instrucções do principe; outras, pelas ordens de Lisboa; algumas por seu proprio capricho.

63) **As cortes tentam reduzir o Brasil á condição de colonia.** — Quando a tres de julho de 21, D. João

VI chegou a Portugal, as côrtes não lhe deixaram nem siquer a liberdade de escolher a hora do seu desembarque, e o obrigaram a jurar immediatamente as bases da constituição. Omittimos particularidades como improprias do nosso assumpto. Do que aconteceu no seio das côrtes ,referiremos pelo mesmo motivo só o que tem relação á historia do Brasil que nos occupa. Contaremos, portanto, que as côrtes se mostraram muito maguadas por não ter D. Pedro regressado a Portugal com o pae, e ainda mais por conservar no Rio de Janeiro o cargo de regente. Vingaram-se, pois, annullando as graças e promoções que o rei, durante a viagem, concedera aos officiaes da marinha no dia do seu santo (24 de junho); dirigindo aos brasileiros uma proclamação em que os exhortaram a não obedecerem ao principe, a nomearem Juntas locaes dependentes unicamente da metropole; elogiando a Junta da Bahia por ter formalmente declarado que não reconhecia o regente, e determinando que lhe seguissem o exemplo as outras Juntas que se installassem. Com o fim de chamar para outros pontos da monarchia os soldados brasileiros e encher de tropas portuguezas o nosso paiz, suppriminam as denominações e differenças existentes entre os dois exercitos. Determinaram egualmente se enviasse uma expedição de tropas portuguezas afim de apoiar a Junta provisional da Bahia contra qualquer tentativa do regente e ordenaram ao governo do rei remettesse a Pernambuco e ao Rio 1.200 praças de pret do serviço portuguez.

A 22 de agosto appareceram nas côrtes tres projectos relativos ao Brasil. Tratava o primeiro de organizar governos provisorios locaes nas differentes provincias; propunha o segundo se impuzesse a D. Pedro o dever de, abandonando o Brasil, viajar incognito pelas côrtes principaes da Europa afim de aperfeiçoar a sua educação; extinguiam-se pelo terceiro todos os tribunaes e repartições publicas superiores, creadas por D. João VI no Rio durante a sua residencia na America. Approvaram as côrtes a primeira proposta publicando-a como lei a 30 de setembro de 1821. Nas antigas

capitanias geraes a Junta governativa devia contar sete membros; nas outras, cinco. Todas ellas, e bem assim os commandantes das forças da 1.ª, 2.ª e 3.ª linha deviam obedecer exclusivamente ao governo de Lisboa. Apesar da opposição de Custodio Ledo que delineou um quadro horroroso da situação a que se reduziria o Rio de Janeiro, si o principe se retirasse, foi a segunda proposta approvada no dia primeiro de outubro e remettida ao governo para que a fizesse executar como lei, enviando uma esquadra e forças militares que compellissem o principe a obedecer, e partir para a Europa. A' terceira proposta fizeram notavel opposição os deputados fluminenses, mas foram abandonados por todos os outros e até por um delles que se assignava Fagundes Varella. A proposta, portanto, passou.

Como os deputados de Pernambuco, os primeiros que entraram no congresso, onde prestaram juramento a 29 de agosto, se tivessem queixado amargamente de Luiz do Rego, as côrtes o demittiram, nomeando no mesmo tempo novos governadores e commandantes das armas (nenhum brasileiro conseguiu essa honra) para todas as provincias, menos para a Cisplatina, cuja posse começaram a desmoralizar em varios actos e discursos imprudentes. Aos commandantes das armas e das forças expedicionarias cumpria, na occasião de seguirem para o seu destino, apresentar-se ás côrtes com toda a officialidade, agradecer-lhes a nomeação e afiançar-lhes fidelidade e execução pontual das suas ordens.

Infelizmente os deputados brasileiros eram apenas uma pequena fracção das côrtes, e para cumulo de desgraças, nem concordavam entre si em cousa alguma, excepto em se opporem a novas remessas de tropas postuguezas para as suas provincias predizendo os ciumes e odios que ellas haviam de excitar no meio da população. Tinham, no entretanto, as côrtes offerecido ao rei a lista dos vinte e quatro candidatos entre os quaes elle devia escolher o Conselho de Estado. Nenhum delles era brasileiro, e nenhum brasileiro foi

chamado a fazer parte do corpo diplomatico, que agora se modificára de todo com pessoal inteiramente novo.

Confiada ao vice- almirante Francisco Maximiano de Souza, zarpou finalmente do Tejo, nos primeiros dias de 1822, a frota destinada a ir buscar D. Pedro levando em sete navios 1.190 praças de linha ás ordens do coronel Antonio Joaquim Rosado.

64) **Mais uma prepotencia das tropas portuguezas no Rio.** — Apesar da existencia dos diversos partidos oppostos, conservava-se bastante tranquillo o Rio de Janeiro, quando um mesquinho incidente apressou os acontecimentos que ainda dormiam no seio de tantas causas perturbadoras. Emquanto no theatro S. João, durante a noite de 18 de setembro, se representava um drama, levantaram alguns da platéa vivas ao principe *regente e defensor do Brasil.* O alarido que disto se originou, converteu-se em desordem logo reprimida pela força publica. Correram no dia seguinte boatos de que se tramava contra a tranquillidade publica, e se buscava fazer uma tentativa de independencia. Não podia o partido portuguez esperar do governo medidas energicas, porque contra os brasileiros não podia contar com Pereira da Cunha, intendente geral de policia, e por outro lado o ministro do reino mostrava-se excessivamente fraco, ao passo que D. Pedro não queria irritar os cidadãos do Rio. Resolveu, portanto, o conselho militar recorrer mais uma vez á prepotencia para segurar o seu predominio e abater o exaltamento dos brasileiros.

Reunindo-se, pois, no dia quatro de outubro e convocando no quartel-general os commandantes dos corpos da guarnição, redigiram e assignaram uma mensagem que enviaram ao principe. Declaravam-lhe nella que as tropas permaneciam fieis ás ordens de seus chefes; porém, como alguns malevolos entornavam desconfiança e ciumes nos animos dos brasileiros, urgia que o governo se mostrasse forte em tutelar a ordem e que D. Pedro annunciasse terminantemente a sua adhesão á causa constitucional e ás deliberações

das côrtes, mostrando egualmente plena confiança nas divisões portuguezas que guarneciam a cidade.

Posto que amargurado em extremo, cedeu o regente ainda esta vez esperando do tempo auxilio para recuperar a sua autoridade e curvar ao seu governo militares insubordinados e prepotentes que desde logo começou a considerar quaes inimigos declarados. Demittiu Pedro Alvares Diniz do cargo de ministro do reino, e Pereira da Cunha do emprego de intendente geral de policia, substituindo ao primeiro o desembargador Francisco José Vieira; ao segundo, João Ignacio da Cunha, o futuro visconde de Alcantara; proclamou aos fluminenses declarando-lhes que, si não se conservassem fieis á constituição jurada no dia 20 de fevereiro, não contassem com elle, que nunca seria perjuro nem á religião, nem ao rei, nem á constituição.

Logrou deste modo serenar as tropas, contentar os seus chefes e reduzir á ordem o partido brasileiro, com o qual, no entretanto, em segredo e sob o maior mysterio se correspondia e ligava, escreveu logo depois ao seu páe communicando-lhe os acontecimentos e protestando-lhe a sua fidelidade. "Queriam-me e dizem que me querem acclamar imperador Protesto a V. M. que nunca lhe serei falso. e que elles farão essa loucura, mas será depois que eu e todos os portuguezes estiverem feitos em postas, o que juro a V. M., á nação e á constituição......" Seriam sinceras estas expressões tão energicas? A intenção só Deus é que a conhece.

65) **Regime do terror no Maranhão e no Pará.** — Lamentavel era neste tempo a situação de varias provincias. Em algumas lavrava medonha anarchia, em outras dominava um despotismo atroz. Percorriam as povoações do interior bandos armados de desordeiros deixando em toda a parte profundos vestigios da sua passagem. A Junta do Maranhão, governada exclusivamente pelo general Bernardo da Silveira, praticava prepotencias e arbitrios incriveis. Em consequencia de um pequeno motim na cidade de S. Luiz, mandou Silveira a 30 de abril de 1821 varejar as casas parti-

culares suspeitas, prender muitos empregados publicos, officiaes superiores do exercito e outros varões de prestigio atirando-os ao porão da corveta *Princeza da Beira* que estacionava no porto; ordenou a abertura de devassas em toda a parte, e a prisão de todos os indigitados por quaesquer denuncias. Escreveu depois disto Silveira ás côrtes de Lisboa fazendo alarde destas façanhas e assegurando-lhes que com mão de ferro havia de manter o socego e a obediencia da provincia. Diversas prisões e a deportação de varias pessoas suspeitas de serem oppostas ao regime constitucional e á obediencia devida ás côrtes, fizeram com que o terror dominasse egualmente em toda a provincia do Pará, embora a Junta se mostrasse moderada.

66) **Expulsão de Luiz do Rego.** — Em Pernambuco fremia o povo contra Luiz do Rego, que se correspondia a um tempo com as côrtes e com o principe regente. Constando-lhe que na propria capital se premeditava uma revolta para o apear do poder, mandou prender muitos dos indigitados como chefes. Ao sahir, porém, do theatro na noiet de 21 de julho, descarregaram-lhe um tiro de bacamarte que o feriu a elle e a seu companheiro Luiz Gomes Ferreira. Motivou este facto numerosas prisões de cumplices e suspeitos. Ordenou, apesar disto, Luiz do Rego que cada uma das comarcas da provincia enviasse á capital dois deputados afim de procederem á eleição e organização de uma Junta governativa, conforme lhe recommendára o principe e as côrtes tinham ordenado. Anteciparam-se todavia, muitos moradores do interior reunindo-se a 28 de agosto na Soledade, perto de Goianna, e nomeando uma Junta provisoria, cuja presidencia déram a Francisco de Paula Gomes dos Santos. Adheriram-lhe, sem detença, Páu D'Alho, Limoeiro, Serinhaem, Santo Antão (Victoria) e varias localidades. Informado deste facto a 29 de agosto, expoz Luiz do Rego a um conselho de militares e de pessoas importantes que reuniu ás pressas, o seu desejo de abandonar o governo de Pernambuco afim de poupar conflictos e sangue. Opina-

ram todos que, em vista de não terem as comarcas do interior obedecido, convinha que o governador mandasse pelo senado da camara eleger uma Junta governativa. Tendo esta Junta, cuja presidencia coube a Luiz do Rego, intimado á de Goianna que se dissolvesse, responderam os goiannenses que a falta de liberdade tornava nulla a eleição da capital, e que para socegar a provincia era mistér sahirem della o ex-governador, diversos officiaes militares e todas as tropas portuguezas que guarneciam o Recife. Concluiam ameaçando de expulsar á viva força os inimigos da patria. Appareceram de facto a 21 de setembro deante de Olinda as guardas avançadas do governo de Goianna, surgindo no mesmo tempo do lado dos Afogados diversos corpos de milicias que vinham das povoações do interior contrarias a Luiz do Rego.

Reunindo, portanto, o ex-governador as milicias e tropas da cidade, bem como os marinheiros e tripulações dos navios mercantes surtos no porto, correu em defesa de Olinda, e, no sitio do *Bom Successo,* desbaratou completamente os inimigos, obrigando-os a uma fuga vergonhosa. Marchára neste meio tempo uma parte do batalhão dos Algarves para os Afogados, onde os provisorios, posto que se defendessem bravamente nas casas que tinham occupado, levaram derrota egual. Reconhecendo, todavia, Luiz do Rego ser muito difficil apagar o fogo que contra elle lavrava em toda a provincia, nomeou dois embaixadores para se entenderem com o governo de Goianna. Eram elles Gervasio Pires Ferreira e Luiz Francisco de Suassuna, que conseguiram o convenio chamado *Convenção do Beberibe* (9 de outubro de 1921). Garantindo o governo da Parahyba, o ajuste, estipulou-se em substancia nessa convenção que Luiz do Rego abandonaria a provincia, que os presos seriam postos em liberdade de parte a parte, que todos os habitantes de Pernambuco prestariam homenagem á nova Junta que seria eleita regularmente no Recife, que ninguem seria perseguido pelos feitos passados. Emquanto não

se installasse o novo governo, as duas Juntas deviam conservar-se no seu dominio e posse respectiva. Embarcou Luiz do Rego a 26 de outubro no navio francez *Charles Adéle* que seguia para Lisboa. Coube a Gervasio Pires a presidencia da nova Junta, em que predominou o partido dos brasileiros.

Sob a presidencia do coronel João de Araujo da Cruz nomearam nova Junta provisoria tambem na Parahyba afim de substituir o governador Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, que obrigaram egualmente a deixar a provincia.

67) **Motim na Bahia.** — Nem deixou de haver neste tempo um motim na Bahia, onde se formára contra a Junta existente um partido que recusava separar-se do Rio e desejava depender menos de Lisboa. Tendo estes, durante a noite, espalhado proclamações ao povo e ás tropas, déram na manhan do dia 3 de novembro o signal da explosão apresentando-se armados no largo do palacio um grupo de trinta individuos, capitaneados por Felisberto Gomes Caldeira e pelo tenente-coronel José Egydio de Gordilho, futuro marquez de Camamú. Convocando estes o senado da camara, exigiram-lhe o seu concurso para se proceder á eleição de uma nova Junta; passaram ao palacio do governo e penetraram nas salas interiores, onde o presidente do senado declarou aos governadores que o povo e as tropas os apeavam do seu cargo.

Durante a vehemente altercação que se seguiu, José Eloy Pessoa, Salvador Pereira da Costa e outros, arrombaram a caixa em que se guardava o estandarte; déram voz de prisão aos governadores; puzeram-lhes sentinellas; guarneceram as portas da entrada, e, sahindo á rua, appellaram para os brios do povo e das tropas pedindo os auxiliassem na empresa. Reunindo então o brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello e outros chefes as tropas, e chamando em seu auxilio as tripulações dos navios mercantes, correram para o campo da batalha. Notaram-se desde logo nas tropas da guarnição sensiveis divergencias, prestando-se as portuguezas a sustentar a Junta, e mostrando-se indecisas as mi-

licias do paiz. Excitavam os brios destas o brigadeiro Manuel Pedro e outros officiaes, que, comquanto não tomassem parte nos projectos de Gordilho e de Felisberto Gomes, desejavam o triumpho delles com o fito de excluir os portuguezes do governo supremo da provincia. Sem que houvesse lucta material nem derramamento de sangue, conseguiram as tropas portuguezas dispersar os grupos dos amotinados, prender-lhes os principaes chefes e fautores, libertar os chefes da Junta e restabelecer a sua autoridade. Muitos dos promotores desta revolta foram remettidos para Lisboa sem que se lhes houvesse formado o competente processo, e requereu-se ás côrtes lhes não permittissem a volta para a Bahia. Por ultimo, a Junta proclamou aos povos, pedindo-lhes depositassem nella toda a confiança e fruissem tranquillamente do regime constitucional que tinham adoptado.

68) **Minas e Rio Grande do Sul.** — O movimento de Villa Rica (20 de setembro) foi coadjuvado pelo coronel José Maria Pinto Peixoto, que o povo promoveu a brigadeiro. Tendo o capitão-general D. Manuel de Portugal e Castro recusado a presidencia da Junta abandonando immediatamente a provincia, tomou a vice-presidencia o desembargador José Teixeira da Franca Vasconcellos. Reconhecendo a autoridade do principe sem se resolver a obedecer-lhe em tudo, ordenou a Junta que não se admittissem na provincia os decretos e as leis das côrtes emquanto não tivessem recebido a approvação do governo de Villa Rica; alterou a lei dos dizimos; pretendeu ter direito de cunhar nova moeda; creou um batalhão de caçadores; nomeou e promoveu officiaes do exercito.

Sob a presidencia do capitão-general João Carlos de Saldanha Daun organizou-se regularmente no Rio Grande do Sul uma Junta, que, afim de protestar a sua dedicação ao principe regente, enviou um official do exercito ao Rio de Janeiro, aonde chegou a 15 de março de 1822.

69) **Causas immediatas do Fico.** — Immenso, indescriptivel foi o abalo produzido no Rio de Janeiro pela chegada do correio maritimo *Infante D. Miguel* (10 de dezembro de 21) que trouxe ao principe os decretos de 30 de setembro e de 1.º de outubro (vide par. 63) com ordens das côrtes e do governo de Lisboa para proceder á sua execução immediata. Soube-se pelo mesmo correio que dentro em breve seria promulgada a lei que supprimia todos os tribunaes e repartições publicas creadas no Brasil desde 1808.

O effeito immediato destas noticias foi fortalecer-se o partido dos que anciavam por ver levado a effeito o grande facto da independencia. Os principaes destes eram José Clemente, Januario, Gonçalves Ledo, frei Sampaio, Curado, Nobrega, Oliveira Alvares e o barão de Santo Amaro. Dizem que D. Pedro no primeiro impeto, dando-se por offendido, falou em desobedecer; porém em seguida a madura reflexão, ponderando as consequencias do seu proceder, assentou curvar-se á vontade das côrtes ordenando aos ministros a execução dos decretos e mandando apromptar a fragata *União* a bordo da qual queria velejar para Lisboa.

Apoiavam no Rio a retirada do principe, os republicanos, as tropas européas, alguns portuguezes, e diversos brasileiros de vista curta que sonhavam com as vantagens da recolonização e dos monopolios. Porém a grande maioria dos moradores formada por brasileiros e portuguezes que tinham seus bens, interesses e negocios no Brasil, e viam claro em que medonha desordem iria infallivelmente cahir o paiz, si o principe se retirasse, não ficaram tranquillos, nem inactivos. Uniram-se, pelo contrario, formando conciliabulos e ajuntamentos quasi publicos; falaram aos interesses dos moradores, enviaram emissarios para o interior das provincias do Rio, de S. Paulo e de Minas protestando contra o indecoroso proceder das côrtes, e pedindo auxilio de força, de representações das camaras, etc. Para S. Paulo seguiu (22 de dezembro) Pedro Dias Paes Leme (ao depois marquez de Quixeramobim); para Minas, Paulo Barbosa da Silva (20 de dezembro). Dei-

xava D. Pedro a liberdade á propaganda destas idéas, porque estimava que os povos respondessem com energia aos desmandos e arrogancias das côrtes. Descrevendo a 16 e 30 de dezembro confidencialmente a seu páe a sensação desagradavel e ameaçadora causada pelos referidos decretos, accrescentava: "Já não é uma opinião parcial: tornou-se geral dos povos."

Vingára com effeito a idéa fluminense de chamar os povos a pedirem ao principe que não se retirasse, e a representarem ás côrtes que, revogando as suas deliberações, tomassem medidas opportunas para fundar na America uma administração nacional, separada da de Portugal, e não subordinada ao ministerio existente em Lisboa, *porque o Brasil queria ser tratado como irmão e não filho, como soberano e não subdito e dependente de Portugal.* A representação de S. Paulo, redigida por José Bonifacio e assignada por todos os membros do governo da provincia, depois de protestar contra o despotismo das côrtes, concluia assegurando a D. Pedro o amor, a fidelidade e a dedicação dos brasileiros (29 de dezembro). A camara de S. Paulo, convocada pelo ouvidor interino, José da Costa Carvalho, adherindo ás deliberações da sua Junta governativa, expediu para o Rio uma deputação composta de José Bonifacio, do coronel Antonio Luiz da Gama Lobo e do marechal José Arouche de Toledo Rendon, incumbidos de supplicar a D. Pedro que não executasse os decretos das côrtes. O Bispo juntamente com o resto do clero, acompanhando o movimento, ajuntou sua voz ás das autoridades civis e militares da provincia, 31 de dezembro de 21. Partindo de S. Paulo no dia tres de janeiro de 22, José Bonifacio chegou ao Rio precisamente no dia do *Fico*, e a 16 do referido mez e anno foi por D. Pedro nomeado ministro (1)

---

(1) Para se entender facilmente o que nesta época occorreu em S. Paulo, cumpre observar que no seu governo provisorio já se iam formando dois partidos: o retrogado e o liberal. O primeiro que desejava curvar-se ás côrtes e restaurar o systema colonial, era capitaneado por João Carlos de Oeynhausen, outrora governador do Ceará, de Matto Grosso e de S. Paulo; mais tarde senador do imperio pelo Ceará, e marquez do Aracaty. De origem al-

Assignavam, no entretanto, em casa de José Joaquim da Rocha, os moradores do Rio representações analogas que a 29 de dezembro foram remettidas ao senado da camara. Nem deixou de concorrer para o mesmo fim o corpo commercial pedindo (2 de janeiro) ao presidente da camara, José Clemente Pereira, que em acto de vereação extraordinaria propuzesse solicitar do principe não désse execução aos decretos das côrtes. Mais de oito mil assignaturas cobriram essas representações, e uma agitação tumultuosa transia de sustos a população inteira do Rio de Janeiro. Tendo José Clemente encontrado decidida cooperação nos officiaes da camara, requereu ao principe uma audiencia para apresentar-lhe os votos dos brasileiros. Fixou-lhe D. Pedro o dia nove de janeiro de 1822. Massas confusas de povo encheram desde a manhan desse dia fatal o largo do paço e as ruas adjacentes. Esperando pelos acontecimentos, retrahiram-se no mesmo tempo ao silencio as tropas portuguezas e o pequeno numero dos europeus que se lhes conservavam adherentes.

*Pelas onze e meia* recebeu D. Pedro a deputação do senado da camara, (1) á cuja frente se achava José Clemente seguido pelos officiaes e empregados da municipalidade, por muitos cidadãos importantes, e por diversos individuos que representavam a Junta governativa do Rio Grande do Sul, bem como as camaras das villas de Magé e de Santo Antonio de Sá, reunidos todos no mesmo commum pensamento. Recitou José

---

leman e natural de Portugal, era de boa educação litteraria, intelligente e sagaz; porém versatil, inconstante e fraco até á pusilanimidade. A alma do partido liberal que aspirava á independencia do Brasil, eram os Andradas e principalmente Martim Francisco. E' por isto que os retrogrados trataram de o remover nomeando-o chefe da commissão, honra que depois coube a José Bonifacio, o qual, ao ser informado dos factos do Rio, tinha, ás onze horas da noite, reunido os vogaes da Junta provisoria.

(1) A camara municipal do Rio de Janeiro recebeu a denominação de **Senado** pela provisão de onze de março de 1718; recebeu o tratamento de **Senhoria** pelo despacho de 6 de fevereiro de 1818; o de **Illustrissima** pelo decreto de 1823. A lei de 1.º de outubro de 1828 reformou o antigo senado da camara estabelecendo a maneira da eleição e as attribuições das camaras municipaes. Vide as **Ephemerides Nacionaes** do dr. Teixeira de Mello, dia 16 de janeiro de 1830.

Clemente o seu discurso com decisão e energia, memorando os beneficios que o Brasil devia a D. João VI, manifestando as injustiças praticadas pelas côrtes, e os seus intentos de recolonizar o Brasil. Não desejava o Brasil separar-se de Portugal, mas exigia um centro de união e governo, uma assembléa nacional e um poder executivo no seu proprio seio. Concluia pedindo ao principe se conservasse na regencia.

Da resolução primaria de obedecer ás côrtes passára D. Pedro para um estado de vacillação sobre o que lhe convinha decidir. Hesitou, portanto, ainda algum pouco, mas afinal respondeu: *Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto.* DIGA AO POVO QUE FICO. Transmittida esta resposta, como faisca electrica, á multidão apinhoada no largo do paço, foi recebida com os vivas mais estrondosos, apoderando-se de todos os animos intensissimo jubilo. Dir-se-ia que a independencia estava já proclamada. Era na verdade difficil e até impossivel voltar atrás.

## II

## Consequencias do Fico. — 9 de janeiro — 7 de setembro de 1822

70) **Primeiras consequencias do Fico.** — Não era de esperar que a divisão portugueza assistisse impassivel a este triumpho dos fluminenses. Eram as tropas puramente portuguezas obra de 1.600 praças, subindo o numero das outras a uns tres mil homens, todos ao mando de Jorge de Avilez Zuzarte de Souza França. Antes de tudo espalhou Avilez entre os seus soldados a noticia de ter pedido a demissão de commandante do exercito; mostrou publicamente que desapprovava a resolução do principe, e permittiu que, durante a noite do dia dez, as tropas lusitanas, dispersando-se pelas ruas, quebrassem as vidraças das casas illuminadas, apagassem os fogos de artificio e insultassem os

que tomavam parte nas festas publicas. Tendo a dez de janeiro participado aos seus officiaes- generaes e superiores, reunidos no seu quartel, ter-lhe o principe acceitado a demissão para substituir-lhe um general brasileiro, protestaram todos que não admittiriam outro chefe, que por isto elles mesmos de per si e desde já o nomeavam para os dirigir e commandar.

Logo que D. Pedro recebeu aviso dessa reunião, chamou Joaquim Xavier Curado, Joaquim de Oliveira Alvares e diversos outros officiaes-generaes da sua confiança, incumbindo-os de destacar, da obediencia de Avilez e da união com as tropas portuguezas, os regimentos de linha brasileiros e excital-os em favor da sua regencia; attrahiu á defesa da sua pessoa alguns chefes dos corpos milicianos da cidade; mandou vir dos termos e comarcas do interior da provincia do Rio as milicias disponiveis; escreveu aos governos de S. Paulo e de Minas para que lhe expedissem as tropas alli estacionadas; determinou que em diversos pontos se collocassem girandolas de foguetes para servirem de aviso á direcção das forças, mandando no mesmo tempo que no dia 11 se reunissem no Campo de Sant'Anna os soldados de primeira e de segunda linha que lhe obedeciam. Correu Avilez ao referido Campo ordenando aos officiaes e aos soldados que se retirassem para os seus quarteis respectivos. Como ninguem lhe obedecesse e no Campo estivessem já postadas seis peças de artilharia que haviam tirado do arsenal de guerra, vôou Avilez para S. Christovam, onde, queixando-se amargamente de ter o principe, sem lho participar, reunido e armado as forças brasileiras, ousou ameaçar o regente com uma lucta sangrenta e desesperada. Encontrando, ao voltar á cidade, immenso povo que levava para o Campo de Sant'Anna mais tres peças destacadas da fortaleza da Praia Vermelha, perguntou ao tenente-general Oliveira Alvares quem determinára aquelle feito? Tendo Oliveira respondido que o principe, a quem elle obedecia, o ordenára, regressou Avilez a S. Christovam buscando socegar D. Pedro relativamente ao proceder das tropas portuguezas e mostrar-lhe o pe-

rigo da reunião dos regimentos brasileiros. Replicou-lhe D. Pedro que, tendo elle dado a demissão de commandante em chefe, conforme publicára, e sendo substituido por Joaquim Xavier Curado, já não devia importar-se com o movimento das tropas, tanto mais que o conselho militar estava dissolvido.

71) **Pretenções da divisão auxiliadora portugueza.** — Occupou então Avilez com a sua divisão portugueza o Morro do Castello dando mostras de querer bombardear a cidade. O susto dos moradores, como era natural, foi grande durante a noite; porém o regente e todo o povo se prepararam para a lucta. Mandou antes de tudo o principe seguir para a fazenda de Santa Cruz a princeza D. Leopoldina com seus dois filhos, um dos quaes, o infante D. João que contava apenas onze mezes, succumbiu pouco depois a uma febre perniciosa que o salteou em consequencia dos incommodos da viagem. Resolveu egualmente D. Pedro recambiar a todo o custo as tropas portuguezas para a Europa. Apresentou na manhan do dia 12 um aspecto extraordinario o Campo de Sant'Anna estando totalmente occupado por immensa copia de povo, por diversos regimentos de milicianos da cidade e dos arredores, bem como por alguma força de primeira linha, armados e municiados todos. Em uma proclamação que se derramou nesse dia, chamou D. Pedro em seu auxilio e em pró da ordem publica todos os moradores capazes de pegar em armas offerecendo-se para se collocar á frente delles contra as tropas portuguezas anarchizadoras. Outro tanto praticou Jorge de Avilez, lembrando aos povos os beneficios devidos á divisão lusitana e o juramento prestado á constituição. Respondeu tambem ao principe que lhe ordenára se retirasse para Lisboa, não poder obedecer-lhe por ser essa ordem contraria ás decisões das côrtes. Ponderando, todavia, que o povo estava todo contra elle, bem armado e cheio do maior enthusiasmo, expediu ao regente um official offerecendo-se para capitular, comtanto que lhe permittisse levar com armas e munições a sua divisão para

a Praia Grande (hoje Nitheroy) emquanto as côrtes não resolvessem o destino della ou não fosse rendida na guarnição da cidade pelas tropas que se esperavam de Lisboa. Annuiu D. Pedro á passagem das tropas para o outro lado da bahia; notificou, porém, a Avilez que ellas alli ficariam sujeitas ás ordens do regente, e que não admittia as mais condições. Effectuou-se, pois, a passagem tranquillamente naquelle mesmo dia. Tendo no dia 14 recebido Avilez um aviso da secretaria da guerra para que désse baixa ás praças que a requeressem, representou no dia 17 contra a referida ordem, contra a falta de viveres e contra os insultos que os moradores da cidade dirigiam aos seus soldados quando alli se apresentavam em procura de mantimentos.

Demittiu, no entretanto, D. Pedro o ministro do reino e o secretario da guerra (Caula e Vieira), substituindo-lhes Joaquim de Oliveira Alvares e José Bonifacio; concedeu tambem a demissão que pedira, ao conde de Lousan, nomeando em seu logar o desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, e transmittiu novas ordens a S. Paulo e a Minas para que não lhe demorassem os auxilios pedidos.

72) **Expulsão das tropas portuguezas.** — Afim de tolher toda a resistencia á divisão de Avilez, mandou o regente guarnecer melhor a fortaleza de Santa Cruz e os fortes da Bôa Viagem e de Jurujuba; incumbiu o general Curado de formar com as suas milicias uma especie de cêrco pela parte da terra, capaz de cortar á divisão portugueza todas as communicações como os sitios do interior; insinuou aos moradores da Praia Grande abandonassem suas casas passando ou para a cidade ou para além das linhas do assedio; postou tres navios de guerra nas aguas da Praia Grande e prohibiu todo o contacto de Avilez e de seus soldados

Nota — Na **Praia Grande** existia uma aldêa de indios que a dez de maio de 1829 recebeu **officialmente** o nome de **Villa Real** da Praia Grande, nome que trocou pelo de **Nitheroy** quando em 1835 se tornou capital da provincia.

com a gente do paiz. A 8 de fevereiro passou D. Pedro para bordo da fragata *União,* e, mandando chamar á sua presença Avilez, Carretti e diversos officiaes superiores, declarou-lhes que, si não embarcassem voluntariamente, seriam, como rebeldes, a ferro, a fogo e a fome, obrigados a render-se com vergonha. Pediram que lhes pagasse tres mezes de soldo devido pelo governo ás suas tropas. Prometteu o principe entregar-lhes desde já a quantia correspondente a um mez, e o mais quando estivessem embarcados e prestes a fazer-se de véla. Como elles não acquiescessem, ordenou-lhes D. Pedro que se retirassem; apercebeu-se, porém, convenientemente durante a noite para a lucta que parecia inevitavel. Tendo-lhes no dia 9 intimado que, si não dessem principio ao embarque, os havia de acommetter na aurora do dia seguinte, ficou D. Pedro naquella noite a bordo da fragata, e todos os navios se mostraram promptos levantando fogos e trocando signaes. Assentaram, portanto, Avilez e seus officiaes em obedecer, e participaram esta sua resolução ao principe no momento de tocar a alvorada. O embarque começou no dia 11 em cinco galeras mercantes fretadas pelo regente. Seguiram afinal no dia 15 para Lisboa 1.046 praças, tendo umas quinhentas desertado para os brasileiros. Além do general Avilez, do marechal Caula e do desembargador Vieira, partiram com elles diversas familias que preferiram regressar para a Europa. Expediu D. Pedro duas corvetas com ordem de escoltar os navios da expedição emquanto os não considerassem na impossibilidade de arribar a portos do Brasil. Um delles, todavia, entrou na Bahia, conforme diremos no par. 80.

Summariando o principe estes factos a seu pae, pediu-lhes quizesse participal-os ás côrtes para que conhecessem ter elle salvado o Rio de Janeiro, que o governo de Portugal arrojava ao maior dos precipicios.

73) **Ulteriores consequencias do Fico.** — Propunha neste meio tempo José Clemente ao senado da camara se mostrasse ao principe a necessidade de se proceder

nas provincias á eleição de procuradores que formassem uma assembléa legislativa no Rio de Janeiro. Adoptou a camara no dia 8 de fevereiro esta proposta, levando-a logo á presença de D. Pedro. Chegava egualmente no dia 15 uma deputação da provincia de Minas pedindo ao principe a eleição de um conselho de estado composto de dois procuradores de cada provincia escolhidos por ellas mesmas e encarregados de coadjuval-o no seu governo. Publicou, portanto, D. Pedro a 16 de fevereiro um decreto pelo qual convocava no Rio de Janeiro para o primeiro de junho um conselho de procuradores geraes de todas as provincias do Brasil afim de que o aconselhassem nos negocios politicos e administrativos de importancia. Deviam esses procuradores ser nomeados pelos eleitores de parochias reunidos nas cabeças de comarca. Fixava-se o numero dos procuradores de cada provincia na proporção de um para quatro deputados ás côrtes de Lisboa, e admittia-se o principio da sua destituição pelos votos de dois terços das camaras respectivas, reunidas em vereação geral e extraordinaria. Communicou-se este decreto a todas as Juntas e governos das provincias.

A 21 de fevereiro baixou outro decreto pelo qual D. Pedro vedou a execução de toda e qualquer ordem ou lei das côrtes de Lisboa emquanto não recebesse delle o: *Cumpra-se.* Enviou por este mesmo tempo o senado da camara do Rio aos seus deputados ás côrtes uma carta declarando-lhes que os brasileiros ficariam unidos a Portugal com a condição de terem um governo proprio e supremo no seio do Brasil ligado á antiga metropole apenas pelos laços de politica geral e particularmente externa. Parece certo terem sido estes mesmos os sentimentos de D. Pedro, do qual affirmam terse por este tempo filiado na maçonaria dando a preferencia á loja dirigida por José Bonifacio. Chegaram-lhe dentro em breve deputações do Rio Grande do Sul, de Montevidéo, de Goyaz e de Santa Catharina, todas no sentido de lhe sustentar a regencia e de obedecer á sua autoridade.

Foi nestas circumstancias que a 9 de março surgiu á barra do Rio a frota enviada (vide par. 63) pelas côrtes sob o commando de Francisco Maximiano. Tendo a 17 de fevereiro tocado em Pernambuco, officiou-lhe a Junta que, gosando actualmente a provincia de bastante tranquillidade, não precisava de forças militares, as quaes até causariam ciumes e perturbações. Contentára-se o vice-almriante com o facto de receberem os pernambucanos e empossarem do posto de governador das armas ao brigadeiro José Corrêa de Mello, que devia render José Maria de Moura, transferido com egual categoria para a provincia do Pará; porém Moura, sendo expulso de Pernambuco, já velejára para a metropole, como logo referiremos.

Enviou D. Pedro ordem a Maximiano de fundear entre as fortalezas de Santa Cruz e de S. João, bem como de irem á sua presença o vice-almirante e o chefe das forças militares. Si se recusassem, as fortalezas lhes fariam fogo. Sendo naquelle mesmo dia recebidos pelo principe nos paços da cidade, assignaram um termo de como haviam de obedecer em tudo a D. Pedro. Declarou-lhes então o regente que podiam receber man timentos e refrescos da terra, comtanto que volvessem quanto antes para Lisboa. Vedando o desembarque de soldados, consentiu apenas no dos officiaes; recommendou-lhes que lhe deixassem a fragata *Carolina* por precisar della, e entregassem todas as praças que preferissem entrar no serviço do Brasil. Obedeceram em tudo os dois portuguezes e a 23 de março partiram directamente para Lisboa deixando no Rio, além da referida fragata, uns 400 soldados que livremente se alistaram nos regimentos brasileiros, e numerosas praças que desertaram.

Foi talvez em consequencia do apparecimento desta armada que D. Pedro a 17 de março officiou ás provincias maritimas não consentissem o desembarque de tropas portuguezas fosse qual fosse o motivo que pretextassem, e que a 26 do referido mez convidou os brasileihos a acceitarem o serviço militar, afiançandolhes suas baixas no fim de tres annos de exercicio.

74) **Situação das provincias do Norte.** — Curvava-se neste tempo o *Maranhão* sob o dominio dos portuguezes, e a Junta communicava ás côrtes que, esperando as ordens do congresso, reprimia as aspirações de grande parte da provincia a nomear procuradores que passassem a representaI-a no Rio de Janeiro.

A Junta do *Ceará* correspondia-se egualmente com o Rio e com Lisboa buscando obedecer ao principe e tentando até de o justificar perante as côrtes.

No *Rio Grande do Norte* dominava a anarchia succedendo-se continuamente as Juntas umas ás outras, sem que nenhuma dellas se declarasse para o principe ou para as côrtes.

Em *Pernambuco* lavrava grande irritação contra o governador das armas José Maria de Moura, instrumento das côrtes, o qual, desde que entrára no exercicio do seu cargo, removera os ajudantes de ordens do governo, destituira o commandante brasileiro da fortaleza do Brum, vexára as milicias da provincia, tentára desarmar os dois batalhões nacionaes da primeira linha e levantava conflictos amiudados com a Junta governativa. Por fim os actos imprudentes de Moura causaram a 25 de janeiro um levantamento do povo e um conflicto entre as tropas brasileiras e portuguezas, tendo estas com seu commandante de embarcar para a Europa a 30 do referido mez. Recusou-se dias depois (17 de fevereiro, vide par. 73) a Junta a receber as tropas vindas com José Corrêa de Mello, e escreveu ás côrtes protestando contra a remoção do regente e participando que Pernambuco não precisava de outras tropas portuguezas. Dirigiu-se no mesmo tempo ao principe reconhecendo-lhe a autoridade e congratulando-se com elle por ter ficado no Rio.

A provincia das *Alagôas* adheria totalmente ao governo de Lisboa, e a de *Sergipe* não passava de um satellite da Bahia.

75) **Perturbações na Bahia.** — Nas eleições a que, em consequencia da ultima lei das côrtes, se procedeu no dia dois de fevereiro de 1822, nenhum membro do

governo precedente logrou ser reeleito; e a nova Junta cuja presidencia coube a Francisco Vicente Vianna, escreveu a D. Pedro, com o qual os seus antecessores nunca se haviam correspondido. Comquanto ainda não lhe reconhecesse formalmente a suprema autoridade de regente, as suas expressões cortezes não podiam deixar de produzir bom resultado. Mandou, com effeito, dentro em breve a Junta registrar e cumprir o decreto com que D. Pedro convocava os procuradores. Confiou essa mesma Junta o commando das tropas ao brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro de nascimento e dedicado ao principe.

Iniciou Manuel Pedro o exercicio do seu cargo promovendo muitos de seus officiaes a postos superiores em uma ordem do dia em que com pouca prudencia elogiava os serviços prestados pelo regimento de artilharia.

Causou neste interim geral e intensa sensação a noticia de ter sido pelas côrtes nomeado governador das armas da provincia o brigadeiro Luiz Ignacio Madeira de Mello, acerrimo inimigo dos brasileiros e devotado ao governo da Junta anterior. Levou Madeira á Junta e ao senado da camara a carta régia de nove de dezembro pedindo lhe dessem posse do seu cargo. Como a camara recusasse registrar essa carta, e como parecesse imminente um gravissimo conflicto entre as tropas portuguezas e as brasileiras, a Junta convocou (18 de fevereiro) uma reunião de todas as pessoas principaes ecclesiasticas, civis e militares, que reconheceram a legitimidade do titulo do general Madeira; visto, todavia, lavrar nos espiritos grande irritação contra a pessoa delle, propuzeram que, em logar de um commandante das armas, se constituisse um conselho de sete membros, do qual fariam parte, como presidente, o general Madeira, e, como vogaes, com voto em todas as resoluções, dois officiaes por elle escolhidos; e bem assim o general Manuel Pedro com outros dois officiaes de sua nomeação, e um militar tirado á sorte dentre varios nomes lembrados. Assentiu Madeira com a condição de lhe darem seus vencimen-

tos pecuniarios inteiros e lhe conservarem o titulo de governador das armas com as honras e prerogativas annexas, accrescentando que, no caso de apparecerem actos hostis á constituição e ao juramento que lhe fôra prestado, reassumiria plenamente as attribuições inherentes a seu titulo. Arrependido, comtudo, Madeira, occupou no dia seguinte, 19, á testa de seus soldados, a casa do trem e os fortes do Barbalho e de Santo Antonio, dando principio á lucta contra os corpos brasileiros, que, abandonando os seus quarteis e os campos da Piedade e da Polvora, se retiraram para a fazenda Tororó e para as mattas que cercavam a cidade. Evadira-se Manuel Pedro, desde o principio da lucta, para o Rio Vermelho; porém, cobrando coragem, entrou no forte de S. Pedro, sustentado por forças brasileiras deliberadas a defender-se até a ultima gotta de sangue. Cercado alli pelo general Madeira, foi no dia 21 compellido a entregar-se sem condições. Buscou Madeira justificar-se perante a Junta affirmando ter sido levado a pegar em armas pela urgencia de sustentar contra os brasileiros a autoridade que assumira, porque o convenio do dia 18 era inexequivel.

Pela tarde do dia 21 percorreram as ruas da cidade grupos armados de marinheiros mandando fechar as portas de algumas casas, arrombando as de outras, ferindo e matando diversas pessoas e estrugindo o ar com gritos horrorosos. Continuando o seu barbaro passeio até o convento da Lapa, derrubaram-lhe as grades, as defesas e os portões; penetraram no interior; commetteram desacatos inauditos nas religiosas, maltrataram-lhes gravemente o capellão já octogenario e assassinaram-lhe brutalmente a desditosa abbadessa. Estabelecendo deste modo o regime do terror e eclipsando todas as autoridades, ficou agora Madeira senhor absoluto da cidade, e não reflectiu que elle mesmo cavava o seu proprio abysmo. Mais de quinhentos foram os mortos; innumeraveis, os presos. Fez este lamentavel conflicto com que quasi todos os moradores da cidade se retirassem para o interior da provincia. Procedeu, todavia, a Junta a uma devassa, e representou energi-

camente ás côrtes contra o proceder irregular de Madeira. Tendo, porém, o juiz instaurador do processo pronunciado largo numero de officiaes superiores e diversos amigos e adherentes do general, como autores de gravissimos crimes, vedou Madeira a prisão dos seus subordinados, a execução da pronuncia e o proseguimento do processo.

Desprezaram as côrtes e o governo de Lisboa as reclamações da Junta apesar de ter esta replicado que, afóra uma facção, só numerosa na classe mercantil da cidade, a grande maioria da provincia anhelava por se reunir ao governo do principe regente.

Causaram estes factos em todo o Brasil grande irritação contra os portuguezes e déram mais um impulso á união dos espiritos em favor da independencia. Celebraram-se no Rio solemnes exequias em suffragio das victimas da Bahia, e o proprio D. Pedro compareceu inesperado na egreja de S. Francisco de Paula, onde foi recebido com vivas estrondosos.

76) **Furor dos lisboetas contra o Brasil e os brasileiros.** — A seis de janeiro de 22 appareceu nas côrtes um projecto sobre as relações commerciaes entre Portugal e o Brasil com artigos e disposições muito onerosas para este ultimo. Reclamavam no mesmo tempo debalde os deputados brasileiros se mandassem soltar os numerosos presos remettidos a Lisboa sem processo pelas Juntas da Bahia, do Pará, do Maranhão e de Pernambuco.

O numero dos deputados brasileiros já subira a quarenta, e agora procediam quasi todos de accordo; comtudo, mesmo assim formavam no congresso uma minoria insignificante, visto serem cento e tantos os portuguezes e estarem todos unidos contra os brasileiros. Queriam absolutamente que no Brasil não existisse supremo tribunal de justiça, e os brasileiros fossem obrigados a recorrer ao de Lisboa. Fernandes Thomaz não admittia a união dos dois paizes sinão sobre as bases dos tempos coloniaes, e accrescentou: SI O BRASIL QUIZER FICAR UNIDO, FIQUE; MAS HA

DE SER COM ESTA CONDIÇÃO; DO CONTRARIO, SEPARE-SE. Tendo Vergueiro dito que, si as côrtes quizessem que os povos do Brasil se conservassem unidos aos de Portugal, deviam mostrar-lhes as vantagens desta união, os deputados portuguezes levantaram immensa celeuma contra estas palavras. Propoz egualmente o ministerio portuguez se dessem por findos os tempos aos magistrados que estavam servindo no Brasil substituindo-lhes novos juizes que merecessem maior confiança no sentido de promover a recolonização.

Apesar das reclamações dos deputados brasileiros apoiaram tambem as côrtes um aviso pelo qual o ministerio supprimia as academias de marinha e de bellas artes fundadas no Rio de Janeiro, e mandava recolher a Lisboa os seus professores. Tendo em principios de março chegado a Lisboa a noticia do que tinha occorrido no Brasil até o dia quatro de janeiro, pareceu que as côrtes se tornavam mais trataveis; não se demorou, todavia, o ministerio em expedir ordens aos diplomatas nos paizes extrangeiros para que prohibissem, aos consules respectivos, despacho de armas e de petrechos bellicos destinados aos portos do Brasil. Quando a tres e a quinze de abril receberam em Lisboa as noticias dos factos occorridos na Bahia e no Rio, a exasperação contra os brasileiros nas côrtes e nas ruas foi extrema; os insultos, intoleraveis. Ouviram-se, durante alguns dias e noites, gritos e injurias aos brasileiros, soltados por grupos da população sem que o governo désse qualquer providencia para dispersal-os e manter a tranquillidade publica. Ridicularizaram-se os brasileiros nos theatros por meio de entremezes [1] e farças immundas.

Exaltaram-se os periodicos, e não pouparam injurias atrozes aos deputados americanos, aos quaes até foi pelas côrtes negada a licença de se retirarem.

Toda a imprensa portugueza se mostrava furiosa contra o Brasil, que nenhum periodico defendia em

(1) Um dos entremezes que mais agradaram aos lisboetas de então tinha por titulo — **D. Periquito do Sêrro do Frio** — e foi representado no theatro nacional com annuencia da censura régia.

Portugal. "Percam-se os brasis, dizia um, mas fique salva a honra nacional, e não se perca a do congresso.. "Mande-se um cão de fila, exclamava outro, para domar o Brasil...... Loucos, freneticos e insolentes paulistanos!"

Já se vê que com estas disposições a união se tornava impossivel; a independencia ou a morte, inevitavel.

77) **Viagem do Principe a Minas.** — O decreto pelo qual D. Pedro convocava os procuradores, foi geralmente desapprovado como medida pouco liberal, reclamando já os povos uma assembléa legislativa. Inaugurou esta opposição o *Reverbéro* attribuindo ao ministerio de José Bonifacio a causa de não se mostrar o principe mais adeantado e liberal. Tratou, pois, José Bonifacio de formar um partido forte que apoiasse a sua administração. Derramando-se pelas provincias estas divisões e luctas legaes, e, por assim dizer, domesticas, produziram tanto effeito na de Minas, que já o principe era alli confundido com os ministros. Traçaram, pois, os mineiros crear um governo proprio e local, inspirando-se nas tradições da mallograda tentativa de 1789. Já o procedimento da fracção mineira dissidente para eleger a Junta governativa fôra irregular, porque, longe de adoptar o methodo indicado pela lei, tinha ella proclamado os membros do seu governo reunindo o povo e as tropas de Villa Rica. Figuravam como chefes do movimento o brigadeiro Pinto Peixoto e o juiz de fóra Cassiano Spiridião de Mello e Mattos. Comquanto diversas localidades da provincia se mostrassem descontentes, preferiram, todavia, para não causar disturbios, obedecer á referida Junta irregular. O proprio governo do Rio, pelo mesmo fim, approvou a eleição, posto que illegal. Mostrou, porém, a Junta mineira sua má vontade quebrando os laços de obediencia devida ao regente, suspendendo magistrados, cunhando moeda propria, creando corpos militares para a sua defesa, praticando prisões arbitrarias, e até exigindo do principe revogasse alguns dos seus

actos. O facto foi o seguinte. Tendo pelo méado de março chegado ao Rio os mineiros deputados ás côrtes de Lisboa, insinuou-lhes o regente seria melhor não seguissem viagem, porque nada poderiam obter nas turbulentas côrtes de Portugal. Valia mais regressar a Minas, e eleger procuradores para se reunirem no Rio. Semelhantes conselhos déra D. Pedro tambem aos deputados de Angola, que pelo mesmo tempo chegaram ao Rio de arribada, e bem assim a Lucas José Obes, unico deputado da Cisplatina. Este acquiesceu sem difficuldade ficando no Rio; não sabemos o que fizeram os de Angola; porém a Junta mineira exasperou-se a ponto de espalhar boatos injuriosos ao regente e de enviar-lhe um commissario incumbido de lhe pedir conta do seu proceder.

Ponderando, pois, o regente as consequencias fataes que poderiam resultar deste conflicto, resolveu partir para Villa Rica levando comsigo algumas pessoas da sua casa e os referidos deputados, dentre os quaes escolheu o desembargador Estevam Ribeiro de Rezende para lhe servir de ministro na expedição das deliberações que julgasse conveniente publicar durante a viagem. Baixou no dia 23 de março um decreto com que, declarando a necessidade da sua ausencia temporaria para fóra da capital, sem dizer o motivo nem o destino, entregava o governo ao conselho de seus ministros. Mandou com a mesma data e com todo o segredo escrever outro decreto que fez assignar por José Bonifacio, com que dissolvia a Junta de Villa Rica em consequencia da sua illegalidade, e accrescentava tel-a anteriormente reconhecido só para poupar luctas e anarchia na provincia, determinando ao mesmo tempo se procedesse incontinenti á eleição de uma nova Junta na conformidade do decreto das côrtes de Lisboa.

Embarcando no dia 26 para o rio Inhomirim e não se demorando no porto da Estrella, foi pousar na Parahyba do Sul, chegando a Barbacena no primeiro de abril. Escusado é referir que em toda a parte foi alvo das mais enthusiasticas acclamações dos povos, que pela primeira vez se achavam na presença do principe

regente e herdeiro presumptivo do throno. Seguindo no dia dois para S. João d'El-Rei, S. José e Queluz, chegou ás portas de Villa Rica ao cahir da noite do dia sete differindo a sua entrada na capital até o dia nove. Publicou no dia oito uma proclamação convidando os povos a unirem-se em derredor delle, protestando que era constitucional e que queria de coração o regime de liberdades publicas. Expediu Estevam Ribeiro um officio á Junta governativa declarando-lhe que o principe estava satisfeito com as provas exuberantes de obsequio que lhe haviam testemunhado os mineiros; soubera, porém, com grande magua ter-se formado em Villa Rica um partido que parecia negar-lhe o reconhecimento da sua autoridade; exigia, portanto, que a Junta lhe prestasse incontinenti homenagem e obediencia inteira como a regente do Brasil afim de não se ver obrigado a appellar para o apoio e adhesão dos povos. Tendo profundamente impressionado aos moradores de Villa Rica, tanto a proclamação como o officio referido, reuniu-se de subito a camara, e a Junta não poude deixar de seguir o alvoroço geral apresentando-se respeitosa ao principe no sitio em que se achava, reconhecendo-lhe a autoridade e obedecendo-lhe em tudo. Recebeu D. Pedro a todos com amavel cordialidade, e, ao entrar em Villa Rica, mandou publicar o decreto que trouxera do Rio. Serenou então os animos ordenando que se elegesse nova Junta, dispondo que por emquanto se administrasse a provincia pelas leis antigas, abolindo as commissões militares de fazenda que se haviam instituido, mandando soltar os presos politicos, annullando as resoluções arbitrarias da Junta illegal, reintegrando os magistrados suspensos e não perseguindo a ninguem pelos feitos passados.

Dos termos distantes do Sabará e do Serro Frio chegaram-lhe deputações das respectivas camaras para lhe offerecer votos fervorosos de amor e de veneração dos habitantes da provincia. Tendo-se despedido dos mineiros com uma proclamação amigavel, deixou Villa Rica no dia 20 de abril, e viajou com tanta rapidez,

que a 25 já se achava de volta no Rio. Desembarcando ao cahir da noite no caes de S. Christovam, dirigiu-se em grande silencio para a sua quinta, donde juntamente com a sua consorte passou ao theatro. Como ninguem soubesse, nem siquer suspeitasse que tivesse voltado, immenso, indescriptivel foi o regosijo do povo, principalmente quando, chegando á frente do seu camarote, disse aos espectadores: *Em quatro dias e meio vim de Villa Rica.* Sendo interrompido por um trovão de applausos, mal poude, passado algum tempo, accrescentar: *Tudo ficou tranquillo.* Ao sahirem do theatro, o povo acompanhou os principes, e a noite inteira se passou no meio de luminarias improvisadas, emquanto bandas de musica percorriam as ruas.

78) **D. Pedro, defensor perpetuo do Brasil.** — Saudou o *Reverbéro* ao principe em um artigo do dia 30 dizendo-lhe ser tempo já de rasgar o véo dos mysterios e de fazer uma constituição. Concluindo exclamava: "Não desprezes a gloria de ser o fundador de um novo imperio... O Rubicon passou-se. Atrás fica o inferno. Adeante está o templo da immortalidade. *Redire sit nefas.*

No intuito de prender sempre mais D. Pedro á sua causa, insinuava, no entretanto, o partido liberal ao povo que cumpria dar ao principe o titulo de — PROTECTOR E DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL, resolvendo aproveitar para isto o ensejo offerecido pelas festas que no dia 13 de maio se celebrariam para solemnizar o anniversario natalicio de D. João VI. De feito, no momento de desfilarem as tropas para o cortejo usual, ouviram-se vozes da multidão de povo agglomerado no largo do paço saudando o principe com aquelle titulo pomposo. Recebeu incontinenti a camara reunida uma deputação de officiaes e de paizanos, declarando-se autorizados pelo povo e tropa para lhe pedirem sanccionasse o titulo conferido a D. Pedro. Terminada a solemnidade, obteve o senado uma audiencia particular do principe, e alli José Clemente lhe exprimiu os desejos e votos da população,

conforme, segundo os termos lavrados, se assentára em vereança. Declarou-lhe D. Pedro que acceitava o titulo de — *Defensor perpetuo do Brasil* — porque estava resolvido a executar sempre o dever sagrado de defender de seus inimigos o estado, e que communicassem a sua deliberação ao publico. Escrevendo logo depois a seu pae, disse-lhe que repugnára ao titulo de *protector,* porque o Brasil se protege a si mesmo.

Assentou pouco depois o partido liberal enviar por meio do senado da camara uma representação ao regente pedindo-lhe convocasse uma assembléa geral constituinte das provincias brasileiras afim de examinar si a constituição que se estava fazendo em Lisboa, fosse a todos os respeitos accommodada ao Brasil. Coberta de numerosas firmas, foi esta representação depositada no dia 20 de maio nas mãos de José Clemente, que, sendo approvada unanimemente pela camara, a levou á presença do principe, empregando nessa occasião phrases já bastante claras a respeito da independencia. Encontram-se, com effeito, naquelle discurso, entre outras, as expressões seguintes: "Vossa Alteza Real achará neste senado venerando... a invejada sorte de lançar a primeira pedra fundamental do imperio brasileiro, que, principiando por onde outros acabam, fará a inveja e admiração do mundo inteiro... Está escripto no livro das leis eternas que o Brasil deve passar hoje, oh! grande dia! á lista das nações livres." Mostraram-se espantados os ministros de D. Pedro. Irritaram-se os cortezãos que o cercavam. Não poude o principe ouvil-o sem sobresalto. Respondeu, todavia, com frieza calculada que ficava informado do desejo do povo fluminense, e se conformaria á vontade do Brasil quando pelas camaras das provincias ou por seus procuradores, lhe constasse ser a vontade do reino americano analoga á que agora se lhe dirigia. Approvaram alguns, censuraram outros, como era de suppor, o discurso de José Clemente. E' certo, porém, que o partido liberal ia ganhando terreno cada vez maior, visto, que se generalizava *a idéa de ser necessario que o Brasil tivesse côrtes, porque as leis*

*feitas tão longe por homens que não são brasileiros e não conhecem as necessidades do Brasil, não podem ser boas.*

79) **S. Paulo.** — Emquanto estas cousas es passavam no Rio, outros factos não menos importantes se iam realizando em diversas provincias. Apontaremos aqui resumidamente os principaes, começando pela provincia de S. Paulo.

Bem que se mantivesse sempre entre os limites da legalidade, a opposição feita em S. Paulo a Martim Francisco pelo presidente da Junta governativa, Carlos Oeynhausen, e por José da Costa Carvalho, pouco antes juiz de fóra, agora ouvidor da camara, José Bonifacio obteve do principe uma ordem á referida Junta (10 de maio) para que, afim de evitar conflictos no seio do governo provincial, enviasse ao Rio os dois opposicionistas. Produziu esta ordem em S. Paulo tal exasperação, que a 23 de maio se tocou a rebate nas ruas, acudindo as tropas milicianas e immensa copia de povo ao largo do senado da camara. Nomearam alli dois emissarios para que, unidos aos officiaes do senado, comparecessem perante a Junta e lhe expuzessem a necessidade de não dar execução á ordem do principe exarada na portaria do ministerio, e de expellir do seu seio, como perniciosos ao socego publico, Martim Francisco e Manuel Rodrigues Jordão. A' vista das conjuncturas suspendeu a Junta o effeito da ordem do Rio emquanto o principe não désse ulteriores providencias; a respeito, porém, da segunda parte do pedido, respondeu exceder elle as suas attribuições.

Restaurou-se, todavia, a tranquillidade publica por terem Martim Francisco e Manuel Rodrigues sahido espontaneamente da Junta e terem abandonado os seus empregos civis; este, o de thesoureiro dos cofres publicos; aquelle, o de inspector geral das minas e mattas, seguindo logo depois para o Rio de Janeiro, onde mais tarde o havemos de achar. E' a este motim que déram o nome de *Bernarda de Francisco Ignacio.*

Reprovou severamente o governo do Rio a 25 de junho o proceder da Junta, reiterando-lhe a ordem do

principe e mandando castigar os sediciosos. Censurou egualmente ao marechal Arouche, commandante das armas, a sua moderação declarando-lhe positivamente fizesse executar as ordens que se remettiam á Junta.

80) **Bahia.** — Posto que na Bahia continuasse a dominar tyrannicamente o general Madeira, a camara, ao receber o decreto que convocava os procuradores, ajuntou-se em vereança extraordinaria mandando-o registrar e cumprir. Não ignorava a camara que este seu acto não teria effeito; quiz, todavia, fazel-o para mostrar as aspirações politicas.

A 18 de março recebeu Madeira um reforço donde menos o esperva. A charrúa *São José Americano,* uma das embarcações que levavam as tropas portuguezas de Avilez, com 260 praças de pret ao mando do brigadeiro Carretti, desgarrando-se dos outros navios, arribou á Bahia demandando viveres. Annuindo Carretti ao pedido de Madeira, que tomou sobre si a responsabilidade do acto, entregou-lhe todas as forças que o acompanhavam. Como um grande numero de moradores, ao verem esse inesperado reforço, se retirassem para o interior, e alguns espalhassem o boato de que iam dar principio á reacção, exigiu Madeira que a Junta proclamasse aos habitantes da provincia recommendando-lhes o socego e promettendo-lhes conseguir providencias do governo de Lisboa. Não deixou ao mesmo tempo de fortificar diversos pontos da cidade, de chamar ás armas e de ter promptos os marinheiros das embarcações mercantes surtas no porto, e de enviar pelo Reconcavo até á Cachoeira uma escuna armada em guerra com ordem de vigiar as diversas localidades, e de estar sempre prompta para acudir a quaesquer occorrencias. A noticia de ter nascido ao principe mais uma filha (11 de março), baptizada com o nome de Januaria, proporcionou em principios de maio aos bahianos azada occasião de mostrar suas sympathias a D. Pedro e seu odio ao general Madeira; pois a Junta dirigiu ao regente um officio de congratulação, e os povos da Bahia, tanto na capital como no Reconcavo, celebraram este facto com solemnidades re-

ligiosas e populares. Primou entre todas a villa de Santo Amaro pelo estrondo das festas, e bem assim por suas allusões claras ao principe e á tyrannia dos portuguezes. Bem que Madeira vedasse aos seus officiaes tomarem parte neste regosijo publico, não ousou oppor-se com a força.

Em consequencia de uma carta que recebera dos seus deputados ás côrtes, enviou nesse mesmo tempo a Junta a todas as villas uma circular apresentando-lhes diversos quesitos a respeito do governo que convinha adoptar no Brasil. Escreveu da mesma sorte a D. Pedro participando-lhe o que praticara, pedindo-lhe o seu suffragio, e expondo-lhe com franqueza que a resposta das villas mui provavelmente seria para se unirem ao Rio de Janeiro.

81) **Pernambuco.** — Notavel sympathia para o governo do principe mostrava o povo de Pernambuco, onde o commandante das armas, José Corrêa de Mello, nomeado pelas côrtes, nenhuma força exercia sobre as milicias do paiz. Reinava, porém, em Pernambuco a anarchia praticando-se por toda a parte roubos e assassinatos continuos, principalmente contra os portuguezes. Afim de pôr um dique a essas desordens organizou a Junta, com o nome de *batalhão ligeiro,* um corpo civil, não sujeito ás leis e disciplina militares, encarregando-o de vigiar em pró da tranquilldade e segurança publca.

Para commandar esse corpo nomeou um joven inexperiente, filho de Gervasio Pires, que recrutou todos os vagabundos, vadios e desordeiros da cidade, armando-os e municiando-os. Longe de reprimirem, estes provomeram ainda mais as desordens gritando pelas ruas que matassem a todos os portuguezes. Praticaram estas scenas horriveis principalmente nos dias dois e seis de abril, causando deste modo a retirada de muitas familias para o interior da provincia, para bordo dos navios ancorados no porto e até para a Europa. Com o intuito de salvar as apparencias procedeu a Junta a pesquizas e indagações apregoando inexoravel castigo contra os delinquentes, porém parou alli.

82) **Assembléa dos procuradoras, 2 de junho de 22.** Como no dia marcado para a reunião dos procuradores se achassem na capital apenas o de Montevidéo e os dois que competiam á provincia do Rio, e como não houvesse esperança de chegarem outros, decretou D. Pedro que no dia seguinte, dois de junho, se abrisse essa assembléa, fosse qual fosse o numero dos procuradores presentes. Leu-lhes o principe uma fala grave e patriota pedindo-lhes advogassem a causa do Brasil, *do grande Brasil de quem era filho.*

Sob a proposta de Gonçalves Ledo redigiram no dia 3 os procuradores uma representação pedindo a D. Pedro convocasse uma assembléa legislativa e constituinte. Neste documento já se lê abertamente a palavra *independencia,* posto que se continúe nelle a propor a união de Portugal e do Brasil com dois congressos: um no Rio, outro em Lisboa. Apoiando-se nèsta representação, baixou o principe no dia immediato (4 de junho) um decreto pelo qual manifestava ter assentado convocar uma assembléa constituinte e legislativa composta dos deputados das provincias do Brasil novamente eleitos segundo as instrucções que seriam dentro em breve publicadas. Estas não se demoraram em apparecer com a data de 19 de junho e ordenavam que o povo das parochias nomeasse eleitores em dia designado; que estes um mez depois se reunissem em collegios para votar em o numero de deputados correspondentes a cada uma das provincias segundo a sua população estimada; e que as camaras das suas capitaes, procedendo á apuração dos votos dos collegios ,proclamassem deputados os que obtivessem maioria e lhes passassem os respectivos diplomas. Remetteram-se immediatamente a todas as Juntas e auctoridades do Brasil o decreto e as instrucções com ordem de lhes dar prompta execução. Escreveu D. Pedro sobre estes factos uma carta a seu pae, da qual tiraremos os periodos seguintes: "Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que V. M. me disse, antes de partir dois dias, no seu quarto: *Pedro, si o Brasil se separar, antes seja para ti que me has de respeitar, que*

*para algum desses aventureiros...* Aqui consta-me que querem acclamar a V. M. imperador do reino unido, e a mim rei do Brasil". Vide par. 55

83) **Diversas medidas de D. Pedro para unificar e fortalecer o Brasil.** — Informado D. Pedro de ter o governo portuguez prohibido a remessa de petrechos bellicos para o Brasil, enviou uma circular aos agentes consulares extrangeiros residentes no Brasil communicando-lhes que o governo do Rio dispensava despachos de autoridades portuguezas para todos os objectos de guerra e de marinha. Constando ao principe que a maioria dos pernambucanos desejavam unir-se ao Rio de Janeiro, e que a Junta os illudia fazendo-lhes esperar um governo independente local, buscou excitar os moradores a escolherem um governo do seu agrado, e tratou de apoial-os remettendo-lhes um auxilio de tropas commandadas por officiaes de toda a confiança. Mandou por isto vir da Cisplatina o batalhão pernambucano que alli estava desde 1817; reorganizou-lhe o quadro no Rio elevando-o a quatrocentas praças; modificou-lhe a officialidade, e incumbiu Bernardo José da Gama de acompanhal-o. A fragata ***Carolina*** e uma charrúa de guerra que levaram essas forças, receberam instrucções para, cumprida a sua missão, vigiarem a costa cruzando ao longo della, abrindo relações com os povos maritimos e apoiando suas aspirações tendentes á união com o Rio de Janeiro.

Tudo por este tempo estava mudado em Pernambuco, porque no primeiro de junho o povo e os soldados, levantando-se, obrigaram a camara do Recife a admittir no seu gremio, quaes novos vereadores, Basilio Quaresma Torreão, quatro officiaes militares e o padre dr. José Coelho, como reprseentantes: este ultimo do clero; o primeiro, do povo; os outros, das tropas. Redigiram então, e assignaram todos um termo declarando a necessidade de acabar com a anarchia, de desligar-se do governo de Lisboa e de unir-se ao principe regente. Tendo-se a Junta curvado a estas exigencias, todas as autoridades civis e militares, bem como o interior da provincia, acolheram com grande

jubilo a resolução. Resistiu unicamente a cidade de Olinda, que comtudo cedeu de prompto quando no dia 15 viu chegar os navios com as tropas.

Não se demoraram em seguir os passos de Pernambuco adherindo ao governo do Rio, as provincias da Parahyba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e das Alagôas. Nesta ultima provincia mandou a nova Junta prender e enviar para Lisboa os membros da Junta precedente, o commandante das armas deposto e os principaes funccionarios portuguezes civis e militares. Ordenava por este mesmo tempo D. Pedro ao general Madeira que com todas as tropas lusitanas abandonasse a provincia; officiava á Junta que puzesse á disposição do general portuguez os navios e mantimentos indispensaveis para os transportarem a Lisboa, e dirigia aos povos da Bahia uma proclamação convidando-os a reconhecer o governo do Rio de Janeiro. Enviou Madeira a ordem do principe a Portugal pedindo reforços e promettendo resistir até á ultima gotta de sangue. Projectaram os bahianos uma insurreição na propria capital, porém Madeira vigiava com toda a actividade, e, sendo informado de que a camara na sessão do dia 12 de junho daria o signal do levantamento, postou a artilharia nas proximidades do paço municipal, e preparou todas as tropas para o combate. Transidos de susto, não se reuniram os vereadores; porém, na sessão extraordinaria do dia 15, lavraram um termo memorando as causas da sua falta de comparecimento e officiaram ao governo de Lisboa dando-lhe conta dos successos. Esta foi a ultima reunião da camara da Bahia, durante o dominio do general Madeira, retirando-se os seus membros para a vida privada. Escreveu egualmente ao governo de Lisboa a Junta governativa pedindo-lhe a exonerasse da administração civil, visto como o poder arbitrario do governador das armas lhe tolhia inteiramente a acção.

84) **Principio da reacção armada na Bahia.** — Espalhavam-se, no entretanto, pelo interior da provincia as idéas de opposição ao general Madeira, e o desejo de um levantamento afim de proclamar a regencia do

principe D. Pedro. Abriu o exemplo a villa de S. Francisco, onde o capitão-mór de milicias Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, e o juiz de fóra da villa, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, a 20 de junho, entregaram á camara reunida representações e requerimentos assignados pelos principaes moradores do termo. Adherindo a camara, no dia 29, unanimemente aos desejos do povo, derramou uma proclamação ás differentes villas da provincia e ás de Sergipe exhortando-as a reclamarem do principe soccorros e apoio contra a tyrannia das tropas lusitanas. Dirigiu-se egualmente a mesma camara á Junta governativa da capital participando-lhe o occorrido, e declarando-lhe que apesar de tudo havia de receber com respeito as suas determinações, de obedecer ás leis e de acceitar a constituição da monarchia portugueza lògo que ella fosse promulgada. As villas de Maragogipe, de Santo Amaro, de Inhambupe e de Itapecurú seguiram sem demora o exemplo da de S. Francisco.

Luctava neste interim com graves difficuldades a villa da Cachoeira, porque a escuna de guerra alli estacionada, vigiava todos os passos e movimentos do povo ameaçando-o a cada instante. Resolveram, por fim, libertar do terror a sua terra natal dois distinctos proprietarios da localidade: *José Garcia Pacheco*, coronel effectivo do regimento de cavallaria da villa, e *Antonio Galvão*, coronel aggregado. Tendo elles no dia 24 de junho reunido em Belém cento e poucos homens armados, entraram, ao repontar da aurora do dia seguinte, na villa; annunciaram ás autoridades os seus planos de acclamarem D. Pedro regente e defensor perpetuo do Brasil; officiaram neste sentido ao commandante da escuna; reuniram o povo e as milicias; convocaram a camara e os principaes cidadãos, annunciando a todos as suas intenções. Ninguem se oppoz; lavrou-se uma acta, e no meio do regosijo publico cantou-se um solemne *Te-Deum*. Mudou-se, todavia, a scena ao cahir da noite, quando, tendo alguns portuguezes alli residentes disparado diversos tiros de espingarda, a escuna começou a dirigir fogo contra a povoação

continuando o bombardeamento toda a noite e o dia seguinte. Travada deste modo a lucta, houve grande susto e confusão na villa, onde se organizou uma Junta de defesa composta dos dois chefes já referidos e de dois cidadãos dos mais respeitaveis. Tendo a escuna, que quasi se cosera com o caes, ficado no meio da lucta do dia 28 encalhada durante a baixa-mar, foi-lhe forçoso sustentar renhido combate corpo a corpo até que ferido gravemente o seu chefe em uma perna, teve de se render á discreção. Todos quantos estavam nella foram recolhidos ás cadêas da villa. Dissolvida a Junta da defesa, reuniu-se a camara a tres de julho; officiou a D. Pedro, e abriu relações directas com o governo do Rio de Janeiro.

85) **O Rio Grande do Sul e a Cisplatina.** — Ao ver o general *João Carlos Saldanha,* presidente da Junta governativa do Rio Grande do Sul, que os seus collegas acceitavam o decreto que convocava uma assembléa constituinte e legislativa, offereceu a sua demissão, officiando neste sentido ao governo do Rio. Sendo-lhe acceita a demissão e recebendo ordem de sahir da provincia, velejou sem demora para Lisboa.

Recusou egualmente dar execução ao decreto relativo á constituinte a Junta da provincia *Cisplatina* que assumira o titulo de *conselho militar* e era totalmente dominada pelo brigadeiro *D. Alvaro da Costa,* bem que o seu presidente fosse o general Lécór. Participou o referido conselho a sua resolução ao ministerio do Rio, communicando-lhe tambem o seu proposito de obedecer unicamente ás côrtes de Lisboa, e proclamando neste sentido ás tropas e ao povo (23 de junho). Comquanto Lécór pensasse de outro modo, assignou a proclamação; porém, levando-a ao conhecimento de D. Pedro, exprimiu-lhe a sua resolução de obedecer-lhe em tudo. Supprimindo, portanto, o principe aquelle conselho militar, ordenou que o general Lécór concentrasse em si toda a autoridade da provincia e concedesse baixa a quantos soldados e officiaes inferiores a solicitassem.

86) **Martim Francisco é chamado ao ministerio.** — Desejando o principe satisfazer a ambos os partidos, o dos Andradas e o liberal, tratou de reorganizar a administração accrescentando-lhe uma secretaria nova que denominou da justiça e negocios ecclesiasticos, e que se formou sobre serviços destacados da do reino. Para ella passou Caetano Pinto. A Martim Francisco que acabava de chegar de S. Paulo, e fôra pelo principe recebido com singular agrado, coube a da fazenda; porém, em compensação, tirou D. Pedro a pasta da guerra a Oliveira Alvares contra o qual muito se queixavam Gonçalves Ledo e seus amigos, e a confiou a Luiz Pereira da Nobrega de Azeredo Coutinho, que passava por adepto do partido liberal, e era por elle muito considerado.

Dedicou-se, todavia, Nobrega exclusivamente ás funcções militares, ao passo que Martim Francisco promoveu no governo maior decisão e energia que a empregada até então por José Bonifacio. Como neste tempo tivesse o ministerio tomado diversas medidas afim de refrear a liberdade da imprensa, inaugurou o *Reverbéro,* orgam de Ledo e de seus amigos, a lucta contra o *Regulador,* orgam dos Andradas, lucta que devia mais tarde produzir fructos de amargura para os dois contendores e até para o principe.

Tendo o governo pedido aos particulares o emprestimo de quatrocentos contos de réis, e tendo-os áchado de prompto no Rio de Janeiro, continuou o ministerio os preparos activos destinados a expellir da Bahia o general Madeira. Expediu Nobrega as instrucções para o recrutamento, chamando ás armas todos os brasileiros que não pudessem allegar isenções legitimas. Fez José Bonifacio com que o agente do Brasil em Buenos-Ayres escrevesse a lord Cochrane, que se achava no commando das forças maritimas do Chile, convidando-o a vir tomar conta da marinha brasileira. Confiou por emquanto e interinamente a frota destinada a bloquear a Bahia por mar a *Rodrigo Antonio de Lamare,* um dos antigos officiaes de marinha. Compunha-se a esquadrilha da fragata *União,* das corvetas

*Liberal* e *Maria da Gloria,* bem como de um bergantim charrúa.

Além das munições e armas, recebeu a seu bordo trezentas praças de desembarque ao mando do francez Pedro Labatut, outrora official de Napoleão I. Acompanhou D. Pedro a sahida da flotilha com uma proclamação, dizendo que para elle, sem distincção de berço, eram brasileiros todos aquelles que amassem o Brasil, e se unissem para o defender contra as côrtes. "Quem diz brasileiro, diz portuguez, e prouvera a Deus que quem dissesse portuguez, dissera brasileiro".

Publicou egualmente um decreto em que ordenava se reputassem inimigas todas e quaesquer tropas que de Portugal fossem mandadas ao Brasil sem seu prévio consentimento, fosse qual fosse o pretexto com que se cobrisse a remessa.

O mesmo se devia entender a respeito das tripulações e guarnições dos navios; deixava, porém, livres as relações commerciaes entre os dois reinos. Entendeu tambem D. Pedro que lhe cumpria esclarecer todos os povos do Brasil relativamente á guerra travada com Portugal.

Publicou, portanto, com a data do primeiro de agosto a celebre proclamação redigida por Joaquim Gonçalves Ledo, em que expõe todo o proceder das côrtes a respeito do Brasil, e as tentativas para o reduzir ao estado de colonia. Exhortando então os brasileiros á união, accrescenta estas notaveis palavras: — "Não se ouça, pois, entre vós outro grito que não seja *união.* Do Amazonas ao Prata não retumbe outro écho que não seja *independencia.* Formem todas as nossas provincias o feixe mysterioso que nenhuma força pode quebrar. Desappareçam de uma vez antigas preoccupações substituindo o amor do bem geral ao de qualquer provincia ou de qualquer cidade."

Seguiu-se a esta proclamação um manifesto aos governos das nações amigas em que o principe explica o seu proceder expondo o modo com que Portugal governára este paiz quando era ainda colonia, relatando as tentativas das côrtes para o reduzir áquelle estado

primitivo e referindo quanto se tinha feito para conservar a união com o reino europeu. Concluiu protestando perante Deus e o mundo que não desejava cortar os laços de união e fraternidade que deviam constituir a ventura de todos os estados da coroa portugueza, e pretendia apenas os legitimos direitos e a constituição futura do Brasil. Esperava que todas as nações amigas do Brasil continuariam a ter com elle as relações de mutuo interesse e amizade emquanto não acabasse o captiveiro do rei D. João VI.

87) **As cortes recusam um congresso ao Brasil.** — Para propor os artigos addicionaes á constituição relativamente ao regime politico e administrativo do Brasil, nomearam as côrtes uma commissão, composta dos deputados brasileiros seguintes: Antonio Carlos, Villela Barbosa, Fernandes Pinheiro, Araujo Lima e Lino Coutinho. Estes foram unanimemente de parecer que houvesse dois congressos: um em Portugal, outro no Brasil, ficando livre ás provincias da Asia e da Africa portugueza incorporar-se a qualquer delles.

A cada um dos dois congressos devia caber legislar para as provincias e povos que comprehendia, pertencendo a sancção das leis: no Brasil ao regente, em Portugal ao rei. Superior a estes dois congressos especiaes se installaria outro na capital do imperio luso-brasileiro, composto de 50 membros: 25 portuguezes e 25 brasileiros, eleitos pelos seus respectivos congressos legislativos. A este congresso superior competeria regular as relações commerciaes dos dois reinos entre si e com os paizes extrangeiros; prover á defesa da monarchia; rever e discutir as leis promulgadas pelos dois congressos especiaes, e dar outras providencias de interesse commum e geral.

Sobresaltaram-se as côrtes e o povo de Portugal com estas propostas que, em seguida a uma discussão acrimoniosa, foram em fins de julho rejeitadas por 85 votos contra 22 dos 40 brasileiros presentes. Pretenderam logo depois as côrtes — 1) que se processassem os membros da Junta de S. Paulo juntamente com o Bispo e os quatro deputados enviados ao principe; —

2) que se exigisse a responsabilidade da Junta de Minas por não ter ainda mandado seus representantes ás côrtes; — 3) que continuando D. Pedro a governar as provincias de S. Paulo, Minas e Rio, fosse obrigado a subordinar-se ao congresso de Lisboa; — 4) que se désse immediatamente execução ao decreto das côrtes em todas as provincias em que não se tivesse ainda procedido á eleição das Juntas governativas. Approvou-se o primeiro artigo, porém o Bispo foi exceptuado pela insignificante maioria de um voto. Esta mesma maioria de um voto decidiu se declarasse que, pelos factos passados, não se procederia contra nenhuma pessoa. Adoptaram-se os artigos relativos ás Juntas governativas; ordenou-se que se indagassem os motivos pelos quaes não se tinham apresentado os deputados de Minas. O principe continuaria a governar o Rio de Jaeniro, comtanto que obedecesse ao congresso e acceitasse os ministros e o secretario que o rei lhe enviasse. Tendo então (8 de agosto) os deputados de S. Paulo e do Rio pedido licença para se retirarem do congresso, as côrtes (29 de agosto) responderam negativamente. Cuidava a maioria das côrtes ter com estas resoluções conseguido uma grande victoria que o povo applaudia freneticamente nas ruas, na imprensa e no theatro; espiritos, todavia, previdentes e avisados opinavam diversamente.

88) **Ultimos actos das cortes portuguezas.** — Nomearam logo depois as côrtes novos ministros a D. Pedro, e publicaram uma proclamação aos brasileiros dizendo, entre outras cousas, que lhes fariam todas as concessões *razoaveis,* comtanto que se conservassem unidos a Portugal, acceitando suas leis. Havendo, todavia, pelos fins de agosto recebido a noticia de ter D. Pedro convocado uma assembéa constituinte, publicaram, em seguida a vivissima, longa e tempestuosa discussão, a 24 de setembro de 22, a lei pela qual annullavam aquelle decreto, nomeavam uma regencia nova, composta toda exclusivamente de portuguezes, e declaravam deposto o principe, obrigando-o a embarcar dentro de um mez directamente para Lisboa sob

pena de perder o direito ao throno de Portugal. Decretaram no mesmo tempo se evacuasse de uma vez a Banda Oriental entregando-a á Hespanha, da qual deste modo se poderia obter a restituição de Olivença.

Estava finalmente prompta a constituição; mas, como fosse já bastante anachronica, desagradou a quasi todos. Não é, pois, para extranhar que no dia 23 de set., destinado ao seu juramento, comparecessem só 136 deputados, dos quaes, 101 eram portuguezes; 35, brasileiros. Dos que faltaram, alguns pretextaram molestias, outros não déram nenhuma satisfacção; só Antonio Carlos, officiando ao congresso, declarou que não jurava a constituição por ser ella contraria á sua consciencia, e abandonava o seu logar de deputado ás côrtes por ter de regressar para a sua provincia. Tendo Lino Coutinho assignado, dirigiu na sessão immediata um officio ás côrtes protestando de que a sua assignatura e o seu juramento não obrigavam a sua provincia a acceitar a constituição. D. João VI prestou juramento á constituição no primeiro de outubro de 22. Causou logo depois grande admiração a noticia de que, emquanto os portuguezes se entregavam a estrepitoso regosijo publico por terem concluido a sua constituição, sete deputados brasileiros tinham furtivamente passado para o paquete inglez *Marlbourough* que seguia para *Falmouth*. Eram Antonio Carlos, Costa Aguiar, Bueno, Feijó, Gomes, Barata e Lino Coutinho, que na Inglaterra publicaram logo depois seus protestos explicando o seu proceder e revelando ao mundo as vexações que em Portugal tinham recebido do povo e das côrtes.

Antes de dissolver-se nomeou o congresso uma commissão especial incumbida de vigiar o governo emquanto não se reunisse a futura assembléa. Constava de sete membros, quatro dos quaes eram brasileiros, a saber: Fernandes Pinheiro, Villela Barbosa, o Bispo do Pará e Vieira Belford. Dir-se-ia que as côrtes estavam arrependidas do que haviam feito, porém era tarde!

**Nota — Os deputados brasileiros que prestaram juramento á constituição, foram: Marcos, Ferrão, Bandeira, Lino Coutinho, Borges de Barros — da Bahia; Assis Barbosa, Martins Ramos,**

Grangeiro — das Alagôas; Custodio Ledo, Villela Barbosa, Soares Brandão, Martins Bastos, Varella — do Rio de Janeiro; Fernandes Pinheiro — de S. Paulo; Araujo Lima, Muniz Tavares, Veras, Almeida Castro, Domingos Malaquias, Lira, Zeferino dos Santos, João Ferreira — de Pernambuco; Moreira, Alencar, Felippe Gonçalves — do Ceará; Rodrigues de Andrade — de Santa Catharina; Segurado — de Goyaz; Beckman, Belford — do Maranhão; França, Cirne — da Parahyba; o bispo D. Romualdo, Moreira, Lopes da Cunha — do Pará; Borges Leal — do Piaúhy.

89) **Situação das provincias do extremo norte.** — *Pará* (vide par. 49).

Em janeiro de 1822 partiu para Lisboa, como deputado ás côrtes, o bispo *D. Romualdo de Souza Coelho* e em março seguinte procedeu-se á eleição de uma nova Junta, que recusou mandar eleger procuradores para o Rio, conforme, por decreto de 16 de fevereiro de 22, o principe regente D. Pedro ordenára. Advogava nesse tempo no Pará a idéa da independencia o conego Baptista Campos, que diversas vezes foi perseguido, espancado e preso pelos membros do partido opposto. Em attenção ao decreto de onze de outubro de 22, prestaram os paráenses com grande apparato no dia 13 de janeiro de 23 o juramento á constituição eleborada pelas côrtes de Portugal, e a 25 de fevereiro do mesmo anno procederam á eleição de uma nova camara municipal, que constou, toda, de partidarios da independencia. Comtudo uma nova sedição militar depoz em principios de março essa camara e restaurou a precedente; depoz egualmente a Junta governativa e prendeu os seus membros. Tentaram então os independentes attrahir pelo menos uma parte da tropa e desfechar um golpe decisivo durante a noite de 13 para 14 de abril; sendo, todavia, mal succedidos, foram deportados para Lisboa, onde D. João VI em setembro do mesmo anno lhes restituiu a todos a liberdade. Estava o povo ainda excitado em consequencia dos factos de abril, quando, regressando de Portugal, se apresentou em Belém o bispo D. Romualdo com a noticia de terem sido dissolvidas as côrtes e restaurado o antigo regime (vid par. 101). Resolveu então um grande conselho, convocado pela Junta governativa a cinco de agosto de 23, que ficasse tudo no mesmo estado emquanto não se recebessem novas ordens do rei, e

que no entretanto o Bispo assumisse a presidencia da Junta em logar do seu sobrinho, Romualdo de Seixas, que partira para o reino, aonde fôra occupar o posto de conselheiro dé Estado. Achava-se nestas condições o Pará quando a 10 de agosto desse mesmo anno appareceu na barra o brigue *Maranhão* commandado pelo capitão-tenente *João Pascoe Greenfell,* conforme havemos de relatar no par. 107.

Dominadas pelas tropas portuguezas que exerciam verdadeira tyrannia, continuavam submissas ao governo de Lisboa as provincias do Maranhão e do Piaúhy nas quaes foram numerosas as prisões de patriotas suspeitos.

*Em Pernambuco* reuniu Gervasio Pires no dia 5 de julho os membros da Junta, expondo-lhes suas duvidas a respeito do decreto relativo á constituinte emquanto não ouvisse a opinião de todos os povos da provincia, por lhe parecer illicito separar-se do governo de Lisboa. Dirigiu então a Junta uma circular ás camaras dos districtos ordenando a eleição dos compromissarios e eleitores, e esclarecendo-as sobre os poderes especiaes que se deviam conceder aos nomeados. Irritados com estas medidas, insurgiram-se os moradores do Recife no primeiro de agosto, e, depondo a Junta, déram providencias para se eleger outra que obedecesse a D. Pedro. Nomearam, no entretanto, uma Junta interina, que dominou no meio da desordem até o dia 17 de setembro, quando foi eleita outra mais regular que se aggregou ás provincias do sul. A perseguição contra os portuguezes neste interim foi medonha. Os membros da Junta, dissolvida no primeiro de agosto, esconderam-se cuidadosamente, menos Gervasio Pires Ferreira, que embarcou para o Rio em um paquete inglez. Tendo, porém, este arribado á Bahia, o general Madeira mandou á força prender o infeliz Pires remettendo-o incontinenti para Lisboa, apesar dos energicos protestos do vice-consul britannico. Renunciava, no entretanto, o seu cargo de commandante das armas o brigadeiro José Corrêa de Mello, entregando-o a José

Camello Pessoa, como coronel mais antigo do exercito, e partia sem demora para Portugal.

90) **Bahia.** — Tendo os principaes moradores da Cachoeira convidado todas as villas do interior a enviar seus deputados para se eleger uma Junta provisoria que em nome de D. Pedro governasse a provincia e dirigisse a guerra defensiva e offensiva contra o general Madeira, installou-se esse novo governo pelos fins de agosto. Recebera nesse meio tempo Madeira notaveis reforços, de sorte que não ousou entrar no porto a flotilha, sahida do Rio de Janeiro (par. 86) quando a 4 de agosto se apresentou na barra da Bahia; é certo, porém, que a esquadra portugueza, surta deante da cidade do Salvador e commandada por João Felix Pereira de Campos, não se aventurou a lhe sahir ao encontro. Seguindo, pois, Lamare a sua derrota, deixou nas Alagôas o brigadeiro Labatut com seus soldados, armas e munições; abriu communicações com a Junta de Pernambuco, e, na conformidade das suas instrucções, andou cruzando pela costa do norte.

Mandaram os pernambucanos em auxilio de Labatut uma brigada de artilharia ao mando do major Joaquim José da Silva Santiago. Tendo com este reforço augmentado suas tropas, entrou Labatut na provincia deSergipe, já toda rendida em favor de D. Pedro; destacou a brigada de Pernambuco para os pontos de Pirajá, Cabrito e Coqueiro, emquanto elle se dirigia para a Feira afim de concentrar na sua pessoa a autoridade.militar da provincia.

91) **Cisplatina.** — Factos extranhos se iam no entretanto realizando na Cisplatina, onde, sob a proposta de D. Alvaro da Costa, os officiaes recusaram dissolver o conselho militar, segundo ordenára o principe regente; insurgiram-se contra o general Lécór, e declararam que só haviam de obedecer ás côrtes de Lisboa. Retirando-se Lécór a 11 de setembro para Canelones e exhortando os brasileiros a se reunirem a elle e a obedecer a D. Pedro, conseguiu deixar quasi sósinho D. Alvaro, cortar-lhe as communicações com o interior

da provincia e pôr-lhe uma especie de assedio em Montevidéo. A colonia do Sacramento e todas as villas mais notaveis da Cisplatina declararam altamente que adheriam ao general Lécór. Officiou então este a D. Pedro reclamando suas ordens, e soccorros para a expulsão das tropas portuguezas. Ponderando por seu lado D. Alvaro a triste posição em que se achava, dirigiu-se ao general Madeira pedindo-lhe apoio para se defender, ou navios para com toda a sua divisão transportar-se á Bahia.

92) **Independencia ou morte.** — Comquanto a Junta de S. Paulo tivesse executado as ordens do principe fazendo com que Oeynhausen e Costa Carvalho seguissem para o Rio, ainda naquella cidade não existia nem união, nem tranquillidade completa. Entregando, pois, D. Pedro a regencia á princeza D. Leopoldina, a administração a seus ministros, e nomeando para seu secretario interino Luiz Saldanha da Gama, partiu com elle por terra para S. Paulo levando em sua companhia apenas diversos creados. Recebido e saudado triumphalmente em todas as localidades, apresentou-se derepente nos suburbios de S. Paulo no dia 25 ou 26 de agosto, grangeando desde o principio a admiração e a sympathia geral. Todos, sem distincção de partidos, o visitaram prestando-lhe homenagem e obediencia. Aproveitando-se, pois, da boa disposição do povo, dissolveu a Junta provisional existente, por não se ter ainda executado o decreto das côrtes do primeiro de outubro de 1821. Ordenou que se encarrégassem da administração interina da provincia os funccionarios publicos, a quem pelas leis antigas (alvará de 12 de setembro de 1710) cabia o governo na falta dos governadores e capitães-generaes. Destituindo o commandante das armas, passou o cargo ao militar mais elevado em patente.

Partiu no dia 5 de setembro a inspeccionar as fortificações de Santos, e achava-se no dia 7, de volta para S. Paulo, nas margens do Ypiranga quando pelas 4 horas da tarde, lhe chegou um portador com officios

de José Bonifacio que lhe transmittia os ultimos decretos das côrtes de Lisboa [1]. Logo depois de os ler, tirando o chapéo, gritou: INDEPENDENCIA OU MORTE! *Camaradas,* disse então aos soldados da sua guarda, *as côrtes de Portugal querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independencia; laços fóra...* Todos os circumstantes arrancaram immediatamente o laço portuguez, e o cortaram em pedaços. *D'ora em deante,* continuou o principe, *traremos todos outro laço de fitas verde e amarello que serão as côres brasileiras.* Neste momento a guarda que já tinha formado em linha, respondeu com o mais estrondoso enthusiasmo: INDEPENDENCIA OU MORTE!

Pelas 5 ½ da tarde entrou D. Pedro de novo na cidade, que espontaneamente se illuminou e immergiu no mais exaltado regosijo, ouvindo-se por todas as ruas retumbar o grito de INDEPENDENCIA OU MORTE! grito este que se reiterou no theatro, onde o principe foi saudado como rei do Brasil. Publicou D. Pedro no dia seguinte uma proclamação aos paulistas exhortando-os á paz, á união, á defesa da independencia. Entregues no dia 9 as redeas da administração ao governo provisorio chamado *triumvirato,* partiu para o Rio, aonde chegou no dia 17.

---

(1) Parece-nos difficil adivinhar o que se continha nesses despachos; pois julgamos impossivel que elles fossem, como diz Pereira da Silva, os quatro decretos que as côrtes approvaram no dia primeiro de agosto, acompanhados de uma carta de D. João VI com a data do dia 5 de identico mez. Seria crivel que naquelle tempo um navio de velas atravessasse o Atlantico com apenas trinta dias ? Continham certamente aquelles despachos a repetição das ordens precedentes e a noticia do que nas côrtes estava acontecendo durante o mez de julho.

## III

### Factos que levaram Portugal a reconhecer a independencia do Brasil. — Desde o grito do Ypiranga até o reconhecimento. — 7 de setembro de 1822 — 29 de agosto de 1825.

93) **Acclamação, 12 de outubro de 1822.** — Publicou D. Pedro no dia immediato, 18, tres decretos. Declarava pelo primeiro que, para o novo escudo das armas do Brasil, adoptava o que em 1816 lhe déra D. João VI, modificando-o algum tanto e escolhendo as côres amarella e verde. Dava no segundo ao Brasil um tope nacional exigindo que o trouxessem no chapéo os que adheriam á independencia, e nos braços a legenda: *Independencia ou morte.* Concedia no terceiro decreto amnistia geral a todas as passadas opiniões politicas, e ordenava aos portuguezes que recusassem acceitar a independencia, sahissem do logar da sua morada dentro de trinta dias; do Brasil, dentro de quatro mezes.

E' absolutamente impossivel pintar ao vivo o enthusiasmo dos fluminenses ao verem entre si o principe, particularmente quando se apresentou no theatro levando no braço esquerdo o distincto — *Independencia ou morte.* Não houve nesta conjunctura distincção de partidos; timbraram todos em festejar o heróe que nas margens do Ypiranga soltara o faustoso grito da independencia. Em sessão extraordinaria da camara do dia 21 propoz José Clemente com applauso de todos se acclamasse, o principe regente, *imperador constitucional do Brasil,* escolhendo-se para esse acto solemne o dia doze de outubro, dia do descobrimento da America e anniversario natalicio de D. Pedro. Resolveram, portanto, supplicar ao principe se dignasse acceitar o titulo honroso offerecido pelo povo, e se affixassem editaes annunciando esse facto. Assentou egualmente a camara que o acto se realizasse com toda a solemni-

dade no campo de Sant'Anna em memoria da ultima tentativa do general Jorge de Avilez. Enfeitou-se de modo admiravel toda a cidade, particularmente o mencionado campo, em cujo centro se erguia o palacete destinado ao grande acto. Na hora marcada do faustoso dia chegaram de S. Christovam em seus coches, no meio de immensas ondas de povo, o principe e a princeza; subiram ás salas superiores do palacete; entrou o senado da camara; leu José Clemente um brilhante discurso offerecendo a D. Pedro o titulo de imperador constitucional do Brasil — "titulo, concluiu o orador, de que, ha muito, gosaria, si tivesse querido, e que só dependia da sua soberana vontade". Respondeu D. Pedro: "Acceito o titulo de imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, porque, tendo ouvido o meu conselho de Estado e procuradores geraes, e tendo examinado as representações das camaras das differentes provincias, estou inteiramente convencido de que tal é a vontade geral de todas as outras, que só por falta de tempo não têm ainda chegado."

A estas palavras fizeram echo os mais estrepitosos vivas de todos; na sala, na praça, nas ruas, na cidade inteira. Seguiram então os dois principes debaixo de riquissimo pallio para a capella do paço da cidade, onde assistiram ao *Te-Deum* cantado em acção de graças ao Todo-Poderoso. Acolheram depois os novos soberanos prazenteiramente nas salas do palacio os seus subditos recebendo o beija-mão habitual e usado na antiga monarchia portugueza.

Em seguida á acclamação publicaram-se immediatamente e em decretos successivos as formulas que dalli em deante se deviam empregar nas mutuas correspondencias entre o governo supremo e as autoridades subalternas, bem como as do tratamento que o imperador e as mais autoridades deviam receber das nações extrangeiras com as quaes travassem ou entretivessem relações. Proclamou logo depois D. Pedro aos portuguezes europeus declarando-lhes que pelos factos occorridos não desejava elle crear obstaculos ás rela-

ções commerciaes e de familia, comtanto que o governo portuguez não enviasse mais tropas, nem armadas invadir qualquer das provincias do novo imperio e retirasse aquellas que ainda permaneciam em alguns pontos do Brasil.

94) **Lucta entre os Andradas e os chefes do partido liberal.** — Continuava, no entretanto, Joaquim Gonçalves Ledo, chefe do partido chamado liberal, a guerrear o ministerio dos Andradas, José Bonifacio e Martim Francisco, que, no sentir delle, não se mostravam bastante liberaes na sua administração. Apoiava-se Ledo no *Reverbéro* e no *Grande Oriente Maçonico* por elle fundados mesmo antes que José Bonifacio viesse de S. Paulo, em Janeiro de 1822. Occupava Ledo na maçonaria o cargo de primeiro grande Vigilante; pertencia ao partido republicano, e passára ao liberal unicamente com o intuito de, attrahindo o principe, imprimir ao movimento a direcção que elle desejava. Não promovera a independencia, mas conseguira que na acta da acclamação, lavrada no senado da camara do Rio de Janeiro, se inserisse a clausula de submetter-se D. Pedro por juramento á constituição que a assembléa constituinte formulasse. Afim, portanto, de arrancar o imperador á influencia dos Andradas, obteve que D. Pedro fosse com o titulo de *Irmão Guatimozim* nomeado Grão Mestre do Grande Oriente.

Havendo o imperador por diversas vezes tentado debalde conciliar estas discordias, a bem dizer, domesticas, José Bonifacio ordenou a 20 de outubro ao intendente de policia obrigasse o redactor do periodico — *Correio do Brasil* — a suspender a sua publicação e a sahir do imperio no primeiro navio que partisse para a Europa. Expediu no mesmo tempo ordens para que de S. Paulo viessem presos o chefe da esquadra Miguel José de Oliveira Pinto e o coronel José Ignacio de Souza Queiroz como suspeitos de terem parte em uma proclamação revolucionaria pregada nas esquinas do pateo da matriz de Santos. Communicando

no mesmo tempo José Bonifacio ao intendente que se tramava contra a independencia e até contra a vida do imperador e de seus amigos, recommendou-lhe toda a vigilancia, actividade e energia relativamente aos suspeitos, prendendo-os e punindo-os severamente de conformidade com a lei marcial. Como estas medidas de rigor irritassem altamente os adversarios, o imperador exigiu de José Bonifacio adpotasse um systema mais moderado, capaz de acalmar o partido liberal, cujos serviços apreciava, e cujos odios não queria excitar. Resolveram, portanto, os Andradas tornar-se necessarios, exterminar os seus adversrios e impor-se ao imperador preparando um motim popular, e offerecendo a sua demissão que D. Pedro lhes recusou; mas, tendo elles insistido, o imperador comprehendeu que, para se mostrar imparcial entre os partidos e membros dissidentes do seu gabinete, cumpria demittir todos os ministros. Formou, pois, nesse mesmo dia 29 um novo ministerio; porém na manhan seguinte, 30 de outubro, ondas de povo irritado appareceram pelas praças e ruas bradando pela reintegração dos Andradas, e convidando os soldados a se lhes unirem para a solicitar do imperador. O advogado José Joaquim da Rocha, um dos mais decididos partidarios dos Andradas, redigiu com a annuencia geral uma representação, e, acompanhado pelo povo e tropa, a levou ao senado da camara que convocaram tumultuariamente, e á cuja sessão não compareceu o presidente. Exigiram alli a reunião immediata dos procuradores geraes das provincias de Minas, do Rio, de Pernambuco e da Cisplatina, — os unicos que se achavam na capital — os quaes, não ousando oppor-se á torrente, apresentaram ao imperador os votos seus, os do povo, da tropa e da camara, requerendo todos a reintegração dos Andradas, a quem teciam os mais exaggerados elogios.

De noite, ao principiar o espectaculo no theatro S. José, espalhou-se uma proclamação, impressa e anonyma, em que se excitava o povo em favor dos Andradas chamando-os de — *anjos tutelares da regeneração brasilica, que haviam erguido em seus hombros*

*o peso da independencia nacional.* O tumulto que então se tornou indescriptivel no theatro e na praça, manifestava todos os symptomas de uma revolução crescente e ameaçadora. Cedeu D. Pedro proclamando ao povo e á tropa, demittindo parte dos seus ministros e reintegrando os Andradas. Afim, todavia, de resalvar o seu direito de nomear livremente e demittir os seus ministros, declarou com solemnidade no decreto que este facto não devia passar como um precedente acceito e corrente. Serenou-se então a tempestade e restabeleceu-se a ordem publica; porém da lucta sahiu ferida a realeza, que deste modo começou a deslizar pelo caminho das concessões e imposições populares.

95) **Consequencias da lucta.** — Comquanto o partido liberal tivesse desapparecido da scena no momento da crise, entendeu José Bonifacio que devia buscar e perseguir os seus chefes em qualquer parte que se tivessem occultado. Não tardaram em serem presos e recolhidos á fortaleza da Ilha das Cobras e á da Conceição, José Clemente, Nobrega, Pedro José da Costa Barros, Pedro José da Costa Lessa e muitos outros. Ledo que se refugiara em uma propriedade rustica de um seu amigo, residente no interior da parochia de S. Gonçalo de Nitheroy, embarcou, disfarçado, em um navio mercante para Buenos-Ayres, onde se homiziou emquanto uma nova ordem de cousas não lhe permittiu regressar para o Rio de Janeiro. Ao conego Januario apanhou-o uma precatoria de prisão na provincia de Minas, aonde tinha ido em commissão maçonica, e foi dentro em breve levado para a fortaleza da Conceição no Rio de Janeiro. Lavrou de mais a mais José Bonifacio uma ordem de deportação para fóra do imperio contra Luiz Pereira da Nobrega e contra José Clemente Pereira, fazendo-os sem demora embarcar em uma escuna que velejava para a França. Nem se deu por satisfeito com isto; quiz tambem acabar com o Grande Oriente Maçonico. Diversos irmãos que nelle se achavam reunidos no noite de 25 de outubro, receberam uma communicação em que D. Pedro I, como

imperador e como chefe da Ordem lhes mandava suspendessem incontinenti os seus trabalhos, e não tornassem a reunir-se emquanto não recebessem determinação sua.

Entendeu, todavia, José Bonifacio que lhe convinha instituir uma sociedade, vasada no molde do extincto Grande Oriente, e tal que se convertesse em instrumento da força do ministro. Foi esta sociedade o *Apostolado,* que se installou pouco depois, a saber: logo que da Inglaterra chegou Antonio Carlos. Entraram nelle todos os amigos e partidarios de José Bonifacio, bem como os empregados do governo que delle dependiam, e aquelles que o terror do seu poder lhe chamava em apoio. Da devassa que se tirou a respeito dos presos, não resultaram provas convincentes contra elles, que, todavia, foram pronunciados pelo intendente geral de policia, e só a onze de julho de 23 foram inteiramente absolvidos por um accordam do tribunal superior da Supplicação. Tiveram, no entretanto, de gemer nas masmorras durante esse tempo, todos, menos alguns que a pretexto de doenças conseguiram a graça de irem tratar-se em suas casas tendo a cidade por menagem.

Não foram só as provincias do Rio e de S. Paulo que sentiram o peso da energia dos Andradas, visto como um aviso ministerial de 11 de novembro de 22 recommendou ás Juntas governativas e ás camaras de outras provincias vigiassem com todo o esmero quaesquer ramificações do partido revolucionario, communicando o resultado de suas investigações á secretaria de estado dos negocios do imperio.

96) **Sagração e coroação, 1 de dezembro de 22.** — Realizou-se, no entretanto, na capella imperial com grandes festas publicas e as mais sumptuosas demonstrações de geral contentamento, o acto solemnissimo da sagração e coroação do imperador, a que se procedeu no primeiro de dezembro de 1822, na conformidade das formulas e estylos da antiga côrte portugueza. Publicou nessa occasião o imperador dois decretos creando pelo primeiro a *Ordem do Cruzeiro* afim de galardoar

os serviços prestados á independencia. Instituiu pelo segundo uma guarda de honra destinada a acompanhar o soberano quando a majestade tivesse de apparecer aos olhos dos seus subditos com o apparato da grandeza. Della deviam fazer parte todos os jovens das melhores familias. Constava de tres esquadrões: um de S. Paulo, outro de Minas, do Rio o terceiro. Além de outros privilegios, gosava o de ter a precedencia sobre todos os corpos do exercito e o de ser licito aos seus officiaes entrar na sala do docel. Comquanto estes dois decretos não desagradassem nas provincias do sul, ambos suscitaram censuras acrimoniosas nas outras, particularmente na de Pernambuco em que ainda se contavam muitos homens imbuidos dos principois alli proclamados em 1817.

Não se descuidava nesse mesmo tempo o ministerio dos Andradas de procurar o apoio de varias nações extrangeiras, quer para ser por ellas reconhecida a independencia, quer para obter que o imperador se conciliasse com seu pae. Já tinham partido para a Europa Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro marquez de Barbacena, encarregado de uma missão diplomatica perante a côrte da Inglaterra; Antonio Telles da Silva, futuro marquez de Rezende, acreditado junto ao governo da Austria; e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, futuro visconde de Itabaiana, incumbido de tratar com o monarcha francez. Posto que nenhum desses agentes lograsse ser officialmente recebido, obtiveram, todavia, em audiencias particulares que diversas côrtes européas aconselhassem ao governo portuguez a suspensão das hostilidades e a conveniencia de terminar amigavelmente as divergencias suscitadas entre o Brasil e Portugal. Sendo evidente a necessidade de formar uma respeitavel marinha de guerra para se defender contra qualquer assalto dos portuguezes, e sendo por outro lado certo que o governo luctava com grande falta de dinheiro, José Bonifacio, adoptando uma idéa lembrada outrora (24 de setembro de 22), recorreu á generosidade dos brasileiros, que enthusiasticamente offereceram, para o fim mencio-

nado, sommas notaveis. Proclamou-se (30 de dezembro de 22, egualmente no Rio de Janeiro a concessão de cartas de corso a nacionaes e extrangeiros que quizessem incommodar o commercio portuguez capturando os navios cobertos com a bandeira de S. M. Fidelissima. Armaram-se, portanto, duas flotilhas, dirigindo-se uma para as aguas do norte, outra para as do sul. Com o intuito de reforçar o exercito offereceu-se perdão de penas a criminosos condemnados que acceitassem a condição de tomar armas; libertaram-se escravos para jurarem bandeiras e assentarem praça nos corpos que careciam de pessoal; decretou-se a organização de um regimento de extrangeiros, composto de tres batalhões e de um estado maior (8 de janeiro de 23).

Censuraram alguns estas medidas, porém não ha duvidar que no momento eram necessarias. Baixou no mesmo tempo outro decreto sequestrando todas as propriedades pertencentes a subditos portuguezes, quer se tivessem retirado do Brasil, quer residissem em Portugal, exceptuando-se unicamente as acções do Banco, das casas de seguro e da companhia do Ipanema, que por lei se consideravam privilegiadas. Recommendou-se tambem aos negociantes estabelecidos no Brasil cortassem as suas relações com a antiga metropole; ordenou-se aos brasileiros residentes em Portugal voltassem para a sua patria dentro de seis mezes, sob pena de perderem a nacionalidade e os bens, permittindo-se tão sómente aos estudantes matriculados em Coimbra demorarem-se até completarem os seus estudos.

Estas e outras medidas energicas, justificadas pelas conjuncturas, fizeram com que os republicanos e os liberaes começassem a accusar o governo de estar tentando restaurar o poder absoluto e arbitrario. Comprehendeu, portanto, o ministerio ser tempo de mostrar que desejava sinceramente uma assembléa geral constituinte e legislativa, promettida e convocada no mez de junho anterior, e a que ainda não se déra andamento. Organizou, pois, as instrucções destinadas a regular o methodo das operações eleitoraes, tomando por base o determinado para a constituição portugueza.

97) **Situação das provincias.** — Lavrava por este tempo agitação constante nas provincias, principalmente nas do norte. Bem que os portuguezes tivessem em grande numero patenteado sympathias para a causa nacional e dessem mostras inequivocas de perfeita união com os brasileiros, era tal o odio dos naturaes contra elles, que se viam em toda a parte perseguidos até pelas Juntas governativas e pelas camaras.

*No Ceará* — era o povo trazido em continuos sustos pela rivalidade de dois partidos: o do capitão-mór, José Pereira Filgueiras, e o de Francisco Felix, commandante do batalhão de linha. Sendo, porém, informados de que João José da Cunha Fidié, governador do Piaúhy, pretendia invadir o Ceará, uniram-se e, sem distincção de partidos, prepararam-se a tomar não só a defensiva, mas até a offensiva. Procederam pouco depois (24 de novembro de 22) os moradores da Fortaleza unanimemente ao acto solemne de acclamarem D. Pedro como imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil. Tendo em principios de janeiro de 23 o governador Fidié reprimido energicamente uma tentativa da camara de Oeiras para seguir o exemplo da Fortaleza, armaram-se os cearenses e marcharam contra o dito Fidié, a quem derrotaram nas vizinhanças da villa de Campo Maior. Retirou-se então Fidié, para Caxias, na comarca da Parahyba, onde se fortificou, emquanto Francisco de Souza Martins, que se constituira governador das armas, proclamava aos povos do Piaúhy mostrando-lhes a necessidade de adoptarem a causa da independencia e do imperio.

*No Pará e no Maranhão* — dominavam a anarchia, o terror, a lei marcial, estando o paiz dividido em dois como campos: o brasileiro e o lusitano.

Reinava a paz em *Pernambuco,* cujo governo frequentes vezes enviava reforços a Pedro Labatut, com o qual se correspondia mais ou menos regularmente. Comquanto se manifestassem algumas hesitações a respeito dos ultimos factos do Rio (o sete de setembro e o doze de outubro), prevalecendo, todavia, as tendencias favoraveis á união, levantou-se o novo es-

tandarte do imperio em todas as fortalezas e edificios publicos. As diversas localidades e comarcas do interior da provincia adoptaram egualmente e sem a menor opposição a bandeira auri-verde. Iniciaram, comtudo, uma terrivel propaganda contra os portuguezes *Lino Coutinho* e *Cypriano Barata,* ex-deputados ás côrtes, que voltaram de Portugal muito irritados pelos insultos recebidos da populaça nas ruas de Lisboa. Era mister, segundo elles, considerar todos os nascidos em Portugal quaes inimigos declarados do Brasil, destruil-os e confiscar-lhes as propriedades.

Como o coronel Pedroso, commandante das armas, que tinha conseguido reprimir as paixões anarchizadoras, dissentisse dos membros da Junta governativa em diversas questões, estes machinaram a sua deposição, e conseguiram os seus intentos retirando-se para o Cabo de S. Agostinho, attrahindo para si a tropa e o povo e dando-se por victima da prepotencia do coronel. Regressando então (28 de fevereiro de 23) para Olinda, prenderam o commandante das armas e o remetteram para o Rio com officios ao governo em que representavam Pedroso como patrocinador da causa portugueza.

Tornou então a reinar em Pernambuco a anarchia e a perseguição contra os portuguezes, que eram sem misericordia maltratados e presos. Mandou José Bonifacio sahisse da provincia Cypriano Barata, e reprovou o procedimento da Junta a respeito de Pedroso; substituiu, porém, a este o coronel Joaquim José de Almeida, fazendo-o partir logo para o Recife.

*Na Cisplatina* — punha por este tempo um bloqueio imperfeito a Montevidéo o vice-almirante Rodrigo Lobo com a fragata *Thetis,* duas escunas e diversas embarcações pequenas armadas em guerra.

98) **Desavenças entre o general Labatut e a Junta da Cachoeira.** — Na Bahia tratava Labatut de apertar o cêrco pelo lado da terra ficando elle na povoação da Feira e extendendo uma linha de defesa desde a Torre de Garcia d'Avila até o lado oriental do Re-

concavo. Proclamou aos povos, escreveu aos membros da Junta da capital e convidou Madeira a render-se ou retirar-se. Luctava, todavia, Labatut com gravissimas difficuldades que procediam sobretudo da falta de dinheiro. Deparou-lhe, é verdade, a fortuna a somma de 113 contos de réis em ouro e prata que achou nos engenhos *Passagem* e *Cachoeirinha,* onde a tinham escondido os irmãos — João e Manuel Teixeira Barbosa quando se resolveram a retirar-se para a cidade do Salvador; porém isto era pouco para as suas urgentes tes necessidades.

Cahia, no emtanto, Madeira no erro de se desavir com João Feliz Pereira de Campos, chefe da esquadra portugueza surta no porto; de permittir que as fileiras dos independentes se engrossassem socegadamente, e de abandonar a ilha de Itaparica, occupada dentro em breve pelo major de milicias Antonio de Souza Lima, que levantou diversos fortes combinando os movimentos com outros da terra firme e amparando o canal de Jaguaripe. A despeito das numerosas deserções, conseguira Madeira pôr em linha de combate mais de oito mil homens e dispunha de uma esquadra que contava vinte vasos de varios tamanhos, tripulada por 3.650 marinheiros e guarnecida de 1.400 artilheiros. Aggrediu, pois, Madeira a 8 de novembro os brasileiros no Pirajá, mas foi repellido com perdas graves em seguida a uma peleja de cinco horas, em que figuraram o major José de Barros Falcão de Lacerda e o tenente ajudante Alexandre Gomes de Argollo Ferrão. Constando a Labatut que em fins de dezembro Madeira estaria occupado em celebrar com grande solemnidade o acto de promulgar a constituição portugueza, resolveu aggredil-o a um tempo pelo lado da Conceição e pelo de Itapoan; como, porém, o encontrasse prompto a defender-se com valor, este assalto não produziu mais que um grande derramamento de sangue. Em principios de janeiro de 23 tentou Madeira recuperar a ilha de Itaparica, onde nos dias 6, 7 e 8 se combateu bravamente de parte a parte, sendo afinal os portuguezes obrigados á retirada. Fez este mallo-

gro com que na cidade augmentassem de um modo espantoso as deserções e a emigração até de numerosos empregados publicos e de dois membros da Junta governativa. Como alli grassasse notavelmente tambem a fome, permittiu Madeira a sahida franca ás mulheres, velhos e creanças. Recebeu, todavia, a general portuguez a 30 de abril de 23 um reforço de 2.500 homens trazido por um comboio de onze navios. Deparou-lhe tambem a fortuna um apoio inesperado nas desavenças que surgiram entre Labatut e a Junta governativa da Cachoeira. Entendia Labatut que, como general em chefe, lhe cabia plena jurisdicção sobre todos os militares de 1.ª e 2.ª linha sem que de suas disposições tivesse de dar conta aos membros da Junta, que deviam circumscrever as suas funcções á administração civil.

Como estes lhe negassem o direito de obrar livremente em relação ás milicias, a desavença tomou proporções assustadoras. Appellaram ambos para o governo do Rio, que, aconselhando a paz e a boa harmonia, sustentou a autoridade plena do general. Tendo, depois disto, Labatut recebido um novo reforço ao mando do coronel José Joaquim de Lima e Silva, creou com elle uma terceira brigada, e transferiu o quartel-general da Feira para Cangurungú.

99) **As eleições.** — Procedia-se, no entretanto, nas provincias ás eleições, nas quaes o governo obteve a maioria; porém a opposição logrou enviar á assembléa diversos inimigos declarados dos Andradas, v. g., José da Costa Carvalho, futuro marquez de Montalegre; Pedro de Araujo Lima, posteriormente marquez de Olinda, adherente ás idéas liberaes mais adeantadas da época; Pedro José da Costa Barros, apesar de estar preso na fortaleza da Conceição, e Joaquim Gonçalves Ledo, posto que andasse foragido em Buenos-Ayres. Todas as provincias, menos as do Pará, Maranhão, Piauhy e Cisplatina, tiveram seus representantes. ,

Tendo neste tempo chegado de Moçambique ao Rio dois deputados eleitos pela India portugueza para as

côrtes de Lisboa, mandou-os José Bonifacio recolher presos á fortaleza da ilha das Cobras e vedou-lhes toda a communicação com pessoas da terra até que os fez embarcar para Lisboa.

100) **Lord Cochrane.** — Apresentou-se finalmente no Rio (13 de março de 23) o almirante lord Cochrane, que vinha do Chile com diversos officiaes e marinheiros inglezes, todos, como elle, aventureiros e enthusiastas da liberdade americana. Obteve do governo para si e seus officiaes a categoria, postos, soldos e outras vantagens que lhes proporcionara o Chile. Estipulou que receberia a patente de primeiro almirante da armada nacional e imperial, com direitos especiaes ás presas que effectuasse, cujos rendimentos se repartiriam egualmente pelos officiaes de marinha que servissem sob as suas ordens. Arvorou a 21 de março a sua bandeira e insignias nos mastros da nau *Pedro I,* cujo mando confiou ao capitão Croosby, conservando comsigo a bordo della o ajudante Greenfell. Zarpou do Rio a 7 de abril com a missão de expulsar da Bahia o general Madeira, procedendo de accordo com Pedro Labatut, e destruindo ou apresando todas as embarcações portuguezas que encontrasse.

101) **Revolução absolutista em Portugal, 23 de fevereiro de 1823**. — Tinham, no entretanto, os francezes invadido a Hespanha; suffocára a Austria os movimentos revolucionarios do Piemonte e de Napoles; promettera a Inglaterra a Portugal não consentiria que o reino fosse atacado em consequencia de suas opiniões politicas, mas não se envolveria nas questões do governo interior.

Abrira-se, pois, a assembléa legislativa sob a impressão desastrosa de graves acontecimentos. Tendo Dona Carlota recusado jurar a constituição, conforme lhe fôra intimado pelo ministerio, recebeu ordem de sahir do reino; e tendo ella differido a pretexto de doença, obrigaram-na a retirar-se para a quinta do Ramalho em Cintra.

Approvaram as côrtes, com pequena maioria de votos, o proceder do governo autorizando-o a executar a lei do juramento em relação á rainha. Esta, porém, apoiada pelo infante D. Miguel, pelo marquez de Abrantes, pelo duque de Cadaval e por numerosos fidalgos, urdia neste interim contra os liberaes uma vasta conspiração, que a 23 de fevereiro rompeu na provincia de Trás-os-Montes, mas foi de subito abafada pelo outrora governador de Pernambuco Luiz do Rego. Não tardou, comtudo, a revoltar-se um regimento em Villafranca dando vivas á rainha, a D. Miguel e ao governo absoluto. Sahindo furtivamente de Lisboa, acompanhado de uns trinta officiaes militares, correu D. Miguel a Villafranca, e passou dentro em breve a Santarém, onde se lhe reuniram numerosos fidalgos e soldados de todas as graduações. Publicou então uma proclamação declarando ter pegado em armas para, restaurando o governo absoluto, libertar o rei e a nação do jugo do liberalismo que os opprimia. Em poucos dias viu-se, pois, á frente de quasi todo o exercito, de muitos deputados e até de tres ministros, que, abandonando Lisboa, passaram a combater em favor da nova ordem de cousas. Reinou a anarchia na capital; declararam-se as côrtes em permanencia sem nada fazer; esconderam-se os liberaes mais implicados; retiraram-se de Lisboa numerosissimos moradores, e D. João VI proclamou aos povos protestando que arrenegava do filho a quem saberia punir como rei.

Cedendo, todavia, tres dias depois, aos conselhos do marquez de *Loulé* (1) e aos gritos de um regimento que o foi procurar no palacio da Bemposta proclamando-o rei absoluto, passou tambem elle a Villafranca e collocou-se á testa do movimento, apresentando D. Miguel aos povos como general em chefe de suas tropas. Susto

---

(1) Este marquez de Loulé servira com Napoleão I desde que Junot o enviára de Portugal á França com a divisão auxiliadora; acompanhára depois Luiz XVIII a Gand, e em 1815 apresentou-se no Rio de Janeiro a D. João VI, que lhe perdoou. Ficou Loulé dalli em deante muito dedicado ao rei de Portugal. Vide Mello Moraes, Chronologia do Brasil.

indescriptivel apoderou-se dos animos em Lisboa quando se conheceu a retirada do rei; dissolveram-se as côrtes; enviou a municipalidade uma deputação ao monarcha pedindo-lhe regressasse para a capital e afiançando-lhe toda a dedicação dos povos. Organizava, no entretanto, D. João em Villafranca o seu novo ministerio e declarava abolida a constituição com tudo quanto as côrtes haviam feito desde 1820. O reino inteiro adheriu com o maior enthusiasmo a esta contra-revolução. Tendo o monarcha proclamado de novo a seus subditos promettendo uma constituição mais conveniente, tornou no dia cinco de junho a entrar em Lisboa no meio dos applausos freneticos de todo o povo, e assistiu na Sé a um solemnissimo *Te-Deum*.

Suppondo agora D. João ser ainda possivel entender-se com D. Pedro e o Brasil, incumbiu o conde do *Rio Maior* e o desembargador *Francisco José Vieira* de levar cartas suas ao imperador e á imperatriz. Devia preceder esta missão o marechal *Luiz Paulino Pinto da França,* encarregado de seguir para a Bahia com ordem, ao general Madeira e ao chefe da divisão naval João Felix, de, sustando as hostilidades, evacuarem a praça. Desempenhada esta missão na cidade do Salvador, devia Paulino velejar para o Rio de Janeiro, e unir-se ao conde do Rio Maior afim de tratar em commum com D. Pedro, e de ordenar a D. Alvaro da Costa abandonasse egualmente o Brasil com as tropas que commandava.

102) **Assembléa constituinte.** — Achando-se já presentes no Rio de Janeiro cincoenta e tres deputados eleitos para a assembléa constituinte, resolveu-se dar com elles principio ás sessões preparatorias, o que se realizou a 17 de abril de 1823 no palacio dos antigos governadores e vice-reis. Nomearam presidente da assembléa o Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Coutinho da Silva; elegeram-se as diversas commissões; verificaram-se os diplomas; estabeleceu-se o regulamento. Excedendo dentro em breve o numero

dos deputados reconhecidos e presentes a metade do numero que competia a todas as provincias, fixou-se o dia 3 de maio para a abertura solemne da constituinte.

Coberto do manto imperial, cingindo a coroa e empunhando o sceptro, o imperador tomou assento no throno tendo a seu lado a esposa, e a filha D. Maria da Gloria. Cercavam-no os ministros de estado, os grandes do imperio e a côrte inteira, todos em grande gala. Leu D. Pedro em voz alta e intelligivel um discurso, do qual destacamos apenas os periodos seguintes: "Ratifico hoje a promessa (de defender o Brazil), e espero que me ajudeis a desempenhal-a fazendo uma constituição sábia, justa, adequada e executavel, dictada pela razão, e não pelo capricho... uma constituição que, pondo barreiras inaccessiveis ao despotismo... plante a arvore daquella liberdade... que seja o assombro do mundo novo e velho... Espero que a constituição que fareis, mereça a minha imperial acceitação; seja tão sábia e tão justa, quanto apropriada á localidade e civilização do povo brasileiro..."

Contava a assembléa 48 jurisconsultos e magistrados, 19 ecclesiasticos, 7 militares, diversos proprietarios de pequenas fortunas e alguns empregados administrativos. Observou-se desde o principio que Antonio Carlos exercia sobre todos uma influencia preponderante.

Passando-se a discutir a resposta á fala do throno, observaram alguns deputados que as palavras do imperador se prestavam a suspeitas desairosas suppondo a assembléa capaz de elaborar uma constituição que não fosse digna da nação e do imperante. Defendeu Antonio Carlos as palavras da fala, e asseverou que não cabia á assembléa outro dever que não fosse protestar a sua firme deliberação de fazer uma constituição digna do Brasil e portanto do imperante. "A nação, exclamou, elegeu um imperador constitucional, deu-lhe o poder executivo e o declarou chefe hereditario. Nisto não podemos nós bulir. O que nos pertence é estabelecer as relações entre os poderes, de fórma, porém, que se não ataque a realeza".

Tomou José Bonifacio a defesa de seu irmão declarando assumir a responsabilidade das expressões impugnadas, estigmatizando o espirito democratico e protestando que o não queria no paiz. Uma maioria de 40 votos contra 20 adoptou o periodo do voto de graças como demonstração de confiança no imperador e no ministerio. Nomeou-se depois disto uma commissão encarregada de organizar o pacto social, e nas primeiras sessões tratou-se do regulamento interno, afim de fixar as regras e praticas dos debates e deliberações. Não se demoraram alguns deputados em propor diversos projectos, v. g., que ás Juntas governativas das provincias se substituisse um conselho de eleição popular com um chefe administrativo nomeado pelo imperador; que se vedasse aos deputados o exercicio de qualquer outro officio publico durante o tempo das sessões legislativas; que se abolisse a instituição dos procuradores das provincias; que se fundassem no imperio uma ou mais universidades de estudos superiores; que se mudasse a séde da capital para o interior do imperio; que se procurasse realizar a abolição gradual da escravatura.

103) **Incidente no Rio Grande do Sul, 19 de maio de 1823**. — Houve por este tempo no Rio Grande do Sul um movimento revolucionario da tropa e do povo promovido pelo tenente-coronel Gaspar Francisco Menna Barreto; pois a 19 de maio assignaram uma representação á Junta governativa declarando ter a tropa resolvido marchar para a praça afim de ratificar com solemnidade publica o juramento de fidelidade prestado á pessoa de D. Pedro como soberano legitimo e defensor perpetuo do Brasil. Tendo a Junta deferido este requerimento, ajuntaram-se com grande solemnidade no dia marcado em uma praça publica o povo, a tropa, e todas as autoridades civis e ecclesiasticas prestando de novo o dito juramento. No meio de estrondosas acclamações, e vivas a D. Pedro, lavraram do occorrido uma acta que a Junta remetteu ao governo do Rio. Não houve felizmente perturbação material

da ordem publica; constituia, porém, este facto um antecedente perigoso, porque reforçava o principio de insurreição do povo e da tropa, principio de que deviam pouco a pouco brotar as peiores consequencias.

104) **O general Labatut deposto e preso na Bahia.** — Chegando em principios de maio lord Cochrane á Bahia, encontrou a esquadra portugueza, que ia sahindo do porto, e que incontinenti se formou em linha de batalha, dando mostras de querel-o atacar. Comquanto tentasse um pequeno assalto contra quatro navios quasi separados dos outros, recusou o inglez acceitar uma batalha formal, porque reconheceu a inferioridade das suas forças. Retirou-se, pois, para o morro de S. Paulo, onde abriu relações com o general Labatut e procurou organizar uma especie de bloqueio afim de cortar ao inimigo as communicações com o mar. Apresou dentro em breve diversos barcos mercantes que levavam mantimentos para a Bahia, e vinham de Cabo Verde, do Maranhão, de Buenos-Ayres e de S. Matheus, pequeno porto da provincia do Espirito Santo. Estava S. Matheus em poder dos brasileiros; lográra, porém, Madeira travar alli relações com diversos moradores que lhe forneciam generos alimenticios. Accedendo Madeira ao conselho que em vista das conjuncturas arriscadas lhe déram seus cabos principaes de guerra, assumiu a dictadura suspendendo todas as outras autoridades. Tendo o chefe da esquadra recusado reconhecer-lhe esse poder, deixou Madeira que a frota operasse como lhe conviesse, occupando-se elle unicamente com a defesa da praça em que dominava pelo terror. Cresceu, portanto, a emigração a ponto, que, em menos de um mez, subiu a mais de onze mil pessoas.

Abrira, no entretanto, o general Labatut communicações com lord Cochrane, e desde o dia 16 de abril pedira á Junta da Cachoeira quizesse exhortar o povo a correr em defesa da patria. Tudo ficou sem effeito, porque Labatut tinha contra si os membros dessa Junta e toda a imprensa, que o representava como ambicioso, aspero, pretendente e inepto. Não sabia, na verdade,

Labatut affeiçoar amigos, e nem attrahir adhesões individuaes. Confiando apenas no seu secretario, o dr. José Maria Cambussi do Valle, mostrava-se por demais rigoroso e arrogante para com os seus inferiores. Penetrara, pois, no exercito o máu espirito, e já se falava abertamente da conveniencia de arrancar a autoridade ao general, quando a 19 de maio recebeu este uma denuncia que accelerou a catastrophe. Era nella o coronel Felisberto Gomes Caldeira accusado de conspirar com os membros da Junta da Cachoeira para lhe tirar o commando das tropas. Sem mais exame da denuncia prendeu Labatut e remetteu para Itaparica o accusado com ordem ao governador da ilha de o pôr incommunicavel na fortaleza de S. Lourenço. Causou este facto grande irritação entre os officiaes e os soldados, que insurgindo-se, prenderam o general Labatut e o seu secretario; escreveram á Junta para lhe explicar o occorrido, e libertaram o seu commandante, que tornou a occupar o mesmo posto. Acceitando os factos consummados, confiou a Junta da Cachoeira o commando do exercito ao coronel José Joaquim de Lima e Silva e transferiu Pedro Labatut com o seu secretario para a villa de Maragogipe, onde ambos estiveram presos na casa da camara até o mez de setembro quando conseguiram passar ao Rio de Janeiro. Veremos mais adeante as consequencias deste antecedente escandaloso.

105) **Madeira expulso da Bahia.** — Communicou Lima e Silva o occorrido a lord Cochrane e no dia 3 de junho dirigiu contra a cidade um renhido assalto que ficou sem effeito notavel. Conservava-se neste tempo ainda inactiva a esquadra portugueza sem tratar de acommetter a brasileira, dando apenas ás vezes um passeio de dois ou tres dias pela barra fóra, e tornando, sem nada fazer, a entrar no porto. Ousou, a 12 de junho, o almirante Cochrane penetrar com dois navios por entre as fragatas portuguezas fundeadas no porto, e tentar cortar-lhes as amarras; teve, porém, de retirar-se sem effectuar seus planos por lhe escassear o vento e começar a vasante da maré. Luctando Ma-

deira com grande falta de dinheiro, mandou arrecadar todos os fundos existentes no Banco, e nos cofres das irmandades, bem como a prata e joias das egrejas, com a unica excepção dos vasos sagrados. Cresciam neste interim cada vez mais os clamores e brados furiosos da população extenuada da cidade, que cortia horrivel fome e males de toda a sorte. Desenganado, por ultimo, o general portuguez, consentiu que uma deputação de negociantes e capitalistas passasse a tratar com o chefe dos independentes sobre o modo de se salvarem as propriedades e as pessoas, si a praça cahisse no poder delles. Pretendendo no mesmo tempo apparentar a resolução de se defender até o ultimo extremo, declarou que nem elle, nem as suas tropas pactuariam com os brasileiros. Respondeu Lima e Silva bondosamente aos negociantes, e entregou-lhes uma proclamação, dirigida aos bahianos, promettendo todas as garantias de paz e segurança de pessoas e propriedades.

Publicou tambem uma ordem do dia em que fixava os deveres das tropas quando occupassem a cidade. Pediu então Madeira ao coronel de milicias Manuel Ignacio da Cunha Menezes quizesse dirigir-se ao quartel-general brasileiro e interpor as suas relações amigaveis para obter garantias afim de não ser molestado no embarque e na viagem, caso tivesse de evacuar a praça. Como Menezes não estivesse munido de poderes regulares, nem de autorização official, replicou Lima e Silva estar elle prompto a pactuar uma capitulação, honrosa para ambos os belligerantes, quando Madeira nomeasse commissarios que se ajuntassem e concordasem com os que por sua parte escolheria, e com os do almirante Cochrane a quem passava a communicar a proposta. Entregou então ao mensageiro um escripto em que affirmava constar-lhe não poder a cidade resistir por mais tempo, e que, si Madeira não se resignasse a uma capitulação, havia de atacal-o por terra e por mar na hora do embarque. Preferindo, todavia, o portuguez desamparar a praça sem capitular, resolveu, depois de ouvir o conselho de seus officiaes,

passar instrucções para o embarque das tropas, familias e pessoas particulares que se deliberassem a acompanhar o exercito. Aprestaram-se, além da esquadra, uns setenta navios mercantes de todas as nações, que sem demora começaram a receber passageiros e carga, conservando-se até á ultima hora as linhas de defesa, trincheiras e fortalezas guarnecidas pelas tropas afim de resistir a qualquer assalto dos brasileiros.

Offerecera tambem Cochrane uma capitulação a que Madeira não attendeu, embarcando as tropas durante a noite de 1 para 2 de julho e encetando logo nessa manhan a sua viagem. Deixou-os o almirante sahir barra fóra sem opposição, mas enviou atrás delles quatro navios já de antemão preparados com ordem, particularmente ao capitão Taylor, de continuar a caça emquanto julgassem possivel tomar ou destruir os vasos portuguezes. Informado Lima e Silva do occorrido, marchou incontinenti com todas as suas tropas para a praça abandonada, onde pelo meio dia entrou a vanguarda, e onde pelas cinco horas da tarde se reuniram todos os corpos do exercito, recebidos pelos bahianos com enthusiasmo e alegria indescriptiveis (2 de julho). (1).

106) **Lord Cochrane no Maranhão.** — Velejava, no entretanto, Cochrane na esteira dos fugitivos, aos quaes, durante a noite, apresou quatro embarcações. Cahiu na manhan seguinte sobre o navio *Grão-Pará,* que, destacando-se do comboio, ia tomando rumo mais ao norte. Tendo encontrado nelle, tropas, e papeis de que lhe constou que se dirigia para o Maranhão, mandou recolher á Bahia e a Pernambuco os navios apresados, seguindo elle de seu proprio arbitrio para as aguas do Amazonas. Consentiu, porém, que o capitão Taylor continuasse a perseguir o inimigo, o que elle fez até á barra de Lisboa, commettendo presas na propria foz do Tejo. Em seu regresso tocou Taylor nos Açores, deu-se por um navio inglez vindo da India, pediu e recebeu tudo de que precisava, e no dia da

(1) A 2 de julho de 1895 foi no Campo Grande inaugurado o monumento que lembra este facto.

partida offereceu, em signal de gratidão, ao governador portuguez, um banquete a bordo; porém, ao retirar-se essa autoridade, Taylor içou a bandeira brasileira que saudou com 21 tiros, e proejou para o Rio de Janeiro.

Apparecendo o lord inglez em frente da ilha do Maranhão a 26 de julho e arvorando a bandeira portugueza tomou o brigue de guerra *D. Miguel*, que, enganado ,correra a encontral-o e falar-lhe. Informado da situação da provincia, declarou Cochrane ao commandante do *D. Miguel* que elle trazia uma esquadra capaz de arrasar a praça; mas que, desejando poupar-lhe os horrores da guerra, lhe concederia a liberdade, si consentisse em levar cartas ao governador das armas e á Junta, aconselhando-lhes que cedessem á força sem que se derramasse sangue. Aterrorizados os portuguezes com o facto da evacuação da Bahia e com as ameaças do inglez que reputaram sérias e fundadas, expediram-lhe de subito propostas de capitulação. Fez então Cochrane entrar no porto de S. Luiz a primeira náu de linha, em cujo bordo no dia seguinte, 27, se lhe apresentaram o Bispo, a camara e a Junta governativa. Tendo estes protestado que adheriam á causa do imperio, e que sem condições entregavam a provincia á generosidade do almirante, substituiu-se nos fortes a bandeira brasileira á portugueza. Proclamou, portanto, Cochrane aos povos recommendando-lhes elegessem um governo provisorio e se mostrassem moderados no seu procedimento; tomou posse dos vasos de guerra, e remetteu para Lisboa, em navios mercantes fretados, todos os militares portuguezes que recusaram acceitar o serviço do imperio. Já neste tempo o interior da provincia, com a unica excepção de Alcantara, tinha proclamado a independencia, visto como Fidié, governador do Piaúhy, assediado em Caxias pelas partidas que commandavam José Pereira Filgueiras, do Ceará, João da Costa Alcerino e outros cearenses, desde o dia 24 de julho suspendera a resistencia, entregando-se á discreção no primeiro de agosto. Fidié foi remettido para o Rio indo por terra até á Bahia.

Improvisára-se, no entretanto, em S. Luiz uma Junta governativa sob a presidencia do advogado *Manuel Ignacio dos Santos Freire de Bruce*, assumindo o commando das forças militares o coronel *José Felix Pereira de Burgos*. Este era moderado; aquelle, violento. Apoderou-se lord Cochrane de quantas mercadorias pertencentes a subditos do reino encontrou na alfandega; de todas as embarcações portuguezas surtas no porto, assim como de todo o dinheiro existente nos cofres publicos e na caixa militar. Das mercadorias, parte restituiu generosamente aos seus donos por um terço do valor, parte enviou ao Rio de Janeiro. Tendo Bruce reclamado contra estes actos do inglez, começou a lucta entre o presidente e o almirante. De accordo com o capitão-mór de ordenanças, Rodrigo Salgado, inspirou Bruce uma revolta militar, que a 24 de setembro depoz Pereira de Burgos do commando das armas, e, saqueando a cidade, matou muitos portuguezes. Officiando então á Junta e a Salgado ameaçou Cochrane de ir restaurar a ordem com as armas, mandou que elegesse uma nova Junta que representasse toda a provincia, visto como a actual fôra eleita unicamente pelo povo de S. Luiz. Socegaram-se os militares mediante o esquecimento dos crimes praticados na revolta, e a Junta passou ordem para a eleição de um novo governo. Feito isto, partiu Cochrane dizendo que ia ao Pará, mas de facto velejou para o Rio de Janeiro.

107) **Greenfell no Pará.** — Logo depois de entrar em S. Luiz trocou Cochrane o nome de *Dom Miguel* pelo de *Maranhão* ao brigue que apresára, e enviou com elle o capitão Greenfell a reduzir egualmente o Pará.

Surgindo perto da fortaleza da Barra, declarou Greenfell á Junta governativa que na foz do rio estava ancorada uma esquadra sob o commando do almirante lord Cochrane, de quem recebera ordem para vir annunciar ter sido pelo imperador incumbido de apoiar o partido da independencia. Pediu no mesmo tempo licença para subir até o ancoradouro da cidade. Resolveu

então por maioria de votos um grande conselho reunido a toda a pressa que se deferisse ao pedido de Greenfell e se reconhecesse a independencia do Brasil. Tendo o brigue Maranhão fundeado no porto desde o dia 12 de agosto, foram no dia 14 recolhidos nelle e logo depois enviados a Lisboa o coronel Villaça e José Maria de Moura, ex-commandantes das armas, que não sabiam resignar-se á idéa da independencia.

Na noite do dia 21 correu Greenfell perigo da vida, sendo, emquanto ia embarcar, salteado por um vulto que se sumiu nas trévas. Constou mais tarde ter sido um marinheiro portuguez do brigue *General-Noronha,* que entrára na bahia do Guajará dois dias depois delle. Prestaram (16) os paráenses o juramento á independencia e procederam (17) á eleição da nova Junta que se formou com os cinco cidadãos seguintes: Geraldo José de Abreu, a quem coube a presidencia, José Ribeiro Guimarães, João Henrique de Mattos, Malcher e Baptista Campos. Acclamaram imperador (12 de outubro) a D. Pedro I, e tudo parecia tranquillo, quando (15) rompeu uma nova sedição militar que ao presidente da Junta substituiu Baptista Campos pela razão de que aquelle não merecia a confiança dos amigos da independencia. Exigiram egualmente os soldados insurgidos fossem depostos os funccionarios publicos e deportados para Lisboa todos aquelles que se tinham mostrado contrarios ao reconhecimento de D. Pedro como imperador do Brasil. Feito isto, espalharam-se os insurgentes pela cidade a praticar desordens de toda a sorte ,e as estavam repetindo na proxima noite quando Greenfell, desembarcando com seus marujos, a pedido de Baptista Campos, prendeu sem distincção a quantos encontrou pelas ruas, desarmou a tropa e a entregou á guarda da gente sua. Na manhan seguinte (17) foram esses infelizes levados para o largo do palacio, onde Greenfell mandou sortear uma pessoa de cada regimento e sem outra formalidade as fuzilou em numero de cinco. Baptista Campos, que tambem fôra, justa ou injustamente preso, como autor da sedição militar, esteve amarrado á bocca de uma peça;

valeu-lhe, porém, a intercessão dos outros membros da Junta, embora fosse logo depois obrigado a seguir para o Rio de Janeiro, onde o encerraram na fortaleza de Santa Cruz.

Em consequencia destas perturbações, foram presos e recolhidos ás enxovias numerosos soldados e cidadãos, e, como não houvesse logar conveniente para tantos, a Junta ordenou a Greenfell apromptasse uma embarcação capaz de conter duzentos criminosos. Mandou elle apromptar o *Diligente,* navio de 600 toneladas, que mais tarde recebeu o nome de *Palhaço.* Comtudo em logar de 200, remetteram-lhe 256 presos, que o tenente Joaquim Lucio de Araujo, commandante do mencionado navio, fechou no porão, que tinha apenas 30 palmos de comprimento, 20 de largura e 12 de altura. Correu outrosim as escotilhas e lhes disparou alguns tiros para os amedrontar. Travando então os presos medonho combate entre si, loucos pela sêde e pelo calor, despedaçaram-se uns aos outros, e fizeram os maiores esforços para se livrar daquelle inferno. Calaram-se, por ultimo, e quando na manhan do dia 22 os marinheiros levantaram as escotilhas afim de buscar a causa do silencio acharam que só quatro ainda respiravam, mas estavam mais mortos que vivos. Dos outros alguns tinham succumbido á sêde e á falta de ar; outros, aos golpes dos seus companheiros. Costumam imputar a Greenfell a culpa deste facto horroroso; ella, porém, na realidade cabe parte á Junta que enviou numero de presos maior do que tinha annunciado, parte ao commandante do navio, parte aos proprios prisioneiros, que se mostraram horrivelmente ferozes e incapazes de serem conservados no convez.

108) **Os Andradas saem do ministerio.** — Bem que os Andradas defendessem na assembléa os direitos majestaticos e as regalias da corôa contra as tendencias democraticas, e sustentassem o principio da precedencia do throno, acclamado pelo povo antes da constituição, a qual, por conseguinte, o devia acceitar na integridade das suas prerogativas; começou por este

tempo a propalar-se a noticia ou boato de algumas divergencias entre elles e o imperador. Affirmava-se que D. Pedro se desgostava de ver tratadas e decididas no *Apostolado* as questões que pertenciam ao governo e á assembléa. Comquanto tivesse sido acclamado Grão Mestre, elle raras vezes podia assistir ás sessões do Apostolado, e, até quando se achava presente, eram seus sentimentos a miudo desprezados, caso fossem contrarios ao pensamento dos Andradas, que preponderavam na maxima parte dos membros da sociedade. Accrescentava-se que D. Pedro se mostrava maguado todas as vezes que se lhe falava nas perseguições e exterminio do partido de Ledo e de José Clemente, a que fôra arrastado de má vontade. Acreditavam egualmente muitos que o imperador não approvava o exilio de Oeynhausen, e nem o processo que lhe instaurara o intendente geral de policia da côrte. E nem era possivel duvidar-se de que o soberano guardava no intimo do coração despeitos amargos contra a violencia que a 29 de outubro soffrera da tropa e do povo da capital (vide par. 94).

Assumiram estes boatos proporções sérias quando Antonio Carlos propoz na assembléa o projecto de se expulsar do Brasil todos os brasileiros adoptivos que fossem suspeitos de serem hostis á causa do paiz. Mostrando deste modo desconfiar de todos os nascidos na Europa, offendia ao proprio D. Pedro e a tantos outros varões illustres do governo e da assembléa. Formou-se, portanto, um forte partido de adoptivos, e até de naturaes do Brasil, destinado a reagir contra as pretenções exaggeradas dos Andradas; um partido novo, moderado e constitucional, que, servindo ao throno e oppondo-se ás perseguições arbitrarias, firmasse a união de todos os brasileiros naturaes e adoptivos. Sorrindo D. Pedro a este novo partido, buscou pôr-se em relação com os principaes dos seus membros. Propoz logo depois (16 de junho) a José Bonifaico se mandasse annullar o processo contra Oeynhausen, Costa Carvalho e outros paulistas, cujos autos que estava lendo, revelavam completa ausencia de provas e a infrac-

ção de todas as normas do direito. Confiando no apoio da assembléa, e, talvez, esperando se repetissem os factos do dia 29 de outubro do anno precedente, resolveram então os Andradas pedir a demissão que D. Pedro concedeu (17 de julho) sem difficuldades substituindo-lhes no ministerio José Joaquim Carneiro de Campos e Manuel Jacintho Nogueira da Gama.

109) **Guerra aberta.** — O primeiro acto do novo ministro Carneiro de Campos consistiu em demittir o intendente geral de policia França Miranda, em cujo logar nomeou Estevam Ribeiro de Rezende. Recebeu a assembléa a communicação desta mudança sem dar o minimo signal de maravilha, porém os Andradas iniciaram uma guerra tremenda contra o governo e o proprio imperador fundando o *Tamoyo* e logo depois a *Sentinella,* jornaes em que collaboravam de envolta com Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond, Antonio José de Paiva Guedes e frei Sampaio. Attrahiram no mesmo tempo ao seu partido os democratas exaltados da assembléa que pouco antes se professavam seus irreconciliaveis inimigos. Não tardou a começar a lucta na assembláa por questões de pouca monta, mas que revelavam a animosidade dos dois partidos, os quaes já se mimoseavam com epithetos desairosos — *imperialista, absolutista, recolonizador; republicano, democrata, demagogico, revolucionario.* — Comquanto fosse verdade que ao partido ministerial pertenciam diversos monarchistas puros, e que no da opposição se contavam alguns exaltados e republicanos; é certo, todavia, ter nestes epithetos havido grande exaggero de parte a parte. O alvo dos Andradas era apenas reconquistar o poder e dominar; o do governo reunir todos a bem da independencia nacional. A dois de setembro leu Antonio Carlos, como relator da commissão, o projecto do pacto fundamental. Delle, destacaremos apenas a passagem em que se dizia não precisar da sancção imperial a constituição e as alterações que posteriormente lhe fossem introduzidas. Concedia-se ao imperador apenas o *veto suspensivo,* e não lhe era licito dissolver a assembléa.

Comprehendeu D. Pedro que o seu prestigio pessoal e a autoridade do seu governo começavam a diminuir com os incessantes ataques da tribuna e da imprensa. Accusavam-no de pretender, em consequencia dos factos recentes de Portugal, alliar-se com seu pae e reunir outra vez o Brasil á monarchia lusitana de que era herdeiro. Espalhavam egualmente que afim de perpetuar-se no governo arbitrario e despotico, não acceitaria a constituição que a assembléa organizasse. Buscou, portanto, o imperador aproveitar todas as occasiões para dar ao povo provas inequivocas do seu brasileirismo e constitucionalismo. Iniciou este systema publicando uma proclamação no mesmo sentido. Tendo-lhe a assembléa enviado um exemplar do projecto da constituição, mandou responder-lhe pelo seu ministro que o recebera com especial agrado, e estimaria si elle pudesse desde logo vigorar como constituição politica do imperio.

110) **Chega o conde do Rio Maior, 17 de setembro de 23.** — Tal era a situação dos espiritos quando a sete de setembro entrou com bandeira parlamentaria no porto do Rio de Janeiro o bergantim portuguez *Treze de Maio,* trazendo a seu bordo o marechal Luiz Paulino Pinto da França, que, não podendo cumprir a sua missão na Bahia, onde já não estava o general Madeira, seguira para a capital afim de dar execução ás suas instrucções. Fundeando entre as fortalezas, requereu agua e mantimentos ás autoridades do porto. Pediram na sessão do dia immediato a palavra Martim Francisco e Antonio Carlos para motivar uma interpellação ao governo sobre o caso occorrente. Cobriram de injurias nessa occasião os dois Andradas a Luiz Paulino e inculcaram suspeitas graves a respeito do imperador. Tendo a assembléa obtido do governo todas as informações que exigiu, resolveu afinal que Luiz Paulino, como parlamentario, podia ficar a bordo e até descer a terra, si o estado da sua saude o reclamasse (10 de setembro). Tomou, com effeito, Luiz Paulino casa na cidade, onde dias depois succumbiu ás consequen-

cias dos padecimnetos da viagem. Apresentou-se no dia 17 deante da fortaleza de Santa Cruz a corveta *Voadora* trazendo a seu bodo os dois commissarios esperados (vide par. 101). Como tivesse arvorado a bandeira portugueza e a flammula de embarcação de guerra, dirigiu-lhe a fortaleza diversos tiros, e, comquanto tivesse então a corveta levantado os signaes de navio parlamentario, tiraram-lhe o leme e prohibiram-lhe toda a communicação com a terra. Escreveu o conde do Rio Maior directamente a D. Pedro dizendo-lhe ter cartas de sua familia para lhe entregar pessoalmente. De accordo com o imperador e por ordem delle, respondeu-lhe o ministro Carneiro de Campos que D. Pedro não podia receber, nem a elle, nem as cartas, emquanto não declarasse vir autorizado a reconhecer a independencia do Brasil. Em seguida a mais duas ou tres réplicas de parte a parte declarou o ministro brasileiro que a corveta era confiscada por ter entrado no porto com bandeira portugueza, que D. Pedro devolvia as cartas sem as abrir, e que o conde do Rio Maior com seus companheiros devia logo retirar-se em um navio que se estava aprestando. Partiu de facto dias depois o mencionado conde com a sua comitiva a bordo do bergantim *Treze de Maio.*

Declara Pereira da Silva parecer-lhe duro de mais e injusto este proceder do governo brasileiro, mas é que D. Pedro precisava nestas conjuncturas arriscadas mostrar-se altamente energico a respeito de Portugal com o intuito de restabelecer a sua popularidade. Conseguiu na verdade o seu fim respondendo indirectamente a todas as calumnias da opposição, que deste modo perdeu grande parte da sua força e influencia.

111) **Bahia, Pernambuco e Cisplatina.** — Ao ser o governo do Rio informado da deposição do general Labatut, enviou á Bahia, para lhe succeder, o brigadeiro José Manuel de Moraes, ao qual, em data do primeiro de agosto, o coronel Lima e Silva entregou o poder sem nenhuma difficuldade. Os officiaes e sol-

dados do exercito recusaram, todavia, recebel-o protestando que só haviam de obedecer a Lima e Silva.

A Junta governativa, de que fazia parte o coronel Felisberto Gomes, um dos principaes promotores do levantamento sedicioso dos militares, cedeu, e Moraes retirou-se para o Rio sem fazer a minima opposição. Não tardou, porém, a correrem boatos de perturbações. A 20 de agosto houve na cidade um conflicto bastante serio entre um grupo de soldados de um regimento de infanteria e uma patrulha do batalhão denominado do imperador. Custou restaurar a ordem, e não faltaram mortos e feridos. Ponderando, pois, Lima e Silva que não lhe era dado prevenir desordens maiores de que se temia, renunciou o seu cargo que a Junta transmittiu ao coronel Felisberto Gomes Caldeira.

**Em Pernambuco** — agitava o povo Cypriano Barata que permanecia no Recife apesar de ser pela Bahia eleito deputado á constituinte. Mandou-o, pois, a Junta prender e levar para o Rio, e nós mais tarde o acharemos na ilha das Cobras. Occorreu, todavia, no Recife, a 15 de setembro, um motim serio do povo, que depoz o presidente da Junta governativa, Affonso de Albuquerque Maranhão, e fechou na fortaleza do Brum o governador das armas, Joaquim José de Almeida.

**Cisplatina.** — O mallogro soffrido pelo conde do Rio Maior e a noticia de terem as tropas portuguezas sido expulsas de todo o resto do Brasil moveram D. Alvaro da Costa a evacuar a praça de Montevidéo. Tendo aberto communicações com o general Lécór, ao qual pediu meios e garantias para se retirar honrosamente, celebrou com elle no dia 18 de novembro de 23 um accôrdo; embarcou as tropas portuguezas em navios mercantes fretados, e velejou duma vez para Lisboa.

Enviou depois disto a republica de Buenos-Ayres ao Rio de Janeiro D. Valentim Gomes, encarregando-o de pactuar com D. Pedro a cessão da Banda Oriental

e de propor-lhe uma alliança offensiva e defensiva contra qualquer nação européa que tentasse recuperar os dominios perdidos.

Tendo o imperador recusado uma e outra proposta, lavrou o governo de Buenos-Ayres um protesto em que declarava persistir em manter o seu direito sobre a provincia occupada pelo Brasil, janeiro e fevereiro de 24.

112) **Dissolução da assembléa constituinte, 12 de novembro de 23**. — Tendo D. Pedro conferido a lord Cochrane o titulo de marquez do Maranhão, logo um deputado apresentou na assembléa uma queixa contra o imperador accusando-o de se ter ingerido no poder legislativo, ao qual unicamente devia pertencer o direito de marcar Ordens de nobreza para o imperio. Propoz, pois, se declarasse ao governo ser nullo aquelle titulo conferido emquanto por lei não se estabelecesse a ordem e graduação dos titulos que deviam fazer a grandeza e fidalguia da nação brasileira. Chamava-se esse deputado Francisco Gomes Brandão, voltára de Coimbra em 1822 e accrescentara ao seu nome o appellido de *Montezuma*. Chamou-se posteriormente *Francisco Gé Acayaba de Montezuma,* e no segundo reinado recebeu o titulo de visconde de *Jequitinhonha*. Acabou o incidente approvando a assembléa, em logar da proposta de Montezuma, a emenda seguinte apresentada por Antonio Carlos. "Que se diga ao governo de S. M. que, emquanto a assembléa não decretar a existencia de distincções nobiliarias e de titulos, não se dêm mais os ditos titulos e distincções".

Como o *Tamoyo* e a *Sentinella* continuassem a insultar gravemente todos os brasileiros adoptivos sem poupar o proprio D. Pedro, a irritação era forte de parte a parte, quando occorreu um pequeno incidente que em outras occasiões passaria desapercebido, e que nas circumstancias actuaes teve consequencias funestas. Na noite de 5 de nov. de 1823 o major José Joaquim Januario Lapa e o capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire surprehenderam assentado á porta da

sua pharmacia, no largo da Carioca, *David Pamplona Côrte-real,* indigitado como responsavel das correspondencias assignadas por um *Brasileiro Resoluto,* posto que elle fosse natural dos Açores. Tinham essas correspondencias atassalhado os brios e a honra dos officiaes de artilharia, e dos militares portuguezes que, abandonando o exercito lusitano, se haviam dedicado á causa do Brasil. Applicaram os dois officiaes um bom numero de cipoadas ao corpo e ao rosto desse individuo, causando-lhe ligeiras contusões no braço esquerdo e na orelha direita.

Tendo Pamplona, em logar de recorrer á policia, dirigido no dia immediato uma queixa á constituinte, levantou-se no seio della medonho furacão contra o governo, contra os adoptivos e contra o proprio imperador. Foi debalde que uma commissão, nomeada pela camara, opinou ser o facto da competencia do poder judiciario, não do legislativo. Azedou-se horrivelmente a discussão nos dias 8, 9 e 10, tomando nella parte activa o povo com seus gritos, e a imprensa com seus artigos furiosos. Levou a *Sentinella* tão longe os seus ultrajes aos ministros e ao imperador, que ousou inserir em suas columnas a seguinte phrase: — "Vá Dionysio para Corintho, e vão os lusos para a Lusitania, e o Brasil será feliz."

Não cabendo no dia dez o povo nas galerias, foi, a requerimento de Antonio Carlos, admittido no recinto da assembléa, onde no meio de indescriptiveis applausos dos espectadores, o mencionado Antonio Carlos pronunciou um discurso violentissimo contra os adoptivos, exigindo fossem banidos os dois officiaes que tinham espancado Pamplona. Não se mostrou menos violento Martim Francisco applicando a todos os adoptivos indistinctamente os epithetos de *infames,* de *ingratos,* de *monstros.* A gritaria e a desordem foi tal, que o presidente julgou necessario levantar a sessão á uma hora da tarde annunciando que no dia seguinte os espectadores seriam admittidos só nas galerias.

Dirigiram nesse mesmo dia a maior parte dos officiaes uma representação ao imperador queixando-se

dos excessos do *Tamoyo* e da *Sentinella*. Tendo alguns ministros declarado que não se achavam revestidos de meios legaes para dominarem a situação, D. Pedro nomeou outros em logar delles, concentrando no mesmo tempo tropas nas vizinhanças de S. Christovam.

Na sessão do dia onze censuraram alguns deputados esta concentração das tropas, pediram explicações ao governo e fizeram com que a assembléa se declarasse em permanencia. Trocaram-se diversos officios de parte a parte; chamaram para a assembléa Villela Barbosa, ministro do imperio, a quem dirigiram um diluvio de perguntas. Estavam ainda discutindo estes assumptos, quando a uma hora da tarde se annunciou que diversas tropas se approximavam das vizinhanças do paço da assembléa, e que o brigadeiro Moraes desejava entregar nas proprias mãos do presidente um officio do imperador.

No meio dos maiores sustos e agitação dos deputados introduziu-se Moraes na sala, e passou ao secretario o seguinte decreto que foi lido immediatamente: — "Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a assembléa geral do anno proximo passado, afim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam imminentes, e havendo esta assembléa perjurado ao tão solemne juramento que prestou á nação de defender a integridade do imperio, a sua independencia e a minha dynastia: Hei por bem, como imperador e defensor perpetuo do Brasil, dissolver a mesma assembléa, e convocar já uma outra na fórma das instrucções feitas para a convocação desta que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projecto de constituição que eu hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que a que a extincta assembléa acaba de fazer. Os meus ministros e secretarios de estado de todas as differentes repartições o tenham assim entendido, e façam executar a bem da salvação do imperio. Paço, 12 de nov. de 23, 2.º da independencia e do imperio."

Tendo então o presidente declarado que a assembléa se dissolvia, retirou-se do recinto com todos os depu-

tados. No mesmo dia e quasi em acto successivo á dissolução foram presos os tres Andradas e diversos outros deputados [1], emquanto o imperador entrava na cidade á testa das suas tropas recebendo em toda a parte ovações do numeroso povo que lhe agradecia o ter salvado a patria. Tendo-se ouvido alguns gritos favoraveis ao absolutismo, D. Pedro respondeu: "Quero ser sómente defensor perpetuo do Brasil e imperador constitucional."

113) **Consequencias da dissolução da assembléa.** — Publicou D. Pedro no dia seguinte uma proclamação explicando o seu proceder e recommendando a união. Modificou tambem o seu ministerio chamando para as differentes pastas Clemente Ferreira França, Francisco Villela Barbosa, Luiz José de Carvalho e Mello, João Severiano Maciel da Costa, José Gomes da Silveira Mendonça e Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquez de Maricá. Como o conselho de estado que o imperador nesta occasião instituiu tivesse, juntamente com os ministros, de contar dez membros, D. Pedro, para completar esse numero, nomeou os quatro varões seguintes: José Joaquim Carneiro de Campos, Manuel Jacintho Nogueira da Gama, Antonio Luiz Pereira da Cunha e o barão de Santo Amaro. A estes dez varões, todos nascidos no Brasil, encarregou D. Pedro de redigir, sob a sua presidencia, um projecto de constituição politica que desejava offerecer aos povos. Não satisfeito ainda com isto, publicou no dia 16 um manifesto dizendo que no ponto em que se collocára a questão, a coroa ou a assembléa devia ser necessariamente sacrificada. Expõe em seguida o que havia de acontecer ao Brasil, si a sacrificada fosse a coroa, e o que podiam os brasileiros esperar, sendo ella salva, embora com o sacrificio da assembléa. Annunciava no mesmo tempo que o conselho de estado se

(1) Foram Montezuma, Vergueiro, José Joaquim da Rocha, Belchior Pinheiro de Oliveira, Francisco Muniz Tavares, Henrique de Rezende, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, José Martiniano de Alencar, Luiz Ignacio de Andrade, Isidoro de Almeida Fortuna, José da Cruz Gouvêa e Augusto Xavier de Carvalho.

occupava em redigir, sobre bases muito liberaes, a constituição a qual seria dentro em breve publicada. Converteu logo depois (22 de novembro de 823) em lei o projecto da liberdade de imprensa, e, para governar as diversas provincias, escolheu varões nascidos no Brasil e já conhecidos por suas idéas liberaes. Foi assim que mandou governar o Ceará, Pedro da Costa Barros; Pernambuco, Francisco Paes Barreto( morgado do Cabo e futuro marquez do Recife) ; a Parahyba, Felippe Nery Ferreira; a Bahia, Francisco Vicente Vianna (de 23 a 25 de novembro de 1823).

Sendo no mesmo tempo necessario dar um destino aos deputados da assembléa dissolvida, presos e fechados nas fortalezas do Rio, depois de maduras reflexões resolveu D. Pedro restituir a liberdade a todos, menos aos tres Andradas, a Rocha, a Belchior e a Montezuma, que condemnou a serem deportados, fixando a França para o logar do exilio, e o porto do Havre para o da direcção do brigue *Luconia* [1] em que os embarcou. Permittiu-lhes levar suas familias, e concedeu uma pensão annual de 1:200$000 réis aos casados; de 600$000 réis aos solteiros. Afim de cohonestar o acto da deportação mandou organizar uma devassa em que os ultimos artigos do *Tamoyo* e da *Sentinella* constituiram o corpo de delicto. Soffriam deste modo os Andradas e seus amigos a pena de talião, visto como decorrera pouco mais de um anno desde que elles haviam creado o precedente nocivo de prender e deportar os seus adversarios politicos.

114) **Juramento da constituição, 25 de março de 1824.** — Enviou por este tempo D. Pedro para os Estados-Unidos da America do Norte José Silvestre Rebello, incumbindo-o de reclamar o reconhecimento

(1) Affirma Drummond que o partido republicano queria mandar esses deputados a Portugal, mas que D. Pedro o não consentiu. Comtudo o capitão do Luconia esteve de proposito bordejando na foz do Tejo e que o governo portuguez queria apresar aquelle navio, mas D. João VI se oppoz. Buscou, todavia, o governo perseguir aquella embarcação na costa da Hespanha, e os brasileiros só se salvaram indo á terra e invocando o apoio dos inglezes seguindo depois directamente por terra para Bordéos.

da independencia e do imperio, o que a Republica Americana realizou sem difficuldade. Expediu de novo para a Inglaterra Felisberto Caldeira Brant Pontes e Gameiro Pessoa com a missão de levantar um emprestimo de dinheiro na praça de Londres e de tratar com o respectivo governo. A 11 de dezembro de 1823 deu o conselho de estado por findos os seus trabalhos relativos á constituição, que se baseava no projecto já apresentado na assembléa. Remetteu D. Pedro sem demora exemplares authenticos della a todas as camaras, recommendando-lhes que, depois de ouvirem os povos dos seus termos, communicassem ao governo as suas observações, visto achar-se disposto a admittir todas as emendas e correcções que parecessem necessarias ou uteis.

Tendo a camara do Rio em uma sessão especial approvado integralmente o projecto em questão, e tendo convidado os moradores a registrarem em livros especiaes o seu parecer contrario ou favoravel, sanccionaram o voto do senado quasi todos os habitantes conhecidos da capital. Das camaras pertencentes ás provincias do sul, quasi todas seguiram o exemplo da do Rio, declarando-se algumas contra o senado vitalicio, e contestando outras a vantagem de separar o poder moderador do executivo. Todas, porém, applaudiram os principios liberaes estabelecidos no projecto, e reclamaram do governo que o executasse quanto antes independentemente de outra assembléa constituinte, cuja reunião e discussão não podiam deixar de causar outras delongas. Tirando proveito desta disposição dos espiritos, respondeu D. Pedro ás camaras convidassem os moradores dos seus termos a jurarem a constituição que outorgava. Fixou para se realizar este acto solemne no Rio de Janeiro o dia 25 de março de 1824. Festas esplendidas se prepararam, e indescriptivel foi o regosijo do povo ao approximar-se do grande dia. Deu D. Pedro o exemplo, sendo o primeiro a prestar o referido juramento nesse dia nos paços da camara. Imitaram-no incontinenti a imperatriz, o Bispo e todos os outros altos funccionarios, os membros da vereança e

mais pessoas presentes. De tudo se lavrou auto nos livros da camara, e abriu-se registro para, nos dias seguintes, continuarem a prestar o mesmo juramento os cidadãos que não haviam podido concorrer nessa occasião solemne.

115) **Lord Cochrane e as presas.** — Recebeu D. Pedro com demonstrações de affecto lord Cochrane, quando de volta do Maranhão chegou ao Rio, e reconheceu-lhe os serviços ratificando-lhe as concessões e as patentes. Como, porém, o governo instituisse um tribunal particular para examinar as exigencias a respeito das presas, e como este declarasse que as reclamações do inglez eram excessivas, o lord ficou altamente irritado e deu principio a desavenças sérias, principalmente quando soube que o tribunal lhe negára o direito de apprehender as mercadorias portuguezas depositadas na alfandega do Maranhão, e até o condemnára a restituir o dinheiro recebido dos negociantes que tinham resgatado os seus haveres.

116) **A dissolução da assembléa e as provincias do norte.** — Ao serem os bahianos informados da dissolução da assembléa, levantaram-se (13 de dezembro) e, protestando, reclamaram a reunião de um grande conselho nacional de todas as autoridades e pessoas prestigiosas da provincia, o qual se incumbisse de lembrar as providencias necessarias para manter a ordem e tranquillidade publica. Tendo a camara annuido a essa exigencia, reuniu-se no dia 17 o mencionado conselho, que, afim de socegar o povo, formulou diversos pedidos e os remetteu ao imperador. Procedendo com a maior cautela, mandou D. Pedro responder á Junta governativa que a dissolução da assembléa era necessaria para salvar o Brasil, e que como prova da lealdade de seus sentimentos, lhe remettia um exemplar da constituição, e outro do decreto já promulgado relativamente á liberdade da imprensa. Deferiu ao pedido de providenciar a respeito da expatriação de brasileiros e portuguezes suspeitos de serem contrarios á independencia; insinuou, porém, na pratica muita mo-

deração e até indulgencia. Quanto aos deputados presos, communicava-lhe o que occorrera, accrescentando que o processo delles estava nas mãos das autoridades judiciarias. Amainou-se com esta resposta a tormenta; approvou a camara o projecto da constituição, e pediu fosse elle sem mais executado. Voltando, pois a ordem publica ao seu estado normal, poude o presidente Vianna tomar tranquillamente conta da administração provincial.

*As provincias da Parahyba, Rio Grande do Norte, Piaúhy e Alagôas* acolheram os seus presidentes, porém, com signaes visiveis de descontentamento e tendencias claras á revolta e á resistencia. Levantando francamente o brado da revolta Campo Maior e outras villas do Ceará, declararam a casa de Bragança excluida do throno brasileiro, déram o commando das armas a José Pereira Filgueiras e travaram diversos combates com as forças enviadas da capital.

*No Pará* perturbavam neste tempo a ordem publica diversos partidos dos quaes trataremos no paragrapho 129.

Continuava a reinar a desordem e a anarchia tambem no *Maranhão,* porque o advogado Bruce, a quem o imperador confiara o governo da provincia, e o coronel Pereira de Burgos, que fôra investido do commando das armas, não souberam corresponder ás esperanças de D. Pedro.

117) **Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presidente de uma Junta em Pernambuco.** — Como a Junta de Goianna se declarasse independente da do Recife (vide par. 66, 97) e esta não pudesse funccionar no meio da anarchia, retirou-se della para as suas propriedades o morgado do Cabo, ao qual succedeu na presidencia Francisco de Paula Cavalcanti de Lacerda. Este, de accordo com os seus collegas, convocou um grande conselho de todas as autoridades e pessoas gradas da provincia, o qual se reuniu em Olinda a 13 de dezembro e, tendo acceitado a demissão dos membros da Junta, escolheu outros governadores incumbindo-os de tutelar a ordem publica emquanto não che-

gasse o presidente nomeado pelo imperador. Deu este grande conselho a presidencia da nova Junta a Manuel de Carvalho, e confiou o commando das armas ao coronel José de Barros Falcão de Lacerda, que acabava de servir, como chefe de brigada, no exercito libertador da Bahia. Era Manuel de Carvalho homem até então desconhecido no imperio; apregoavam-no, porém, na sua provincia como exclusivamente imbuido de principios republicanos e partidario firme da revolução de 1817. Tendo elle reunido os eleitores da provincia no dia 8 de janeiro de 24, conseguiu delles ser confirmado na sua posição de envolta com os seus collegas, menos tres que trocou por outros mais decididos, e dedicados a elle.

Obteve egualmente dos eleitores duas deliberações importantes. A primeira foi que não se nomeariam novos deputados para a assembléa que D. Pedro promettera convocar, consistiu a segunda em declarar que não se acceitaria o novo presidente nomeado pelo imperador, ao qual se pediria quizesse confirmar nesse cargo Manuel de Carvalho. Recusou, portanto, a camara de Olinda dar posse da presidencia a Paes Barreto quando este, a 18 de fevereiro, se apresentou com a carta imperial da sua nomeação. Tendo-se a convite de Carvalho reunido no dia 21 de fevereiro, no palacio do governo, diversos representantes das camaras do Limoeiro, de Páu d'Alho, do Recife, de Olinda, de Igarassú e do Cabo, resolveram unanimemente compellir o dito Manuel de Carvalho a conservar-se na presidencia excluindo della o morgado do Cabo. Insurgindo-se, todavia, em favor de Paes Barreto dois batalhões, prenderam Manuel de Carvalho e o fecharam na fortaleza do Brum. Marchou então com o resto das tropas o governador das armas, Falcão de Lacerda, contra a mencionada fortaleza, cujo commandante, por ordem da camara de Olinda, poz em liberdade o deposto presidente, que, levado em triumpho, se resignou a tomar de novo as redeas do governo. Retirou-se, portanto, Paes Barreto para a Barra Grande com os officiaes e tropas que se lhe conservaram fieis.

Apresentou-se por este tempo nas aguas de Pernambuco *João Taylor,* com as fragatas Nitheroy e Piranga, encarregado de apoiar Paes Barreto contra as pretenções da provincia e de Carvalho. Declarou-se a camara de Olinda submissa ás ordens do imperador; propoz, todavia, que, emquanto não chegassem novas ordens do monarcha, se acceitassem de parte a parte as resoluções que ia tomar o grande conselho já convocado para resolver o conflicto, podendo Taylor fazer-se representar na assembléa. Reuniu-se de facto a sete de abril o mencionado conselho, composto de amigos dedicados ao presidente, e, apesar dos protestos do capitão de fragata, Luiz Barroso Pereira, que Taylor enviára como seu representante, votou que se conservasse Carvalho na presidencia e se enviasse ao Rio uma commissão de tres cidadãos incumbidos de pedir ao imperador revogasse a nomeação de Paes Barreto. Irritado por este proceder e por diversos actos subsequentes de Carvalho, Taylor declarou bloqueado o Recife deixando sahir apenas o navio que levava os tres embaixadores mencionados.

Acolheu D. Pedro bondosamente os emissarios de Pernambuco exhortando-os á união e respondendo que a Paes Barreto substituia José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, homem bem conhecido na sua provincia e alheio aos dois partidos que estavam promovendo a guerra civil. Apparentando o mais intenso jubilo, prometteram os embaixadores levarem os seus patricios a subordinarem-se de boa vontade ao governo do Rio de Janeiro.

Com a data de 24 de abril publicou então o governo imperial um decreto nomeando a presidente daquella provincia o referido Carlos Mayrink.

118) **Guerra da independencia.** — Como soasse pelo Brasil inteiro a noticia dos grandes preparativos bellicos que Portugal estava fazendo contra o novo imperio, buscou D. Pedro aperceber-se para qualquer eventualidade. Desejando concentrar no Rio todos os seus vasos de guerra, ordenou a Taylor se recolhesse para a

capital, e pediu a Cochrane apparelhasse a esquadra e a tivesse prompta para qualquer emergencia. Respondeu o inglez que cumpria restabelecer a confiança nos officiaes e na marinhagem, desgostosos por lhes terem recusado as presas que lhes pertenciam de direito. Declara Cochrane que o imperador offereceu duzentos contos de réis por conta estimativa do valor das presas destinadas aos officiaes e á marinhagem, comtanto que o almirante se prestasse a reunir de novo a esquadra sob o seu commando. Recebeu, pois, Cochrane, a dez de junho de 24, novos decretos confirmando-lhe as honras, patentes e vencimentos, e concedendo-lhe mais uma pensão da metade dos seus soldos, durante a sua vida, e por sua morte transmissivel á consorte, caso não quizesse, finda a guerra da independencia, permanecer no serviço do imperio. Officiou egualmente o governo aos presidentes das provincias maritimas ordenando-lhes que lançassem mão de todos os meios de defesa contra qualquer invasão exterior, e proclamou aos povos exhortando-os a resistir com denodo a qualquer desembarque de tropas extrangeiras, e a retirarem-se para o interior do paiz, si o não pudessem impedir (21 e 23 de maio de 24).

119) **Manuel de Carvalho proclama a Confederação do Equador, 2 de julho de 24.** — Receando Mayrink, por se julgar incapaz de restaurar a ordem publica, tomar posse da presidencia para a qual fôra nomeado, pediu a Manuel de Carvalho continuasse elle no posto que occupava. Acceitando depois de alguma reluctancia apparente, tratou Carvalho de desenvolver o regime republicano emquanto fingia obedecer ao Rio de Janeiro.

Communicara-se, no entretanto, o movimento republicano ao Ceará, onde José Pereira Filgueiras, que por nomeação do imperador succedera a Francisco Felix no commando das armas, sahindo da capital no dia 23 de abril, reuniu tropas e povo na Mecejana e formou um grande conselho, que resolveu depor Costa Barros substituindo-lhe Tristão Gonçalves de Alencar

Araripe, e prender o ouvidor Joaquim Brito com todos os outros funccionarios publicos que tinham adherido ao presidente deposto. Marchando então Filgueiras sobre a capital, obrigou Costa Barros a retirar-se para o Rio de Janeiro. Logo que tomou posse da presidencia, escreveu Araripe ao governo imperial e a Manuel de Carvalho (30 de abril e 10 de maio) promettendo a este união intima e decidida, protestando áquelle a sua submissão bem como accusando Costa Barros de arbitrario e violento. Isto é o que se chama representar dois papeis na mesma farça!

Os presidentes da Parahyba e o do Rio Grande do Norte lograram impedir que a revolução penetrasse em suas provincias.

Arrojou finalmente a mascara Manuel de Carvalho publicando no dia dois de julho um manifesto e diversas proclamações com que convidava os pernambucanos e as provincias vizinhas a fundar uma republica independente sob o nome de *Confederação do Equador*. Exhortava egualmente os brasileiros a expellir do Brasil D. Pedro e todos os portuguezes creando uma grande republica capaz de rivalizar com a dos Estados-Unidos do Norte. Concentrara de antemão Carvalho as forças militares confiando-as a Falcão de Lacerda; provera de petrechos bellicos os arsenaes e as fortalezas, armara e apparelhara dois bergantins dando o mando delles a Joaquim da Silva Loureiro e ao maltez João Metrowich. Um delles chamava-se *Maria da Gloria;* outro, *Constituição ou Morte*. Publicou a constituição politica da Colombia, destinada a reger a Confederação emquanto uma assembléa regular eleita pelos seus povos não approvasse outra que a substituisse permanentemente. Idéou uma nova bandeira [1] que ergueu sobre os edificios publicos, dos quaes arreou a brasileira; prendeu e deportou um grande numero de cidadãos, e privou dos officios publicos a quantos não prestaram o juramento de fidelidade e de obediencia. Como Paes

---

(1) Constava das côres azul, branca e encarnada, de ramos de canna, de algodão, etc., com o distico: **Religião, independencia, união e liberdade.**

Barreto ainda se conservasse armado na Barra Grande, enviou Carvalho contra elle uma columna de tropas ao mando do major José Antonio Ferreira, que devia operar de accordo com os dois navios de guerra. Occupavam-se estes em apresar pequenas embarcações cobertas com a bandeira do imperio, quando delles se apoderou a corveta imperial *Maria da Gloria* enviada por D. Pedro contra os rebeldes.

120) **Medidas tomadas pelo governo do imperio.** — Ao receber o governo do Rio as primeiras noticias da revolta aberta de Carvalho, suspendeu as garantias constitucionaes nas provincias de Pernambuco e do Ceará (26 de julho); creou duas commissões militares para processar e julgar summariamente os chefes da revolta, e preparou uma expedição sob o commando do coronel Francisco de Lima e Silva.

Embarcadas as tropas a bordo da náu *Pedro I*, da corveta *Carioca*, do brigue *Maranhão*, e de varios transportes, partiu incontinenti lord Cochrane, deixou os soldados e seu chefe em Maceió e procedeu a bloquear o Recife.

Marchou Lima e Silva para a Barra Grande afim de se reunir a Paes Barreto, que alli tinha resistido bravamente ás forças republicanas. Velejavam neste mesmo tempo do Rio de Janeiro para o norte um brigue e sete canhoneiras ás ordens de David Jewett, que, depois de lançar a terra nas proximidades meridionaes do Recife oitocentos homens destinados a reforçar Lima e Silva, incorporou a sua esquadra á de Cochrane que já estava surta deante da capital de Pernambuco. Pelo intermedio do vice-consul francez já neste tempo offerecera o nosso almirante boas condições a Manuel de Carvalho, si se entregasse, o que elle recusou. Foi, comtudo, Cochrane obrigado, pelos ventos a suspender o bloqueio retirando-se para a Bahia.

Tentava neste interim Lima e Silva impedir a communicação com o Recife aos republicanos que se haviam concentrado na ponte dos Carvalhos; derrotava os rebeldes no engenho de Sant'Anna, na ponte dos

Afogados e na fortaleza das Cinco Pontas, entrando no bairro de Santo Antonio e indo occupar o palacio do governo. Cortando então os republicanos as pontes do Recife e da Boa Vista, entrincheiraram-se nesses dois bairros, e romperam contra o de Santo Antonio um fogo mortifero correspondido pelo forte do Brum. Em seguida a vivissimo combate e peleja bem disputada de parte a parte, foram os pernambucanos obrigados a abandonar as suas posições. Concorreu para a victoria das forças imperiaes o facto de ter neste comenos apparecido no Lameirão a esquadrilha de David Jewett, que vinha substituir Cochrane no bloqueio. Embarcando em uma jangada de pescadores, refugiára-se, durante a refrega, Manuel de Carvalho a bordo da corveta ingleza *Tweed,* fundeada no porto da qual officiou a Jewett propondo-lhe uma capitulação e a entrega da cidade (14 de setembro). Replicou Jewett que exigia plena submissão sem condições.

121) **Fim da Confederação do Equador**. — Apressou-se então a camara de Olinda, que assumira o governo da provincia, em dirigir-se a Lima e Silva solicitando um armisticio de tres dias para pactuar a pacificação e a entrega da praça. Em seguida a duas ou tres propostas e réplicas de parte a parte concedeu Lima e Silva se tratasse de uma capitulação, comtanto que se concluisse dentro de quatro horas. Das condições propostas pela camara e recusadas pelo coronel, a mais interessante era a de uma amnistia geral sem excepção. Concedeu Lima e Silva outras quatro horas para a camara ponderar como ultimatum as condições seguintes: — 1) poupar a vida das praças de primeira e de segunda linha do exercito; — 2) sujeitar os officiaes ao que delles determinasse o imperador; — 3) conceder passaportes para sahir do imperio aos que pretendessem deixar a provincia, exceptuados os cabeças da rebellião.

Não tendo a camara respondido dentro do prazo marcado, Lima e Silva salteou o bairro do Recife occupan-

do-o na madrugada do dia 17 de setembro juntamente com as fortalezas do Brum e do Buraco.,

Apoderou-se logo depois de Olinda, da qual tinham fugido os vereadores e outros chefes da revolta buscando asylo no interior do paiz. Foram então os republicanos desbaratados sem muita difficuldade no Couro d'Anta, na povoação do Agreste e no Engenho do Juiz, onde se entregaram todos á generosidade de Lima e Silva, que prometteu interpor o seu valimento perante o monarcha a bem dos que não fossem considerados chefes da revolta. Tendo-os enviado ao Recife, alli os soltou a todos, menos aos seiscentos que julgou capazes do serviço militar; pois estes, enviados para o Rio, foram alli incorporados no exercito e na marinha.

Não foi difficil, depois disto, pacificar as outras provincias, O primeiro a submetter-se, proclamando a 18 de outubro a contra-revolução e subordinando-se de todo ao imperador, foi José Felix de Azevedo e Sá, presidente interino da republica no Ceará.

A este movimento da Fortaleza corresponderam de subito as diversas villas do interior ao serem informadas de que Tristão de Araripe, o principal e mais prestigioso dos chefes cearenses da revolta, tinha perto da villa de Russas perecido a 31 de outubro em um combate travado com as forças imperiaes, capitaneadas por Manuel Antonio de Amorim, commandante geral das fronteiras. Não tardou José Pereira Filgueiras, governador das armas e segundo chefe dos republicanos da provincia, em resignar-se á sua sorte entregando-se no Icó ao capitão Reynaldo de Araujo Bezerra. Filgueiras morreu na viagem para o Rio.

Comquanto Nery Ferreira tivesse no meio da lucta resignado a presidencia da Parahyba, não lograram os republicanos entrar na capital, e logo depois foram repellidos de todas as villas do interior. Tendo conseguido eguaes vantagens os monarchistas do Rio Grande do Norte, acabou duma vez a insurreição, e restaurou-se em toda a parte a ordem publica.

Não podiam, diz Pereira da Silva, os chefes principaes da revolta esquivar-se aos castigos que as leis, o interesse da Sociedade, a justiça e a moral publica exigiam imperiosamente.

Pagaram antes de todos as suas culpas no Rio de Janeiro, onde lhes instauraram o processo, os dois commandantes dos brigues capturados pela corveta imperial *Maria da Gloria,* Metrowich e Loureiro, bem como o immediato de um delles, por nome João Guilherme Ratcliff, portuguez de nascimento. Condemnados á morte pela Casa da Supplicação, foram sem detença executados. A commissão militar de Pernambuco, sob a presidencia de Lima e Silva, levou á forca oito revolucionarios. Devia padecer o mesmo supplicio o bem conhecido frei Joaquim do Amor Divino Caneca; porém, como não se achasse quem lhe quizesse servir de carrasco, elle foi no dia treze de janeiro de 25 fuzilado na praça annexa á fortaleza das Cinco Pontas. Condemnou, a commissão militar, egualmente ao supplicio da forca, mais dezesete individuos; delles, todavia, tres foram immediatamente perdoados pelo imperador, quatorze escaparam ao supplicio fugindo. Condemnou a mesma commissão mais vinte pessoas a castigos menores, absolvendo os outros. A commissão do Ceará, presidida por Conrado Jacob de Niemeyer, enviou ao cadafalso quatro dos réus da provincia. Como em seguida o imperador perdoasse aos outros presos, temos que em tudo só dezesete pessoas pagaram com a vida o crime de se terem insurgido nesta occasião contra a autoridade de Pedro I.

Concorreu muito para se fecharem os processos e devassas o coronel Francisco de Lima e Silva, que a 13 de fevereiro de 25, officiando ao governo geral, representou os insurgentes como illusos, e fez ver que com remedios brandos seria facil restituir a Pernambuco a paz, a ordem e a tranquillidade publica.

Baixou, portanto, D. Pedro, a 7 de março de 1825, um decreto pelo qual mandou soltar a todos os presos de Pernambuco que não estivessem ainda pronunciados. Um dos perdoados foi o proprio Manuel de Car-

valho, que em 1834 logrou ser eleito e nomeado senador do imperio.

Abundou nas mesmas considerações de Lima e Silva o tenente-coronel Conrado Jacob de Niemeyer a bem dos infelizes cearenses, em officio dirigido ao imperador, officio em que se lê o memoravel trecho seguinte: — *Clemencia, senhor! só um geral e generoso perdão é o mais efficaz e unico balsamo, que poderá cicatrizar tão profundas chagas; e continuas remessas de viveres é que poderão salvar a provincia do abysmo da sua total anniquilação* . [1]

122) **Lord Cochrane outra vez no Maranhão.** — Contribuiu notavelmnete para sopear a insurreição pernambucana a passagem de lord Cochrane, que, regressando da Bahia, deixando em Pernambuco diversos navios de guerra ás ordens do capitão Taylor e seguindo a sua derrota para o Maranhão, infundiu terror nos republicanos, animo e vigor nos monarchistas da Parahyba, do Rio Grande e do Ceará. Levou comsigo a náu *Pedro I,* a fragata *Piranga,* o brigue *Cacique* e a embarcação *Atlanta.* Estava o Maranhão nesta época dividido em dois partidos que, apesar de reconhecerem ambos a autoridade do imperador, se dilaceravam entre si em uma especie de guerra civil. Achavamse de um lado o presidente Bruce e seus partidarios; do outro, quasi todos os militares e diversos cidadãos importantes. Chegando, pois Cochrane a S. Luiz no dia nove de novembro e assumindo o governo das armas, ordenou aos dois partidos que se dispersassem, deixando suas contendas. Segundo o que Cochrane informou ao ministro, obedeceram os adversarios do presidente,

---

(1) Como a natureza do nosso trabalho não permitte descer a particularidades, limitar-nos-emos a observar — 1) que o tenente-coronel Jacob, longe de se mostrar cruel, como alguns pretenderam, revelou misericordia ainda maior do que Lima e Silva — 2) que o perdão de 7 de março só se refere a Pernambuco, porque os trabalhos da commissão do Ceará são posteriores. O officio que citamos no texto, leva a data de 19 de maio de 1825, e a resposta do imperador a de 26 de julho do mesmo anno.
Vide a impugnação á obra de Pereira da Silva pelo major de engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer, 1872.

mas resistiram Bruce e os seus, de sorte que o almirante se viu obrigado a demittil-o enviando-o preso para o Rio e substituindo-lhe interinamente Manuel Telles da Silva Lobo. Affirmaram os amigos de Bruce ter o almirante neste seu proceder tido em vista collocar na presidencia quem lhe entregasse as sommas pecuniarias a que se julgava com direito em consequencia das presas, e que lhe tinham sido recusadas no Rio de Janeiro. Seja isto como fôr, porque não podemos julgar das intenções, o certo, todavia, é que Lobo accedeu logo depois a pagar-lhe cento e tantos contos de réis, quantia calculada pelo inglez como a quarta parte do que lhe era devido e á marinhagem da esquadra. Como a Junta da fazenda recusasse entregar o dinheiro por não ter ordens do Rio, e não dispor de fundos sufficientes, apresentou-se pessoalmente Cochrane na Junta ameaçando seus membros.

Estes então determinaram que a alfandega entregasse ao almirante o que fosse apurando até se completar a somma exigida. Emquanto se iam effectuando estes pagamentos, chegou aoMaranhão Pedro José da Costa Barros, novo presidente enviado pelo governo imperial.

Pretendeu Cochrane adiar-lhe a posse, pretextando a necessidade de conservar Lobo na presidencia até lhe chegar do Rio, a resposta a seus primeiros officios. Como Costa Barros tivesse declarado que no dia dez de março tomaria posse independentemente da vontade do lord inglez, desembarcou este uma força de marinhagem, prendeu o indocil presidente e o enviou ao Pará por meio do brigue *Cacique*. Tendo afinal recebido a somma que fixára, e mais quinze contos de rés a pretexto da importancia de uma embarcação occupada em trafico de escravos, entregou a náu capitanea ao chefe de divisão Jewett, ordenando-lhe seguisse immediatamente para a Bahia, ao passo que elle, levando a fragata *Piranga,* velejava para Falmouth sem ter sobre este assumpto instrucções do governo. Tinha-se, todavia , lord Cochrane obrigado a permanecer no serviço do Brasil emquanto durasse a guerra da independencia, a qual não se podia considerar ainda terminada. Vol-

tando então Costa Barros para o Maranhão, entrou no exercicio do cargo que o imperador lhe havia confiado.

123) **Assassinato de Felisberto Gomes Caldeira na Bahia, 25 de outubro de 1824.** — Grassava neste tempo o espirito de insubordinação entre os militares da Bahia, que já tinham impunemente deposto e preso o general Labatut e recusado o novo commandante das armas nomeado pelo governo do Rio (vide par. 104, 111). Um dos batalhões mais conhecidos pelo espirito desordeiro dos officiaes e pelas tendencias turbulentas dos soldados, chamava-se *Periquito,* em attenção á côr da sua farda, e o commandava um José Antonio da Silva e Castro. Substituiu o governador das armas, Felisberto Gomes, ao mencionado Castro outro official emquanto não recebesse novas ordens do ministro, ao qual pedira retirasse para outra provincia o referido batalhão. Em consequencia deste acto, na madrugada do dia 25 de outubro diversas praças amotinadas cercaram a casa do commandante das armas, arrombaram-lhe as portas e, penetrando no interior della, mataram a tiros de espingarda o coronel Felisberto Gomes. Afim de preservar os seus soldados do contagio dos insurgidos, os dois coroneis, Alexandre Gomes de Argollo Ferrão e José Leite Pacheco, fortificaram-se em seus quarteis e prohibiram toda e qualquer communicação com praças de outros corpos. Reintegraram os periquitos no seu posto o coronel Castro, e obtiveram o apoio do corpo de artilharia de guarnição da cidade, bem como o do quarto batalhão que neste mesmo tempo depoz do commando o tenente-coronel Francisco da Costa Branco.

Tendo o presidente Vianna reunido os officiaes de todos os batalhões, protestaram os coroneis Leite e Argollo que não deporiam as armas emquanto não fossem punidos os autores do assassinato de Felisberto Gomes; como, porém, a maioria opinasse ser mais prudente dissimular por emquanto nomeando-se outro commandante de armas, acceitou Vianna este parecer confiando esse cargo ao brigadeiro Luiz Antonio da

Fonseca Machado. Não accederam a esta resolução os dois mencionados coroneis, que com seus soldados se retiraram para Abrantes, donde pediram auxilio ás milicias e tropas do interior da provincia. Tendo encontrado apoio em diversos chefes de milicias, particularmente no coronel Antonio de Souza Lima, de Itaparica, e bem assim nas camaras da Cachoeira, de S. Francisco e de Santo Amaro, formaram um poderoso grupo destinado a subjugar os rebeldes. Estava, no entretanto, a capital transida de susto e abysmada em medonha anarchia. Tendo, por ultimo, os periquitos declarado que não obedeceriam á ordem de embarcar para Pernambuco, ordem emanada do governo imperial, o presidente da provincia passou a bordo da corveta *Maria da Gloria,* guarneceu com marujos os fortes do mar, e mandou ao coronel Antero José Ferreira de Brito avançasse sobre a cidade com as tropas do interior. Ponderando então o batalhão rebelde que não lhe seria facil resistir a todas estas forças, decidiu-se a obedecer abandonando a Bahia no dia primeiro de dezembro de 1824.

Agora já todo o Brasil estava unido e livre das tropas inimigas. Faltava apenas conseguir que Portugal lhe reconhecesse a independencia.

124) **Portugal pretende fazer guerra ao Brasil.** — Tendo o proceder de D. Pedro a respeito do conde do Rio Maior (vide par. 110) exasperado o rei e o governo de Portugal, que suppunham se conservaria a união dos dois reinos desde que tinham desapparecido as côrtes, resolveu D. João VI pedir conselho aos diversos governos europeus. França, Russia, Hespanha e Prussia responderam animando o governo portuguez a perseverar na guerra contra o novo imperio, porque o seu reconhecimento lhes parecia importar o do direito de revolução. Comquanto participasse dos sentimentos desses mesmos governos, conteve-se a Austria em vista das relações de familia. Oppoz-se, todavia, á continuação da guerra o ministro inglez Jorge Canning insinuando a D. João ser preferivel tratar a ques-

tão amigavelmente e reconhecer a independencia do imperio com a condição de se conservarem as duas coroas na casa de Bragança. Declarou no mesmo tempo Canning que não consentiria intervenção européa em paizes da America. Equipou, apesar disto, Portugal uma grande esquadra e preparou uma divisão de tropas afim de castigar o Brasil reduzindo-o ao antigo estado de colonia. Annunciando esta sua intenção á Europa, declarou que não reconheceria empenhos ou compromissos contrahidos pelo Brasil para levantar quantias pecuniarias; que o páu-brasil e os diamantes, como generos pertencentes á coroa portugueza, seriam apprehendidos em qualquer parte, e que os navios cobertos com a bandeira do novo imperio não podiam ser acolhidos em nenhum porto. Como não houvesse na Europa quem prestasse attenção a este protesto, o governo portuguez achou-se reduzido ao emprego de suas proprias forças locaes, e isto o desanimou. Enviou, portanto, em março de 1824 a Jorge Canning o seguinte plano de accommodação, pedindo ao governo britannico quizesse obrigar o Brasil a acceital-o. — 1) Cessação de hostilidades; — 2) restituição pelo Brasil a Portugal de todas as propriedades confiscadas; — 3) compromisso do Brasil de não aggredir qualquer colonia que ainda prestava obediencia a Portugal; — 4) demissão do serviço brasileiro de todos os subditos inglezes contractados para a guerra.

Respondeu Jorge Canning que remettia ao consul e agente britannico, Chamberlain, no Rio de Janeiro, as tres primeiras condições, e que não acceitava a quarta, porque as convenções diplomaticas entre a Inglaterra e Portugal não eram applicaveis a contendas domesticas como se deviam reputar as difficuldades do governo portuguez com o governo do Brasil. Eram por este tempo recebidos com muita benevolencia em Londres os dois agentes brasileiros, Brant Pontes e Gameiro Pessoa, encarregados de solicitar o favor da Inglaterra para obter de Portugal o reconhecimento da independencia (vide par. 114). Estavam os dois agentes autorizados, caso o governo britannico o exi-

gisse, a estipular um tratado relativo á extincção da escravatura. Agradando-se Canning com estas disposições do Brasil, entendeu-se primeiro com o governo austriaco, aconselhando depois ao governo portuguez que se aproveitasse das circumstancias para entrar em negociações com os agentes brasileiros, negociações que seriam facilitadas por um diplomata austriaco e outro inglez, nomeados pelos respectivos soberanos.

125) **D. Miguel revolta-se contra o seu pae, 29 de abril de 1824.** — Tal era o estado das cousas quando em Portugal occorreu um facto que não podemos deixar de referir aqui brevemente para que se possa entender com facilidade a nossa historia. Trata-se de uma conspiração tramada pela rainha D. Carlota e pelo infante D. Miguel com o intuito de arrancar o poder a D. João VI. Tendo em uma das salas do paço de Salvaterra tres homens mascarados morto e atirado pelas janellas o marquez de Loulé, um dos mais predilectos e dedicados amigos do monarcha, D. João grandemente assustado retirou-se para o palacio da Bemposta. Apresentou-se então D. Miguel, durante a noite de 29 de abril, nos quarteis da tropa, onde, na qualidade de commandante em chefe, passou ordens para os soldados pegar em armas afim, dizia elle, de abafar uma conspiração de pedreiros livres. Mandou prender o conde de Palmella e o general Pamplona: um, ministro dos extrangeiros; outro, da guerra. Este escapou refugiando-se na casa do embaixador de França, porém Palmella foi encarcerado no castello de S. Jorge. Não se demorou a rainha em apparecer no palacio da Bemposta, onde o rei foi recolhido aos aposentos interiores com prohibição de relacionar-se com pessoas de fóra e até com os ministros e conselheiros. Organizou então D. Miguel um governo provisorio, exercendo elle mesmo o supremo poder com o titulo de commandante em chefe do exercito; annunciou aos soldados e ao reino ter vencido uma conspiração de liberaes, e expediu instrucções para serem recolhidas

á prisão diversas pessoas, entre as quaes sobresahia o intendente de policia, que estava formando a devassa pelo assassinato do marquez de Loulé.

Ao serem informados destes factos os embaixadores acreditados perante D. João VI, apresentaram-se em corpo no palacio da Bemposta protestando contra as medidas tomadas, exigindo a liberdade do conde de Palmella, e exhortando o infeliz monarcha a mostrar-se em publico sahindo do palacio a passeio. Prometteu D. João fazel-o em qualquer outro dia affirmando estar então incommodado. Havendo, todavia, decorrido uma semana sem que essa promessa se cumprisse, concordaram os embaixadores francez e britannico em libertar o rei levando-o para bordo da esquadra ingleza surta no Tejo. Feitos com o maior segredo os preparativos convenientes, sahiu inopinadamente no dia 9 de maio D. João a pretexto de dar um passeio para o outro lado do rio. Encaminhou-se, porém, para a náu *Windsor Castle*, onde sem demora arvorou o pavilhão portuguez. Mandando então chamar D. Miguel, ordenou-lhe passasse incontinenti para a fragata portugueza *Perola* e partisse para a França, seguindo de lá até Vienna da Austria, donde não voltaria sem ordem sua. Reintegrou depois disto D. João em seus cargos os ministros e mais autoridades depostas pelo infante; desterrou para o Bussaco o cardeal patriarcha, e mandou que a rainha se recolhesse ao convento da Estrella com ordem de nunca mais se apresentar na côrte. Tendo dado ainda outras providencias necessarias, desceu á terra no dia 14 indo reassumir as redeas do governo no seu palacio da Bemposta.

126) **Conferencias em Londres.** — Reatando-se depois deste incidente o fio das negociações, reuniram-se os agentes em Londres no dia 12 de julho: Canning, como representante da Inglaterra; Neumann, da Austria; o conde de Villa Real, de Portugal; Brant Pontes e Gameiro, do Brasil. Tendo os brasileiros declarado que a primeira, essencial e indispensavel base para qualquer negociação ou pacto devia ser o reconheci-

mento da independencia e do imperio do Brasil, e tendo Villa Real replicado que não tinha poderes para tratar com semelhante condição, propuzeram Canning e Neumann se discutissem primeiro pontos secundarios e provisorios, cuja solução pudesse concorrer indirectamente para um accordo final. Solicitou Villa Real tres clausulas: armisticio, restabelecimento das relações commerciaes e restituição das propriedades portuguezas confiscadas. Responderam os brasileiros que o armisticio já existia de facto, e que, quanto aos dois ultimos assumptos, não tinham instrucções para determinar cousa alguma. Assim nada se resolveu nesta primeira conferencia, nem nas outras tres que a esta succederam.

Propoz finalmente Canning na quinta conferencia o projecto seguinte: separação total do Brasil e de Portugal; D. Pedro renunciará o seu direito ao throno de Portugal, porém as côrtes elegerão um filho delle para succeder a D. João VI; cessarão as hostilidades restituindo-se as propriedades confiscadas ou o seu valor e celebrando-se um tratado mutuo de commercio sobre a base da nação mais favorecida.

Comquanto os brasileiros declarassem acceitariam o projecto, que recebeu tambem a approvação do mediador austriaco, recusou Villa Real consentir nelle, e nem quiz remettel-o ao seu governo. Enviou-o, pois, Canning ao embaixador britannico em Lisboa, fazendo observar ser impossivel reconquistar pela força o Brasil, que, si não lhe reconhecessem a independencia, corria perigo de cahir em grande anarchia e dividir-se em uma multidão de republicas separadas. Replicou o governo portuguez com um contra-projecto em que, entre outras clausulas inacceitaveis, sobrepujava a de tomar D. João VI o titulo de imperador do Brasil cedendo o exercicio delle a D. Pedro durante a sua vida; reservava para si o direito de celebrar os tratados commerciaes para os dois paizes, que não possuiriam sinão um só exercito e um só corpo diplomatico, ambos sob a direcção do rei de Portugal.

Acabou finalmente Jorge Canning com as conferencias dando-se por offendido ao ser informado de ter Portugal enviado copia do seu contra-projecto aos gabinetes de França, Russia, Prussia e Hespanha, e de ter dirigido á Europa uma especie de appello relativamente á sua contenda com o Brasil.

Tinha no mesmo tempo Portugal enviado ao Rio de Janeiro um José Antonio Leal, que, por não trazer suas credenciaes regulares, visto como estavam assignadas pelo ministro da guerra, não pelo dos extrangeiros, não foi recebido e teve de regressar para Lisboa com o mesmo paquete com que viera. Annunciou, por ultimo, Canning a D. João VI que ia reconhecer as republicas hispano-americanas e não podia exceptuar o Brasil, já reconhecido pelos Estados- Unidos. Aconselhava, comtudo, a Portugal incumbisse de tratar com D. Pedro a sir Carlos Stuart, que dentro em breve estaria em Lisboa de viagem para o Rio de Janeiro, e era investido de caracter diplomatico pelo governo britannico. Si Portugal não acceitasse este conselho, a Inglaterra o abandonaria de todo na sua carreira desastrosa e reconheceria sem mais a independencia e o imperio do Brasil.

127) **Portugal reconhece a independencia do Brasil, 29 de agosto de 1825.** — Chegando sir Stuart a Lisboa em principios de maio de 1825, extranhou muito as propostas do ministro portuguez; pois, entre outras cousas, pretendia que D. João assumisse o titulo de imperador do Brasil declarando por uma carta régia D. Pedro associado ao throno imperial com a soberania da sua antiga colonia e o direito de succeder-lhe no reino europeu. Declarou, portanto, sir Stuart que não se incumbia de projecto algum, cuja primeira base não fosse o reconhecimento puro e formal da independencia do Brasil. Buscou então explicar-se de viva voz com D. João VI, que afinal o autorizou a ultimar as suas questões com D. Pedro e as desavenças entre os dois paizes pelo modo que mais satisfactorio lhe parecesse. Entregou-lhe a este fim tres cartas patentes, di-

versas umas das outras, dirigidas a D. Pedro, para que se servisse da que mais aproveitasse aos desejos que verbalmente lhe manifestava. Destinou o imperador para negociar com Stuart, que chegou ao Rio no dia 18 de julho, dois ministros e um conselheiro de estado. Este foi o barão de S. Amaro; aquelles, Francisco Villela Barbosa e Luiz de Carvalho e Mello. Em seis conferencias que tiveram não chegaram os quatro negociadores a nenhum accordo por causa das expressões das tres cartas patentes de D. João VI que os brasileiros rejeitavam inteiramente. Retirando-as finalmente sir Stuart do debate, propoz se assignasse um tratado com o seguinte preambulo: "S. M. Fidelissima, tendo constantemente no seu animo os mais vivos desejos de restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos..... por seu diploma de 3 de maio do corrente anno reconheceu o Brasil na categoria de imperio independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e a seu, sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro, por imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito imperio ao mesmo seu filho e seus legitimos successores, e tomando sómente e reservando para a sua pessoa o mesmo titulo".

Tendo os brasileiros acceitado este preambulo em vista de se pôr nelle antes de tudo o reconhecimento da independencia, redigiram na reunião seguinte os dois primeiros artigos relativos ás questões mais importantes.

**Artigo I.** — S. M. F. reconhece o Brasil na categoria de imperio independente e separado dos reinos de Portugal e dos Algarves, e o seu, sobre todos muito amado e prezado filho, D. Pedro por imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito imperio ao mesmo seu filho e a seus legitimos successores. S. M. Fidelissima toma sómente e reserva para a sua pessoa o mesmo titulo. **Artigo II.** — S. M. o imperador em seu reconhecimento do respeito e amor a seu augusto pae, o sr. D. João VI, annúe a que S. M. Fidelissima tome para sua pessoa o titulo de imperador".

Relativamente ás outras partes do tratado não surgiram difficuldades, porque todos desejavam a paz e a concordia. Appareceu só alguma difficuldade a respeito de renunciar D. Pedro o seu direito de successão á coroa portugueza. Afim de mostrar que se dedicava exclusivamente ao Brasil, quiz D. Pedro inserir esta renuncia no tratado; recusou, porém, isto o inglez declarando que D. João não acceitaria semelhante clausula, e que essa renuncia poderia ao depois ser pactuada do modo mais favoravel entre os dois paizes. Estabeleceram ao mesmo tempo a restituição das presas ou o pagamento do seu valor, segundo o accordam de uma commissão mista de subditos de ambos os reinos, nomeada por seus respectivos governos; o levantamento do sequestro de propriedades; a indemnização de dois milhões le libras esterlinas como parte da divida da monarchia, cujo encargo cabia ao Brasil; o restabelecimento das relações commerciaes na mais perfeita egualdade com as outras nações; a celebração de paz, alliança e amizade entre os dois estados com total esquecimento das desavenças passadas; bem como a promessa de não procurar D. Pedro e nem acceitar annexação ao Brasil de colonias asiaticas ou africanas ainda submissas ao governo portuguez. O tratado leva a data de 29 de agosto de 1825.

Ratificou D. Pedro o tratado e, a pedido de sir Carlos Stuart, modificou a formula dos termos que acompanhavam o seu titulo, empregando a expressão — *pela constituição do imperio* — em vez de — *pela graça de Deus e unanime acclamação dos povos do Brasil* — de que até então fizera uso.

Levado a Portugal pela náu britannica *Spartiate,* encontrou alli o tratado tão grande opposição, que não seria ratificado, si o ministro J. Canning não ameaçasse o governo portuguez de lhe retirar todo o seu apoio e protecção. Nem deixou de apparecer alguma queixa tambem no Brasil, não tanto pelo titulo honroso e pessoal que se concedeu a D. João VI, quanto pela somma promettida a Portugal.

# IV

## Primeiros erros do imperador

128) **Situação do imperio em 1825.** — Comquanto a independencia fosse reconhecida pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e pelo proprio Portugal, ainda o Brasil não se podia considerar seguro, porque a paz e tranquillidade interior deixava muito a desejar. Como a constituição, posto que jurada, ainda não se pudesse pôr em pratica, e como estivesse em vigor a legislação precedente, o governo continuava a ser em toda a parte pouco mais ou menos absoluto. Em todas as provincias existia um conselho de cidadãos eleitos pelo povo, (1) mas o seu voto era quasi sempre puramente consultivo. Governava o Rio Grande do Sul José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro visconde de S. Leopoldo; S. Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros, posteriormente visconde de Congonhas do Campo; a Bahia, João Severiano Maciel da Costa; Pernambuco, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, auxiliado pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que occupava o posto de commandante das armas. Dirigia os

(1) Por decreto de 20 de outubro de 1823 aboliu o imperador as Juntas governativas entregando o governo das provincias a um presidente, assistido por um conselho de seis membros eleitos pelo povo da mesma fórma com que elegiam os deputados para a assembléa legislativa. O imperador nomeava o presidente que podia ser removido quando assim conviesse ao serviço publico; nomeava tambem um secretario, que devia servir ao presidente e ao conselho, porém sem voto. Os conselheiros deviam ter pelo menos trinta annos de edade e seis annos de residencia na provincia; recebiam apenas uma gratificação, durante o tempo de seus trabalhos, e gosavam, quando reunidos, o tratamento de excellencia e a continencia devida aos antigos capitães-generaes. Nas materias da sua competencia necessaria, o voto do conselho seria deliberativo; o do presidente, de qualidade; porém em outros assumptos em que a sua cooperação não fosse de necessidade, o seu voto seria sómente consultivo. O Conselho se reuniria uma vez por anno, no tempo que elle julgasse opportuno, segundo as circumstancias, e a sessão ordinaria duraria só dois mezes. Em caso de necessidade, a sua prorogação não excederia de um mez.

destinos do Ceará José Felix de Azevedo e Sá e commandava as armas dessa provincia Conrado Jacob de Niemeyer, que se ligara com Joaquim Pinto Madeira, tenente-coronel de segunda linha e commandante militar dos districtos do Crato e do Jardim.

Receando uma sedição republicana, Pedro José da Costa Barros, presidente do Maranhão ,prendia e deportava inexoravelmente a quantos julgava perigosos ou suspeitos.

Para Matto Grosso enviou o imperador D. Nuno Eugenio de Locio e Seilbitz ordenando-lhe guardasse a mais estricta neutralidade nas luctas entre hespanhóes e americanos. Motivou esta ordem o incidente seguinte. Tendo D. Sebastião Ramos, governador do districto dos Chiquitos, pedido ao governo de Matto Grosso apoio contra o general Sucre, expediu-lhe a Junta governativa umas quatrocentas praças ás ordens do major Manuel José de Araujo e Silva, incumbindo-o de governar militarmente o districto em nome do imperador. Então Bolivar reclamou contra esta intervenção, e D. Pedro ordenou sem demora (1825) que Araujo se retirasse incontinenti.

129) **Guerra civil no Pará.** — Gemia infelizmente a provincia do Pará sob o peso de gravissimas desordens que deviam durar ainda por diversos annos. Espalhando o terror em toda a parte, o barbaro morticinio realizado no *Palhaço* (par. 107) fez com que quasi todas as povoações do interior se insurgissem e resolvessem resistir a qualquer ataque, inaugurando no mesmo tempo uma perseguição atroz contra os portuguezes ainda que tivessem adherido á independencia do Brasil. Entre todas as localidades distinguiu-se a villa, hoje cidade, de Cametá, que se proclamou independente de Belém, e ameaçou de reunir a maior parte da provincia sob o seu dominio. Tendo a Junta governativa da capital exgottado todos os meios de brandura, tratou de recorrer ao emprego da força bloqueando com uma esquadrilha todos os rios; faltaram-lhe, porém, os meios, vendo-se de mais a mais abandonada

pelo capitão Greenfell, que se retirou para o Rio de Janeiro com a fragata *Imperatriz* e grande numero de navios mercantes em que levou as ricas presas que fizera na bahia do Guajará. Afim, portanto, de pacificar a provincia accedeu a Junta governativa á proposta de Malcher que opinou ser necessario demittir muitos funccionarios publicos e deportar para Lisboa quasi todos os portuguezes.

Não se tinha ainda conseguido de todo esta almejada pacificação, quando em principios de abril nasceu outra difficuldade produzida pelo apparecimento de emissarios da *Confederação do Equador* encarregados de propagar a republica no Pará. Recebidos com agrado por Malcher e por mais dois membros da Junta, conseguiram fazer decretar a prisão dos outros dois que lhes eram contrarios. Designaram então o primeiro de maio para proclamar em Belém a referida *Confederação;* obstou, todavia, a esse plano a chegada imprevista do coronel José de Araujo Roso, 30 de abril de 1824, que mandou pôr em liberdade os presos. A dois de maio Roso tomou posse da presidencia e do commando das armas, porque o conselho provincial lhe persuadira ser muito perigoso separar os dois poderes, tanto mais que o brigadeiro José Ignacio Borges, incumbido da autoridade militar, professava idéas republicanas. (1) Recusou, pois, dar-lhe posse do seu cargo e até o mandou recolher á fortaleza da Barra emquanto não houvesse occasião de sahir da provincia. Reintegrou, além disto, Roso os empregados depostos e permittiu que tornassem a entrar na provincia os deportados que ainda se achavam a bordo de navios surtos nas aguas do Pará.

Tendo o conego Baptista Campos, ao regressar do Rio (14 de agosto de 1824) censurado acremente estes e outros actos do presidente, Roso o mandou prender (30 de setembro) e deportar para o Maranhão pedindo no mesmo tempo a lord Cochrane que o enviasse para a côrte. Alli o governo imperial o absolveu, o nomeou arcipreste da Sé do Pará e lhe conferiu a hon-

(1) E' aquelle que em 1817 governava o Rio Grande do Norte. Vide Biographia 203

ra de cavalleiro da Ordem do Cruzeiro. Roso, pelo contrario, foi dentro em breve demittido e chamado ao Rio onde teve de responder a um processo.

Ao deposto Roso o governo imperial substituiu o coronel *José Felix Pereira de Burgos,* como presidente, e *José Ignacio Borges* na qualidade de commandante das armas, que a 28 de maio de 1825 entraram no exercicio de seus cargos.

Dilacerada como estava a provincia por facções anarchizadas, a tarefa de Burgos era summamente difficil. Comquanto iniciasse um governo calmo e assisado, insurgiu-se dentro de poucos dias a villa de Cametá, dando o commando ao soldado desertor *Manuel Vieira Barbosa,* depondo as autoridades existentes e negando obediencia ao presidente da provincia. Desejando dar um exemplo de severidade, enviou Burgos contra os rebeldes uma expedição ao mando de Antonio Ladislau Monteiro Baena. Embarcando uns duzentos soldados e diversas praças de artilharia de marinha na escuna de guerra *Carolina,* seguiu Baena para Cametá e desceu a terra perto da villa, donde foi obrigado a retirar-se com perdas graves em seguida a uma terrivel peleja de duas horas. Aprompto u então Burgos uma segunda expedição, que pretendia commandar elle mesmo; porém, antes de partir, recebeu a noticia de terem os bravos cidadãos de Cametá restaurado a ordem prendendo os desordeiros e obrigando Barbosa a retirar-se para os sertões interiores do paiz. A Burgos, em 1828, succedeu o barão de *Bagé* que dirigiu os destinos do Pará até 1830.

130) **Queixas contra o governo e contra o imperador.** — Espalhavam-se neste tempo atravez do imperio numerosos boatos contra o imperador, affirmando alguns não ter elle ainda convocado a assembléa legislativa afim de perpetuar o governo absoluto; repetindo outros que, tendo elle conservado os seus direitos á corôa fidelissima, aspirava a reunir sob o seu sceptro os dois paizes.

Bem que deste modo fosse diminuindo a estima e o amor dos povos para o imperador, aventuraram-se diversos absolutistas a pedir-lhe declarasse sem effeito a constituição e assumisse duma vez o poder absoluto. Escreveram e publicaram suas representações neste sentido Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, juiz de paz de Taubaté (julho de 1825) em seu nome e no das camaras de Taubaté e de Pindamonhangaba; Teixeira de Freitas, proprietario abastado da ilha de Itaparica; Conrado Jacob de Niemeyer [1] commandante das armas no Ceará; as camaras do Crato e Jardim, bem como o cabildo de Montevidéo. Mandou D. Pedro reprehendel-os por seu ministro, declarando positivamente que só queria ser constitucional; isto, porém, não bastou para modificar a opinião publica que se ia formando, tanto mais que as queixas do povo se estribavam na pessima administração geral e particular, que por isso se tornou pesadissima aos habitantes; pois os empregados de toda a graduação praticavam diaria e impunemente um grande numero de abusos. A divida era immensa, e o dinheiro desapparecia sem se saber como; pois "a confusão, diz Pereira da Silva, existente no erario e repartições fiscaes; a falta de esclarecimentos ácerca da percepção e fiscalização de impostos; a escripturação desordenada dos livros e documentos das repartições publicas: tudo emfim concorria para se ignorar o estado exacto das finanças".

Em consequencia de deserções, baixas e mortalidade, o exercito decahira espantosamente contando em 1825 menos de nove mil praças de primeira linha, ao passo que em 1823 attingira a dezenove mil praças. Estava de mais a mais espalhado pelas diversas provincias. Guarneciam a cidade do Rio de Janeiro dois mil homens, entre os quaes se contavam seiscentos extrangeiros, allemães na maxima parte, introduzidos no

(1) Nunca puderam os liberaes perdoar este facto a Conrado Jacob, e por isso o carregaram de muitas accusações phantasticas, repetidas pelo conselheiro Pereira da Silva e confutadas por um filho delle. Vide **Impugnação**, 1872.

paiz como colonos, e depois contractados para o serviço militar. Dois mil existiam em Montevidéo, seiscentos no Rio Grande do Sul, cêrca de mil em Minas, S. Paulo, Goyaz e Matto Grosso, sendo o resto empregado nas provincias do norte. A marinha, todavia, conservava-se respeitavel possuindo para mais de sessenta embarcações de todos os tamanhos.

131) **Convocação da assembléa.**—Occupou-se finalmente o governo com a convocação da assembléa geral legislativa para o dia 3 de maio de 1826, ordenando se procedesse ás eleições parochiaes e secundarias que correram livremente. O governo, para deputados, não lembrou nomes ao corpo eleitoral; porém, na votação para senadores, interveiu, posto que com geito, apresentando os cidadãos que considerava mais dignos de formarem a camara vitalicia. A maioria do senado formou-se com os varões mais conspicuos e conceituados da época, como eram, por exemplo, José da Silva Lisboa (visc. de Cayrú), José Joaquim Carneiro de Campos (marq. de Caravellas), Francisco Villela Barbosa, João Severiano Maciel da Costa, Luiz José de Carvalho e Mello (visc. da Cachoeira), Felisberto Caldeira Brant Pontes (marq. de Barbacena), Mariano José Pereira da Fonseca (marq. de Maricá), D. José Caetano, bispo do Rio, e outros.

Na escolha de alguns senadores sobre lista triplice motivou D. Pedro censuras mostrando que pouco se lhe dava da constituição. Referiremos um unico caso. A lista de Goyaz continha o conde da Palma, o general Curado e o Padre José Caetano Ferreira de Aguiar: todos muito votados. Escolheu D. Pedro o conde da Palma pela provincia de S. Paulo, em cuja lista se incluira tambem o seu nome, e exerceu o seu direito em favor do Padre Aguiar, nomeando-o senador pelo Rio de Janeiro. Parecia, pois, que devia acceitar por Goyaz o general Curado, cujos serviços no sul e no Rio eram bem manifestos. Em todo o caso, como a lista de Goyaz já estivesse annullada pela subtração dos dois mencionados senadores, cumpria mandar proceder a outra

eleição naquella provincia. Comtudo o imperador preferiu preencher elle mesmo a lista, incluindo nella, juntamente com Curado, dois individuos que tinham obtido bem poucos votos. Um destes foi Francisco Maria Gordilho de Barbuda, empregado dos paços imperiaes, que logo recebeu a carta de senador e, mais tarde, o titulo de marquez de Jacarépaguá. Não occultou o publico a sua reprovação, e os pasquins converteram-se em echos do sentimento geral. Subiu a audacia delles a ponto de compararem D. Pedro a Caligula; Barbuda, ao cavallo que o imperador romano elevou á dignidade de consul.

Creando D. Pedro no dia 12 de outubro, anniversario do seu nascimento, uns quarenta novos dignatarios, entre marquezes, condes, viscondes e barões, cahiu em um segundo erro que muito concorreu para irritar ainda mais a opinião publica e offerecer aos seus inimigos um plausivel pretexto para o censurar. Tornou-se esse pretexto muito mais plausivel quando na lista dos agraciados se viram obscuros creados do paço, cortezãos desconceituados, e até a tristemente celebre *Domitilda* que foi nomeada marqueza de Santos, mulher com a qual D. Pedro travára relações illicitas quando em 1822 visitou S. Paulo, e, chamando-a para o Rio, déra-lhe casa explendida ao pé do proprio palacio de S. Christovam. Como o publico desabafasse a sua indignação por meio de numerosos e apimentados pasquins, começou o governo a perseguir essas satiras dando novas attribuições ao intendente geral de policia, creando novos agentes, prohibindo ajuntamentos nocturnos e diurnos das pessoas suspeitas, não só nos armazens, livrarias, boticas, estalagens, mas até nas casas particulares.

Tal era o estado dos espiritos, quando a 2 de dezembro de 25 a noticia de ter nascido ao imperador um filho varão, alegrou o paiz inteiro, que agora podia contar com um herdeiro presumptivo do throno. Inprovisaram-se em todo o imperio clamorosas festas populares. A 9 de dezembro baptizaram o principe com a maior solemnidade, dando-lhe o nome de seu pae.

132) **Exigencias inglezas e francezas.** — Instava sem descanço o embaixador inglez no Rio para obter dois tratados: um que declarasse abolido o trafico dos negros africanos, outro que renovasse os accordos celebrados em 1810 com D. João VI a respeito do commercio e da navegação. Não contrariava o ministro Luiz José de Carvalho as pretenções inglezas no tocante a este segundo ponto; mas, resistia tenazmente ao primeiro, porque o Brasil precisava de braços para a sua lavoura. Demittiu afinal D. Pedro o seu ministro substituindo-lhe o barão de Santo Amaro, que celebrou com a Inglaterra duas convenções assignadas a 25 de outubro de 1825.

Mandava a primeira vigorar por mais alguns annos no Brasil o tratado de 1810; a segunda fixava o prazo de quatro annos para o Brasil continuar a mandar buscar escravos exclusivamente nas possessões portuguezas especificadas nos accordos de 1815 e 1817. Ratificando immediatamente o governo brasileiro as duas convenções, deu-lhes publicidade nas gazetas do Rio de Janeiro. Como a Inglaterra desejasse accordos mais favoraveis e vantajosos, recusou acceitar estes dois ajustes diplomaticos a pretexto de os ter o governo brasileiro publicado antes de lhe constar qual fosse a opinião final do gabinete britannico.

Reclamou logo depois o ministro francez e obteve (8 de janeiro de 26) um tratado particular que concedia e assegurava aos seus concidadãos as isenções e os favores proprios das nações amigas e alliadas. Lucrou neste tratado a França a clausula especial da perpetuidade das disposições principaes do convenio, quando para as outras nações se fixara a duração de seis annos.

133) **Folheto perigoso.** — Causou em principios de 1826 profunda impressão no povo um folheto anonymo que appareceu com o titulo — *Reflexões sobre o tratado da independencia, e a carta de lei de D. João VI.* — Analysando as condições com que se effectuára o reconhecimento da independencia do imperio, o fo-

lheto affirmava que ellas cobriam de vergonha a nação brasileira, já porque D. João, proclamando-se de per si imperador do Brasil, o cedia como sua propriedade a seu flho para o governar, já porque esse reconhecimento semelhava a uma carta de alforria comprada com dois milhões de libras esterlinas. Censurava de mais a mais o facto de ter D. Pedro conservado a qualidade de herdeiro presumptivo da coroa de Portugal. Durante quinze longos dias não poupou o governo diligencias para descobrir o autor, achando finalmente ser elle um *Pedro Chapuis,* que na Hespanha e em Portugal vivera de escrever para periodicos politicos, e donde se evadira afim de escapar ás perseguições dos governos e das autoridades daquelles paizes. Recolhido incontinenti á prisão do Aljube, foi o francez, apesar da constituição que garantia a liberdade da imprensa, obrigado a embarcar em um navio mercante para fóra do Brasil.

134) **Visita imperial á Bahia.** — Julgando D. Pedro ser já tempo de cumprir a promessa que outrora fizera, de visitar pessoalmente a Bahia, publicou um manifesto declarando que a sua ausencia do Rio seria breve, e que aos seus ministros deixava poderes sufficientes para solverem os negocios de maior urgencia. Seguiu a 2 de fevereiro de 26 com a náu *Pedro, I,* e as fragatas *Piranga* e *Paraguassú,* em cujo bordo levava a imperatriz, a princeza D. Maria da Gloria e as pessoas do seu sequito. Foram no dia 26 recebidos na cidade do Salvador com todas as demonstrações de amor, apreço e enthusiasmo. Derramando copiosas listas de condecorações, visitando todos os estabelecimentos publicos, mostrando-se franco e cavalleiroso, captou a sympathia geral; deu, todavia, motivo a criticas o ter elle em uma proclamação aos bahianos dito arrostaria todos os perigos para salvar os seus subditos afim de que não fossem illudidos por homens que se intitulavam amadores da patria e da liberdade, quando só queriam revoluções. Tendo-se demorado cousa de um

mez na Bahia, regressou para o Rio, aonde chegou no 1.º de abril.

135) **Primeira assembléa geral legislativa.** — Faziam-se, no entretanto, na capital grandes preparativos para a abertura da primeira sessão da assembléa legislativa, em que tanto o povo como o imperador depositavam grandes esperanças. A 26 de abril começaram as camaras a trabalhar em sessões preparatorias, verificando os poderes de seus membros respectivos.

Enviou o povo á camara temporaria os homens mais notaveis entre aquelles que tinham pertencido á constituinte portugueza de 21, e á brasileira de 23. Ao lado de Pedro de Araujo Lima (fut. marq. de Olinda) sentavam-se José Lino Coutinho, José da Costa Carvalho, Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, o padre Diogo Antonio Feijó e o padre Marcos Antonio de Souza.

Com Joaquim Gonçalves Ledo entraram pela primeira vez na casa dos legisladores José Clemente Pereira, Januario da Cunha Barbosa, tenente-general Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho e o padre Romualdo Antonio de Seixas, posteriormente arcebispo da Bahia.

A terceira categoria de deputados constava de homens ainda não conhecidos fóra da sua provincia; illustres, porém, ao depois pela gloria adquirida na tribuna, e pela influencia que exerceram na politica. Taes foram, por ex., Bernardo Pereira de Vasconcellos, Francisco de Paula Souza e Mello, Antonio Paulino Limpo de Abreu (visc. de Abaeté), Miguel Calmon Dupin e Almeida (marq. de Abrantes), Candido José de Araujo Vianna (visc. de Sapucahy), e Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti (visc. de Albuquerque).

No fim das sessões preparatorias suscitou-se uma questão que, pequena em si, tomou posteriormente largas proporções. Tendo o senado proposto o cerimonial com que se devia receber o imperador no acto de installar a sessão legislativa, a camara dos deputados re-

jeitou o artigo que permittia se assentassem no interior do recinto e á esquerda do throno as pessoas que formavam a côrte do imperador; pois á camara parecia indecoroso que pessoas extranhas tivessem assento entre os membros do poder legislativo. Rejeitou egualmente a emenda do senado que permittia entrada e assento aos officiaes-móres e grandes do imperio. Levada a questão ao imperador, respondeu D. Pedro por meio do ministro do imperio que, competindo-lhe a elle fixar as formalidades com que o chefe da nação devia ser recebido em qualquer logar em que se apresentasse, approvava a proposta do senado. Esta discussão fez com que a abertura solemne da sessão fosse prorogada até o dia 6 de maio de 1826.

136) **Abertura e sessão.** — Procedeu-se finalmente a esse acto solemne nos paços do senado sob a presidencia do barão de Santo Amaro, que deixára o ministerio dos extrangeiros a Antonio Luiz Pereira da Cunha, futuro marquez de Inhambupe. Ornára-se D. Pedro do manto imperial, cingira a coroa, empunhára o sceptro, sentando-se em um throno collocado no centro do edificio, donde leu a fala em que resumiu os acontecimentos passados. Concluida a leitura, retirou-se com as mesmas formalidades da entrada, dando as camaras principio aos seus trabalhos no dia seguinte.

O senado, presidido pelo barão de Santo Amaro, approvou sem debate a resposta ao discurso da coroa; adoptou um regimento interno provisorio para os seus trabalhos, e nomeou uma commissão incumbida de organizar uma lista das leis complementarias da constituição.

A 26 de maio offereceu a referida commissão o seu relatorio em que propunha de um modo especial os pontos seguintes: Organização de camaras municipaes, liberdade de imprensa, conselhos provinciaes; responsabilidade dos ministros, dos conselheiros de estado e dos empregados publicos; garantias de pessoa, privilegios de invenção, recompensa de serviços, naturalização de extrangeiros, ordenanças do exercito e da armada, formulas de suspensão de garantias, lei eleitoral, instituição de juizes de paz, tribunaes judiciarios, attribuições dos presidentes de provincia, etc.

Depois de nomear a seu presidente Luiz Pereira da Nobrega, a camara temporaria elegeu uma commissão para redigir a resposta á fala do throno, e não perdeu tempo em discutil-a sinão quanto bastava para ficar geralmente sabido que nem critica, nem approvação dirigia aos actos do governo, e nem lhe negava ou promettia o seu apoio: paraphrase pallida e descorada da fala do throno, consequencia inevitavel da falta de accordo entre os deputados e os ministros. Nenhum membro do gabinete pertencia á camara temporaria, nenhum delles alli compareceu desde a abertura da sessão!

Nomearam em seguida as duas camaras uma commissão mista para determinar o formulario relativo ao reconhecimento do principe imperial, e, depois de approvar separadamente em seus actos solemne no dia 2 de agosto de 1826. Notou-se desde o principio no dia 2 visivel e unanime tendencia a sustentar os principios que mais fortalecessem a autoridade publica, até com prejuizo da liberdade individual ou politica. Na camara temporaria ainda não appareciam nem grupos, nem partidos regulares.

Approvou o senado expressamente o tratado da independencia e a convenção de commercio com a França, sendo ambos esses convenios mui censurados na camara temporaria. Apparecendo de novo o projecto de uma universidade, opinou a maioria não estar ainda o paiz prompto para semelhante estabelecimento, e ser preferivel fundar cursos de jurisprudencia e de medicina.

Em fins de julho suscitou-se outro conflicto entre as duas camaras por ter a temporaria approvado diversas emendas aos projectos da casa vitalicia, que organizavam os conselhos de provincia e determinavam as condições para a naturalização dos extrangeiros. Como o senado não acquiescesse ás referidas emendas, e as devolvesse, Vasconcellos propoz e a camara approvou que se pedisse a reunião do corpo legislativo; não existindo, porém, ainda um regimento para semelhantes casos, a camara declarou ao senado que se adoptasse o regulamento interno da abertura e do encerra-

mento da assembléa geral. Replicou o senado ser o dito regimento inapplicavel á reunião das duas casas, porque alli não se tratava de discutir e de votar, como aqui, nem podia o senado admittir a votação promiscua, visto formar cada uma das camaras uma casa particular com condições privativas e numero differente de membros. Houve neste ponto replica e contra replica de parte a parte com bastante ardor até que o senado propoz se entregasse a uma commissão mista a incumbencia de formular um regimento commum para as duas camaras. Annuiu a camara temporaria á proposta, mas, protestando contra as idéas do senado, resolveu não dar mais andamento á questão controvertida.

Seguiu-se uma discussão muito azeda contra as arbitrariedades do recrutamento pelo commandante das armas do Ceará, Conrado de Niemeyer, e pelo de Minas, Antonio José Coelho. Muita cousa disseram nessa occasião tambem contra o ministro da guerra, João Vieira de Carvalho, posteriormente marquez de Lages. Como ninguem defendesse o governo e ninguem contestasse os factos referidos, a camara votou que se recommendasse ao governo infligisse o merecido castigo aos dois commandantes das armas, e désse providencias para que não se repetissem actos semelhantes.

Das leis que neste anno subiram á sancção imperial, mencionaremos tão sómente as que crearam escolas de sciencias sociaes e juridicas em S. Paulo e em Pernambuco, bem como as que prohibiram a pena de morte sem consentimento prévio e explicito do imperador. Não se conseguiu votar o orçamento para 1827, porque o ministro da fazenda, marquez de Queluz, enviára muito tarde á camara o seu relatorio. Encerrou D. Pedro a 7 de setembro a sessão, agradecendo aos legisladores seus serviços e mostrando-se satisfeito pelas leis approvadas, e bem assim pelo apoio que o governo encontrára nos representantes da nação. Com a sua opposição ao governo grangeou notavel popularidade a camara temporaria, succedendo o contrario ao sena-

do, em cujo recinto não se levantara uma só voz em defesa dos direitos individuaes.

137) **A Inglaterra e a escravatura africana.** — Trabalhava, no entretanto, o diplomata inglez, Roberto Gordon, para obter novos tratados em logar dos de 1825 que a Inglaterra não ratificára (vide par. 132). Como os ministros brasileiros recusassem ceder ás suas exigencias, afiançou-lhes Gordon que o gabinete inglez nesse caso havia de retirar o apoio que prestava ao imperio, e de o compellir pela força a abolir o trafico dos escravos. Affirmava o inglez constar-lhe que da costa africana passavam annualmente para o Brasil trinta e oito mil escravos, e não poder a Inglaterra consentir na continuação de commercio tão barbaro condemnado pelo congresso de Vienna em 1815. Prometteu finalmente o Brasil que, decorridos tres annos desde a ratificação do convenio, não importaria mais escravos da Africa, e puniria como piratas todos quantos de qualquer modo se envolvessem no trafico vedado. Estabeleceram outrosim as condições no tocante ao modo de se tornar effectivo o ajuste, quer quanto aos cruzeiros que ambos os paizes se compromettiam a estabelecer, quer relativamente aos tribunaes excepcionaes que seriam incumbidos de julgar as presas. Assignada esta convenção a 23 de novembro de 1826, entendeu o imperador que convinha adiar para época mais propicia a celebração de qualquer outro pacto com a Grã-Bretanha, afim de que, no emtanto, se esclarecessem mais os espiritos e se apreciassem melhor os interesses publicos. Mostrou-se então satisfeito o inglez, porque alcançara o que mais desejava.

## V

## Perda da Banda Oriental

138) **Causas da guerra.** — A provincia da Banda Oriental ou Cisplatina, que fôra unida ao Brasil, po-

rém não assimilada, continuava a formar parte do imperio mais pelo medo das armas, que pelo amor ou pela unidade de interesses; nem era possivel que um povo, todo de raça hespanhola, se amalgamasse com o brasileiro, oriundo de Portugal. Já vimos como o governo de Buenos-Ayres se conservou neutral unicamente por falta de forças, e depois protestou (vide par. 24 e 111) que não havia de deixar o Brasil na posse da Cisplatina. Dos caudilhos de Artigas, só Fructuoso Rivera passára para o serviço do Brasil, e era actualmente brigadeiro e commandante geral da campanha. Os mais — José Antonio Lavalleja, Manuel Oribe, Manuel Calleiros e muitos outros — tinham emigrado para o territorio da Republica Argentina, guardando sempre intactas e activas as aspirações patrioticas.

Em diversas occasiões tinham os orientaes tentado sacudir o jugo brasileiro. No correr de 1823 os movimentos tomaram taes proporções em Durasno, Paysandú e Salto, que foi necessario prender e processar muitos cidadãos suspeitos de os terem promovido. Protestou (9 de maio de 1823) contra estas prisões Lucas Mansilha, governador de Entre-Rios, ao qual respondeu Lécór que não admittia protestos nem insinuações de governos extranhos, e que os orientaes, subditos do imperio, não precisavam da protecção de seus vizinhos. Logo depois José Valentim Gomes, agente official da Republica das Provincias Unidas, no Rio de Janeiro, endereçou (15 de setembro de 1823) ao ministro dos negocios extrangeiros do Brasil um *Memorandum* em que lembrava ao governo imperial a conveniencia de restituir á Republica aquelle territorio conquistado. Não tendo Valentim Gomes recebido resposta, dirigiu (27 de janeiro de 1824) outra nota ao ministro repetindo-lhe a mesma cousa. Replicou-lhe (5 de fevereiro de 1824) Carvalho e Mello que os orientaes de sua propria e livre vontade se tinham assujeitado ao Brasil jurando a sua constituição, etc. Retirando-se então Valentim Gomes para Buenos- Ayres, a Republica suspendeu as relações officiaes com o governo brasileiro.

139) **Primeiros passos dos patriotas.** — Scientes destes factos, Lavalleja e os mais orientaes refugiados na Republica Argentina, organizaram uma associação politica com séde em Buenos-Ayres e ramificações em Corrientes, Santa Fé, Entre-Rios e Cisplatina. Espalhou-se deste modo a propaganda em toda a parte, e até na propria cidade de Montevidéo. Já em Buenos-Ayres se falava e escrevia publicamente sobre este assumpto chegando uma folha diaria, *O Argos,* a divulgar muitos nomes de orientaes, residentes na Cisplatina, que tinham promettido o seu apoio. Como entre elles figurasse o nome do brigadeiro Fructuoso Rivera, este protestou por meio de um artigo publicado no mesmo jornal. Isto bastou para adormecer Lécór, que acreditou ser tudo aquillo uma calumnia, e o brigadeiro continuou a merecer-lhe a mesma confiança. Não puderam, todavia, os movimentos da liga ficar por mais tempo occultos a Symphronio Maria Pereira Sudré, consul brasileiro residente em Buenos-Ayres, que de tudo informou o general Lécór, o brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues, governador da praça da Colonia (9 de abril); e o governo imperial (12 de abril). Pediu então Lécór ao governo do Rio reforços de tropas e de navios; ordenou a Jorge Rodrigues obstasse ao desembarque de pessoas suspeitas na Cisplatina, e mandou diversas embarcações de guerra (20 e 22 de abril) vigiar a costa, enviando egualmente o coronel Braz Jardim occupar a foz do rio Negro para impedir as communicações com a provincia de Entre-Rios.

Reunia neste interim Lavalleja os seus amigos em Buenos-Ayres; embarcava com 32 delles em cinco baleeiras e uma balandra (17 de abril); penetrava no Uruguay, e descia a terra (19 de abril de 1825) no Arenal Grande, junto ao porto das Vaccas, legua e meia acima da ilha de Martim Garcia. Encontrando alli numerosos companheiros e seguindo na direcção de léste, chegou á villa da *Florida,* posta na quebrada dos morros que separam as aguas do rio Negro, tributario do Uruguay, e as do de Santa Lucia que se precipita no Prata. Alli estabeleceu o seu quartel-gene-

ral, onde a 25 de abril publicou uma proclamação aos orientaes chamando-os ás armas pára libertar a sua patria do jugo extrangeiro.

Ao receber Lécór a noticia destes factos, ao ouvir os numerosos boatos que se espalhavam até em Montevidéo, ao presenciar uma grande emigração de cidadãos que iam reunir-se a Lavalleja, ao ser informado de que o proprio Fructuoso Rivera, á frente de dois batalhões, desertara para o inimigo, comprehendeu que tinha excessivamente confiado na fidelidade desse povo e desses caudilhos; tremeu, e tornou-se mais vigilante, prendendo e deportando para o Rio todos os suspeitos de connivencia com os rebeldes, bem como tomando outras medidas que as conjuncturas arriscadas lhe aconselhavam.

140) **Proclamação da independencia, 25 de agosto de 1825.** — Reunia, no entretanto, Lavalleja (14 de junho de 1825) os seus officiaes superiores propondo-lhes a formação de um governo provisorio que pudesse dirigir-se a extrangeiros e a nacionaes em nome do povo e do estado oriental como soberano e independente.

Resolveu a assembléa improvisada nomear um chefe para as operações militares; outro, para a administração civil. Aquelle foi o general Lavalleja; este, Manuel Calleiros.

Approvou em seguida a assembléa um manifesto aos orientaes communicando-lhes a installação do governo provisorio emquanto um congresso livremente eleito pelos habitantes de todas as localidades não determinasse o que lhe parecesse mais conveniente. Annunciavam estes chefes, no mencionado manifesto, que podiam contar com a protecção das Provincias-Unidas do Rio da Prata, sob cujos auspicios se tinham collocado desde o principio. Já por este tempo as forças de Lavalleja subiam a mais de dois mil homens, todos intrepidos e enthusiastas gaúchos, que sabiam montar cavallos ainda não domados, e manejar, além das ar-

mas de fogo, laço e bolas (1) e bem assim mui praticos no systema das guerrilhas.

Contra esta gente só os seus eguaes do Rio Grande do Sul poderiam combater. Por sua parte convocou Calleiros um congresso que se reuniu na Villa da Florida no dia 20 de agosto, para o qual enviaram deputados em numero de quatorze os departamentos de Taquarembó, do Sêrro Largo, de Soriano, do Salto, de Paysandú e de Durasno. Sanccionando estes quatorze deputados o que já se fizera, ratificando as autoridades constituidas e declarando sem valor os pactos celebrados com o imperio, proclamaram a independencia da Banda oriental sob o protectorado das Provincias-Unidas do Rio da Prata, 25 de agosto de 1825.

141) **Primeiras hostilidades.** — Exaltaram-se os moradores de Buenos-Ayres ao receberem a noticia destes factos; apedrejaram a casa do consul brasileiro, rasgaram, fizeram em pedaços, arrastaram pelas ruas a bandeira do imperio, e illuminaram a cidade como nos dias de grande gala nacional. O consul, que no momento do furor popular buscara abrigo na casa de um negociante extrangeiro, reclamou, dias depois, do governo da Republica, satisfacção pelo insulto soffrido e

(1) Os gaûchos são homens de origem indiana e hespanhola: são como os mamelucos, os mestiços ou bastardos no Brasil. Acostumam-se desde a infancia a montar cavallos indomitos e a menear com admiravel destreza o laço e as bolas. O laço é uma corda de couro crû, tendo um nó corredio no extremo, e com elle prendem a qualquer animal dentro de um rebanho. Para esse fim o gaûcho esporêa o cavallo, que parte a galope, e, levando colhido o laço, o faz voltear varias vezes acima da cabeça, e o arremeça ás pontas, á cabeça ou aos pés do animal a que visou. São os cavallos tão amestrados, que rodam no momento em que é lançado o laço, e por este meio dão logar a que se aperte o nó, de maneira que o animal não póde escapar-se. Por este modo prendem um touro na mais rapida carreira.

As bolas, que originariamente eram armas dos indios, são ainda mais formidaveis. Consistem em tres pedras de fórma espherica, cobertas de couro crû, e presas ás pontas de outras tantas cordas, da mesma materia, e de quatro pés de comprimento, que são atadas umas ás outras no extremo opposto. O gaûcho segura em uma destas bolas, faz circular as duas outras acima da cabeça, e, quando as vê separadas á maneira das espheras do regulador de uma machina de vapor, então as arroja de modo, que o ponto central cae sobre o objecto da pontaria, que fica enleiado pelas bolas com irresistivel violencia. Vide Armitage, pag 139.

segurança para a sua pessoa. Tendo, porém, o governo replicado em termos vagos e evasivos, o consul, dahi a uma semana, retirou-se para bordo de um navio inglez, passando dentro em breve a Montevidéo. Enviára, no entretanto, o governo do Rio para o sul o vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, que, depois de deixar umas 1.200 praças de linha em Montevidéo, rumou para Buenos-Ayres, deante da qual, no dia cinco de julho, surgiu com a sua esquadra, composta de uma fragata, de duas corvetas e de seis brigues. Enviando sem demora á terra um parlamentario, exigiu do governo expedisse incontinenti ordens para se recolherem a seus lares os subditos da Republica que na Cisplatina serviam ás ordens de Lavalleja, vedasse a remessa de petrechos bellicos e punisse severamente os autores dos insultos feitos ao imperio. Com respostas brandas e apparentemente satisfactorias, trataram de ganhar tempo o presidente Las Heras e o seu ministro Manuel José Garcia, aquelle mesmo que no reinado de D. João VI residira por diversos annos no Rio de Janeiro, como agente da Republica Argentina. Dando-se Lobo por satisfeito, desembarcou acompanhado por seus officiaes; fez e recebeu visitas amigaveis; substituiu Antonio José Falcão da Frota ao consul Sudré, e retirou-se para Montevidéo. Mandou então o governo de Buenos-Ayres estabelecer uma linha de tropas sobre a margem direita do Uruguay a pretexto de garantir as suas fronteiras, porém no intuito real de apoiar melhor Lavalleja, facilitando-lhe as communicações.

Mudava, no entretanto, Lavalleja o seu quartel-general para Durasno, na margem do rio Gy, galho o mais importante do Negro, onde soube que uma força de cavallaria do imperio, ao mando do coronel Braz Jardim, se estabelecera no *Rincão das Gallinhas,* barra do rio Negro, afim de lhe cortar as communicções com a provincia de Entre-Rios. Enviado contra elle á frente de seiscentos gaúchos, deu Fructuoso Rivera traça de, á força de insultos e de ameaças, fazel-o sahir da forte posição que occupava. Cahiu Braz Jardim no

laço, suppondo que Rivera tivesse pouca gente, e passando para a povoação de *Mercedes,* situada mais acima em uma das margens do Negro. Aggredido a 22 de setembro pelas forças superiores de Rivera, teve Braz Jardim de se entregar a uma fuga precipitada, perdendo, entre mortos, feridos e prisioneiros, mais do que a metade da sua gente, indo os outros refugiar-se a galope na colonia do Sacramento. A noticia desta primeira victoria fez com que de todos os lados corressem os habitantes da Banda Oriental e tambem os da Republica Argentina a engrossar as fileiras de Lavalleja.

Chegára neste interim a Montevidéo o coronel Bento Manuel Ribeiro, vindo do Rio Grnade, atravez da Cisplatina, com mil e quatrocentos cavalleiros muito bem montados. Sabendo que Lavalleja se achava em Durasno e Rivera estava separado delle para as bandas do Uruguay, resolveu aggredir e derrotar o primeiro antes que pudesse ser soccorrido pelo segundo. Communicado o plano ao general Lécór, que lhe forneceu armas e munições em abundancia com mais duzentos homens de cavallo, partiu Manuel Ribeiro de Montevidéo em principios de outubro, e chegando ao arroio *Sarandy,* um dos mananciaes do rio Gy, a legua e meia de Durasno, avistou as forças inimigas, postadas no cume de uma collina. Convencido de ter deante de si um pequeno numero de homens, arremetteu contra elles na manhan do dia doze de outubro de 25; eram, porém, os contrarios para mais de tres mil intrepidos gaúchos; de sorte que, em seguida a duas horas de lucta crespa e sangrenta, foi Bento Manuel obrigado a retirar-se, buscando a salvação na fuga. Dos que se dirigiram para Montevidéo, quasi nenhum escapou ao inimigo; Ribeiro, todavia, chegou ao Rio Grande com pouco menos de 1.200 soldados. A perda dos nossos, entre presos, mortos e feridos, subiu a uns 400 homens, sendo a dos orientaes avaliada em 250 praças.

142) **A Republica Argentina declara guerra aberta ao Brasil, 25 de outubro de 25.** — Celebrou o povo de Buenos-Ayres esta victoria com estrondoso regosijo publico ,e pediu ao governo declarasse guerra ao Brasil. Respondeu o presidente Las Heras que ia convocar o congresso, o qual resolveria o que bem lhe parecesse. Reunindo-se, pois, este a 25 de outubro, votou incontinenti uma lei, que declarava o Estado Oriental incorporado á Republica das Provincias-Unidas do Prata, e obrigou o governo a empregar todos os meios para á sua execução fiel e inteira. Enviou, portanto, o governo da Republica, a quatro de novembro, ao ministro dos extrangeiros no Rio de Janeiro um translado da resolução legislativa dizendo que com muita magua sua se via obrigado a executar o decreto do congresso, autoridade suprema do estado. Dando-se o governo imperial por offendido com esta irregular declaração de guerra, publicou a quatro de dezembro um manifesto a todas as nações expondo os seus direitos sobre a Cisplatina, e os motivos de iniciar as hostilidades contra as Provincias Unidas. Mandou no mesmo tempo organizar no Rio Grande um exercito que seria posto ás ordens do marechal Gustavo Braune, allemão ao serviço do imperio; expediu a Montevidéo doze embarcações, entre corvetas e brigues, com instrucções ao vice-almirante Lobo para dar principio ás hostilidades, e ordenou a todos os presidentes das provincias procedessem a um recrutamento rigoroso de conformidade com os decretos de 1823.

143) **Bloqueio de Buenos-Ayres.** — Tendo o vice-almirante Ferreira Lobo reforçado a sua esquadra em Montevidéo, apresentou-se desde o principio de 26 em frente de Buenos-Ayres; communicou ao governo dessa cidade e aos agentes extrangeiros que ia proceder ao bloqueio, concedendo o prazo de quarenta e cinco dias para os navios de outras nações sahirem daquelle porto. Dos extrangeiros, alguns protestaram contra a brevidade do prazo e contra a ameaça de visitas a bordo; outros, contra o bloqueio, caso não fosse effectivo com

numero sufficiente de navios de guerra. Suscitaram-se deste modo as primeiras duvidas entre o imperio e as nações neutraes, duvidas que dentro em breve se haviam de tornar bastante sérias.

No intuito de prejudicar o commercio do Brasil, armou o governo argentino numerosos corsarios, e mandou chamar o velho marinheiro irlandez *Jorge Guilherme Brown,* que tanto se illustrára na guerra da independencia, e que agora vivia retirado no isolamento dos campos. Esquecendo as injustiças recebidas do governo da Republica e voltando a Buenos-Ayres, improvisou Brown uma esquadrilha, composta de dezoito navios, comprando diversas embarcações de commercio, armando-as, esquipando-as e pondo-lhes commandantes de sua confiança. Extrangeiros foram pela maxima parte os seus marujos e capitães; porém, afim de lisonjear os argentinos, deu a um pequeno brigue, armado em corveta, o nome de *Republica;* a outro, o de *Sarandy;* a um terceiro, o de *Vinte e cinco de Maio,* data da proclamação da independencia. Ao general João Gregorio Las Heras succedia, no entretanto, *Bernardim Rivadavia,* um dos mais energicos cidadãos de Buenos-Ayres e chefe do partido unitario (1), que iniciou uma administração activa, vigilante e decidida a fazer guerra ao imperio com o mais vigoroso impulso e pertinacia. Derramou-se em toda a parte o enthusiasmo, concorrendo todos para o mencionado fim com tropas e com dinheiro.

Sendo a nossa esquadra composta de vasos grandes e pesados, improprios para operações de guerra no Rio da Prata, não podia bombardear Buenos-Ayres, porque devia conservar-se ao largo com o intuito de escapar aos parceis, alfaques e restingas que se espalham pela costa do rio. O proprio bloqueio era muitas vezes interrompido e suspenso pelas tormentas habituaes naquellas alturas e conhecidas pelo nome de pam-

(1) O partido unitario pretende que a capital seja sempre Buenos-Ayres; o federalista ou federal, que ella se transfira successivamente para todas as quatorze republicas das Provincias-Unidas.

peiros, que obrigam os navios a fazerem-se ao mar. A salvo dos insultos da esquadra bloqueadora, esquipava, no emtanto, Jorge Brown a sua flotilha a meia legua da cidade de Buenos-Ayres, em um ancoradouro especial denominado *Poços,* aonde só se penetra atravessando canaes estreitos e tortuosos, no meio de baixios e escolhos medonhos. Sahindo desse logar, á frente de doze embarcações, no dia 8 de fevereiro, velejando para léste e descobrindo a esquadra brasileira, dirigiu contra ella um fogo bem nutrido de artilharia.

144) **Façanhas maritimas de Jorge Guilherme Brown.** — Defenderam-se com denodo os brasileiros, e até buscaram dar abordagem aos navios inimigos, mas o astuto Brown logrou escapar recolhendo-se aos *Poços* sem ter soffrido a menor perda. Tentou nova fortuna a 24 de fevereiro indo saltear a esquadra imperial na *Ponta do Indio,* a sessenta milhas de Buenos-Ayres, para onde fôra impellida por um violento pampeiro. Sendo rechassado mais esta vez, retirou-se como de costume emquanto Rodrigo Lobo, receando novos temporaes, se recolhia tranquillamente a Montevidéo. Observando que não era perseguido, dirigiu-se Brown á Colonia do Sacramento, onde intimou ao governador, Manuel Jorge Rodrigues, que se rendesse dentro de 24 horas. Tendo Rodrigues replicado que só havia de ceder á força, travou-se de parte a parte renhida peleja, da qual Brown se retirou depois de hora e meia com a perda, entre mortos e feridos, de uns cincoenta homens, e de uma corveta que, encalhando em uma restinga, se fez em pedaços. Salvaram-se os outros navios, porém não deixaram de soffrer bastantes avarias.

A 12 de março tornou Brown a apparecer na Colonia com doze navios e seis canhoneiras, penetrando intrepido pela barra da enseada e dando principio a outro combate furioso que durou tres horas. Vendo afinal que uma das suas corvetas estava sendo victima das chammas por incendio communicado ao paiol da polvora, e que tres canhoneiras, traspassadas de balas, estavam indo a pique, procurou salvação na fuga, e re-

colheu-se ao seu esconderijo habitual dos Poços. Comquanto não se confessasse vencido, perdeu quatro embarcações, e teve 48 mortos, 100 feridos, 28 prisioneiros. Os nossos lamentaram a ruina de muitas casas da povoação, o incendio do brigue *Real D. Pedro* e a perda de uns 80 soldados entre mortos e feridos. Comtudo, parte em consequencia das tormentas, parte pela qualidade dos navios, que, de grandes, não podiam chegar perto da costa, o bloqueio ficava sem effeito e muitas vezes interrompido. O unico resultado delle consistia na captura de algumas embarcações neutraes, que ou buscavam penetrar em Buenos-Ayres, ou eram suspeitas de o pretenderem, cousa que provocou as reclamações de varios agentes extrangeiros, entre os quaes se distinguiram o almirante francez Rosamel, que se achava em Montevidéo com alguns navios de sua nação, e o consul dos Estados-Unidos do Norte que se queixava da falta de liberdade para o seu commercio.

Sahindo mais uma vez dos Poços, rumou Brown para Montevidéo, onde estava a frota brasileira. Mandou na noite de 11 de abril quatro grandes lanchões dar abordagem a uma fragata que descobriu surta longe da terra e separada das outras embarcações. Uma lucta tremenda travada corpo a corpo, obrigou a gente de Brown a recolher-se para bordo de seus navios, que incontinenti abriram as velas e se retiraram da costa.

145) **A Lobo succede Rodrigo Pinto Guedes.** — Demittindo D. Pedro o vice-almirante Lobo, que, por não ter destruido a frota inimiga, teve de responder a um conselho de guerra, substituiu-lhe Rodrigo Pinto Guedes, futuro barão do Rio da Prata, que, partindo immediatamente para Montevidéo, já a 11 de julho entrára no exercicio do seu cargo. Como Pinto Guedes conhecesse a guerra só pela leitura de livros no descanço do gabinete, deixou-se a principio guiar pelo capitão de mar e guerra *João Pascoe Greenfell,* acertando deste modo nas providencias e mudanças verificadas a bordo dos navios, bem como no systema das operações

que cumpria iniciar. Dos quarenta vasos de guerra que tinha á sua disposição, formou tres divisões, collocando uma na foz do Rio da Prata ás ordens de Greenfell, que tomára o commando da fragata *Nitheroy;* outra, confiada ao capitão de mar e guerra Norton, que se embarcára na fragata *Imperatriz,* recebeu o encargo de vigiar as costas da Cisplatina e o centro do rio; a terceira, destinada ao bloqueio de Buenos-Ayres, reservou para si, levantando o seu pavilhão a bordo da fragata *Paraguassú.*

Longe, todavia, de se deixar encerrar nos Poços, tornou Brown a fazer-se de véla no dia 27 de julho. Tendo, ao sahir dos canaes, encontrado diversos navios brasileiros, soffreu taes estragos, que se entregou á fuga, perdendo nos canaes tres embarcações e muitos soldados. Os outros vasos foram egualmente muito damnificados, de sorte que exigiram concertos consideraveis. Temendo a esquadra brasileira os numerosos escolhos, preferiu não proseguir a victoria estacando na entrada dos canaes. Então, sob proposta de Brown, encommendou Rivadavia diversas embarcações no Chile, fixando a época em que ellas deveriam chegar ao porto da Patagonia na costa meridional da Republica.

Já por este tempo começavam a derramar-se pelos mares diversos corsarios cobertos com a bandeira da Confederação Argentina, mas quasi todos eram navios construidos em Baltimora e em Boston, tripulados com extrangeiros. Causavam damnos notaveis ao commercio brasileiro e achavam asylo na Patagonia, que, começando a receber moradores, improvisou uma povoação regular formada quasi exclusivamente de homens pertencentes a autras nações. Não tardaram a chegar a esse logar alguns navios do Chile, que, comprados pela Republica, foram armados em corsarios. Delles, tornou-se famosa uma embarcação que com o titulo de corveta e o nome *Chacabuco* espalhou o terror em toda a parte, praticando numerosas depredações pelas costas de Santa Catharina, de S. Paulo e do Rio, ousando até mostrar-se á barra da capital do im-

perio e capturar alli mesmo vasos de cabotagem e de longo curso. Não era possivel aos nossos navios pesados apanhar esses corsarios que tinham embarcações ligeiras tripuladas exclusivamente de inglezes e de americanos, homens affeitos á vida rude das ondas, affrontadores impetuosos da morte e piratas atrevidos.

146) **Guerra terrestre.** — Andava neste tempo frouxa a guerra na Cisplatina, cujo territorio era quasi totalmente occupado pelos insurgentes, ficando aos brasileiros apenas uma faixa de terra que da Colonia do Sacramento se extendia até Maldonado com Montevidéo no centro. Tinha até Lavalleja, cuja tropa já subia a sete ou oito mil homens, em setembro occupado de surpresa a villa de Maldonado, donde fôra repellido pelas guarnições da *Ponta de Léste* e da ilha de *Gorite,* que lhe fica proxima. O exercito brasileiro que se ia formando no Rio Grande do Sul, acampava parte em Bagé, parte em Sant'Anna do Livramento, nas fronteiras. Varias divisões de milicianos espalhavam-se por São Borja, Uruguayana e proximidades do Rio Quarahim. Dos diversos combates que sem resultado se déram pelas fronteiras, o mais notavel é o da barra do *Toro Paço,* perto do Quarahim, onde o coronel José Antonio Martins destroçou (outubro) os orientaes de modo, que mais de 120 delles ficaram mortos no campo.

Afim de imprimir maior actividade ás operações da guerra, substituiu a Republica neste tempo Carlos de Alvear a Lavalleja, que deu o bello exemplo de se resignar á mudança. Entrando Alvear no exercicio do seu posto em Durasno, levou o quartel-general para *Pueblito*, sobre o rio Negro, e logo depois para *Taquarem-bó-Guassú.*

Complicavam-se neste interim as relações do imperio com o governo de França e o dos Estados-Unidos em consequencia das presas effectuadas pela esquadra brasileira. Algumas dessas embarcações, capturadas no alto mar, eram apenas suspeitas; contra outras, todavia, militavam provas evidentes de desprezarem o blo-

queio. Em relação a estas, justificava-se plenamente o imperio, posto que, quanto ás outras, assistisse melhor direito aos queixosos. O diplomata francez, homem comedido e conciliador, tratou este negocio delicadamente; porém o americano, James Raguet, mostrou pretenções excessivas desde o dia da sua chegada, por lhe ter o governo recusado a dispensa dos direitos alfandegaes que elle reclamava como privilegio inherente ao seu cargo. Resultaram dahi graves difficuldades no exame das reclamações, porque Raguet empregava sempre expressões duras e insultuosas. A conclusão foi que o diplomata americano, recusando toda a especie de accommodação, pediu seus passaportes e se retirou em fevereiro de 1827. Enviou, porém, o imperador atrás delle José Silvestre Rebello incumbindo-o de acalmar o governo de Washington e restabelecer as relações diplomaticas entre os dois paizes.

147) **D. Pedro visita o Rio Grande, 1826.** — Sentimento profundissimo de magua e de desgosto manifestava publicamente o povo do Rio de Janeiro, já pelos prejuizos que os corsarios causavam ao commercio, já pela desacertada direcção da guerra, e tambem pela incapacidade provada e reconhecida dos chefes de mar e terra. Nem menor era o incommodo que soffria a população do interior em consequencia do recrutamento, que por ordem do governo se activava cada vez mais. Tomou, portanto, D. Pedro a resolução de visitar pessoalmente o theatro da guerra afim de ver com seus proprios olhos o estado do exercito e das fortificações. Bem que a imperatriz estivesse lidando com uma grave doença, o imperador a 24 de novembro de 1826 partiu a bordo da náu *D. Pedro* acompanhado por mais seis navios de guerra que levavam tropas e munições. Chegando, oito dias depois, a Santa Catharina, visitou todas as fortificações, os depositos militares e os quarteis dos soldados.

Tendo na madrugada do dia 4 de dezembro continuado a sua rota para o sul no meio de densos nevoeiros, velejaram quatro horas com vento favoravel

sem poderem avistar as terras vizinhas. Ao dissipar-se a cerração reconheceram com espanto que no meio dos vasos da esquadra navegava a famosa corveta *Chacabuco,* e o peior foi que ella soube escapar á caça que os nossos lhe déram. De passagem visitou o imperador as povoações do Rio Grande e de S. José do Norte, chegando pelos ultimos dias do anno de 1826 a Porto Alegre, onde chamou á sua presença quantos officiaes de primeira e de segunda linha lhe pareceram aproveitaveis para a guerra; recommendou-lhes fossem reunir-se ao exercito, e dirigiu aos cisplatinos uma proclamação convidando-os a preferirem os beneficios de um governo monarchico e livre ás calamidades da guerra.

Ia partir para o acampamento, quando a noticia do que estava acontecendo na capital do imperio, o obrigou a mudar de plano. Seguiu, pois, para o Rio, em cujo porto entrou a 15 de janeiro de 1827.

148) **Brilhante victoria de Jorge Brown no rio Uruguay.** — Concertou por este tempo o vice-almirante Pinto Guedes com o general Lécór enviar ás aguas do rio Uruguay uma divisão de dezeseis embarcações pequenas, confiando-as ao capitão de fragata Jacintho Roque de Senna Pereira, com o fim de cortar aos insurgentes as communicações, e de auxiliar o exercito que estava a partir do Rio Grande. Subiu esta esquadrilha sem a menor opposição até ás proximidades da barra do rio Negro; não se demorou, porém, em velejar no encalço della (fim de dezembro de 1826) com dezoito embarcações o vice-almirante Jorge Brown, que do arroio Gutieres enviou a Jacintho Roque um official intimando-lhe se rendesse dentro de tres horas. Não recebendo resposta dentro do prazo marcado, concluiu que o official fôra retido e que Jacintho Roque dispunha de forças superiores. Desceu, portanto, o rio até á ilha de Martim Garcia; levantou trincheiras, guarnecendo-as com suas tropas, na margem cisplatina ou esquerda; espalhou embarcações pelo canal do occidente, e elle mesmo com

os navios se collocou na ponta septentrional da ilha. Ponderando, no entretanto, Jacintho Roque que não estava seguro no rio Uruguay por não ser alli apoiado pelo resto da esquadra brasileira, e por andar naquellas aguas singrando a flotilha inimiga, buscou escapar ao vice-almirante da Republica retirando-se para o Rio da Prata. Estava já (8 de fevereiro de 1827) á vista da ilha de Martim Garcia, quando da terra rompeu contra elle um vivissimo fogo, correspondido de subito pela outra margem do rio. Tendo procurado recuar subindo de novo rio acima, e dando com os vasos inimigos, reconheceu que, achando-se no meio de fogos cruzados, não lhe ficava meio de salvação, a não ser o de um combate desesperado. A peleja que durou todo aquelle dia, recomeçou com dobrado furor no dia seguinte, quando tres embarcações brasileiras pereceram victimas das chammas; tres conseguiram fugir rio acima, rendendo-se as mais com o seu chefe ao vice-almirante Jorge Brown. Mais de sessenta dos nossos deixaram a vida naquellas aguas, ficando outros tantos feridos. Mostrou-se o governo de Buenos-Ayres tão satisfeito com esta victoria, que mandou cunhar medalhas de ouro em honra do vice-almirante, tirando-lhe tambem o retrato e declarando-o benemerito da patria.

149) **Barbacena e Alvear.** — Barbacena, que desde os fins de setembro do anno precedente fôra nomeado general em chefe do exercito em operações no Rio Grande do Sul, e que partira da côrte em principios de novembro, tomára, entretanto, posse do seu posto em Sant'Anna do Livramento no dia 1.º de janeiro de 1827.

Encontrou o exercito num estado incrivel de desleixo, de desmoralização e de desordem de toda a casta. Tratando sem demora de acudir ás maiores necessidades, não tardou em reconhecer que tudo lhe faltava: dinheiro, armas, fardamento, munições. No conselho dos officiaes, reunido a 11 de janeiro, resolveu de commum accôrdo mudar o acampamento para Bagé, ape-

sar de saber que o inimigo já se ia mostrando por aquellas alturas. Enviando, pois, para S. Gabriel os doentes, e as bagagens mais pesadas, iniciou a marcha no dia 13 atravessando o alto Canhanperú, passando pelo banhado de Ponche Verde, e indo, no arroio das Palmas, tributario do Camaquan, esperar o marechal Gustavo Braune que alli se lhe reuniu com dois mil homens trazidos da cidade do Rio Grande.

Entrára neste meio tempo Alvear em Bagé, e travára diversas escaramuças com as brigadas de Bento Manuel e de Bento Gonçalves. Chegando ao arroio das Palmas, não ousou aggredir o exercito imperial acampado em uma excellente posição, porque o terreno escabroso era improprio para as manobras da cavallaria, arma principal do seu exercito; logrou, todavia, simulando uma fuga e recorrendo a diversos outros artificios, fazer crer que se retirava por S. Gabriel afim de atravessar a fronteira e recolher-se para a Cisplatina. Não reflectindo Barbacena que um exercito invasor nunca vae em retirada, sinão depois de levar alguma grande derrota, e tambem por ignorar a verdadeira força do exercito republicano, entrou a perseguil-o marchando para S. Gabriel, onde foi informado de que Alvear estava tratando de atravessar o Ybicuhy no Passo do Rosario. Incumbiu, pois, a Bento Manuel de marchar com 1.200 homens para aquelle passo afim de impedir que o inimigo transpuzesse o rio e fugisse. Segundo o marquez, estava Bento Manuel encarregado de aggredir os argentinos pela retaguarda logo que ouvisse o estrondo da artilharia ou fuzilaria; elle, porém, affirmou constantemente ter recebido instrucções para não abandonar aquella paragem emquanto não lhe chegassem novas ordens. O certo é que elle não se moveu e não tomou parte no combate, cujos traços principaes passamos a relatar.

150) **Batalha de Ituzaingo, 20 de fevereiro de 27.** — Apresentou o exercito brasileiro em linha 5.567 homens e 12 boccas de fogo; o argentino, dez mil e 18 boccas de fogo. Além dos celebres caudilhos Lavalleja

e Manuel Oribe (Rivera já se retirára desde o anno precedente), militavam ás ordens de Alvear a flôr dos officiaes argentinos e alguns extrangeiros, entre os quaes se distinguia o coronel francez *Brandsen,* que, exilado da França, se acolhera a Buenos-Ayres e entrára para o exercito republicano. Obedeciam a Barbacena o marechal Gustavo Braune, os brigadeiros de primeira linha João Chrysostomo Calado e Sebastião Barreto Pereira Pinto; os coroneis Bento Manuel, Bento Gonçalves e José de Abreu, barão do Sêrro Largo. Dividiu Barbacena o exercito em duas columnas marchando ambas parallelamente, mas a grande distancia uma da outra. A esquerda ao mando do brigadeiro Calado; a direita, sob as ordens do brigadeiro Sebastião Barreto. Collocando-se elle no centro com o seu estado maior, ordenou que deante da columna de Calado avançassem 560 milicianos da cavallaria rio-grandense reunida ao exercito pelo barão do Sêrro Largo.

Em sua retirada astuciosa parára o exercito argentino no sitio denominado *Ituzaingo,* sobre o arroio do mesmo nome, mesquinho tributario do rio Santa Maria ou Ybicuhy Grande, e a uma legua da sua barra. Alvear conhecia perfeitamente todo o valle do Santa Maria nas proximidades do Ybicuhy, pois tinha elle residido, havia menos de 20 annos, por largo tempo na estancia do brigadeiro Antonio Pinto da Fontoura, situada do outro lado do rio, tendo muitas vezes percorrido os terrenos circumvizinhos nos frequentes passeios que dava. Alli postou a artilharia em cima dos outeiros, escondeu a infanteria pelos valles de tráz, e espalhou a cavallaria por entre as fragosidades dos montes.

Extendia-se para o norte uma vasta campina cortada por uma sanga (1) e coberta de relva tão elevada e robusta, que quasi sobrepujava a altura de um homem. Ao longe divisavam-se ainda outros outeiros, mais sol-

---

(1) **Sanga,** termo proprio do Rio Grande do Sul, é uma excavação funda produzida no terreno pelas chuvas ou por correntes subterraneas de agua, que, depois de terem minado as terras, as fazem esboroar.

tos, por entre os quaes devia chegar o exercito do imperio.

Descançou Alvear, durante tres dias, no sitio escolhido, á espera do inimigo. Ao romper da alvorada do dia 20 de fevereiro descortinou-se a grande distancia a força de cavallaria commandada pelo barão do Sêrro Largo, que atravessou a sanga antes que no fundo da planicie se avistassem as columnas de Barbacena. Mandou incontinenti Alvear que lhe sahisse ao encontro uma força consideravel de gaúchos, a dispersasse e perseguisse atirando-a sobre o exercito que por sem duvida vinha mais atrás. Executou-se a ordem com tal promptidão, que os rio-grandenses, aggredidos de repente, déram costas entregando-se a uma fuga precipitada. Vendo o brigadeiro Calado que estes fugitivos, cegos pelo susto, lhe podiam pôr em desordem a sua columna contra a qual se estavam arremessando, quer os reconhecesse, quer os julgasse inimigos, mandou que a infanteria formasse quadrados e repellisse com fogo o ataque. Esta resolução salvou a columna de Calado; della, todavia, resultaram perdas lamentaveis e até a morte do barão do Sêrro Largo, traspassado de balas brasileiras!

Sustentado o quadrado, e tomadas posições defensivas pelo brigadeiro Calado, alli começou a peleja contra as forças republicanas, que de mistura com os fugitivos appareceram e se foram engrossando.

Impelliu Barbacena contra o inimigo todas as suas forças confiando em ser soccorrido por Bento Manuel Ribeiro, que devia estar no *Passo do Rosario,* a menos de duas leguas de distancia.

A columna brasileira da direita que não havia soffrido o contratempo dos fugitivos, como a outra, manobrou com facilidade. A segunda brigada ligeira commandada por Bento Gonçalves, e apoiada em dois esquadrões da Bahia, contornou e escalou os outeiros afim de se apoderar da artilharia republicana que dalli causava muito damno. O regimento denominado *Lunarejo,* ás ordens do tenente-coronel José Rodrigues Barbosa, atravessou a sanga, e cahiu com tal impeto

sobre a infanteria inimiga, que a compelliu a retirar-se com muitas perdas. Mandou o marquez em auxilio do brigadeiro Calado todas as forças do centro e da retaguarda com o proprio marechal Braune á frente, posto que ferido de bala.

Os coroneis, Felippe Nery de Oliveira, José Leite Pacheco e Bento José Lamenha Lins, fizeram prodigios de valor. Em seguida a seis horas (1) de renhida e indecisa peleja, lembrou-se Lavalleja de lançar fogo á relva sêcca, e, como o vento soprasse rijo de léste para o oéste, as nuvens espessas que se levantaram, esconderam os combatentes e produziram intoleravel calor. Abatido por este novo transtorno, mandou Barbacena tocar á retirada, que se effectuou sem novidade e com ordem, indo os nossos pousar no Passo do Cacequey, donde nos dias seguintes passaram ao Vaccacahy e logo depois a S. Sepé, retirando-se mais tarde para o Passo de S. Lourenço, perto da Cachoeira, no Jacuhy. Obrigados pela falta de animaes para conduzir tudo, abandonaram no campo uma peça arrebentada e uma carreta imprestavel. Por seu lado Alvear, longe de perseguir o inimigo, retirou-se no dia 20 para as cochilhas, visitando mais uma vez o campo só dias depois: marchou em seguida para S. Gabriel, e indo em méados de abril estabelecer o seu quartel- general em Bagé, donde espalhou seus guerrilheiros para Jaguarão e para diversos outros logares da provincia.

Os republicanos sentiram a falta do general Brandsen e de uns 250 homens. Os nossos, além do barão do Sêrro Largo, perderam 223 homens, entre mortos e prisioneiros, sendo mais consideravel o numero dos extraviados e desertores. Perderam tambem a bagagem, que, tendo ficado atrás, foi desde o principio da lucta saqueada e roubada ou pelos inimigos, como diz Machado de Oliveira, ou pelos fugitivos do exercito impe-

(1) Diz Barbacena em uma carta que a batalha durou **seis horas**, porém affirma em outra que durou **onze horas**. Concilia-se esta contradicção apparente dizendo que seis horas foram de peleja cerrada: onze, si se calcularem os tiroteios que se prolongaram até á noite.

rial, como em suas cartas affirma o marquez de Barbacena (1).

O resultado da batalha, causou grande desanimo no exercito brasileiro, que se viu obrigado a retirar-se para o centro da provincia e conter-se entre os limites da defensiva; produziu de mais a mais uma desastrosa impressão moral em todo o imperio.

151) **Expedição desastrada á Patagonia, 1827.** — Desejoso o vice-almirante Pinto Guedes de acabar com os corsarios que se abrigavam principalmente sobre o rio Negro na Patagonia, mandou aprompptar duas corvetas (a *Duqueza de Goyaz* e a *Itaparica*) e dois brigues (o *Constancio* e o *Escudeiro*), entregando tudo ao capitão *Shepherd* (Chepperd), inglez empregado no serviço maritimo do imperio. Além da tripulação destes navios, recebeu Sheperd 400 praças de desembarque, e nos ultimos dias de fevereiro de 27 velejou de Montevidéo para a barra do rio Negro, que a 28 do referido mez avistou na altura de 41 gráus. A povoação de *Carmen* inaugurada (vide par. 145) depois de se começar a guerra, sobre a margem esquerda, a umas dez leguas da foz do rio Negro, era um ninho de piratas e de corsarios, occupada por mais de duas mil almas, defendida por um forte levantado estrategicamente, e por diversos navios, entre os quaes

(1) O desastre relativo ao barão do Sêrro Largo fez com que o brigadeiro Calado não pudesse "cooperar com a primeira divisão, onde a victoria duas vezes se declarou em nosso favor, mas aonde tambem tivemos a desgraça de ver fugir quasi todo o regimento 24.º.... fugiram tambem todos os lanceiros do Uruguay, todos os conductores, e grande numero de soldados de varios regimentos que haviamos recrutado na provincia. Todos estes homens fugiram no momento de começar o fogo, a maior parte delles para saquear nossas bagagens. No momento não pude acreditar similhante atrocidade, mas no segundo e terceiro dia tive as provas decisivas, não só pelas testemunhas que foram victimas, e se reuniram ao exercito, mas porque appareceram os despojos entre os nossos soldados. Os militares mais antigos e distinctos do paiz, ouvindo a minha surpresa, todos me asseguraram que este horroroso abuso se introduzira desde o combate de Catalau, e que todos estes guerrilhas, lanceiros, etc., só vinham ao campo com o sentido no saque."

"Os cinco batalhões de infanteria fizeram prodigios de valor, e a elles se deve salvar-se o exercito na retirada a despeito da perseguição do inimigo." Assim fala Barbacena. Vide no Inst. Hist. Bras. o vol. de 86, p. 2, pag. 459.

se contava a famosa corveta *Chacabuco*. Informados os moradores da visita que iam receber, concentraram deante da povoação suas forças dirigidas pelo coronel Byman.

Começavam, no entretanto, os revezes de Schepherd na barra do rio Negro batendo a *Duqueza de Goyaz* sobre rochedos á flôr d'agua e naufragando com a perda de umas sessenta praças. Lograram, todavia, os outros navios entrar pela barra dentro e fizeram calar o fogo de uma fortaleza que defendia a passagem. Encontrando, comtudo, grande resistencia na rapidez das aguas, resolveu Shepherd seguir por terra, desembarcando com a sua gente na margem esquerda do rio. Deixando, pois, á guarda dos tres navios setenta tripulantes, saltou á terra (6 de março) com seiscentas praças, e, como ao longo do rio tivesse de lidar com pantanos, matto espesso e alagadiços, tomou o caminho das terras altas, onde as difficuldades não foram menores. De cima de uma altura avistaram finalmente a povoação; mas alli foram logo apercebidos e atacados por forças frescas, ao passo que elles se achavam exhaustos em consequencia de uma viagem de seis horas.

Repelliram galhardamente o inimigo; porém, tendo ao pé da povoação perdido o seu commandante, Sheperd, que cahiu morto de bala, deitaram a fugir em busca dos navios, e, sendo acossados pelo inimigo, pereceram em grande numero. Apoderaram-se no mesmo tempo os republicanos das tres embarcações, aprisionando toda a gente de bordo. Dos setecentos homens, entre soldados e marinheiros, de que constava a expedição, apenas 244 salvaram a vida cahindo prisioneiros. Os outros pereceram todos no combate, na fuga e no abandono, porque os feridos foram deixados no meio dos bosques e dos penedos. Separou então o inimigo os 124 inglezes, tratando-os com brandura, e seduzindo-os com promessas generosas para que acceitassem o serviço da Republica. Aos 120 brasileiros trataram-nos com extremo rigor. Arvoraram sem demora a bandeira da Republica nos tres navios captura-

dos, incorporando-os aos carsarios, pelos quaes distribuiram os prisioneiros inglezes considerando-os como seus empregados.

Passaram os brasileiros para o porão de um brigue chamado *Sant'Anna,* que estava a sahir da Patagonia com destino á barra do *Salado,* quasi na bocca meridional do Rio da Prata, donde os presos deviam seguir por terra até Buenos-Ayres. Havendo, todavia, o brigue encalhado antes de deixar o rio Negro, os prisioneiros foram mandados á terra com o intuito de alliviar e suspender o navio. Alli elles concertaram entre si o que haviam de fazer. Estavamos no mez de julho. Tornando a embarcar, apoderaram-se, durante a noite, da tripulação, picaram as amarras e sahiram barra fóra antes que os outros navios pudessem acudir. Bem que perseguidos no dia seguinte, lograram chegar a Montevidéo sãos e salvos levando a nova deste enorme desastre.

152) **Derrota de Brown.** — A noticia deste grande revez mareou altamente a alegria que causára uma pequena victoria ganha pelo capitão *Norton* a 9 de abril sobre o vice-almirante Brown. Informado Norton, o commandante da estação do centro, de que Brown sahira dos Poços, dirigindo-se para a ilha de Martim Garcia, apressou-se em procural-o e não tardou em descobril-o perto das boccas do Paraná, onde em meia hora de peleja lhe queimou uma corveta, lhe mandou outra a pique, maltratou-lhe os outros navios, ferindo em uma perna a elle mesmo, que com muito custo logrou fugir para a barra do Paraná. Além das duas mencionadas corvetas, perdeu Brown nesta refrega dois brigues, que, encalhando, se despedaçaram, perecendo umas 150 praças de suas tripulações respectivas.

153) **Primeiras negociações de paz.** — Nomeado plenipotenciario da Inglaterra perante o governo das Provincias-Unidas do Prata, chegou lord *Ponsomby* ao Rio de Janeiro com instrucções para promover pa-

zes entre o imperio e Buenos-Ayres. Mostrou-se D. Pedro propenso á paz acceitando condições equitativas e razoaveis, mas accrescentou que nunca desistiria da posse da Cisplatina, por formar ella uma parte notavel do imperio, cuja integridade jurára defender a todo o transe. Em Buenos-Ayres deu o diplomata inglez identicos conselhos ao governo da Republica, que a principio lhe resistiu. Circumstancias internas, todavia, levaram o presidente Bernardim Rivadavia a mostrar-se mais conciliante, pois os indios da Patagonia estavam invadindo as provincias, e o enthusiasmo do povo contra o Brasil já se arrefecera em grande parte. Determinou, portanto, Rivadavia enviar ao Rio de Janeiro um plenipotenciario, munido de todos os poderes para tratar com o governo do imperio, e obter ou a annexação a Buenos-Ayres ou a independencia da Banda Oriental.

O agente escolhido foi o proprio ministro de Rivadavia, Manuel José Garcia. Apresentado em principios de 1827 ao governo brasileiro pelo embaixador inglez, Roberto Gordon, não tardou em reconhecer que o Brasil não cederia a Cisplatina. Exigiu então que o gabinete de S. Christovam se compromettesse a tratar aquelle territorio no mesmo pé de egualdade que as demais provincias do Brasil, e a amnistiar sem excepção todos os orientaes que se tinham envolvido, por actos ou por palavras, directa ou indirectamente, nos movimentos destinados a separar do imperio aquelle paiz. Obrigou-se a Republica a retirar da Cisplatina, em um prazo fixado, as forças militares que alli conservava, e a não prestar mais nenhum soccorro de qualquer natureza aos orientaes levantados que se não prestassem a depor as armas submettendo-se ao governo brasileiro. Dispensando-se ambos os contractantes de indemnizações e reclamações, que se consideravam mutuamente compensadas, afiançava um ao outro paz permanente, amizade sincera e liberdade de commercio.

Assignado neste sentido o pacto a 24 de maio de 1827, regressou Garcia para Buenos-Ayres a dar conta

da sua missão. Ao desembarcar na capital, onde já correra o boato deste convenio, foi insultado nas ruas pelo povo, que dias depois lhe apedrejou a casa, proclamando-o traidor e constrangendo-o a buscar um asylo fóra da cidade. Tendo a publicação official do convenio produzido uma verdadeira revolta do povo, Rivadavia declarou que Garcia excedera as suas instrucções, e elle por isso não ratificava o tratado. Como, porém, Garcia se justificasse publicando um folheto em sua defesa, Rivadavia renunciou o seu cargo ao congresso que convocou, e que deu a presidencia da Republica ao dr. Vicente Lopez. Retirando-se da politica e passando pouco depois ao Rio de Janeiro, definhou Rivadavia na miseria, longe da patria, emquanto viveu.

Substituindo o brigadeiro Lavalle ao general Dorrego, successor de Alvear, ordenou Vivente Lopez ao exercito que, abandonando as fronteiras e expellindo os brasileiros de Maldonado, de Montevidéo e da colonia do Sacramneto, se puzesse em communicação mais proxima com Buenos-Ayres. Tornou-se dentro em breve notavelmente interessante o estado da guerra; pois Lécór, apesar dos reforços que D. Pedro lhe remetteu com ordem de sahir a campo e tomar de novo a offensiva, continuou no seu estylo de excessiva prudencia, e até suspendeu do seu cargo e enviou preso para o Rio de Janeiro o marechal Gustavo Braune, porque lhe aconselhava o contrario promettendo-lhe victorias certas. Fructuoso Rivera, posto que condemnado e perseguido por seus proprios compatriotas, conquistou o territorio das Sete Missões, expulsando delle as milicias rio-grandenses, e fundou um arraial ou villa chamada *Bella União*. Oribe e Lavalleja, desannexados do exercito da Republica, occuparam a linha das fronteiras desde o Jaguarão até Bagé e Livramento. Lavalle apertava os brasileiros recolhidos na Colonia do Sacramento e em Montevidéo, emquanto a esquadra imperial continuava a bloquear Buenos-Ayres, e os corsarios perseguiam os navios brasileiros, cujo commercio padecia prejuizos incalculaveis.

154) **Convenção preliminar de paz, 27 de agosto de 1828.** — Esta situação, precaria para ambos os paizes, fizera com que a paz fosse já o desejo commum de todos, tanto mais que no Prata ia dominando o elemento federalista. Ao presidente Lopez succedera o general Dorrego, conhecido por suas idéas oppostas ao partido unitario (vide par. 143), e o congresso passára a funccionar na cidade de Santa Fé. Annuindo, portanto, Dorrego aos conselhos de lord Ponsomby, enviou ao Rio de Janeiro os generaes Belcarce e Thomaz Guido (julho de 1828), que, apoiados pelo diplomata inglez acreditado na côrte, trataram da paz com o governo imperial. Recusando o Brasil abandonar a Banda Oriental que as Provincias Unidas reclamavam como provincia sua, propoz o mediador que aquelle territorio fosse declarado independente de ambos os paizes, autorizando-o a constituir um estado autonomo começando por nomear um chefe provisorio emquanto uma assembléa de deputados não determinasse a fórma de governo que lhe aprouvesse. Tendo afinal concordado todos nesta proposta, estipularam que, tanto o imperio como a republica, retirariam suas tropas, deixando livre o paiz com a condição de apoiarem o governo legal que alli se estabelecesse dentro de cinco annos. Assentou-se tambem no esquecimento perpetuo e completo das offensas politicas, na troca dos prisioneiros de guerra e na liberdade inteira da navegação do Rio da Prata para ambos os contractantes. Assignado a 27 de agosto de 1828 sob a garantia da Inglaterra, esse pacto poz termo a uma lucta que ao Brasil custara cêrca de cincoenta mil contos de réis e a perda de uns oito mil soldados.

Livres dos extrangeiros reuniram os orientaes um congresso que nomeou o general Rondeau por seu governador interino, e decretou uma constituição politica dando ao estado livre o nome de *Uruguay*.

Acolhido com enthusiasmo em Buenos-Ayres, não se demorou o exercito da Republica em contribuir para derrubar Dorrego e elevar Lavalle ao supremo poder,

dando deste modo origem a uma nova guerra civil que, começando pelo assassinato de Dorrego e de Lavalle, terminou iniciando a tyrannia de João Manuel Rosas.

## VI

## Negocios de Portugal

155) **Morte de D. João VI.** — Cumpre-nos agora volver um pouco atrás para occupar-nos dos negocios de Portugal, que tanta influencia exerceram sobre os destinos do Brasil, e que nós tinhamos até agora deixado de parte para apresentarmos unida toda a historia da Banda Oriental. Acabava D. Pedro de regressar da Bahia, quando um navio mercante do Porto (foi o brigue *Providencia* que chegou a 24 de abril) trouxe a noticia de ter a 10 de março de 26 fallecido D. João VI na capital do reino,, noticia esta que não tardou em ser confirmada por uma embarcação que vinha directamente de Lisboa, e que trazia gazetas com pormenores do lamentavel acontecimento.

Posto que tivesse recebido do governo britannico uma promessa vaga de sustentar os direitos de D. Pedro ao throno de Portugal, como principe real e herdeiro presumptivo da coroa portugueza, preoccupava-se sempre D. João com lugubres apprehensões no tocante á sorte do seu povo. Sentindo afinal proxima a morte, nomeou uma regencia e lhe transmittiu todos os poderes para governar o reino emquanto se conservasse ausente o herdeiro presumptivo. Essa regencia que, para satisfazer os desejos do velho rei moribundo, entrou immediatamente no exercicio de suas funcções, constava da infanta Dona Isabel Maria em qualidade de presidente; do cardeal patriarcha, do conde dos Arcos, do duque de Cadaval e do marquez de Valada. Cumpriu a regencia as ordens do finado monarcha, reconhecendo D. Pedro com o titulo de IV como rei de Portugal e dos Algarves, ordenando que dahi por deante se ad-

ministrasse o reino em nome delle e enviando ao Rio de Janeiro uma deputação de tres varões.

Formaram-se neste tempo em Portugal tres partidos, o de D. Miguel, o de D. Pedro, o dos constitucionaes ou liberaes. Estes permaneciam por emquanto como simples espectadores neutraes: aquelles eram todos absolutistas. A alma do partido de D. Miguel era a velha rainha D. Carlota, que nem se reconciliára com o rei, nem lhe fizera uma visita que servisse, ao menos, para salvar as apparencias e conveniencias publicas. Para excluir D. Pedro apoiavam-se os miguelistas em um texto das côrtes de Lamego de 1385, no que fôra determinado em 1641 e no facto de se ter D. Pedro tornado extrangeiro collocando-se á frente de subditos rebeldes a Portugal, que crearam uma nação nova, cuja coroa elle cingira. Perdera deste modo a qualidade de portuguez e muito mais a de herdeiro do throno de Portugal. Respondiam os pedristas ser apocrypho o texto das côrtes de Lamego e não passar de uma consulta o das côrtes de 1641, que nunca se convertera em lei. Em todo o caso não se podia applicar ás circumstancias actuaes, porque D. Pedro não se havia desnaturalizado. Accrescentavam os liberaes que, postas de parte as disposições anteriores, só se devia attender ao principio de que ao povo pertence nomear seus reis de conformidade com os interesses da nação.

Emquanto deste modo lavrava entre os portuguezes uma lastimosa scisão que mais cêdo ou mais tarde devia arrastal-os ao campo da batalha, ponderava D. Pedro no Rio de Janeiro o que lhe convinha fazer; ouvia o seu conselho e o inglez sir Carlos Stuart. Resolveu finalmente por decretos successivos de 25, 27, 29, 30 de abril e 1.º de maio de 26 conceder, como rei de Portugal e assignando-se Pedro IV, uma amnistia geral a todos os delinquentes politicos vedando lembrar passadas discordias; outorgar ao reino uma carta constitucional vasada na constituição brasileira; nomear para formar a camara dos pares portuguezes muitos fidalgos, titulares, e officiaes superiores da Egreja; confirmar sua irman D. Isabel Maria no cargo de re-

gente do reino, e abdicar a coroa portugueza em sua filha D. Maria da Gloria com a condição de ella se casar com D. Miguel que deveria prestar juramento á carta constitucional do reino. Guardava D. Pedro para si e para a sua successão unicamente o imperio do Brasil. Cuidava poder deste modo conciliar todos os partidos e os varios interessess da sua familia; os factos, todavia, mostraram que se enganava.

Como por este tempo tivesse de retirar-se para a Europa o embaixador inglez sir Carlos Stuart, confiou-lhe D. Pedro os decretos que assignára como rei de Portugal, incumbindo-o de os entregar em Lisboa á sua irman, a infanta D. Isabel Maria. Escreveu outrosim a D. Miguel pedindo-lhe annuisse de boa vontade ás suas resoluções, e viesse para o Rio de Janeiro logo que em qualquer porto europeu por elle escolhido surgisse a náu D. João VI que punha á sua disposição.

156) **D. Miguel contrae esponsaes com D. Maria da Gloria.** — Mal recebera D. Miguel em Vienna da Austria a triste nova da morte de seu pae, quando enviou á sua irman D. Isabel Maria uma sentidissima carta de pesames declarando-se submisso á regencia della, e o primeiro a respeitar os direitos de D. Pedro ao throno de seus antepassados (12 de maio de 26). Dirigiu-se egualmente ao imperador do Brasil para exprimir-lhe identicos sentimentos, solicitar-lhe as ordens como a soberano, e beijar-lhe a mão como a rei de Portugal e dos Algarves.

Luctava a regente com uma situação difficil no meio de diversos partidos. Appareceu, porém, nesse interim á barra do Tejo a corveta ingleza *Loyalty* (6 de julho), em cujo bordo vinha Carlos Stuart, que, sem manifestar em Lisboa a pessoa alguma as noticias de que era portador, seguiu incontinenti para Caldas da Rainha, onde actualmente residia a infanta regente. Reunindo alli D. Isabel todos os membros da regencia, communicou-lhes as ordens e recommendações de D. Pedro. Enxergando na carta constitucional um presente funesto, e o germen das maiores calamidades pa-

ra o reino, opinaram contra o seu cumprimento o patriarcha e o duque de Cadaval. O conde dos Arcos, pelo contrario, e o marquez de Vallada declararam que acceitavam aquella carta como um beneficio para o paiz, e uma prova incontestavel do animo liberal de D. Pedro.

Sob o influxo e a persuasão de Carlos Stuart, resolveu-se a regente, depois de longas hesitações, a acceitar o parecer do marquez e do conde ordenando a 12 de julho que se publicassem os decretos de seu irmão, e fosse a carta constitucional jurada em todos os tribunaes e repartições publicas. Explicou no mesmo tempo o seu proceder em um manifesto aos portuguezes pedindo-lhes obediencia ás resoluções de D. Pedro IV que desejava tornal-os felizes. Jurou ella em primeiro logar a carta constitucional, e, em virtude do decreto de D. Pedro, tomou nova posse da regencia, á qual, por emquanto, ninguem ousou fazer opposição. Aconselhada sempre por sir Carlos Stuart, que se apresentava como orgam do imperador, buscou a infanta entender-se com os liberaes mais moderados afim de formar um ministerio capaz de dar execução ao novo regime, mandando egualmente proceder á eleição de deputados ás côrtes. Produziram estes actos grande transformação nos partidos politicos de Portugal, applaudindo os liberaes com enthusiasmo o governo, e afastando-se delle os absolutistas, que se reuniram em derredor da rainha D. Carlota Joaquina. Rehabilitando o uso da imprensa, deu o governo da carta nascimento a periodicos livres que agitaram os espiritos para a lucta propria do regime representativo. Sob differentes nomes appareceram, como por encanto, numerosas associações politicas, litterarias, scientificas. Não estava, todavia, ociosa a rainha D. Carlota, que, apoiada por Fernando VII da Hespanha, ordenou aos seus escolhessem as fronteiras para theatro das primeiras façanhas. A maior parte da velha nobreza e do clero seguiam as ordens da rainha e trabalhavam para elevar ao throno o infante D. Miguel.

Numerosos militares das mais altas patenets promettiam cooperação decidida e robusta. Não tardaram em apparecer pelo Alémtejo e na provincia de Trás-os-Montes, sublevações do povo e da tropa acclamando D. Miguel rei absoluto de Portugal e dos Algarves. Conservando-se elle, todavia, tranquillo em Vienna, declarava neste interim ao diplomata brasileiro e ao portuguez que se sujeitava com o maior jubilo ás ordens do imperador, estando prompto a jurar a constitução e a contrahir esponsaes com a sua sobrinha D. Maria da Gloria. Prestou de facto e assignou o seu juramento na presença dos magnatas da côrte austriaca reunidos na legação portugueza, e pouco depois, nesse mesmo dia 4 de outubro, tendo chegado as dispensas do parentesco concedidas pelo Summo Pontifice, procedeu á solemnidade dos esponsaes, em que serviram de testemunhas o archiduque, diversos parentes de Francisco I, o principe de Metternich, o diplomata brasileiro e o ministro portuguez residente em Vienna. Era este ultimo representante e procurador autorizado de D. Maria II.

Obteve em seguida D. Miguel por meio do imperador da Austria ser dispensado da sua viagem ao Rio de Janeiro, porque preferia residir em Vienna emquanto a rainha não attingisse a edade propria de se unir com elle em matrimonio e de tomar as redeas do governo.

157) **Inglezes e absolutistas em Portugal.** — Como a maioria da camara que neste entretanto se formou em Portugal, constasse dos revolucionarios de 1820, os absolutistas trataram de organizar uma insurreição regular e sériamente ameaçadora. O marquez de Chaves occupou Bragança, Vizeu, Chaves e Lamego, installando nesta ultima localidade uma regencia em nome de D. Miguel I, rei de Portugal e dos Algarves, e convidando os povos a pegar em armas para salvar o paiz e a religião que os pedreiros livres tentavam arrastar ao abysmo. Tendo Fernando VII enviado diversos terços de castelhanos para a fronteira, e tendo buscado

pretextos para transpor a raia dos dois reinos, a regente reclamou o apoio da Inglaterra, visto ser Portugal ameaçado de uma invasão extrangeira. Declarou, portanto, Jorge Canning á Hespanha que a Inglaterra em cumprimento de seus pactos não havia de assistir impassivel a qualquer acto de hostilidade ou de violação do territorio portuguez. Compromettendo-se então o governo castelhano a manter escrupulosa neutralidade nas luctas civis existentes em Portugal, vedou nas fronteiras qualquer ajuntamento de portuguezes armados e qualquer deposito de petrechos bellicos. Não satisfeito com isto Jorge Canning, enviou a Lisboa uma divisão de umas seis mil praças ás ordens do general Guilherme Clinton, com promessas de augmentar os soccorros quando de maiores o governo portuguez precisasse, porém sob a condição de serem empregados unicamente contra inimigos extranhos e em guarnecer cidades e fortalezas.

Assignaram (2 de dezembro de 26) o ministro britannico e o diplomata portuguez uma convenção fixando os direitos e as obrigações reciprocas dos dois paizes contractantes emquanto as tropas inglezas permanecessem em Portugal.

158) **D. Miguel é por D. Pedro nomeado regente do reino.** — Chegando a Portugal a divisão ingleza, custou pouco á regente abafar e sopitar por meio do seu general Villaflôr todas as revoltas dos absolutistas. Como, todavia, a camara dos pares não concordasse com a dos deputados, e como a regente se queixasse muito da sua posição, resolveu D. Pedro conferir a D. Miguel o titulo de seu logar-tenente em Portugal e regente do reino (3 de julho de 1827) emquanto a rainha não chegasse á edade competente para se unir com elle em matrimonio e para governar pessoalmente. Communicou ás côrtes da Inglaterra e da Austria esta resolução, que em Portugal produziu sustos e desanimo nos constitucionaes, alvoroço e contentamento nos absolutistas, scisão entre os liberaes, de sorte que logo se tratou de despedir as tropas inglezas. D. Miguel em Vienna assi-

gnou na legação portugueza um manifesto em que jurava lealdade á rainha, sua consorte, e á carta constitucional. Escrevia no mesmo tempo a D. Pedro cartas em que abundavam os sentimentos de gratidão e as promessas de inalteravel lealdade.

Partiu afinal de Vienna, visitou Pariz, passou por Londres, embarcou (6 de fevereiro de 1828) em Plymouth e surgiu á barra do Tejo (22 de fevereiro) com grande satisfacção do povo miudo e com egual susto dos liberaes. Dirigiu-se aos paços, e, a pedido das côrtes, que estavam funccionando, renovou (26 de fevereiro) perante ellas o seu juramento á carta constitucional e á rainha D. Maria II. O susto, todavia, a desconfiança e as apprehensões logo redobraram de intensidade e força por ter D. Miguel demittido o ministerio e organizado outro, composto de homens conhecidos como francamente absolutistas, e por ter a tres de maio decretado a dissolução da camara dos deputados, medida esta que deu causa a uma grande emigração de liberaes para a França, a Inglaterra e o Brasil.

159) **D. Miguel é acclamado rei absoluto.** — Tendo a municipalidade de Lisboa (maio de 1828) pedido a D. Miguel condemnasse os actos de D. Pedro como nullos, e assumisse a autoridade de monarcha absoluto, replicou o infante que aos tres estados do reino competia decidir quem fosse o rei legitimo de Portugal. Convocou, pois, as côrtes segundo o estylo antigo para o dia 23 de julho. Protestaram incontinenti contra este decreto os diplomatas da França, da Inglaterra, do Brasil e da Austria. Reunindo-se no mesmo tempo os liberaes na cidade do Porto, acclamaram (17 de maio) uma Junta governativa em nome de D. Maria II, e enviaram contra Lisboa uma força de quatro mil soldados ás ordens do brigadeiro Saraiva da Cunha. Mandou D. Miguel contra o Porto uma esquadrilha, e um exercito, á cuja frente estava Alvaro Xavier de Povoas, que encontrou aquella cidade já desoccupada; porém, acossando os liberaes que fugiam na direcção do norte, logrou ferir-lhes e matar-lhes cerca de duzen-

tas praças, prender trezentos homens, e tirar-lhes toda a artilharia.

Sendo então geralmente acceito o governo de D. Miguel em todo o reino, reuniu-se com grande pompa no palacio da Ajuda a assembléa dos tres estados, a qual a 25 de julho decretou que o rei legitimo de Portugal era D. Miguel, sendo nullos, porque impostos, os juramentos até então prestados por elle; e sem valor os actos de Pedro IV, que já se tinha desnaturalizado rebellando o Brasil e acceitando uma coroa extrangeira. Pediram em seguida os tres estados a D. Miguel procurasse contrahir enlace matrimonial com alguma princeza européa. Com a unica excepção do americano, retiraram-se então de Lisboa todos os embaixadores acreditados em Portugal. Em logar de conceder um perdão geral, que lhe grangearia sympathias e adherentes, inaugurou agora D. Miguel uma notavel perseguição contra os liberaes, e não se demorou em submetter a ilha da Madeira para onde enviou uma esquadrilha, que dentro em breve subjugou tambem os Açores, menos a ilha Terceira, que resistiu valentemente a todos os assaltos.

## VII

## Novos erros e ruina do primeiro imperador

160) **Fallecimento da imperatriz Dona Leopoldina, 11 de dezembro de 1826.** — Durante a ausencia do imperador na viagem que fez ao Rio Grande do Sul (vide par. 147) a imperatriz enfermou e morreu. "Das noticias cautelosas, diz John Armitage á pag. 176, que então se publicaram a respeito deste triste acontecimento, nenhuma informação exacta se poude colher; mas infelizmente para o credito de D. Pedro, a verdade é hoje muito conhecida. Antes da sua partida tivera elle uma entrevista com a imperatriz, de que alguma altercação resultou: a sua união desde muito tempo era infeliz. Toda a preponderancia que deveria pertencer á imperatriz, passára para a marqueza de Santos; e tal era a paixão de D. Pedro por esta senhora, que por uma carta imperial havia reconhecido como sua filha

uma menina que ella déra á luz em 1825, conferindo-lhe o titulo de duqueza de Goyaz. A sua conducta para com a imperatriz era a mais dura; assevera-se até que lhe déra pancadas na precipitada altercação. Talvez haja nisto exaggeração; mas, o que é certo, é que a desgraçada imperatriz, que se achava nessa occasião muito adeantada na sua gravidez, foi conduzida logo do logar da entrevista para o leito de dôr, e só se ergueu para uma curta e penosa peregrinação á egreja da Gloria, onde se faziam debalde preces para a sua melhora. Depois de uma dolorosa enfermidade, os soffrimentos de S. M. terminaram com a morte em onze de dezembro de 1826."

"E' penoso, mesmo para um extrangeiro, o conhecer que os seus ultimos momentos foram amargurados por um insulto, que poderia muito bem ter-lhe sido poupado. Nas agonias da febre que precedera a morte, a marqueza de Santos teve o cruel arrôjo de apresentar-se para ser admittida á camara da enferma. Esta exigencia produziu naturalmente alguma confusão na antecamara, sobre a qual S. Ma. se quiz informar. Até então havia ella supportado o máu tratamento de D. Pedro com a mais exemplar submissão, mas esse ultimo insulto fez reviver no peito da imperatriz a nobre dignidade da casa de Austria, e recusou em termos decisivos e explicitos receber a intentada visita. Enraivecida por esta denegação a marqueza tentou dirigir-se á camara da augusta doente, e tel-o-ia conseguido a não ser a interposição pessoal do marquez de Paranaguá, ministro da marinha, que se postou á porta e lhe disse: "Tenha paciencia, senhora marqueza, vossa excellencia não póde entrar". Retirou-se, portanto, a marqueza ameaçando vingar-se de todo o ministerio, o que com effeito executou em parte, pouco tempo depois. Ainda antes de fallecer a imperatriz, já a marqueza havia escripto a D. Pedro queixando-se do máu tratamento que encontrou no paço."

"Durante a enfermidade de S. M. os jornaes publicavam com tediosa minuciosidade todos os symptomas que apresentava; dizia-se que isto tinha por objecto

afastar quaesquer suspeitas de propinação de veneno. Quando finalmente se extinguiu a vida, fizeram-se todos os preparativos segundo as etiquetas da côrte para o solemne beija-mão que deveria ter logar no dia seguinte. Como verdadeiros cortezãos, as creaturas da fortuna de D. Pedro evitavam quanto lhes era possivel a presença da imperatriz; á excepção de alguns fieis creados que a haviam acompanhado da Allemanha, e que se achavam ligados a ella por outros vinculos independentes do interesse, nenhum se prestava a confortal-a nas suas horas de solidão. Comtudo logo que a imperatriz se tornou insensivel ás suas attenções, apresentavam-se circumdando o augusto cadaver; aquelles mesmos que a haviam tratado com frieza e insulto emquanto vivera, curvavam-se agora com baixa adulação perante estas cinzas; e, durante algumas semanas, as columnas do *Diario Fluminense* se encheram de elegias, monodias, e enfadonhas e exaggeradas narrações da pompa e do cerimonial que se executara nas exequias funebres. Depois de ter sido exposta em estado por tres dias, seus despojos mortaes foram depositados no convento de N.ª S.ª da Ajuda, e a terra veiu cobrir a filha dos Cesares, a irman da esposa de Napoleão."

"De um genio amavel, porém destituida de attractivos pessoaes, nunca teve a felicidade de ganhar as affeições de D. Pedro; accrescendo a isto que, antes da sua chegada, havia-se este ligado a uma pessoa, de quem D. João o separára violentamente. E' talvez a esta circumstancia que se póde attribuir a causa da negligencia e mesmo da crueldade com que D. Pedro tratava sua desgraçada esposa. Si ella tivesse preponderado mais em seu animo, melhor teria sido, tanto para elle como para o Brasil; porquanto eram suas vistas muitas vezes varonis, e gosava de consideravel popularidade, o que ao depois se evidenciou pelo pagamento de suas dividas, que subiam a oitenta contos de réis, pelo cofre da nação, ordenado pela assembléa legislativa".

Achava-se ainda D. Pedro na capital do Rio Grande (vide par. 147) "quando, continúa Armitage á

pag. 179, lhe foram entregues as cartas da marqueza de Santos, queixando-se do tratamento que com ella havia tido o ministerio. Foi tal a sensação que lhe causou o contexto destas cartas, que se resolveu immediatamente a regressar ao Rio. A sua projectada visita ao theatro da guerra, o enthusiasmo que deveria causar a sua presença ás fileiras do exercito, o terror que dahi se esperava nas do inimigo: tudo foi esquecido. Tendo apaziguado as rivalidades que existiam entre os seus principaes officiaes e depois de nomear o marquez de Barbacena para o commando do exercito, fizeram-se os preparativos para o seu regresso, *e antes de receber a noticia da morte da imperatriz, estava já prompto a fazer-se de vela para o Rio* (este grypho é nosso). Chegou a 15 de janeiro de 1827, e conforme a etiqueta da côrte, o ministerio foi a bordo cumprimentar S. M. pela sua chegada; a sua recepção, excepto para o ministro da guerra, foi com tão estudada indignidade, que déram todos a sua demissão."

Preferimos copiar todo este trecho do autor inglez, porque elle refere estes factos de um modo muito melhor do que nós o poderiamos fazer. Observamos tão sómente ser inexacto o que o autor affirma a respeito de Barbacena, cuja nomeação é bastante anterior á ida de D. Pedro para o sul, conforme apontámos no principio do par. 149.

161) **Alistamento de extrangeiros.** — Comquanto diversos deputados tivessem na camara erguido a voz contra a introducção de extrangeiros no exercito, entendeu D. Pedro que agradaria ao povo, si lhe alliviasse o peso do recrutamento procurando soldados mercenarios. Incumbiu, portanto, ao coronel inglez *Cotter* de partir incontinenti para a Irlanda e a Allemanha a buscar colonos, esperando que depois os poderia, por meio de premios elevados e promessas lisonjeiras, induzir a acceitar o serviço militar (1827). Infelizmente os conselheiros e ministros do imperador não se achavam na altura das circumstancias, ou não ousaram manifestar-lhe a impropriedade desta medida. O nego-

ciador, por seu lado, excedendo as suas instrucções, effectuou uma escolha desastrada de irlandezes e de allemães. Comprommettera-se, em nome do governo brasileiro, a pagar a passagem e salarios de um shilling diario a cada um desde a data do contracto; a fornecer-lhes alimentos e vestuario por um certo prazo; a conceder gratuitamente quarenta geiras de terra a quantos servissem no exercito brasileiro durante cinco annos, e facultar a todos o direito de voltarem ao seu paiz quando não quizessem por mais tempo permanecer no Brasil. Exigira-se dos colonos que pelo espaço de quatro horas do dia apprendessem o exercicio das armas afiançando-lhes prosperidades immediatas.

A primeira impressão, ao desembarcarem, foi horrivel de parte a parte. Eram uns tres mil colonos, a maior parte solteiros, mal vestidos, descalços, macilentos, feios, manifestando extrema miseria e prostrações physicas. As massas infimas da Sociedade apupavam esses infelizes, como hordas de bandidos, emquanto do caes passavam para os quarteis, onde o governo os recebeu por não ter feito com antecedencia os preparativos convenientes. Desgostosos, portanto, estes colonos por não acharem as felicidades que esperavam, começaram a clamar que os reconduzissem para a sua terra natal. Fez o governo com que as familias se recolhessem á Praia Vermelha, e de lá seguissem quanto antes para o interior, onde quer que apparecessem terras devolutas destinadas á colonização. Aos solteiros propoz o serviço militar, offerecendo-lhes premios adeantados. Recusaram a principio esse serviço, cedendo apenas quando viram não haver outro remedio para os seus males.

Levantou-se um brado geral de indignação que echoou em todo o imperio e fóra delle, contra semelhante systema de contractar colonos. O coronel Cotter desmoralizara, diziam, a colonização que ainda pretendesse dirigir-se para o Brasil. O governo, por seu lado, compellindo esses infelizes a assentar praça, concorrera poderosamente para augmentar a indignação delles,

que mandaram publicar na Europa repetidas e amargas queixas pintando o Brasil como um paiz selvagem.

162) **Revolta de tropas extrangeiras, 9 de junho de 28.** — Dos extrangeiros contractados para o serviço militar, alguns tinham seguido para o Rio Grande do Sul; outros, em numero de umas duas mil praças estavam ainda na capital, formando tres batalhões, um de irlandezes, dois de allemães, aquartelados no Campo de Sant'Anna, no Campo de S. Christovam e na Praia Vermelha. Havia longo tempo que se mostravam descontentes e queixosos tanto do governo como da sua propria situação, e a disciplina tinha entre elles decahido bem notavelmente.

Tendo o commandante dos allemães, acantonados em *S. Christovam,* ordenado se castigassem algumas de suas praças, levantaram-se os soldados na manhan do dia 9 de junho de 1828 prendendo o seu major, sahindo armados dos quarteis a que lançaram fogo, e precipitando-se pelas ruas a praticar toda a sorte de desordem. O general *Valente,* commandante das armas da côrte e futuro conde do Rio Pardo, recorreu inutilmente aos meios conciliativos promettendo o perdão e incumbindo a diversos officiaes procurassem apaziguar os revoltosos.

Informados deste facto os allemães da *Praia Vermelha,* prenderam no dia 10 os seus officiaes, assassinaram o major *Benedicto Theódulo* que intentou oppor-se-lhes, e sahiram armados a saquear as casas vizinhas. Observando os irlandezes do *Campo de Sant'Anna* que, tanto em S. Christovam como na Praia Vermelha, podiam os soldados praticar impunemente taes desordens, insurgiram-se no dia 11, prendendo e maltratando diversos dos seus officiaes. Chegaram, todavia, nesse interim forças milicianas, que cercando os quarteis, prohibiram as communicações de dentro para fóra. Abandonavam neste mesmo tempo os seus postos, e buscavam reunir-se aos seus companheiros varios irlandezes que estavam de guarda em diversos edificios e estabelecimentos publicos, conseguindo muitos delles

ajuntar-se aos allemães de S. Christovam; travando outros lucta desesperada com magotes de negros denominados capoeiras. Muitos, de parte a parte, cahiram pelas ruas feridos e mortos. Ordenou, por fim, o governo ao commandante das armas marchasse contra os rebeldes á frente dos corpos de milicianos e da policia; pediu aos diplomatas, britannico e francez, fizessem desembarcar as tripulações dos seus navios de guerra; encarregou diversos cidadãos importantes de reunir e armar paizanos que de commum accordo cooperassem á restauração da ordem e da tranquilidade publicas. Confiando o arsenal de guerra e o palacio de S. Christovam á guarda dos marinheiros francezes e inglezes em numero de umas seiscentas praças, dividiu o governo as suas forças em tres grupos incumbidos de atacar simultaneamente os pontos dominados pelos allemães. Defendendo-se energicamente os de S. Christovam e os da Praia Vermelha, perderam obra de cincoenta homens entre mortos e feridos, depondo afinal as armas e entregando-se á discreção. Encerrados nos quarteis do Campo de Sant'Anna, sustentaram os irlandezes de dentro para fóra um verdadeiro combate contra o corpo da policia. Cederam, porém, no dia 13 depois de perder mais de setenta companheiros nesta lucta e nas ruas. A perda dos soldados da ordem ou legalidade, subiu, entre mortos e feridos, pouco mais ou menos a quarenta.

Dos autores do motim, um foi executado; outros receberam severos castigos. Os tres batalhões foram dissolvidos. Dos irlandezes, cêrca de mil foram embarcados, e, pelo intermedio da legação ingleza, remettidos para o Canadá e para a Irlanda; trezentos partiram para *Taperoá*, comarca dos Ilhéos na Bahia, afim de se reunirem aos seus parentes e familias que alli se occupavam em trabalhos agricolas. Dos allemães, seiscentos foram enviados como colonos para o Rio Grande do Sul.

Tendo o imperador, no primeiro impeto de sua colera, mandado a demissão ao ministro da guerra, Bento Barroso Pereira, sem ter antes ouvido os outros minis-

tros, entendeu Araujo Lima que devia retirar-se do gabinete, exemplo este seguido por Miguel Calmon e Teixeira de Gouvêa. Reorganizou então D. Pedro o seu ministerio com homens despidos de importancia politica, e alheios de todo ao meneio da administração publica. Formavam, todavia, uma excepção o deputado José Clemente Pereira, ao qual coube a pasta do imperio, e o marechal Joaquim de Oliveira Alvares, que tomou a da guerra. Patenteou-se incontinenti na camara dos deputados um descontentamento claro e franco, não só pelo modo por que fôra demittido o ministro da guerra, e pelo facto de deixar Araujo Lima o poder, mas tambem porque se suspeitou que D. Pedro pretendia voltar aos seus habitos de governo pessoal dispensando-se das normas do regime representativo.

163) **O vice-almirante Roussin 6 de julho de 28.** — Outro facto egualmente desagradavel não se demorou em vir perturbar a tranquillidade do governo brasileiro. Apresentou-se derepente, no dia 6 de julho de 1828, na barra do Rio uma esquadra franceza, composta de doze grandes vasos de guerra e commandada pelo vice-almirante Roussin. Sem responder ás saudações do estylo e sem esperar avisos para a entrada, collocou-se em linha e em ordem de batalha deante da cidade. Este espectaculo inesperado e improprio de todo o paiz civilizado não podia deixar de produzir notavel excitação entre o povo. Tendo o marquez de Aracaty (Oeynhausen) reclamado explicações do marquez de Gabriac, respondeu o diplomata francez que acabava de receber instrucções para exigir immediata satisfacção das indemnizações pedidas pelos subditos francezes em consequencia das presas que a esquadra brasileira fizera no Rio da Prata. Accrescentava Gabriac que o vice-almirante se declarára autorizado a apoiar essas reclamações com a força de que dispunha.

Exigiu Aracaty que, antes de se encetar qualquer negociação, a esquadra abandonasse a attitude hostil que ostentava. Prometteu tudo Gabriac, pedindo que logo se concluissem as questões pendentes entre os

dois governos. Animados de espirito conciliante, entenderam-se facilmente os negociadores pactuando que até o fim do anno seguinte, 29, se liquidassem as indemnizações reclamadas. Dois actos foram separadamente assignados: ambos com a data do dia 21 de agosto: referia-se o primeiro á interpretação do direito; o segundo, ao compromisso das indemnizações. Recebeu então o imperador nos seus paços os cumprimentos dos officiaes da esquadra, e dignou-se ir a bordo dos navios afim de mostrar as boas relações existentes entre o seu governo e o da França. Comquanto diversos deputados e o povo em geral tivessem pretendido que se obrigasse a esquadra, até com a força, a sahir do porto antes de entabolar qualquer negociação; a camara, todavia, não suscitou nenhuma opposição ao acto e ao proceder do governo.

164) **Tratados com diversas nações.** — Não esqueceu o governo imperial de assignar tratados e convenções commerciaes com diversas nações sem cahir no erro de estipular artigos perpetuos, como fizera com a França em 1826 (vide par. 132). Essas nações foram: a Austria (16 de julho de 27), a Prussia (9 de julho), a Inglaterra (17 de agosto); Lubeck, Bremen e Hamburgo (17 de novembro de 27); a Dinamarca (26 de abril de 28), a Hollanda (20 de dezembro de 28), a Sardenha (7 de fevereiro de 29).

Com os Estados-Unidos houve o seguinte. Sendo José Silvestre Rebello (vide par. 146) recebido sem difficuldade pelo ministro Henrique Clay, o qual mais de uma vez extranhara o procedimento do embaixador Raguet, chegaram ambos facilmente a um accordo. Declarando não ter dado motivo razoavel á quebra das relações, o Brasil mostrava-se prompto a receber qualquer outro diplomata que o governo de Washington acreditasse perante a côrte imperial, e a tratal-o com a consideração devida ao seu caracter. Por seu lado compromettia-se o governo americano a reatar as relações diplomaticas, enviando ao Rio de Janeiro um novo agente official. Em relação ás presas o imperio

se responsabilizava pelo pagamento das que fossem reconhecidas injustas por um tribunal competente e dentro do prazo que posteriormente se concertasse. O novo diplomata, o sr. Tudor, apresentou-se dentro em breve no Rio acompanhado pelo commodoro Biddle, estando ambos munidos de instrucções terminantes para não consentirem que os navios americanos violassem o bloqueio. A convenção commercial com os Estados-Unidos foi assignada a 12 de dedezembro de 28.

165) **Sessão das camaras em 1827.** — Como o povo conservasse reminiscencias agradaveis da primeira sessão legislativa, esperava-se anciosamente no Rio pela época da segunda. Por seu lado o imperador comprehendia quanto lhe era necessario apoiar o seu governo nos representantes da nação. Raiou finalmente o dia 3 de maio, fixado para a abertura dessa nova sessão. O imperador proferiu um discurso comprido e minucioso tratando de todos os assumptos politicos e administrativos, reclamados pela situação dos negocios politicos, e terminando-o com as palavras seguintes: "Tornando aos negocios internos, estou inteiramente persuadido de que todos aquelles que não pensarem relativamente a elles pelo modo por que nesta minha imperial fala me exprimo, não são verdadeiros amigos do imperio, não são imperialistas constitucionaes, mas *sim disfarçados monstros,* que só estão esperando occasião de poderem saciar sua sêde no sangue daquelles, que defendem o throno, a patria e a religião. Não me persuado que no recinto desta assembléa exista um só dos representantes nacionaes, que não pense da mesma maneira que eu penso, seja qual fôr o meio por que pretenda alcançar o fim que eu desejo, e que é ver o imperio firme, e o povo contente."

Produziu este discurso a mais desagradavel impressão em quantos o ouviram ou leram. Os periodicos independentes lhe censuraram com acrimonia as phrases. A camara temporaria respondeu-lhe exprimindo idéas livres e proclamando os direitos do parlamento, embora com palavras delicadas. Tocando, todavia, no topi-

co dos monstros, buscou inverter-lhe o sentido, promettendo á corôa todo o auxilio para castigar os que recusavam o regime da liberdade, e tentavam violar os direitos garantidos pela constituição do imperio. Discutindo-se a resposta á fala do throno, ninguem defendeu o governo que foi francamente censurado com allusões claras ao imperador, chegando diversos deputados a affirmar ter o governo violado todas as liberdades e todos os direitos garantidos pela constituição. Passou em seguida a camara a discutir o tratado com a Inglaterra a respeito da extincção da escravatura, que, depois de longo debate, foi approvado por grande maioria de votos (vide par. 137).

Occupou-se dentro em pouco o senado com a dotação do imperador e da casa imperial, dotação que fixaram em mil contos annuaes, e foi approvada por sessenta e dois votos contra vinte e quatro que pretendiam se dessem apenas seiscentos contos. Votando a camara temporaria outros projectos de notavel alcance, fundou a instituição dos juizes de paz, aboliu diversos empregos inuteis, elevou a bispado as prelazias de Goyaz e de Cuyabá, creou uma Relação ecclesiastica na Bahia; approvou a bulla do papa Leão XII, que collocou sob a jurisdicção do arcebispo da Bahia os bispados do Pará e do Maranhão, mas recusou conceder o subsidio que a Curia Romana reclamava como necessario para manter uma Nunciatura Apostolica perante o throno imperial.

Relativamente ao exercito a camara decretou que se diminuissem as forças, tanto do mar como da terra, logo que se tivesse concluido a paz com Buenos-Ayres, e negou ao ministro a autorização de contractar extrangeiros e arregimental-os separadamente, conforme elle pretendia. Deliberou tambem diversas medidas relativas ao recrutamento. Occupou-se, por ultimo, do orçamento, e da moeda falsa que circulava no imperio. A nós, porém, é impossivel acompanhar os deputados na discussão de todos esses projectos e dessas leis.

166) **Estado da opinião publica no fim de 1827.** — Tendo os debates da camara temporaria excitado poderosamente os animos e enthusiasmado os espiritos, não houve mais quem no imperio se conservasse neutro ou indifferente na lucta partidaria. Arregimentaram-se em toda a parte os habitantes, tratando alguns de combater, outros de apoiar o *imperialismo,* nome que davam á causa dos ministerios. Entre os numerosos periodicos que então appareceram, merece especial menção a *Aurora Fluminense* fundada pelo joven livreiro *Evaristo Ferreira da Veiga,* que não tardou em adquirir grande nomeada e não menor influencia. Ponderando, pois, D. Pedro que, embora nenhum periodico advogasse a causa da republica, quasi todos elles combatiam contra os ministros censurando-lhes os actos, resolveu formar novo ministerio, sem todavia, abandonar a idéa de governar elle mesmo pessoalmente imprimindo ao paiz a direcção que julgava conveniente. Tendo Costa Carvalho recusado o convite que D. Pedro, segundo naquelle tempo se disse, lhe fizera, de organizar o novo gabinete, o imperador chamou Araujo Lima, que, acceitando o cargo, offereceu as diversas pastas a Miguel Calmon, a Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, a João Carlos de Oeynhausen (Aracaty), a Bento Barroso Pereira e a Miguel de Souza Mello e Alvim: todos varões illustres, conhecidos e estimados do publico.

Recuperou pouco depois D. Pedro ainda mais a sua popularidade, cedendo por emprestimo, sem juros, em favor dos cofres nacionaes, um mez da sua dotação emquanto durasse a guerra com a Republica Argentina, exemplo este logo imitado por diversos cidadãos. Nem menor foi a popularidade que o monarcha grangeou despedindo a marqueza de Santos, e tratando de contrahir um segundo casamento honrado com alguma princesa da Europa. Encarregou desta missão que devia considerar-se secreta, o marquez de Barbacena, incumbindo-o de visitar as diversas côrtes europeas a pretexto de indagar qual fosse o parecer dellas relativamente aos negocios de Portugal. Com o mesmo in-

tuito de recuperar a popularidade demittiu D. Pedro alguns commandantes das armas e diversos presidentes de provincia, que a opinião pubilca acoimava de violentos e perseguidores.

167) **Os escravos africanos na Bahia e suas revoltas.** — Cumpre-nos dar aqui uma breve noticia dos negros da Bahia e das suas numerosas revoltas, ou antes tentativas de revoltas, que fizeram contra os seus donos e até contra o governo, expondo deste modo a graves riscos a ordem publica. Em principios do seculo XIX contava a capital da Bahia pouco mais de cincoenta mil habitantes. Delles, quatorze mil eram brancos; onze mil, mestiços; vinte e cinco mil, negros. O numero destes augmentava cada vez mais por meio do trafico; pois todos os annos entravam na capitania proximamente oito mil escravos africanos.

As causas dessas revoltas, como é facil de entender, cifram-se na saudade que os negros tinham do seu paiz e da liberdade, bem como nos máus tratos que soffriam dos seus senhores, aos quaes, por conseguinte, dedicavam odio entranhavel. O fim principal que elles se propunham, parece ter sido recuperar a liberdade e regressar para a sua patria. Não deixariam, comtudo, si pudessem, de assassinar os brancos e até de se tornarem donos da capitania. Em todas as revoltas houve mortos e feridos de parte a parte, sendo em seguida levados á forca diversos dos mais implicados. O governo tomava cada vez medidas rigorosas para impedir novas perturbações, porém os negros eram tantos, que tudo se tornava muito difficil.

De todas as grandes insurreições, a mais antiga de que temos noticia certa, occorreu em 1798. As principaes que se realizaram durante o seculo XIX, foram sete, sendo a primeira em 1807, a ultima em 1835. As outras déram-se em 1814, 1816, 1826, 1828 e 1830.

Vide Revista do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia de 1903, vol. X, n. 9, pag. 69-119. Item o de 1907, pag. 129.

168) **Sessão de 1828.** — Com toda a solemnidade do estylo verificou-se no dia 3 de maio a abertura da

terceira sessão legislativa do imperio. O discurso da coroa tornou-se desta vez tão notavel pela singeleza da phrase e a cautela do pensamento, que agradou a todos. Tudo a principio correu pacificamente em ambas as camaras, e o voto de graça que foi unanimemente approvado, revelou a harmonia que reinava entre os diversos poderes. Cumpre, todavia, referir que durante a discussão desse voto de graça, alguns deputados aproveitaram o ensejo para fazer allusões desagradaveis a Fernando VII da Hespanha, unico soberano que ainda se obstinava a não reconhecer a independencia do Brasil. Logo, porém, appareceu uma questão algum tanto mais séria. Tendo os dois irmãos Andradas, Antonio Carlos e Martim Francisco, deixado o logar do seu desterro e volvido ao Rio de Janeiro desde o principio de 1827, e estando pronunciados como réus de crime de revolução, entregaram-se ás autoridades, que os recolheram á fortaleza da ilha das Cobras. Como reclamassem a sua admissão a defenderem-se pessoalmente, o juiz regedor da Casa da Supplicação e o relator do feito, recusando admittir-lhes requerimentos assignados por elles mesmos, exigiram allegassem seus direitos por meio de advogados. Appellaram, então, os dois irmãos á camara, que, dando-lhes razão, recommendou ao governo interviesse para que os tribunaes fizessem justiça aos requerentes. Cederam os tribunaes, decidindo o feito logo que os réus lhes apresentaram a defesa por elles mesmo escripta e assignada.

Entregou-se depois disto a camara temporaria a seus trabalhos legislativos, e, afim de não demorar por mais tempo a lei relativa aos conselhos de provincia, desistiu das emendas que propuzera ao senado, approvou a dita lei e a offereceu á sancção imperial. Approvou egualmente um projecto prohibindo admissão de monges extrangeiros em conventos nacionaes, e de noviços mesmo brasileiros que se não munissem de actos legislativos particulares, e mandando que as Ordens Religiosas prestassem obediencia só ás autoridades do paiz; nunca, ás extranhas. Instituiu logo depois o Supremo

Tribunal de Justiça, organizou as Relações do imperio, supprimiu o tribunal da Casa da Supplicação, aboliu as Juntas de fazenda e decretou tributos dobrados para os bens de mão morta. Começou no mesmo tempo a occupar-se com o projecto que especificava os crimes da imprensa, e fixava o processo perante o *Jury*, composto de cidadãos tirados á sorte dentre quantos possuissem certas qualidades e requisitos determinados; e bem assim com outro que organizava camaras municipaes em todos os termos administrativos do imperio. Nem se esqueceu a camara de abrogar os morgadios, bem como de fixar as forças de mar e terra.

169) **Principio de nova lucta.** — Trabalhavam deste modo os diversos poderes tranquilla e harmonicamente, quando a revolta das tropas extrangeiras, a demissão do ministerio, o apparecimento do vice-almirante Roussin (vide par. 162, 163) e diversos outros incidentes vieram inaugurar uma nova lucta. Especificaremos apenas dois factos. Tendo Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro de occupar como supplente, o logar de um deputado geral que se ausentara, a municipalidade de S. Paulo lhe remetteu o respectivo diploma; porém a camara recusou acceitar esse diploma e annullou a eleição, porque Chichorro em 1825 pedira ao imperador assumisse o poder absoluto e declarasse a constituição sem effeito.

Tendo-se procedido á eleição de um senador pelo Ceará, e tendo os jornaes publicado o seu resultado final antes que o governo recebesse officialmente todas as actas parciaes, entendeu o imperador que podia effectuar a escolha nomeando João Vieira de Carvalho. Recusou, todavia, o senado acceitar a carta imperial e o nomeado emquanto não chegassem todas as actas, e o governo não apresentasse esclarecimentos completos sobre a validade da eleição. Como era a primeira vez que o senado se mostrava menos docil ás vontades do imperador e dos ministros, esta pequena opposição causou grande assombro em toda a parte. Comtudo o ministro do imperio, José Clemente, que pouco antes se prestára a obedecer, agora soube com muito tino sahir

de embaraço declarando que por engano tomara a acta particular de um collegio pela da apuração final, e sobre ella se verificara a escolha que o governo, reconsiderando o seu acto, declarava *nulla*. Acabou deste modo o incidente desagradavel, e o imperador se desforrou elevando João Vieira de Carvalho a conde de Lages, sem reparar em como esta elevação causava prejuizo á sua popularidade.

170) **Missão Barbacena.** — Tendo Barbacena percorrido diversas côrtes da Europa (vide par. 166), achou finalmente na Baviera a noiva que procurava. Era D. Amelia, filha de Eugenio, principe de Leuchtenberg e enteado de Napoleão I. Regressou, pois, com esta noticia ao Rio de Janeiro, e logo voltou para a Europa, conforme passamos a registrar. Como D. Pedro ainda ignorasse o que tinha acontecido em Portugal, e como desejasse livrar-se da suspeita de que buscava reunir as duas coroas, resolveu-se a publicar (31 de março de 28) uma formal declaração de que se achavam verificadas as condições sob as quaes abdicára em sua filha o throno de Portugal, e por isto agora essa abdicação se tornava absoluta. Logo, porém, que recebeu a noticia de ter D. Miguel dissolvido a camara (vide par. 158), entendeu que lhe cumpria separar-se da filha enviando-a ao seu sogro Francisco I da Austria, esperando que elle obrigaria o infante a executar suas promessas e juramentos. Encarregou o marquez de Barbacena desta missão e da de contrahir esponsaes com D. Amelia. Despediu no mesmo tempo a marqueza de Santos que se recolheu de uma vez á cidade de S. Paulo.

Levando as fragatas *Imperatriz* e *Dona Francisca,* deixou Barbacena a cinco de julho de 28 as terras do Brasil, e a dois de setembro do mesmo anno foi em Gibraltar pelo consul brasileiro informado de que em Portugal reinava de facto D. Miguel. Resolveu então seguir com a rainha para a Inglaterra indo esperar em Londres ordens ulteriores de D. Pedro, ao qual expediu de prompto a fragata *D. Francisca*. Acolhida

com as honras da realeza, foi a rainha recebida em Londres officialmente pelos soberanos e pomposamente hospedada. A politica ministerial, todavia, já mudara no gabinete britannico. Jorge Canning que tomára a peito a causa de D. Maria II, fallecera, e o partido *Whig* cedera o logar aos *tories*, cujo chefe lord Wellington, recusava envolver-se nas questões de Portugal. Tendo Barbacena encontrado na Inglaterra crescido numero de emigrados portuguezes que luctavam com a miseria e desejavam ardentemente expulsar de Portugal D. Miguel, e estando autorizado a entregar até a quantia de duzentas mil libras esterlinas aos agentes de Dona Maria II, não trepidou em exigir da legação brasileira, confiada ao visconde de Itabaiana, as sommas precisas para sustentar os foragidos, adquirir armas e fretar navios.

Estava-se, pois, apromptando uma expedição contra D. Miguel, quando o duque de Wellington ordenou fosse ella sustada, visto como a Inglaterra desejava guardar estricta neutralidade. Tendo Barbacena remettido a Wellington uma nota confidencial pedindo-lhe protecção, o inglez respondeu negativamente, e até exigiu do conde de Palmella mandasse sahir da Inglaterra os soldados e officiaes portuguezes que alli se armavam. Dirigiu-se então Barbacena directamente a lord Aberdeen, secretario principal dos negocios extrangeiros, declarando-se autorizado por D. Pedro a solicitar a coadjuvação de S. M. Britannica, garantida pelos tratados existentes com Portugal, para o fim de serem expulsos da Inglaterra os agentes de D. Miguel; bem como a propor e estipular uma convenção em que se especificassem os auxilios que S. M. Britannica e o imperador do Brasil deveriam prestar á causa da rainha de Portugal. Replicou-lhe Aberdeen que a protecção promettida a Portugal só se referia á defesa contra os extrangeiros, e accrescentou que todas as desgraças de Portugal provinham dos actos de interferencia illegitima praticados por D. Pedro depois de ter abdicado a coroa na pessoa de sua filha, e que elle já não podia considerar-se monarcha.

Em virtude desta opposição britannica, convieram Palmella e Barbacena em annunciar publicamente que a expedição se destinava ao Brasil por ordem do governo de D. Pedro, e que os navios se cobririam com a bandeira do imperio. Na verdade, porém, esses soldados deviam desembarcar na ilha Terceira para alli reforçar os defensores da rainha e da carta. Partiram quatro embarcações que levavam 652 praças ao mando do general Saldanha; porém o capitão Walpole, por ordem do seu governo, velejou para os Açores com duas fragatas, e, a 16 de janeiro de 29, obstou com a força ao desembarque na Terceira. Dirigiu-se então Saldanha para a França, onde a fortuna deparou aos portuguezes maior sympathia. Contra este acto de violencia protestaram os diplomatas brasileiros e diversos deputados do parlamento inglez, mas o governo de Wellington permaneceu firme na sua politica. Então o visconde de Itabaiana declarou suspensos os juros do emprestimo portuguez de um milhão e quatrocentas mil libras esterlinas que o governo do Brasil pagava annualmente ao ministro de Portugal em Londres, conforme a convenção de 1825.

A noticia destes factos, o augmento que se observava na immigração portugueza, o boato de que vinha para o imperio forças lusitanas recrutadas na Inglaterra, etc., produziram em todo o Brasil um grande sentimento de susto, de espanto, de agitação. D. Pedro mostrou-se irritadissimo contra o governo britannico, emquanto a opposição censurava acremente o visconde de Itabaiana. Enviou o governo inglez ao Rio de Janeiro lord Strangford incumbindo-o de obter a demissão do embaixador brasileiro em Londres e de induzir D. Pedro a reconhecer D. Miguel com a condição de elle casar com D. Maria, de conceder uma amnistia geral e de modificar o seu systema governativo tornando-o mais coherente com a civilização moderna. Comprometttia-se a Inglaterra a fazer com que Dom Miguel consentisse nestas condições. Annuiu o imperador á demissão de Itabaiana, mas declarou a lord Strangford que nunca mais o queria ouvir falar

sobre o outro assumpto. Afim, pois, de tomar medidas radicaes, ordenou D. Pedro a Barbacena procedesse quanto antes por procuração ás suas nupcias com D. Amelia, e a conduzisse para o Rio de Janeiro juntamente com D. Maria II. Foi com o mesmo intuito que convocou extraordinariamente a asssembléa geral legislativa para o primeiro de abril.

171) **Motim em Pernambuco, fev. de 29.** — Concorreu neste tempo para aggravar a posição do governo um acontecimento de pouca monta, a que as circumstancias déram notavel importancia. Foi o caso seguinte. Tendo um grupo de desordeiros, reunidos nos Afogados, dado vivas estrondosos á republica, e tendo logo depois repetido a mesma desordem na Ipojuca (1 de fev. de 29), sem que alguem lhes fizesse echo e dissipando-se todos dentro em poucas horas, assustou-se o presidente de Pernambuco, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, receando a repetição dos factos de 1817 e de 1824. Sobresaltado tambem o governo geral, recorreu a medidas energicas, suspendendo o ministro da justiça por decreto de 29 de fev. as garantias constitucionaes naquella provincia. O ministro da guerra por seu lado creou uma commissão militar em Olinda, encarregada de julgar os suspeitos de rebellião e de mandar executar promptamente as suas sentenças, salvo as que impuzessem pena de morte. Enviaram-se a Pernambuco forças respeitaveis, e toda a attenção publica alongou seus olhos para aquella provincia. Noticias posteriores, todavia, annunciaram que Pernambuco estava tranquillo mais que nunca.

172) **Sessão extraordinaria da assembléa legislativa.** — Abriu-se no dia primeiro de abril com todas as formalidades do costume a sessão extraordinaria da assembléa geral legislativa. A fala do throno tocou só no estado miseravel das finanças e no facto dos armamentos comprados na Inglaterra, a respeito dos quaes logo se conheceu a verdade. O estado das finanças deu causa a graves censuras, na imprensa e na camara,

contra os ministros com allusões claras ao imperador. Censuraram os actos do governo relativamente a Portugal, aos factos de Pernambuco e aos emigrados. A culpa, diziam, de todos os males do paiz pertence a ministros ineptos que não têm coragem de contrariar a coroa; é tambem da camara dos deputados que não sabem apresentar o dilemma: *Ou demissão do ministerio ou dissolução da camara.* Dom Pedro cerrou os ouvidos a todas as censuras, cavando deste modo, entre si e o paiz, um abysmo que os afastava cada vez mais um do outro, e que devia forçosamente levar á ruina o menos forte dos dois. E' que elle não sabia dissimular, e nunca attribuia aos seus ministros a responsabilidade dos actos praticados por sua influencia; tomava, pelo contrario, a defesa delles como proprios.

173) **Sessão legislativa de 1829.** — Dando o imperador por acabada a sessão extraordinaria, inaugurou no dia tres de maio a ordinaria com a costumada fala do throno. A primeira questão que occupou a camara, referia-se ás medidas tomadas pelo governo a respeito das suppostas perturbações de Pernambuco. Sendo o ministro da justiça (Teixeira de Gouvêa) e o da guerra (Oliveira Alvares) accusados de terem violado a lei fundamental, o parecer da commissão foi que não se désse andamento á accusação relativa ao primeiro que suspendera as garantias constitucionaes. Em seguida a um longo debate em que se ouviram numerosas allusões ao imperador, approvaram o parecer quarenta e um votos contra vinte e nove. A discussão relativa ao ministro da guerra foi muito mais azeda. Comtudo elle teve a sorte do seu collega, a saber: que não se désse andamento á accusação, mas pela pequena maioria de sete votos, porque trinta e nove deputados votaram em favor delle; trinta e dois, contra. A opinião publica, todavia, pronunciou-se contra o ministerio que alcunharam de *liberticida.*

Occupou-se depois disto a camara com a questão do Banco que finalmente aboliu ordenando a sua liquidação por meio de agentes do governo ou dos accio-

nistas, e assistencia do procurador da coroa. Autorizou-se o governo a pagar-lhe o que lhe devia, contrahindo um emprestimo com garantias sufficientes. Discutia, no entretanto, o senado dois projectos enviados pela camara dos deputados. Um sobre a liberdade de imprensa, outro sobre a abolição dos morgadios. A respeito do primeiro prevaleceu a opinião de se conceder a liberdade com certas restricções. O segundo cahiu no senado pela maioria de poucos votos. Estrondosa votação rejeitou egualmente a proposta do casamento civil, apresentada pelo senador Vergueiro, nem esse projecto teve siquer a honra de um segundo debate por artigos. Votára neste meio tempo a camara temporaria a fixação das forças de mar e terra reduzindo o numero dos soldados de linha e das tripulações dos navios, vedando contractos de extrangeiros e ordenando que se desarmassem e vendessem as embarcações superiores ao quadro determinado. Tratou finalmente a camara do orçamento para o anno seguinte; porém, como o relatorio do ministro fosse apresentado muito tarde, e não houvesse esperança de que o imperador prorogasse a sessão, nasceu um novo conflicto entre o governo e a assembléa.

"Por seu lado, diz Pereira da Silva á pag. 386, o imperador manifestava-se irritadissimo contra a camara dos deputados não lhe poupando doestos e nem criticas. Assim descia cada vez mais da sua altura respeitavel o monarcha que de tanto prestigio gosára outrora, e que se ia despopularizando a olhos vistos, e perdendo a força moral, que era tão necessaria á sua pessoa, quanto á propria nação sobre que reinava. Não quiz annuir aos conselhos que lhe foram dados por alguns amigos mais esclarecidos e previdentes, que lhe lembravam prorogar a sessão legislativa afim de que se concluissem seus trabalhos. Não só encerrou o parlamento no dia 3 de setembro, como... preferiu nessa occasião recitar-lhe o seguinte laconico discurso que patenteava o mais claro sentimento de despeito: "Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira, está fechada a sessão." A *Aurora Flu-*

*minense*, ao dar conta do acontecimento, disse ao publico: "As formulas representativas poderão talvez continuar; mas, si a vontade do povo fôr dominada pelo terror, a nossa liberdade será reduzida necessariamente a uma méra sombra."

174) **Negocios de Portugal.** — Excepto a Hespanha e a Republica Norte-Americana, nenhum governo tinha ainda reconhecido D. Miguel, posto que continuassem todos a entreter com elle relações officiaes. Primava a França em prodigalizar favores a D. Maria II e protecção aos emigrados de Portugal. Desejava a Inglaterra tratar com D. Miguel, porém não ousava reconhecel-o abertamente para não affrontar a opinião publica, que na Gran-Bretanha era geralmente favoravel a D. Maria II. Comquanto a ilha *Terceira* fosse bloqueada por uma esquadra de D. Miguel desembarcavam nella de vez em quanto os emigrados portuguezes. A 15 de junho de 1829 nomeou D. Pedro uma regencia provisoria para governar o reino em nome de sua filha. Seus membros foram o duque de Palmella e o conselheiro José Antonio Guerreiro: ambos residentes em Londres, bem como o conde de Villaflôr, que, apesar do bloqueio, conseguira descer a terra na Terceira, unico baluarte que ainda ficava aos defensores da joven rainha.

175) **Segundo casamento de D. Pedro.** — Lográra já neste tempo o marquez de Barbacena realizar (seis de agosto de 1829) o tratado nupcial e a cerimonia dos esponsaes respectivos de D. Pedro com a princeza D. Amelia Augusta, nascida em 1812 do matrimonio do Principe Eugenio com a princeza Amelia, irman do rei Luiz I de Baviera [1].

---

(1) LEUCHTENBERG, burgo da Baviera, no Alto Palatinado a 36 k. N. E. de Culmbach, conta 500 habitantes; deu origem ao Land-graviado, posto nas margens do Naab, que em 1817 foi erigido em ducado para o principe Eugenio de Beauharnais, ex-vice-rei da Italia, e filho de Josephina Tascher de La Pagerie, mulher em segundas nupcias de Napoleão I. Casou-se Eugenio em 1806 com Amelia, irman de Luiz I, segundo rei da Baviera, e foi solemnemente adoptado por Napoleão I, seu padrasto, a quem

Logo que se effectuou o casamento por procuração, seguiu D. Amelia para Ostende e de lá para Plymouth, onde a esperavam duas fragatas brasileiras. Em uma dellas, juntamente com a rainha de Portugal, embarcaram a noiva e seu irmão, o joven principe de Leuchtenberg no dia 30 de agosto. Na outra entraram toda a sua comitiva e o marquez de Barbacena. Chegando ao Rio de Janeiro a 16 de outubro, os noivos ratificaram, segundo o rito religioso, o seu casamento no meio de grande regosijo do povo e de festejos esplendidos que duraram nove dias. Creou D. Pedro nesta occasião, a *Ordem da Rosa,* cujas insignias concedeu a numerosissimas pessoas; elevou diversos condes e viscondes ás honras de marquez, e espalhou com mão larga outros titulos pelos individuos que estimava. Como o espirito democratico prevalecesse no paiz, e a imprensa censurasse esses actos do monarcha, a opinião publica em geral se pronunciou contra essa generosidade de D. Pedro, que ia cada vez mais perdendo o amor de seus subditos. Pairava, pois, no horizonte politico uma densa nuvem que causava sérias inquietações nos animos reflectidos e previdentes. Cresceu de ponto esta indisposição dos animos por ter o governo mandado processar diversos periodicos, que ainda assim sahiram absolvidos pelo tribunal do Jury.

176) **Ministerio Barbacena.** — Regressando do seu desterro desembarcára, quasi por este mesmo tempo, no Rio de Janeiro, o conselheiro José Bonifacio, que D. Pedro recebeu como amigo decretando-lhe, em attenção aos seus serviços e ao seu estado de pobreza, a pensão annual de quatro contos de réis, e pedindo-lhe, ás vezes, os seus conselhos a respeito dos negocios publicos.

Ou por aviso delle, como alguns querem, ou a pedido do marquez de Barbacena, como pretendem outros,

---

seguiu no Egypto, em Wagram, na Russia, etc. Tanto D. Amelia, como D. Augusto, que em 1835 falleceu em Lisboa, dois mezes depois de contrahir enlace matrimonial com D. Maria II da Gloria, eram filhos desse Eugenio de Beauharnais, e por conseguinte netos de Maximiliano José, primeiro rei da Baviera.

demittiu D. Pedro em 10 de dezembro de 1829 o seu ministerio, formando outro do qual fizeram parte o referido Barbacena occupando a repartição da fazenda; o visconde de Alcantara, a da justiça; o marquez de Paranaguá, a da marinha: o marquez de Caravellas, a do imperio; o conde do Rio Pardo, a da guerra; Miguel Calmon, a dos negocios extrangeiros. Como este ministerio não fosse parlamentar, porque não continha nenhum deputado, e constasse quasi todo de titulares, foi muito censurado pela opinião publica, que suspeitou pretender com elle D. Pedro dirigir a seu arbitrio os destinos do Brasil. Afim de remover estas suspeitas obteve Barbacena que o imperador arredasse de si e enviasse com bom modo para a Europa dois dos seus aulicos mais conhecidos, a saber: os conselheiros *João da Rocha Pinto* e *Francisco Gomes da Silva*, portuguez, este ultimo, chamado commummente no Brasil *Chalaça*. Applaudindo a demissão destes dois, mostrou-se satisfeito o partido liberal e começou a apoiar a administração de Barbacena, cujos actos posteriores agradaram egualmente. Mandou, com effeito, Barbacena substituir gente nova que ainda não incorrera no odio do povo a diversos presidentes de provincia e commandantes das armas, suspeitos de absolutismo; demittiu Pinto Madeira do posto de commandante militar do Crato e Jardim que elle ainda occupava; reduziu a força publica de mar e terra, na conformidade das leis decretadas; dissolveu as tropas extrangeiras ainda existentes no Rio Grande do Sul; recommendou, emfim, a todas as autoridades, justiça e moderação.

177) **Um desastre e um crime.** — Reconquistou D. Pedro alguma popularidade na occasião de um desastre que occorreu em principios de 1830. Dirigindo elle um carro em que tinha em sua companhia a consorte, a rainha de Portugal e o principe de Leuchtenberg, ao passar pela rua do Lavradio, não logrou conter os animaes, que, assustados, lhe ganharam a mão e derrubaram o vehiculo. Todos levaram contusões na quéda, mas o imperador recebeu mais damno do

que nenhum dos outros. Então a imprensa e o povo inteiro déram provas de grande sentimento fazendo votos pela saúde de D. Pedro. Observou-se, com effeito, desde logo grande divisão nas fileiras dos opposicionistas, chegando-se os moderados para o governo emquanto os exaltados cada vez mais se afastavam delle. Si D. Pedro soubera nessa occasião aproveitar as circumstancias, prestára um grande serviço á nação e se conservára no throno.

Um crime atroz praticado neste tempo na Bahia veiu mais uma vez demonstrar quanto era necessario pôr um freio á democracia exaggerada; pois emquanto o visconde de Camamú, presidente daquella provincia, dava, no dia 28 de fevereiro de 1830, um passeio, precipitaram-se sobre elle alguns individuos a cavallo, matando-o com diversos tiros de bacamarte, fugindo depois a todo o galope. Sendo impossivel descobrir os salteadores, foi este crime attribuido aos revolucionarios politicos, porque em periodicos incendiarios estimulavam os povos a sublevarem-se e de continuo ameaçavam o presidente. Grangeou semelhante facto popularidade ainda maior ao governo e a D. Pedro, que podiam, por conseguinte, dar aos negocios publicos uma nova direcção, a qual lhe pouparia e ao imperio calamidades imprevistas.

178) **Sessão legislativa de 1830.** — A 3 de maio abriu o imperador a assembléa com as cerimonias do costume. A maioria da nova camara se mostrava sinceramente animada de espirito constitucional e disposta a apoiar o governo, comtanto que o imperador abandonasse as tradições do absolutismo. Muitos deputados eram pessoas novas que entravam na camara pela primeira vez. Destacaremos dentre elles Evaristo Ferreira da Veiga, já conhecido como fundador da *Aurora Fluminense;* Honorio Hermeto Carneiro Leão, futuro marquez do Paraná, deputado por Minas; e Manuel Alves Branco, posteriormente visconde de Caravellas, pela Bahia, Na discussão da resposta á fala do throno, não occorreu novidade. Surgiu, todavia, logo

depois uma lucta azeda relativamente ao direito que assistia á camara de verificar os poderes de seus membros. Pretendiam alguns, particularmente Martim Francisco, Limpo de Abreu, Hollanda Cavalcanti, Lino Coutinho e Vasconcellos, que José Clemente e Oliveira Alvares, em consequencia do seu proceder no ministerio, não eram elegiveis, e por isto não podiam entrar na camara, bem que eleitos regularmente. Outros, pelo contrario, sustentavam poder o corpo eleitoral deputar quem lhe merecesse maior confiança, e ser a camara incompetente para anullar esse direito garantido pela constituição. Foram, afinal, os diplomas approvados por 41 votos contra 35.

Sendo o marquez de Barbacena interpellado a respeito de uma caixa magica existente em Londres, que fazia as despesas do armamento e sustentação de emigrados portuguezes, respondeu que a caixa de Londres andava regularmente ás ordens do ministro brasileiro, e prestava contas mensaes ao thesoureiro; que não se havia gasto dinheiro do Brasil com os emigrados portuguezes, visto como aquelle dinheiro que se despendeu com elles, era o que o Brasil devia a Portugal nos termos da convenção de 1825.

Tendo o imperador resolvido prorogar a sessão, a camara, sob a proposta de Vasconsellos, agradeceu ao monarcha esta prova evidente de seus sentimentos constitucionaes.

179) **Demissão de Barbacena, 5 de outubro.** — Tudo, pois, parecia correr tranquillamente, quando a todos causou grande maravilha a noticia da demissão de Barbacena, publicada pela *Gazeta Official* no dia 5 de outubro. Augmentavam o assombro desta noticia os termos do decreto imperial totalmente contrarios ao estylo até então usado em actos de semelhante natureza; pois esse decreto rezava que, cumprindo quanto antes liquidar a divida que em 1825 o Brasil contrahira com Portugal, e sendo para este fim necessario tomar primeiro as contas da caixa de Londres examinando-se as *grandes despesas* feitas pelo marquez de Barbacena,

tanto com S. M. Fidelissima como com os emigrados portuguezes na Inglaterra e com o casamento do imperador, e não podendo essas despesas verificar-se emquanto o marquez occupasse a pasta da fazenda, o monarcha havia por bem exoneral-o. Tendo, dias depois, obtido a demissão o marquez de Caravellas e Miguel Calmon, o imperador preencheu interinamente essas pastas ministeriaes. Defendeu-se Barbacena publicando um manifesto em que, depois de repellir a expressão — *grandes despesas* — tratou de justificar seus actos. Semeára, porém, nesse manifesto allusões claras contra os intentos de restabelecer o governo pessoal, a que elle se tinha opposto; contra a intervenção indebita do imperador nos actos e na marcha do governo, a que não quizera submetter-se; e contra a influencia ainda existente de uma camarilha secreta, com a qual D. Pedro continuava a entender-se, posto que dois dos seus principaes corypheus tivessem partido para a Europa.

Tirando a limpo factos que o governo se obstinára em negar, este manifesto levantou no publico novas apprehensões contra o imperador, e contra o systema por elle seguido de ter ministros que fossem simples instrumentos da sua vontade. Reviveram as antigas suspeitas de que D. Pedro nunca pretendera executar a constituição; e o partido liberal que se approximava do ministerio, separou-se delle immediatamente tratando de unir-se mais uma vez com os opposicionistas. Não foi, todavia, possivel reatar os laços que anteriormente prendiam as duas facções, porque a mais exaltada continuou a proclamar a necessidade de se mudar a fórma do governo estabelecendo-se a federação das provincias.

Para cumulo de desgraças surgiu logo depois uma desavença entre as duas camaras; pois, tendo a vitalicia votado diversas emendas ao orçamento augmentando o exercito e a marinha, e tendo a temporaria recusado acceital-as, os deputados foram enthusiasticamente applaudidos pelo povo. Teve, portanto, o senado de ceder consentindo na reunião das duas camaras e na votação promiscua. Descia deste modo o senado da po-

sição que sustentava desde 1826. Realizou-se a fusão a 17 de novembro, sendo rejeitadas todas as emendas feitas pelo senado ao orçamento da camara temporaria. Subiu ainda mais de ponto neste interim a irritação geral em consequencia da noticia de ter em um navio britannico chegado ao Rio de Janeiro armamento para dez mil praças, que fôra encommendado pelo governo brasileiro, durante o ministerio de José Clemente Pereira, sem autorização prévia das camaras e muito depois de estar terminada a guerra do Sul.

Como D. Pedro se impressionasse fortemente com a marcha dos acontecimentos, resolveu mudar o systema. Em vez, todavia, de confiar o ministerio a chefes conhecidos e influentes do partido liberal deixando de intervir pessoalmente no manejo dos negocios publicos, conservou no gabinete Paranaguá, Alcantara e Rio Pardo, chamando ao mesmo tempo o senador Francisco Carneiro de Campos, bem como os deputados Hollanda Gavalcanti e José Antonio da Silva Maia. Não podia este ministerio reconquistar ao imperador o apoio do partido liberal, visto como este se convencera de que só com seus chefes verdadeiros lograria realizar o systema representativo, e conter a coroa nos seus desacertos. Deliberou-se logo depois D. Pedro a encerrar a sessão da assembléa, e, comquanto se tivesse em particular mostrado não pouco resentido com a camara temporaria, dirigiu-lhe, e ao senado, por ultimo, um discurso agradavel mostrando-se esperançoso de que na futura sessão legislativa se terminassem os estudos necessarios afim de melhorar o meio circulante e tomar outras medidas opportunas para consolidar o systema representativo

180) **Incidente desagradavel da fragata franceza Carolina.** — Tendo, durante o anno de 1830, diversos officiaes da fragata *Carolina,* uma das embarcações de guerra francezas surtas no porto, descido á terra para as bandas de *Icarahy* e do *Jurujuba,* e tendo, a titulo de ir caçando, penetrado numa propriedade pertencente aos irmãos *José* e *João de Souza França,* foram

por este ultimo, á frente de seus escravos, compellidos a entregar as armas com que davam tiros, e a volver para o seu navio. Voltaram, porém, os francezes em numero maior e bem armados com o fim de tirarem vingança desta que elles chamavam injuria, invadiram o interior da casa, arrancando della á viva força o desgraçado João, a quem deixaram abandonado na praia depois de o maltratarem desapiedadamente. Grande, medonha foi a irritação do povo por este desacato praticado tão perto da capital do Brasil. O governo imperial reclamou incontinenti as devidas satisfacções ao diplomata francez, que as exigiu do vice-almirante Grivel, chefe da estação naval. Este respondeu que mandára prender e processar todos os officiaes implicados na violencia commettida; que prohibira o desembarque de qualquer pessoa da tripulação emquanto a fragata estivesse ancorada no porto, e que procederia aos castigos a que diversos offensores já tinham sido condemnados por conselhos militares de officiaes. Comquanto o governo declarasse estar terminado o conflicto e acceitas as satisfacções, os periodicos exaltados persistiram em suscitar animosidades contra os francezes, e a imputar á frouxidão do governo imperial a causa de terem extrangeiros ousado insultar e maltratar os nacionaes.

Acalmou-se esta excitação contra os francezes quando em julho de 1830 chegaram as noticias da quéda de Carlos X e do triumpho da revolução na França, facto este que foi celebrado com festas apparatosas em todo o Brasil, maxime nas capitaes da Bahia, de Pernambuco, do Maranhão, de Minas e de S. Paulo.

181) **Incidente Badaró — 20 de novembro.**—A alegria popular tomou, particularmente em S. Paulo, proporções de verdadeiro motim; pois, durante a noite do dia cinco de outubro, echoaram pelas ruas gritos incendiarios, e insultos a diversas autoridades. Tendo, portanto, Candido Ladisláu Japi-assú, ouvidor da comarca, expedido ordem de prisão contra alguns estudantes, foi contrariado pelo conselho provincial e pela

camara, que representaram ao governo em favor dos accusados. Censurou no mesmo tempo os actos de Japiassú o *Observador Constitucional*, redigido pelo medico italiano *Libero Badaró*. Sendo Badaró, ao sahir da sua casa, na noite de vinte de novembro, ferido com um tiro por quatro vultos encapotados que o aggrediram derepente, e tendo succumbido no dia seguinte, todos attribuiram este crime ao ouvidor, que o governo, com o intuito de acalmar a excitação do povo, logo remetteu preso para o Rio de Janeiro. Por mais que o infeliz ouvidor se apregoasse innocente em sua defesa que publicou, elle foi em todo o imperio considerado assassino, e Badaró, victima da liberdade. Os jornaes do partido exaltado aproveitaram o ensejo para declamar contra o imperador e os seus ministros, contra os deputados ainda que liberaes e contra a monarchia em geral, propondo a sua abolição. Comquanto os periodicos do partido moderado repellissem as idéas da federação, não pouparam censuras amargas ao modo de governar praticado no imperio.

182) **Viagem do imperador a Minas-Geraes.** — Os periodicos mais razoaveis e os homens da opposição mais esclarecidos insistiam com D. Pedro para que abandonasse o seu systema de governo pessoal, deixasse de impor as suas idéas aos ministros, chamasse ao ministerio pessoas eminentes, como Vasconcellos, Vergueiro, Paula Souza: homens capazes de formar um grande e forte partido nacional que affrontasse os perigos da situação e oppuzesse barreiras insuperaveis ás doutrinas subversivas. A tudo cerrou os ouvidos D. Pedro suppondo ser ainda immensa a sua força. Mandava, no entretanto, Vasconcellos que, ao findar-se a sessão legislativa, se recolhera a Ouro Preto, publicar em todos os jornaes que não seria reeleito nem Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, nem José Antonio da Silva Maia, os quaes por terem entrado no ministerio, tinham perdido a qualidade de deputados. A agitação propagava-se deste modo em quasi todas as provincias, porque já quasi todos acreditavam que D. Pedro só

queria o governo pessoal. Como a provincia de Minas parecesse a mais convulsa pelas idéas e partidos, resolveu D. Pedro visitar esse paiz suppondo que com a sua presença recuperaria o amor e a popularidade, como o conseguira em 1822. Não queremos dissimular que, na opinião de alguns, essa viagem foi por motivos de saúde aconselhada pelos medicos. Seja isto como fôr; a nós basta referir os factos assim por alto e a largos traços, porque não podemos, nem desejamos entrar na discussão de questões particulares. Diremos, portanto, que, levando comsigo a imperatriz, o ministro do imperio Maia e numeroso sequito, partiu de feito para Minas no dia 30 de dezembro de 1830, dirigindo-se ao Sabará pela estrada de Mathias Barbosa, Barbacena, Juiz de Fóra e S. João d'El-Rei.

Em alguns logares encontrou frieza, em outros foi perfeitamente bem recebido, apresentando-se-lhe todas as autoridades, embora sem o enthusiasmo da primeira viagem. Em algumas villas, ao passar do imperador, o povo agglomerou-se nas egrejas afim de assistir a officios funebres por alma do desditoso Badaró. Chegou a Marianna no momento em que se procedia ás eleições; porém Silva Maia, apesar de se achar presente juntamente com o imperador, não foi reeleito. Passando a Ouro Preto, dirigiu D. Pedro aos mineiros uma proclamação (22 de fevereiro de 31) que acabou de lhe alienar as poucas sympathias de que ainda gosava. Conheceu D. Pedro o mau effeito da sua proclamação, e mais ainda o que resultou de uma infinidade de graças honorificas que muitos dos agraciados recusaram, annunciando publicamente a sua recusa. Desgostoso, pois, de todo retirou-se para a Cachoeira do Campo, donde, passados seis dias no isolamento, seguiu para o Rio de Janeiro, mostrando-se, durante a jornada, triste, taciturno e abatido de animo. Chegou até por vezes a falar a um ou outro dos seus mais intimos na possibilidade de uma abdicação e em passar a Portugal para defender o throno de sua filha.

183) **Noite das garrafadas.** — Tendo os brasileiros adoptivos e os immigrantes portuguezes começado na noite do dia doze de março as festas em honra do imperador, que no dia onze chegara ao paço de S. Christovam, accenderam numerosas fogueiras nas ruas da Quitanda e do Rosario, lançando no mesmo tempo aos ares girandolas de fogos artificiaes, armando illuminação pittoresca nas portas e nas janellas das casas e levantando corêtos de musica. Passando por essas ruas grupos de brasileiros exaltados, travaram-se de razões com os moradores, porém na primeira noite a desavença só consistiu em palavras. Voltaram no dia seguinte os brasileiros a percorrer as ruas dando altos e sonoros vivas á independencia do Brasil, á constituição, á assembléa e a D. Pedro emquanto imperador constitucional. Conservando-se totalmente tranquillos, deixaram os portuguezes que os brasileiros proseguissem em suas saudações estrepitosas. Apresentaram-se, porém, estes de novo á noite quando os portuguezes estavam continuando o seu regosijo. Trocaram-se então palavras e injurias azedas. Tentando os nacionaes apagar as fogueiras, foram repellidos pelos extrangeiros, que tinham reunido grande quantidade de pedras e de garrafas quebradas atirando-as com notavel prejuizo dos contrarios. A força publica, no entretanto, se conservava inerte e impassivel.

Tendo-se no dia 14 agglomerado um não pequeno numero de brasileiros no Campo de Sant'Anna, o juiz de paz da parochia recommendou-lhes que não perturbassem a ordem publica, observando que lhes era preferivel representar ao governo contra os factos da noite anterior. Não se contentaram os portuguezes nessa noite do dia 14 de renovar os seus festejos nos quarteirões em que residiam; espalharam-se tambem pelas ruas em magotes e armados dirigindo-se a diversas casas, particularmente á de Evaristo da Veiga, e apedrejando as que não estavam illuminadas, offendendo e maltratando a quantos encontravam e suspeitavam de serem federalistas. Pretendendo alguns officiaes militares e diversos paizanos oppor-lhes resistencia, com

elles travaram uma verdadeira batalha. Acudiu finalmente a policia, que, separando os combatentes, prendeu tres officiaes brasileiros e uma duzia de paizanos, recolhendo a casas particulares diversos feridos e contusos da lucta. Effectuando o imperador no dia quinze a sua entrada solemne na capital, foi saudado com vivas estrondosos pelos portuguezes, mas acolhido friamente pelos brasileiros.

184) **Principio do fim.** — Emquanto D. Pedro recebia as felicitações officiaes da côrte pelo seu regresso, reuniram-se em casa do Padre José Custodio Dias, na rua da Ajuda, 23 deputados e o senador Vergueiro, os quaes foram todos de parecer que, para salvar o Brasil, cumpria collocar-se á frente do movimento dominando-o e dirigindo-o. Redigiu então alli mesmo Evaristo da Veiga uma representação ao imperador que, sendo assignada por todos elles, entregou no dia 17 ao visconde de Alcantara, ministro da justiça. Os signatarios, queixando-se dos actos dos portuguezes, que qualificam de aggressão, lamentam-se da connivencia das autoridades, pedem sejam punidos os autores dos factos, e, gentilmente, ameaçam vinganças.

Em carta do dia seguinte, 18, respondeu o visconde de Alcantara que o governo havia tomado as medidas necessarias e dado as convenientes providencias para manter o socego e a tranquillidade publica, e continuaria a empregar os esforços conducentes ao mesmo fim.

Tratavam neste mesmo tempo os exaltados de insubordinar a tropa excitando-lhe os brios nacionaes contra os extrangeiros. Alguns adheriram ao trama, outros prometteram neutralidade. Dos dois brigadeiros, Francisco de Lima e Silva, e José Joaquim de Lima e Silva (futuro visconde de Magé), o primeiro declarou aos conspiradores que não contassem com elle; o segundo fez promessas elasticas; porém Manuel da Fonseca Lima e Silva, posteriormente barão de Suruhy, commandante do batalhão do imperador e irmão dos dois precedentes, adheriu sem difficuldade ao plano.

Mostraram-se do mesmo modo dispostos a apoiar qualquer movimento hostil ao governo os coroneis Francisco de Paula Vasconcellos, commandante geral da artilharia; João José da Costa Pimentel, Solidonio Pereira do Lago e diversos outros officiaes. Redobrava no mesmo tempo de impetos, de violencia e de ameaças reciprocas a linguagem da imprensa de todos os partidos; havia, portanto, todo o motivo de se recear uma verdadeira guerra civil.

185) **Ministerio do dia 20 de março.** — Ponderando D. Pedro a gravidade das conjuncturas, resolveu mudar o ministerio, porém ainda se obstinou a não chamar para o gabinete os liberaes mais reputados e capazes de dominar a situação. Conservando Hollanda Cavalcante e Carneiro de Campos, chamou o general José Manuel de Almeida, o general José Manuel de Moraes, o visconde de Goianna e Manuel José de Souza França; todos conhecidos por suas idéas pouco mais ou menos adeantadas; nenhum delles, porém, fazia parte das camaras, e nenhum exercia qualquer influxo politico. Comquanto aos signatarios da representação mencionada pouco agradasse a nova organização ministerial; acolheram, todavia, com jubilo a noticia da mudança, e resolveram apoiar o governo afim de impedir as commoções temerosas que os exaltados e os federalistas buscavam promover e realizar.

Começou o novo ministerio substituindo o brigadeiro Francisco de Lima e Silva no commando das armas a Francisco das Chagas Santos, exonerando o commandante do corpo da policia José de Frias Vasconcellos, mandando soltar os presos que desde a noite das garrafadas se achavam recolhidos ás fortalezas da Lage e de Santa Cruz, e ordenando se abrisse devassa para julgar e punir os autores das desordens daquella mesma noite. Officiou no mesmo tempo o ministro dos extrangeiros ao conde de Sabugal, que no Rio de Janeiro representava o governo de D. Maria II, pedindo-lhe contivesse os seus compatriotas entre os limites da ordem e da tranquillidade publicas. Dessa data em deante os por-

tuguezes se conservaram tranquillos. Como, porém, as medidas tomadas pelo governo fossem insufficientes, os exaltados continuaram impunemente a propaganda revolucionaria, não só na capital, mas tambem nas provincias, sobretudo nas da Bahia, de Minas e de S. Paulo.

Afim de se distinguirem dos extrangeiros, tinham desde o dia 14, os brasileiros em geral combinado que levariam no chapéo o laço nacional; porém os exaltados, com o intuito de serem reconhecidos, substituiram a esse laço uma flôr chamada — *Sempre-viva*. Abriram no mesmo tempo os liberaes moderados e amigos das instituições vigentes uma subscripção destinada a solemnizar com um faustoso *Te-Deum*, na egreja de S. Francisco de Paula, o dia 25 de março, anniversario do juramento prestado á constituição politica do imperio. Como a solemnidade fosse particular, o imperador não foi convidado; elle, todavia, se apresentou juntamente com a imperatriz, os ministros e a côrte. Ao entrarem elles na egreja, echoaram vivas espontaneos do povo *ao imperador emquanto constitucional*. Respondeu-lhes D. Pedro com impeto em vozes altas e sonoras: *Sou e fui sempre constitucional,* e elle proprio collocou no chapéo o tope nacional. Aos vivas dados a D. Pedro II, replicou: *Ainda é muito creança*. Infelizmente o ministerio não se mostrou na altura das circumstancias, limtiando-se a convocar extraordinariamente a assembléa, que devia ser aberta logo que no Rio se achasse numero sufficiente de deputados. Nenhuma outra medida tomou para impedir que os exaltados ou federalistas continuassem a corromper a tropa arregimentada.

186) **Ministerio fatal do dia cinco de abril.** — Demittiu, portanto, D. Pedro repentinamente o ministerio, mas, em logar de convidar para o gabinete pessoas capazes de impor-se aos partidos, confiou o poder aos marquezes de Paranaguá, de Baependy, de Inhambupe e de Aracaty; ao conde de Lages e ao visconde de Alcantara. A noticia desta mudança, publicada pelos jornaes do dia seis, foi recebida com um brado

geral de indignação em todas as diversas fracções do partido liberal. Numerosos grupos começaram sem demora a percorrer as ruas repetindo gritos de sedição e revolta, tomando os exaltados a deanteira dos acontecimentos que não podiam deixar de realizar-se. Grandes magotes de povo, como si fossem impellidos por uma força occulta e mysteriosa, dirigiram-se para o Campo de Sant'Anna, onde pelas tres horas da tarde se achavam agglomeradas umas tres mil pessoas, sahidas na maxima parte, das ultimas camadas da Sociedade.

Os deputados que estavam na capital, reuniram-se pelo meio dia na casa do Padre José Custodio Dias, mas logo appareceram divergencias entre elles. Evaristo, Carneiro Leão e Paim propuzeram se resistisse á revolução, visto como da victoria della resultariam a quéda do imperador, a ruina das instituições e o reinado da anarchia. Outros, pelo contrario, anciosos por verem D. Pedro longe do sólo brasileiro, declararam-se em favor do movimento iniciado, e não tardaram em dirigir-se para o Campo de Sant'Anna indo reunir-se aos conspiradores.

Desejando conservar-nos na altura da imparcialidade e sabendo que a respeito de D. Pedro I existem opiniões encontradas e modo differente de referir estes ultimos factos, permitta o cortez leitor que demos aqui a palavra ao inglez Armitage, do qual copiaremos as paginas seguintes:

"Sendo D. Pedro informado daquelle ajuntamento e do seu fim, publicou uma proclamação assignada por seu punho e por todo o ministerio, asseverando que a administração era perfeitamente constitucional, e que os seus membros se guiariam unicamente por principios constitucionaes. Foi essa proclamação lida ao povo por um juiz de paz, e apenas lida foi-lhe arrancada das mãos e calcada aos pés. Tornou-se ainda mais vehemente o grito para a reintegração do ultimo ministerio: a multidão augmentava a cada momento, e pelas seis horas da tarde tres juizes de paz dirigiram-se ao paço de S. Christovam, e requisitaram que fosse

reintegrado o ministerio que tinha a confiança do povo. Assim se designava o que havia sido por ultimo demittido. O imperador ouviu ler a representação, porém não annuiu, respondendo: *Tudo farei para o povo; mas nada pelo povo.* Apenas sabida esta resposta no Campo, levantaram-se os gritos mais sediciosos, e as tropas commandadas por Francisco de Lima principiaram a reunir-se alli para fazerem causa commum com a populaça. O mesmo Lima que se achava ainda irresoluto, apresentou-se em pessoa ao imperador para explicar-lhe o estado das cousas, e, si possivel fosse, resolvel-o a annuir aos desejos do povo. Suas representações foram baldadas; D. Pedro recusou-se a demittir os ministros; porém tarde usava da sua firmeza; já de nada lhe servia. O batalhão do imperador, que estava aquartelado em S. Christovam, então commandado por Manuel da Fonseca Lima, foi reunir-se aos seus camaradas no Campo, onde chegou pelas onze horas da noite. Seguiu tambem a guarda de honra que fôra chamada a S. Christovam, e os cidadãos, e a populaça que se achava no Campo, cujo numero augmentava gradualmente, proveram-se de armas tiradas dos quarteis vizinhos.... O general Lima enviou um de seus ajudantes, Miguel de Frias, a informar o imperador do que se passava."

187) **Abdicação e embarque.** — "Neste interim, vendo o imperador o aspecto serio que tomavam as cousas, e, como ultimo recurso, mandou o intendente da policia, Caetano Maria Lopes Gama, pedir o auxilio e a cooperação de Vergueiro para formar um gabinete que encontrasse a approvação popular. Quando chegou a S. Christovam o ajudante, o imperador o informou do que havia feito; mas, ao mesmo tempo, fez-lhe ver que nenhuma consideração o obrigaria a reintegrar o ministerio que havia demittido. A este tempo a imperatriz chorava amargamente e debalde o imperador a consolava, assegurando-lhe que tudo se terminaria pacificamente. Deve-se confessar que nesta occasião D. Pedro mostrou uma dignidade e grandeza de

que não usára nos dias da sua prosperidade. Todos os sentimentos de egoismo haviam sido esquecidos; e quando, alguns minutos depois, soube que o batalhão commandado por Manuel da Fonseca Lima havia desertado, disse simplesmente: *Fez bem; que se vão reunir aos seus camaradas no Campo; não desejo que alguem se sacrifique por mim*".

"O intendente da policia não poude encontrar Vergueiro, e como se demorasse, o ajudante Frias instou com o imperador para que lhe désse uma decisão immediata, observando-lhe que o povo no Campo talvez commettesse alguns excessos, na persuasão de que o seu emissario tivesse sido assassinado ou preso; ao que o imperador replicou: *Certamente que não nomearei o ministerio que querem; a minha honra e a constituição m'o não permittem; prefiro antes abdicar ou morrer do que fazer uma tal nomeação.* Respondeu então o ajudante que ia communicar esta resolução ao general e ao povo; mas D. Pedro lhe rogou que esperasse uma resposta mais decisiva. Ninguem apparecia por parte de Vergueiro; era natural suppor que a populaça se tornasse cada vez mais impaciente; e, além de todos os seus anteriores desgostos, D. Pedro achava-se sem um só soldado. Atormentado, irritado e fatigado em extremo, julgou que era necessario ceder ás circumstancias; e pelas duas horas da manhan sentou-se, e sem pedir conselho a ninguem, sem mesmo informar o ministerio do que havia resolvido, escreveu a sua abdicação nos termos seguintes:

"Usando do direito que a constituição me concede, declaro que tenho mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho, o Senhor D. Pedro de Alcantara."

"Boa Vista, 7 de abril de mil oitocentos e trinta e um, decimo da Independencia e do Imperio."

"Levantou-se então, e dirigindo-se para o ajudante Frias, apresentou-lhe o decreto, dizendo-lhe com as lagrimas nos olhos: *Aqui está a minha abdicação; desejo que sejam felizes! Retiro-me para a Europa, e deixo um paiz que tanto amei e ainda amo.* As lagrimas

suffocaram-lhe então a voz, e retirou-se apressadamente para a sala immediata, onde estava a imperatriz, acompanhada dos embaixadores francez e inglez. Despediu depois os seus ministros, menos o marquez de Inhambupe; e, em um decreto que datou de 6 de abril, nomeou José Bonifacio de Andrada tutor de seus quatro filhos. Foi uma prova espantosa de ingratidão que achou na hora da desgraça, que dentre todos aquelles que havia beneficiado e enriquecido, se visse obrigado a aproveitar-se do ancião que, em outro tempo, havia tratado com tanta crueldade."

"Depois de ter finalmente arranjado os seus negocios domesticos, embarcou em um dos escaleres da náu ingleza Warspite com a imperatriz, a rainha de Portugal, sua irman, a marqueza de Loulé e o marquez seu marido; e a contar desse momento nunca mais poz o pé sobre o sólo brasileiro. A augusta comitiva dirigiu-se primeiramente para bordo da *Warspite,* do commandante Talbot, onde estava arvorado o pavilhão do almirante Baker, e alli ficou alguns dias, até que se fizessem os necessarios preparativos para a sua viagem á Europa. Foi destinada a fragata ingleza *Volage,* commandante lord Colchester, para conduzir D. Pedro, a ex-imperatriz, e sua comitiva, a qualquer porto da Europa que escolhesse o imperador ao norte de Brest; e a fragata franceza *La Seine,* com ordens eguaes, foi posta á disposição da joven rainha de Portugal, e de sua comitiva."

"Frias havia, entretanto, regressado a todo o galope de S. Christovam com o decreto da abdicação, e havia sido recebido no Campo com muitas demonstrações de alegria, e vivas a D. Pedro II."

**Fontes de informação.** — Para toda esta historia desde 1808 a 1831 vide

1) Pereira da Silva, Historia da fundação do Imperio Brasileiro e 2.º periodo do reinado de Pedro I (1).

2) Armitage, ed. de 1837.

---

(1) Na leitura deste autor é necessario ter bastante cautela, porque muitas vezes é inexacto.

3) Mello Moraes em suas diversas obras refere a vida intima da côrte de D. João VI e de D. Pedro I.

4) Accioli, **Memorias da Bahia.**

5) Baena, **E'ras.**

6) Vide tambem o Inst. Hist. Bras., vol. de 1845, pag. 125: — Memoria da Campanha de 1816 contra Artigas escripta em 1817 por Diogo Arouche de Moraes Lara. — It. ib. — Documentos relativos á referida Memoria. — It. vol. de 1867, p. 1, pag. 209: — Relação dos objectos que em 1817 foram tirados aos insurgentes do lado do Uruguay. — It. vol de 1868, p. 2, pag. 9-62: — Biographia do barão do SêrroLargo, onde se fala das campanhas em que elle tomou parte desde 1816 até 1827. — It. vol. de 1878, p. 1, pag. 330, e vol. de 1879, p. 1, pag. 5 e pag. 105: — Documentos relativos ás campanhas do sul desde 1811. — It vol. de 1879, p. 2, pag. 115: — Indice, chronologico dos factos mais importantes da Cap. do Rio Grande do Sul. — It. vol. de 1867, p. 1, 44: — Condição do Rio Grande do Sul em 1808. — It. vol. de 1860, p. 2 pg. 497: — Recordações historicas relativas á campanha de 1827 no sul por J. J. Machado de Oliveira. E' uma narração da batalha de Ituzaingo com o intuito de defender o marquez de Barbacena. — It. ib. pag. 567: — Nove quesitos que a respeito da mesma batalha o secretario do I. H. Bras. em 1854 propoz ao então marquez de Caxias, o qual, entre outras cousas, respondeu: — 1) no dia 20 de fevereiro de 1827 Barbacena entrou em batalha com cinco mil e sete praças quando o exercito argentino constava de 10.559 homens. — 2) O movimento retrogrado de Alvear foi estrategico, e Barbacena se deixou enganar. — 3) A posição dos argentinos era muito mais favoravel. — 4) Na batalha, que durou onze horas, todos os corpos brasileiros conservaram as posições que lhe haviam sido marcadas. — 5) A retirada, que se effectuou com toda a ordem, foi aconselhada pelo extremo cansaço das tropas e dos cavallos, bem como pela falta de reservas e de munições, pois estas por terem ficado atrás, haviam sido apprehendidas desde o principio da lucta.

Vide egualmente o vol. de 1874, p. 1., pag. 399: — Reminiscencias da campanha de 1827 pelo cor. A. A. F. de Seweloh. Tudo muito favoravel a Barbacena. — It. vol. de 1886, p. 1., pag. 289:— Batalha de Ituzaingo. E' uma apologia historica de Barbacena. A narrativa é bastante clara, porém muito prolixa e cheia de repetições enfadonhas. — It. ib. pag. 459: — Documentos preciosos a respeito da referida batalha. Vê-se delles quão medonho era o estado de desmoralização do exercito e o abandono em que era deixado Barbacena.

Vol. de 1841, pag. 547: — Memoria sobre a antiga escola de pintura fluminense. — Vol. de 1849, pag. 137: — Breve noticia sobre a fundação de Nova Friburgo. — Vol. de 1859, pag. 161: — Memoria sobre os acontecimentos politicos do Pará em 1821-1823. — It. ib. pag. 413: — Correspondencia relativa aos factos occorridos em Portugal e no Brasil em 1822-23. — It. ib.. pag. 507: — Memoria sobre a fundação das faculdades de direito no Brasil.

Vol. de 1862, pag. 588: — Documento relativo á obra de Armitage. — Vol. de 1863, pag. 145: — Portugal e o Brasil de 1808 a 1822. — Vol. de 1864, p. 1, pag. 271: — Acontecimentos no Rio em 1821. — Vol. de 1868, p. 2, pag. 33: — O dia 9 de janeiro de 1822 no Rio. — Vol. de 1869, p. 2, pag. 71: — A constituição do Brasil. — Vol. de 1873, p. 1, pag. 174: — Documentos relativos á prisão de João José Fidié em 1824. — It. ib. pag. 197: — S. Paulo em 1814. — Vol. de 1874, p. 2, pag. 367: — Preludios da independencia no Rio. — It. ib. pag. 179: — Sedição militar de 1831 no Rio.

Vol. de 73, p. 2, pag. 179: — Governadores do Maranhão depois da independencia. — Vol. de 1884, p. 2, pag. 139, e vol. de 1886, p. 2, pag. 301: — O 28 de julho de 1823 no Maranhão.

Vol. de 1876, p. 2, pag. 337, e vol. de 1889, p. 2, pag. 309: — Badaró. — Vol. de 1822, p. 2, pag. 5: — D. João VI na Bahia em 1808. — Vol. de 1884, p. 1, pag. 1 e pag. 25: — O Rio de Janeiro em 1811. — It. ib. pag. 87: — Real Sociedade Bahiense. — Vol. de 1885, p. 1, pag. 235: — Expedição em apoio do Piaûhy em 1823. — It. ib. pag. 593: — Abertura da assembléa constituinte. — It. ib. p. 2, pag. 159: — Independencia do Maranhão. — Vol. de 1887, p. 2, pag. 267: — Navios apresados pela esquadra brasileira na guerra da independencia.

Vol. de 1892, p. 2, pag. 5: — Pedro I na época da independencia. — Vol. de 1896, p. 2, pag. 151: — Ensaio sobre a independencia do Brasil por Franklin Doria, Barão de Loreto. — Vol de 1897, p. 1, pag. 305: — Viagem de Pedro I a Minas em 1830-31. — It. ib. p. 2, pag. 97: — A independencia do Brasil por Moreira de Azevedo. — It. ib. pag. 235: — Ratcliff.

Vol. de 1898, p. 1, pag. 155: — Quatorze cartas de Pedro I a seu pae: são todas de 1822: desde 12 de fevereiro até 19 de setembro. — It. ib. p. 2, pag. 1-567: — Trabalho de pasmosa erudição em que, sob o titulo de — **Pessoas e Cousas do Brasil** — o sr. Henrique Raffard, M. D. 1.º secretario e socio honorario do Inst. Hist. Bras., conta uma infinidade de factos relativos a Pedro I e a Pedro II.

Vol. de 1900, p. 2, pag. 275: — Um episodio da revolução de 1831 no Rio de Janeiro.

Vol. de 1894, p. 1, pag. 167: — Patriarchas da independencia: Conf. por Tr. de A. Araripe.

It. ib. pag. 159: — De que modo receberam em Cuyabá a noticia da morte de D. Maria I.

Vol. de 1892, p. 1, pag. 261: — Sergipe em 1821.

Vol. de 1867, p. 1, pag. 233: — Revolta dos **Periquitos** em 1824 na Bahia.

Vol. de 1863, p. 2, pag. 275: — Um episodio da revolução de abril de 1831.

Vol. de 1866, p. 1, pag. 1: — Diversos documentos relativos á viagem de Pedro I a Minas, a S. Paulo, á Bahia, etc. — It. ib. pag. 179: — Trechos tirados da historia do visconde de Cayrú. — It. ib. — Numerosos documentos relativos a D. João VI, ás côrtes de Portugal, etc.

RELATIVAMENTE A' HISTORIA DE S. PAULO vide no Inst. H. Bras. o vol. de 1878, p. 2, pag. 333: — Ida de Pedro I a S. Paulo, grito do Ypiranga. — It. ib. pag. 241: — O conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel. Contém este trabalho noticias de summo interesse a respeito da independencia e do reinado de Pedro I. — It. Azevedo Marques: — Apontamentos. — It. Machado de Oliveira: — Quadro historico. — It. Archivo de S. Paulo, vol. 1. — O governo provisorio e a Bernarda. — It. Vol. II: — Actas do governo provisorio de S. Paulo em 1821-22. Tambem nos vols. 36 e 37 ha cousas muito interessantes a respeito dos factos occorridos desde 1815 até 1822.

Vide tambem o Inst. Historico de S. Paulo, vol. V, pag. 3: — O supplicio de Chaguinhas. — It. ib. pag. 48: — Martim Francisco e a Bernarda. Nesses dois trabalhos o sr. Dr. A. de Toledo Piza com pasmosa erudição e admiravel clareza refere o que occorreu em S. Paulo na época da independencia. Vide egualmente o vol. VI, pag. 27: — Reproducção de um periodo hist. pelo Dr. João Moraes: Refere-se á guerra contra Buenos-Ayres até á paz em 1828. Vide tambem o vol. VII, pag. 1-219, onde o sr. Dr. A. de Toledo Piza responde triumphalmente a um cidadão que ousára censurar os artigos publicados no V. — It. ib., pag. 220: — Cartas Andradinas.

PARA A HISTORIA DE PERNAMBUCO. — Vide no Inst. Hist. Bras. o vol. de 1897, p. 1, pag. 103: — Pern. em 1817. E' a obra de Muniz Tavares. — It. o vol. de 61, pag. 353: — Estudo hist. sobre a rev. de 1817. — It. ib pag. 407, e vol de 66, p. 1, pag.

201, e vol. de 67, p. 1, pag. 75 e pag. 357, o vol. de 1868, p. 1, pag. 213, e o vol de 1874, p. 1, pag. 123. Em todos estes logares ha numerosos documentos relativos á rev. de 1817.

Vide tambem o vol de 1866, p. 2, pag. 36: — Noticia historica sobre a Confederação do Equador de 1824. E' um bom trabalho — It. vol. de 1874, p. 1, pag. 33: — Pern. em 1824: — Documentos, etc. — It. vol. de 1885, p. 1, pag. 589: — PROCURAÇÃO SINGULAR. José da Nat. Saldanha, que em 1824 tomara parte na revol. de Pern. e, por ser condemnado á pena ultima, fugira para Caracas, mandou em 1825 ao novo pres. de Pern. uma procuração em fórma autorizando-o a ser por elle enforcado e a padecer qualquer outro castigo que o governo lhe quizesse impor.

Vol. de 1875, p. 1, pag. 153: — Doc. relativo á revolução do Ceará em 1817; — It. vol. de 1862, pags. 43 a 62: — Actas da camara do Crato e da do Icó em 1817.

Vide egualmente o Inst. Arch. Pern., N. XIX. pag. 401: — A espada com que em 1817 o Leão Coroado feriu o brig. M. J. B. de Castro, offerecida ao Inst. A.

N. XXIII, pag. 674: — A cabeça do P. João Ribeiro Pessoa.

N. XXXVII, pag. 71: — Municipio do Bonito; Pedra do Rodeador; factos de 1819, etc.

N. XL, pag. 89: — Typographia de 1816 em Pern. — It. ib. pag. 90: — Doc. rel. a 1817.

N. XLI, pag. 271: — O supplicio de frei Caneca.

N. LVI, pag. 1: — Os motins de fevereiro de 1823.

N. LVII, pag. 251: — Combate do Rodeador.

N. LVIII, pag. 403: — A Bandeira da Confederação do Equador.

N. LX, pag. 1: — Os patriotas de 1817. — It. ib.: — O assedio do Recife em 1821.

Vide tambem o Barão de Studart: — Datas e factos para a hist. do Ceará, anno de 1817, 1818, etc.

## EPOCA XII

## Reinado de Pedro II

---

### PARTE I

### A REGENCIA, 31 — 40

### I

## O Rio de Janeiro durante a Permanente Trina, — 31 — 35.

188) **Regencia provisoria.** — Emquanto D. Pedro I se dirigia para os navios extrangeiros destinados a leval-o para a Europa, Miguel de Frias regressava a grande galope para o Campo de Sant'Anna, onde todos receberam com o maior enthusiasmo a noticia da abdicação. Como, todavia, houvesse motivo serio para se recear que os anarchistas triumphassem, reuniram-se desde manhan cêdo no paço do senado todos os deputados (eram 36) e os senadores (eram 26) que se achavam na côrte, e bem assim os ex-ministros, menos o marquez de Paranaguá e o visconde de Alcantara. Concordaram todos em nomear uma *regencia provisoira*, cujos membros foram o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, Nicoláu de Campos Vergueiro e o marquez de Caravellas. A estes confiaram o governo do imperio emquanto não fosse estabelecida uma regencia permanente na conformidade da constituição. Reunindo-se mais uma vez no dia seguinte, 8, os deputados e os senadores, publicaram uma proclamação apropriada ás circumstancias com o fim de acalmar os espiritos que se achavam sobremodo excitados.

Talvez fosse isto mais facil do que se pensava, porque não havia plano fixo para uma revolução popular; a revolta fôra levada a effeito quasi exclusivamente pelos militares, nem o partido exaltado tinha nesse tempo grande força. E' tambem de observar que, si não se tivesse realizado esta sedição militar, ou si ella tivesse sido abafada desde o principio, o que talvez não fosse muito difficil, teriam reapparecido movimentos insurreccionarios nas provincias, e, attenta a universal impopularidade do imperador, o seu exito não teria sido duvidoso. "Por mais indignos que possam ter sido, diz Armitage á pag. 309, os agentes empregados na revolução, deve-se reconhecer que (a abdicação) foi o unico meio de se firmar o throno na dynastia de D. Pedro, e de se prevenir a guerra civil, que só teria terminado com a separação das provincias."

189) **Primeiros actos dos regentes.** — Restabeleceram os regentes o ministerio demittido a 5 de abril, substituindo a Hollanda Cavalcanti que recusou a offerta, o deputado José Ignacio Borges na pasta da fazenda. No dia 9 de abril compareceu nos paços da cidade o joven imperador juntamente com as princezas D. Januaria, D. Francisca e D. Paula, recebendo alli as homenagens dos regentes, dos ministros, dos senadores, deputados e cidadãos de todas as classes da Sociedade. Seguiu-se a este acto civil um faustoso *Te-Deum* celebrado na egreja de S. Francisco de Paula. Sob a data do dia *treze* publicou a regencia provisoria um manifesto expondo os principios politicos e administrativos que desejava seguir no seu governo. Recolheram-se então aos quarteis as tropas insurgidas que ainda estacionavam no Campo de Sant'Anna. Voltou egualmente o povo que tomára as armas, para seus costumados trabalhos e occupações regulares, ficando tudo em uma tranquillidade relativa.

Officiava, no mesmo tempo, o secretario de estado dos negocios extrangeiros aos agentes diplomaticos e consulares acreditados no imperio afiançando-lhes a segurança de bens e de pessoas, bem como o pleno go-

so dos direitos civis de seus respectivos concidadãos. O ministro da guerra, depois de confiar o commando dar armas ao general José Joaquim de Lima e Silva, ordenou se removessem do exercito todos os extrangeiros sem excepção, e recommendou se mantivesse a mais severa disciplina. O da justiça annunciou amnistia geral para todos os crimes politicos até então perpetrados, e ao desembargador Caetano Maria Lopes Gama substituiu, no cargo de intendente geral de policia, o desembargador Antonio Pereira Barreto Pedroso. Medidas semelhantes tomaram os outros ministros, cada um na sua repartição. Muitos presidentes de provincia e commandantes das armas foram demittidos. Comtudo a ordem e a tranquillidade ainda não reinava de todo nem na capital, nem nas provincias, emquanto a autoridade se mostrava impotente, e a policia, incapaz de reprimir e castigar os desordeiros.

190) **Dois partidos.** — Bem que por falta de numero ainda não se pudesse reunir legalmente a sessão extraordinaria que fôra convocada, déram os regentes principio ás sessões preparatorias da legislatura ordinaria. Comquanto nestas sessões não se admittissem discussões politicas, diversos deputados tomaram a palavra para se queixarem da falta de segurança publica e pessoal, e para pedirem ao governo providencias contra os turbulentos e malfeitores. Estas reclamações despertaram sympathias na população assisada da capital do imperio. Todos começaram a entender que, para oppor um dique á anarchia, era mistér apoiar-se na camara temporaria, visto como o governo se mostrava indeciso e impotente, emquanto o senado, composto de velhos servidores de Pedro I, se achava destituido de prestigio e de autoridade. Foi assim que a marcha dos acontecimentos começou a desmembrar o partido liberal e dar origem a outros. Todos concordavam na urgencia de reformas em sentido largamente democratico; discordavam, porém, a respeito do modo e dos meios para as realizar. Alguns exigiam promptas e immediatas reformas radicaes, proclama-

das pelo povo na praça publica como consequencia do seu direito emanado da revolução; outros preferiam uma assembléa constituinte; muitos confiavam que as camaras existentes votariam as medidas salvadoras, reclamadas urgente e geralmente sem que fosse preciso sahir fóra da lei e da propria constituição.

Formaram-se deste modo dois partidos: o *moderado* e o *exaltado,* que dentro em breve principiaram a combater-se mutuamente com odio implacavel. Ambos tiveram seus periodicos, sendo os principaes do partido exaltado a *Nova Luz Brasileira, O Exaltado, O Jurujuba,* no Rio; a *Sentinella* e o *Echo da Liberdade,* na Bahia; o *Observador,* em S. Paulo. Advogavam os principios do partido moderado: na côrte, a *Aurora,* o *Independente,* a *Astréa,* sendo numerosos os das provincias. Nem deixou de apparecer na capital do imperio *O Republico,* que propugnava a idéa de se proclamar a republica.

Definhavam, no meio desta confusão de idéas, o commercio e a industria; o dinheiro desapparecia, e a emigração para fóra do imperio tomava proporções assustadoras. Com o intuito de salvaguardar a ordem contra os anarchistas, instituiu-se, a 19 de maio, sob a proposta de Evaristo da Veiga, a associação politica chamada *Defensora da Independencia,* na qual se inscreveram regentes, ministros, deputados, senadores, commerciantes, banqueiros, advogados, medicos, industriaes e empregados publicos. No seio della começaram a ser discutidas e apreciadas as questões politicas do dia, tomaram-se deliberações relativas ao procedimento do partido na imprensa, dirigiu-se propaganda activa pelas provincias e abriram-se correspondencias com o fim de exercer influxo na Sociedade e no proprio governo. Organizou então o partido exaltado outra associação que chamou — *Federal* — rivalizando com a sua competidora em trabalhos e fadigas.

191) **Camaras.** — Abriram-se, no entretanto, as camaras no prazo fixado para as suas sessões ordinarias.

Tendo os regentes lido com toda a solemnidade a denominada fala do throno, responderam as camaras afiançando apoio para sustentar a ordem publica, e aconselhando energia afim de refrear as convulsões anarchicas. Occupou-se desde o principio a camara temporaria com uma lei destinada a determinar as attribuições do governo da regencia. Estabeleceu que a regencia seria permanente para governar o estado durante a menoridade do imperador, e composta de tres membros eleitos a pluralidade de votos pela assembléa geral reunida em sessão extraordinaria. Cassaram-se, porém, as attribuições do poder moderador da constituição quanto á amnistia, á concessão de graças e titulos honorificos, á dissolução da camara, á nomeação de conselheiros de estado, á sancção de leis, perdão a ministros, etc.

Approvou logo depois a camara dois projectos exigidos pelas urgencias da occasião. O primeiro delles, vedava ajuntamentos nocturnos de cinco ou mais individuos nas ruas e praças publicas das cidades e villas. O segundo robustecia o governo com o direito de suspender os juizes de paz negligentes ou prevaricadores, comtanto que prestasse ás camaras conta immediata do seu acto, com os documentos que o justificassem. Decretou no mesmo tempo a creação de guardas municipaes tirados da lista dos cidadãos que possuissem as qualidades de eleitores de parochia, incumbidos de manter a ordem, e organizados por companhias.

Apesar dos protestos de José Bonifacio e dos energicos discursos de Martim Francisco, resolveram os deputados a questão da tutoria, declarando que o direito de nomear tutor á familia imperial não assistia a Pedro I, mas á assembléa geral, que cada anno devia tomar as contas do tutor. Procedeu-se logo depois em assembléa geral á eleição da regencia permanente trina, sendo eleitos o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz. José Bonifacio obteve tambem a maioria dos votos para tutor da familia imperial, 17 de junho de 31.

192) **Feijó é nomeado ministro da justiça.** — O primeiro acto dos novos regentes consistiu em procurar um varão energico para ministro da justiça. Offereceram esse posto ao padre Diogo Antonio Feijó, o qual não recusou o convite, mas exigiu condições que, reduzidas a escripto em fórma de contracto, foram assignadas por elle e pelos regentes. Cifravam-se essas condições na inteira liberdade de acção quanto á pasta que lhe pertencia; direito, quando doente ou com licença dentro de um anno, de se fazer substituir por pessoa de sua escolha; animo resoluto para combater os desordeiros, castigar os criminosos, destituir e responsabilizar os empregados negligentes ou prevaricadores; manutenção de um periodico sob a sua immediata responsabilidade, etc. Estava Feijó talhado pela natureza para conjuncturas como estas. Não podia, pois, a regencia fazer escolha melhor. Notou-se logo uma acção vigorosa em todos os negocios que corriam pela repartição da justiça.

193) **Primeira tentativa dos exaltados.** — Comquanto ao partido dos exaltados constasse que Feijó adoptava em theoria muitas de suas idéas e de seus principios, entendeu, comtudo, que na pratica elle havia de ser seu mais implacavel adversario. Resolveu portanto, combatel-o a todo o transe antes que com o poder lograsse ganhar força e prestigio. Tendo attrahido para si um bom numero de tropas, iniciou a revolta no quartel de S. Bento o batalhão 26 de infanteria (12 de julho), desobedecendo os soldados a seus officiaes, pegando em armas e disparando tiros para a rua. Não tardaram, todavia, a depor as armas, entregando-se á discreção, quando se viram assediados por seiscentos guardas municipaes que o ministro mandára de prompto contra elles. Enviou immediatamente o governo esse batalhão para a Bahia.

Tudo parecia socegado, quando, durante a noite de 13 para 14 do referido mez, veiu perturbar a cidade uma insurreição muito mais temivel; pois o corpo de policia, abandonando seus quarteis, espalhou-se pelas

ruas, praticando toda a especie de desordens: roubando, assassinando, e estabelecendo-se, na madrugada do dia quatorze, no largo do Rocio, onde nesse mesmo dia se lhe reuniram com armas e munições diversos batalhões de linha. Como se lhes ajuntassem tambem numerosos paizanos, os insurgentes formaram um grupo medonho que sobre a tarde se transferiu para o Campo de Sant'Anna. E' facil imaginar o terror que se apoderou da cidade. A's primeiras noticias desta revolta mandou Feijó pedir aos regentes, aos collegas do ministerio e ao tutor da familia imperial, acudissem com toda a urgencia ao paço da cidade para, de commum accordo, tomarem alli as medidas necessarias a reprimir a rebellião; ordenou que em todas as parochias se convocassem os guardas municipaes e se dirigissem a occupar o largo do paço; que se convidassem os extrangeiros a receberem armas afim de apoiarem o governo na batalha que lhe era indispensavel ferir. Solicitou no mesmo tempo dos presidentes das duas casas do parlamento reunissem os representantes da nação em assembléa geral para o poder executivo e o legislativo se pôrem de accordo em medidas urgentes. A porção da cidade comprehendida entre o largo do Rocio e o Campo de Sant'Anna ficou sob o dominio dos revoltosos, cujo numero se calculava exceder a quatro mil, entre militares e paizanos; porém o lado do mar foi occupado pelos guardas municipaes. O susto ia, no entretanto, despovoando a cidade.

Pela manhan do dia quinze já o ministro da justiça tinha a seu dispor uns tres mil homens, mais ou menos bem armados, e estava senhor dos armazens de guerra e de marinha. Mandou então ao Campo de Sant'Anna emissarios incumbidos de espalhar proclamações convidando o povo a recolher-se para suas casas afim de não ser severamente castigado. Encarregou diversos officiaes militares de induzir com bons modos os soldados insurgidos a sujeitarem-se á disciplina e a seus chefes legitimos. Corria neste interim por entre os revoltosos uma representação que foi coberta

com umas quinhentas assignaturas. Exigiam-se nella reformas impossiveis, quaes eram, por exemplo, a demissão dos ministros, a suspensão dos funccionarios de categoria elevada, civis e militares, que tivessem nascido em Portugal, a deportação de muitos cidadãos pertencentes ao senado, ao conselho de estado, ao exercito, e ao commercio, bem como a prohibição da immigração portugueza por dez annos. A representação terminava declarando que o povo e a tropa estacionada no Campo de Sant'Anna não haviam de depor as armas emquanto não houvessem sido satisfeitas as suas solicitações. Não houve na assembléa quem apoiasse tão extranha representação; adoptou-se, todavia, a idéa de remetter aos revoltosos juntamente com a resposta negativa um manifesto ordenando-lhes depuzessem as armas e asseverando-lhes que a assembléa geral decretaria as reformas constitucionaes e as mais medidas indispensaveis para satisfazer as aspirações do povo. Produziu este manifesto uma scissão nos amotinados, entre os quaes não deixavam de trabalhar os emissarios do governo, que conseguiram modificar os sentimentos de numerosos militares.

Ao cahir da noite, uma rixa entre praças de linha e paizanos causou uma pugna intestina, em que os revoltosos se feriram e maltrataram mutuamente. Logo depois largo numero de soldados, abandonando o Campo de Sant'Anna sob a direcção de seus officiaes, recolheram-se tranquillos aos seus quarteis. Pelo correr da noite este exemplo contagioso lavrou de modo sobre as massas do povo, que, quando, na manhan do dia dezèseis, as forças do governo avançaram para o muitas vezes mencionado Campo, encontraram apenas diversos grupos populares que, sem oppor a minima resistencia, desataram em precipitada fuga.

194) **Castigo dos revoltosos.** — Mostrou-se Feijó inexoravel no castigo dos insurgentes, e tendo encontrado alguma opposição nos seus dois collegas, Souza França e José Manuel de Moraes, declarou terminantemente á regencia que se retirava do ministerio quan-

do não conseguisse reorganizal-o com membros novos mais de accordo com elle em sentimentos e vistas politicas. Sendo, pois, os dois ministros demittidos no mesmo dia 16, completou-se o ministerio com Vasconcellos na repartição da fazenda, Lino Coutinho na do imperio, e Manuel da Fonseca Lima e Silva na da guerra.

Redigiu incontinenti Vasconcellos um manifesto ás camaras, em nome do gabinete, desenhando a situação, expondo as intenções do ministerio, declarando-o solidario e solicitando o apoio dos representantes da nação. Mostrou-se a camara dos deputados satisfeita com o programma ministerial, e desde então reinou perfeito accordo entre o gabinete e a maioria. Resolveu-se a dissolução do corpo de policia e a baixa dos soldados que haviam terminado o seu tempo de serviço. Enviaram-se para as provincias diversos batalhões depois de reorganizados, e foram transferidos para outros corpos; reformados, presos e submettidos a conselho de guerra muitos officiaes á medida das suspeitas do seu procedimento. Instauraram-se processos contra os paizanos envolvidos na sublevação, e foram passadas ordens terminantes para se apprehenderem, até antes da pronuncia, os indiciados como cabeças. Applicou-se urgencia no armamento e disciplina da guarda municipal emquanto as camaras não votassem a instituição de uma guarda nacional de que então já se occupavam.

Patenteava o Padre Feijó um ardor febril na lucta travada contra os turbulentos, recommendando a todos os seus subordinados a maior vigilancia para descobrir e abafar qualquer tentativa de revolta. Com medo que alguns magistrados lhe estorvassem os planos, suspendeu as *cartas de seguro* estabelecidas pela legislação antiga, dizendo que as considerava abolidas pela constituição do imperio, que tratava unicamente de fianças.

Bem que o Padre A. Feijó grangeasse com a sua energia as sympathias e a admiração de todos os homens da ordem, não poude escapar a ser na camara

censurado por sete ou oito deputados, entre os quaes se contavam Martim Francisco, seu inimigo pessoal desde a época da independencia; Hollanda Cavalcanti, homem excentrico, que com suas propostas extravagantes perturbava a miudo o andamento dos trabalhos parlamentares; e Montezuma, que não trepidou em formular uma accusação contra o ministro da justiça por ter suspendido a garantia individual do *habeas-corpus.*

Posto que a grande maioria da camara recusasse dar andamento a semelhante accusação, mostrando-se prompta a sustentar o ministerio, e posto que dispensasse egualmente outra accusação proposta contra os ultimos ministros de Pedro I, assentou, todavia, em mandar responsabilizar perante o senado o conselheiro José Clemente Pereira por ter ordenado, quando era ministro, recrutamento sem autorização da lei, e encommendado a compra de dez mil espingardas para o exercito sem que no respectivo orçamento existisse verba para este serviço. José Clemente Pereira foi, porém, absolvido pelo senado que, de conformidade com a constituição, se constituiu em tribunal. E' que essa accusação significava apenas uma satisfacção dada ao partido dominante que exigia se perseguissem os amigos do primeiro imperador, e tal foi tambem o facto de ter a camara, sobre um simples relatorio da commissão de fazenda, declarado que Pedro I se tornara devedor da nação pela somma de seiscentos e tantos contos despendida com o seu casamento, com a viagem ao Rio Grande e com a diplomacia empregada na Europa.

195) **Projecto de reformas.** — Depois de ter votado as leis annuaes relativas á fixação de forças e ao orçamento, faltava á camara decretar as reformas promettidas a respeito da constituição do imperio. O parecer apresentado pela commissão incumbida de redigir o projecto das mencionadas reformas, era totalmente radical, pois declarava federativo o imperio, abolindo o poder moderador e o conselho de estado; es-

tabelecendo que o senado se renovasse de tres em tres annos pelo terço de seus membros, reduzindo á metade o prazo da camara dos deputados, convertendo os conselhos geraes das provincias em assembléas legislativas com funcções politicas e administrativas, instituindo em cada municipio uma autoridade com o titulo de intendente e entregando a regencia a um só cidadão eleito pelas assembléas provinciaes. Em seguida a notavel debate approvou a camara este projecto com leves modificações, e o remetteu ao senado, que differiu a sua discussão para o anno seguinte.

196) **Motim no theatro de São Pedro de Alcantara.** — Não se déram os exaltados por satisfeitos com as reformas propostas em vista de estarem ellas ainda sujeitas á legislação futura. Estavam, pois, dispostos a praticar novas desordens logo que o acaso lhe deparasse um ensejo, e este infelizmente não tardou em apparecer. Uma disputa particular ás portas do theatro de S. Pedro de Alcantara, na noite de 28 de setembro e em momento de espectaculo, foi a centelha que excitou um grande incendio. Tendo o juiz de paz, Saturnino de Souza e Oliveira, ordenado que dois officiaes militares, um brasileiro nato; outro, adoptivo, fossem recolhidos a seus quarteis respectivos por se terem dirigido mutuos e publicos insultos, obedeceu de prompto o segundo; porém muitos populares se oppuzeram á execução da ordem relativamente ao primeiro, protestando que não haviam de consentir que o brasileiro nato soffresse castigo. Apparecendo neste interim no logar o major Miguel de Frias e Vasconcellos, arrancou o brasileiro nato do meio de alguns guardas municipaes que já o tinham prendido á ordem do juiz de paz, e o levou para dentro do theatro seguido pelas acclamações enthusiasticas da plebe.

Não se demorou em apparecer no Rocio, á frente de numerosos soldados da guarda municipal, Sebastião do Rego Barros, que, tendo procurado Frias, buscou convencel-o de que cumpria entregar á autoridade competente o official por elle libertado. Baldado em

seus esforços pacificos, mandou Barros cercar o edificio e intimou ao povo que, sahindo do theatro, se retirasse. Partiu então do interior uma gritaria horrenda de insultos e de ameaças ao juiz de paz, ao commandante da força e aos membros do governo. Arrancaram ao mesmo tempo os partidarios de Frias as armas dos milicianos estacionados em um camarote afim de manter, durante o espectaculo, a ordem dentro do theatro, e correram a uma das portas da entrada, ferindo com diversos tiros dois guardas municipaes alli postados. Sem esperar as ordens do seu commandante, penetraram então os municipaes pelos corredores do theatro acutilando, ferindo, espancando sem piedade a quantos suspeitavam de inimigos. Entrando afinal o juiz de paz e Rego Barros, com toda a força publica, no theatro, conseguiram expulsar delle os espectadores, bem como prender Frias e uns trinta de seus companheiros. Houve muitas pessoas feridas, e diversas foram assassinadas. O terror foi tal, que por dois dias todo o movimento da cidade ficou paralysado.

197) **Sedição militar na ilha das Cobras, 6 de outubro.** — Mal se havia restaurado o socego publico, quando rompeu a revolta na ilha das Cobras, onde estava aquartelado o corpo de artilharia de marinha. Inspirou este motim Cypriano José Barata de Almeida, aquelle mesmo que perseguira atrozmente os portuguezes em Pernambuco (vide par. 111), e que estava, havia algum tempo, pela segunda vez preso e fechado na referida fortaleza, onde a pouco e pouco se insinuava no animo dos officiaes militares, dos soldados e dos empregados, excitando-os á revolta com o fim de derrubar o governo e proclamar novas instituições politicas. Collocando-se á frente do motim os officiaes e praças do batalhão de artilharia, apoderaram-se da fortaleza, armaram os presos, arrearam a bandeira nacional, e, descendo ás praias, enviaram um escaler á fragata *Paraguassú,* ancorada perto da ilha e guarnecida com praças do mesmo corpo. Presos alli

os officiaes que não se prestaram á revolta, parte da guarnição ficou na fragata afim de segurar a posse della, dirigindo-se os outros em lanchões para o arsenal de marinha. Como, porém, alli tudo estivesse prompto para a lucta, foram recebidos com fogo de artilharia e obrigados a regressar para a fortaleza.

Reunia neste interim, o P. Feijó uns dois mil e quinhentos homens que, sob o mando do general José Maria Pinto Peixoto, pelas nove horas do dia 7, occuparam a rua Direita e as adjacentes, a praia dos Mineiros e o arsenal de marinha. Formou então Peixoto duas columnas e as embarcou em lanchões, incumbindo a primeira, ás ordens de João Paulo dos Santos Barreto, de saltar na praia fronteira da ilha e aggredir incontinenti a fortaleza; emquanto a segunda columna, commandada por Luiz Alves de Lima e Silva, rodeando a mesma ilha, tomasse terra na parte opposta afim de apertar o inimigo entre dois fogos. Mandou no mesmo tempo Peixoto que diversos artilheiros subissem ao morro de S. Bento nas costas do arsenal, occupassem o adro do convento e nutrissem vivo fogo contra os insurgentes, com o intuito de entretel-os e facilitar deste modo o desembarque das duas columnas. Passaram-se egualmente avisos aos navios de guerra nacionaes para circumdarem a ilha e coadjuvarem o assalto. Tendo Barreto chegado á terra, iniciou um tiroteio no proposito de arrombar os portões da fortaleza, que achou trancados. Como os revoltosos fossem no mesmo tempo ameaçados do morro de São Bento e dos navios de guerra, içaram a bandeira branca em signal de rendição. Exigiu Barreto a abertura dos portões; mas encostou neste comenos um official dos voluntarios uma escada ás muralhas, subiu e pulou dentro da fortaleza, para onde foi seguido por muitos soldados sem que os rebeldes ousassem oppor qualquer resistencia. Approximava-se do outro lado quasi ao mesmo tempo Luiz Alves, que a machado despedaçou os portões por estarem ainda fechados, penetrou no interior e deu cabo da revolta.

Das forças legaes, cahiu morto de bala só *Estevam de Almeida Chaves,* guarda-livros de uma casa commercial, cuja memoria foi honrada com exequias pomposas. Dos insurgentes, dez deixaram a vida na ilha; muitos receberam feridas, mais de duzentos foram encerrados nas diversas fortalezas do mar e nos navios de guerra. Perdeu, como era natural, em virtude desta revolta a confiança do publico e do governo, o ministro da marinha José Manuel de Almeida, ao qual substituiram no ministerio o lente da escola militar Joaquim José Rodrigues Torres.

198) **Partido restaurador ou Caramurú.** — Para cumulo de desgraças formou-se pelos fins de 1831, o partido chamado *Restaurador* ou *Caramurú,* que sonhava com a volta e reintegração de Pedro I. Começou antes de tudo a correr o boato de que D. Pedro desejava retirar-se á vida privada em Munich na Baviera. Espalhou-se mais tarde no Rio a noticia de que D. Pedro na França se declarára tutor de sua filha, nomeára um conselho de portuguezes intimos, e estava organizando um partido destinado a sustentar os direitos de D. Maria II á coroa de Portugal. Suppondo, todavia, os seus antigos servidores no imperio que elle nada conseguiria na Europa, persuadiram-se de que o poderiam chamar ao Brasil, si lograssem fazer crer aos brasileiros que só com a volta delle recuperariam a paz, a ordem e a riqueza. Installaram para este fim uma sociedade com o titulo de *Conservadora,* na qual se filiaram senadores, deputados, capitalistas, negociantes, generaes e grande numero de adoptivos, ricos e preponderantes.

O *Diario do Rio de Janeiro,* até então folha avulsa, destinada unicamnete a annuncios commerciaes; o *Caramurú* e diversos periodicos creados de fresco, inauguraram a propaganda do partido *restaurador,* que hasteava a sua bandeira ao lado dos outros dois partidos: o moderado, que governava, e o exaltado, que se collocára em attitude opposicionista. Além dos regentes e dos ministros, pertenciam ao partido *moderado*

Evaristo da Veiga, Nicoláu Vergueiro, Paula Souza, Honorio Hermeto, Antonio Paulino Limpo de Abreu e outros. Contava o *restaurador* entre os seus adeptos o visconde de Cayrú, José Bonifacio, Martim Francisco, os marquezes de Paranaguá e de Santo Amaro; os desembargadores Lopes Gama, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, e o general de Andréa.

Desejavam estes restituir o throno a D. Pedro, ou, pelo menos, nomeal-o regente durante a menoridade do seu filho. Militavam nas fileiras dos *liberaes* ou *exaltados* os deputados França (páe e filho), da Bahia; May e Castro Alves, do Rio; os cidadãos João Pedro Maynard e Manuel de Carvalho Paes de Andrade, o tenente-coronel Miguel Frias e Vasconcellos, bem como Francisco de Paula Vasconcellos, irmão delle. Como Antonio Carlos de Andrada pairasse dubio entre os exaltados e os restauradores, affeiçoava sympathias em um e outro partido.

199) **Insurreição dos exaltados na fortaleza de Villegaignon, 3 de abril de 32.** — Posto que entre os dois partidos que guerreavam o liberal, não se pactuasse liga, como, todavia, ambos aspirassem a derrubar o governo, poupavam-se mutuamente na lucta, e se entendiam entre si por meio de agentes, que por instincto pertencem sempre á revolução, seja qual fôr a bandeira que desenrolam aquelles que a promovem.

Apercebia-se, porém, o Padre Feijó para a resistencia. Organizara a guarda nacional sobre os elementos da municipal existente [1], e conseguira que a eleição dos chefes [2] e officiaes dos corpos recahisse em pessoas que adheriam aos principios do governo, e se mostravam promptas a sustental-o, para que elle se pudesse estribar em força armada. Creava no mesmo tempo e disciplinava um corpo de municipaes perma-

(1) Lei de agosto de 1831. Com a instituição da guarda nacional se abrogaram as milicias e ordenanças. A 25 de outubro de 1832 aboliram tambem a guarda de honra.

(2) Os postos superiores e inferiores eram, segundo a lei, providos pelos respectivos soldados, direito este que mais tarde passou ao governo.

nentes que devia substituir o antigo corpo de policia (vide par. 194) e lhe nomeava commandante e officiaes escolhidos dentre militares de empenho e inteira confiança, afim de segural-o contra as seducções e traças dos desordeiros. Tendo, durante a noite de 1.° de abril ,recebido uma denuncia de que o partido exaltado iria dentro em breve pôr em campo uma conspiração assentada na maçonaria, tomou todas as precauções possiveis, de sorte que, quando dahi a dois dias os revoltosos tentaram senhorear-se da cidade, foram batidos sem muita difficuldade.

A sedição começou na fortaleza de Villegaignon, onde Miguel de Frias e outros militares exaltados que alli estavam presos, seduziram a guarnição. Dirigidos pelo referido Frias, embarcaram trezentos homens em diversos lanchões, indo, ao repontar do dia, descer a terra na praia de Botafogo. Seguiram, sem obstaculo, pelas ruas do Cattete, Lapa, Mangueira, Arcos, Lavradio e Conde, até o Campo de Sant'Anna, onde se postaram em ordem regular fortificando-se com barricadas. Espalhou então Frias uma proclamação declarando deposto o governo, nomeando novos regentes (Antonio Carlos, Manuel de Carvalho Paes de Andrade e J. P. Maynard) e convocando uma constituinte para decretar as reformas politicas de que o paiz precisava. Não tardaram, todavia, a apparecer as forças do governo capitaneadas pelo tenente-coronel Theobaldo Sanches Brandão, que tinha ás suas ordens Luiz Alves de Lima e Silva, Francisco de Lima e Silva Filho e Polydoro do Fonseca Quintanilha Jordão.

Em seguida aos primeiros tiros, arremetteram os legalistas á bayoneta compellindo os insurgentes a uma fuga precipitada. Doze dos rebeldes foram mortos na lucta; quarenta, presos, sendo muito maior o numero dos que, fugindo, cahiram nas mãos das autoridades. Dos vencedores, só alguns poucos receberam contusões e ferimentos. Submetteram-se, depois desta victoria, logo que foram intimadas, as fortalezas de Villegaignon e de Santa Cruz.

200) **Tentativa do partido restaurador, 17 de abril de 32.** — Apesar deste revez dos exaltados, não quiz o partido restaurador deixar de fazer a sua tentativa. Informado o ministro da justiça de que nos jardins da Boa Vista, eram praticados exercicios militares por soldados de linha, por empregados do paço imperial e por guardas nacionaes das vizinhas parochias de Irajá e do Engenho Velho, passou ordens urgentes para serem vigiados e notados quantos a elles concorressem. Officiou egualmente a José Bonifacio que, em vista das perturbações publicas, cumpria recolher-se quanto antes, com seus augustos tutelados, para os paços da cidade. Dizia-lhe tambem entregasse ao governo duas peças de artilharia que se achavam em S. Christovam, para que dellas não pudessem dispor os desordeiros. Respondeu José Bonifacio que o imperador e suas irmans precisavam dos ares do campo, e que as peças requisitadas, sobre não pertencerem ao governo e não prestarem para cousa alguma, estavam annexas ao serviço da quinta. Havendo, todavia, a 17 de abril sabido o Padre Feijó que nas proximidades da Boa Vista se ajuntavam militares, mandou incontinenti occupar o Campo de Sant'Anna pelas tropas ás ordens do general José Maria Pinto Peixoto, commandante de todas as forças de terra, e incumbiu ao vice-almirante João Taylor, chefe das forças maritimas, de guarnecer e segurar os dois arsenaes, os navios de guerra, as fortalezas e as praias de desembarque.

Como os restauradores tivessem formado o plano de aggredir a um tempo as tropas do governo por dois lados oppostos, os coroneis Conrado Jacob de Niemeyer e Manuel Antonio Henrique Totta embarcaram em varias lanchas com uns quarenta soldados de linha que já tinham recebido baixa do serviço; dirigiram-se á fragata *Imperatriz,* cujo commandante, enganado com uma ordem ficticia, lhes entregou cincoenta marinheiros. Tentaram então descer a terra no caes da Gloria, mas foram rechassados por diversas praças que Taylor collocára naquella praia. Sendo ainda perseguidos por alguns escaleres enviados pelos comman-

dantes dos navios de guerra, foram todos presos e remettidos para uma fortaleza.

Marchavam, neste mesmo tempo, da Boa Vista para a cidade uns quatrocentos homens, inclusivamente alguma cavallaria da guarda nacional das parochias do Engenho Velho, de Inhaúma e de Irajá, guiados pelo barão de *Bulow,* que, como official-general allemão, fizera parte do exercito brasileiro e fôra, como todos os outros extrangeiros, despedido depois do dia sete de abril. Das quatro peças de artilharia que conduziam, duas, conforme posteriormente se averiguou, eram as reclamadas dias antes pelo ministro da justiça e recusadas pelo tutor da familia imperial. Ao espalhar-se no Campo de Sant'Anna a noticia de que os rebeldes se encaminhavam para a ponte do *Aterrado,* mandou Pinto Peixoto que seguissem umas duzentas praças a cortar-lhes a retirada subindo o morro do Sacco do Alferes; que outra partida semelhante, para identico fim, tomasse pela casa da correcção, e, que a fazer-lhes frente avançassem a cavallaria de permanentes e o batalhão de guardas nacionaes. Já os restauradores se approximavam do *Rocio Pequeno,* quando avistaram correndo sobre elles a vanguarda incumbida de iniciar a lucta.

Achou-se o barão de Bulow encurralado na rua do Aterrado, onde lhe era difficil manobrar para os lados, porque de uma banda encontrava brejos cobertos de agua e logo ao pé delles montes de pedra; e da outra, o riacho do canal dos mangues. Intentou ganhar a praça do Rocio Pequeno, porém ella já estava occupada pelas forças do governo; nem soube o barão conter os seus soldados, que começaram a desordenar-se incommodando-se uns aos outros. O susto apoderou-se de muitos delles, que, gritando misericordia e atirando as armas ao chão, se entregaram á fuga; outros, improvisando-se de chefes, davam em altas vozes ordens desencontradas. Tudo isto fez com que a batalha fosse mui curta; a derrota, completa. O barão não foi dos ultimos a desapparecer fugindo a todo o galope. Durou tão pouco a peleja que os insurgentes lograram

recolher-se á quinta da Boa Vista antes que as duas columnas, incumbidas de lhes cortar a retirada, tivessem conseguido occupar os logares indicados.

Mais de oitenta cahiram prisioneiros; trinta mortos se encontraram no Aterrado; em toda a parte se achavam bandeiras e armas abandonadas: nos mangues e nos casebres vizinhos, muitos sediciosos occultos e grande numero de feridos. Nos dias immediatos ainda foram recolhidas ás presigangas bastantes pessoas, algumas de consideração social, indigitadas de haverem tomado parte no movimento sedicioso. Não escapára o barão de Bulow, que, dias depois, foi apprehendido em um escondrijo para as bandas da chacara denominada *Macaco*. O vencedor lamentou a perda de vinte soldados e officiaes entre mortos e feridos. Sendo o tutor obrigado a mudar-se immediatamente com a familia imperial para os paços da cidade, e tendo então o governo dado busca no interior da quinta da Boa Vista, encontraram nella uma boa porção de armas e de munições, e bem assim muitos paizanos e militares, nacionaes e extrangeiros, sendo todos recolhidos aos carceres como suspeitos de serem cumplices do movimento sedicioso.

201) **Assembléa geral de 1832.** — Foi sob a impressão destes acontecimentos que a tres de maio se abriu a sessão legislativa de 1832. A fala do throno e os relatorios dos ministros em geral agradaram ás camaras, que responderam satisfactoriamente promettendo apoio franco e decidido ao governo. Tendo o ministro da justiça proposto se exonerasse José Bonifacio do cargo de tutor da familia imperial, surgiu entre elle e Martim Francisco uma violentissima discussão, que, degenerando do caracter parlamentar, assumiu as proporções de quasi pujilato. A camara, todavia, approvou a proposta e a remetteu ao senado.

Discutindo-se nessa corporação as reformas votadas na sessão anterior da camara temporaria, pronunciaram-se Caravellas e varios outros contra a abolição do poder moderador, do conselho de estado e do senado

vitalicio, bem como contra o desejo de transformar o imperio em federativo. Nicolau Vergueiro foi quasi o unico que se declarou em favor das reformas propostas. Mal havia o senado concluido esta discussão, quando lhe chegou a proposta de depor o tutor da familia imperial, proposta que rejeitou pela maioria de um só voto. Irritou-se então em extremo o orgulho do Padre Feijó, que, accusando o senado de pertencer ao partido restaurador, declarou altamente sahiria do ministerio, si José Bonifacio continuasse a occupar o posto de tutor. Accrescentou que a camara devia declarar-se assembléa constituinte afim de levar a effeito diversas reformas radicaes nas instituições, necessarias para garantir a ordem e salvar o Brasil, e que o senado se obstinava em não querer admittir.

Recorreram os regentes e os ministros ao expediente de convidar a uma reunião intima os deputados, e nella assentaram que, convertida em assembléa constituinte, a camara temporaria votasse e proclamasse por si só as reformas, como já as havia elaborado no projecto remettido ao senado, e lhes mandasse dar execução, independentemente da approvação da casa vitalicia.

---

Nota — Vide o Inst. Hist. Brasil. de 78, p. 2, pag. 227: — O dia 30 de julho de 1832.

202) **Mudança ministerial.** — Offereceu então Feijó a sua demissão, declarando-se fraco para dominar os partidos anarchicos. Seguiram-lhe o exemplo os mais cinco ministros, embora por outros motivos e apesar de alguns delles não concordarem com o seu collega da justiça. Ao abrir-se a sessão das duas casas no dia trinta de julho, os tres regentes lhes communicaram a demissão dos ministros, e declararam não poderem elles continuar na regencia, cumprindo por isto ás camaras providenciar para que o Brasil se salvasse do abysmo a que parecia precipitar-se. Como o senado se declarasse em sessão permanente e resolvesse esperar que da camara temporaria lhe viesse a communicação do que ella decidisse, toda a attenção do pu-

blico se volveu exclusivamente para essa assembléa. Nomeou incontinenti a maioria dos deputados uma commissão incumbida de estudar e propor as reformas que considerasse adaptadas ás circumstancias. Formaram essa commissão Francisco de Paula Araujo, Candido Baptista de Oliveira, Manuel Odorico Mendes, Gabriel Mendes dos Santos e Gervasio Pires Ferreira.

Emquanto tudo isto se passava no gabinete, reuniam-se no largo do paço e ruas adjacentes os batalhões da guarda nacional das parochias urbanas, convocados por seus commandantes, distribuidos em ordem e munidos de suas armas respectivas. Então o general Pinto Peixoto por mandado do ministro da justiça e com licença da camara, pois era deputado, assumiu o commando delles com o intuito de prevenir desordens. Agglomeraram-se á guarda nacional crescido numero de cidadãos, estudantes, empregados, membros da sociedade *Defensora,* juizes de paz e diversas outras autoridades. Espalhou-se então no meio dessa turba multa um convite para assignarem representações á camara dos deputados, manifestando opinião favoravel aos regentes e ministros, afim de habilital-a a resolver patrioticamente a grave e delicada missão, de que as circumstancias criticas do momento a incumbiam. Acolhida com enthusiasmo a idéa, poucos deixaram de assignar, posto que muitos nem tivessem siquer ouvido a leitura da representação. Felizmente a ordem publica não se alterou.

A's quatro horas e meia da tarde leu Francisco de Paula Araujo o parecer da commissão especial, que manifestava dolorosas apprehensões deante da critica situação do paiz. Os regentes e os ministros mereciam toda a confiança, mas offereciam a sua demissão por se acharem destituidos de força moral. Como não se pudesse esperar que o senado annuisse ás reformas votadas pela camara dos deputados, era mistér que esta se convertesse em assembléa nacional para então tomar a resolução reclamada com urgencia pela crise do momento. Combatido energicamente o parecer pelos restau-

radores e pelos exaltados, foi a votação delle differida e no dia seguinte, 31, Paula Araujo lhe substituiu outro estabelecendo que a camara não devia acceitar a demissão dos regentes, aos quaes convinha enviar uma deputação convidando-os a permanecer em seus postos. Sendo esta parte do parecer approvada, os regentes, agradecendo os sentimentos da camara, prometteram continuar em seus cargos, e procuraram que os ministros retirassem suas demissões; como, porém, o não alcançassem, formaram um novo ministerio, do qual fizeram parte Pedro de Araujo Lima, Hollanda Cavalcanti e o senador Bento Barroso Pereira.

203) **Consequencias.** — A crise ministerial e os outros factos de julho, lançando a discordia no partido moderado, reanimaram os outros. Tendo-se o ministerio mostrado favoravel á proposta que appareceu na camara, de se conceder amnistia geral por todos os crimes politicos commettidos até este tempo, a proposta passou, porém os restauradores foram exceptuados. Votou ainda a camara uma lei destinada a facilitar o goso da nacionalidade brasileira aos extrangeiros que a desejassem; a reorganização das faculdades de medicina do Rio e da Bahia; o orçamento annual da receita e das despesas do imperio, e a liberdade de convenções particulares sobre o premio do dinheiro. Entregou-se, depois disto, ao estudo do processo criminal, tão reclamado pelas urgencias palpitantes da Sociedade.

Continuava, no entretanto, o senado na discussão do projecto de reformas constitucionaes. Dellas approvou só dois artigos, a saber: — 1) que a regencia se entregasse a uma só pessoa: — 2) que os conselhos geraes das provincias se convertessem em assembléas legislativas provinciaes. Rejeitou no mesmo tempo os tres artigos que pediam a abolição do poder moderador, do conselho de estado e do senado *vitalicio*. Distinguiram-se na discussão destes artigos o marquez de Caravellas que pelejou para que fossem rejeitados, e Nicoláu Vergueiro que pretendia fossem approvados. Recusando a camara temporaria acquiescer á decisão

do senado, requereu a fusão das duas casas, em que foi rejeitada a emenda relativa ao conselho de estado, e approvadas, bem que com pequena maioria, as que se referiam ao poder moderador e ao senado *vitalicio*. Esta ultima passou pela maioria de um unico voto. Publicaram logo depois a lei que fixava os artigos reformaveis na constituição, acompanhada de um decreto que autorizava os eleitores a conceder procurações especiaes aos seus futuros deputados.

204) **Novo ministerio.** — Tendo a camara recusado o pedido de Holanda Cavalcanti, de emittir apolices da divida publica até a quantia de tres mil contos de réis, o ministerio cahiu e foi reorganizado com membros do partido moderado, a saber: Vergueiro, Honorio Hermeto, Bento da Silva Lisboa, Antero José de Brito, Candido José de Araujo Vianna e Joaquim José Rodrigues Torres. Votaram-se os orçamentos e as forças maritimas e terrestres; autorizou-se o governo a recrutar para o exercito e armada até o numero de 1.200 homens, durante o anno, distribuidos pelas provincias segundo seus habitantes então conjecturados. Decidiu-se tambem que o governo restabelecesse a primeira linha reorganizando o exercito e restaurando os corpos de marinha que haviam sido dissolvidos.

205) **O partido restaurador e a sociedade militar.** — Luctavam neste tempo os diversos partidos na imprensa, e felizmente não tornaram a alterar a ordem publica. Bem que o restaurador continuasse na sua propaganda, deixou, por emquanto, de cuidar em novas tentativas, porque não esperava poder actualmente conseguir a volta de Pedro I; pois, tendo Dom Pedro convidado, por meio de uma proclamação, os portuguezes exilados a reunirem-se sob as suas bandeiras com o fim de marcharem contra D. Miguel, que dominava em Portugal, e tendo para esta empreza achado apoio no governo francez, levantou um exercito de nacionaes e de extrangeiros; velejou para a ilha Terceira (2 de fev. de 32); assumiu o poder como re-

gente de sua filha; organizou um governo, e partiu para a cidade do Porto, descendo a terra (8 de julho) no sitio denominado *Mindello.* Inaugurava deste modo D. Pedro contra o seu irmão essa campanha que em seguida a quasi dois annos de combates pertinazes, terminou com um triumpho completo. Está claro que a noticia destas façanhas devia tirar aos restauradores toda a esperança da volta do ex-imperador, e obrigal-os a differir a lucta contentando-se, por emquanto, de sustentar os seus jornaes.

Tendo, todavia, no anno seguinte (7 de junho de 33) o ministro dos extrangeiros dado como certo tratar-se, com seriedade na Europa, de restituir o throno a D. Pedro, e tendo pedido providencias opportunas para o repellir, a questão avivou-se mais uma vez, e continuou a occupar os animos; pois o senado respondeu que nenhuma providencia cumpria dar, porque a noticia era impossivel, e por isto falsa. Identica resposta deu a commissão nomeada pela camara temporaria; como, porém, um dos seus membros opinasse diversamente, a discussão tomou largas proporções, chegando o Padre Venancio Henrique de Rezende, deputado pela provincia de Pernambuco, a propor o banimento, e prometteu ao governo que, em caso de necessidade, lhe prestaria todo o seu apoio. Requereu logo depois o ministro da justiça medidas promptas e energicas contra o partido restaurador, do qual affirmou que ainda continuava a perturbar a ordem publica. Transformára na verdade esse partido em *militar* a sociedade *conservadora,* mas com isto elle perdera muito em logar de ganhar, porque numerosos funccionarios publicos civis, assustados com o novo titulo, se retiraram do seu gremio, e vultos de importancia previram perigos provenientes de semelhante metamorphose. Tinha, porém, esse mesmo partido enviado á Europa Antonio Carlos, que de Falmouth se dirigiu a Lisboa, onde sem demora obteve uma audiencia do ex-imperador, conhecido agora com o nome de duque de Bragança.

Parece, todavia, não ter conseguido respostas animadoras, porque, regressando incontinenti para Falmouth, publicou nos periodicos inglezes correspondencias em que negava a veracidade das noticias espalhadas pela imprensa europêa, de ter elle ido solicitar o regresso do duque de Bragança para o Brasil, como unico remedio capaz de reprimir a anarchia que alli predominava desde 1831. Aos seus correligionarios no Rio parece não ter communicado cousa alguma que os pudesse desanimar, porque nas sessões da sociedade militar continuaram os discursos favoraveis á restauração, e nas paginas dos jornaes restauradores — *Diario do Rio de Janeiro, Caramurú, Carijó, Paraguassú* — ainda appareceram numerosos artigos contrarios ao partido dominante.

206) **José Bonifacio e os restauradores.** — Era impossivel acreditar que José Bonifacio fosse alheio á direcção do partido restaurador. Comquanto residisse nos paços da cidade e lhe fosse recusada a licença, por vezes solicitada, de volver para a quinta da Boa Vista, alli mandava chamar a miudo, praticando longa e mysteriosamente com elles, os juizes de paz do partido restaurador. Recebendo de continuo as pessoas mais indigitadas de urdirem revoltas, dava motivo a suppor-se que o paço se tornara o centro, donde partiria a senha destinada a guiar os revoltosos. Incumbiu, portanto, o governo ao chefe de policia, Eusebio de Queiroz, de vigiar o paço e de ver si dava com alguma novidade. Tendo elle chamado diversos juizes de paz, descobriu que o tutor os convocava com o fim de pedir-lhes o seu apoio, caso se perturbasse a ordem publica, porque sabia ter-se pactuado arrancar-lhe a familia imperial e transportal-a para S. Paulo ou para Minas. Cinco delles ousaram manifestar-lhe que estavam resolvidos a auxiliar o tutor, por ser nobre o seu empenho e fundadas as suas suspeitas. Suspendeu, pois, o ministro da justiça estes ultimos, e os mandou responsabilizar perante os tribunaes judiciarios. Por seu lado Eusebio de Queiroz encarregou da policia do

paço imperial o juiz de paz da parochia de S. José, e fez com que os commandantes da sua guarda fossem só officiaes de sua confiança afim de ser a todo o instante scientificado do que alli se machinava. Irritado com estas providencias do governo, abandonou José Bonifacio o paço da cidade indo de novo fixar a residencia na quinta da Boa Vista.

Chegára, no entretanto, o dia 2 de dezembro, anniversario do joven monarcha, que se costumava celebrar com pompa e fausto. Entre os edificios illuminados, sobresahia o da sociedade militar, sito no largo de S. Francisco de Paula. Na fachada exterior se col locára um painel allegorico, que, rodeado de luzes coloridas e brilhantes, attrahia muito a attenção. A figura principal, posta no centro, representava um anjo, tendo de um lado uma coroa e do outro um livro com o titulo — *Constituição politica.* Dois officiaes: um de cavallaria, outro da guarda nacional, fechavam as extremidades. Ao longe e no fundo divisava-se um vulto, que muitos curiosos diziam assemelhar-se ao duque de Bragança; mas, examinado de perto, segundo os exames judiciarios a que mais tarde o sujeitaram, reconheceu-se que não tinha os traços caracteristicos delle. Bastou, comtudo, esta circumstancia para que a praça se apinhoasse de gente armada, que apedrejou as janellas e o quadro allegorico. Acalmou-se, todavia, o povo pela intervenção do juiz de paz da parochia, que mandou retirar o referido quadro e prometteu instauraria o processo contra os que o haviam exposto. Appareceu no dia seguinte nos periodicos um convite aos membros da sociedade militar para se reunirem na tarde do dia 5 em sessão extraordinaria, sessão que o povo amotinado impediu ameaçando lançar fogo á casa, e asseverando existir nella um grande deposito de armas e munições de guerra. Comquanto o juiz de paz mandasse dar busca na referida casa e nella não se tivesse achado cousa alguma, a populaça que ondeava pelo largo, penetrou de roldão no edificio, quebrando, rasgando e atirando tudo á praça juntamente com o rotulo que em grandes lettras estava

prégado á janella central e designava que o palacio pertencia á sociedade militar. Espalhou-se então de subito uma representação dirigida ao governo solicitando providencias efficazes contra os planos attribuidos ao partido restaurador, que se encarnára na sociedade militar.

Emquanto se tratava de angariar assignaturas, diversos grupos armados saltearam e destruiram as officinas typographicas dos varios jornaes do partido restaurador, volvendo então desordenada e tumultuariamente para o largo de S. Francisco de Paula. Intervieram afinal as autoridades e restauraram a ordem publica (1).

Desta, pelo menos, apparente connivencia do governo a respeito dos desordeiros, se aproveitaram com visos de razão os restauradores para exprobrarem aos ministros que elles haviam promovido officialmente a desordem afim de praticarem actos arbitrarios e dictatoriaes.

O resultado foi a suspensão do tutor, por um decreto de 15 de dezembro, e a entrega dos jovens principes ao marquez de Itanhaem com ordem de fixar a sua residencia no paço da cidade. Tendo José Bonifacio declarado que só havia de ceder á força, confiaram a execução do decreto aos generaes Raymundo José da Cunha Mattos e José Joaquim de Lima e Silva. Determinou egualmente o governo que José Bonifacio, por desobediente, fosse levado para a ilha de Paquetá, e alli se considerasse preso em sua casa particular até que os tribunaes competentes o julgassem e a todos os seus cumplices, accusados de participarem em tramas revolucionarios. Varejaram depois disto as salas e os aposentos da quinta prendendo alguns empregados suspeitos e levando as armas que alli encontraram. Publicou-se egualmente, naquelle mesmo dia, uma proclamação assignada pelos regentes e re-

(1) "Dois dias depois prohibiu o governo aos militares da primeira e da segunda linha, e de ordenanças, fazerem parte desta associação, sob pena de serem castigados como desobedientes e infractores da disciplina militar." I. H. Br. de 1885, p. 2, pg. 309.

ferendada pelo ministro do imperio, Chichorro da Gama, annunciando que fôra descoberta uma conspiração no sentido de restaurar o duque de Bragança no governo do Brasil, derribar as autoridades existentes e dar cabo das instituições livres de que o paiz gosava. Tambem o ministro da justiça mandou publicar nos periodicos da capital artigos officiaes tendentes a serenar os animos da população.

Approvando o acto do governo, a camara de 1834 substituiu definitivamente o marquez de Itanhaem a José Bonifacio no cargo de tutor da casa imperial.

207) **Camaras de 1833.** — A 7 de abril de 1832 procedeu-se em todo o imperio ás eleições de vereadores e juizes de paz para o quatriennio immediato. Em quasi todo o sul e em grande parte do norte venceu o partido moderado, que, para triumphar egualmente no Rio, se alliou com o exaltado e não poupou esforços, nem dinheiro. Comtudo foi só em algumas parochias suburbanas que os alliados obtiveram maioria de votos, mostrando-se, as parochias propriamente da cidade, dedicadas aos restauradores. O partido liberal conseguiu maioria só em algumas localidades do norte. Comtudo, effectuando-se mezes depois a eleição dos deputados para a terceira legislatura do imperio, o partido moderado obteve grande maioria.

O attentado á vida de Evaristo Ferreira da Veiga a 9 de novembro de 1832 causou tanto susto, que subiu á altura dos grandes acontecimentos politicos. A 16 de janeiro de 1833 falleceu no Rio com grande sentimento de todos a princeza D. Paula.

A 12 de abril de 1833 reuniu-se a sessão extraordinaria da camara, porém nada resolveu, até que a 3 de maio se inaugurou a sessão ordinaria. Votou a camara dos deputados um projecto autorizando a creação de um Banco de emissão, encarregado de substituir, por notas suas, as do estabelecimento liquidado, comtanto que ellas fossem realizaveis em ouro sempre que fossem apresentadas ao troco. Devia, pois, para garantia da condição imposta, formar-se um fundo disponivel

metallico, que não fosse menor da metade da emissão circulante. Na mesma lei fixou-se o padrão monetario para se poder executar esta providencia.

Depois de votar os orçamentos e outras leis annuaes, encerraram-se as camaras sem ter conseguido quasi nenhum resultado, e o peior é que lavrava a discordia entre os membros do partido dominante. Symptomas de discordia appareciam outrosim entre os membros da regencia e do ministerio; pois José da Costa Carvalho, pretextando molestia, retirou-se para a provincia de S. Paulo, emquanto o senador Vergueiro e Bento da Silva Lisboa sahiam do ministerio.

208) **Camaras de 1834.** — A 3 de maio de 1834 abriu-se a camara com toda a solemnidade como de costume. Sua missão principal neste anno cifrava-se em decretar as reformas constitucionaes já apresentadas nos anteriores. Logo ao começar esse trabalho appareceu uma questão preliminar que motivou fortes e azedos debates. Tratava-se de decidir si essas reformas seriam votadas exclusivamente pela camara temporaria, ou, como as outras leis, dependeriam da approvação do senado e da sancção do poder moderador. Não obstante ter a camara vitalicia protestado, setenta votos contra onze decidiram que só aos deputados pertencia votar essas reformas, porque só elles haviam sido autorizados pelos eleitores. Entrando finalmente no assumpto, aboliu a camara temporaria o conselho de estado e a regencia trina decretando que ella fosse entregue a um só individuo, nomeado pelos eleitores das provincias por quatro annos; aos conselhos geraes substituiu assembléas legislativas, cujas attribuições determinou tanto na parte administrativa como na politica. Cabia-lhes o direito de processar magistrados, decretar impostos, suspender garantias constitucionaes, formular accusações contra os presidentes das provincias, tomar contas ás camaras dos municipios, fixar-lhes os orçamentos, approvar-lhes as posturas, bem como crear parochias, municipios e comarcas. Recebeu esta reforma o nome de *Acto Addicional* á constitui-

ção politica do imperio. Remetteram-no aos regentes por meio de uma deputação particular incumbida de solicitar que o promulgassem e mandassem executar como lei fundamental do imperio. Votou outrosim esta camara o projecto de banimento de Pedro I, porém o senado lhe recusou a sua approvação com grande maioria de votos.

Comtudo, antes de acabar este anno, o governo ficou livre do medo que lhe incutiam os restauradores por ter chegado ao Brasil a noticia de que o duque de Bragança, outrora Pedro I, fallecera em Lisboa a 24 de setembro. O sentimento foi geral. A propria regencia ordenou que por dois dias seguidos se celebrassem solemnes exequias na capella imperial; que a côrte e todos os empregados e funccionarios publicos tomassem lucto pesado. Quasi todos os particulares se cobriram de crepe. Entendeu o governo que podia nesta occasião amnistiar de todo ou em parte os revoltosos de Ouro Preto (vide par. 216), porque seu crime principal consistia em pertencerem ao partido restaurador, que já não existia (janeiro de 1835). Resistiu-lhe Limpo de Abreu, presidente de Minas, e, sendo acompanhado pela assembléa provincial e por diversas camaras municipaes da provincia, esta resistencia causou uma modificação ministerial. Como, todavia, o novo ministro, Alves Branco, sustentasse o acto do seu predecessor, o presidente deu a sua demissão, mas foi incontinenti nomeado, pela assembléa de Minas, primeiro vice-presidente da provincia.

209) **Eleição do regente.** — Durante o mez de abril de 1835 procedeu-se em todo o imperio á eleição do novo regente. Dois foram os candidatos que reuniram maior numero de votos: o Padre Diogo Antonio Feijó e Hollanda Cavalcanti. Este foi eleito pelo norte, como personagem imparcial que não se ligára a nenhum partido. Evaristo da Veiga, que apoiava a candidatura do P. Feijó, conseguiu que elle publicasse um manifesto expondo a sua politica. Obteve Feijó 2.826 votos, sendo os mais repartidos por Hollanda

Cavalcanti, Araujo Lima, Vasconcellos e outros candidatos.

Uma amnistia para os revoltosos de Ouro Preto, das Alagôas e de Pernambuco (vide par. 211, 212, 213, 216), a decretação de uma pensão annual de quatro contos de réis ao regente Francisco de Lima e Silva, da gran cruz da Ordem do Cruzeiro ao regente Costa Carvalho, o reconhecimento de D. Januaria como princeza imperial, as leis de orçamento e de fixação de forças maritimas e terrestres, a apuração dos votos para o regente e a declaração official do cidadão eleito, terminaram pacificamente a sessão legislativa. Tendo, durante a sessão, fallecido João Braulio Muniz e continuando Costa Carvalho no retiro em S. Paulo, a regencia permanente trina ficára de facto reduzida a um unico varão, que era Francisco de Lima e Silva. Elle, pois, antes de entregar o poder ao novo regente, reconhecendo D. Maria II, reatou as relações diplomaticas com Portugal, e nomeou dois bispos que a Santa Sé recusou acceitar. Foram o P. Feijó para Marianna; o P. Antonio Joaquim de Moura, para o Rio de Janeiro.

## II

## As provincias durante este mesmo periodo

Com o fim de tornar os factos mais intelligiveis apresentando-os no seu conjuncto, differimos até este ponto a relação do que ia no entretanto acontecendo nas provincias. Não negamos haver nisto alguma difficuldade, mas a nós nos parecem maiores as vantagens do que os inconvenientes.

210) **Bahia.** — Tendo-se realizado a prisão de dois officiaes, levantaram-se na Bahia a 4 de abril de 1831 o povo e os soldados reunidos no campo e fortaleza do Barbalho pedindo que o marechal João Chrysostomo fosse demittido do commando das armas. Concedeu-lhes o presidente Luiz Paulo de Araujo Bastos (visconde dos Fiaes) o que elles pediam, e então tudo ficou socegado.

Comtudo no dia 13 do referido mez de abril, a pretexto de vingarem a morte de um brasileiro, bandos de populaça praticaram notaveis crueldades contra os portuguezes, sendo nessa occasião ainda mais difficil restaurar a ordem. Durante o mez de outubro desse mesmo anno de 1831 pretendeu insurgir-se um batalhão de caçadores, mas foi sem demora embarcado e remettido para a côrte, onde o governo da regencia o dissolveu.

A não falarmos nas convulsões populares que pelos fins de 1832 occorreram em *Villa Nova da Rainha* e em algumas outras localidades, a ordem publica não tornou a alterar-se na Bahia até o mez de janeiro de 1835, quando se descobriu que os negros *Nagós* pretendiam insurgir-se com o intuito de libertar todos os escravos e de assassinar os brancos, contra os quaes nutriam odio inveterado de raça. Tendo elles occupado diversos pontos da cidade e oppondo resistencia á força publica, seguiu-se medonho combate, que terminou com a derrota e grande matança dos insurgentes. Ordenou então o presidente que todos os africanos libertos fossem obrigados a deixar a provincia, que os escravos presos não se soltassem sem fiança dos seus donos, e que nenhum escravo sahisse da cidade sem guia do chefe de policia sobre folha corrida.

211) **Na provincia das Alagoas** — pelo méado de 1832, agglomeraram-se pouco a pouco no sitio chamado *Panellas de Miranda* diversos grupos de gentios, de escravos fugidos, salteadores e miseraveis de toda a casta. Comquanto estivessem todos ás ordens do celebre *Vicente de Paulo*, não apresentavam nem siquer a apparencia de sociedade regular, nem proclamavam idéas que se referissem á politica ou governo; eram apenas hordas de barbaros que devastavam os arredores. Não sendo combatidos em tempo opportuno, o numero delles augmentou de um modo espantoso, fugindo daquellas paragens todos os habitantes pacificos. Marcharam contra elles diversos cidadãos valentes e antigas milicias, que feriram com os desor-

deiros sanguinolentas pelejas, mas com pouco resultado. Recebeu esta especie de lucta civil o nome de *guerra dos cabanos* ou *panellas.*

212) **Setembrizada em Pernambuco, 31.** — Com admiração geral de todos conservou-se em 1831 a provincia de Pernambuco tranquilla até o mez de setembro, mas era claro que não podia deixar de apparecer tambem nella alguma revolta. A 14 do referido mez insurgiu-se a tropa da guarnição desobedecendo aos seus officiaes, e derramando-se pelo bairro de Santo Antonio a praticar excessos criminosos. Bem que o commandante das armas tivesse tentado cortar a ponte, elles passaram tambem para o bairro do Recife, onde arrombaram portas, roubaram quanto quizeram, commetteram desacatos contra familias, trucidaram muitos desgraçados, e, durante tres dias inteiros, puderam saciar suas paixões ferozes e seus habitos de perversidade. Os habitantes que lograram escapar, ao verem que o presidente Francisco de Carvalho Paes de Andrade (irmão do senador que se chamava Manuel e que ainda não voltára do seu desterro) se conservava impassivel em Olinda, uniram-se, armaram-se, entregaram-se á direcção dos officiaes que tinham permanecido fieis, convocaram as milicias e ordenanças dos termos vizinhos, estabeleceram-se no sitio da Soledade e no forte do Brum.

Então foi que o presidente officiou de Olinda aos officiaes procurassem restaurar a ordem sem derramamento de sangue. Mandou no mesmo tempo espalhar pelos bairros do Recife e de Santo Antonio proclamações afiançando perdão aos que depuzessem as armas e volvessem para seus habitos e deveres de tropa regular. Como no terceiro dia desde o principio do levantamento, os habitantes reunidos na Soledade ainda não tivessem recebido do presidente instrucção alguma, e a desordem se tornasse cada vez maior e mais temivel, resolveram, em numero superior a tres mil, dar principio ao ataque. Até o Recife não encontraram opposição, nem estorvo, porém alli o espectaculo

foi horrendo! Hordas esparsas de soldados; muitos entregues á embriaguez; outros prostrados no somno; estes a commetter desacatos; aquelles a vociferar como feras sem que se atrevessem a resistir; casas destruidas, portas arrombadas, muitos cadaveres já putrefactos, e outros rasgados de feridas ainda gottejantes, representavam scenas de rapinas, de sangue, de orgias. Não se conteve o furor dos atacantes. Mais de trezentos soldados foram mortos sem esperar processo; uns oitocentos, presos.

Nem pararam aqui os desastres de Pernambuco, porque a 15 de novembro os exaltados occuparam o forte das Cinco Pontas com o intuito de proclamarem a republica. Tornaram então os habitantes honestos a armar-se, cercaram o forte e, compellindo os revoltosos a se entregarem, abafaram em poucas horas a revolta antes que as autoridades lhes tivessem transmittido ordens para semelhante façanha.

213) **Abrilada e guerra dos cabanos em Pernambuco, 32.** — O fim da revolução que rompeu em abril do proximo anno e que devia rapidamente derramar-se pela provincia inteira, foi, segundo todas as apparencias, restituir o throno ou dar a regencia a D. Pedro I, que já assumira o titulo de duque de Bragança.

Devia ella começar a um tempo na capital e nas povoações de Santo Antão, Bonito e Caruarú. Chefe da insurreição no interior era Domingos Lourenço Torres Gallindo; na capital, o tenente-coronel Francisco José Martins, que, sobre occupar e fortificar o Recife, conseguiu rebellar a fortaleza do Brum. Os conspiradores eram quasi todos portuguezes. Na falta de tropas appellou o presidente para a generosidade dos cidadãos, que, guiados pelos poucos officiaes fieis, assediaram os revoltosos no Recife pelo lado de Olinda, do mar e do bairro de Santo Antonio. Comquanto os rebeldes tivessem arrancado o estivamento da ponte do Recife na extensão de quasi quinze metros, lograram os soldados do governo, em seguida a tres dias (14,

15, 16) de combate, atravessar aquella ponte e penetrar no malfadado bairro, onde o morticinio foi geral e medonho. O major Santiago que de Olinda marchava pelo isthmo, depois de occupar as fortalezas do Buraco e do Brum, avançou sobre o Recife matando e prendendo em grande numero os fugitivos.

Sopeada deste modo a revolta na cidade, o governo poude enviar as suas tropas contra os *cabanos,* que á voz de Torres Gallindo, de Vicente Ferreira de Paulo, de Caetano Alves e de outros destemidos caudilhos, acabavam de se insurgir em Santo Antão, Bezerros e outras povoações com tanto furor, que, na phrase do general Abreu e Lima, só o poder divino podia subjugal-os.

Reuniram-se a estes insurgentes numerosos escravos fugidos, indios, mestiços e os desordeiros semi-selvagens das Alagôas (vide par. 211).

Empregando o systema das guerrilhas, apparecendo, desapparecendo e reunindo-se em toda a parte, era impossivel alcançal-os para os vencer. Assolaram todos os povoados de Garanhuns, Panellas, Palmares, Bonito, Jacuhipe e infinitos outros. Cahiam de chofre esses homens sobre os soldados do governo e os destroçavam, ferindo sempre e matando de preferencia a seus officiaes.

Recebiam no mesmo tempo pelo porto da Barra Grande recursos de toda a qualidade, enviados do Rio de Janeiro e até do Recife!

Recusaram a amnistia que lhes offereceram, dizendo que o governo era que precisava de ser amnistiado porque não garantia nem a religião, nem a familia, nem a propriedade. Chegou o governo a ter naquelles sertões passante de seis mil homens sem colher nenhum resultado notavel. Nem valeu a noticia da morte de D. Pedro I, nem a da prisão de Pinto Madeira, porque elles não acreditavam que essas noticias fossem exactas. Comquanto tivessem perdido diversos de seus chefes, ainda estavam longe de se dar por vencidos e ninguem esperava lograr subjugal-os, porque a cora-

gem delles parecia redobrar com as derrotas e as perdas.

Recorreu por ultimo o coronel Joaquim José Luiz de Souza, chefe das forças do governo em operações naquelles sertões, á intervenção pastoral do virtuoso bispo de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão, que, seguindo até o Bonito, despachou um expresso a Vicente de Paulo, chefe dos rebeldes, pedindo-lhe uma entrevista em logar por elle, Vicente, designado. "Acceito o pedido, partiu o Bispo, acompanhado sómente de um guia, para o centro das mattas, onde aquelle o esperava, e depois de longa conferencia, de conselhos salutares e lagrimas de caridade, poude alcançar pela persuasão o que não alcançára o poder da força." Realizou-se esta pacificação em novembrode 1835. A revolta tinha durado quasi quatro annos.

Vide no Ins. A. Pern. o N. XXXVIII, pag. 37-66: — A Setembrizada e a Abrilada.
N. XLIV, pag. 132: — A Abrilada.
N. LVI, pag. 79: — Sedição militar de Setembro de 1831.
N. LVIII, pag. 425: — A Setembrizada, a Abrilada e a Guerra dos Cabanos. Vide tambem a synopsis do general Abreu e Lima, pag. 353 e 358.
Cumpre observar que em setembro de 1831 o presidente de Pernambuco era Francisco de Carvalho P. de Andrade, não Manuel, que só voltou para sua patria pelo méado de dezembro desse mesmo anno. Erra, pois, quem affirma que o presidente de Pernambuco na occasião da Setembrizada era o famoso Manuel de Carvalho P. de Andrade.

214) **Ceará. Pinto Madeira.** — Residia na villa do Jardim Joaquim Pinto Madeira, antigo partidario de Pedro I, que, comquanto se achasse retirado em suas propriedades, ainda era alvo a odios velhos e a profundas animosidades. Levantando-se a 7 de junho de 1831 na villa do Crato o povo e a guarnição militar composta de um destacamento de tropas de linha, assignaram duas representações: uma ao presidente da provincia, José Maria Cavalcanti de Albuquerque; outra á camara municipal do Crato. Asseveravam nellas que Pinto Madeira, de mãos dadas com o vigario do Jardim, Padre Antonio Manuel de Souza, estava tra-

mando uma revolta restauradora; que eram partidarios delles o ouvidor, o juiz de fóra, os escrivães e os officiaes de milicias do Crato. Requeriam, pois, a exautoração immediata destes empregados, e auxilios para combaterem Pinto Madeira, Souza e os seus satellites. Annuindo a camara do Crato ao pedido, declarou suspensos de seus empregos os funccionarios indicados na representação. A villa do Jardim está situada a dez leguas da do Crato, e a egual distancia de ambas, a do Icó. Mandaram os levantados pedir ao povo do Icó soccorros de gente, de armas e de munições com o intuito de marcharem contra os do Jardim. Uns duzentos homens foram engrossar as turmas do Crato, e, juntos, dirigiram-se para a villa do Jardim, sendo perto della recebidos pelas forças numerosas de Pinto Madeira, que, avisado a tempo se apercebera para a lucta. Tendo com muita difficuldade repellido e dispersado os aggressores, entrou Pinto Madeira no Crato, estabelecendo alli a séde de um governo proprio que logo depois extendeu a todo o territorio denominado *Cariry,* e chegou a ter sob o seu mando uns tres mil combatentes.

Informado destes factos, o presidente da provincia declarou leaes e patrioticos os habitantes do Crato; traidores e rebeldes, Pinto Madeira e o vigario Souza; tratou de aprestar forças para os castigar, e pediu ao governo imperial o auxiliasse neste empenho de honra. Enviou-lhe o governo do Rio o general Labatut, que, incumbido de pacificar a provincia, chegou ao Ceará a 22 de julho de 32, e pelos fins de outubro seguinte fixou o seu quartel-general no sitio chamado Correntinho, entre o Crato e o Brejo Grande.

Foi nesse logar que os dois chefes principaes da revolta, no dia 13 de novembro, depondo as armas, se entregaram mediante a unica condição de que, sendo remettidos para a côrte, se lhes garantiria a vida. Enviou de facto Labatut esses dois chefes a Pernambuco por terra, pedindo ao presidente dessa provincia os dirigisse para o Rio de Janeiro. Isto, porém, causou grande desgosto aos inimigos delles no Ceará, que ar-

diam em desejos de saciar a sua sêde de vingança, e foi desapprovado pelo ministro da justiça, como contrario ao direito e á constituição. Ficou, portanto, Madeira gemendo na fortaleza do Brum, sem que lhe fosse instaurado o processo, até que finalmente foi reenviado para o Ceará, á cuja capital chegou no dia 18 de agosto de 1833. Fez, todavia, o presidente Alencar que velejasse para o Maranhão. Sendo no anno immediato remettido mais uma vez para o Ceará (15 de outubro), e sendo enviado sob boa guarda para o Crato, alli, em seguida a um arremedo de julgamento, o condemnaram á pena ultima e o executaram, não como réu da revolta, mas como autor de um assassinato particular que sem fundamento lhe attribuiram. Concordam todos em dizer que foi condemnado a morrer na forca, e alguns affirmam que de facto o enforcaram; outros, porém, afiançam que o fuzilaram. A força que lhe tinham destinado, ficou no logar — *Barro Vermelho* — até o anno de 1856, quando o chefe de policia a mandou derrubar.

Vide Studart: — **Datas e Factos,** vol. 2, pag. 71 e 100. Item Inst. Hist. Bras. de 87, p. 1. pag. 125, onde se trata de remover do presidente Alencar a accusação de ter sido Madeira enviado a seu pedido, de Pernambuco ao Ceará.

215) **Maranhão.** — Quando chegou ao Maranhão a noticia da quéda de Pedro I, o presidente Candido José de Araujo Vianna logrou com sua moderação conservar a paz na provincia; porém a 13 de setembro uma notavel multidão de povo miudo e de tropas seduzidas occuparam diversos logares fortificados da capital, exigindo que o presidente suspendesse o chanceller e varios desembargadores da Relação, e bem assim alguns empregados de alta categoria administrativa que elles davam como contrarios á nova ordem de cousas. Não tendo Araujo Vianna forças disponiveis para reprimir a revolta, cedeu em tudo, e a ordem publica ficou restaurada, porém só na apparencia; pois, a 16 de novembro do mesmo anno, tornaram os desordeiros a insurgir-se, pedindo fossem expulsos da provincia os funccionarios suspensos, fossem demittidos

dos cargos publicos todos os brasileiros adoptivos, e não se deixassem desembarcar os portuguezes que se dirigissem para o Maranhão.

Como desta vez o presidente estivesse prevenido e prompto, recusando as referidas propostas, mandou a força que lhe obedecia, dispersar os amotinados, que, aggredidos derepente, se entregaram a fuga vergonhosa. Diversos dos desordeiros cahiram nas mãos das autoridades, emquanto outros procuravam um asylo nas mattas do interior da provincia. Collocou-se, todavia, á testa delles um dos fugitivos, ourives de profissão, natural do Ceará, chamado Antonio João Damasceno, que, depois da fuga, fixára a sua residencia nas margens do rio Pindaré. Em fevereiro e março do anno seguinte, 32, commandando uns 400 homens, varejou diversos logares notaveis; saqueou algumas povoações, como Manga e Icatú, dirigindo-se por ultimo á villa do Brejo. Foram, porém, em abril surprehendidos e derrotados pelo tenente-coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, enviado contra elles pelo presidente Araujo Vianna. Tendo na refrega cahido morto Damasceno, não foi difficil dispersar os desordeiros e acabar com a revolta.

216) **Minas, 22 de março de 33.** — Circulava em Minas, havia muito tempo, o boato de se estar urdindo uma revolução na provincia; confiadas, comtudo, nas apparencias da tranquillidade publica, não se preveniram as autoridades contra os projectos sediciosos, que a 22 de março de 33 se manifestaram em Ouro Preto. Tendo o presidente Manuel Ignacio de Mello e Souza passado o governo a Bernardo Pereira de Vasconcellos, primeiro vice-presidente, emquanto elle se occupava das eleições na cidade de Marianna, julgaram os sediciosos ser esta occasião azada para levar a effeito o seu plano. O commandante das armas Manuel Alves de Toledo Ribas, o major Francisco Bittencourt, os coroneis João Reynaldo Bilstein e Theobaldo Sanches Brandão, á frente das tropas de linha, sahiram em tumulto, apoderaram-se das repartições

publicas, mandaram tocar os sinos e proclamaram destituidos de seus cargos o presidente e o vice-presidente. Logrou Vasconcellos fugir de Ouro Preto com segurança e passar á proxima villa de Queluz, emquanto o coronel Theobaldo Sanches marchava para Marianna afim de surprehender Mello e Souza, que ainda assim conseguiu escapar a seu salvo indo abrigar-se em uma propriedade que possuia não longe de lá.

Officiou então Mello e Souza á camara de Ouro Preto declarando-lhe que entregava definitivamente a presidencia a quem ella competisse. Organizaram, no entretanto, os insurgentes um novo governo, cujas rédeas offereceram ao ex-ouvidor da comarca, o dr. Manuel José Monteiro, segundo vice-presidente, e, como este declinasse semelhante honra, elevaram ao supremo cargo da provincia o commandante da guarda nacional, Manuel Torres do Couto, que não duvidou acceitar, posto que fosse o menos votado dos membros do conselho, e os seus superiores na escala legal não tivessem sido convocados. Officiaram em seguida os revoltosos ao governo do Rio mostrando-se promptos a receber um novo presidente que fosse nomeado, porque o povo se levantára unicamente para se descartar de autoridades perseguidoras.

Observando Vasconcellos que o povo de Queluz reprovava os factos da capital, proclamou-se a si mesmo vice-presidente em exercicio, estabeleceu alli em Queluz a séde do governo provisional e publicou um manifesto convidando os mineiros a apoial-o nos meios que passava a empregar para restabelecer em Ouro Preto a ordem e as autoridades legitimas. Por seu lado estigmatizou o governo do Rio os factos de Ouro Preto ordenando aos insurgentes depuzessem as armas, e ao presidente, que volvendo para o seu posto, reassumisse a administração da provincia. Fez no mesmo tempo partir o general Pinto Peixoto incumbindo-o de commandar as forças que conseguisse chamar ás armas na provincia afim de coagir os revoltosos a obedecer ao governo e ás leis. Contando com a boa vontade dos mineiros, levou comsigo Peixoto só algumas praças de li-

nha e diversos officiaes militares. Tinham na verdade adherido á revolução apenas Ouro Preto, Marianna e a villa de Caheté. Reuniu, pois, Peixoto em S. João d'El-Rey a guarda nacional da localidade, a de S. José, de Queluz e de Barbacena, marchando dentro em breve para Ouro Preto á frente de tres mil homens. Tinham tambem os rebeldes preparado quantas forças puderam, sahindo com ellas ao encontro das tropas do governo. Não se feriu combate formal; travaram-se apenas escaramuças, encontros parciaes e repetidos em todos aquelles logares que existem entre Queluz e a capital da provincia.

Comquanto os rebeldes fossem repellidos de toda a parte, não deixavam de patentear disposições arrojadas; pediram, todavia, uma capitulação depois que as forças do governo occuparam a villa de Caheté e Marianna, e puzeram cêrco a Ouro Preto. Respondeu-lhes o general Peixoto: Recolhessem á cadêa os presos que haviam solto, depuzessem as armas entregando-se prisioneiros; que a camara se dirigisse ao seu quartel-general, lhe entregasse as chaves da cidade e lhes prestasse obediencia. Feito isto, elle empregaria a bem delles o seu valimento perante o governo da regencia. Simulando então os insurgentes uma resistencia, buscaram, todos e cada um delles, meios de salvação na fuga. Passados alguns dias, marchou Peixoto até ás portas de Ouro Preto, que achou sepultada no mais profundo silencio, não encontrando, ao entrar nella, sinão mulheres, creanças, velhos, doentes e feridos abandonados (23 de maio de 33). Demorou-se alli uma semana, occupado em restaurar a ordem e buscar os criminosos, volvendo em seguida para o Rio de Janeiro. Dos fugitivos, poucos lograram escapar ás diligencias dos agentes do governo, que se derramaram por toda a provincia.

217) **Matto Grosso.** — Não deixou de haver uma perturbação tambem na provincia de Matto Grosso, onde, no arraial do *Pilar,* a 18 de maio de 34, copiosa multidão de plebe travou das armas contra os portu-

guezes, dos quaes trucidou, com agonias lentas, mais de trinta que haviam tentado defender-se. Com o fim de restaurar a ordem partiu de Cuyabá o coronel João Procopio Caldas, que poz termo á anarchia. Aproveitando-se, porém, neste interim os revoltosos da ausencia da força, assenhorearam-se, na capital, dos edificios publicos, expelliram as autoridades e praticaram toda a sorte de excessos (28 de maio de 34).

## III

## Pará

218) **Governo do barão de Itapecurú-mirim, 1830.** — Reservamos mui de proposito para este ultimo logar a provincia do Pará, porque desejamos relatar todos juntos os factos que se referem áquella medonha guerra civil, resumindo o mais breve possivel os cinco volumes que sobre essa guerra escreveu com o titulo de *Motins Politicos,* Domingos Antonio Raiol, barão de Guajará. Devemos a felicidade de podermos consultar esta obra á generosa bondade do Revmo. e Exmo. Sr. D. Jeronymo Thomé da Silva, M. D. Arcebispo da Bahia, que mui gentilmente nol-a emprestou.

Conforme deixámos indicado no fim do par. 129 (vide outrosim os par. 49, 74, 107), a Burgos succedeu na presidencia da provincia o barão de *Bagé,* cujo governo foi todo pacifico e se prolongou até 14 de julho de 1830, quando voltou a governar o Pará o mesmo Burgos, já honrado com o titulo de barão de *Itapecurú-mirim*. Serviu-lhe de commandante das armas o brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa, que teve algumas desintelligencias com o conselho da provincia e com o conego Baptista Campos a respeito das prisões que as patrulhas e os soldados pudessem ou devessem fazer. A 25 de janeiro de 1831 levou o conselho esta questão ao conhecimento do imperador, porém tudo ficou adiado em consequencia dos acontecimentos do Rio.

Achavam-se nesta condição os espiritos, quando a Belém, no dia 22 de maio de 31, chegou a noticia da retirada do imperador. Então o con. B. Campos, que formára a *Sociedade Patriotica,* e era chefe do partido liberal, accusando Andréa de absolutista, pediu fosse suspenso do commando das armas; porém, como o não conseguisse, dissimulou protestando de lhe ser muito fiel e favoravel. Rompeu, todavia, a dois de junho uma nova sedição militar, pedindo os soldados fossem depostas as autoridades constituidas. Informado deste motim, o presidente buscou um refugio a bordo do brigue *Tres de Maio,* porém não tardou em desembarcar, e sopear, de mãos dadas com o commandante das armas, a revolta por meio de alguns soldados fieis e de numerosos cidadãos reunidos ao mando do paraense *Marcos Martins.* Dos revoltosos, muitos foram presos na cadêa da cidade e nos navios de guerra ancorados no porto. Resolveu então o conselho provincial crear provisoriamente um corpo de cidadãos com o nome de *guarda nacional,* cuja direcção confiou ao referido Marcos Martins, que lhe deu por distinctivo uma divisa de velludo verde sobreposta no alto lateral do chapéo e lhe chamou *Laço da união.*

Assim corriam os negocios publicos no Pará, quando ao presidente e ao commandante das armas chegou ordem de se retirarem para a côrte deixando seus cargos a quem de direito segundo a lei. O brigadeiro de Andréa partiu sem demora a cinco de julho, mas o barão esperou pela chegada do seu successor a pedido de seus amigos, que receavam a presidencia de Baptista Campos, ao qual na realidade era agora por lei devolvida a administração interina da provincia.

219) **Posse e deposição do visconde de Goianna.** — Não tardaram, todavia, em chegar a Belém (16 de julho de 31) o coronel José Maria da Silva Bittencourt, novo commandante das armas, e o visconde de Goianna, que ia tomar conta da provincia, e entrou no exercicio do seu cargo a 19 de julho de 1831.

Existia no Pará a *Sociedade Patriota, Instructiva e Philanthropica,* fundada pelo conego Baptista Campos, que no dia 21 mandou celebrar no egreja do Carmo um *Te-Deum* em acção de graças pela feliz chegada das novas autoridades. Tendo o visconde acceitado o convite para assistir a essa solemnidade religiosa, os inimigos da tal sociedade começaram a espalhar que o novo presidente se tinha entregue totalmente ao conego, e que nada fazia sinão por inspiração delle. Déram-se, pois, a censurar-lhe com a maior energia todos os actos, até os mais louvaveis. Para não sermos prolixo referiremos um unico facto. Como o uso do *Laço da união,* já muito generalizado, servisse de estimulo para avivar a rivalidade dos brasileiros natos contra os adoptivos, o presidente ordenou que fosse substituido pelo *Laço nacional;* porém Marcos Martins e todos os seus partidarios, em logar de obedecer, propagaram acintosamente o uso do vedado *Laço da união*.

Extremando-se agora cada vez mais, os partidos assumiram diversos nomes. Os amigos do conego denominaram-se geralmente *philanthropicos* ou patriotas, os de Martins assumiram o titulo de *caramurús.* Cumpre, todavia, observar que estes nomes pouco ou nada indicavam no Pará a respeito dos principios que professavam, porque o unico fito de todos elles era a posse do poder, e todos os meios lhes pareciam bons para chegar a elle. Dominou, com effeito, grande anarchia nas ruas, não só de noite, mas até durante o dia. Tramaram os *caramurús* uma sedição militar com o fim de prender Baptista Campos, e depor o presidente substituindo-lhe Marcellino José Cardoso, que era um delles. O mais interessante é que entre os rebeldes se contassem o commandante das armas e o secretario da presidencia, pondo aquelle á disposição dos desordeiros a força publica, e revelando este aos sediciosos todos os segredos do governo. Avisado de tudo isto o visconde de Goianna, recusou prestar fé ás revelações de seus amigos. Rompendo, pois, a revolta no dia sete de agosto de 31, circumdaram o palacio do governo, e intimaram ao

presidente a sua deposição. Ao ver que toda a resistencia seria inutil e ao ser informado de que Baptista Campos, ao qual, nos termos da lei, cabia tomar as redeas da administração, já tinha sido preso e levado para bordo do brigue *Tres de Maio,* o visconde cedeu sem difficuldade, passando a vara ao conselheiro Marcellino José Cardoso.

Publicaram então os vencedores uma proclamação e requereram ao vice-presidente Cardoso: — 1) que Baptista Campos fosse deportado para o *Crato* no alto Madeira, e muitos outros cidadãos que indicavam nominadamente, fossem levados presos para *Marabitanas* no alto Rio Negro; — 2) que o visconde de Goianna fosse immediatamente remettido para o Rio de Janeiro. Tambem o vice-presidente publicou uma proclamação afim de acalmar os espiritos, e, tendo dentro em breve recebido a noticia das perturbações que estavam grassando em Abaeté, Muaná, Beja, Conde e outros logares do interior, enviou para lá algumas tropas que facilmente restabeleceram a tranquillidade publica. O visconde de Goianna protestou, e partiu (10 de agosto) para o Rio, aonde chegou em principios de outubro, sendo incontinenti posto em liberdade pelos regentes, que a 16 de novembro de 31 lhe nomearam um successor na pessoa do tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira.

Velejavam no mesmo tempo pelas aguas do grande rio os deportados, mas acharam modo de evadir-se. Delles, o conego Baptista Campos fixou a sua residencia na villa de Obidos, e logrou fazer-se, alli e em diversos outros logares, reconhecer como unica autoridade legitima da provincia do Pará (fev. de 32). Os outros dispersaram-se tomando cada um a direcção que mais lhe convinha.

Seguindo o exemplo da capital, insurgiu-se (12 de abril de 32) tambem a tropa do presidio da *Barra do Rio Negro,* hoje *Manáos,* e, assassinando o seu commandante, praticaram grandes desordens de toda a casta até o dia 22 de junho, quando se reuniu um conselho, em que, entre outras cousas, se resolveu: — 1)

que a comarca do Rio Negro ficasse desligada da provincia do Pará; — 2) que se elegesse um governo provisorio; — 3) que se enviasse uma commsisão ao Rio de Janeiro com o fim de obter da assembléa geral a approvação destas resoluções.

220) **Machado de Oliveira.** — Chegára, no entretanto, ao Pará o novo presidente e tomára posse a 27 de fevereiro de 1832. Acompanhava-o, na qualidade de commandante das armas, o tenente-coronel Antonio Corrêa Seára. Consagrou Oliveira seus primeiros cuidados á restauração da ordem mandando soltar as victimas do dia sete de agosto, e voltar os desterrados do Amazonas. Tendo Baptista Campos deixado de se aproveitar destas disposições pacificas, o presidente lhe ordenou com severidade que se recolhesse para a capital. Este acto valeu a Machado de Oliveira o ser accusado de favorecer o partido philanthropico, e deu causa a novas perturbações. Fez egualmente Oliveira em junho de 32 seguir para Manáos uma força de cincoenta homens que, tendo vencido a fraca resistencia opposta pelos rebeldes, a 10 de agosto do mesmo anno, collocaram tudo no estado anterior.

Afim de pacificar a capital tratou o novo presidente de remover do exercito os soldados que não lhe mereciam confiança, e desarmou a guarda nacional, de que ainda era commandante Marcos Martins, creando em logar della o corpo de guardas municipaes permanentes, a quem confiou a ronda da cidade. Fundou Oliveira (19 de março de 33) a *Sociedade Federal*, cujo fim era sustentar a liberdade brasileira e defender os principios do systema federativo. A nomeação de Oliveira, para presidente e de Seára para secretario desta sociedade, deparou aos *caramurús* o ensejo de espalhar terem-se ambos ligado ao partido dos philanthropicos, tanto mais que ambos se tinham retirado da sociedade *União* em que haviam sido recebidos logo ao tomarem posse de seus cargos. Começou, portanto, a opposição activa e rancorosa dos caramurús contra as duas primeiras autoridades da provincia.

221) **Mariani e Oliveira.** — Foi nestas circumstancias criticas que chegou ao Pará a noticia, transmittida da côrte em cartas particulares, de estarem nomeados o desembargador José Mariani e o tenente-coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, para substituir aquelle, Oliveira; éste, Seára. E' facil imaginar qual fosse o estado dos dois partidos oppostos, um dos quaes anhelava por ver as novas autoridades: outro ardia em desejos de conservar as existentes que o protegiam.

Foram-se, pois, dispondo os espiritos neste sentido, e a lucta esteve a ponto de se tornar fatal. Os juizes de paz em nome do povo, a camara municipal, o conselho da provincia e todas as outras autoridades, requereram uma e mais vezes a Oliveira que não désse posse ao novo presidente, nem ao novo commandante das armas, porque do contrario todo o valle do Amazonas havia de ser abysmado nas maiores desordens e desgraças. Si Oliveira inspirou ou não inspirou secretamente estes desejos, é cousa que não sabemos; o certo é que elle, em seguida a uma tal qual resistencia apparente ou real, prometteu acceder a estes pedidos ficando no seu posto até ulterior decisão da regencia, e nesta promessa foi acompanhado pelo commandante das armas.

Preparavam-se nesse interim para a lucta sangrenta os dois partidos na cidade. Estavam de um lado as forças do governo e todos os philanthropicos; do outro, os caramurús, entre os quaes se distinguia por seu arrojo e fanatismo um *Joaquim Affonso Jales,* negociante paraense, oriundo de Portugal.

A 6 de abril de 33 participou Mariani a sua chegada ao presidente; porém, não tendo recebido resposta, mandou-lhe no dia 8 a carta da sua nomeação, pedindo-lhe que a communicasse á camara municipal e lhe proporcionasse os meios para ir tomar posse da presidencia. Ordenou Oliveira á camara municipal que no dia seguinte, 9, désse a referida posse ao novo presidente. Reunindo-se, todavia, a camara na tarde do dia 8 em sessão extraordinaria, decretou que, em vista dos perigos ameaçadores dos caramurús, não era possi-

vel receber as novas autoridades. Participou Machado de Oliveira no dia 9 a Mariani essa impossibilidade, porém não disse que elle desde o dia 7 promettera conservar-se na administração da provincia. Remetteu-lhe no dia 10 todos os documentos officiaes, reuniu nos dias seguintes por diversas vezes o conselho provincial, trocou varios officios com o novo presidente, até que no dia 18 Mariani declarou que desistia do seu governo e se retirava.

Tinha neste meio tempo, e principalmente no dia 16, corrido muito sangue pelas ruas de Belém, ficando, já se comprehende, vencedor o partido de Baptista Campos que era o do presidente demittido.

Continuou, pois, Oliveira a dirigir os destinos do Pará até o dia 4 de dezembro do mesmo anno 33, quando lhe succedeu Bernardo Lobo de Souza, que, nomeado a 14 de setembro hesitou em acceitar e parece ter tido algum presentimento da sorte que o aguardava.

222) **Baptista Campos e Oliveira.** —Relatemos agora brevemente a ultima parte do governo de Oliveira, que não tardou em travar uma lucta lastimosa com o conego B. Campos. Não consta claramente quaes fossem os motivos que separaram esses dois homens até então amigos tão intimos. Contentar-nos-emos com referir tão somente os factos que servem para de algum modo explicar como foi que nesta lucta fratricida envolveram tambem o Bispo e a religião.

Tendo Machado de Oliveira feito com que fosse rejeitada a proposta de ser Baptista Campos recebido em uma loja maçonica de Belém, o conego declarou no seu jornal — *Publicador Amazonense* — guerra aberta contra a maçonaria, e tratou de envolver nessa questão tambem o Bispo. Propalou então Machado de Oliveira que o conego recebera de Pedro I muitos favores, e que se mostrava affeiçoado ao partido restaurador. Apresentou de mais a mais em uma sessão da Sociedade Federal Paraense uma proposta que daremos aqui em resumo: Afim de oppor uma barreira á restauração do primeiro imperador, proponho: — 1) que no

dia 7 de setembro todos os socios e cidadãos prestem um juramento solemne de se oppor á restauração; — 2) que todo o brasileiro o qual, sem causa reconhecida de impossibilidade, se esquivar a prestar este juramento, seja indigitado como restaurador, e o seu nome, declarado pela imprensa, seja coberto de infamia e do desprezo publico.

Approvada a indicação, feitos os convites do estylo, e tudo o mais conforme o costume, redigiram um termo para o juramento. Assignaram este termo o presidente Machado de Oliveira, o commandante das armas e muitos outros funccionarios e cidadãos. O Bispo tambem o assignou, mas com a restricção — *com a mansidão canonica e evangelica salva.*

Baptista Campos não se deu por achado, e, quando os jornaes começaram a tratal-o de restaurador por não ter prestado o tal juramento, respondeu que Machado de Oliveira, como presidente já demittido, não tinha autoridade para impor aquelle juramento. Comtudo toda a imprensa governista insurgiu-se, furiosa, contra elle. Começaram no mesmo tempo os amigos do conego a censurar co macrimonia o Bispo por ter prestado o referido juramento, nem valeu ao diocesano affirmar em uma pastoral que assignára com restricção.

223) **Caracter de Lobo, e de Santiago.** — Chegaram finalmente a 2 de dezembro de 33 as novas autoridades: Bernardo Lobo de Souza (1) e Joaquim José da Silva Santiago: aquelle, presidente; este, commandante das armas. Ambos no dia 4 inauguraram o exercicio de seus cargos. Machado de Oliveira ficou ainda por algum tempo no palacio. Pouco favoraveis eram as noticias que corriam a respeito destes dois funccionarios publicos. Diziam geralmente todos que Lobo era assomado e colerico; Santiago, brusco e intratavel; ambos, altivos e intolerantes; não admittiam a menor contradicção ás suas opiniões; olhavam a todos com ar de sobranceria e desdem. Quando fala-

(1) Déram-lhe a alcunha de **Malhado** por ter uma pequena malha de cabellos brancos na cabeça.

vam, principalmente aos seus subordinados, era quasi sempre com arrogancia. Lobo era deputado geral, e tinha governado as provincias de Goyaz, da Parahyba e do Rio de Janeiro. Santiago tinha estado nas campanhas do sul e no commando das armas de Pernambuco donde fôra removido para o do Pará (par. 213).

O primeiro acto de Lobo consistiu na publicação do decreto de 21 de outubro de 33, que outorgava amnistia aos agentes das commoções politicas anteriores ao dia 8 do referido mez. Foram, portanto, reintegrados os funccionarios publicos que estavam suspensos, e ficaram sem castigo tanto os que tinham deposto o visconde de Goianna, como os que haviam feito opposição á posse de Mariani! Tomou em seguida Lobo diversas medidas uteis aos moradores, como eram, por exemplo, o concerto das estradas, o pagar com pontualidade a tropa, o abastecimento do mercado, o mandar cessar a cobrança de certos impostos já abolidos; não logrou, todavia, com isto pôr um dique á odiosidade que lhe causava o recrutamento para o exercito e para a marinha. Com o intuito de segurar a tranquillidade publica mandou recrutar e remetter para a côrte alguns individuos turbulentos, e a 15 de março de 34 reuniu o conselho presidencial afim de lhe pedir outras providencias dizendo constar-lhe que os restauradores estavam tramando contra a ordem publica.

Hostilizavam-se, no entretanto, os partidos, que se reconheciam por suas côres. Quem trajava roupa encarnada, era supposto pertencer ao partido restaurador, e, como a côr azul-clara distinguia os federalistas, os municipaes permanentes a ostentavam em um trancelim que faziam pender do peito de suas fardas.

224) **Desintelligencias entre Lobo e o clero.**—Comquanto Baptista Campos tivesse a principio travado relações amistosas com o novo presidente; começou, todavia, a retrahir-se quando observou nelle alguns signaes de aversão. Este seu proceder exasperou Lobo contra o clero em geral, que lhe havia sido representado qual inimigo da maçonaria. Occorreu nestas con-

juncturas um pequeno incidente que em outras occasiões passaria desapercebido, mas no estado actual dos espiritos foi a centelha que causou um grande incendio.

Querendo Lobo no dia 7 de abril solemnizar o anniversario da abdicação, officiou ao Bispo ácerca dos actos religiosos que se deviam praticar na cathedral, e fez as communicações e convites do estylo. Dirigindo-se, na hora aprazada, com grande acompanhamento, do palacio para a sé, não encontrou na porta a commissão que o cabido em taes occasiões costumava nomear para receber os presidentes, e, julgando que esta falta fosse intencional para o desconsiderar como maçon, e humilhar a sua autoridade perante o povo que se achava apinhoado no templo, entrou arrebatado pela egreja, e ao primeiro sacerdote que se lhe apresentou, reprehendeu aspera e severamente, sem admittir desculpa, e, ameaçando em voz alta, disse que não teria a menor duvida em mandar recrutar os clerigos insubordinados, quando fosse necessario, para elles apprenderem na disciplina militar o respeito devido ás autoridades publicas. Commentou B. Campos este facto de maneira odiosa ao presidente, attribuindo-o ao plano da maçonaria. Sendo Lobo pouco depois, ou fingido ser, informado de que nas egrejas e nas ruas, tanto da capital, como do interior da provincia, o clero tratava de levantar a opinião publica contra a sua autoridade, tomou diversas medidas vexatorias que muito lhe augmentaram a odiosidade.

Foi nestas conjuncturas melindrosas que o Bispo escreveu uma pastoral contra a maçonaria, e tencionava imprimil-a. Porém, *Honorio José dos Santos,* proprietario do jornal a que o Bispo a enviára, sendo maçon, a levou ao presidente, o qual, depois de a ler, ordenou encolerizado ao seu ajudante de ordens fosse dizer ao prelado "— Constar-lhe pretender elle publicar uma pastoral inconveniente por conter doutrinas falsas, subversivas e contrarias ás leis do imperio; por isso lhe mandava declarar que, si por effeito dessa pastoral o povo se amotinasse, elle tinha força e armas

para rebater os facciosos, assim como o porão dos navios de guerra surtos no porto para recolher o agente do motim, sem importar-se de mitra, nem de baculo: o criminoso não deixaria de ser castigado até com ferros nos pés quando assim conviesse, qualquer que fosse a sua posição!"

Ignorando o Bispo ter já o presidente lido a sua pastoral, enviou-lhe por meio do seu secretario o autographo della pedindo-lhe que a examinasse, e indicasse os pontos que continham as doutrinas alludidas. Recusou Lobo acceitar esse manuscripto respondendo com máu humor que suas occupações não lhe deixavam tempo para tal exame e que sustentava o recado que já tinha mandado.

"Ridicula ostenção de força, accrescenta aqui o insuspeito Raiol,...... a sua ameaça (a de Lobo) foi intempestiva, e sem qualificação a sua descortezia ao chefe da egreja paráense."

Conhecendo o Bispo que Lobo de Souza era capaz de qualquer acto hostil, retirou do prelo a pastoral, e partiu para Cametá, onde nascera e tinha seus parentes. Espalhada a noticia da retirada do diocesano, Baptista Campos correu ao palacio do prelado, e do secretario delle obteve o autographo da pastoral sob promessa de simplesmente a ler; porém logo depois se valeu della para activar sempre mais a lucta contra o presidente a pretexto de defender o Bispo.

225) **Angelim e seus irmãos.** — Sentindo Lobo que os estorvos á sua administração iam cada vez mais crescendo, e que não podia confiar na tropa que tinha, começou a fazer um novo recrutamento e com mais severidade. Vivia em Belém um moço, distincto pela sua loquacidade com que arrastava as turbas. Nascido em 1814 na freguezia do Aracaty, no Ceará, passára para o valle do Amazonas com sua familia em procura de um refugio contra a sêcca de 1827. Apprendeu a ler, escrever e contar; chamava-se *Eduardo Francisco Nogueira*. Seus dois irmãos mais velhos *Geraldo* e *Manuel*, seguiram a profissão de artistas; elle, porém,

tentou obter fortuna no commercio, mas, sahindo-se mal, adoptou a vida de lavrador arrendando no rio Acará terras ao proprietario Malcher.

Enthusiasta das idéas liberaes, não tardou em se tornar notavel entre os patriotas que mais pareciam symbolizar o sentimento nacional. Alistado entre os federalistas, em abril de 1833 se collocou á frente de uma columna de guardas nacionaes que do Acará levou a Belém, onde ao lado de Machado de Oliveira combateu a força de Jales. Tendo adquirido grande fama pela sua ousadia, tomou o appellido de *Angelim* nome de uma madeira forte das nossas mattas. O seu irmão Geraldo assumiu no mesmo tempo o nome da ave carnivora *Gavião.*

Amigo e defensor apaixonado de B. Campos, declarou-se agora contra o governo arbitrario do presidente.

Não hesitou então Lobo em mandar que fosse recrutado para a marinha. Foi com effeito em julho preso e remettido para bordo da corveta *Bertioga,* da qual sahiu livre no fim de nove dias, porque os seus amigos demonstraram habilmente a illegalidade da sua prisão. Jurando, pois, que havia de vingar-se, não deixou escapar occasião para indispor a todos contra o presidente. Tendo-se no dia primeiro de agosto levantado no quartel alguns soldados do corpo de municipaes permanentes a pretexto de não lhes serem pagos os soldos, Lobo mandou prender e castigar severamente os sediciosos. Deste e de outros factos semelhantes aproveitaram-se os opposicionistas para recriminar o presidente. Esta opposição irritava altamente Lobo de Souza, que no seu orgulho e assomo não sabia conter-se.

226) **Lobo, Baptista Campos e Lavor Papagaio.** — Aconteceu, pois, um dia que tendo elle proposto no conselho do governo a edificação de uma nova cadêa, B. Campos observou que era melhor poupar aquella despesa agora que a provincia se achava exhausta de recursos pecuniarios. Extremamente irritado, exclamou Lobo que elle não esperava outra cousa do chefe

principal de todas as desordens passadas e actuaes da provincia, mas, si durante o seu governo, se désse alguma revolta, elle o mandaria prender como motor de tudo, e não teria a menor duvida de o fazer fuzilar, si tanto fosse necessario para a segurança publica. *Não duvido,* disse o conego, *que vossa excellencia dê essa ordem, mas duvido que haja quem a cumpra. Duvida que haja quem cumpra minha ordem?* replicou Lobo de Sousa enfurecido e dando uma forte pancada sobre a mesa. *Quer ver como agora mesmo o mando prender, e como ha quem cumpra minha ordem?*

*De tudo é capaz o presidente Bernardo Lobo de Souza... Estou coacto, e não posso tomar parte nas deliberações do conselho.*"

Dito isto, retirou-se, e nunca mais compareceu ás sessões do conselho. Por muitas vezes Lobo tentou chamal-o a pretexto de serviço publico; nunça, porém, conseguiu o seu fim. Lembrou-se por ultimo, que o conego fôra em 1833 eleito provedor da Santa Casa de Misericordia e reeleito no anno seguinte. Constava-lhe egualmente que os seus inimigos o accusavam de esbanjar os bens dessa pia instituição. Pediu-lhe, pois, diversas informações a esse respeito, e não as tendo alcançado, dirigiu-lhe a 26 de julho uma portaria ordenando-lhe que sem perda de tempo se apresentasse no palacio para negocio urgentissimo a bem do seu hospital, porém Campos não appareceu.

Comquanto B. Campos fosse desde 1823 inimigo pessoal de Malcher [1], resolveu agora procurar a sua

---

(1) **Felix Antonio Clemente Malcher** nasceu em 1782 na villa de Monte Alegre; casou-se com d. Rosa Maria Henriques de Lima, cujos paes eram lavradores abastados no districto do Acará.

Mudando, a pedido do seu sogro, a residencia para esse logar, dedicou-se aos trabalhos da agricultura. Eleito em 1823 membro da Junta provisoria do governo, foi subindo até o posto de tenente-coronel. Homem de acanhada instrucção, soberbo e pouco expansivo, rancoroso, intolerante e de aspecto sombrio, não conquistava a sympathia de ninguem.

**Francisco Pedro Vinagre,** morador do rio Itapecurú, affluente do Acará, era filho de um portuguez e de uma paráense. Tinha quatro irmãos: **Antonio, Raymundo, Manuel** e **José.** Sendo nomeado tenente da guarda nacional, distinguiu-se nos acontecimentos de 1833, e, por sua altivez e ousadia, grangeou alguma ascendencia no seu districto.

amizade por lhe constar que elle cortára suas relações com Lobo.

Pediu-lhe, pois, uma conferencia secreta; reconciliaram-se e concordaram em um plano destinado a, sem derramamento de sangue, depor e remetter para a côrte as duas primeiras autoridades da provincia. O plano gorou em consequencia da excitação dos espiritos, que causou diversas indiscreções. Então B. Campos chamou ao Pará o cearense *Vicente Ferreira Lavor Papagaio,* que, escapando de ser assassinado na sua terra natal em consequencia da sua linguagem atrevida e insultuosa na imprensa, estava actualmente no Maranhão, onde se dedicava á defesa exaggerada das idéas republicanas. Começou no Pará por escrever pasquins que collava nas paredes das casas, e logo inaugurou a publicação de um jornal intitulado — *Sentinella Maranhense na Guarida do Pará* — sob a responsabilidade de *Camillo José Moreira Jacarécanga,* tambem natural do Ceará. Já se comprehende que seus artigos eram todos incendiarios.

Chegou, no entretanto, ao Pará (10 de outubro de 34) a lei chamada *Acto Addicional,* promulgada no Rio a 12 de agosto do mesmo anno. Tratou Lobo de dar execução a essa lei marcando o prazo para a eleição do regente e dos deputados provinciaes. Esperava no mesmo tempo poder nessa occasião reconciliar-se com Baptista Campos, que não era contrario ás novas disposições. Sendo, todavia, insultado publicamente na rua por Lavor Papagaio, tentou prender esse insolente cearense e tomou diversas medidas vexatorias que exasperaram até o delirio os amigos do conego, o qual andava foragido pelo lado dos rios Acará e Itapecurú.

227) **Factos occorridos no rio Acará.** — Tendo Lavor Papagaio fugido para o rio Acará, excitou com noticias exaggeradas e até falsas as iras e as suspeitas de Malcher, dos Nogueira e dos Vinagre, que, preparando armas e munições, resolveram resistir a todo o transe. Como Lobo não acreditasse nas infor-

mações que lhe déram a respeito do que no districto do Acará se estava machinando, limitou-se a mandar para lá diversas praças incumbindo-as de prender Lavor Papagaio. Sendo estes poucos soldados, á cuja frente se achava Nabuco de Araujo, surprehendidos na fazenda *Villa Nova,* foram parte mortos, parte presos por Antonio Vinagre, por Angelim e por Geraldo Nogueira. Araujo foi morto por Angelim depois de se entregar prisioneiro (22 de outubrao de 34). Dos soldados escapou um só, que logo correu á cidade levar a triste nova ás autoridades da provincia.

Tomou Lobo, incontinenti, diversas medidas para a segurança da capital; declarou em estado de sitio o districto do Acará, e mandou contra os facciosos, ás ordens do coronel Marinho Falcão e de James Inglish, umas trezentas praças de linha, levadas em uma flotilha de cinco pequenas embarcações, que no dia 25 de outubro, emquanto iam subindo pelo rio Acará, foram aggredidas, no logar chamado *Guaiabal*, por um grupo de insurgentes emboscados no matto.

Retiraram-se os revoltosos de tarde para a fazenda de Malcher sem terem soffrido perda alguma, ao passo que as tropas do governo deploravam o prejuizo de dez feridos e de tres mortos, sendo um destes o coronel Marinho Falcão. Informado Lobo deste desastre, remetteu para o Acará novas forças ao mando do major Monteroso e do capitão Manuel José dos Santos Falcão, que no dia 27 se reuniram aos outros pouco acima do Guaiabal, e no dia 28 chegaram á fazenda de Malcher denominada Acará-assú, da qual se tinham retirado todos. Com a unica excepção da capella, tudo ficou sendo devorado pelo fogo que Inglish lhe mandou lançar, e que se communicou ao pasto, ás campinas, ás mattas. Os facciosos debandaram tomando diversas direcções, emquanto Inglish descendo o rio, fundeava no Guaiabal, e remettia a Belém a relação de suas barbaras façanhas.

Conseguiu, por ultimo, prender Malcher e mais oito chefes, com os quaes regressou para a capital. Angelim e diversos outros se tinham internado pelo matto

a dentro; Manuel Vinagre fôra assassinado por José Honorato da Silveira Miranda, juiz de paz do segundo districto do Acará. Recolheram em Belém á cadêa publica os presos, menos Malcher que levaram para a fortaleza da Barra.

Inglish e Monteroso ficaram agora na cidade, indo outros officiaes cruzando pelos rios em procura dos revoltosos, particularmente de Angelim, Vinagre e B. Campos. Este, mudando cada dia de residencia, vagueou por diversos districtos, morrendo afinal na freguezia de Barcarena a 31 de dezembro de 34. Como elle fosse muito estimado, tivesse numerosos amigos e a sua morte fosse imputada ao presidente, cresceu de ponto a raiva do povo contra Lobo de Sousa.

228) **Conspiração.** — Julgaram, portanto, os chefes da revolta que tinha chegado o momento opportuno de vibrar o ultimo golpe. Reuniram-se no sitio — *Nazareth da Boa Vista* — de João Pedro Gonçalves Campos, na ilha das Onças, fronteiro á capital. A maioria dos conspiradores propuzeram se levasse a effeito o plano primitivo, que consistia em prender, sem effusão de sangue, e enviar para o Rio de Janeiro o presidente e o commandante das armas. Comtudo Antonio Vinagre declarou ter jurado que vingaria a morte do seu irmão assassinado a sangue frio (vide par. 227), e que nunca deixaria de cumprir este seu juramento ainda quando ficasse só sem nenhum companheiro que o quizesse ajudar. Depois desta conferencia, alguns dos conspiradores voltaram a Belém com o fim de alliciar gente, maxime entre a guarda nacional e o corpo dos municipaes permanentes.

Desde os primeiros dias de janeiro de 1835 já se notava na capital a presença de innumeras pessoas desconhecidas, que se iam aquartelando em varias localidades. Nas immediações da cidade, no meio do matto do *Cacoalinho,* em uma casa da familia Aranha, de tráz do edificio de S. José, achava-se reunido um grupo de guardas nacionaes do Acará e Guamá, sob o commando de Antonio Vinagre e de seu irmão Francisco

Vinagre. Na estrada de Nazareth, no chamado *Largo da Memoria,* numa casa antiga de Tenreiro Aranha, o crioulo liberto, conhecido pelo nome de *Patriota,* reunia a plebe e a predispunha á revolta. No fim da rua da *Pedreira,* no ponto chamado *Bacury,* tambem se faziam reuniões nocturnas, servindo de pretexto a festa de *S. Thomé,* que todos os annos alli solemnizavam desde o dia de Natal até o dia de Reis com grande concurso de vadios e libertinos, e era esta concurrencia que tornava insuspeitas as reuniões dos revoltosos naquellas vizinhanças.

Como Lobo estivesse rodeado de inimigos disfarçados que o trahiam, não logrou descobrir a realidade das cousas, apesar de ter recebido denuncia a respeito destes conventiculos, pois, quando mandava syndicar dos factos, era sempre illudido, porque os seus agentes cumplices na conspiração, lhe occultavam tudo, ou chegavam depois de terem enviado aviso aos conspiradores. Na noite de seis de janeiro tinha de representar-se um drama no theatro *Providencia,* situado em frente á egreja das Mercês, e tanto o presidente como o commandante das armas, não obstante as noticias que tinham recebido a respeito dos perigos imminentes, foram assistir ao espectaculo, ao qual se achavam outrosim presentes numerosos conspiradores. Sendo alli mesmo Lobo de Souza mais uma vez informado da reunião do Cacoalinho, ordenou que um capitão fosse com um piquete de soldados averiguar o facto; porém, emquanto o capitão passava a buscar os soldados no quartel, os revoltosos avisaram os seus comparsas, que, sem demora, se retiraram todos para as mattas circumvizinhas. Como o tal capitão não encontrasse cousa alguma no logar indicado, o presidente ficou tranquillo no theatro até o fim do espectaculo. Recolheu-se então ao palacio juntamente com Santiago. Ambos alli moravam; porém o presidente logo se dirigiu para a casa de uma viuva chamada Maria Amalia, que passava por ser sua amante.

229) **Assassinato de Lobo, e de Santiago, 7 de janeiro de 35.** — Os revoltosos puzeram-se a postos sob o commando de João Miguel Aranha e de seu irmão Germano Aranha. Pelas duas horas da madrugada do dia sete, Antonio Vinagre entrou no quartel pelos fundos, matando os poucos soldados e officiaes que recusaram seguil-o. Tinha quasi no mesmo tempo marchado para o palacio do governo outro grupo do Bacury e da Memoria. Subiram estes as escadas e tentaram forçar as portas dos quartos do presidente e do commandante das armas. Acordando com o barulho, Santiago fugiu para o jardim tal qual se achava na cama, e, galgando o muro, arrojou-se para a rua, causando-lhe a quéda, violenta perturbação de animo e estrago nas pernas. Logrou, todavia, atravessar o *Largo de S. João,* mas, perto da rua do *Aljube,* deante de uma grande cruz, um tapuya de nome Felippe, por antonomasia — *Mãe da Chuva* — deu-lhe um tiro que o derrubou. Emquanto arquejava, recebeu ainda golpes de coronha e de bayoneta, dados por outros insurgentes que se achavam perto e tinham acudido ao estrondo do tiro.

Convencidos os rebeldes de que o presidente não estava no palacio, cercaram o quarteirão em que morava Maria Amalia, e occuparam outras posições, segundo as ordens dos dois irmãos Aranha. Dirigindo-se em seguida para a cadêa publica, soltaram e armaram os presos, que, espalhando-se pelas ruas, mataram a quantos inimigos puderam colher ás mãos.

Invadindo a casa em que funccionava a maçonaria, quebraram e arrojaram pelas janellas tudo quanto encontraram. Os papeis e os livros andaram de mão em mão, sendo alguns dilacerados; outros, levados pelos chefes dos revoltosos. Inglish tambem foi assassinado nessa noite medonha emquanto, antes de regressar para o seu navio, tratava de indagar qual fosse a causa do barulho. Que fazia no entretanto Lobo de Souza? Avisado do perigo que corria, andou, como louco, vagueando de uma para outra casa sem atinar no que devia fazer. Voltando finalmente para o palacio e sen-

do reconhecido emquanto tentava subir pela escada, um guarda nacional, tapuya, appelidado *Domingos Onça,* deu-lhe um tiro que o matou instantaneamente.

Faltava agora unicamente occupar o arsenal de guerra, que estava no antigo convento dos Mercenarios. Tendo João Miguel Aranha convencido o director de que lhe era impossivel resistir, elle, retirandose, entregou o estabelecimento. Officiou, por ultimo, Aranha ao juiz de direito recommendando-lhe désse todas as providencias para que Malcher, que mandára buscar á fortaleza da Barra, fosse acclamado logo que chegasse.

Os cadaveres de Lobo e de Santiago, arrastados até á beira do Guajará, e atirados sobre a relva perto da *Casa das canôas,* serviram de ludibrio á plebe desenfreada, até que pelas duas horas da tarde, foram sepultados em terra núa na egreja das Mercês.

230) **Governo de Malcher.** — Malcher, que não se demorou em chegar, foi immediatamente acclamado, e antes de tudo decretou se pedisse á regencia não enviasse novo presidente emquanto o joven imperador não assumisse as redeas do governo.

Confiou Malcher o commando das armas a Francisco Vinagre, nomeou seu ajudante de ordens João Pedro Gonçalves Campos; seu secretario, João Miguel Aranha, e a todos os funccionarios publicos substituiu outros de plena confiança dos revoltosos. Proclamou ao povo, deu diversas providencias uteis, e no dia 22 de janeiro de 35 prestou com toda a solemnidade, na camara municipal, o juramento de manter as liberdades constitucionaes, de executar as leis, bem como de defender o imperio e a provincia. Sendo elle um dos principaes autores dos factos do Acará, já pronunciados no tempo de Lobo, agora os amnistiou a todos. Mandou outrosim cercar, invadir e varejar a casa do consul francez, que, depois de protestar acremente, se retirou para bordo de um navio da sua nacionalidade e communicou o occorrido ao governo de Cayenna. E' que Malcher recebera denuncia de se acharem homi-

ziados naquella casa muitos nacionaes, porém ninguem alli se encontrou.

Infelizmente não tardou em apparecer divergencias entre o presidente e o commandante das armas, buscando cada qual tirar ao outro o prestigio de que gosava. Malcher conhecia que a sua posição se ia tornando cada vez mais critica, tanto que já não pernoitava nem no palacio, nem em sua casa, mas na residencia do seu ajudante de ordens, perto da qual estacionou um destacamento, cujo pessoal mudava todos os dias. Transformára tambem em parque de artilharia a cocheira do palacio com guardas escolhidos e mil outras precauções. Vinagre, pelo contrario, gosava de muita popularidade na tropa e nas classes infimas da Sociedade, ás quaes estavam nesse tempo entregues os destinos da provincia. Começaram logo a apparecer contra o presidente pasquins, que, segundo se dizia, eram escriptos por Lavor Papagaio a pedido do commandante das armas. Mandou então Malcher deportar Lavor Papagaio para o Maranhão, onde foi recolhido á cadêa publica; comtudo os pasquins continuaram, multiplicaram-se e até se tornaram mais violentos. Nem valeu a Malcher protestar a sua innocencia em uma proclamação que publicou.

Persuadindo-se afinal de que os autores da opposição eram Angelim e seus irmãos, resolveu desfazer-se delles, e tirar a Francisco Vinagre o commando das armas passando-o ao ajudante de ordens que o ambicionava. Tendo no dia nove de fevereiro expedido a portaria com que demittia Francisco Vinagre, estiveram a ponto de vir ás espadas e ao fogo na frente do palacio; mas a tropa, desobedecendo ao presidente, declarou-se para o inimigo delle. Nesta occasião Antonio Vinagre e Angelim salvaram a vida a Malcher, contra o qual Francisco Vinagre vibrou a espada, e um individuo desfechou um tiro. Intervindo, comtudo, os chefes dos revoltosos, tudo acabou em uma reconciliação que nada tinha de real. A guarda estacionada no jardim do palacio dispersou-se por si mesma, e a do Carmo foi por Malcher transferida para o Castello.

231) **Morte de Malcher.** — Mandou, todavia, o presidente a 19 de fevereiro prender os tres Nogueira: Angelim, Geraldo Gavião e Manuel. Este recusou obedecer, e ficou livre; os outros dois entregaram-se depois de uma violentissima altercação no palacio com o presidente intruso. Em seguida a outro conflicto de autoridade, ordenou Malcher a prisão de Francisco Vinagre, que, correndo ao quartel e dando rebate, reuniu a tropa de linha e marchou para o arsenal de guerra, onde armou a sua gente e se preparou para a lucta. Fazendo desembarcar a marinhagem dos navios de guerra e chamando ás armas quanta tropa poude, apercebeu-se egualmente Malcher no Castello. Pelas onze horas do dia 19 travou-se então medonha peleja entre as forças dos dois chefes na rua da Cadêa, hoje dos Mercadores, e no resto da cidade desde o antigo convento das Mercês até o Castello. Repellindo bravamente seus inimigos, occupou Francisco Vinagre o seminario e o palacio episcopal, donde dominando o Castello, batia com vantagem as forças de Malcher, que, durante a noite, se retirou para bordo da esquadra. Esta no dia vinte bombardeou a cidade com damno grave dos edificios e do povo.

Informado Malcher na manhan de 21 de que a força do Castello passára quasi toda para o seu inimigo, reuniu em conselho os officiaes dos navios de guerra, e de accordo com elles resolveu fazer a proposta de capitular com a condição de cessarem as hostilidades, e de se entregar a presidencia ao cidadão mais votado do conselho do governo ou a quem o povo reunido designasse. Incumbiram desta melindrosa tarefa Eduardo Angelim que desde o dia 19 estava preso a bordo do brigue *Cacique*. Amarrando a uma vara comprida um lenço branco, Angelim desembarcou sem difficuldade no meio dos applausos dos seus amigos. Mandou incontinenti Francisco Vinagre sustar as hostilidades, e reuniu o conselho, o qual declarou que Malcher estava demittido, e a presidencia juntamente com o governo das armas se confiava a Francisco Vinagre emquanto a regencia não lhe nomeasse substituto ou successor.

Concedido o armisticio, os revoltosos sahiram, em plena confiança, do Castello, do hospital, do collegio e de outros pontos em que se achavam fortificados. Não se demoraram, todavia, recriminações amargas e ameaças reciprocas, produzindo um lastimoso conflicto em que perderam a vida muitos homens do deposto presidente. Recusando então Angelim voltar a bordo para levar a noticia da paz, substituiram-lhe Bento Manuel de Oliveira, que na esquadra não encontrou opposição. Foram sem demora postos em liberdade todos os cidadãos presos por ordem de Malcher, a quem condemnaram a ficar encerrado na fortaleza da Barra até ulterior deliberação. Levavam-no para o seu destino quando cahiu victima de uma vingança privada. Enterraram-no sem pompa nenhuma na egreja do Carmo.

232) **Governo de Francisco Vinagre.** — Tratou antes de tudo Francisco Vinagre de restaurar a ordem e a tranquilidade publica desarmando os anarchistas, publicando uma proclamação (25 de fevereiro), reintegrando os funccionarios depostos e reorganizando o corpo dos municipaes permanentes. Participou ao ministro do imperio o facto da sua elevação, prestou (2 de março) perante a camara municipal o juramento do estylo; procurou pacificar os habitantes do interior e de acudir ás necessidades dos cofres publicos.

Foram dentro em breve os paraenses assustados por dois navios de guerra francezes que em attitude hostil entraram no Guajará indo lançar ferro deante do Castello. Vinham de Cayenna e pediam satisfacção pelo que Malcher mandára fazer na casa do consul do seu paiz (vide par. 230).

Procedeu-se no dia sete de abril á eleição do regente, e logo depois á apuração dos votos para deputados provinciaes. Desses, quem mais votos conseguiu foi o cametáense *Angelo Custodio Corrêa,* que, por conseguinte, devia, como vice-presidente, assumir o governo da provincia, porque desde a morte de Lobo não havia presidente legal. Chegava pouco depois (17 de

abril) ás aguas do Guajará com tres navios de guerra *Pedro da Cunha,* (1) incumbido pelo presidente do Maranhão de restaurar o dominio da lei. Intimou-lhe Vinagre que se retirasse da provincia; mas dentro em breve effectuou uma especie de reconciliação com elle. Fizeram-se, todavia, de parte a parte preparativos para a lucta que se ia tornar inevitavel. Resolveu, portanto, Pedro da Cunha reconhecer a autoridade de Angelo Corrêa convidando-o a ir, como vice-presidente, tomar conta do governo.

Elle, de facto, em seguida a diversas aventuras e depois de superar varias difficuldades, chegou (9 de maio) a bordo da esquadra, onde declarou que assumia a direcção dos negocios. Rompendo então abertamente as hostilidades, levaram a effeito no dia 12 de maio um desembarque, mas foram repellidos com perdas graves. Retirou-se, pois, a esquadra para a bahia de Santo Antonio, e o vice-presidente, para Cametá, onde prestou juramento perante a camara municipal.

233) **O marechal Jorge Rodrigues.** — Tal era o estado do Pará quando a 19 de junho se apresentou o novo presidente, que sahira do Rio com apenas sete soldados; nenhum recebeu na Bahia, nem em Pernambuco; poucos, no Maranhão. Como Francisco Vinagre protestasse que havia de prestar obediencia ás autoridades nomeadas pela regencia, o marechal, depois de trocar com elle diversos officios, consentiu em desembarcar com a pequena força que tinha, e a 25 de junho tomou regularmente posse do seu governo. Promettendo a todos um generoso perdão e esquecimento do passado, exhortou o povo a retirar-se para

(1) Filho legitimo do negociante paráense **Manuel Gonçalves da Cunha**, nasceu em 1801 no alto mar, durante uma viagem que faziam da India oriental para o Pará. Affeito ao mar desde creança assentou em 1812 praça como marinheiro, e, sendo promovido a tenente, matriculou-se na academia de marinha; concluiu seus estudos em 1821; serviu nas guerras do Prata e na Bahia contra o general Madeira. Elevado a capitão-tenente em 1827, commandava no Maranhão o brigue — **Vinte e nove de Agosto** — quando foi enviado ao Pará. Mostrava-se pouco affavel entre os seus subordinados e devaneiava-se da sua posição. De si, confiava muito; dos outros, nada. Julgava poder com a maior facilidade dar cabo da revolta.

as suas casas entregando primeiro as armas. Os facciosos, entre os quaes sobresahiam Antonio Vinagre, Angelim, Gavião e outros, partiram, todavia, da capital com armas e munições indo formar diversos nucleos no interior, e praticando em toda a parte gravissimas desordens. Enviou-lhes o marechal por varias vezes Francisco Vinagre pedindo-lhes entregassem as armas e vivessem socegados; porém esse agente do governo, si não era traidor, ficava sempre illudido.

Como todos sentissem a necessidade de apoiar as novas autoridades, trezentos cidadãos reunidos offereceram seus serviços ao marechal, que delles formou um corpo denominado *Voluntarios de Pedro II.* Sendo-lhes confiada a policia da cidade, mostraram-se muito diligentes, e tiveram occasião de sondar o máu animo dos rebeldes, e de tudo informaram aos seus superiores. Começou então o presidente a sentir o terreno falso que pisava. Com effeito, os anarchistas, depois de praticar muitas desordens em diversos logares, seguiram para a villa da Vigia, onde depuzeram as autoridades e realizaram um morticinio digno dos peiores selvagens.

Havia já muito tempo que os defensores da legalidade accusavam ao marechal de timido, de excessivamente prudente, de cobarde e quasi de cumplice dos revoltosos; porém estas exprobrações subiram immensamente de ponto quando se recebeu a noticia dos factos occorridos na Vigia. O clamor foi geral, pedindo todos em altos brados, providencias energicas e immediatas contra os assassinos. Ordenou, portanto, o presidente a 27 de julho fossem presos todos os chefes dos rebeldes que estivessem na capital. Conseguiu-se prender apenas Francisco Vinagre, Leal Aranha e mais uns duzentos dos principaes, sendo todos recolhidos aos navios de guerra.

Ao serem informados destas prisões, Eduardo Angelim, Antonio Vinagre e outros trataram de rebellar todas as povoações do interior fazendo-lhes, por meio de factos alterados que lhes relatavam, crer o que bem lhes agradava. O marechal, que sabia estas cousas,

buscou preparar a defesa da capital, porém tudo lhe faltava: armas, soldados, munições, dinheiro! Implorou o auxilio dos consules, portuguez e inglez, mas toda a tropa que elles puderam tirar dos seus navios de guerra, não subia a duzentos homens. As forças nacionaes com que elle podia contar, não eram muitas, e estas mesmas, por diversas razões, valiam bem pouco. A sete de agosto recebeu uma carta em que Antonio Vinagre lhe dizia com grande arrogancia que soltasse incontinenti os presos; do contrario, elle, entrando na cidade á testa de quatro mil homens, não deixaria pedra sobre pedra.

234) **Invasão da cidade.** — Reuniam-se de facto nesse tempo os rebeldes em numero de dois a tres mil homens na fazenda *Itaboca,* á margem direita do Mojú. Alli confiaram a Antonio Vinagre a suprema direcção da empresa, devendo Eduardo Angelim substituil-o em qualquer falta ou impedimento; nomearam os officiaes subalternos, e dispuzeram-se a marchar contra a capital em tres columnas destinando a cada uma o seu ponto objectivo. Passaram, embarcados, para a fazenda *Murutucú,* na margem direita do Guamá, onde desceram a terra na madrugada do dia quatorze de agosto de 1835. Leu-lhes Antonio Vinagre nesse logar uma proclamação incendiaria, e por diversos caminhos seguiram para o arraial de Nazareth. Como um morador de Murutucú, evadindo-se pelo matto, tivesse neste entretanto levado á cidade a noticia da proxima vinda dos rebeldes, o marechal enviou na direcção de Nazareth alguma força que, logo depois das primeiras descargas, foi obrigada a recuar até o palacio, acossada sempre de perto pelo inimigo.

Occupava neste interim Geraldo Gavião o arsenal de marinha e o convento do Carmo, tentando egualmente seguir pela rua do norte até o castello. Antonio Vinagre dirigiu-se, conforme tinham combinado, para o arsenal de guerra, defendido bravamente pelo capitão Joaquim Rodrigues de Andrade. Tendo-lhe, porém, uma bala traspassado o craneo, os seus soldados

deitaram a fugir com toda a pressa. Deteve-os Angelim, que correu atrás delles, e os levou de novo ao logar disputado. Combateu-se pelas ruas, durante a noite e os cinco dias seguintes, sempre com grande furor, com numerosas perdas e com fortuna vária de parte a parte. Com enorme perda de seus soldados Angelim repetiu debalde cinco ou seis vezes o assalto contra o arsenal de guerra. No mesmo tempo a esquadra bombardeava sem cessar dia e noite a desditosa capital do Pará! O horror espalhado na cidade, os estragos, a carnificina, a crueldade, o sangue, os desacatos de toda a sorte e cousas semelhantes, mais facilmente se imaginam que descrevem. Reinava a fome, o marechal estava assediado no palacio, os voluntarios fugiam em grande numero. Em vista, pois, destas conjuncturas terriveis, depois de ouvir o conselho dos seus officiaes, o marechal, durante a noite de 22, passou para o seminario, e deste para o castello, onde embarcou para bordo da fragata *Campista*. Outro tanto fizeram os bravos defensores do arsenal de guerra, os empregados publicos e numerosos cidadãos de todas as classes.

Pela manhan do dia 23 todos os navios a bordo dos quaes agora se achavam passante de nove mil pessoas, desceram para a bahia de Santo Antonio, e a séde do governo foi transferida para a ilha *Tatuoca*. Alli as difficuldades de toda a sorte redobraram. A ilha era pequena; a gente, muita; grande, o numero dos doentes, e não havia modo de acudir a tantas necessidades; pois os rebeldes, espalhados em toda a parte, impediam a remessa do gado e dos generos alimenticios. Dominava, com effeito, a revolta, a desordem e a mais horrivel anarchia, desde Tury-assú, na fronteira do Maranhão, até o Mosqueiro, a Vigia, Collares, Curuçá, Ourem, Bragança. Em toda a ilha de Marajó, em Igarapé-mirim e nos rios Acará, Guamá, Mojú: em Bahião, no Tocantins; em Monte Alegre, Obidos e Santarem, no Amazonas. Os unicos logares que, defendendo-se bravamente, ficaram fieis á legalidade. foram Cametá e Gurupá. Desvelou-se como poude o marechal em dar remedio a tantos males, porém a nós é

impossivel acompanhal-o em seus trabalhos. Appareceram por fim, a 5 de dezembro de 35, quinhentas e cinco praças enviadas pelo presidente de Pernambuco, bem como a charrúa *Carioca,* trazendo da côrte mantimentos, marinheiros, materiaes de guerra e ordem de bloquear os portos da provincia conforme os meios de que o presidente pudesse dispor.

235) **Angelim na capital.** — Celebraram a 23 de agosto com grande estrondo os rebeldes a retirada das autoridades e das forças legaes, felicitaram seus chefes e dispersaram-se pela cidade a praticar attentados sobre attentados contra a segurança individual. Mencionaremos um só facto particular. Ficára na egreja do Carmo um destacamento da força legal, que o presidente esquecera avisar da sua retirada. Salteando-o derepente, os insurgentes déram cabo delle com refinada crueldade. Lograram alguns esconder-se atrás do altar-mór da egreja e em outros logares sagrados; sendo, porém, descobertos, e levados em triumpho para a rua, alli receberam morte cruel a tiros de espingarda e a golpes de terçados. Reconhecendo Angelim a sua fraqueza para reprimir as desordens, publicou uma proclamação e offereceu o poder a dois sacerdotes que o recusaram. Resignou-se então á vontade do povo-rei que o acclamou presidente; nomeou o seu secretario e os mais funccionarios publicos; creou um esquadrão de cavallaria, um corpo de policia e um de artilharia, um batalhão de caçadores e outro de guardas nacionaes; estabeleceu destacamentos em todas as estradas e em varios pontos da cidade; organizou uma esquadrilha; fundou uma fabrica de polvora, e mandou agentes seus para todas as localidades da provincia afim de fazer em toda a parte reconhecer a sua autoridade.

Logo, todavia, começaram as queixas e as desavenças entre os rebeldes julgando-se a maior parte delles mal remunerados, e tratando de desmoralizar os seus competidores. Ao ver-se incapaz de restaurar a ordem publica, Eduardo Angelim invocou o auxilio do Bis-

po, que escreveu uma pastoral exhortando o povo á paz, e a mandou ler por varios sacerdotes em diversos logares publicos. O resultado foi bom, mas momentaneo. Grassava neste mesmo tempo a fome e uma terrivel epidemia de bexigas, que causou notavel estrago entre os rebeldes. Os malvados, todavia, continuaram, de sua propria autoridade e contra as ordens do presidente, a saquear a cidade, a prender, castigar e assassinar qualquer pessoa que se lhes afigurasse inimiga. Punia severamente Angelim esses anarchistas, mandando até fuzilar alguns delles, mas tudo foi debalde, porque já quasi ninguem lhe obedecia, e até correu perigo de ser deposto e assassinado. Comtudo a noticia de ter chegado a Santo Antonio a força expedicionaria de Pernambuco desanimou a muitos que se recolheram para o interior, onde continuaram a praticar desordens e crueldades de selvagens.

236) **De Andréa.** — Apresentou-se finalmente na ilha da Tatuoca no dia nove de abril de 36 o brigadeiro *Francisco José de Souza Soares de Andréa,* futuro barão de Caçapava, que em 1831 occupara em Belém o posto de commandante das armas. Vinha Andréa revestido da autoridade civil e da militar, trazendo comsigo, além de numerosos officiaes, o capitão de fragata João Frederico de Mariath, que ia succeder ao chefe de divisão João Taylor. Trazia egualmente sete pequenos vasos de guerra e numerosas embarcações mercantes, que conduziam mantimentos, petrechos bellicos e grande parte de soldados. Inaugurou Andréa os seus trabalhos transferindo a séde do governo para a ilha *Arapiranga* ou *Uarapiranga,* onde cercou sempre de mysterios as suas operações sem deixar conhecer a ninguem os recursos de que dispunha, nem transpirar as medidas que tomava. Vedadas todas as communicações com a gente da terra, só dava audiencias na embarcação em que permanecia. Ao divulgar-se na cidade a noticia das novas autoridades, pretenderam os mais exaltados resistir a todo o transe.

Fez, todavia, o Bispo ver a Eduardo Angelim como seria melhor propor ao presidente a sua retirada da capital impetrando amnistia, e concluiu por lhe assegurar o seu valimento, si assim o resolvesse. Respondeu Angelim que, estando os animos summamente excitados, só o diocesano os poderia serenar, si consentisse em falar ao povo que elle no dia seguinte poderia reunir deante do palacio do governo. Alli de facto appareceu o prelado, pallido e apoiado em dois sacerdotes. Exhortando os rebeldes a depor as armas, obedecendo ás legitimas autoridades, declarou-lhes ser este o unico meio de salvar a provincia e de evitar maiores calamidades. Só assim poderiam merecer a sua protecção, e a amnistia do governo imperial. Retiraram-se descontentes e na persuasão de que estavam trahidos e de que iam ser sujeitos ao julgamento de commissões militares. Como não tardasse a apparecer o incendio em diversos pontos da cidade, e como Angelim declarasse ao Bispo que lhe falhava a força para reprimir os malfeitores, o prelado pediu-lhe reunisse quanto antes no mesmo logar a sua gente, á qual desejava falar segunda vez. Exprobrou então o diocesano com vehemencia a perversidade dos que tentavam incendiar a cidade, e com um crucifixo na mão ordenou que fossem incontinenti apagar o fogo sob pena de perderem a graça de Deus e não merecerem perdão, nem amnistia. Obedeceram, e conseguiram facilmente o fim desejado, porque nesse comenos cahiu uma chuva torrencial.

Angelim trocou diversos officios com Andréa que em resumo vinham a ser estes. Si Andréa não estava autorizado a conceder amnistia, interpuzesse o seu valimento com a assembléa geral, e outorgasse no entretanto um armisticio ou permittisse que elle se retirasse com a sua gente para o Amazonas. Replicou Andréa não ser este caso de armisticio, que só se concede nas guerras entre nação e nação, e que o logar para elle aguardar a amnistia era mistér fosse uma fazenda e com taes precauções, que não pudesse tornar a insurgir-se. Tendo Angelim recusado esta proposta,

Andréa deu por acabadas as negociações. Proclamou, por ultimo, Angelim ao povo exhortando-o a retirar-se com elle para o interior, onde poderiam, juntos, continuar a guerra. Estava pensando sobre o modo de effectuar a sua retirada, quando um facto imprevisto veiu precipitar a sua fuga. Na manhan do dia *treze de maio* os rebeldes fizeram fogo contra tres vasos de guerra surtos perto da *Pedreira,* onde os facciosos se tinham fortificado. Sendo facilmente batidos e dispersados, voltaram para a cidade espalhando o terror com noticias exaggeradas. Embarcando então numerosos rebeldes no porto do arsenal de marinha, trataram de fugir para o interior. Perseguidos pelos vasos de guerra, dispersaram-se, mas algumas canôas foram presas [1]. A de Angelim, todavia, logrou entrar no Acará e seguir rio acima.

237) **Restauração da cidade, 13 de maio de 36.** — Como Andréa tivesse sido desde a madrugada desse mesmo dia informado de que os rebeldes iam fugir, enviou o capitão de fragata Frederico de Mariath com toda a marinhagem e a força disponivel a occupar a cidade, aonde, sem encontrar opposição, chegaram de tarde, effectuando o novo presidente a sua entrada official no dia seguinte. Tomou então Andréa medidas convenientes para restaurar a ordem e reparar todos os estragos. Da guarnição que Angelim deixára, e que não excedia a duzentos homens, prendeu os intitulados officiaes, alistando os demais como recrutas e incorporando-os prudentemente na tropa regular. Tratando de completar a pacificação da provincia, suspendeu por seis mezes algumas garantias constitucionaes, e enviou diversas expedições contra os rebeldes, que pouco a pouco cahiram quasi todos nas mãos da legalidade.

Angelim e seus dois irmãos, Geraldo e Manuel, foram presos em outubro de 36 nos confins do Acará, no chamado *Rio Pequeno,* á beira de um lago, e le-

---

(1) As canôas no Pará e no Amazonas são grandes como um hiate. O que no Sul chamamos canôa, lá chamam **montaria.**

vados para a fortaleza da Barra, onde permaneceram até á amnistia de 1840. Como, segundo essa amnistia, o presidente pudesse submetter alguns a domicilio coacto, Eduardo Angelim e Francisco Vinagre foram obrigados a irem residir por dez annos no Rio de Janeiro. Assistindo um dia nas galerias a um discurso pronunciado por Antonio Carlos contra o governo, deu-lhe Angelim repetidos vivas e apoiados, não obstante ser mais de uma vez advertido e chamado á ordem. Este acto motivou logo depois a sua prisão na rua e o seu embarque para Fernão de Noronha (1 de agosto de 41), onde teve de permanecer até o principio de maio de 1851. Logo seguiu para o seu engenho *Madre de Deus,* em que morou até seus ultimos dias vindo a fallecer em Belém a 20 de julho de 1882.

Francisco Vinagre teve de ir egualmente para Fernão de Noronha por ter o governo julgado inconveniente a sua presença no Rio de Janeiro. Acabando o tempo da sua pena, regressou ao Pará vivendo sempre muito reservado em Belém até o dia dois de novembro de 1873 quando concluiu a sua carreira mortal.

A de Andréa succedeu em abril de 39 o paráense Bernardo de Souza Franco, que pouco a pouco logrou restaurar inteiramente a paz, a ordem, a tranquillidade publica em todo o grande valle do Amazonas.

## IV

## Regencia do P. Diogo Antonio Feijó e de Pedro de Araujo Lima

238) **Primeiras difficuldades.** — Tomando posse a 12 de outubro de 1835, organizou Feijó o seu ministerio, e publicou um manifesto em que prometteu executar e fazer executar a lei, sustentar as doutrinas do seu partido politico e ser inexoravel contra os tumultos, desordens e levantamentos. As difficuldades

com que teve de luctar foram grandes desde o principio; pois diversas provincias estavam insurgidas e outras ameaçavam de fazer outro tanto, ao passo que os chefes do partido e as camaras lhe recusavam o seu apoio, porque elle em verdade não sabia grangear sympathias. Afim de apresentar o conjuncto dos factos, preferimos tratar primeiro do que é, por assim dizer, o governo interior, reservando para capitulos especiaes a revolta do Maranhão e a do Rio Grande do Sul.

Abrindo o regente Feijó a sessão legislativa de 1836, leu a costumada fala do throno com que annunciou aos deputados que o paiz tinha direito de exigir, mais dos seus legisladores que do governo, providencias apropriadas a garantir a ordem publica, e prestar força á autoridade. Participou outrosim que o Santo Padre persistia inflexivel em recusar as bullas de confirmação aos novos bispos propostos pelo governo. Manifestou aqui o regente com bastante clareza o seu desejo ou projecto de separar a egreja brasileira da de Roma.

Notaram-se na camara dos deputados divergencias e scisões importantes, formando-se varios grupos que hasteavam bandeiras diversas. Em seguida aos primeiros tiroteios na occasião de se discutir a resposta á fala do throno, rompeu Vasconcellos em hostilidades abertas contra o governo e até contra o regente declarando ser de pessimo agouro o que este affirmára no seu manifesto, a saber: que *teria resolução immutavel no seu procedimento politico*. Passou depois a censurar as palavras do regente a respeito do Santo Padre e da Egreja Catholica. Acreditando não serem essas idéas, proprias dos ministros, affirmou que só ao regente era imputavel a pretenção exarada na fala do throno de que o corpo legislativo devia assumir o encargo de examinar o Evangelho, de resolver questões de disciplina ecclesiastica, tocar nos dogmas do Catholicismo e romper a unidade da Egreja Romana.

Comtudo nenhum resultado claro sahiu do debate. O voto de graça foi geralmente approvado, bem que

dubio, incolor e tal que se prestava a interpretações differentes. Os factos relativos ao Rio Grande do Sul déram azo a novas e terriveis aggressões contra o governo, tornando-se por isso as luctas parlamentares tão demoradas, que o corpo legislativo poude apenas votar um projecto de suspensão de garantias no Rio Grande do Sul, bem como as leis annuaes de forças e orçamento, e receber o juramento da princeza imperial reconhecida herdeira presumptiva da coroa. Comquanto a camara dos deputados não tivesse recusado as providencias solicitadas pelo governo, o regente mostrou-se tão maguado com ella, que, ao encerrar-se a assembléa geral, no dia tres de novembro, lhe dirigiu as palavras seguintes: "Seis mezes de sessão não bastaram para descobrir remedios adequados aos males publicos. Elles infelizmente foram em progresso. Oxalá que na futura sessão o patriotismo e sabedoria da assembléa geral possam satisfazer ás urgentissimas necessidades do estado".

Ainda reinava a desordem em diversas provincias, particularmente na do Rio Grande do Sul e na do Pará. Em Sergipe, mangas de povo recrutadas da infima plebe, á cuja frente se collocára *Antonio José da Silva Travassos,* assolaram a cidade das Laranjeiras, saqueando as casas e incendindo os edificios publicos. As povoações de Cayteté, de Nazaret e de Santo Amaro, na provincia da Bahia, macularam-se praticando publicamente assassinatos e desordens de toda a casta.

Na occasião das eleições, a que se procedeu para a legislatura de 38 a 41, novas combinações se pactuaram entre os partidos, chegando-se os antigos restauradores em grande parte ao nucleo constitucional e monarchico que se ia formando, ao passo que os exaltados se reuniam de preferencia aos que apoiavam o governo do regente. Tomava, no entretanto, o governo medidas severas contra a liberdade da imprensa, e até pretendeu annullar injustamente diversas eleições. Comtudo o erro maior em que cahiu, foi a mudança do presidente do Rio Grande do Sul, conforme havemos de relatar no par. 262.

239) **Lucta parlamentar.** — A 3 de maio de 1837 abriu-se, como de costume, a sessão da assembléa no meio de grandes sustos causados pelas noticias que vinham de varias provincias, principalmente da Bahia e do Rio Grande do Sul. Como a fala do throno imputasse ás camaras a responsabilidade dos desastres que affligiam o paiz, a resposta não podia deixar de ser francamente opposicionista, declarando sem rebuço que recusava prestar seu apoio ao governo. Em seguida a um renhido debate, foi a resposta approvada por maioria de quinze votos. Quando ella foi apresentada ao regente, Feijó dirigiu á deputação as palavras seguintes: "Como me interesso muito pela prosperidade do Brasil e pela observancia da constituição, não posso estar de accordo com o principio emittido no setimo periodo da resposta, e sem me importar com os elementos de que se compõe a camara dos deputados, prestarei a mais franca e leal cooperação, esperando que ao menos desta vez cumpra as promessas tantas vezes repetidas de tomar em consideração as propostas do governo."

Era costume inserir-se na acta das sessões que a camara recebera com especial agrado a resposta da coroa; desta vez, todavia, resolveram que na acta não se consignasse declaração alguma do modo com que haviam sido acolhidas as palavras do regente. Impossivel foi a Feijó conservar o seu gabinete, porque os ministros pediram com grande instancia as suas demissões. Conseguiu apenas que Alves Branco acceitasse as pastas do imperio e da fazenda; Acayaba de Montezuma, as repartições da justiça e dos extrangeiros; José Saturnino da Costa Pereira, a da guerra; Tristão Pio dos Santos, a da marinha. Quiz de mais a mais o regente dar uma licção aos deputados, publicando no *Correio Official* a noticia da nomeação dos novos ministros e um artigo por elle mesmo redigido declarando que, si a camara perseverasse nas suas velleidades de influir no governo, o regente se resolveria a exercitar todas as funcções do poder moderador, embora a lei da regencia as houvesse limitado, pois o poder

executivo devia ser independente do legislativo, e não sujeitar-se a maiorias de camaras, que eram varias e caprichosas.

Indicava com isto claramente o Padre Feijó que era capaz de dissolver a camara. Faltou ao regente nestas difficeis conjuncturas do seu governo um auxiliar poderoso, que o aconselhava e lhe continha os impetos. Era Evaristo da Veiga que por este tempo desceu ao tumulo. Por outro lado o ministerio carecia de força, porque era incompleto e porque os ministros não gosavam do necessario prestigio; pois Montezuma passava por indiscreto, leviano e despido de influencia; Saturnino e Tristão não se reputavam figuras politicas; Manuel Alves Branco agradava, porém tinha declarado que acceitára a pasta contra a sua vontade.

Votou a camara as leis das forças de mar e terra, e iniciou a do orçamento geral de receita e despesa, occupando-se em seguida de interpretar o Acto Addicional. Na qualidade de relator da commissão encarregada do projecto de resolução, entregou-se a estudo profundo Paulino José Soares de Souza, que pela primeira vez entrava no parlamento e gosava dos fóros de jurisconsulto eminente.

240) **Formação do partido conservador.** — Na occasião de se discutir o sentido do Acto Addicional mostraram-se com suas feições especiaes os dois partidos que dalli em deante até o fim do imperio se disputaram a preponderancia no Brasil. Um delles que se chamou *liberal,* representado em 1837 pelo governo de Feijó, sustentava que a reforma constitucional, decretada em 1834, não precisava de emendas ou correcções, porque convinha que as provincias usufruissem da maior independencia e até de um governo politico proprio. O outro partido, que recebeu o nome de *conservador,* ao qual em 1837 pertencia a maior parte da assmebléa, mostrava-se contrario ás innovações politicas, desejando observar á risca os preceitos da constituição e oppor-se a reformas que não fossem bem estudadas e já acceitas pela opinião geral como

proficuas e necessarias. Estes, portanto, em 1837 julgavam urgente fixar o sentido das attribuições das assembléas provinciaes para que não formassem estados no estado. Occupava-se a camara com estes trabalhos, quando a noticia de que Bento Gonçalves (vide par. 264) se evadira da sua prisão na Bahia, deu causa a declamações furiosas contra o regente e o governo.

Ao ver contra si a maioria da camara e toda a opinião publica do paiz, offereceu o regente a pasta do imperio a Araujo Lima para, logo depois, transferir-lhe a regencia interina. Lavraram então o decreto que, nomeando o novo ministro, demittia Alves Branco, e o Padre Feijó renunciou no mesmo dia 19 de setembro o cargo de regente; officiou ás camaras e publicou um manifesto á nação brasileira, declarando-se convencido de que elle não lograria remover os males publicos que cada dia se aggravavam pela falta de leis apropriadas. Resignou outrosim dentro em pouco o bispado de Marianna, para o qual fôra apresentado pela regencia anterior, asseverando não ter ainda acceitado, porque cifrára sempre as suas aspirações no repousar tranquillo da vida domestia.

241) **Araujo Lima, regente interino e logo effectivo.** — Organizou incontinenti Araujo Lima um ministerio inteiramente parlamentar. Vasconcellos entrou para a repartição da justiça, regendo interinamente a do imperio; tocou a Miguel Calmon a da fazenda; a da marinha, a Rodrigues Torres. Sebastião do Rego Barros e Antonio Peregrino Maciel Monteiro, deputados pela provincia de Pernambuco, foram convidados para as pastas da guerra e dos negocios extrangeiros. Demonstrações estrondosas de confiança dirigiu a população da capital ao novo governo, que principiou declarando nullos todos os decretos publicados pelo gabinete anterior contra a liberdade da imprensa; publicou egualmente um manifesto ás camaras annunciando um programma salutar de politica, solicitando diversas providencias urgentes e promettendo

união para resistir ás criticas circumstancias em que recebera a direcção do paiz. Com o intuito de apoiar-se em agentes de confiança não tardou o ministro a nomear novos presidentes para as provincias principaes. A Francisco do Rego Barros coube administrar Pernambuco; a Antonio Pereira Barreto Pedroso, a Bahia; a José Cesario de Miranda Ribeiro, Minas; a Manuel Felisberto de Souza Mello, o Ceará; a Antonio Elysiario de Miranda Brito, o Rio Grande do Sul. Expediu-se ao mesmo tempo para o sul toda a força de linha que foi possivel aprestar.

Votaram sem demora as camaras os auxilios que o governo pedira: v. g., autorização para empregar até quatro mil guardas nacionaes no serviço das guarnições, serviço que costumavam prestar os corpos arregimentados; para contractar extrangeiros que se prestassem a assentar praça no exercito; para proceder a recrutamento rigoroso; para incorporar guardas nacionaes ás tropas de linha; para emittir apolices de divida publica, e para suspender as garantias constitucionaes na provincia do Rio Grande do Sul.

A 22 de abril de 38 procedeu-se em todo o imperio á eleição do regente, conseguindo nella grande maioria de votos o que já occupava interinamente esse officio, conforme constou pela apuração realizada na assembléa geral a seis de outubro desse mesmo anno de 1838.

242) **Sabinada na Bahia, 7 de Novembro de 37 — Março de 38.** — Sob o fraco governo de *Francisco de Sousa Paraiso* festejava, havia longo tempo, na Bahia as victorias dos republicanos rio-grandenses um partido que se apoiava na imprensa e em diversas sociedades politicas. Tendo antes de tudo seduzido a tropa, na manhan do dia sete de novembro, assenhorearam-se da praça do palacio diversos magotes de populaça armados, gritando, e dispersando os poucos guardas que se achavam ás portas do edificio. Longe de tentar qualquer resistencia, o presidente Paraiso sahiu furtivamente pelos fundos do palacio, e, penetrando no ar-

senal de marinha, buscou á pressa um asylo em um navio de guerra ancorado alli perto. Triumphou, portanto, desassombradamente a insurreição, cujos tribunos decretaram que se nomeasse presidente Innocencio da Rocha Galvão, e na sua ausencia, visto estar elle nos Estados-Unidos da America, governasse a provincia João Carneiro da Silva Rego, ao qual serviria de secretario o dr. *Francisco Sabino Alvares da Rocha.* Do commando das armas foi investido o militar Sergio José Velloso.

Installadas estas novas autoridades no palacio da presidencia, annunciaram aos povos que a provincia se constituia independente até á maioridade de Pedro II, e com seus recursos se governaria de conformidade com o systema republicano. Adheriram á revolta a ilha de Itaparica e a povoação da Feira logo que receberam a noticia do occorrido. Havendo, todavia, a municipalidade de Santo Amaro officiado ao desembargador Honorato José de Barros Paim convidando-o a assumir o governo da provincia na qualidade de segundo vice-presidente, porque o primeiro se recusava, puzeram-se á sua disposição, em todas as villas e povoações do Reconcavo, a guarda nacional e numerosos cidadãos. Confiou Paim estas forças ao visconde da Torre e ao tenente-coronel Alexandre Gomes Argôllo Ferrão incumbindo-os de cortar as communicações da capital com o interior da provincia emquanto do Rio não chegassem os reforços necessarios e já reclamados. Enviou, portanto, o regente para a Bahia as tropas que estavam a partir para o Rio Grande do Sul, ás ordens do general João Chrysostomo Calado, revestido do caracter de commandante das armas. Remetteu tambem Francisco do Rego Barros, novo presidente de Pernambuco, um soccorro de quinhentos homens capitaneados pelo tenente-coronel José Joaquim Coelho (futuro barão da Victoria), que seguiu directamente (3 de janeiro) para o Reconcavo, onde já se achava o novo presidente Barreto Pedroso e desde o dia 19 de novembro entrara no exercicio do seu cargo.

Trataram então de sitiar a capital pelo lado da terra, ao passo que uma esquadra a bloqueava pela parte do mar.

Guarneciam no mesmo tempo os rebeldes, cujas forças subiam a tres mil homens, as fortalezas do mar e os fortes da terra, levantando tambem entrincheiramentos fóra dos muros. Sahindo Sergio Velloso, general dos insurgentes, ao encontro das guardas avançadas da legalidade, travou com elles em diversos pontos grande numero de escaramuças e verdadeiras batalhas.

Já em principios de março tinham os legalistas recuperado a ilha de Itaparica e apertado o bloqueio da capital por todos os lados. Tendo a fome começado a grassar na cidade, o governo da revolta que a principio vedara a sahida dos moradores, ordenou que as mulheres, as creanças e os velhos fossem levados ás trincheiras e impellidos para o exercito dos legalistas, ou embarcados e constrangidos a retirarem-se por mar. Tentaram egualmente os rebeldes, durante a noite do dia nove de março, ir buscar mantimentos na ilha da Maré armando para isso vinte lanchões. Sendo, todavia, presentidos, ficaram mallogrados e perderam quatro embarcações, fugindo mais quatro para o fundo do Reconcavo, e regressando as outras, muito avariadas, para a cidade. A perda de homens, entre mortos, feridos e prisioneiros, foi egualmente notavel.

No dia treze de março arrojou-se Sergio Velloso de chofre e com forças imponentes sobre as tropas pernambucanas, ao mando do tenente-coronel Coelho, salteando a um tempo as fortificações de Cajazeira, Boa Vista e Campina; porém teve de recuar, e perdeu as suas posições de Justeira, José Marques e Camillo. Tendo finalmente o general Calado resolvido aggredir directamente a cidade, passou ordem a Coelho, ao visconde da Torre, a Seára, a Argollo para no dia quinze avançarem pelo bairro da Victoria e Campo de Nazareth. Para si reservou o lado do Bom Fim. Medonho foi esse dia quinze para a Bahia; renhida, a peleja;

grande, o derramamento de sangue; obstinada, heroica, a resistencia.

Ao cahir da noite ainda não estava terminada a batalha, porém os insurgentes iam buscando refugio nas fortalezas. A's dez horas da noite novas scenas de horror vieram assustar os bahianos.

Era o fogo lançado á cidade.

Como o general Calado tratasse de apagar o incendio, renovou-se o duello, que durou quasi toda a noite, mas, na manhan do dia dezeseis, os legalistas já tinham recuperado tudo, menos o forte do mar e o de S Pedro. As ruas, todavia, estavam pejadas de cadaveres, e o incendio, apesar de todas as diligencias, durou ainda por diversos dias. Mais de oitenta predios importantes, além de outros tantos de não menor valia, alastravam o chão com seus restos devorados pelas chammas. O forte de S. Pedro, em que commandava Sergio Velloso em pessoa, e tambem o do mar, não tardaram em se entregar, de sorte que dentro em brevo a cidade ficou de todo recuperada.

Calculou-se em seiscentos o numero dos insurgentes mortos no ultimo combate e no assalto á capital, e em mil o dos que fugiram. Dos mil e setecentos que cahiram prisioneiros, parte foram encerrados nas fortalezas; parte, nos navios de guerra. Dos presos, muitos foram absolvidos; sete, condemnados á pena ultima; alguns, a galés perpetuas; outros, a diversos annos de prisão com trabalhos. Dos militares que tiveram de responder perante um conselho de guerra, quasi todos foram sentenciados á morte. Entregue, porém, este processo á Junta Militar de Justiça da Bahia, a pena de morte foi confirmada só para quatro dos réus principaes. Dos outros, tres foram condemnados a prisão perpetua; os mais, a vinte annos de reclusão em qualquer fortaleza. Comtudo a 14 de janeiro de 1840 o Supremo Tribunal de Justiça, ao qual estes tinham appellado, confirmou a pena de morte para todos.

Parece, todavia, que a todos elles valeu a amnistia concedida pouco depois pelo imperador. Consta

unicamente que o dr. Sabino teve de ir desterrado para Goyaz, mas não sabemos por quanto tempo.

Apressando-se o governo imperial em remunerar o merito dos militares que se tinham distinguido na defesa da ordem, elevou o marechal Calado a tenente general effectivo; Joaquim Coelho, a brigadeiro, honrando-o mais tarde outrosim com o titulo de barão da Victoria. Concedeu tambem (decreto de 23 de outubro de 38), a titulo de pensão annual, os mesmos vencimentos que percebiam os soldados, aos militares que por effeito de ferimentos ficaram impossibilitados de grangear a sua subsistencia. Informado o general Calado de que os bahianos estavam tratando de lhe offerecer uma prenda valiosa, pediu que o dinheiro já para esse fim ajuntado se repartisse pelas viuvas dos que tinham succumbido pelejando. Offertaram então á esposa delle o retrato do imperador, mimo que foi acceito com a condição de que a sua riqueza consistisse unicamente na effigie do monarcha.

Ao presidente de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, offertaram uma espada de honra com punho e bainha de ouro, com pedras preciosas de subido valor e de primoroso trabalho artistico. Com effeito os soldados de Pernambuco se tinham distinguido tanto, que, os bahianos, além do nome de *irmãos,* lhes conferiram o titulo de *libertadores.*

Vide a **Sabinada** no Inst. Hist. Bras., vol. de 82, p. 2, pag. 13, onde se rectificam diversas inexactidões de Per. da Silva.

It. ib.: vol. de 84, p. 2, pag. 283, onde se fala com alguma acrimonia a respeito do dr. Sabino. It. ib.: vol. de 85, p. 2, pg. 245, e vol. de 87, p. 2, pg. 177, logares em que o dr. Blake trata de restabelecer a fama do dr. Sabino sem negar que fosse republicano e tivesse tomado parte na revolta a que deixou o seu nome.

Iniciou a sua carreira militar na repressão desta revolta o joven Alexandre Gomes de Argôllo Ferrão Filho, que mais tarde se distinguiu na guerra do Paraguay. Tornou-se tambem notavel o capitão-tenente Joaquim José Ignacio, futuro visconde de **Inhaúma,** que commandava o brigue **Constança.**

243) **Camaras de 38 e de 39.** — A 3 de maio de 38, por occasião da abertura das camaras, o novo regente leu a costumada fala do throno, que, na linguagem relativa á Santa Sé, era muito differente das dos an-

nos anteriores; pois revelava sympathia e dedicação ao chefe da Egreja, posto que ainda não estivesse terminado o conflicto a respeito das bullas para os bispos nomeados pelo governo. O ministro do imperio pedia reformas relativas ao ensino publico e que se approvasse a interpretação, proposta no anno antecedente, do Acto Addicional para se definirem claramente as attribuições das assembléas provinciaes. A discussão do voto de graça correu animada e calorosa, bem que a opposição se mostrasse fraca quanto ao numero. Levantaram, entre outros, a bandeira do *liberalismo* contra o governo Theophilo Benedicto Ottoni e o conego José Antonio Marinho, que pela primeira vez entravam na camara como representantes da provincia de Minas. Chefe do partido *liberal* era Limpo de Abreu; do *conservador*, Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Militavam, sob a bandeira deste, Honorio Hermeto, Paulino de Souza, Francisco Ramiro de Assis Coelho, João José de Moura Magalhães, Maciel Monteiro, Miguel Calmon, Rodrigues Torres, José Clemente e muitos outros. Antonio Carlos apoiou o ministerio, mas fez entender que seria liberal. Uma numerosa e compacta maioria approvou o voto de graça favoravel ao governo.

Encetando por fim os trabalhos, tratou a camara de reformar o seu regimento interno no sentido de evitar longos discursos que lhe tomavam sem vantagem muito tempo. Occupando-se em seguida das forças de mar e terra, permittiu ao ministerio augmentar o numero das praças do exercito e da marinha, destacar guardas nacionaes e contractar até tres mil extrangeiros para o serviço militar. Depois de votar diversas outras providencias, entregou-se a camara ao exame do parecer da commissão, destinado a interpretar alguns artigos do Acto Addicional.

Largo e illustrado foi o combate, sendo por ultimo approvado e remettido para o senado esse parecer que consistia principalmente em fixar bem o sentido de algumas expressões. Tendo pouco depois occorrido

(vide par. 265) um grande desastre na guerra do Rio Grande, a opposição declamou tanto contra o governo, que, ao fechar-se das camaras, o ministerio estava sériamente abalado. Cahiu finalmente esse ministerio a 16 de abrial de 39 na occasião de se nomear um substituto ao senador Lucio Soares Teixeira Gouvêa, fallecido em outubro de 38; pois, tendo o regente escolhido Lopes Gama, entre os tres que se achavam na lista triplice, os ministros, que desejavam fosse preferido Miguel Calmon, recusando assignar a carta imperial, apresentaram a sua demissão. Formou então Araujo Lima o novo gabinete com Lopes Gama, Candido Baptista de Oliveira e o senador Francisco de Paula Almeida Albuquerque.

Tendo chegado a época da sessão legislativa, participou o regente, no discurso da corôa, que se tinham restabelecido as relações com a Santa Sé. Explicando o modo pelo qual este bom resultado fôra conseguido, o ministro do imperio disse que o Padre Feijó não acceitara o bispado de Marianna, e o Padre Antonio Maria de Moura renunciára o do Rio de Janeiro.

Esperavam-se, portanto, a todo o momento as bullas de confirmação para dois sacerdotes apresentados pelo governo imperial para as duas dioceses vagas. Crespas e longas foram as discussões travadas nas duas camaras durante a sessão de 39; mas dirigidas sempre contra o ministerio precedente. Perderam tanto tempo ambas as camaras em discussões estereis, que pelo méado de outubro se fecharam sem que houvessem terminado o orçamento, nem solvido a importante materia da interpretação do Acto Addicional.

244) **Estado do paiz no fim da regencia.** — Bem que pelos fins de 1839 e principios do anno seguinte todas as provincias do imperio, menos a do Maranhão e a do Rio Grande do Sul, gosassem de alguma paz, comtudo não deixou de haver perturbações e anarchia em diversos logares, como, v. g., na Franca (S. Pau-

lo), onde os desordeiros fizeram a *Anselmada* (1); no Rio Grande do Norte, onde o presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa foi barbaramente assassinado; nas Alagôas, onde, por simples questões commerciaes e economicas, um motim se tornou tão medonho, que o presidente se recolheu a grande distancia esperando soccorros; na Parahyba do Norte, onde a suspensão de uma camara municipal pelo presidente da provincia produziu uma insurreição que afugentou as autoridades.

Convocou o regente a camara para uma sessão extraordinaria que se inaugurou no dia 9 de abril de 1840. Solicitava o governo a approvação do orçamento para o exercicio de 40-41, e a providencia desde tanto tempo reclamada da interpretação do Acto Addicional. Ambas estas medidas foram votadas sem luctas demoradas da tribuna. Abriu-se finalmente no dia 3 de maio a sessão ordinaria com o discurso costumado da coroa, o qual lembrava a necessidade de se tratar do consorcio das duas princezas, D. Januaria e D. Francisca; pintava o imperio socegado, esperando acabar dentro em breve com a revolta do Maranhão e do Rio Grande do Sul, annunciando outrosim que os francezes já tinham desoccupado o territorio do Oyapoc e que aquella questão seria terminada amigavelmente com a França. Iniciando-se no dia 21 de maio o debate sobre a resposta á fala do throno, déram principio tambem á melindrosa questão da maioridade, questão que dalli em deante preoccupou todos os animos, conforme passamos a referir (2).

---

(1) Chamou-se **Anselmada** um motim popular, á cuja frente se achava **Anselmo Ferreira de Barcellos**. Fundada nos fins do seculo XVIII por alguns mineiros do Rio Verde, hoje cidade da Campanha, foi a povoação da Franca elevada a freguezia em 1804; a villa, em 1824; a cidade, em 1856. Vide Az. Marques.

(2) Duas instituições duradouras assignalaram a regencia de Araujo Lima. A primeira foi a fundação do collegio Pedro II, actualmente Gymnasio Nacional, no antigo seminario dos meninos orfams de S. Joaquim, aberto no 1.º de maio de 1838. A segunda foi a **fundação do Instituto H. e G. Brasileiro.** Esperamos poder em outro logar occupar-nos mais largamente desta instituição, unica deste genero que tem durado tanto tempo. Os 73 volumes da sua Revista honram os seus fundadores e socios não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

245) **A maioridade** — isto é, a dispensa da edade legal para o imperador assumir as redeas do governo, foi um acto revolucionario promovido por homens de notoria influencia do partido liberal ,posteriormente coadjuvados até por varões do lado opposto. Iniciaram a idéa sob a tutela da lei; falhando, porém, o plano, não duvidaram os seus autores lançar-se nas vias da revolução passando de legisladores a sediciosos.

Como o partido conservador estivesse no poder desde 1837 e tivesse de durar até 1842, e como fosse possivel que pela reeleição do regente Araujo Lima pudesse continuar até 2 de dezembro de 1843, quando o imperador concluiria os 18 annos marcados pela constituição, ao partido liberal pareceu muito longo esse prazo. Resolveram, pois, alguns liberaes estudar o modo de apear do poder aos seus adversarios o mais cêdo que lhes fosse possivel. Aventaram primeiramente a idéa da illegalidade do governo do actual regente, visto como dirigir os destinos do paiz pertencia, diziam elles, á princeza D. Januaria, irman do imperador, a qual a 15 de junho de 35 fôra officialmente reconhecida princeza imperial, e a 11 de março de 1840 completara 18 annos de edade; pois nascera a 11 de março de 22. Esbarraram, todavia, neste ponto com uma difficuldade insuperavel; porque, segundo a constituição, a regencia deve ser assumida por um parente do imperador, ou quando este tiver falta de edade ou quando estiver physicamente impedido de governar. No primeiro caso, que incontestavelmente era o actual, o regente ou a regente deve ter completado *vinte e cinco annos;* no segundo, *dezoito*. Era, portanto, claro que a princeza D. Januaria não podia constitucionalmente assumir as redeas do governo, porque estava ainda longe dos 25 annos exigidos pela constituição. Fingindo, todavia, não perceber a força deste argumento, os liberaes continuaram a tratar de *illegal* e de *usurpador* o governo do regente.

Sentiu, porém, toda a força desse argumento o senador José Martiniano de Alencar, que em abril de 1839, chegando do Ceará, onde exercera o cargo de

presidente, ao Rio, aconselhou outro caminho suggerindo o alvitre de supprir ou dispensar a edade do imperador, e, para realizar o seu pensamento, concebeu o plano de formar uma sociedade.

Communicada a idéa a diversos senadores e deputados, installou-se a referida sociedade a 15 de abril de 1840. Conhecida com o simples nome de *Club da Maioridade,* essa associação devia contar um numero illimitado de socios, os quaes se obrigavam a empregar os seus esforços para conseguir que por meio do corpo legislativo se decretasse quanto antes a maioridade do imperador. Tres cousas eram agora necessarias: — 1) o consentimento do monarcha; — 2) a votação das camaras legislativas; — 3) o favor da opinião publica. Conseguiram os maioristas o primeiro destes pontos fazendo com que o deputado José Feliciano Pinto Coelho se entendesse com o marquez de Itanhaem, e este sondasse dissimuladamente e com geito a vontade de seu imperial pupillo. [1]

Tratou o club de alcançar os outros dois pontos creando uma gazeta com o titulo de *Maioridade* que

---

(1) Estribando-se na autoridade de Theophilo Benedicto Ottoni (circular aos mineiros em 1860), affirma Pereira da Silva que os maioristas fizeram chegar ás mãos do joven principe um bilhete assim concebido: **Os Andradas e seus amigos desejam fazer decretar pelo corpo legislativo a maioridade de V. M. I. Mas nada iniciarão sem o consentimento de V. M. I.**, e que a resposta foi esta: **Quero e estimo que esse negocio seja realizado pelos Srs. Andradas e seus amigos.** Affirma egualmente Per. da S. que logo depois os maioristas dirigiram ao principe um memorial expondo o desejo do paiz e pedindo que em uma resposta escripta se dignasse revelar si era este o seu agrado. Este memorial foi devolvido com a palavra — **sim** — escripta pelo proprio punho do joven imperador.

Parece, todavia, não haver nestas affirmações grande exactidão, ou não podermos descançar com segurança sobre ellas, porque mais tarde o imperador afiançou que não se recordava de ter sido jamais provocado por pessoa alguma do paço para enunciar-se ácerca da projectada declaração da maioridade; pois naquelle tempo só se occupava com seus estudos e não cuidava da politica militante do paiz. Lembrava-se unicamente ter ouvido no paço conversar sobre o assumpto da maioridade, a respeito da qual apenas se pronunciou no dia 22 de julho, depois de ouvir o seu tutor e o seu aio, que lhe aconselharam acceitasse o governo, e, porque a commissão do senado insistisse sobre a necessidade de se proceder desde já á declaração da maioridade, e não se esperasse até dezembro, como propunha o regente, o imperador disse a este que convocasse as camaras para o dia seguinte, 23.

com o *Despertador,* periodico do partido liberal, advogasse a causa da maioridade. Chegou, no entretanto, a época da abertura das camaras, e os maiorists acharam modo de fazer com que na resposta á fala do throno se inserisse o periodo seguinte: "A camara, profundamente convencida da importancia do consorcio das augustas princezas, sobre o qual V. M. I. tem grande interesse pela natureza e pela lei, *e vendo com prazer approximar-se a maioridade de V. M. I., assegura a V. M. I. que se occupará...*

Resolveram em seguida os maioristas apresentar ao senado no dia 13 de maio, anniversario de D. João VI, dois projectos: um relativo á maioridade; outro, á creação de um conselho da coroa. Como o povo ainda ignorasse os manejos anteriores do club, a apresentação do primeiro projecto foi uma grande novidade e causou em todos notavel surpresa. Com o intuito de adiar o mais que fosse possivel a solução dessa proposta, recorreram os conservadores ao expediente de se considerar como constitucional o artigo que fixava a edade do imperador em 18 annos completos, pois neste caso cumpria que nas novas eleições os eleitores autorizassem os seus representantes a reformar ou dispensar esse artigo 121.

Ora o processo que para tudo isto era necessario, occuparia, pelo menos, ainda uns dois annos. Propoz, portanto, neste sentido no dia 18 de maio um projecto o deputado Carneiro Leão, futuro marquez do Paraná. Pelejaram com grande ardor os maioristas contra esta porposta pretendendo que o artigo 121 não é constitucional, e que, por conseguinte, basta uma simples lei para o dispensar. A 20 de maio foi no senado acolhido com profundo silencio o projecto dos maioristas. Apoiado unicamente pelo marquez de Paranaguá, ninguem falou contra elle; foi mesmo assim rejeitado pela maioria de dois votos (16 pro, 18 contra). Eram no mesmo tempo na camara temporaria elimiminadas por 42 votos contra 37 as palavras allusivas á maioridade que deputados maioristas tinham habilmente introduzido no projecto de resposta á fala do

throno. Em vista deste duplo mallogro resolveram os maioristas commover ainda mais a opinião publica (1) que já se tinha pronunciado favoravel. Sabendo elles que em certa occasião toda a côrte assistiria a uma solemnidade religiosa que se celebrava na capella imperial, fizeram com que, quando o joven monarcha estivesse sahindo da egreja, diversas pessoas de sua confiança, alli collocadas de proposito, gritassem: *Viva a maioridade de S. M. o Imperador!* Sendo este brado universalmente correspondido pelo povo alli presente, os maioristas espalharam uma quadra que na manhan immediata se lia como cartaz nos logares mais publicos da cidade. Era a seguinte:

*Queremos Pedro Segundo*
*Embora não tenha edade;*
*A nação dispensa a lei,*
*E viva a maioridade.*

Apresentaram então os maioristas na camara temporaria o projecto que naufragara na vitalicia. Excitou esta proposta tal e tanto enthusiasmo, que no dia 18 de julho Carneiro Leão, autor do supra mencionado projecto a respeito do artigo 121, requereu a retirada delle, retirada que se realizou mediante votação da mesma camara. Na sessão do dia 20 de Julho (o 19 foi domingo) o deputado maiorista Limpo de Abreu apresentou a proposta de se nomear uma commissão especial de tres membros para com urgencia offerecer á camara a medida mais conducente á resolução da controversia. Em seguida a calorosa e tumultuaria discussão, foram á maioria de votos eleitos tres deputados governistas, os quaes opinaram que tambem o senado nomeasse uma commissão afim de que as duas trabalhassem juntamente na solução deste melindroso problema. Como os maioristas vissem nesse parecer

(1) "E' minha convicção, diz Tristão d'Alencar Araripe, que nenhum dos dois partidos pleiteou então pela causa da patria; mas sim pelos interesses de sua preponderancia politica. Um lado queria derrubar o seu antagonista para erguer-se ao poder; o outro defendia-se para não cahir".

um meio de adiar a questão, combateram-no furiosamente e conseguiram que, antes delle, se discutisse e deliberasse sobre o projecto apresentado por Antonio Carlos, o qual consistia em se declarar desde já a maioridade por via de acclamação.

Ao ver-se deste modo derrotado recorreu o governo ao expediente de adiar as camaras até o dia 20 de novembro dando por motivo a actual agitação do povo, que não deixava discutir tranquillamente, e dizendo que a maioridade seria proclamada no dia dois de dezembro, anniversario do joven monarcha. Confiou então a pasta do imperio a Bernardo Pereira de Vasconcellos incumbindo-o de, no dia seguinte, 22, ler esse decreto na camara. A sessão nesse dia começou com calma dos deputados e do immenso concurso de espectadores apinhoados nas galerias, sendo approvada sem debate a urgencia do projecto apresentado por Antonio Carlos. Estava Barreto Pedroso discutindo a sua conveniencia, quando o secretario leu um officio que acabava de receber, participando á camara que fôra nomeado ministro do imperio o senador B. P. de Vasconcellos.

A esse nome sensações geraes de indignação e de horror apparecem na sala e nas galerias, que principiam a agitar-se. Porém, ao ler-se logo depois o decreto do adiamento das camaras, o tumulto sóbe ao galarim; já o povo não se póde conter por mais tempo. Mil imprecações contra o governo do regente, misturadas com outros tantos vivas freneticos á maioridade do imperador, echoam a um tempo pela sala e nas galerias. Diversos deputados levantam-se successivamente e protestam com vehemencia contra este acto do tresloucado e perverso ministro; annunciam que o throno corre perigo; que um governo illegitimo e usurpador dos direitos da princeza imperial, vendo fugir-lhe das mãos o poder, trata de sacrificar a coroa e a nação aos interesses do seu partido. Cada uma das palavras dos oradores é interrompida por salvas estrondosas de applausos e acclamação do povo, que tomára uma attitude ameaçadora.

246) **Revolução.** — No meio desse indescriptivel tumulto, Antonio Carlos exclamou: *Quem fôr brasileiro, siga-me para o senado.* Os deputados maioristas e o povo que nas galerias e ao redor do edificio applaudiam a causa da maioridade, dirigiram-se em grande numero para o ponto indicado. Ao passarem estes pelas ruas, os moradores affluiam ás janellas e ás portas saudando aos maioristas e erguendo vivas á maioridade. O jubilo e o alvoroço pintavam-se no rosto de todos. Reuniram-se os deputados aos senadores no paço da casa vitalicia e permaneceram com elles em sessão promiscua, emquanto o povo, em numero superior a tres mil pessoas, invadia o edificio e as suas adjacencias.

"Começa aqui, diz Alencar Araripe, uma phase bem distincta e caracteristica do movimento, que desde maio se operava na situação politica do estado. A apresentação do projecto em treze do dito mez, a proposta da reforma do artigo da constituição relativo á edade do imperador, os projectos apresentados na camara temporaria declarando o imperador maior desde já, a indicação para se cogitar do meio mais convinhavel á decretação dessa maioridade, não ultrapassavam o circulo da legalidade. Mais ou menos exaggerados os desejos e os discursos, comtudo ninguem havia ainda transcendido a esphera legal. Agora não; o movimento sahia dessa esphera, e entrava francamente na via revolucionaria. O acto legal do adiamento era desrespeitado, e as camaras legislativas adiadas congregavam-se, propunham fóra das normas legaes; deputados e senadores deliberavam, não obstante o acto prohibitorio do adiamento, e funcionavam sem a observancia das formulas regimentaes".

Começam, afinal, senadores e deputados a deliberar em commum; declaram-se em sessão permanente, e resolvem mandar ao imperador uma deputação de cinco senadores e de tres deputados para lhe expor os perigos da causa publica e pedir-lhe que assuma as rédeas do governo. Emquanto a deputação se dirigia ao paço da Boa Vista, diversos senadores e deputados bus-

cavam entreter o povo, ora explicando os factos, ora animando-o contra rumores de projectadas violencias da parte do governo, ora recommendando firmeza e prudencia para esperarem todos pelo exito dos acontecimentos. Voltou dentro em breve a deputação, e, Antonio Carlos, em qualidade de seu relator, no meio de calorosos e incessantes applausos, contou o que tinha occorrido no paço de S. Christovam. Sendo a deputação introduzida á presença de S. M. I., o orador leu um discurso em que lhe pedia se dignasse assumir desde já as redeas do governo. Retirou-se em seguida a deputação para uma sala de espera, e S. M. ficou deliberando sobre a materia. Tendo neste interim chegado o regente e o ministro Rodrigues Torres, foram ambos introduzidos á presença de S. M., para a qual dentro de cinco minutos foi chamada de novo a deputação. Estando ella ahi, o regente disse "que elle havia dado parte a S. M. I. ser acclamado no dia 2 de dezembro, anniversario do mesmo senhor, mas que, tendo-se alguns srs. deputados e senadores reunido na casa do senado, e havendo alguma agitação no povo, elle veiu saber si S. M. I. queria ser acclamado no dia 2 ou já. S. M. respondeu que queria já, e que em tal caso convocaria a assembléa domingo para ser acclamado; mas, instando os membros da deputação para que fosse amanhan, em consequencia do estado de agitação em que estava o povo, S. M. disse ao regente: *Convoque para amanhan* .

Tendo alguns desconfiado de que Araujo Lima talvez não cumpriria a promessa de convocar o parlamento no dia 23, e de que poderia recorrer á força para abafar o movimento maiorista, enviaram ao regente uma deputação encarregada de exigir delle o cumprimento da referida promessa. Entregou Araujo Lima o decreto que a deputação reclamava, e que naquelle mesmo dia a mesma deputação levou para o senado. Reuniu-se com effeito pelas nove horas antimeridianas de 23 a assembléa geral no paço do senado perante um concurso de uns oito mil cidadãos, que fóra e dentro do recinto do mesmo paço anciavam por ver

consummado o esperançoso facto da maioridade. Aberta a sessão, o marquez de Paranaguá, como presidente do senado, dirigiu aos circumstantes estas solemnissimas palavras: *Eu, como orgam da representação nacional, em assembléa geral, declaro desde já maior a S. M. I., e o Senhor D. Pedro Segundo no pleno exercicio de seus direitos constitucionaes. Viva,* etc.

E' mais facil imaginar que descrever os applausos infinitos e estrondosos do povo. Nomearam então duas commissões: uma para annunciar este grande facto a todo o imperio; outra para ir ao paço da Boa Vista afim de se informar da hora em que o imperador iria prestar o seu juramento.

A's tres e meia da tarde o imperador, acompanhado pelo apparato material da realeza, com sequito numeroso e carruagens elegantes, chega ao paço do senado e jura *manter e guardar a constituição da nação brasileira.*

Vide no Inst. Hist. Bras. de 81, p. 2, pag. 166, a bella dissertação que sobre este assumpto, em uma das sessões do mesmo Inst. honrada com a presença do imperador, leu o Sr. Tristão d'Alencar Araripe, e que nós aproveitámos sem escrupulo.

## V

## Revolta dos Balaios no Maranhão

247) **Causa e principio da revolta.** — Quando a tres de março de 1838 ao capitão de mar e guerra Francisco Bibiano de Castro succedeu na presidencia do Maranhão *Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo,* a provincia gosava de notavel paz e tranquillidade publica. Havendo, todavia, a assembléa provincial, por indicação do novo presidente, substituido os *prefeitos* aos *juizes de paz,* um pequeno periodico, chamado *Bemtevi* e redigido em linguagem popular pelo ex-deputado geral Estevam Raphael de Carvalho, iniciou uma lucta medonha contra essa lei, e bem assim contra quem a propoz e a sanccionou. Dividiu-se, portan-

to, a população em dois partidos rancorosos: os *Bemtevis* e os *Cabanos.* (1) O presidente Camargo, que, conservando-se na altura da neutralidade, devia procurar manter a paz entre os dois partidos, cahiu no erro de se entregar nos braços dos cabanos. "Mais se excitava toda esta colera dos partidos pela ambição do mando e dos logares, e pelo desejo de triumphar nas eleições; os que de cima estavam pela influencia do partido, não queriam descer; os outros queriam subir. Trocavam-se os insultos, até que afinal succedeu á infame guerra de palavras, o grito de rebellião e da guerra civil."

A' frente de nove pessoas de sua raça, encetou esta revolta a 13 de dezembro de 38 um certo *Raymundo Gomes, na villa da Manga,* situada á margem esquerda do Iguará, na comarca de Itapecurú. Tendo alliciado para o seu partido as vinte e poucas praças que estavam nessa villa ao mando do sub-prefeito, começou Raymundo a prégar contra os prefeitos e contra o presidente, a quem buscava derrubar afim de substituir-lhe o vice-presidente, que pertencia á opposição. Como Raymundo Gomes fosse apenas um mestiço do Piaúhy, creado no campo e no meio do gado, leigo nas lettras humanas, e só conhecido por alguns assassinatos de que impunemente vivia, não se póde duvidar que elle não era sinão o instrumento do partido Bemtevi que almejava a abolição da lei relativa aos prefeitos e aos juizes de paz. Protegidos pelos vereadores e por um tal Coelho que havia sido juiz de paz, puderam os rebeldes demorar-se cinco dias a roubar e assassinar na já mencionada villa, evadindo-se afinal impunmente na direcção da *Chapadinha* e levando comsigo os petrechos bellicos que alli tinham encontrado. Comquanto a noticia destas occorrencias, publi-

(1) Como os sertanejos que em 1832 — 35 se insurgiram nas Alagôas e em Pernambuso, morassem em **cabanas** ou choupanas, receberam geralmente o nome de **cabanos,** e á revolta delles déram o nome de **cabanagem.** Applicaram este mesmo nome e pela mesma razão em 1835 aos revoltosos e á revolta do **Pará**; no Maranhão, todavia, foram com este nome distinguidos os legalistas.

cadas no jornal official a 27 de dezembro, enchesse de susto os moradores de S. Luiz, o presidente, escrevendo ao governo do imperio (8 de janeiro e 16 de fevereiro), as representou como um pequeno tumulto de alguns desordeiros que dentro em breve seria sopitado sem muito custo. Parece que esta participação não foi sincera, e dada unicamente com o fim de poder affirmar que o presidente entregara a provincia quasi em plena paz ao seu successor; pois Camargo não ignorava que este não tardaria em apparecer.

248) **Os Balaios.** — *Manuel Felizardo de Souza e Mello,* que acabava de governar o Ceará, chegou ao Maranhão no dia 26 de fevereiro e tomou posse a tres de março de 1839. Influenciado, talvez, por seu antecessor, escreveu no dia seguinte para a côrte que a provincia gosava de tranquillidade, e esperava poder dentro em breve reduzir ao dominio da lei os desordeiros que ainda perturbavam alguns pontos do interior. Continuava, todavia, Raymundo Gomes a devastar a Parnahyba e a comarca do Brejo. A' frente de numerosos rebeldes deu-se neste mesmo tempo a percorrer o interior, espalhando o terror por toda a parte e deixando profundos vestigios da sua passagem, outro mestiço, chamado Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, appellidado *Balaio,* sobrenome que adquiriu fazendo e vendendo balaios. Dahi é que esta insurreição se denominou tambem *Revolta dos Balaios.* Dizem que um official da legalidade, ao marchar contra Raymundo Gomes, lhe havia deshonrado duas filhas, e por isto ardia elle tanto da sêde de vingança, que ninguem lhe levou vantagem nas crueldades.

O primeiro desastre da legalidade occorreu em março de 39 no sitio denominado *Angicos,* na comarca do Brejo; pois, tendo-se nesse logar o capitão Pedro Alexandrino unido ao tenente-coronel João José Alves de Souza, ambos foram de repente salteados pelas forças do Balaio, que, destroçando-os e prendendo-os, praticaram actos de horror. Aos dois chefes e a outros officiaes arrancaram os olhos e cortaram as orelhas, bem

como pedaços de carnes, fazendo-os morrer no meio das maiores angustias. Dos 173 soldados do governo legal, os que escaparam com vida, foram por elles obrigados a seguir a revolta. Tendo a noticia deste desastre espalhado a consternação na capital, o presidente a mandou cobrir com fortificações, e, de medo que os rebeldes invadissem a ilha do Maranhão, ordenou que algumas canhoneiras andassem cruzando ao longo de suas costas. Como Manuel Felizardo tivesse já reclamado soccorro de tropas a diversas provicnias, chegaram-lhe felizmente de Pernambuco 320 praças, que logo enviou para o interior, onde os rebeldes, cada vez mais audazes e mais numerosos, se iam arrojando a maiores empresas deixando atrás de si o pranto, a morte, a deshonra, a destruição, o incendio.

249) **Perda da cidade de Caxias.** —*Caxias,* outrora *Aldêas Altas,* attrahia agora a cobiça dos rebeldes por sua posição central, suas riquezas, munições, sympathias e immoralidade. A' frente de forças notaveis do governo, marchava em auxilio dessa cidade o tenente-coronel Junqueira, quando dois boatos falsos que se espalharam em S. Luiz, causaram a ruina della. Um desses boatos dava como certo terem-se os rebeldes irremediavelmente assenhoreado de Caxias; o outro affirmava que os balaios tratavam de, invadindo a ilha do Maranhão, marchar sobre a capital. Assustaram-se tanto com estes boatos os moradores, que já quasi todos se dispunham a fugir, emquanto o presidente, mais commovido e desorientado que os outros, ordenava que as forças destinadas a Caxias, regressassem para S. Luiz; que a artilharia da fortaleza de Santo Antonio da Barra e a do Baluarte da cidade fosse desmontada e encravada. Pediu no mesmo tempo mais tropas ás provincias do sul e com o mesmo fim enviou ao Pará a escuna *Legalidade.*

Privada deste modo a cidade de Caxias do soccorro que lhe era destinado, não podia deixar de cahir, como de facto cahiu (1.º de julho), nas mãos dos rebeldes, que a mergulharam no sangue: vida, bens, hon-

ra, tudo era devorado por essas hordas devastadoras, que, praticando as maiores crueldades, não poupavam nem a infancia, nem a velhice, nem a virgindade. Entre os terriveis cannibaes sobrepujava o feroz *Ruivo,* que fazia garbo de andar coberto de sangue, e de apregoar o numero dos seus assassinatos perpetrados durante o dia. Senhores agora da segunda cidade da provincia, das muitas armas e munições que nella encontraram, bem como do Rio principal e das comarcas de Caxias, de Pastos-Bons e do Brejo, arvorando os rebeldes um conselho composto de Raymundo Gomes, de Balaio, de Livio Lopes, do Ruivo e de outros caudilhos da mesma estofa, cuidaram que podiam dictar uma capitulação ao governo. Expediram com este intuito commissarios ao presidente Felizardo, incumbidos de entabolar negociações.

Apresentando-se em nome do partido *Bemtevi* e recebidos com toda a urbanidade, quasi fossem embaixadores de outra potencia, offereceram os pontos seguintes quaes condições da sua reconciliação! — 1) Abrogação da lei que creara as prefeituras; — 2) amnistia geral para todo sos Bemtevis; — 3) oitenta contos de réis para pagar a tropa; — 4) nenhum portuguez poderá ficar na provincia, excepto os já naturalizados, e a estes mesmos ha de ser vedado occupar empregos publicos, vender petrechos bellicos e travar das armas em qualquer occasião. — 5) Das forças dos Bemtevis, serão occupados nos corpos da provincia, conservando os seus respectivos postos, aquelles officiaes que merecerem a opinião do governo e do publico. — 6) O conselho militar que funcciona em Caxias, obriga-se a fazer depor as armas a todos os insurgentes logo que estas condições sejam adoptadas pelo presidente e pela assembléa provincial.

Remettendo para a côrte as mencionadas propostas, o presidente limitou-se a dar boas esperanças á deputação.

250) **Façanhas dos insurgentes.** — Continuava, no entretanto, a imprensa da capital a declamar furiosa-

mente contra todo e qualquer acto do presidente. Espalhavam-se no mesmo tempo os insurgentes de modo que, sua, podiam chamar toda a provincia, theatro miserando de seus horrores e latrocinios. "Um só facto, diz o visconde de Araguaya, apontarei: a um misero ancião octogenario cortaram o ventre e nelle coseram um leitão vivo, que lhe roia as entranhas; esta recordação viva de um supplicio tartareo foi feita ante os olhos dos filhos e da esposa do desgraçado velho, e nem o deixaram os frios algozes, que galhofavam, sem o ver exhalar o ultimo expiro no meio de crueis vascas e dolorosos gritos da familia, que, além deste martyrio, foi espancada em despedida. A tanto chega a cruel fereza do coração humano!"

"Pobres mulheres indefesas eram açoutadas, moças manchadas antes os olhos de seus progenitores, e assassinadas, si resistiam; roubados os bens e incendiadas as casas e lavouras, e todos os dias chegava á capital a nova de uma desgraça, cousas estas que mais facilmente elles praticavam, do que nós podemos escrever."

Pelos fins de julho de 39 chegou, do Pará a S. Luiz, o tenente-coronel Francisco Sergio de Oliveira, nomeado pelo governo geral commandante em chefe das forças que combatiam no Maranhão. Parecia querer-se demorar longo tempo na capital, quando o facto seguinte o obrigou a sahir a campo. Assediavam os *balaios* a villa do *Icatú,* situada á margem esquerda do rio Munim, e a defendia bravamente o destemido Antonio Sampaio, que em uma sortida teve de recuar em debandada e com perda de muitos soldados. Marcharam, portanto, no dia seis de agosto, com forças notaveis em auxilio dessa villa, o presidente, o coronel Sergio e diversos outros officiaes; levaram, porém, no dia nove uma grande derrota no logar denominado *Arêas.*

Dispersaram-se então os rebeldes indo alguns para o *Iguará;* outros, para Caxias; como, porém, esta cidade já estivesse muito arruinada, a pouco e pouco a desampararam.

Dirigiram-se logo depois Silvio Lopes e Balaio para as margens do Parnahyba com o intuito de se oppor ao major Manuel Clementino de Sousa Martins, que, á frente de algumas forças do Piaúhy, ia entrar no Maranhão pela comarca de Pastos-Bons.

Cumpre-nos agora expor brevemente as causas das desordens que neste interim se estavam dando na comarca de Pastos-Bons. *Militão .Bandeira de Barros*, tenente-coronel da guarda nacional, exercia na villa da Chapada as funcções de juiz municipal, do de orfams e interinamente do de direito. Comquanto apparentasse grande zelo para a legalidade, não tardou em revoltar-se contra o governo; pois, sendo preso por ter, segundo todas as apparencias, mandado a 15 de janeiro de 39 assassinar o vigario, foi posto em liberdade, por seus parentes e amigos, que se insurgiram e arrombaram a cadêa. Mettendo então elle um balaio na cabeça, principiou a dar vivas ao partido que daquelle cesto derivava o nome. Depois de levantar bastante gente e de alvorotar toda a comarca, partiu para a capital indo entregar-se ao presidente por suppor que, á sombra do crime politico, poderia escapar á pena merecida assassinando o vigario. Recolhido a uma prisão, della escrevia continuamente aos seus informando-os do que se passava em S. Luiz, e remettendolhes polvora em gigos de louça, "e pois que nisto tocámos, diz o visconde de Araguaya, observemos que por estes e muitos outros factos nenhuma duvida temos que havia na capital quem occultamente soccorresse os rebeldes". A comarca de Pastos-Bons foi totalmente assolada pelos *balaios*, que se espalharam até o Piaúhy e Goyaz, onde foram depois perseguidos.

Sendo neste tempo morto em batalha o major Manuel Clementino de Souza Martins, que do Piaúhy passara ao Maranhão em apoio da legalidade, os rebeldes tornaram a occupar Caxias, onde o facinoroso Balaio succumbiu a um tiro dos seus emquanto saqueavam a casa de um suisso. Dominavam, portanto, os bandoleiros em larga parte da provincia, e não alvorecia esperança alguma de os poder subjugar, tanto

mais que, por cumulo de desgraças, assim o presidente como o commandante das forças legaes andavam desanimados e desaccordes entre si.

251) **Novo presidente e commandante de armas.** — Lembrou-se finalmente o governo da regencia de confiar ao coronel *Luiz Alves de Lima e Silva* a presidencia e o commando das armas do Maranhão com poderes para entrar no Piaúhy e no Ceará ficando ás suas ordens todas as forças que nestas provincias operavam. Como Luiz Alves, á sua bem merecida reputação de bravo, integerrimo e disciplinador, reunisse um caracter nobre e firme que inspirava confiança inteira, numerosos officiaes se lhe offereceram para o acompanhar na expedição pacificadora do norte; elle, todavia, se limitou a escolher os mais prestantes e de reconhecida probidade. Tendo partido do Rio de Janeiro a 22 de dezembro de 39 só chegou ao Maranhão, a quatro e tomou posse a sete de fevereiro de 1840. Causou esta demora o máu tempo que produziu mil desgraças na expedição e no armamento.

Rivalizaram os dois partidos oppostos em exaltar as suas excellentes qualidades forcejando cada um delles para o attrahir; como, porém, Lima e Silva declarasse desde o principio em uma proclamação que *sendo mais militar que politico,* desejava ignorar até os nomes dos partidos que por ventura existissem na provincia, e como ficasse inabalavel theorica e praticamente nesta resolução, todos o elogiaram, e nunca ninguem fez a menor opposição ou censura ao seu governo. Rodeou-se dos officiaes que comsigo trouxera, e ao secretario do governo que, por se ter ligado a um dos dois partidos, attrahira sobre si o odio do outro, substituiu o dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, futuro visconde de Araguaya e autor da historia destes factos que aqui vamos summariando.

O estado em que achou o exercito era simplesmente incrivel. "Apparatosas brigadas sem gente; os chefes vencendo gratificações correspondentes a seus titulos, e os soldados percebendo, além dos soldos e

etapas, rações dobradas, segundo se intitulavam casados; e soldados havia que até dez rações recebiam a pretexto de egual numero de suppostos filhos; velhos e inertes officiaes das extinctas milicias, fugitivos de suas casas, viviam nos acampamentos com soldo e gratificações de campanha, sem que de proveito fossem. Nenhum mappa do pessoal e material havia, de modo que se pagava sem se saber a quem, e ao capricho de quem facilmente abusava destas irregularidades. Já começava a faltar gado e generos para tantos desperdicios, e esta falta sensivel lhes augmentava o preço. Cada commandante de partida entrava nas fazendas, tirava o que queria, segundo a menor ou maior probidade de cada um, e grandes eram os queixumes contra muitos, que não desdenhavam aproveitar-se do terror dos fazendeiros. No meio de tantas desordens estavam os cofres exgottados, a divida avultada, e por falta de pagamento negavam os fornecedores os seus generos a credito."

A todos estes inconvenientes tratou Luiz Alves de pôr um dique com opportunas providencias, a despeito das graves difficuldades com que teve de luctar. Ordenou antes de tudo que o seu exercito se intitulasse — *Divisão Pacificadora do Norte* — e o dividiu em tres columnas compostas de batalhões provisorios. A 1.ª columna, ao mando do coronel Sergio, occupava as comarcas de Caxias e de Pastos-Bons; a 2.ª, operando na Vargem-Grande e na comarca do Brejo, obedecia ao tenente-coronel José Thomaz Henriques; a 3.ª, capitaneada pelo tenente-coronel Favilla, recebeu a incumbencia de vigiar a villa do Icatú e as margens do rio Munim. Regulou de mais a mais o serviço do exercito, estabeleceu commissões, nomeou medicos e capellães, organizou hospitaes, e tomou muitas outras medidas reclamadas pelas circumstancias.

Occupavam os *balaios* principalmente a comarca do Brejo desde a Tutoya até o Morro Agudo; a dos Pastos-Bons e parte da de Caxias.

Esta cidade logo tornou a ser occupada pelo coronel Sergio, que alli estabeleceu o quartel do commando

da primeira columna. Como os insurgentes nunca se apresentassem unidos em campo raso, mas fossem sem cessar vagueando, assolando a campanha e roubando tudo, era summamente difficil combatel-os. Accresce que elles eram affeitos ao clima, e conheciam todas as estradas, veredas e atalhos, ao passo que a tropa legal, não conhecendo o paiz, achava difficil cortar as marchas dos inimigos; e, extranhando muito o clima, adoeciam facilmente aos centos e aos milhares. Julgamos inutil e até impossivel relatar os numerosissimos recontros, tiroteios, refregas, escaramuças, emboscadas e batalhas innumeraveis que se feriram no valle dos rios Parnahyba, Mearim, Munim, Itapecurú, etc., desde o Icatú até Caxias e mais além. O certo é que os rebeldes iam sendo acossados por toda a parte, e não poucos delles, entregando as armas, se retiravam ou passavam para o lado dos legalistas.

Partindo de S. Luiz a sete de março de 1840, visitou o presidente, as villas do Paço do Lumiar, de S. José dos Indios, do Icatú, do Rosario, da Vargem-Grande e de Itapecurú-mirim, dando em toda a parte as melhores providencias. Já de volta a S. Luiz, abriu no dia tres de maio a assembléa provincial, apresentando o seu relatorio, que foi geralmente acolhido com muitos signaes de consideração. Como os insurgentes, e particularmente os negros fugidos capitaneados pelo facinoroso Cosme, tivessem occupado a Miritiba, e ameaçassem de se espalhar na direcção da capital, Luiz Alves no dia 17 de maio marchou contra elles, porém já não os encontrou na mencionada villa. A força, todavia, que mandou atrás delles, os desbaratou a todos em duas notaveis pelejas, travadas, uma na Ribeira, outra no Matão-Grande. Regressara o presidente para a capital, quando a 16 de julho recebeu a noticia de se ter levantado a tropa de Itapecurú-mirim a pretexto de não lhe ter sido pago o soldo que se lhe devia. Partiu incontinenti para a mencionada villa, e tendo restaurado a ordem e punido os culpados voltou para S. Luiz.

252) **Proceder do governo imperial.** — Infelizmente o governo imperial, todo occupado com a guerra do sul, não remettia para o Maranhão o dinheiro necessario, as armas, as munições, os fardamentos. Nem era só isto; mas protegia, por assim dizer, de algum modo os insurgentes. Os dois factos seguintes que vamos relatar com as proprias palavras de Magalhães, bastam de sobra para justificar esta asserção.

"Tinha o ex-presidente Felizardo remettido para a côrte uma porção de rebeldes notaveis, apanhados com armas nas mãos e cuja presença era perniciosa na provincia; o ministerio de então agraciou-os, e os fez regressar, e elles de volta reuniram-se ás hordas devastadoras."

"Queixou-se disto o presidente Lima enviando com pressa um numero muito mais copioso para servir no exercito do sul... Que fez o ministro? Mandou soltar a todos nas ruas do Rio de Janeiro, com licença de irem para onde quizessem. Era o ministerio de 24 de julho de 1840."

"Acharam estes criminosos protecção em algumas pessoas notaveis do Maranhão que na côrte permaneciam; e as reiteradas reclamações do presidente em favor das tropas legaes, que sob o peso do trabalho e da miseria gemiam, foram desattendidas; mas não se descuidava o ministro de recommendar que se não castigassem os rebeldes; descuidou-se, sim, de mandar os devidos soccorros aos que, fieis aos seus juramentos e sujeitos á disciplina, bebiam aguas infectas e andavam vestidos de lodo e de poeira em defesa daquelles mesmos que promoveram a desordem. Gloria a quem a merece."

253) **Raymundo Gomes e o Cosme.** — Eram, no entretanto, os insurgentes acossados de continuo em toda a parte, principalmente na comarca de Pastos-Bons, de sorte que, ponderando Raymundo Gomes que muitos de seus caudilhos haviam sido derrotados e que suas fileiras iam sendo desfalcadas por continuas deserções, dirigiu ao presidente uma representação of-

ferecendo-se a depor as armas sob certas condições inattendiveis. Respondeu-lhe Luiz Alves por meio de uma proclamação em que declarou que seriam perdoados unicamente aquelles que depuzessem as armas sem condição alguma. Pretendeu então o caudilho alardear força replicando que tinha vinte mil homens a seu dispor. Sendo, todavia, as suas hordas logo depois (9 de agosto) derrotadas completamente no Alegrete, apresentaram-se em grande numero, humildes, aos soldados da legalidade. Raymundo, porém, fugindo só e sem bagagem, foi offerecer-se ao negro Cosme, que o metteu na golilha, e logo o empregou no fabrico da polvora.

O Cosme principiava então a ser a importante figura que mais assustava os fazendeiros, visto como se achava á frente de tres mil escravos. Aquilombado nas cabeceiras do Rio Preto, comarca do Brejo, na fazenda da Lagôa Amarella [1] estabeleceu uma escola de ler e escrever; assignava-se — *D. Cosme, tutor e imperador das liberdades bemtevis;* proclamava aos escravos; conferia titulos e postos; tinha piquetes avançados, e mandava partidas roubar e insurreccionar as fazendas. Como o presidente neste tempo se dispuzesse a desfechar um golpe decisivo, dirigiu-se (9-12 de agosto) para a Vargem-Grande, onde com bom resultado despachou diversas partidas contra os desordeiros; pois passante de duzentos delles se apresentaram a fazer a sua submissão, e o celebre quilombo ficou reduzido a nada.

Raymundo Gomes, que fôra pelo Cosme condemnado á morte, devia ser executado no mesmo dia em que o quilombo, sendo aggredido, se dissolveu pela fuga dos poucos que ainda nelle ficavam, e que foram parte presos, parte mortos na Bella-Agua por Francisco Ferreira Pedrosa, um dos chefes rebeldes,

(1) O criminoso **Cosme**, o negro que fugira das cadêas da capital, obrigou Ricardo Navia, dono dessa fazenda, a forrar duzentos escravos, e o conservou a seu serviço como creado. Nem foi só isto, mas, logo depois, desconfiando da fidelidade delle, barbaramente o assassinou.

que agora tratava de servir á legalidade. Comtudo Raymundo Gomes, que seguira outra direcção, escapou indo embrenhar-se nas mattas da Miritiba.

254) **Maioridade e amnistia.** — Tendo Luiz Alves a 23 de agosto recebido na Vargem-Grande despachos do Rio de Janeiro relativos aos factos alli realizados a 23 do mez precedente (vide par. 245 e 246), annunciou com festa notavel a maioridade do imperador, e regressando de subito para a capital, publicou uma proclamação repetindo a mesma festa com solemnidade muito maior. Enviou ao mesmo tempo ao Rio de Janeiro uma commissão dos primeiros officiaes militares incumbindo-os de cumprimentar o joven monarcha. A noticia da maioridade foi sem distincção de partidos festejada egualmente em toda a provincia. Tudo neste momento promettia prosperidade. Dos insurgentes, existiam apenas tres grupos embrenhados nas mattas, baldos de recursos, e estavam sendo dizimados pela peste que grassava em toda a provincia. Exhortou-os Lima e Silva á paz, e, a seu pedido o bispo D. Marcos escreveu para o mesmo fim uma pastoral. Tudo, porém, foi debalde, porque essa gente bruta do sertão não céde sinão á força.

Levaram, todavia, esses miseraveis logo depois, em diversos logares da comarca de Pastos-Bons, varias derrotas medonhas em que perderam muitos soldados e não poucos caudilhos. O facinora Pedro Alexandrino morreu de apoplexia, e o sanguinario Ruivo cahiu nas mãos da justiça. O Cosme já não achava refugio em parte alguma, porque só lhe ficavam fieis mil e poucos escravos capturados. Perderam, todavia, as tropas do governo, nestes ultimos recontros, o bravo tenente Conrado José de Lorena Figueiredo, de quem o presidente mandou fazer honrosa menção em sua ordem do dia.

Desejoso Luiz Alves de desfechar o ultimo golpe na revolta, ia dispondo tudo neste sentido e já se preparava a seguir para Caxias, quando da côrte lhe chegou o decreto de amnistia geral, que elle sem demora

publicou. Inaugurando finalmente a 22 de outubro mais uma viagem para o interior, visitou de passagem numerosas villas, dando em toda a parte optimas providencias, e chegou a Caxias no dia quatro de novembro, onde foi recebido com todas as demonstrações de jubilo pelos militares e pelos habitantes, que com tres noites de luminarias celebraram a primeira visita de um presidente áquella cidade do sertão. Espalhou Lima e Silva em toda a parte numerosos exemplares do decreto imperial intimando aos rebeldes que, si não depuzessem as armas e não se aproveitassem da amnistia, seriam perseguidos a todo o transe e tratados com extremo rigor. Prometteram alguns obedecer dentro de vinte dias; outros, dentro de sessenta, que era o prazo marcado pelo decreto de amnistia. Muitos, na verdade, se apresentaram e foram incorporados ás forças do governo; porém Raymundo Gomes, depois de tentar inutilmente assenhorear-se da villa do Rosario, internou-se mais uma vez nas mattas da Miritiba, e alli se deteve á testa de cento e tantos homens juntamente com o velho salteador *Metroá*.

255) **Fim da revolta, janeiro de 1841.** — O presidente, que desde o dia 25 de novembro regressára para S. Luiz, partiu de novo a onze de janeiro para a villa do Icatú, determinado a dar cabo da revolta por bem ou por mal. Tendo alli mandado chamar o *Pedrosa*, caudilho que, havia algum tempo, lhe prestava obediencia e relevantes serviços, mas que ainda não fizera a sua submissão formal, soube delle que a maior parte dos rebeldes recusavam absolutamente depor as armas por estarem muito acostumados ao uso dellas. Replicou-lhe Lima e Silva que fosse a procurar toda aquella gente e a fizesse entrar na villa, armada como estava. Dispondo, no entretanto, todas as suas forças em ordem de batalha para o que désse ou viesse, foi esperar os taes rebeldes nas trincheiras.

"Entraram elles em pelotões com armas carregadas e escorvadas de novo, mais varados de temor que cheios de confiança, e em entrando, á voz imperativa do no-

bre presidente iam elles humildemente depondo as armas a seus pés; e assim se recolheram novecentas armas. Tão esfarrapadas e famelicas vinham aquellas miseraveis creaturas, que causavam piedade aos vencedores, e por muitos dias só cuidaram de comer e repousar."

Seguiu então Lima e Silva para a Miritiba, onde mandou por uma escolta buscar os caudilhos Metroá e Raymundo Gomes. Aquelle, velho de cento e vinte annos de edade e de crimes, arrastando uma longa espada e fazendo alarde de ter tomado parte, durante a sua vida, em todas as grandes e pequenas revoltas do norte. Falleceu este miseravel um mez depois da sua apresentação. Raymundo Gomes, de figura insignificante, "quasi negro, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar timido e vacillante, pouco atilado de entendimento, voz baixa e humilde, nenhuma audacia de conspirador; e posto fosse o chefe dos sediciosos, mais obedecia que mandava, e nunca marchou á frente dos seus em momentos de peleja, e na retaguarda se conservava. prestes sempre a fugir e a evitar o perigo; nem foi de todos o mais ladrão e cruel, antes comparado a outros parecia humano..."

"Depuzeram as armas na Miritiba mais de setecentos rebeldes, todos elles nús e sem munições de guerra, excepto as armas. Chegou a tres mil o numero dos apresentados em todos os nossos pontos, e, findo o prazo dado, ainda se capturou na comarca do Brejo uma cáfila de trezentos bandidos, que se conservavam em attitude hostil. Para complemento da pacificação da provincia foi, no logar denominado *Calabouço,* districto do Mearim, preso o infame negro Cosme, e os demais que o acompanhavam, ficando alli mortos uns cincoenta delles pela tenaz resistencia que fizeram. Cosme foi entregue á justiça, e Raymundo Gomes, depois de amnistiado, assignou termo de evacuar a provincia por oito annos, sendo-lhe designada a de S. Paulo para sua residencia."

A 19 de janeiro de 1841 mandou Lima e Silva annunciar a pacificação da provincia; deu diversas providencias muito uteis para o Maranhão e, comquanto tivesse sido unanimemente eleito deputado, pediu ao governo imperial a sua exoneração. Entregou, portanto, a 13 de maio de 41, a presidencia ao seu successor, o dr. João Antonio de Miranda, e partiu para a côrte, onde por decreto de 18 de julho de 41 foi agraciado com o titulo de Barão de Caxias.

Vide no I. H. Bras. o vol. de 1848, pag. 263: — **Memoria histor. e documentada, etc.**
It. vol. de 72, p. 2, pag. 422: — **Notas diarias sobre a mesma revolta.** Vide tambem a Vida do Marquez de Caxias por Monsenhor Pinto de Campos.

## VI

## Guerra civil no Rio Grande do Sul, ou Republica de Piratiny, vulgarmente chamada revolta dos farrapos.

256) **Causas da revolta.** — Entrando a referir com a maior brevidade que nos fôr possivel, a historia da revolta do Rio Grande do Sul, começaremos declarando que não ignoramos haver neste assumpto difficuldades especiaes, quer porque muitos desses factos ainda não estão bem apurados, quer porque os documentos que a elles se referem, ainda não se encontram bastante reunidos e ordenados. Para nós a difficuldade é muito maior, porque, numa historia geral, não podemos descer a muitas particularidades; é, comtudo, frequentes vezes desses pequenos incidentse que depende o juizo que o historiador deve formar afim de o transmittir com toda a clareza e imparcialidade aos seus leitores.

Tratando de investigar as causas dessa revolta, parece-nos que as podemos resumir nas tres seguintes:— 1) A influencia das idéas republicanas que eram propagadas pelos emissarios de Rosas e dos caudilhos orientaes.

"E' sabido, diz o sr. Alfredo F. Rodrigues, que Rosas procurou sempre o enfraquecimento do Brasil, receioso de sua preponderancia na America do Sul, e que os caudilhos orientaes, nomeadamente Rivera, não repelliam a possibilidade de realizar a idéa de Artigas, na fundação de uma republica federativa comprehendendo o Estado-Oriental, o Rio Grande do Sul, Entre-Rios, Corrientes e o Paraguay, e que pudesse contrabalançar o poder do imperio brasileiro e da republica argentina."

Serviram á politica dos argentinos e dos orientaes no Rio Grande do Sul diversos emissarios, entre os quaes nomearemos apenas os seguintes: — 1) *D. Manuel Ruedas,* que, estabelecendo-se em Porto Alegre e ligando-se com os chefes principaes do partido liberal, assumiu a redacção do *Recopilador Liberal* (32-36), orgam extremado do partido farroupilha. — 2) O conde *Tito Livio Zambicari,* partidario de Rosas, que de Buenos-Ayres veiu para Porto Alegre em 1833, e que, ganhando as sympathias dos liberaes e tirando proveito das divergencias existentes entre portuguezes e brasileiros, espalhou a propaganda republicana em toda a provincia. — 3) *D. Anna Monteroso,* mulher ambiciosa e intrigante, instrumento secreto de Rosas e esposa do general Lavalleja, que chegou a Porto Alegre em junho de 34 com a missão de excitar os liberaes á revolta para que proclamassem a republica e a separação do Rio Grande. — 4) *Gregorio Lamas,* que se apresentou em Porto Alegre em janeiro de 1835 quando a revolução já era idéa vencedora no animo do povo.

Nem deixavam de fazer propaganda republicana alguns brasileiros. O centro e o principal delles parece ter sido o major José Mariano de Mattos, natural do Rio de Janeiro, que passou para o Rio Grande do Sul em 1827. A este facilmente se uniram o major João Manuel e diversos outros.

2) A segunda causa resume-se no descontentamento dos rio-grandenses, que se queixavam dos impostos excessivos, do recrutamento, do desgoverno quer a

respeito dos presidentes, quer das outras autoridades provinciaes e geraes.

3) Outra causa que influiu mui fortemente, foi o *nativismo* ou a rivalidade entre o elemento portuguez e o brasileiro, a qual pouco a pouco cresceu tanto, que de parte a parte se tornou verdadeiro odio acirrado. Concorreu immensamente para avivar essa revalidade a idéa de restaurar o throno de Pedro I, idéa que se encarnara na *Sociedade Militar* da côrte. Um dos membros mais enthusiastas dessa sociedade era o conde do Rio Pardo, que, chegando a Porto Alegre em principios de outubro de 1833, tratou logo de fundar nessa cidade uma sociedade semelhante, filial da do Rio. Quando, pois, a 24 do referido mez do mesmo anno, estava tomando posse da presidencia o dr. José Mariani, levaram á camara municipal de Porto Alegre uma representação assignada por 120 pessoas, entre as quaes se contavam o commandante do batalhão de guardas nacionaes e todos os commandantes dos corpos de primeira linha e os dos guardas municipaes permanentes.

Pediam os signatarios providencias para se evitar a installação da sociedade militar, que se lhes afigurava um perigo e uma ameaça á tranquillidade publica. Tendo a camara remettido a mencionada representação ao presidente Mariani, este a indeferiu pela razão de que as leis não prohibiam as sociedades publicas. Houve motim popular capitaneado pelos majores José Mariano de Mattos e João Manuel de Lima e Silva; houve sustos, panico, terror, etc.

Tendo logo depois Mariani suspendido o major Mattos do commando que exercia interinamente, do corpo de artilharia a cavallo, João Manuel solicitou e obteve licença de ir á côrte, para onde em fins de novembro seguiu por terra com o intuito de accelerar a viagem. A sua chegada ao Rio de Janeiro coincidiu com a dissolução da *Sociedade Militar* pelo aviso ministerial de sete de dezembro (vide par. 205, 206). Expondo aos regentes, um dos quaes era o seu irmão mais velho Francisco, a desesperada situação da pro-

vincia, entregou-lhe uma representação da camara de Porto Alegre queixando-se das violencias do presidente. Fôra neste interim chamado á côrte o coronel Bento Gonçalves da Silva, commandante da fronteira de Jaguarão, accusado de tramar com Lavalleja a separação e independencia do Rio Grande do Sul. Demonstrando cabalmente que essas accusações não tinham nenhum fundamento, sendo apenas calumnias inventadas pelos caramurús, logrou Bento Gonçalves restabelecer a sua reputação perante o governo e alcançar, por decreto de 24 de janeiro de 30, uma pensão annual de 1:200$000 rs.

Tomou em seguida o governo da regencia diversas medidas, todas em favor dos liberaes, e proprias, de sua natureza, para desmoralizar profundamente o seu representante, que por fim demittiu, substituindo-lhe o dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga (14 de fevereiro de 34). De volta á provincia foram pouco depois (4 e 27 de março de 34) Bento Gonçalves e João Manuel recebidos em verdadeiro triumpho pelos liberaes e republicanos.

257) **Principio da revolta.** — Fernandes Braga tomou posse da presidencia a dois de maio de 34, e não se demorou em malquistar-se com os liberaes, que o accusaram de favorecer o partido caramurú. Infelizmente varios de seus actos déram azo e fundamento para essas accusações; pois tratou de afastar da capital diversos chefes militares daquelle partido; mandou processar os juizes de paz de Porto Alegre, Pedro José de Almeida (Pedro Boticario) e Vicente Ferreira Gomes (o Carona), homens de uma popularidade extraordinaria entre os farroupilhas; approvou os actos do marechal Barreto que demittira o coronel Bento Manuel do commando da fronteira do Alegrete, e suspendera o coronel Bento Gonçalves de egual cargo na de Jaguarão. Tendo a regencia por decreto de 31 de março nomeado Bento Gonçalves commandante superior da guarda nacional da provincia, Fernandes

Braga sustou a execução da ordem ponderando ao governo ser ella inconveniente.

Combatiam, no entretanto, os dois partidos na imprensa do modo mais furioso que se possa imaginar, e os espiritos se exaltaram tanto, que por diversas vezes em varias localidades e na propria capital houve desordens graves, ferimentos e assassinatos.

Tal era o estado dos espiritos quando a 20 de abril de 35 se installou em Porto Alegre a primeira assembléa provincial, em que os dois partidos digladiaram com todo o ardor. Ao encerrarem-se (20 de junho) as sessões da assembléa, a revolução já estava resolvida. Os deputados, levaram assente o plano que a devia fazer triumphar simultaneamente em toda a provincia.

Ignorando tudo isto ou apesar de tudo isto, suspendeu o presidente Braga a 20 de julho os vereadores da camara municipal de Porto Alegre e lhes mandou instaurar o processo por terem recusado expedir diploma de deputado a elle e ao marechal Barreto.

A revolução irrompeu finalmente, victoriosa, a 20 de setembro, em toda a provincia. Ao passo que o commandante das armas, Sebastião Barreto Pereira Pinto, surprehendido em S. Gabriel, era obrigado a emigrar para o Estado Oriental, o presidente Braga abandonava Porto Alegre, transferindo o seu governo para a cidade do Rio Grande, onde não se poude sustentar. A' approximação das forças de Bento Gonçalves e de Onofre Pires, em ataque simultaneo a essa cidade e á villa de S. José do Norte, retirou-se para a Barra e dahi para a côrte (21 e 23 de outubro), onde chegou a 29 do referido mez.

Logo em seguida á retirada do presidente Braga, assumiu em Porto Alegre a vice-presidencia da provincia *Marciano Pereira Ribeiro,* que sem demora prestou juramento perante uma camara municipal composta de supplentes; convocou a assembléa provincial para uma sessão extraordinaria; reintegrou os funccionarios publicos suspensos, e tomou diversas outras medidas afim de conter a populaça e de obstar á

anarchia. Marciano Ribeiro era o quarto entre os vice-presidentes, mas foi chamado por ser do mesmo partido, a pretexto de que os outros se achavam fóra da capital, embora não longe della.

Como na assembléa que no dia 28 se reuniu em sessão preparatoria, não apparecessem os contrarios, completaram o numero legal com os immediatos na ordem da votação. Abriu o vice-persidente a sessão declarando ter assumido regularmente a autoridade pelo abandono e fuga do proprietario; tudo estar tranquillo, ser necessario tomar medidas opportunas para segurar a nova situação e remover os impedimentos ao progresso da provincia. Respondeu a assembléa promettendo-lhe todo o apoio e confiança.

A revolução triumphante affirmava nas proclamações de seus chefes civis e militares que seu unico fim era restabelecer o imperio da lei obrigando o presidente inepto e faccioso a entregar o governo ao seu substituto legal até á chegada do novo presidente nomeado pela regencia. Agitava-se, todavia, a propaganda republicana tratando de aproveitar as conjuncturas para levar a effeito o plano de separar o Rio Grande do resto do imperio.

258) **José de Araujo Ribeiro.** — Informado destes factos o P. Diogo Antonio Feijó, que desde o dia 12 de outubro assumira o governo da regencia, fez incontinenti seguir para o sul o novo presidente José de Araujo Ribeiro, homem moderado, de caracter austero, conhecedor dos chefes da revolta, com muitos dos quaes estava relacionado e até ligado com laços de parentesco. Chegou Ribeiro á villa de S. José do Norte a sete de novembro. No dia seguinte a camara do Rio Grande mandou uma deputação cumprimental-o, convidando-o para assistir ao *Te-Deum* e mais festejos pela posse do regente Feijó. O novo presidente desembarcou só e sem força armada. Não vinha fazer a reacção, mas promover a paz, conforme elle mesmo declarou a diversos amigos e na sua primeira proclamação. Um de seus primeiros cuidados foi entender-se

com Bento Gonçalves, o chefe ostensivo do movimento, que se achava em Jaguarão. Convidado este a uma conferencia, apressou-se a ir a Pelotas, onde ella se realizou, ficando combinado que Bento Gonçalves iria a Porto Alegre acalmar os animos e preparar tudo para a posse do presidente. A 21 de novembro partiu Bento Gonçalves em uma barca de vapor para Porto Alegre, e parece certo que ia de boa fé, porém "durante a sua ausencia, graves successos se haviam passado, e os exaltados, com Pedro Boticario á frente, dominavam a populaça", e elle não tinha mais força para conter os desvarios daquelles, que anceiavam pela republica e a independencia.

A assembléa em sua maioria era talvez favoravel á posse do novo presidente, e a teria dado, si pudesse deliberar livremente. "No dia designado (9 de dezembro: Araujo chegára a Porto Alegre no dia cinco) os juizes de paz da capital dirigiram á assembléa uma representação pedindo que fosse demorada a posse até que se acalmassem os animos, assaltados do receio de perseguições. As galerias estavam repletas de gente armada, e sinistras ameaças corriam de bocca em bocca. A posse foi espaçada pelo voto mesmo dos mais dedicados amigos do presidente, como Calvet e Sá Brito, que não quizeram comprometter a situação, oppondo-se ao designio dos exaltados".

"Na noite desse mesmo dia retirou-se Araujo Ribeiro para a estancia de seu pae na Barra, donde seguiu sem demora para o Rio Grande. Bento Manuel, que estava no segredo do que se tramava e que não tinha força para resistir á populaça, não compareceu á sessão, fazendo-se passar por doente. Mandou, porém, avisar o presidente que seguiria em breve para a campanha, (1) afim de promover a reacção. O fa-

(1) Pelo nome **Campanha** entende-se no Rio Grande do Sul a região demarcada por uma linha tirada da embocadura do rio Jaguarão na Lagôa-mirim, e prolongada pela margem occidental da mesma Lagôa-mirim, rio S. Gonçalo, Lagôa dos Patos, Guahyba e rio Jacuhy até ás suas origens. São da campanha as povoações sitas além desta linha até a nossa fronteira com os estados vizinhos do sul, como Jaguarão, Pelotas, Bagé, Camaquam, Encruzilhada, Caçapava, S. Gabriel, Alegrete, S. Borja, Uruguayana, Cruz-Alta, etc.

moso guerreiro estava separado da revolução, que ia tomando rumo bem diverso do que elle tinha em vista. Não pode ser accusado de traição. O seu procedimento foi correcto nessa emergencia. Não era elle, porém a revolução, que mudava de idéas."

"Araujo Ribeiro dizem que chegou ao Rio Grande desanimado e disposto a abandonar a provincia. Não é exacto. Quando sahiu de Porto Alegre, tinha a certeza do apoio de Bento Manuel, que lhe fôra communicado pelo dr. Sá Brito. Estava disposto a manter-se no cargo, comquanto inclinado ainda a empregar meios conciliadores. De chegada, foi procurado pelas mais notaveis pessoas de Pelotas, do Rio Grande e de S. José do Norte, que, promettendo-lhe apoio, o conjuraram á resistencia. A camara de Pelotas tomou a iniciativa de dirigir-se a varios chefes da revolução expondo-lhes o estado da capital e solicitando apoio para Araujo Ribeiro. Algumas respostas não se fizeram esperar, acceitando a autoridade do presidente."

"Poucos dias depois chegavam correios da capital do imperio, trazendo a proclamação de 4 de dezembro, em que o regente promettia amnistia a todos os revolucionarios. Essa proclamação vinha acompanhada de um officio, cheio de apprehensões pela separação do Rio Grande, de que tivéra o governo communicação. Parecia ao regente que o melhor meio de conjurar a crise era prometter amnistia. Deixava, porém, ao presidente a liberdade de usar ou não della, como lhe parecesse mais conveniente. A proclamação foi publicada pela imprensa (24 de dezembro), reproduzida em avulsos e largamente espalhada em toda a provincia. Fez mais ainda Araujo Ribeiro. Constandolhe que o tenente-coronel Silva Tavares, refugiado no Estado Oirental, se preparava para entrar com força na provincia, afim de sustentar pelas armas a sua autoridade, dirigiu-se ás camaras municipaes, recommendando que nada se fizesse para satisfazer passadas rivalidades, e ordenou a retirada daquelle tenente-coronel."

"Ao passo que elle affirmava assim a sua moderação, os jornaes exaltados não cessavam de cobril-o de doestos, chamando-o de sanguinario, leão furibundo, despota.... A noticia da amnistia chegou a Porto Alegre e abalou a propria assembléa, que mandou dois de seus membros e o major Manuel de Lima e Silva a conferenciar com o presidente (23 de dezembro). Este declarou-lhes que eram intuitos seus e do governo não perseguir a ninguem e que tudo faria para cumprir á risca o que na proclamação promettia o regente. A assembléa, diminuidos os terrores, resolveu, contra sua primeira deliberação, convidar o presidente a comparecer á sua presença para lhe dar posse." Sabendo, todavia, Araujo Ribeiro que a capital estava entregue á anarchia, recusou, pretextando incommodos de saude. Já a esse tempo haviam as camaras do Rio Grande, de Pelotas, de S. José do Norte e outras representado para que o presidente tomasse posse perante qualquer dellas. Bento Gonçalves escreveu-lhe exhortando-o a ir prestar juramento perante a assembléa provincial que estava disposta a reconhecel-o.

Comtudo Araujo preferiu tomar posse perante a camara do Rio Grande a 15 de janeiro de 1836.

A noticia da posse chegou a Porto Alegre quasi simultaneamente com a proclamação de Bento Manuel ordenando a todos os militares da provincia, sujeitos ao seu commando, que reconhecessem o presidente Araujo Ribeiro e lhe prestassem obediencia. Já os colonos de S. Leopoldo tinham pegado em armas e fôra preciso dispersal-os pela força. Chegaram logo em seguida á capital, communicações de que o presidente havia suspendido de seus commandos os coroneis Bento Gonçalves e Antonio de Souza Netto, tendo tambem officiado á assembléa declarando encerrados os seus trabalhos. Então o dr. Marciano Ribeiro renunciou o cargo de vice-presidente entregando o governo ao dr. Americo Cabral de Mello, emquanto Bento Gonçalves, que já estava maguado por ter Araujo Ribeiro recusado o seu conselho de ir a Porto Alegre, se punha á frente da nova phase que a revolta tomava.

A assembléa por seu lado declarou illegal a posse do novo presidente e proclamou aos povos (25 de fevereiro) para que não obedecessem a Araujo Ribeiro; suspendeu pouco mais tarde as garantias constitucionaes, e concedeu ao vice-presidente e ao commandante das armas revoltosas plenos poderes para sustentar a guerra. Fortificaram os rebeldes a capital e expediram Onofre para S. José do Norte; Netto, Crescencio e Lima com 800 homens para Pelotas, cuja guarnição contava apenas 80 praças ao mando de Manuel Marques (futuro conde de Porto Alegre) apoiado pelo coronel *Albano de Oliveira,* que naquellas vizinhanças capitaneava cento e tantos soldados. Entregou-se, portanto, Manuel Marques com a condição de lhe respeitarem a vida. Albano, que tentou resistir, foi preso e, pouco depois, morto por aquelles que o conduziam. Marques, porém, com toda a sua gente foi, em virtude da capitulação, levado prisioneiro para Porto Alegre. Apresentando-se, todavia, dentro em breve deante de Pelotas o coronel Silva Tavares (futuro barão do Sêrro Formoso) fugiram, sem combater, Netto e seus companheiros na direcção de S. Gabriel.

259) **Noticia assustadora.** — Tal era o estado das cousas quando á cidade de Rio Grande chegou a noticia de ter o governo resolvido substituir o marechal *Antonio Eliziario de Miranda Brito* ao presidente José de Araujo Ribeiro, que já grangeára a sympathia geral. Pediram, pois, os habitantes dessa cidade a Ribeiro continuasse na presidencia até nova ordem do governo, ao qual enviaram uma representação por meio de Joaquim Vieira da Cunha, um dos vice-presidentes da provincia. Accedendo o governo a esse pedido, remetteu a Araujo Ribeiro nova carta imperial com a data de 20 de junho, e removeu Eliziario para a provincia de Santa Catharina, embora já tivesse partido para o Rio Grande.

Realizavam-se, no entretanto, os factos seguintes:
Tendo Onofre deparado em São José com poderosos elementos de defesa, abandonou o seu plano, regres-

sando para Porto Alegre, que encontrou assediada por Bento Manuel, estabelecido no sitio de Viamão, e desamparada por Bento Gonçalves, que seguira para o arroio Bellaco. Não podendo penetrar na cidade, partiu Onofre em busca de Bento Gonçalves. Por seu lado o coronel Netto, que se recolhera a S. Gabriel, marchou agora contra o Rio Grande, aggredindo essa cidade a 21 de junho; como, porém, fosse repellido com muitas perdas, passou a S. José do Norte, donde, sendo de repente atacado por Silva Tavares, seguiu a incorporar-se com Bento Gonçalves.

Revoltava-se (16 de junho) no mesmo tempo na capital o oitavo batalhão de caçadores e outros corpos proclamando a presidencia de Araujo Ribeiro. Manuel Marques de Souza, que, estando em Porto Alegre como prisioneiro, inspirára a revolta, assumiu agora o commando dos soldados e da cidade. Soltos os presos politicos e militares, recolhido á cadêa o vice-presidente Cabral de Mello com varias outras autoridades dos rebeldes, communicaram o occorrido a Araujo Ribeiro, o qual ordenou sem detença que o vice-almirante Greenfell com cinco vasos de guerra occupasse os rios que servem para communicar com a cidade de Porto Alegre, conservasse livre a navegação e deitasse á terra na capital um reforço importante afim de auxiliar os seus defensores. Não tardou Bento Manuel a entrar na cidade restaurada e collocar-se á frente das tropas alli reunidas. Abandonou, em consequencia destes factos, Bento Gonçalves o Arroio Bellaco indo, com o intuito de sitiar Porto Alegre, estabelecer-se em Viamão, que, afim de perpetuar a data da revolta, elevou a villa com o nome de *Setembrina*.

Estavam ainda os amigos da legalidade occupados em celebrar com grande regosijo publico estas victorias, quando a quatro de julho desceu a terra na cidade do Rio Grande o marechal Elizisrio, que, apesar das representações da camara municipal e dos habitantes, tomou incontinenti posse da presidencia. Não se oppoz a este acto Araujo Ribeiro, mas ficou no paiz a espera de novas ordens do governo. Veiu com effeito

pelos fins do mez a desejada resposta; tomou Araujo nova posse, e no primeiro de agosto navegou para Porto Alegre restaurando alli a suprema administração da provincia. A guarnição do Rio Grande ficou ao mando de Silva Tavares.

Seguiram-se numerosas escaramuças com perdas e victorias de parte a parte. Um dos feitos mais notaveis consistiu na tomada do forte de Itapuan, edificado na ponta septentrional da terra, onde a Lagôa dos Patos recebe as aguas do rio Guahyba. Constituia esse forte um padrasto incommodo á navegação entre o Rio Grande e Porto Alegre. Estava guarnecido com boas peças de artilharia, e apoiado no fortim do Junco. Nenhuma embarcação que por alli passasse, podia subtrahir-se a seus tiros e vigilancia. Quem a 23 de agosto arrancou esse forte do poder dos republicanos, foi o coronel Francisco Xavier da Cunha, auxiliado pelo vice-almirante Greenfell com uma flotilha. Expulsos os inimigos, apoderou-se do forte, arrazou-lhe as muralhas e destruiu o fortim do Junco.

Aguou, todavia, o prazer desta victoria o revez que Silva Tavares logo depois soffreu no Seival, onde teve de se entregar prisioneiro e ser levado preso para longe do theatro dessa batalha.

260) **Batalha da ilha do Fanfa, 4 de out. de 36**. — Desesperado Bento Manuel com este desastre abandonou o sul marchando sobre Viamão afim de derrotar Bento Gonçalves, que, ao ver-se em más condições, partiu para reunir-se a Crescencio, estabelecido na margem direita do rio Taquary, tributario do Jacuhy. De accordo com o vice-almirante Greenfell tratou então Bento Manuel de lhe cortar a retirada indo occupar as vizinhanças da ilha do *Fanfa* no Jacuhy, sendo este o caminho que Bento Gonçalves devia naturalmente tomar. Este de facto a dois de outubro, transposto o Cahy, chegou ao barranco do Jacuhy, de fronte da referida ilha do Fanfa. Tinham apenas, no dia quatro de outubro de 36, entrado na ilha, quando se travou uma renhida peleja entre os rebeldes e Bento

Manuel apoiado pela flotilha de Greenfell, por Francisco Xavier da Cunha e por Carlos Ribeiro. Tornou-se medonha a lucta na ilha, nas margens do rio, no seio de suas proprias aguas, em toda a parte em que os inimigos se encontraram. Contou Bento Manuel seiscentos prisioneiros, entre os quaes se achavam Bento Gonçalves, Onofre, Affonso de Almeida Côrte Real e outros cabos de valor. Cahiram em suas mãos quinze boccas de fogo, e cópia notavel de armas e de munições. Mais de 120 rebeldes morreram, e quasi 300 appareceram feridos. Lamentaram egualmente os da legalidade a perda de muitas vidas preciosas. Enviados a Porto Alegre, foram os principaes prisionieros remettidos para o Rio de Janeiro, aonde chegaram a seis de novembro.

261) **Proclamação da Republica de Piratiny.** — Dir-se-ia agora que a revolta estava acabada de uma vez, e tal na verdade foi a opinião geral; porém dois factos lastimosos vieram prolongar ainda por largo tempo os infortunios da bella provincia do Rio Grande do Sul. O primeiro foi a proclamação da republica; o segundo, a defecção de Bento Manuel. Abandonando Pelotas, e retirando-se para a villa de Piratiny, diversos chefes da revolta resolveram arrojar finalmente a mascara declarando com franqueza as suas aspirações. Na sessão da camara municipal que abriram a seis de novembro, compareceram Antonio Vicente da Fontoura, Domingos José de Almeida, Ignacio de Oliveira Gomes e varios outros, os quaes, proclamando a independencia da provincia com a fórma republicana, elegeram a presidente *Bento Gonçalves da Silva*, e, na sua ausencia e impedimento, *José Gomes de Vasconcellos Jardim*. Tendo este tomado posse e formado o seu ministerio com Mariano, Ignacio José de Oliveira Gomes e José Pereira de Ulhôa Cintra, publicou um manifesto aos rio-grandenses pedindo-lhes que adherissem á nova republica. Como o brigadeiro Netto tivesse recebido a missão de, á frente das forças disponiveis, dilatar os dominios do novo estado, dirigiu-se pa-

ra os cimos das serras de Velleda a espreitar daquellas alturas o momento propicio á realização de seus intentos.

Tinha, porém, neste tempo Bento Manuel conseguido que o presidente Araujo Ribeiro prestasse asylo a seu amigo Fructuoso Rivera, refugiado do Estado Oriental, e lográra deste modo engrossar suas fileiras. Marchou então de Porto Alegre em procura de Netto, a quem em principios de janeiro desalojou de suas formidaveis posições e o perseguiu até as margens superiores do rio *Candiota,* tributario do Jaguarão, donde o chefe republicano fugiu para além da fronteira.

262) **Presidencia de Antero.** — Estavam ainda os amigos do imperio occupados em festejar esta que chamaram *Victoria do Candiota,* quando chegou a Porto Alegre o marechal Antero José Ferreira de Brito, que sem demora tomou conta da presidencia intimando ao seu predecessor a ordem de partir incontinenti para o Rio de Janeiro (5 de fev. de 1837). Araujo Ribeiro, segundo parece, desgostára por sua brandura aos ultra-legalistas que pediram á regencia fosse substituido por um presidente de idéas totalmente oppostas. — A lei neste tempo dominava desde a barra da provincia até a capital, e desta até o interior e mesmo até ás fronteiras, com excepção de raros pontos, onde vagavam alguns dispersos revolucionarios.

Inaugurou Antero a sua presidencia adiando a assembléa provincial (17 de fev.) para o primeiro de junho, adiamento que, em vista das circumstancias anormaes da provincia, se tornou indefinido e durou até 1845. Distribuiu a provincia em quatro districtos militares: Porto Alegre, Rio Pardo, Missões e Rio Grande, collocando á frente delles generaes de sua confiança. Conservava-se, no entretanto, Bento Manuel em Bagé, junto das fronteiras do imperio, no intuito de vigial-as e de obstar ao regresso dos dissidentes internados no Estado Oriental em consequencia da derrota do Candiota.

Adoptou Antero uma administração politica muito diversa da de Araujo Ribeiro. Este se apoiára nos que se declaravam sustentadores da legalidade, quer se tivessem conservado sempre fieis ao governo, quer fossem rebeldes convertidos. Antero, pelo contrario, só se mostrava bondoso aos primeiros, e ia arredando de si os segundos sem exceptuar os amigos de Bento Manuel. Dizem até que Antero, excitado pelos ultra-legalistas, praticou diversos actos imprudentes e injustos, prendendo e deportando em grande numero os que lhe pareciam suspeitos. Escreveu o novo presidente a Bento Manuel, extranhando-lhe que ainda não tivesse acabado com todos os rebeldes e que se detivesse tanto tempo em Bagé; elogiou-o, todavia, por seus feitos, e pediu-lhe continuasse na carreira gloriosa das armas. Replicou-lhe Bento Manuel pedindo um successor, porque suas molestias já não lhe consentiam levar por mais tempo o peso do commando das armas. Respondeu Antero que transferisse o commando ao seu immediato até novas ordens, e communicou-lhe que se dirigia pessoalmente para o Alegrete afim de examinar o estado das forças e nessa occasião desejava ter com elle uma entrevista no Rio Pardo.

Andava Bento Manuel exasperado não só pela demissão mandada a Araujo Ribeiro, seu parente, mas sobretudo pelo proceder de Antero, melhor diriamos, do governo central a respeito de Fructuoso Rivera; pois o governo da regencia, a pedido de Manuel Oribe, tinha recommendado ao presidente do Rio Grande que tornasse effectivo o desarmamento de Rivera e dos seus sequazes, e os afastasse da fronteira internando-os na provincia. Estavam esses orientaes já desarmados em Porto Alegre, quando Antero de Brito aconelhou a Fructuoso Rivera que se transferisse para a côrte, onde o governo da regencia conseguiria a interposição de seus bons officios afim de que Manuel Oribe o deixasse voltar para a sua patria e lhe concedesse uma posição congruente ao seu gráu militar e á sua influencia politica. Tendo Fructuoso Rivera recusado acceder a esta insinuação, o presidente Antero, declarando-

o prisioneiro e preso, accrescentou que sobre o seu destino consultaria o governo imperial. Em seguida á prisão de Antero, Fructuoso Rivera passou ao Alegrete, e logo depois se retirou com os seus para o Estado Oriental.

263) **Defecção de Bento Manuel e prisão do presidente, 23 de março de 37.** — Confiada Porto Alegre ao zelo do capitão Chagas, nomeado interinamente commandante das armas, deixou Antero a capital acompanhado de um brilhante estado-maior de militares, tomando a estrada do Rio Pardo e chegando á tardinha do dia 23 ao passo do Itapevy, perto do Ibicuhy.

Partira, no entretanto, Bento Manuel de Bagé na direcção do Rio Pardo; mas, informado de que ainda alli não estava Antero, passou a Caçapava, onde entregou o commando ao coronel João Chrisostomo, e, com parte de doente, regressava para o seu domicilio, quando na fazenda de S. Luiz teve certeza de ter o presidente dado ordem para o prender, ordem que, sendo interceptada, chegou ás mãos delle. Resolveu, pois, prendel-o a elle antes de lhe cahir nas mãos. Parece que Bento Manuel, achando-se ainda nessa estancia e prestes a seguir viagem, incumbiu alguns dos seus de ir ao encontro de Antero que já chegara ao rio Itapevy. Demetrio Ribeiro, encarregado dessa prisão, postou-lhe no peito uma pistola engatilhada, ameaçando-o de matal-o, si não se entregasse. Tendo Antero perguntado que official era aquelle, respondeu Demetrio: *Saberá depois*. Como todos os outros fossem deixados livres, regressaram a grande pressa para Porto Alegre. No meio dos urros e vivas dos soldados, Antero chegou ao logar em que se achava Bento Manuel, e foi deixado ao ar livre de baixo de boa guarda, sendo, na manhan seguinte, obrigado a tomar com os seus carcereiros a direcção do Alegrete.

Officiou Bento Manuel a Chagas de Andrade communicando-lhe ter preso Antero com o intuito de libertar a provincia de um máu administrador, que era

a causa de se prolongar a guerra; que Netto, Crescencio e outros estavam promptos a depor as armas, si se publicasse uma amnistia geral. Era egualmente necessario que a presidencia fosse confiada ao dr. Joaquim Vieira da Cunha; o commando das armas, ao general Gaspar Menna Barreto, bem como se concedesse a Fructuoso Rivera a licença que lhe recusara Antero, de sahir da provincia do Rio Grande com os demais orientaes refugiados.

A noticia destes acontecimentos causou sustos indescriptiveis em Porto Alegre, onde a camara municipal, convocada para uma reunião extraordinaria, deu immediatamente posse da vice-presidencia da provincia ao dr. Americo Cabral de Mello, requerendo-lhe ao mesmo tempo não afrouxasse na defesa da causa publica, nem se deixasse enganar pelos ardis de Bento Manuel.

Em consequencia destes factos, um grande numero de rebeldes que se tinham retirado para o Estado Oriental, regressaram para a provincia vindo engrossar as fileiras dos republicanos. Estes, por conseguinte, capitaneados por Bento Manuel e Netto, espalharam-se pelas povoações situadas entre Piratiny, Rio Pardo e Santo Amaro. Agostinho Manuel de Mello aggrediu de surpresa, tomou e saqueou a povoação do Rio Pardo; retirando-se, porém, dentro em breve, deixou burlada a diligencia de Chagas de Andrade, que de Porto Alegre marchou incontinenti com o fim de o prender.

Como o proceder de Bento Manuel fosse estigmatizado pelos legalistas em toda a provincia, desconfianças severas recahiam sobre os amigos particulares delles, embora quietos e recatados. Silva Tavares, por ex., em Pelotas prendeu de repente e enviou para o Rio de Janeiro o dr. Joaquim Vieira da Cunha; Chagas de Andrade dispensou de todo o serviço militar o general Gaspar Menna Barreto. Praticando-se actos identicos com outros suspeitos, a situação dos legalistas tornou-se notavelmente difficil. Veiu tornar ainda mais melindrosa essa situação o desastre de Caçapava, onde o coronel João Chrysostomo da Silva, sendo aggredido

(8 de abril) pelo coronel Netto, apesar de ter á sua disposição passante de 600 praças, rendeu-se facilmente com a unica condição de lhe ser livre retirar-se para o Estado-Oriental. Além da posse de Caçapava, importante como ponto estrategico, os vencedores obtiveram treze peças de artilharia e grande copia de petrechos bellicos.

264) **Meios de brandura.** — Tratou nesse tempo o governo central de recorrer a medidas de brandura dando a presidencia da provincia a um cidadão obscuro de nome *Feliciano Nunes Pires,* a quem recommendou de attrahir todos os pleiteantes por meio de concessões e condescendencias. Mandou no mesmo tempo soltar os rebeldes detidos nos carceres do Rio com excepção de tres, a saber: Bento Gonçalves, Onofre Pires da Silveira e Affonso José de Almeida Côrte-Real, dos quaes o primeiro gemia na fortaleza da Lage; os outros dois, na de Santa Cruz da Barra. Como, porém, estes dois lograssem evadir-se, o governo transferiu incontinenti o primeiro para a Bahia, onde o encerraram no forte do Mar. Comtudo elle tambem achou dentro em breve modo de fugir e de regressar para o Rio Grande do Sul( principio de setembro de 37).

Tinham neste tempo no Rio Grande occorrido os factos seguintes. Evadira-se Fructuoso Rivera com 300 dos seus para a Republica do Uruguay. Partira João Manuel de Lima e Silva para Montevidéo, onde alcançara que Oribe fechasse os olhos ao preparar-se em seus portos e sahir delles navios cobertos com a bandeira de Piratiny, munidos de cartas de corso e destinados a incommodar o commercio do imperio. Escrevera a dez de maio o vice-almirante Greenfell uma carta a Crescencio propondo-lhe uma entrevista para tratarem da paz, e chegara ao accordo de se reunirem em um sitio proximo á villa de Pelotas, onde a 20 de maio Greenfell, Silva Tavares e Crescencio assignaram um convenio de suspensão de armas até deliberação final dos seus governos respectivos. Marcaram no mesmo tempo os tres commissarios sem commissão os respectivos li-

mites, garantias, etc. Reprovada pelo vice-presidente Cabral de Mello, approvou Feliciano Pires esta convenção, que era mais uma artimanha dos rebeldes para ganharam tempo. Trocou Netto, logo depois daquelle convenio, o seu prisioneiro Antero de Brito por um republicano de valia e importancia para elle, denominado *Francisco Xavier do Amaral Menna,* e aproveitou a occasião para segurar melhor suas posições estrategicas sem que seus adversarios o embaraçassem.

265) **Presidencia de Eliziario.** — Tal era o estado da provincia quando o ministerio de 19 de set. de 37 enviou para ella Antonio Eliziario revestido da suprema autoridade civil e militar, o qual em uma proclamação declarou francamente que a sua politica era a da força, que não daria treguas aos rebeldes, nem havia de pactuar com seus protectores. Grangeou deste modo a sympathia dos legalistas. Confiou a Silva Tavares a guarnição do Rio Grande e de S. José do Norte. Mandou fortificar o Passo das Antas para melhor defender Porto Alegre contra o general Netto, que dominava o territorio desde Viamão até S. Leopoldo, bem como as serras e campos até a Vaccaria. Entregou a guarda do Triumpho ao coronel de cavallaria Loureiro; ao marechal João de Deus Menna Barreto, a do Rio Pardo, e, de accordo com Greenfell, continuou a conservar livres as communicações fluviaes. Reergueram estas medidas os animos dos legalistas que andavam tão abatidos principalmente depois que Bento Gonçalves voltára e assumira a presidencia da republica de Piratiny; foram, todavia, dentro em breve contristados mais uma vez pelos desastres seguintes.

Deixára o marechal Eliziario no Rio Pardo uma força ás ordens do general Barreto a quem recommendou vigiasse de um modo especial o *Rincão d'El-Rei,* (1) onde invernava copiosa cavalhada, e conservasse fiscalizadas as diversas communicações não só

---

(1) **Rincão,** campo cercado de mattos ou outros accidentes naturaes, e onde se põem a pastar animaes com a certeza de não poderem fugir. Equivale, pois, a **potreiro.**

com a esquadra, mas tambem com a povoação do Triumpho. Parece, todavia, certo que Barreto não se esmerou bastante na execução destas ordens; pois confiou a vigilancia do Rincão a um commandante de cavallaria que se mostrava negligente. Desta negligencia tiraram proveito os rebeldes para se derramar em todos os arredores e para abrirem caminhos esguios em que trabalhavam só de noite. Entrando afinal (27 de abril) de repente no referido Rincão, apossaram-se da cavalhada e prenderam seus guardas. Ao receber esta noticia cuidou Barreto que poderia resistir no Rio Pardo e até dar ao seus inimigos uma boa licção. Aggredido, porém, (19 de maio) de todos os lados por forças superiores, abandonou, em seguida a bem disputada peleja, os seus soldados passando para a flotilha com seus immediatos Calderon e Xavier da Cunha. Perdeu nesse dia a legalidade mil e duzentos homens que ficaram prisioneiros, e mais trezentos que deixaram a vida no campo, sendo apenas duzentos os que lograram fugir. Grande cópia de fardamento, armas, munições, peças de artilharia: tudo cahiu nas mãos de Bento Manuel, que commandava os vencedores.

Informado deste revez, ordenou o marechal Eliziario se abandonasse a villa do Triumpho recolhendo-se para a capital os seus defensores. Mandou egualmente voltasse para Porto Alegre uma divisão que enviára a Camaquam e devia unir-se a Silva Tavares na villa do Rio Grande; deu providencias opportunas para a defesa da capital, e transmittiu as tristes informações ao governo da regencia, pedindo reforços. Enfureceu-se o povo do Rio de Janeiro contra Barreto e contra Eliziario sem que fossem poupados os ministros, por que não demittiram de subito esse presidente derrotado. Comquanto o ministerio sentisse profundamente o golpe recebido, não quiz demittir o marechal, enviou-lhe com toda a urgencia novos auxilios e exigiu delle as explicações devidas.

266) **Estado Oriental.** — Tendo Fructuoso Rivera regressado para o seu Estado do Uruguay, teve no ar-

roio Sant'Anna um encontro com uma forte divisão de seus patricios, enviada contra elle pelo presidente Manuel Oribe. Arrojando-se com impeto contra seus inimigos, posto que muito numerosos, e obrigando-os a fugir, seguiu Fructuoso em marchas forçadas para Montevidéo, onde Oribe era auxiliado por Manuel Rosas, dictador de Buenos-Ayres. Envou-lhe este uma flotilha commandada pelo vice-almirante Brown, e ordenou ao general Egache marchasse de Entre-Rios para a Banda Oriental. Como porém, Rosas tivesse cortado as relações com a França, não tardou em apparecer uma esquadra franceza encarregada de bloquear os portos da Republica Argentina. Sendo geralmente conhecida a alliança de Rosas com Oribe, contra o qual os francezes tinham identicas queixas, não permittiu a esquadra bloqueadora que Brown sahisse da Colonia. Reputando-se, portanto, Oribe derrotado e perdido, enviou ao quartel de Rivera emissarios incumbidos de ajustarem com elle accommodações honrosas. Tendo, todavia, Fructuoso recusado tratar com seu rival, Oribe renunciou o seu posto, embarcando a 24 de outubro para Buenos-Ayres com seus principaes adherentes em um navio de guerra britannico. Escolhido então para governar interinamente a republica, Gabriel Pereira mandou abrir a Fructuoso Rivera as portas da cidade entregando-lhe o governo.

Enviaram, pois, os rio-grandenses como diplomata perante o governo de Montevidéo José Mariano de Mattos, incumbindo-o de solicitar a execução do convenio, pelo qual a republica de Piratiny e Fructuoso Rivera tinham pactuado soccorros mutuos e amizade inalteravel. Mandaram egualmente ao Paraguay outro agente com caracter official, pedindo ao governo do estado reconhecesse a republica rio-grandense como nação independente. Publicou no mesmo tempo Bento Gonçalves um manifesto aos extrangeiros solicitando o seu reconhecimento, e uma proclamação aos rio-grandenses chamando-os ás armas para defender a patria. Creou, ou certamente tratou de crear, uma esquadrilha para os rios confiando o seu commando ao

italiano José Garibaldi, que de Montevidéo, onde combatera contra Oribe, passára para o Rio Grande.

267) **Visita ministerial.** — Tinha-se infelizmente por este tempo o marechal Eliziario desavindo com Greenfell, que pedira a sua demissão e já fôra rendido por Frederico Mariath, e com o coronel João da Silva Tavares, que censurava sem rebuço as operações militares e o systema administrativo do presidente. Como neste mesmo tempo os opposicionistas do Rio de Janeiro pedissem em altos brados a demissão de Eliziario, resolveu o governo que o ministro da guerra visitasse pessoalmente o Rio Grande para examinar de perto os factos. Deixando o Rio de Janeiro a 6 de março de 39 e recebido com jubilo em Porto Alegre pelos fins do referido mez, deu o ministro *Sebastião do Rego* diversas providencias salutares.

Achava-se no sitio dos Canudos, perto do Rio Piratiny, quando, sendo informado da quéda do ministerio, abandonou incontinenti o Rio Grande regressando para a côrte, onde apresentou ás camaras o seu relatorio affirmando que na provincia existiam 8.500 praças, e que se não poderia demorar por longo tempo o termo da guerra, visto como o governo dispunha de muitos recursos e constava que varios dos principaes caudilhos, por andarem divergentes e brigados entre si, favoneavam a idéa de se acabar com a lucta. A Rego Barros, que nesse mesmo dia se retirou do ministerio, succedeu o conde de Lages. Appareceu logo depois a demissão do marechal Eliziario e de Frederico de Mariath, aos quaes o governo imperial substituiu o dr. Saturnino de Souza e Oliveira, o marechal Manuel Jorge Rodrigues e o vice-almirante Greenfell: o primeiro como presidente, o segundo na qualidade de commandante das armas, o terceiro como chefe das forças maritimas.

268) **Saturnino de Souza e Manuel Jorge Rodrigues.** — Chegando estes ao Rio Grande em junho, acharam duas noticias agradaveis: uma, que o bri-

gadeiro Calderon lográra adquirir no Estado Oriental numerosa e excellente cavalhada que já se ia dirigindo para a villa de Jaguarão.

A outra foi que Bento Manuel já tratava de voltar para a legalidade. Descontente esse general com o procedimento de Bento Gonçalves, que em sua opinião o desautorava, escreveu da Cachoeira a Saturnino de Souza declarando-se disposto a depor as armas; pediu, porém, que de certos pontos da provincia se retirassem as forças legalistas afim de simular espontaneo o seu regresso ao acampamento imperial. Comquanto Saturnino lhe recusasse a condição, asseverou-lhe que o governo acolheria com os braços abertos e summo prazer a elle e a quantos desamparassem a rebellião.

Officiou (16 de junho) egualmente Bento Manuel a José Mariano de Mattos, ministro da guerra na republica, annunciando-lhe que, ferido em seus brios e pundonor militar com os actos praticados pelo presidente Bento Gonçalves, deixava o partido rebellado recolhendo-se á vida privada. Historiando as phases da sua vida tratou de justificar o seu procedimento, e accrescentou que nunca ambicionára o posto supremo da republica, contentando-se sempre com ser soldado e guerreiro. Estava, porém, acima de tudo a sua dignidade, e não soffria que fosse sacrificada aos caprichos de Bento Gonçalves. Publicado este officio no Rio Grande e em Porto Alegre, a pedido do proprio Bento Manuel e no proposito de ser em toda a provincia conhecida a sua final resolução, reergueu-se do abatimento o animo publico, e aos legalistas luziram mais fagueiras esperanças. Solemnizou-se o acontecimento como um triumpho em Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e S. José do Norte. Dispersou, de facto, Bento Manuel a sua gente e se retirou para Missões nas proximidades das fronteiras.

269) **Invasão de Santa Catharina.** — Traçou neste tempo Bento Gonçalves novo plano de guerra mandando invadir a provincia de Santa Cathorina com

o intuito de ter alli um porto maritimo para armar corsarios e fazer o commercio extrangeiro.

Encarregou desta expedição David Canabarro, José Garibaldi e diversos aventureiros italianos, que não tinham logrado organizar esquadrilhas maritimas no Rio Grande.

A' frente de mil e poucos homens, no correr de julho de 39, tomou Canabarro o caminho das serras passando por Santo Antonio da Patrulha e por S. Francisco de Paula, e dirigindo-se para a villa de Lages da qual facilmente se apoderou. Descendo depois a serra do mar e margeando o rio Tubarão, chegou á villa da Laguna. Aterrorizou-se *Villas-Boas,* commandante militar, a quem estava confiada a guarda da referida villa, e só cuidou de escapar ao inimigo abandonando o seu posto de honra.

Entrando, pois, Canabarro na povoação, tomou conta das fortalezas e aprisionou algumas embarcações mercantes que não tinham logrado fugir barra fóra. Armou incontinenti diversos corsarios e principiou a infestar os mares perseguindo o commercio do imperio; mudou o appellido de Laguna pelo de *Cidade Juliana;* instaurou um governo republicano, independente do de Piratiny, com a denominação de Catharinense; melhorou o estado das fortalezas; cercou a povoação de fossos e de trincheiras terrestres; nomeou Garibaldi chefe da marinha, e publicou um manifesto convidando os catharinenses a sacudir o jugo brasileiro, a formar uma nação republicana emancipada e a federar-se á republica rio-grandense, proclamada em Piratiny.

Logo que o governo imperial recebeu a noticia de semelhante desastre, demittiu o brigadeiro João Carlos Pardal, presidente de Santa Catharina, substituindo-lhe o general Soares de Andréa, que acabava de voltar do Pará, e que antes de findar o mez de agosto já se achava á testa do governo da mencionada provincia. Afim de restaurar a villa da Laguna e de expellir os rebeldes do territorio de Santa Catharina aprestou de Andréa uma expedição terrestre ao man-

do do tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira; outra, maritima sob a direcção de Mariath.

Apresentou-se este com vinte vasos de guerra em frente da barra, e no dia quinze de novembro entrou no porto depois de cruzar fogo com as fortalezas. Em principios de outubro passou Santos Pereira da ilha de Santa Catharina para a terra firme, e foi seguindo o caminho encostado ás praias maritimas. Na armação de Caropaba encontrou trezentos homens de Canabarro que facilmente destroçou, marchando então para a Laguna, onde achou uns 40 feridos e doentes abandonados pelos republicanos, bastantes munições de guerra, artilharia, diversos navios mercantes e quatro embarcações arvoradas em corsarios, que os rebeldes não tinham tido tempo de destruir. Fugira, porém, Canabarro com as suas tropas para a serra e tão apressadamente, que diversas partidas, enviadas atrás delle, o não puderam alcançar. Entraram os fugitivos livremente em Lages, vingando-se sobre os paizanos que lograram colher ás mãos, e recolhendo-se logo depois para o Rio Grande do Sul.

Com a retirada dos invasores parecia já pacificada victoriosamente a provincia de Santa Catharina, porém o desastre seguinte veiu causar novas e doridas perdas. Um dos officiaes que corriam ao encalço dos fugitivos, era Francisco Xavier da Cunha, que com apenas 200 homens de cavallaria aggrediu o coronel rebelde Teixeira Aranha, o qual á frente de 500 dos seus estava descançando em Santa Victoria, ultima povoação de Santa Catharina nos seus limites com o Rio Grande. Rechassado em seguida a uma hora de renhida peleja, entregou-se Xavier da Cunha a uma fuga precipitada, afogando-se com larga parte dos seus emquanto tentava atravessar um dos arroios que correm perto da aldêa, tributarios do rio Uruguay, naquelles logares chamado *Pelotas*.

Não logrou, todavia, Teixeira Aranha gosar da sua victoria, visto como perto dos *Campos dos Curitibanos* esbarrou com uma partida de imperialistas, capitaneada por Antonio Manuel Albuquerque, comman-

dante da brigada da Cruz Alta, o qual lhe dispersou e anniquilou quasi toda a sua gente. Elle mesmo só se salvou precipitando-se para o Rio Grande do Sul por caminhos escusos. Desassombrada deste modo a provincia de Santa Catharina, poude o general de Andréa enviar para o sul a maior parte das tropas que nella estavam occupadas.

270) **Victoria de Manuel Jorge no Taquary, 3 de maio de 1840.** — Exasperado Bento Gonçalves com o revez de Canabarro em Santa Catharina, resolevu, abandonando Viamão, passar para as bandas do Rio Pardo e da Cachoeira, afim de reunir alli todas as forças republicanas e de commetter algum feito brioso que decidisse a contenda. Principiou simulando um assalto contra Porto Alegre. Sendo, porém, interceptadas suas cartas a Crescencio e a Netto, descobriu-se o seu plano verdadeiro que era o seguinte: Crescencio devia approximar-se do Triumpho emquanto para lá se encaminhasse Bento Gonçalves no proposito de mais facilmente superar os obstaculos que os legalistas pudessem oppor á reunião das forças republicanas. Concebeu, pois, Manuel Jorge o seu plano afim de anniquilar Bento Gonçalves trancando-lhe o caminho pelas margens do rio Jacuhy, e obrigando-o a subir a serrra ou a acceitar combate. Remetteu com este intuito forças sufficentes para o Triumpho e Taquary. Expediu tambem um proprio ao coronel Calderon, que estava em Camaquam, ordenando-lhe que a toda a pressa fosse reunir-se com elle em Santo Amaro, para onde se dirigia em pessoa.

Constou neste interim ao presidente que Calderon preferia atacar Bento Gonçalves em Viamão, e, adoptando esta idéa, tratou de fazer com que Manuel Jorge mudasse de opinião. Nada, porém, conseguiu. Partira, no entretanto, Calderon de Camaquam levando 1.700 praças de todas as armas; passou o Jacuhy abaixo das Pontas, e, posto que, acossado por Netto e por Agostinho de Mello, vadeou o Taquary e conseguiu reunir-se ao grosso do exercito de Manuel Jor-

ge, perto da villa de Santo Amaro. Neste mesmo tempo Crescencio approximava-se de Porto Alegre pelo lado de S. Leopoldo, e Bento Gonçalves, atravessando o Cahy, avançava até a villa de Taquary. Espantou-se Manuel Jorge ao ser informado deste facto, e ordenou a Felipe Nery que se transferisse para a margem esquerda do Taquary.

Era o dia tres de maio de 1840. Antes de começar a peleja soffreram os legalistas um golpe tremendo e aterrador. O inclito Calderon, ao montar a cavallo, cahira morto com um ataque de apoplexia fulminante. Desalentados ficariam de certo os legalistas e talvez vencidos, si o general em chefe não se collocasse á frente da columna que Calderon devia commandar e não declarasse que o substituiria. Transferindo-se egualmente para a margem esquerda do rio, avançando com denodo contra os rebeldes, mostrou que na bravura era joven, e no arrojo conservava todo o vigor da primavera. Tendo o seu cavallo cahido traspassado de bala, tomou outro de subito, e proseguiu na lucta. Tres horas seguidas durou o prelio, em que os rebeldes empregaram todas as suas forças; os legalistas, aquellas tão sómente que, durante a peleja, haviam conseguido passar para a margem esquerda do Taquary.

Logrou, todavia, Manuel Jorge cantar gloriosa victoria rechassando Bento Gonçalves para o rio Cahy. Mais de 250 cadaveres de rebeldes se contaram no campo da batalha. Cahiram nas mãos dos legalistas uma infinidade de prisioneiros, bastante armamento, quatro peças de artilharia e quinhentos cavallos. Perderam, porém, passante de 300 homens entre mortos e feridos. Maltratados e sangrados ficaram tambem Felippe Nery e Andrade Neves, que tiveram de ser transportados a Porto Alegre. Comquanto o resultado deste glorioso feito de armas consistisse apenas em serem Bento Gonçalves e Canabarro compellidos a voltar para o acampamento de Viamão, indescriptivel foi o enthusiasmo dos legalistas, que em toda a parte victoriaram o general vencedor Manuel Jorge Rodrigues, posteriormente barão do Taquary, até aquelles que

reconheceram teria sido mais facil e mais plena a derrota dos rebeldes, si se tivesse ido ao encontro delles, conforme o plano de Calderon approvado pelo presidente. Apesar de tudo isto, e talvez por isto mesmo, a desintelligencia entre as duas primeiras autoridades cresceu tanto, que foi mistér nomear-lhes successor.

271) **O governo recorre mais uma vez aos meios de brandura.** — Confiou, portanto, o governo a presidencia e o commando das armas da provincia ao marechal Francisco José Soares de Andréa, que de Santa Catharina partiu sem demora, e alcançou diversas vantagens, mas foi detido pelas mudanças realizadas no Rio de Janeiro em seguida á proclamação da maioridade; pois Antonio Carlos na qualidade de ministro do imperio julgou que cumpria recorrer mais uma vez aos meios de brandura. Escreveu neste sentido confidencialmente a Bento Gonçalves da Silva solicitando o seu concurso, e officiou ao presidente para que suspendesse as operações bellicas e publicasse uma proclamação assignada pelo imperador appellando para o patriotismo dos revoltosos e convidando-os a submetter-se. Enviou-lhe tambem instrucções reservadas para entender-se com os rebeldes. Julgou Andréa seu dever expor francamente ao governo imperial que algumas das condições lhe pareciam desairosas ao decôro da coroa e á dignidade da nação. Achava sobretudo inconveniente que o governo solicitasse como fraco a annuencia dos rebeldes, quando o perdão devia symbolizar a magnanimidade do throno.

Entraria, comtudo, em relações e accordos com os insurgentes offerecendo-lhes completa amnistia por seus feitos passados. Accrescentou que, emquanto não se alcançasse uma victoria que os reduzisse a impotencia de continuar na lucta, os rebeldes não acceitariam a paz, nem quaesquer condições que lhes fossem offerecidas. Escreveu o presidente a Bento Gonçalves communicando-lhe as disposições e condições do governo; recebeu, porém, apenas respostas evasivas e projectos extravagantes. Tornou a escrever, exhortar, pedir;

mas, considerando Bento Gonçalves que as propostas do governo eram supplicas que occultavam fraqueza e receios, cortou as relações com de Andréa participando-lhe que se entenderia directamente com Antonio Carlos, ao qual de facto propoz uma conferencia com elle ou com qualquer outro ministro do imperio que o procurasse no Rio Grande.

Enviou-lhe Antonio Carlos o deputado Alvares Machado, que tantas vezes advogára na camara a causa dos rebeldes do sul, e que partiu em caracter privado guardando o maior segredo a respeito da sua missão. Da cidade do Rio Grande escreveu a Bento Gonçalves missiva secreta solicitando-lhe uma conferencia particular em dia e logar que elle mesmo, Gonçalves, marcasse. Annuiu o republicano depois de exigir e receber um salvo conducto assignado pelo marechal Andréa. O que entre elle se passou, conta-se por differentes modos; é certo, todavia, que não lograram entender-se. Seguiu então Bento Gonçalves para o seu acampamento, e Machado, para Porto Alegre, onde concordou com de Andréa relativamente a algumas condições que se poderiam propor aos rebeldes, e, considerando concluida a sua missão, embarcou para a côrte.

Mal chegara á cidade do Rio Grande, quando um navio de guerra brasileiro lhe levou a noticia de ser elle substituido a de Andréa na presidencia, e o marechal João Paulo dos Santos Barreto, no commando das armas. Ordenava-lhe egualmente Antonio Carlos continuasse a guerra, caso os rebeldes recusassem as condições de paz propostas pelo governo. Entrando sem perda de tempo no exercicio do seu cargo em Porto Alegre, escreveu Alvares Machado ainda uma vez a Bento Gonçalves propondo-lhe as melhores condições; tudo, porém, foi debalde, porque o republicano tergiversava mostrando que neste assumpto não falava com seriedade. Ao tentar Machado recomeçar a guerra não tardou em reconhecer que lhe faltavam os meios, porque todos os legalistas estavam descontentes e desanimados, ao passo que Greenfell, Pedro

Labatut e João da Silva Tavares se retiravam do serviço activo. Como o presidente se desesperasse com a inacção das tropas, Santos Barreto allegou que carecia de soldados para affrontar os rebeldes, que neste tempo se tinham transferido para Bagé, S. Borja e Alegrete; occupavam as margens do rio Jacuhy e devastavam os territorios adjacentes; usavam o systema das guerrilhas, e nunca combatiam em campo raso.

Conhecidas na côrte e attribuidas ao governo, particularmente a Antonio Carlos, todas estas cousas abalavam sempre mais os creditos do ministerio, contra o qual a imprensa declamava furiosamente. Resolveu afinal o governo substituir Saturnino de Souza e Oliveira a Machado; o conde do Rio Pardo, a Santos Barreto. Como, todavia, Rio Pardo não correspondesse aos desejos do governo, porque se conservava inerte na capital, dentro em breve recebeu um successor na pessoa do brigadeiro José Maria da Silva de Bittencourt, o qual tambem esteve longe de se mostrar na altura da sua posição e das circumstancias. Renovaram-se de mais a mais as velhas desintelligencias entre o commandante das armas e o presidente.

272) **Barão de Caxias.** — Assentou, portanto, o ministro do imperio José Clemente reunir mais uma vez na mesma pessoa as duas autoridades, e lembrou aos seus collegas o nome de Luiz Alves de Lima e Silva, já illustre por suas façanhas no Maranhão, em S. Paulo e na provincia de Minas Geraes (vide pars. 251, 255, 280, 281).

Porque a nomeação de Lima e Silva para presidente e para commandante das armas preconizava o termo da prolongada lucta, ella encheu de jubilo a todos os amigos do imperio. Nomeado a 28 de setembro, seguiu Caxias para o sul a 27 de outubro e tomou posse em Porto Alegre, a nove de novembro de 1842.

Informado de que Raphael Tobias, o chefe dos insurgentes de S. Paulo (vide par. 280) atravessava o territorio da sua jurisdicção com o fim de se reunir aos rebeldes, mandou contra elle uma escolta que o

prendeu perto do Passo Fundo e o levou a Porto Alegre, donde foi enviado para o Rio de Janeiro.

Offereceu-lhe logo depois os seus serviços o velho lidador Bento Manuel Ribeiro, ao qual Luiz Alves confiou o commando de uma brigada do exercito, que dividira e distribuira a cabos valentes afim de, com energia e celeridade, procurar e combater os revoltosos onde quer que fossem encontrados. Proclamou o novo presidente aos farroupilhas promettendo aos arrependidos perdão, protecção do governo e garantia tanto de bens como de pessoas; castigos severos, aos recalcitrantes e teimosos na lucta fratricida. Nos dias 26 e 30 de novembro levou a effeito duas pequenas empresas: uma em frente da povoação do Triumpho, outra no sitio de Camaquam: ambas coroadas de feliz successo pelo desbarato de varias partidas revoltosas que naquelles pontos se tinham concentrado. A 23 de maio de 43 ousaram 700 rebeldes atacar o coronel Arondo, que os rebateu victoriosamente, e, a 26 do referido mez e anno, cerca de 2.500 insurgentes encontraram em *Ponche Verde* Bento Manuel, que apenas dispunha de 1.400 praças, e que não temeu arrostal-os. Comquanto á frente dos contrarios estivessem cabos de guerra valentes e audaciosos, foram repellidos e desbaratados com gravissimas perdas. Havendo Canabarro tentado apoderar-se de Alegrete, teve de recuar perante a coragem de 500 homens. Logrou a cinco de Junho Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuhy) dispersar no *Pau-Ferro* para mais de mil rebeldes. Manuel Marques de Souza (conde de Porto Alegre) quasi no mesmo tempo os debellou deante da sua capital de Piratiny, perseguiu-os sem lhes dar descanço e penetrou no interior da cidade, onde encontrou abundante cavalhada, munições de guerra e deposito importante de fazendas e de generos alimenticios. Poude então Luiz Alves extender linhas militares desde a foz do Jaguarão até S. Borja, e proseguir na guerra com fundada esperança de a levar, dentro em breve, ao fim.

Como os republicanos atravessassem facilmente a fronteira e voltassem para o Rio Grande quando viam o momento opportuno, procuraram o governo brasileiro e o proprio barão de Caxias entender-se com Rosas e com Oribe: ambos inimigos de Fructuoso Rivera que auxiliava os insurgentes. Logrou deste modo Caxias pôr um dique a essas difficuldades, e obteve do Estado Oriental diversas manadas de cavallos de que muito necessitava. Sendo os rebeldes derrotados por muitas vezes e em varios logares, poude dentro em breve o presidente dominar em quasi toda a provincia. Iam por outro lado os farroupilhas diminuindo constantemente de numero, quer pelo perdão offerecido a varios de seus cabos de guerra que depunham as armas, quer pela deserção dos soldados cançados da lucta, quer pela falta de munições que já não recebiam do Estado Oriental.

273) **Negociações de paz**. — Fizeram desde o méado de 1843 alguns dos chefes da republica de Piratiny propostas de paz ao barão de Caxias, porém sob condições inacceitaveis, como era, por ex., o reconhecimento da republica e a independencia do Rio Grande. Por duas vezes offereceu Fructuoso Rivera a sua mediação, que Luiz Alves gentilmente recusou.

Com a esperança de attrahir ao seu partido os liberaes do imperio, enviaram os republicanos um seu commissario ao Rio de Janeiro, o qual, depois de sondar alli os sentimentos dos chefes, regressou para o sul (set. de 44) levando aos seus committentes o desengano das suas esperanças.

Tendo Bento Gonçalves pedido uma conferencia secreta, declarou-lhe o presidente não acceitaria nenhuma condição que não tivesse por base a deposição das armas e a obediencia ao governo do imperio. Recusou egualmente consentir na suspensão das hostilidades, mas concedeu o salvo-conducto necessario para ir tratar com elle e com o governo imperial. A seis de novembro de 44 tiveram diversos chefes republicanos uma conferencia com Luiz Alves em Bagé, e no dia

dez, estando já de volta no acampamento, reunidos em conselho, resolveram que no dia 13 partiria para o quartel-general do barão de Caxias, afim de seguir para o Rio, Antonio Vicente da Fontoura.

Foi nestas circumstancias que se realizou a celebre surpresa de *Porongos* (14 de nov.), onde Chico Pedro matou cento e tantos farroupilhas, feriu 14, aprisionou 333 inclusive 35 officiaes e o ministro da fazenda da republica. Cahiram egualmente no poder delle toda a bagagem, immensa quantidade de petrechos bellicos, mais de mil cavallos, cinco estandartes e o archivo completo de Canabarro. Officiou nesse mesmo dia Canabarro a Caxias declarando estar disposto a continuar a lucta em vista do inesperado ataque de Chico Pedro exactamente quando elle estava cuidando da partida dos negociadores da paz. Caxias respondeu que Canabarro não o podia accusar por ter ordenado o ataque, porquanto desde o principio declarára que não consentia em uma suspensão de hostilidades; comtudo, não obstante a victoria de suas armas, perseverava no proposito de acceitar as condições propostas. Em virtude desta declaração Fontoura partiu a 16 para Bagé, seguindo dahi a 19 para o Rio de Janeiro em companhia de seu ajudante Zeferino Martinho da Cunha e dos dois delegados do barão de Caxias, o coronel Manuel Marques de Souza e o capitão Carlos Miguel de Lima e Silva.

Ao regressarem estes da côrte com instrucções ao barão de Caxias, os republicanos consultaram o exercito que a 25 de fevereiro de 45 reuniram em Ponche-Verde. José Gomes, o actual presidente da republica e Bento Gonçalves não compareceram: aquelle por doente, este por embaraços de viagem. Comtudo o primeiro se fez representar pelo ministro Manuel Lucas de Oliveira; o segundo enviou por escripto o seu voto em que reconhecia a necessidade de se concluir a paz. Em seguida a breves debates resolveram nessa reunião os officaies do exercito que se ultimasse a paz.

Em seguida a breves debates resolveram nessa reunião os officiaes do exercito que se ultimasse a paz

sob as condições pactuadas e todas quantas se pudessem obter do barão de Caxias. Além de tres coroneis, assignaram a acta 15 tenentes-coroneis, 10 majores, David Canabarro, como general em chefe do exercito; Antonio Netto e João Antonio, como commandantes de divisão. Para os ultimos ajustes entre Caxias e estes chefes, serviu de medianeiro o coronel Manuel Marques de Souza.

274) **Conclusão.** — As condições pactuadas foram: — 1) Amnistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebellião; — 2) isenção do serviço militar e da guarda nacional para todos os individuos que tinham servido no exercito da revolta; — 3) os chefes dos rebeldes gosarão das honras dos seus postos; — 4) os escravos que serviram como soldados da republica, pertencerão ao estado, que indemnizará aos seus antigos donos.

Então David Canabarro, como general em chefe do exercito republicano, annunciou aos seus este ajuste em uma proclamação do dia 28 de fevereiro de 1845. Fazendo outro tanto o barão de Caxias no dia seguinte, primeiro de março, deu-se por concluida a paz; por acabada a revolta e a provincia tornou a entrar no goso das garantias communs outorgadas pela constituição brasileira. A lucta tinha durado nove annos, cinco mezes e dez dias.

O barão de Caxias recebeu o gráu de marechal e o titulo de conde, titulo este ultimo que em 1852 devia trocar-se pelo de marquez e em 69 pelo de duque. Foi de mais a mais em setembro de 45 escolhido para senador do imperio na lista triplice que nesse anno apresentou a provincia do Rio Grande do Sul.

As causas principaes que produziram o prolongamento da revolta, cifram-se nas difficuldades com que nessa época luctava o governo a respeito da tranquillidade publica no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, em S. Paulo e na provincia de Minas; na falta de dinheiro e de soldados; nos au-

xilios que os rebeldes recebiam do Estado-Oriental, cuja fronteira facilmente atravessavam; na mudança tão frequente de politica na côrte, e dos generaes e presidentes da provincia. Não contando os vice-presidentes, succederam-se durante a lucta, quatorze presidentes, si nelles incluirmos Fernandes Braga e o barão de Caxias! Tanta mobilidade administrativa não podia deixar de prejudicar os planos das operações; pois a guerra pela parte da legalidade estava sempre a recomeçar!!

Vide Pereira da Silva, que infelizmente contém muitas inexactidões. — Vide tambem no Inst. H. Bas. o vol. de 1880, p. 2, pag. 115 — Guerra Civil no R. G. do S., por Tristão de A. Araripe.— It. ib. o vol. de 82, p. 2, pag. 35; vol. de 83, p. 2, pag. 166 e vol. de 84, p. 2, pag. 47: logares em que se acham numerosos e intersantissimos documentos que a respeito da mesma guerra o sr. Araripe colligiu e coordenou.

Vide tambem a vida do duque de Caxias por M. Pinto de Campos. Vide, em fim e principalmente, diversos folhetos que sobre alguns pontos da mesma guerra publicou e bondosamente nos remetteu o sr. Alfredo F. Rodrigues. E' pena que não formem um livro e não sejam mais completos. Delles nos aproveitámos francamente, quanto nos foi possivel.

# EPOCA XII

## Reinado de Pedro II

---

### PARTE II

#### PEDRO II MAIOR

### I

## Primeiros annos

275) **Ministerio da maioridade.** — Tendo o imperador, conforme já vimos no par. 246, prestado o seu juramento a 23 de julho de 1840, formou no dia 24 o seu primeiro ministerio que constou dos srs. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva com a pasta do imperio, Antonio Paulino Limpo de Abreu com a da justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho com a dos extrangeiros, Antonio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque com a da guerra, Martim Francisco Ribeiro de Andrada com a da fazenda. Este ministerio é conhecido pelo nome de *gabinete de 24 de julho* e pelo de *ministerio da maioridade*.

Seus membros pertenciam, actualmente, todos ao partido liberal, e tinham trabalhado com afinco para que se proclamasse a maioridade. Um dos seus primeiros actos foi a proclamação da amnistia (22 de agosto) para todos os crimes politicos praticados durante o periodo regencial.

As camaras, que se reabriram no dia 25 de julho, enviaram ao imperador commissões de seus membros incumbidos de felicitar o joven monarcha pela posse

de suas funcções majestaticas e exprimir-lhe os votos e protestos dos representantes da nação devotados a sua augusta pessoa e ás instituições juradas, fundamento da tranquillidade publica e da prosperidade da patria.

Além das commissões das duas camaras, recebeu egualmente o imperador muitas outras, e todas ellas, ao retirarem-se, apregoavam a delicadeza de seus modos, bem como as suas expressões a um tempo lisonjeiras e reservadas. Escusado é referir as festas estrondosas, publicas e particulares, a illuminação da cidade, os vivas incessantes e mil outras cousas praticadas em signal de enthusiasmo e regosijo publico.

A sete de setembro procedeu-se em todo o imperio, menos no Rio Grande do Sul, á eleição dos juizes de paz de parochias e de vereadores das camaras municipaes. A quinze do referido mez encerraram-se as camaras, occupando-se então os ministros em preparar o triumpho do seu partido nas eleições. Demittiu Antonio Carlos quatorze presidentes de provincias e seus respectivos secretarios. Salvaram-se apenas Francisco do Rego Barros (conde da Boa Vista), presidente de Pernambuco, proximo parente de Hollanda Cavalcanti; Luiz Alves de Lima e Silva, do Maranhão; Manuel Felizardo de Souza, das Alagôas, amigo particular de Aureliano; e o visconde da Parnahyba, que desde o tempo de Pedro I occupava a presidencia do Piaúhy. Egual reacção commetteu Martim Francisco no thesouro geral, thesourarias, alfandega e repartições do fisco. Limpo de Abreu removeu muitos juizes de direito, de comarcas importantes para comarcas inferiores em localidades longinquas; exonerou chefes de policia, suspendeu numerosos commandantes superiores e officiaes da guarda nacional. Contra reacção tão completa quanto inesperada levantaram altos brados de indignação as gazetas da capital e das provincias. Suspendeu, todavia, Antonio Carlos arbitrariamente quasi todos os juizes de paz da capital que deviam presidir as eleições parochiaes, substituindo-lhes supplentes que correspondessem á vontade do gover-

no. Expediu ao mesmo tempo instrucções aos presidentes de provincias para que procedessem de egual maneira. A treze de outubro se procedeu á eleição dos deputados para a legislatura de 1842 a 1845, representando-se em toda a parte, diz Pereira da Silva, uma verdadeira farça. Cantaram deste modo os liberaes uma grande victoria, porém o seu proceder foi desapprovado até por alguns vultos politicos sisudos do mesmo partido que haviam cooperado para a proclamação da maioridade.

Teve, com effeito, o ministerio de ceder, a 23 de março seguinte (1841), o logar a outro composto de conservadores como eram Aureliano, o marquez de Paranaguá, Araujo Vianna, o marquez de Abrantes e José Clemente Pereira. Accordes os ministros em não estabelecer politica reaccionaria, resolveram conservar todos os presidentes e chefes de policia do gabinete anterior, fazendo apenas diversas mudanças no pessoal administrativo reclamadas pelo serviço publico. Abriu no dia tres de maio de 41 Sua Majestade a sessão legislativa. Approvaram as camaras neste anno tres projectos da maior importancia. — 1) o que das attribuições provinciaes transferia para o governo a nomeação dos vice-presidentes das provincias; — 2) o que constituia um conselho de estado (23 de novenbro); — 3) o que alterava as disposições de codigo criminal quanto á organização da policia, formação dos processos, funcções da magistratura e ao julgamento dos réus perante o tribunal dos jurados, (tres de dezembro). Encerradas as camaras, exonerou o ministerio a maior parte dos presidentes das provincias entregando o governo dellas a cidadãos de sua confiança.

276) **Conselho de Estado.** —Tratou no mesmo tempo o governo de dar execução á lei que creára o conselho de estado, publicando para isso um regulamento e escolhendo para o compor os varões mais geralmente estimados por seus talentos, estudos e experiencia dos negocios. Na escolha não attendeu o governo nem

a partidos, nem a opiniões politicas; pois, ao lado de Honorio Hermeto, Vasconcellos, Araujo Lima e José da Costa Carvalho, conservadores genuinos, collocou Manuel Alves Branco (2.º visconde de Caravellas), Caetano Maria Lopes Gama (visconde de Maranguape) e o Marechal José Joaquim de Lima e Silva (visconde de Magé), conhecidos por suas tendencias e adhesões mais ou menos liberaes; e Francisco Cordeiro da Silva Torres, José Antonio Silva Maia e D. Frei Pedro de Santa Marianna, arredados inteiramente dos partidos, mas respeitados por seus conhecimentos especiaes nas questões militares, financeira e ecclesiasticas.

277) **Sagração e coroação, 18 de julho de 1841.** — Consinta-nos aqui o contez leitor que copiemos a bella descripção que se lê á pag. 382 da Synopsis do general Abreu e Lima.

"Tendo-se annunciado para o mez de maio deste anno a Sagração e Coroação do Sr. D. Pedro II, trabalhou-se com assiduidade nos preparos necessarios; mas, não sendo possivel concluil-os para este tempo, espaçou-se a solemnidade do acto para 18 de julho, dia em que o Rio de Janeiro presenciou pela terceira vez tão augusta cerimonia, da qual daremos um resumido esboço."

"A varanda construida para a coroação do Sr. D. Pedro II, extendia-se desde o adro da capella imperial até o passadiço com 310 palmos de extensão, e continha no centro o templo, cujo peristylo era de seis columnas corinthias, com um corpo saliente semi-circular, onde appareceu o imperador para ser acclamado. Seguiam-se do templo duas galerias lateraes, que iam prender-se aos dois pavilhões extremos, um que se chamou do Prata; outro, do Amazonas. As galerias letaraes do templo eram de ordem dorica: os pavilhões faziam uma continuação da mesma ordem das galerias. O aspecto geral do monumento parecia simples, porém os ornatos eram do mais apurado gosto, e bem acabados. O throno imperial é sem duvida o

primeiro que o Brasil viu com tanta majestade, riqueza e elegancia. Quarenta e tres lustres, 200 arandellas, 25 alampadas e uma infinidade de globos pendiam do tecto desta vasta galeria; ricas alcatifas se extendiam por toda a sua superficie até ás escadas."

"A's onze horas da manhan do dia 18 de julho de 1841, determinou o Sr. D. Pedro II que seguisse o cortejo para a capella imperial; um quarto de hora depois chegou S. M. ao passadiço, onde o esperava o corpo diplomatico. A esse tempo já tinham apparecido na varanda o manto do fundador do imperio e a espada imperial do Ypiranga e já as tropas estavam em continencia. S. M. seguiu pela mesma varanda, e foi recebido na porta da egreja pelo bispo capellão-mór e cabido: ia vestido de cavalleiro com o manto do cruzeiro. Depois de fazer oração na capella do Sacramento, foi conduzido por uma deputação de seis bispos ao throno, e dalli pela mesma deputação ao presbyterio, onde foi recebido pelo arcebispo metropolitano, e ungido no pulso do braço direito e nas espaduas. Depois de ungido, revestiu-se S. M. com as vestes imperiaes, e subiu ao throno, donde ouviu a missa. Avisado pelo mestre das cerimonias, baixou do throno, dirigiu-se ao altar, e alli recebeu das mãos do celebrante as insignias imperiaes. Voltou depois ao throno, onde se conservou sentado durante o *Te-Deum*. Findo o sermão desfilou o cortejo para a varanda. O Sr. D. Pedro II, logo que chegou ao adro, foi saudado por immensos vivas do povo apinhoado no largo do Paço. Tendo chegado ao templo da varanda, subiu S. M. ao throno, e alli foi cumprimentado pelo cabido, pelos reverendos bispos que assistiram á sagração e pelo excellentissimo sagrante."

"Finda esta cerimonia, desceu S. M. do throno, e veiu apresentar-se em frente das columnas do templo. O rei de armas, alçando a mão direita bradou: *Ouvide, ouvide, estae attentos!* e o alferes-mór repetiu por tres vezes: *Está sagrado o Muito Alto e Muito Poderoso Principe, o Sr. D. Pedro II, por Graça de Deus, e unanime acclamação dos Povos, Imperador Consti-*

*tucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Viva o Imperador!* fazendo fluctuar ao mesmo tempo o Estandarte Imperial de um para outro lado."

"Depois das acclacações geraes, com que foram acolhidas estas palavras, déram-se as descargas do estylo, e o imperador recebeu então o cortejo de todas as pessoas que se achavam nas galerias e nos dois pavilhões. Em seguida retirou-se S. M. á sala do throno do Paço, onde recebeu as felicitações das damas, e depois recolheu-se ao seu aposento. Por cinco dias e cinco noites successivas foram os salões da varanda e do Paço visitados por um immenso concurso de povo."

278) **Nuvens no horizonte.** — Dedicou-se Paulino de Souza á redacção de regulamentos para a lei de 3 de dezembro (vide par. 275), que só em principios de 42 poude publicar ordenando fosse executada em todo o imperio. Excepto no Rio Grande do Sul, reinava a paz em todas as demais provincias, empregando o governo central e os presidentes das provincias notavel moderação em suas funcções administrativas. Espalhavam-se, todavia, boatos assustadores a respeito das provincias de S. Paulo e de Minas, asseverando-se com insistencia que os liberaes se preparavam para romper em hostilidades armadas. No Rio de Janeiro fundára-se o club central, que se entendia com outros estabelecidos nas duas provincias, e lhes enviava armas, munições, avisos.

Occupava a presidencia desse club Limpo de Abreu, e era o seu principal arauto Theophilo Ottoni. Publicando periodicos incendiarios, folhetos e circulares tendentes a excitar os brios de seus correligionarios, entretinha a agitação e conservava acceso o fogo do exaltamento dos animos. Aconselhava que se resistisse ao reconhecimento e posse das autoridades policiaes nomeadas pelo governo para os termos e parochias sob o pretexto de inconstitucionalidade da lei de dezembro. Aggredia a instituição do conselho de estado como meio de fundar-se o regime autoritario; a nomeação de vice-presidentes das provincias, como

infracção dos direitos das assembléas provinciaes, a interpretação do Acto Addicional, como destruição das franquias e regalias das provincias.

Déram os conspiradores principio ao movimento com representações e protestos de camaras municipaes contra as leis referidas. Isto fizeram antes das outras, e com linguagem ameaçadora, as camaras de S. João d'El-Rei, de Barbacena e de Minas Novas. Ordenou, porém, Araujo Vianna que, suspensos do seu officio os vereadores signatarios, fossem processados por terem excedido o limite de suas attribuições. Tendo a assembléa provincial de S. Paulo approvado uma moção desairosa ao governo, e tendo-se o senador Vergueiro incumbido de entregal-a ao ministro do imperio para que a apresentasse ao imperador, respondeu-lhe Araujo Vianna que a linguagem vehemente, os termos e as expressões injuriosas com que a mencionada moção estava redigida não permittiam que S. M. a recebesse.

Comquanto o P. Feijó tivesse abandonado as lides politicas retirando-se para Ytú, publicou neste tempo um manifesto aos paulistas exhortando-os a pegar em armas afim de obstar a execução das mencionadas leis. Resolveu, portanto, o governo enviar a S. Paulo dois batalhões de linha com o intuito de reforçar os provinciaes de que o presidente Costa Carvalho dispunha. Suspendeu, comtudo, essa remessa ao ser informado pelo referido presidente de não haver nenhum perigo de revolta na provincia, e de que , pelo contrario, a ida das tropas poderia exasperar os animos e produzir alguma perturbação. Falou deste modo Costa Carvalho a pedido de alguns cidadãos, particularmente do brigadeiro Raphael Tobias, que se encarregou de levar os officios do presidente á presença do ministro do imperio.

279) **Dissolução da assembléa.** — Como se approximasse o dia 3 de maio, em que se devia installar a primeira sessão da legislatura de 42 a 45, iniciou-se a 27 de abril a reunião preparatoria destinada a exa-

minar os diplomas dos eleitos e reconhecer-lhes os poderes. Os liberaes, que compareceram em grande maioria, acclamaram Martim Francisco presidente da camara, e, para estudar as actas e os documentos das eleições, nomearam uma commissão composta dos mais extremados do partido. Comquanto a nullidade de muitas eleições fosse evidente, e comquanto ainda não tivessem chegado á camara a maior parte das actas das eleições parochiaes, nem as particulares dos collegios, não trepidou a commissão em propor, logo no segundo dia, parecer approvando todos os diplomas e reconhecendo os deputados de todas as provincias sem mencionar nenhum dos protestos, representações e documentos que lhe tinham sido enviados para a esclarecer.

Designou Martim Francisco o dia 29 para a discussão do parecer. A despeito das protestações e reclamações dos conservadores, approvou no dia trinta a maioria esse parecer e com elle todas as eleições; declarou haver numero sufficiente para se installar a assembléa geral, e ordenou á mesa officiasse neste sentido ao governo. Propalou-se então no Rio de Janeiro o boato de que os liberaes tinham resolvido expellir da administração publica os ministros actuaes propondo e votando a accusação delles. "Não assevero, diz Pereira da Silva, a exactidão do boato, mas afianço que tomou incremento e foi geralmente acreditado."

Apresentou, portanto, o ministerio a S. M. com a data do primeiro de maio, uma representação pedindo fosse dissolvida a camara pela razão de ter o ministerio precedente usado de fraude e de violencia nas eleições. Annuindo o imperador á proposta, assignou naquelle mesmo dia o decreto em que, dissolvendo a camara actual, convocava outra para o principio de novembro. Leu-se e cumpriu-se esse decreto em ambas as camaras no dia dois de maio .

280) **A revolta de S. Paulo** — rompeu a 17 de maio de 42 em Sorocaba, onde o brigadeiro Raphael

Tobias de Aguiar, foi acclamado presidente interino da provincia, e, tomando posse, prestou juramento perante a camara municipal. O primeiro acto de Raphael Tobias consistiu em publicar uma proclamação aos paulistas, outra aos soldados da guarnição de S. Paulo. Uma terceira proclamação, egualmente aos paulistas, a quem chamava ás armas, leva a data de 23 de maio. O dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos foi nomeado secretario do governo interino. Informado destes factos, o Padre Diogo Antonio Feijó, que se tinha retirado para Campinas, passou a Sorocaba, onde redigiu *O Paulista,* jornal do novo governo, cujo primeiro numero appareceu a 27 do referido mez de maio; o quarto e ultimo, a 16 de junho. Tendo-se reunido em Sorocaba obra de 1.500 homens, assumiram o nome de — *Columna Libertadora,* e ao mando do major Francisco Galvão de Barros França, partiraram a 21 de maio com destino á capital chegando até á ponte dos Pinheiros, onde fizeram alto. Adheriram á rebellião quasi todas as cidades, villas e localidades da provincia distinguindo-se principalmente Ytú, Campinas, Arêas, Silveiras, etc.

Assustado o governo central com estes movimentos revolucionarios de S. Paulo, que se podiam tornar tão perigosos como os do Rio Grande do Sul, enviou incontinenti alguma tropa por terra, e confiou ao barão de Caxias a difficil tarefa de pacificar a provincia, a vice-presidencia da mesma e todas as forças disponiveis que, embora subissem apenas ao numero de 400 recrutas, bisonhos e mal armados, receberam o titulo de *Exercito Pacificador.* Partiu o barão por mar, e sabendo em Santos que a serra ainda não estava occupada, marchou sem detença até ao alto della. De Santos expediu circulares ás estações competentes ordenando-lhes que preparassem rações para tres mil homens. Informado em S. Paulo de que os rebeldes já estavam na ponte dos Pinheiros, seguiu contra elles; porém não travou propriamente batalha, porque os insurgentes preferiram ir-se retirando na direcção de Sorocaba, de sorte que quasi cada noite o Exercito

Pacificador pousava no campo que pela manhan a Columna Libertadora abandonara.

Chegou esta a Sorocaba já muito enfraquecida em consequencia das frequentes deserções. Tratou o governo provisorio de fortificar a cidade; mas, espalhando-se a noticia de que o capitão Antonio Xavier de Freitas reunira em Tatuhy mais de 600 homens para sopear a revolta, e de que se achava a tres leguas de distancia, começou a debandada até dos habitantes pacificos. Entrou com effeito esse capitão ás tres horas da tarde do dia vinte de junho na cidade em que Caxias já entrára ás dez horas desse mesmo dia. Publicou Caxias no dia 21 uma proclamação promettendo liberdade inteira a todos, menos aos chefes da revolta, si dentro de dez dias lhe entregassem as armas. Decorrido esse prazo, seriam presos e remettidos para a capital da provincia afim de serem punidos segundo o rigor das leis.

Durante a estada do Exercito Pacificador em Sorocaba fizeram-se diligencias para a prisão dos implicados na revolta. Diversos foram presos e remettidos para S. Paulo, onde tiveram de responder a um processo, porém a 14 de março de 44 foram todos amnistiados. A' camara de Sorocaba, que a 27 de junho de 42 ficara suspensa, foi substituida outra composta de supplentes, e só dois annos depois poude reassumir o exercicio de suas funcções.

Dos tres chefes da revolução, Raphael Tobias, quando viu approximar-se de Sorocaba o Exercito Pacificador, retirou-se, por conselho de seus amigos, para o sul, sendo mais tarde preso (8 de novembro de 42) nos Hervaes da *Garite* (vide par. 272), e remettido para o Rio de Janeiro. Fechado na fortaleza da Lage, sahiu livre depois da amnistia. Gabriel José Rodrigues dos Santos seguiu no proprio dia 21 para Curitiba; andou foragido pelo Paraná, Santa Catharina e Rio Grande. Apresentando-se finalmente ao tribunal do jury de S. Paulo, foi absolvido no dia dois de fevereiro de 44. Feijó, que tinha permanecido em Sorocaba, e ficára na mesma casa em que residia, sob

as vistas de um tenente mandado pelo general em chefe do Exercito Pacificador, recebeu ordem de partir para o Rio em julho de 42. Havendo, todavia, recusado obedecer, foi conduzido preso para Santos e deportado para o Espirito Santo, onde juntamente com Vergueiro esteve até dezembro do mesmo anno.

Do que occorreu nas outras localidades da provincia, mencionaremos o combate (7 de junho) da *Venda Grande,* a quasi duas leguas de Campinas, para onde Caxias destacara 200 homens ao mando do coronel José Vicente de Amorim Bezerra. Os insurgentes apesar de contarem 300 homens, foram derrotados com a perda de 15 prisioneiros e 17 mortos, achando-se entre estes o commandante Antonio Joaquim Vianna. As forças legaes que do Rio tinham seguido por terra, travaram a 24 de junho peleja com os insurgentes no districto da villa de Arêas, e a 12 do mez seguinte na de Silveiras, sendo em toda a parte victoriosas.

Deixando restaurada a cidade de Sorocaba, entrou o barão de Caxias na capital a 28 de junho, donde a nove do mez de julho seguiu para o Rio de Janeiro por terra. Chegou a 23 do referido mez, e muito o esperavam, porque desde o dia dez de julho o haviam nomeado general em chefe do exercito destinado a pacificar a provincia de Minas Geraes.

281) **Revolta mineira.** — Ainda não estava pacificada a provincia de S. Paulo, quando ao ministerio constou que o club dos liberaes da côrte remettia para Minas com grande segredo armamentos e instrucções excitando os povos a levantarem-se contra *Bernardo Jacintho de Veiga,* presidente dessa provincia. Constou egualmente ao governo que Theophilo Ottoni partira mysteriosamente do Rio, e que a revolta rompera em Barbacena no dia 10 de junho. Decretou então o governo a suspensão de garantias tambem para o Municipio Neutro, para a provincia de Minas e para a do Rio de Janeiro; dissolveu o club central dos liberaes e deportou para fóra do imperio o presidente

delle, Limpo de Abreu, com alguns de seus membros mais proeminentes. Embarcados em navios de guerra velejaram para a França munidos de ordens do governo, que lhes garantiam pensões pecuniarias com que no exilio pudessem viver decentemente.

Nomeado desde o dia dez de julho general em chefe do exercito pacificador de Minas, chegou Luiz Alves ao Rio de Janeiro no dia 23 do referido mez, e, tendo recebido as instrucções do costume, partiu incontinenti com toda a tropa disponivel. A capital desguarneceu-se das forças de linha e de policia, empregando-se a guarda nacional na manutenção da ordem, e bem assim na vigilancia das prisões e dos outros estabelecimentos publicos. Enthusiasmo extraordinario apossou-se dos seus habitantes, tornando-se alvo geral a defesa das instituições e do governo.

Rompera, com effeito, em Barbacena no dia dez de junho a revolta, conforme, na reunião do dia quatro desse mez, tinham determinado o tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, bem como os ex-deputados José Pedro Dias de Carvalho e o P. José Antonio Marinho. Acclamado pela tropa presidente interino da provincia, José Feliciano, futuro barão de Cocaes, tomou sem demora posse do seu posto prestando juramento perante a camara municipal, assistindo a um *Te-Deum* na egreja matriz e recebendo a continencia da guarda nacional. Proclamou então aos mineiros expondo os motivos da insurreição e convidando-os a travarem das armas; nomeou o seu secretario, que foi José Pedro Dias de Carvalho (posteriormente senador e conselheiro de estado), e deu outras providencias destinadas a promover a revolta. Destaca-se entre ellas a convocação da assembléa provincial para o dia 17 de julho seguinte. Essa reunião, todavia, não se realizou em vista das circumstancias.

As derrotas que os rebeldes levaram a 23 de junho em Medanha e a 25 no municipio do Presidio, bem como a noticia da pacificação de S. Paulo, a proclamação do imperador (19 de junho), e o aviso de 23 de junho declarando que os bens dos insurgentes fi-

cariam obrigados, fizeram com que o enthusiasmo da insurreição começasse a arrefecer em toda a parte. Com o intuito então de marchar sobre a capital reuniram os revoltosos todo o seu exercito no engenho de Cataguazes, tendo á sua frente o presidente José Feliciano. Em seguida a renhido combate apoderaram-se de Queluz (4 de julho), e, desistindo da idéa de occupar Ouro Preto, marcharam para Sabará no dia onze de agosto. Na tarde desse mesmo dia, em numero superior a tres mil, passaram para o arraial de Santa Luzia, onde trataram de se fortificar. Animava as tropas a presença do presidente José Feliciano, de Theophilo Ottoni, de José Pedro Dias de Carvalho, de Joaquim Antão Fernandes Leão e do conego José Antonio Marinho.

Dirigira-se, no entretanto, Luiz Alves pelo porto da Estrella á Parahyba do Sul, organizára as forças com que devia operar em Minas, e restaurara a ponte do Parahybuna incendiada por pessoas desconhecidas. Chamára seu irmão, José Joaquim de Lima e Silva para o acompanhar capitaneando uma columna de seus soldados. Quando o tenente reformado José Joaquim, futuro conde de Tocantins, recebeu este convite, já tinha, a pedido do governo, pegado em armas, e juntamente com o brigadeiro tambem reformado, Ignacio Gabriel Monteiro de Barros, havia derrotado diversos rebeldes nas vizinhanças do rio do Peixe.

Penetrou, pois, o barão de Caxias em Minas, seguindo para Ouro Preto sem que os insurgentes o affrontassem. Cêrca de tres mil soldados de linha e guardas nacionaes reuniu Luiz Alves nessa cidade, comprehendidos os que levára do Rio de Janeiro, e os que Bernardo Jacintho da Veiga lhe prestara. Marchou então sem perder tempo ao encontro dos insurgentes. No dia 19 de agosto foram os rebeldes informados de que Luiz Alves se apoderára de Sabará e marchava para Santa Luzia pela estrada geral, que põe em communicação essas duas povoações da provincia. Preparando-se incontinenti para offerecer-lhe batalha, distribuiram suas forças em tres commandos,

e resolveram tomar a offensiva logo que avistassem as tropas do governo afim de lhes não deixar tempo para descançar depois da marcha forçada que acabavam de fazer.

Por seu lado Luiz Alves, antes que se tivesse approximado de Santa Luzia, destacára seu irmão José Joaquim com uma columna composta de trezentos guardas nacionaes da provincia do Rio de Janeiro e de outros tantos soldados de linha afim de tornear o morro, e pelo sitio da Lapa assaltar, no dia 21 fixado para o combate, a posição dos rebeldes que elle invadiria pela ponte do Tamanduá. Contava dar repouso ás suas tropas durante o dia 20, e sómente no dia 21 arremetter contra os inimigos. Sendo, comtudo, pelas dez horas do dia 20, aggredido, não duvidou acceitar a peleja sem embargo de que suas tropas estavam cançadas. Travou-se, pois, vivissimo combate que durou por mais de seis horas sem que a fortuna das armas se pronunciasse para qualquer dos lados.

Veiu, todavia, pelas quatro horas da tarde, José Joaquim decidir de um modo certo a contenda. Occupava elle a Lapa, e, conforme tinham combinado, esperava pelo dia 21, quando o estrondo dos tiros lhe fez comprehender que a lucta se adeantára. Não hesitou um instante tratando sem demora de galgar o morro e de aggredir o arraial de Santa Luzia. Ao perceberem os revoltosos que inimigos inesperados partiam do lado da Lapa e os collocavam entre dois fogos, perderam a coragem, consideraram-se vencidos e desandaram em fuga, salvando-se apenas os que atravessaram o rio. Cercaram os legalistas o arraial, penetraram no recinto delle e fizeram um grande numero de prisioneiros, entre os quaes contaram os principaes chefes da revolta — José Pedro Dias de Carvalho, Theophilo Ottoni, Marinho e outros. O presidente interino e alguns mais já se tinham evadido desde antes de se travar a peleja.

Ordenou Luiz Alves que esses prisioneiros distinctos fossem levados a Ouro-Preto, e, sendo logo depois informado de que os conduziam a pé e algemados,

exigiu que os soltassem e lhes dessem cavallos afim de que pudessem viajar sem grande incommodo. Esmagada desta sorte a revolta de Minas, e restabelecida em toda a provincia a tranquillidade publica, regressou Luiz Alves a Ouro-Preto, donde dentro em breve seguiu para o Rio de Janeiro, sendo acolhido enthusiasticamente em todas as localidades que atrevessou. Estrondosas foram egualmente as festas que em seu louvor e honra se praticaram na côrte.

Revogou immediatamente o governo os decretos de suspensão de garantias na capital e nas tres provincias: de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Suspendeu o exilio de Limpo de Abreu e de seus companheiros permittindo-lhes que livremente voltassem para a patria. Communicou do mesmo modo ao Padre Feijó e a Vergueiro que podiam deixar a cidade da Victoria, recolhendo-se para onde julgassem conveniente. Voltou Feijó para o Rio, e, a 12 de maio de 43, buscou justificar o seu proceder perante o senado. A absolvição desses dois senadores, pronunciada pela camara vitalicia em seguida a longas discussões, produziu triste impressão no publico, porque no mesmo tempo os tribunaes do jury haviam condemnado autores e cumplices de somenos responsabilidade. Criticas vehementes lhe dirigiram algumas gazetas, e uma dellas inseriu por muitas vezes em suas columnas as phrases seguintes: "Não ha que admirar. Lobo não mata lobo. Como podem as justiças ordinarias condemnar réus, cumplices apenas do crime, quando os que os impelliram para a rebellião, são, por seus pares, escandalosamente declarados innocentes?" Dahi começou a propagar-se a idéa de ser necessario um perdão geral afim de se nivelarem os julgamentos; perdão esse ou amnistia que o governo concedeu a 14 de março de 1844.

Vide Pereira da Silva, Azevedo Marques, Americo Brasiliense e a vida ou panegyrico do Duque de Caxias. Para a revolta mineira em particular vide o Inst. H. Br. de 84, p. 2, pag. 5, bem como o trabalho do conselheiro Marinho, livro hoje raro, que devemos á bondade de um nosso amigo. Como o autor fosse um dos chefes do motim, o seu livro vem a ser uma apologia e panegyrico da revolta mineira. Os factos, todavia, que elle relata, apesar de algumas exaggerações, parecem-nos geralmenmente, pouco mais ou menos, exactos.

282) **Casamentos.** — Começaram os ministros em 1842 a pensar em consorciar o joven monarcha com alguma princeza de estirpe nobre e de casa régia da Europa. Incumbiram desta delicada negociação Bento da Silva Lisboa, official maior da secretaria de estado das relações exteriores, o qual recebeu do imperador instrucções para preferir a familia austriaca, a que pertencia sua augusta mãe.

Respondeu-lhe, porém, o principe de Metternich que a côrte da Austria ainda se lembrava das offensas que D. Leopoldina havia recebido do seu consorte D. Pedro I. Insinuou-lhe, todavia, que entabolasse negociações com a côrte de Napoles promettendo-lhe coadjuval-o afim de assegurar á sua missão exito venturoso. Afiançou-lhe no mesmo tempo que D. Theresa Christina de Bourbon, filha de Francisco I de Napoles, parenta da Casa d'Austria e de varias outras familias reinantes da Europa, agradaria com certeza a D. Pedro II por seus dotes de coração e de intelligencia, bem como pela esmerada educação que recebera. Tendo, pois, Bento Lisboa obtido em Napoles resposta favoravel, enviou ao Rio de Janeiro o seu secretario afim de communicar esta boa noticia ao imperador, o qual remetteu sem demora ao seu embaixador os poderes necessarios para lavrar e assignar a escriptura ante-nupcial, fundada nas condições estabelecidas pelas leis brasileiras.

Singraram então para Napoles (5 de jan. de 43) tres navios de guerra destinados a transportar a futura imperatriz para a capital do Brasil. Além de muitos outros fidalgos, levaram esses navios José Alexandre Carneiro Leão, gentil-homem da casa imperial e futuro vinconde de S. Salvador de Campos, incumbido, como plenipotenciario, de receber a augusta princeza, logo que estivessem celebradas as nupcias, e de acompanhal-a ao Rio de Janeiro. O principe herdeiro das Duas-Sicilias, foi, mediante a devida procuração, encarregado de representar o noivo imperial nas cerimonias religiosas exigidas pela Egreja Catholica e de receber a princeza no caracter de esposa de S.

M. Celebrada a cerimonia religiosa na capella palatina dos paços régios no dia 30 de maio, passou a princeza no dia seguinte, 31, para bordo da fragata *Constituição*. Fizeram-se de vela no primeiro de junho acompanhados até o Rio de Janeiro por quatro navios de guerra enviados pelo rei das Duas-Sicilias afim de prestar á sua filha todas as honras convenientes ao seu gráu.

A dois de setembro do mesmo anno entraram essas duas divisões navaes, brasileira e napolitana, na barra do Rio de Janeiro, e, quando fundearam já as sombras da noite abafavam os horizontes. O enthusiasmo, o concurso, o regosijo dos fluminenses, o trovejar dos canhões, o repique dos sinos, a illuminação da cidade, e mil outras cousas mais facilmente se imaginam que descrevem. Seguiu incontinenti S. M. em uma galeota para a fragata *Constituição* em cujo bordo se demorou algumas horas, sendo já alta noite quando regressou para S. Christovam. Deixou a imperatriz no dia seguinte a fragata, e subiu ao caes então appellidado Valongo, onde, no tope da escada que descia para o mar, tinham erguido e ornado com luxo um pittoresco pavilhão. Esperavàm-na alli o imperador, ministros, senadores, deputados, funccionarios da côrte e cópia extraordinaria de cidadãos de todas as classes. Seguiram então todos para a capella imperial, em que os noivos receberam a bençam nupcial com toda a solemnidade religiosa retirando-se em seguida para o palacio de S. Christovam. Tres dias consideraram-se feriados, e, durante as noites, repetiram-se as illuminações na cidade.

A 17 de março de 1843, emquanto a supra mencionada divisão naval ia buscar em Napoles a futura imperatriz, aportou ao Rio de Janeiro o principe de Joinville, Francisco-Fernando, filho do rei dos francezes, autorizado por seu pae a pedir a mão da princeza D. Francisca. Acolheram-no galhardamente o imperador e as princezas com toda a côrte. Acceito o pedido, effectuou-se o consorcio no primeiro de maio. No dia tres do referido mez e anno retiraram-se para

a França os dois noivos, o principe e a princeza de Joinville.

Desembarcou em principios de 1844 no Rio de Janeiro o conde d'Aquila, irmão mais moço da imperatriz e contractado consorte da princeza D. Januaria. Celebraram-se as nupcias com todas as solemnidades da Egreja Catholica; o principe naturalizou-se brasileiro, e foi nomeado almirante da esquadra nacional. Aconteceu, todavia, pouco mais tarde que o conde, não se sabe por qual motivo, se retirou para Napoles com a sua consorte.

283) **Viagens.** — Satisfeito o imperador com a submissão dos rebeldes do Rio Grande, deliberou em 1845 visitar pessoalmente aquella provincia afim de, com a sua presença, contribuir para a total apaziguação dos espiritos e união completa de vencidos e vencedores. Acompanhados pelo ministro do imperio, Almeida Torres, embarcaram o imperador e a imperatriz no dia cinco de outubro. Commandava a esquadrilha composta de varios vasos de guerra o vice-almirante Greenfell. Percorreram suas majestades a provincia no meio de enthusiasticas acclamações dos habitantes penhorados com suas maneiras galhardas e palavras graciosas.

Dirigindo-se á volta para Santos e subindo á serra do Cubatão, visitaram os imperiaes consortes São Paulo, Sorocaba, Ytú e Campinas com grande jubilo de todos que se esmeraram em provar ao seu monarcha o amor, a veneração e o respeito que lhe tributavam. Recolheram-se para a côrte no mez de janeiro de 1846.

Emprehenderam suas majestades nesse mesmo anno uma viagem a Campos dos Goytacazes, uma das mais consideraveis cidades da provincia do Rio de Janeiro.

284) **Embaixador extraordinario.** — Em 1843 lançou ferro na bahia do Rio de Janeiro um navio inglez, que trazia em seu bordo Henrique Ellis, na qualidade de embaixador extraordinario da Gran-Bretanha, encarregado de cortar diversas duvidas relativas ao tra-

tado de commercio de 1827, e de pactuar novos accordos afim de cohibir efficazmente o trafico dos africanos. Era a 2.ª vez que o Brasil recebia um embaixador extraordinario. A 1.ª foi quando Luiz XVIII enviou o duque de Montmorency participar a D. João VI a sua elevação ao throno de França. A missão delle, pois, fôra mais de cortezia que de interesses commerciaes ou politicos. Como o encargo de Henrique Ellis fosse mui differente, elle se apresentou rodeado das pompas, do esplendor e do prestigio inherentes ao mais elevado posto da diplomacia. Recebido com pomposo cerimonial, acolhido nobremente pelo imperador e suas augustas irmans, saudado por todos os navios de guerra surtos no porto, applaudido pelos commerciantes inglezes residentes na capital do imperio, e ostentando magnificencias deslumbrantes com guardas á porta do edificio que habitava, esplendidas carruagens puxadas por oito cavallos de raça que trouxera da Inglaterra, creados fardados e cerimonial faustoso em seu domicilio, tornou-se Henrique Ellis o alvo da curiosidade do povo.

Nomeou S. M. o seu ministro dos negocios extrangeiros para tratar com esse embaixador extraordinario. Como o tratado de 1827 fosse muito prejudicial ao imperio, levantaram-se apprehensões em quasi todas as classes da sociedade brasileira.

Fixára-se em quinze annos a duração daquelle tratado, que devia findar em 1842, ou dois annos mais tarde, caso qualquer dos signatarios deixasse de notificar a sua resolução de o continuar. Em principio de 1840 communicára o governo brasileiro ao britannico que em 1842 daria por extincto o tratado. Respondeu a Inglaterra que só em 42, a saber: depois de decorridos os quinze annos ajustados, podia ser-lhe participada essa resolução, e até recusou a proposta de recorrer a um arbitro para resolver a divergencia. Tratou-se egualmente dos convenios relativos ao trafico dos negros. Comquanto esse commercio infame tivesse sido vedado desde o tempo de D. João VI; era, todavia, alimentado por especuladores quasi exclusivamente

portuguezes, que se locupletavam, e protegido pelos agricultores brasileiros, que precisavam de braços para desenvolver suas lavouras.

Convenções especiaes haviam estabelecido cruzeiros destinados a impedir esse trafico, e commissões mistas de inglezes e de brasileiros no Rio de Janeiro e em Serra Leôa, incumbida do julgamento das presas. Abusavam, porém, os cruzeiros britannicos do direito de apprehensão exercendo-o até nas aguas maritimas do imperio, e á vista de fortalezas e cidades com insulto manifesto á soberania nacional. Ardiam, portanto, os brasileiros em desejos de ver que se désse por extincto o tratado de 27, e não se concordasse com o governo britannico em nenhum assumpto, porque elle interpretava tudo a seu talante e obrigava prepotentemente o imperio a curvar-se perante a violencia e a força. Não logrando, pois, Henrique Ellis entender-se com os ministros de Pedro II, solicitou seus passaportes e partiu para a Inglaterra.

285) **Bill Aberdeen.** — Tendo o Brasil em 1844 dado por extincto o tratado de 1827, Lord Aberdeen, então ministro das relações exteriores da Gran-Bretanha, propoz e conseguiu que o parlamento do reino-unido votasse uma lei a qual transferia exclusivamente para tribunaes inglzes o julgamento das presas de navios empregados effectiva ou suspeitosamente no trafico dos africanos.

Sem ouvir o governo brasileiro, aboliu a Inglaterra as commissões mistas estabelecidas em convenios diplomaticos, ficando, dalli em deante, tripulações e passageiros, considerados piratas, sujeitos ás leis e a juizes méramente britannicos. Autorizou, além disto, os cruzeiros a não respeitar as aguas e os territorios do Brasil na apprehensão de navios que desconfiassem fossem empregados no trafico da escravatura. Não podendo uma lei como esta deixar de produzir profunda irritação no imperio, resolveram os brasileiros dispensar as mercadorias das fabricas inglezas. Teve o governo mister de muita prudencia para impedir

que se praticassem insultos contra os subditos inglezes e contra a bandeira britannica.

286) **Lei severa contra o trafico, 14 de nov. de 1850.** — Tornou a Inglaterra em 1847 a enviar um embaixador extraordinario, porém o resultado tambem desta vez foi nullo, porque a opinião publica ainda se pronunciava energicamente contra o governo britannico. Entendeu, todavia, o governo brasileiro que era indispensavel acabar com esse estado de cousas tão incerto e inconveniente; pois não podia negar que o trafico, apesar de ser summamente vergonhoso, ainda continuava com muita actividade; e, por outro lado, os cruzeiros inglezes praticavam, não só nas aguas do imperio, mas até nos rios e em terra, toda a sorte de tropelias offensivas da dignidade nacional. Propoz, então, Paulino de Souza, ministro das relações exteriores, que, não podendo o Brasil repellir com a força os insultos dos cruzeiros, não tratasse com o governo britannico, porque isto seria desairoso, mas providenciasse internamente no imperio de modo a cumprir com a obrigação contrahida em tratados diplomaticos. Lembrou em conselho a necessidade de perseguir efficazmente o trafico, e de envidar os maiores esforços para o exterminar de uma vez. Tendo os seus collegas adoptado semelhante idéa, Eusebio de Queiroz, na qualidade de ministro da justiça, solicitou das duas camaras sessões secretas para a solução do melindroso assumpto. Approvada por ambas as camaras a proposta do governo, foi publicada como lei a 14 de novembro de 1850. Classificava essa lei o trafico como verdadeira pirataria applicando-lhe todas as penas já decretadas contra os piratas. Não offendia direitos adquiridos em virtude de leis existentes que reconheciam a propriedade; prohibia tão sómente e castigava com severidade a continuação de um commercio illicito, e condemnado pela civilização christan, bem como por convenções internacionaes estipuladas entre o Brasil e a Gran-Bretanha.

Affirma Per. da S. que, em consequencia desta lei e da actividade desenvolvida pelo governo, o trafico

cessou como por encanto, e o bill Aberdeen cahiu em desuso. Comtudo o bem conhecido e merecidamente estimado Joaquim Nabuco (I, 226) accrescenta: "E' querer illudir-nos a nós mesmos por uma ficção de patriotismo dizer-se que, sem a attitude da Inglaterra no mar, o trafico teria sido parado repentinamente em 1850 como o foi... E' irrisorio pensar que sem o terror do cruzeiro inglez teriamos podido anniquilar o poder do trafico quasi de um golpe... Si, porém, o trafico estava subjugado, não estava ainda morto; a menor mostra de indifferença por parte do governo fal-o-ia derepente renascer com mais força..." Ainda em sete de abril de 1856 o chefe de policia da côrte, Sinimbú, informava o governo de que em diversos pontos da costa d'Africa existiam numerosas feitorias de escravos pertencentes a especuladores portuguezes, que os traziam para o Brasil effectuando seus desembarques principalmente em Macahé, Cabo Frio, Ponta dos Busios e Itapemirim.

Era, portanto, necessaria uma lei ainda mais severa, a qual permittisse ao governo perseguir os affricanistas mesmo longe do littoral e no interior do paiz, punindo-os rigorosamente quando descobertos. Tal foi a lei de cinco de junho de 54 para a qual muito trabalhou e influiu o celebre Nabuco. Desenvolvendo então o governo uma grande actividade logrou finalmente supprimir de todo em todo o trafico. Começaram em seguida os estadistas do imperio a occupar-se sériamente com a extincção da escravatura vedando o trafico inter-provincial, favorecendo a alforria particular, decretando em 1871 a liberdade do ventre escravo, etc. Produziram deste modo um grande movimento abolicionista que levou á suppressão total do captiveiro a 13 de maio de 1888.

287) **Febre amarella.** — Em 1850 recebeu infelizmente o Brasil a visita de uma epidemia desconhecida que chamaram *vomito preto* ou *febre amarella.* Depois da sua primeira visita em 1686 (vide no vol. III, par. 31) refugiára-se esta epidemia nos portos da

America Central, dizimando repetidas vezes as cidades de Vera-Cruz, Nova Orleans, Havana e Santiago de Cuba.

Trazida por navios que vinham dos portos meridionaes da União Americana, invadiu o Rio de Janeiro, donde se espalhou por varias cidades maritimas. Como fosse desconhecida no imperio, e os medicos a principio curassem a esmo, a mortandade foi espantosa, logrando bem poucos dos atacados salvar a vida. Sentiam-se de subito os effeitos da infecção que lavrava com celeridade e se apoderava de todo o corpo. No primeiro periodo notavam-se ás vezes vomitos negros, e a cutis apresentava uma côr amarellada, parecendo o sangue exhaurido; enorme peso de cabeça, olhos inflammados, respiração difficil, garganta e lingua sanguinolentas, halito desagradavel.

A sorte do individuo insultado pela doença decidiase entre o terceiro e o setimo dia. Salteava de preferencia as classes elevadas e ricas da Sociedade, bem como as pessoas robustas e na flôr da edade; desprezava os mendigos, os escravos, os habitantes de casebres repletos de immundicie, e os que se alimentavam com substancias nocivas á saude. Pairava e progredia na atmosphera, e parecia egualmente contagiosa, visto como em muitas casas succumbiram familias inteiras.

O numero dos enterros diarios e nocturnos augmentava os terrores da população, e o governo, prohibindo-os nas egrejas, onde era até então uso de abrir-se sepultura, ordenou que fóra da cidade se fundassem cemiterios das varias Ordens religiosas. Data dessa época o estabelecimento dos cemiterios da Ponta do Cajú e do de Catumby.

Melancholico espectaculo apresentavam as ruas da cidade, devassadas a todo o momento por carros funebres; fechadas numerosas casas de commercio, edificios particulares e theatros; a fuga tornou-se quasi geral, correndo os habitantes para logares afastados, buscando muitos de preferencia um asylo em Petropolis, Nova Friburgo, Therespolis e outras villas collocadas osbre as montanhas ou além dellas.

Cumpre, todavia, observar que nenhum dos ministros abandonou o seu posto mostrando todos no desenpenho de suas funcções notavel zelo e coragem. Durou o medonho flagello desde o mez de janeiro até principios de maio fazendo muitas vezes duzentas victimas por dia em uma cidade que então contava apenas trezentas mil almas.

288) **Cholera-morbus.** — Em 1855 tornou a flagellar o Brasil uma nova epidemia, que nos estragos causados se revelou tão medonha como a precedente.

Diversa da febre amarella em todos os symptomas e na escolha dos desgraçados que infeccionava, acommettia furiosamente as classes pobres e infimas, as pessoas miseraveis e os negros. Na cidade do Rio de Janeiro, na de Nitheroy, na de Campos, nas povoações situadas ás bordas dos rios, ceifou a terrivel molestia innumeraveis victimas. E' facil comprehender o prejuizo causado á lavoura. Soccorros do governo espalhados á profusão, subscripções voluntarias de dinheiro promovidas entre os cidadãos abastados, collocação de medicos por toda a parte, pharmacias destinadas a distribuir gratuitamente os necessarios medicamentos, demonstraram a solicitude dos ministros, as diligencias das autoridades subalternas e a caridade christan propria dos bons brasileiros.

Na opinião de diversos autores esta epidemia era o cholera-morbus asiatico, que no anno precedente acabrunhara toda a Europa.

289) **Fundação de Petropolis.** — Assenta a cidade de Petropolis em uma especie de bacia, rodeada de montanhas cobertas de vegetação, no alto do cume da serra da Estrella, a 837 metros acima do nivel do mar, no sitio em que antigamente se achava a pequena fazenda do *Corrego Sêcco*. Em 1830 comprou D. Pedro I aquella fazenda, que comprehendia os terrenos desde o alto da serra até o alto do morro de Quissaman, limite das terras de Itamaraty, e que possuia apenas uma casa de habitação, dois ranchos e duas ferrarias. Em seguida á revolução de sete de abril de 31, os pro-

curadores de Pedro I arrendaram essa fazenda por conta delle. O mesmo fizeram os procuradores da duqueza de Bragança depois da morte do ex-imperador. Em partilha, e por deliberação dos conselhos de familia, em 40 e 41 a fazenda do Corrego Sêcco passou a D. Pedro II.

Com o intuito de estabelecer nesse logar uma colonia de allemães, concebeu o major de engenheiros Julio Frederico Kœler, em 1843, o plano de arrendar a fazenda, e o alcançou facilmente por intermedio de Paulo Barbosa da Silva, mordomo da casa imperial, e seu collega no Inst. Hist. Bras. As condições foram: — 1) O arrendatario pagará um conto de réis annual; —2) ficará reservado um terreno sufficiente á edificação de um palacio para o imperador com suas dependencias e jardins; outro, para uma povoação que se chamará Petropolis. Este terreno deverá ser aforado a particulares. A 26 de julho do referido anno 43 foi assignado o respectivo contracto.

Em 1844 estando o impeardor residindo temporariamente na fabrica de polvora da Raiz da Serra, fez uma pequena digressão á sua fazenda do Corrego Sêcco. A 17 de junho desse mesmo anno, 44, firmou o governo fluminense um contracto com a Casa Del Rue & C.ª para a introducção de 600 colonos trabalhadores. Formou-se deste modo sob a direcção do major Kœler uma colonia alleman, que a 23 de maio de 45, a pedido do seu director, foi elevada a freguezia de S. José do Rio Preto. Desmembrado da freguezia de S. José do Rio Preto, o seu territorio passou a pertencer ao municipio da Estrella. Para inaugurar com toda a pompa os actos religiosos, celebrou o Internuncio Bedini, a pedido do coronel Kœler, uma solemnissima missa campal no Campo da Confluencia (praça Coblentz), á qual se achou presente immenso numero de catholicos. Ergueram nesse mesmo dia (30 de junho de 46) e logar uma cruz commemorativa.

A 19 de julho do referido anno celebraram egualmente os colonos protestantes a sua primeira cerimonia religiosa officiando o pastor dr. Frederico Avé

Lallemant. Iniciou nesse mesmo anno de 46 o director a canalização dos rios Quitandinha e Corrego Sêcco, que até então se espraiavam pela actual rua do Imperador, lado do palacio, formando grandes banhados. Em 1846 contava a colonia 2.293 moradores, numero este que no fim do anno seguinte, 47, subira a 2.469, com cinco escolas frequentadas por 164 meninos e 190 meninas.

De 1847 em deante tiveram os colonos de soffrer algum tanto por falta de meios para a sua subsistencia; porém a febre amarella que em 1850 flagellou o Rio de Janeiro, produziu-lhes notaveis vantagens fazendo com que muitos moradores abastados buscassem entre elles um refugio contra a medonha epidemia. Comtudo foi Petropolis em outubro de 56 acabrunhada pelo cholera-morbus.

Destaca-se na historia de Petropolis o anno de 1854; pois a 30 de abril desse anno foram, na presença de SS. MM. o imperador e a imperatriz, solemnemente inaurados os 16 kms. de via-ferrea que liga o Fragoso na Raiz da Serra ao pequeno porto de Mauá na bahia do Rio de Janeiro, e construidos em virtude de um contracto feito pelo governo provincial com o sr. Irineu Evangelista posteriormente visconde de Mauá. O decreto do poder executivo de 12 de junho de 52 concedera a Irineu Evangelista privilegio exclusivo por dez annos para a navegação de vapor entre a cidade do Rio de Janeiro e o ponto maritimo do municipio da Estrella em que começasse o caminho que elle se propunha construir no mesmo municipio até á Raiz da Serra. A pá e o carrinho de mão que serviram quando foram inaugurados os trabalhos, estão hoje no museu do Inst. H. e G. Bras. com os dizeres seguintes sobre uma placa de metal:

> O primeiro córte na estrada de ferro de Petropolis por S. M. I. O SENHOR D. PEDRO II no dia 28 de agosto de 1852.— Empresario presidente da companhia IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA. Encarregado da factura da estrada de ferro VILLIAM BAGGE.

Em 1856 concluiram a construcção do palacio imperial, e nesse mesmo anno a assembléa da provincia

votou a lei que elevava Petropolis á categoria de cidade. Tendo-lhe o presidente recusado a sancção, a lei voltou no anno seguinte para a assembléa, em que foi approvada por todos os deputados menos um, e Petropolis recebeu os fóros de cidade. A 31 de dezembro de 1858 existiam em Petropolis 615 familias allemans comprehendendo 3.016 pessoas, das quaes 1.582 do sexo masculino, 1.434 do feminino. Delles, 1.751 tinham vindo da Europa; 1.265 tinham nascido no Brasil. O numero dos catholicos subia a 1.925; o dos protestantes, a 1.091.

A 5 de janeiro de 1860 um aviso ministerial do dr. Francisco Ignacio Silveira da Motta, posteriormente barão de Villa Franca, declarou findo o regimen colonial de Petropolis, que deste modo entrou no goso de todos os direitos das cidades brasileiras.

Em abril de 1857 organizou-se uma companhia para estabelecer em Petropolis a illuminação a gaz. Escolheram o logar para o gazometro, porém tudo parou alli. Foi só em 1862 que se collocaram lampeões nas pontes, sendo posterior a illuminação das ruas.

Consideram-se fundadores de Petropolis Julio Frederico Kœler, protestante natural de Moguncia, Paulo Barbosa da Silva e o visconde de Sepetiba, que, como ministro, auxiliou a empresa. A cinco de maio de 1888 os vereadores recommendaram á camara municipal que procurasse os meios necessarios para erguer uma estatua a esses tres varões; comtudo nada se fez para realizar semelhantes desejos.

Vide o muito erudito trabalho que na parte 2.ª do vol. 58 do Inst. H. e Gr. Bras. sob o titulo — **Jubileu de Petropolis** — publicou o Sr. Commendador Henrique Raffard, M. D. 1.º Secretario do mesmo Inst.

## II

## Revolução Praieira em Pernambuco, 1848

290) **Antecedentes da revolta.** — A rapida rehabilitação dos rebeldes de S. Paulo e de Minas, a quéda em 1844 do partido conservador, a dissolução da ca-

mara eleita em 1842, e o modo pouco lisonjeiro com que se concluiu a guerra do Rio Grande do Sul: tudo isto causou um grande abalo nas idéas do paiz. Verificou-se este abalo de um modo particular em Pernambuco, onde se formou um partido que professou ter o direito e até o dever de resistir ao governo, e de expulsar todos os extrangeiros, maximé portuguezes. Chamou-se *Praieiro* este partido [1], porque os seus chefes tinham a sua typographia na rua da Praia, hoje de Pedro Affonso, onde praticavam suas reuniões. Instigados por elles, os artistas e obreiros nacionaes assignaram em 1844 um requerimento em que se pedia aos supremos poderes do paiz a expulsão dos artifices extranegiros e a prohibição de certos productos da Europa.

Apresentaram neste mesmo tempo os praieiros, com tom ameaçador, um requerimento á assembléa legislativa da proivncia pedindo se vedasse aos extrangeiros o commercio a retalho, se expulsassem todos os portuguezes solteiros e se convocasse uma assembléa constituinte para tratar de uma reforma social. Estes e semelhantes sentimentos eram, diz Figueira de Mello, proclamados pelos jornaes do partido, os quaes até promettiam aos seus correligionarios a posse das lojas, tabernas e boticas que os portuguezes possuiam no Recife.

O desembargador Antonio Pinto Chichorro da Gama (45—48), que em 1845 recebeu a incumbencia de governar a provincia, sendo um dos chefes do partido, tratou de fortalecer por todos os modos a facção entregando aos seus membros todos os empregos publicos, civis e militares, bem como distribuindo-lhes a profusão armas e munições. [2]

---

(1) O partido opposto chamava-se **Saquarema**, porque Rodrigues Torres que o apoiava, possuia uma fazenda em Saquarema na provincia do Rio de Janeiro. Denominou-se tambem **Partido da Ordem**. O partido liberal recebeu por este tempo o nome de **Luzia** por ter sido derrotado no arraial de Santa Luzia.

(2) "E' a presidencia de Chichorro (1845-48) que assignala o pleno dominio da Praia. Mesmo dado o devido desconto á indignação dos partidos, quando a violencia parte do adversario, a presidencia de Chichorro foi em Pernambuco, como a de Aureliano no Rio de Janeiro, a inversão de tudo que existia officialmente. A' primeira vista fala contra elle o facto de que grande parte das tropelias que lhe imputam, elle as fez ou deixou pra-

Occorreu tambem neste tempo um facto que muito contribuiu para exasperar os animos. Tendo Chichorro da Gama em 1847 com toda a sorte de violencias obtido que o seu nome e o de Ernesto França fossem incluidos na lista sextupla para preencher duas vagas senatoriaes, o senado annullou a eleição, não obstante serem esses dois nomes preferidos pelo imperador na escolha que lhe cabia. Este mesmo facto com todas as suas circumstancias repetiu-se em maio de 48. Ambas as vezes os deputados praieiros romperam na camara temporaria em furiosas diatribes contra o senado, e fizeram propostas em sentido de lhe cercear as attribuições. Offereceram tambem o projecto (e conseguiram que entrasse na ordem do dia), que vedava aos extrangeiros o commercio a retalho. "Pronunciou-se, diz Per. da S., Nunes Machado em favor das doutrinas derramadas na populaça da cidade do Recife, e que se traduziam em guerra e exterminio de portuguezes, que considerava inimigos naturaes dos brasileiros."

Exaltaram-se de modo os animos, que por mais de uma vez se déram no Recife desordens sérias contra os portuguezes, singularmente em dezembro de 47, quando diversos magotes de caceteiros espancaram nas ruas, durante tres noites seguidas, a quantos encontraram e suppunham serem filhos do reino. Renovou-se este alvoroto a 26 de junho de 48, dia em que ao grito de — *Mata marinheiro* — foram no Recife assassinados varios portuguezes pacificos. Repetiam-se, como se vê, as antigas luctas dos olindenses contra os mascates.

Buscaram os successores de Chichorro acudir com algum remedio a esses males; porém, em vista das

---

ticar quando tratava de se fazer eleger, duas vezes senador e uma vez deputado, pela provincia que administrava".

"...... A Praia que censurou o Barão da Boa Vista por ter dado 32 demissões durante sete annos, viu e applaudiu essas demissões em massa dadas pelo Sr. Manuel de Souza em numero de mais de 300 durante a sua administração de 36 dias: veiu o Sr. Chichorro, consumou a obra da devastação, e deu tambem cerca de 350 demissões".

Um Estadista do Imperio, I, pag. 78.

circumstancias, pouco puderam conseguir; pois, quando o presidente demittia qualquer empregado, os praieiros não consentiam nem a remoção dos exonerados, nem a posse dos que lhes eram substituidos, espalhando calumnias, prodigalizando ameaças, recorrendo a vias de facto e reunindo gente armada em Goianna, Páu d'Alho, Nazareth, Rio Formoso, Igarassú e em outros logares.

291) **Primeiras hostilidades abertas.** — Tal era o estado da provincia de Pernambuco quando a tres de outubro de 48 foram adiadas as camaras para o dîa 18 de abril do anno seguinte, e á politica dos liberaes succedeu a dos conservadores. Dos deputados pernambucanos, Urbano Sabino e Nunes Machado ficaram no Rio, regressando os outros para a sua patria. Incumbido Herculano Ferreira Penna de governar a provincia de Pernambuco, chegou ao Recife no dia quinze de outubro de 48. Comquanto tivesse desde o principio annunciado que respeitaria os partidos e acceitaria a cooperação de quantos desejassem administração moderada e tolerante, declararam-lhe sem demora guerra desabrida os jornaes praieiros, affirmando ser elle um hypocrita que dissimulava afim de ganhar tempo e forças para depois exercer a sua tyrannia.

Tendo a *Sociedade Imperial Pernambucana,* composta dos principaes praieiros e ramificada em todas as localidades da provincia, resolvido resistir com as armas a qualquer demissão de empregados de policia, de officiaes da guarda nacional ou funccionarios publicos, enviou ao presidente, no dia tres de novembro, uma commissão de cinco deputados da legislatura adiada afim de lhe communicar a resolução tomada pelo seu partido. Respondeu Ferreira Penna que não se arredaria do dever de administrar a provincia com justiça e equidade; porém, ainda assim, não se privaria do direito de exonerar os empregados que fossem indignos do seu cargo, substituindo-lhes pessoas de sua confiança.

Informado o presidente das graves desordens praticadas pelas autoridades policiaes na comarca de Flores, demittiu o delegado do termo e dois delegados de parochia. Bastou este facto para que no dia sete de novembro se revoltassem os chefes da guarda nacional de Olinda e do Páu Amarello, indo, á frente dos batalhões do seu commando, estabelecer o seu acampamento no engenho Inhaman, donde passaram a Igarassú, e logo depois a Nazareth. Apoderava-se no mesmo tempo João Ignacio de Abreu Roma das mattas de Catucá, e se entrincheirava na Casa Forte afim de obstar á communicação do governo pernambucano com o interior da provincia.

292) **Combates de Mussupinho, de Cruangy, etc.** — Enviou sem demora o presidente contra os insurgidos o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, que entrou na villa de Igarassú e bateu em Nazareth um grupo de sediciosos, obrigando-os a retirarem-se para o engenho de Mussupinho. Como Amorim Bezerra pedisse reforços e Ferreira Penna tivesse ao seu dispor bem poucas tropas de linha, solicitou soccorro dos presidentes da Bahia, da Parahyba e das Alagôas, e bem assim do governo do Rio de Janeiro.

Levantavam, no entretanto, os insurgentes em Mussupinho diversas fortificações, collocavam atalaias nos picos dos montes, e, agrupados em seus escondrijos, aguardavam o assalto das tropas do governo. Corria a estrada por entre morros até penetrar em um valle estrategicamente guarnecido de soldados. Foi nesse valle que os rebeldes abriram fogo contra as tropas de Bezerra, o qual, em seguida a tres horas de renhida peleja, chegou ao acampamento inimigo, occupando-o incontinenti (14 de nov. de 48). Debandaram os vencidos, abandonando armas e viveres que no engenho tinham accumulado. Dos revoltosos, quarenta e tres deixaram a vida no campo, 56 ficaram prisioneiros, Teve Bezerra 43 dos seus fóra de combate, sendo 23 mortos e 20 gravemente feridos. Ao ser informado desta victoria proclamou Ferreira Penna aos pernam-

bucanos promettendo perdão aos rebeldes que se submettessem ás auctoridades constituidas.

Regressou neste interim (17 de nov.), do Rio para Pernambuco, o deputado Nunes Machado, mais que ninguem popular, e estimado pelo partido da Praia. Espalhou-se o boato de que na viagem se mostrara contrario ao movimento praieiro; o certo, todavia, é que com a data de 18 de novembro appareceu no Recife um manifesto assignado por elle, em que tratava de malvado ao presidente, responsabilizando-o pelo sangue derramado em Mussupinho; exhortava os insurgentes a desprezar o perdão offerecido e a perseverar na guerra travada, declarando ao mesmo tempo que havia de cooperar com elles para libertar a provincia do jugo da tyrannia. Affirmaram alguns que Nunes Machado cedera espontaneamente á sua peixão politica; outros, que, accusado de desleal e de traidor pelos seus partidarios, preferiu adherir á revolta e mostrar que em transes perigosos não abandonava companheiros.

Chegavam pouco depois soccorros militares do Rio e da Bahia, acompanhados pelo brigadeiro José Joaquim Coelho, barão da Victoria, na qualidade de commandante das armas da provincia. Emquanto Coelho apparelhava as tropas, organizavam-se no Recife batalhões de voluntarios e companhias de operarios dos arsenaes de marinha e de guerra para se empregarem na manutenção da ordem publica. Engrossava por seu lado a rebellião, que dentro em breve poude contar em suas fileiras para mais de dois mil homens armados. Dos numerosos recontros das forças do governo com os insurgentes, nos Apipucos, em Nazareth e no sitio de Maricota, resultou lamentavel carnificina de combatentes. Aggrediu Coelho antes de tudo a matta de Catucá, da qual no dia onze de dezembro, após duas horas e meia de fogo, expelliu todos os rebeldes anniquilando-lhes os postos estrategicos.

Com o fim de resistirem mais efficazmente ás tropas de Coelho, resolveram então os insurgentes formar uma grande columna indo reunir-se todos em

Goianna. Occuparam de facto e saquearam essa cidade; arrombaram a cadêa, soltaram os presos e os arregimentaram em suas fileiras, maltrataram e afugentaram familias. Ao serem, todavia, informados de que as forças do governo se iam approximando, desampararam esse logar passando a entrincheirar-se na povoação de Cruangy em numero de dois mil homens armados, pouco mais ou menos, regularmente. Commandava-os Manuel Pereira de Moraes, coronel da guarda nacional e arrojado caudilho da rebeldia. Bem que contasse apenas seiscentos soldados, aggrediu Coelho nesse logar os rebeldes, que, apesar de uma resistencia tenaz e sangrenta, foram obrigados a retirar-se para Igarassú, onde receberam novos reforços.

Como ainda não se tivesse decretado a suspensão de garantias, perseveravam na capital os clubs, e os deputados da legislatura adiada os animavam francamente com seus discursos e seus jornaes inventando e propalando numerosas calumnias contra o governo, que representavam como dominado pelos portuguezes, os quaes pretendiam reduzir o Brasil á condição de colonia lusitana, etc. Seus agentes derramados livremente e em grande numero pelas villas e cidades de Jaboatão, Muribeca, Una, Agua-Preta, Escada, S. Antão e outros sitios espalhavam o terror em toda a parte fazendo crer ao povo simples e ignorante que a independencia do Brasil estava acabada.

293) **O presidente Manuel Vieira Tosta.** — Tendo Ferreira Penna pedido fosse dispensado da presidencia de Pernambuco, o governo imperial o removeu para a do Maranhão substituindo-lhe Vieira Tosta, que a 23 de dezembro inaugurou no Recife o exercicio da sua administração. Proclamando aos pernambucanos, declarou Tosta que governaria com justiça, e, fazendo respeitar todas as leis, perseguiria a rebellião, fossem quaes fossem os meios necessarios para extinguil-a. Afiançou, comtudo, perdão aos revoltosos que, arrependidos, se comprometessem a viver socegados no meio da Sociedade. Concluiu a sua proclamação dizen-

do não ter publicado o decreto imperial para suspender as garantias, porque ainda contava com os meios que a lei lhe facultava.

Tornando-se então o centro de toda a direcção politica e administrativa, mudou os chefes de policia, transmittiu instrucções severas aos emprègados, nomeou chefes para os corpos de voluntarios; ordenou se intimasse ás typographias que puniria rigorosamente os jornaes açuladores da revolta, e que faria sequestrar quantos escriptos se pretendessem espalhar, tendentes a anarchizar os animos com falsas e aterradoras noticias. Comprehendendo, portanto, os deputados que já não podiam conspirar impunemente na capital, espalharam um manifesto por todos elles assignado encomiando a revolta e annunciando que iam collocar-se em suas fileiras. Partiram de facto logo para o sul da provincia. Em Barreiros, Utinga, Curraes e Camorim foram destroçados grupos que pretendiam unir-se aos revoltosos concentrados em Agua-Preta, onde dentro em breve se accumularam mais de 4 000 homens, capitaneados pelos principaes chefes da rebellião e pelos deputados, que tinham sahido da capital.

A' frente de uns oitocentos soldados de linha das tres armas partiu do Recife Coelho, decidido a derrotar os insurgentes. Estes, porém, o illudiram por meio do estratagema seguinte. Agentes espalhados e geitosamente ensinados, como fugidos de suas fileiras, incumbiram-se de insinuar ao general que, marchando sobre Agua-Preta, poderia surprehender alli os rebeldes. Estes, no entretanto, por desvios escusos que conheciam, e durante a noite, desamparando o seu acampamento, dirigiram-se furtiva e inesperadamente para a capital da provincia. Marchava, pois, Coelho para Agua-Preta emquanto os revoltosos se approximavam do Recife pelo sul. Tendo-se, ao cahir da noite de 31 de janeiro, espalhado na cidade a noticia de que se tinham avistado insurgentes nas vizinhanças do engenho Mocotó, deu incontinenti Vieira Tosta as providencias opportunas, e na manhan do primeiro de fevereiro distribuiu os elementos para a defesa.

Dispunha apenas de umas mil praças do exercito, da marinha, da guarda nacional, divididos em corpos e companhias auxiliares ao mando de officiaes valentes que lhe mereciam toda a confiança Guarneceu diversos logares fóra da cidade: Soledade, o Cabanga, o Olho do Boi, a estrada de Caxamgá, o Chora-Menino e o Manguicho. Segurou a alfandega com operarios e voluntarios. Aproveitou-se da arribada da fragata D. Affonso, que, construida nos estaleiros da Inglaterra, acabava de fundear no Lameirão, solicitando do seu commandante, Joaquim Marques Lisboa (futuro Marquez de Tamandaré) desembarcasse com a maruja afim de o coadjuvar. Percorreu, além disto, pessoalmente todas as localidades animando os soldados a repelirem com denodo qualquer assalto que se commettesse.

294) **Ataque ao Recife.** — Descançaram os revolucionarios na madrugada do primeiro de fevereiro no engenho Mocotó, e dividiram-se em duas columnas contando cada uma cerca de dois mil homens. Capitaneada por João Ignacio de Abreu Roma, irmão do general Abreu e Lima, auxiliado pelos deputados Nunes Machado, Affonso Ferreira, Felix Peixoto e Jeronymo Villela Tavares, devia a primeira columna transpor as aguas superiores do Capibaribe, seguir pela estrada de Caxangá, e, pela Soledade, dirigir-se para a ponte da Boa Vista.

Tomou o capitão do exercito Pedro Ivo Velloso da Silveira o commando da segunda columna, destinada a operar pelo aterro dos Afogados. Marchando durante a noite, obrigou Pedro Ivo, ao repontar do dia dois de fevereiro, a guarnição do Cabanga a retroceder para a cidade, penetrando então facilmente no bâirro de S. Antonio, onde se empenhou peleja renhida e desesperada pelas ruas e praças. Alli combateram em favor dos invasores os rebeldes que tinham ficado na capital, e haviam sido avisados do dia e da hora do assalto.

Muitos cidadãos pacificos, aterrorizados pelo fragor das armas, embarcaram á pressa com suas familias

em navios extrangeiros surtos no porto. Tendo diversos amigos suggerido ao presidente que fizesse outro tanto elle mesmo, respondeu Vieira Tosta que seu posto era em terra e na defesa da praça e que o havia de sustentar a custa da vida. Havendo os invasores tentado inutilmente penetrar no Recife e apossar-se dos arsenaes e da alfandega, dirigiram-se á ponte da Boa Vista e ao largo do palacio no intuito de interceptar as communicações entre o bairro de S. Antonio e os contingentes militares destacados para a banda da Soledade. Esperavam com isto occupar o edificio da presidencia. Repellidos pelos coroneis Francisco Jacintho e Rego Barros, retrogradaram, indo entrincheirar-se no largo do Rosario e nas ruas adjacentes.

Os gritos dos combatentes, o estrondo dos tiros, o sombrio da atmosphera enfumaçada, as vozerias dos populares amedrontados, offereciam horroroso espectaculo, A's duas horas da tarde durava ainda o pleito; e bem que já se apercebesse que os defensores da ordem com seu valor e tenacidade ficariam senhores do campo, ainda não era certa a victoria, quando do lado da ponte da Boa-Vista vivas estrepitosos, foguetes arrojados ao ar e sons de musica marcial, annunciaram a chegada do brigadeiro Coelho á frente de suas tropas.

Achava-se Coelho, na noite do dia primeiro de fevereiro, a dez leguas do Recife, quando teve noticia da marcha retrograda dos rebeldes. Contramarchando, pois, a toda a pressa, apresentou-se deante da capital pelas duas horas do dia dois. Comquanto suas tropas estivessem cançadas, levou-as incontinenti contra o inimigo, conseguindo destroçal-o e repellil-o da cidade. Entregando-se os rebeldes a uma fuga precipitada deixaram nas ruas do bairro de S. Antonio para mais de mil pessoas entre mortos, feridos e prisioneiros. Pedro Ivo, seguido apenas por duzentos ou trezentos companheiros, escapou torneando a ilha de Anna Bezerra.

295) **Morte de Nunes Machado.**—Cumpre-nos agora summariar a historia da primeira columna e da

morte de Nunes Machado. Superada a pequena resistencia que encontraram em Caxangá e no sitio denominado Olho do Boi, chegaram estes á Soledade, onde os legalistas lhes disputaram a passagem e a posse do logar. Fortificára-se o capitão Rocha Brasil no quartel fronteiro á casa de João Ayres, da qual os invasores se apossaram. Entrou egualmente nessa casa J. Nunes Machado animando os seus que das frestas e janellas do edificio despediam fogo incessante contra o quartel.

Aventurou-se Nunes Machado a espiar por uma janella o que se passava na rua e entre os soldados da legalidade. Alli uma bala offendeu-lhe na região temporal direita a massa do cerebro e o prostrou morto no chão. Occultaram o desastre emquanto os rebeldes, desanimados, não debandaram. Embrulhando-o então em uma rêde, foram sepultal-o na capellinha de Belém, na estrada de Olindo, donde no dia seguinte o chefe de policia o levou com todas as formalidades da lei a enterrar no convento de S Francisco do bairro de S. Antonio.

296) **Dispersão dos rebeldes.** — Informados os rebeldes da chegada de Coelho e da derrota de seus companheiros no bairro de Santo Antonio, retiraram-se da cidade seguindo para a povoação do Beberibe, o engenho Timbó, Igarassú, Pasmado e Goianna, praticando em toda a parte roubos, violencias e assassinatos.

Publicaram uma ordem do dia annunciando que iam continuar a guerra, e escreveram ao presidente uma carta cheia de insultos. Foram, porém, derrotados no engenho Páu Amarello, onde o caudilho João Roma recebeu uma ferida que lhe causou a morte. Entram (14 de fev.) na cidade do Brejo de Areia, mas são expulsos pelas forças legaes; regressam para Igarassú, porém alli os caudilhos Moraes de Inhaman e João Paulo Ferreira os abandonam e tratam de salvar-se para fóra do imperio. Vae então (15 de mar.) Borges da Fonseca á Parahyba; volta (20 de mar.) e pede

amnistia que o presidente lhe recusa. Tenta mais uma vez activar a rebellião, cahindo afinal nas mãos da policia que o leva preso para o Recife.

Ficava agora só Pedro Ivo, que, em seguida á derrota levada no bairro de Santo Antonio, se reunira aos que fugiam para o norte; porém na povoação do Passmado fôra pelos indios de Barreiros e de Jacuipe, bem como pelos moradores de Agua-Preta obrigado a regressar para o sul. Realizou esta sua retirada por caminhos tortuosos e por mattas virgens, seguido por poucos companheiros que logo cresceram até o numero de trezentos. Praticaram por toda a parte estes rebeldes as maiores desordens e resistiram, durante algum tempo, ás tropas do governo. Havendo, todavia, alguns de seus caudilhos pedido amnistia, o presidente, em virtude do decreto de onze de janeiro de 49, concedeu o indulto solicitado a tres dos principaes, emquanto outros se ausentavam para fóra do imperio.

Extendeu logo depois o presidente este perdão a todos os rebeldes que depuzessem as armas, menos aos chefes. Começaram então nas fileiras dos insurgentes as deserções em grande escala, fazendo a pouco e pouco quasi todos a sua submissão ao governo e recolhendo-se pacificos para as suas casas.

Comtudo Pedro Ivo quiz resistir ainda por longo tempo. Dividiu suas forças em duas secções: uma, sob o seu commando, foi occultar-se em terras do engenho *Verde;* outra, dirigida por Caetano Alves, seguiu para os logares denominados Riachão e Preta. Batido neste ultimo logar, apresentou-se ao governo e fez a sua submissão Caetano Alves com cento e trinta de seus companheiros. Internou-se então Pedro Ivo para as mattas de Jacuipe, tolerando que a sua gente, que elle não podia nem pagar, nem alimentar, vivesse de roubos e de violencias. Resistiu por longo tempo ás forças do governo; entregou-se afinal; esteve no Rio de Janeiro preso na fortaleza da Lage; fugiu, embarcou para a Europa, e morreu na viagem.

A razão da sua longa e obstinada resistencia encontra-se no facto de ser elle desertor do exercito e não

ter prestado contas do dinheiro recebido para sustentar o destacamento que por tantos annos commandara em Agua-Preta.

Feriram-se, durante a revolta, trinta e quatro batalhas, pouco mais ou menos notaveis, em que succumbiram, entre praças e officiaes, 313 soldados da legalidade, sahindo feridos 513.

Dos insurgentes, morreram 501, subindo o numero dos feridos a 1.188. Total dos mortos 815 ; dos feridos, 1701!

Vide Figueira de Mello: — **Chronica da Rebellião Praleira**, livro hoje raro. Parece-nos justo e moderado o autor. A exposição dos factos é clara, imparcial e bem documentada.
It. Mello Rego: — **Pagina de Occasião.** O seu fim é demonstrar que a Revolta Praieira foi apenas uma briga de partidos; não um movimento republicano.
It. Urbano Sabino: — **Apreciação da Revolta Praieira.**
Este autor escreve com muita paixão e trata de justificar a revolta infamando o governo, etc.
It. O dr. Joaquim Nabuco: — **Um Estadista do Imperio.**
It. O dr. F. A. Pereira da Costa: — Dicc. Biogr. Pern.
Vide tambem o Inst. A. Pern. N. LIX, pag. 483: — Um episodio da Rebellião Praieira, a saber: A fuga de Pedro Ivo.

## III

## Questão das Republicas do Prata

297) **Paraguay.** — Quando em 1810 os liberaes de Buenos-Ayres se proclamaram independentes da metropole, cuidavam que todas as antigas provincias do vice-reinado do Prata lhes ficariam unidas e sujeitas.

Enganaram-se, todvaia, quanto ao Paraguay e a Montevidéo.

Tendo em outro logar (vide par. 18, 28, 138, 154) contado o que houve a respeito deste segundo, referiremos aqui alguma cousa relativamente ao primeiro. Como os paraguayos, sob o governo de Bernardo Velasco e na fórma do antigo systema, disfructassem grande socego e prosperidade, receberam com frieza os emissarios da Junta de Buenos-Ayres, aos quaes responderam que não queriam saber de mudanças, e

pretendiam conservar-se fieis ao rei da Hespanha. Dirigiu então a referida Junta uma intimação official a Velasco ordenando-lhe que o Paraguay enviasse a Buenos-Ayres um deputado que o representasse no cabildo e tomasse parte na transformação politica do vice-reinado.

Uma assembléa de notaveis reunida pelo governo (26 de julho de 1810) replicou que nunca havia de reconhecer a supremacia de Buenos-Ayres, salvo si o rei ordenasse o contrario. Tomou no mesmo tempo a mencionada assembléa medidas opportunas de defesa para repellir qualquer aggressão dos seus vizinhos. Mandou, com effeito, o governo de Buenos-Ayres contra o Paraguay um exercito ás ordens de D. Manuel Belgrano, que foi pelo general Manuel Cabanhas (19 de janeiro de 1811) derrotado no rio Paraguary, ao sudéste da Assumpção, e no rio Taquary (9 de março) em territorio de Missões.

Concedeu então Cabanhas uma capitulação ou armisticio, e permittiu que as suas tropas tratassem livremente com os soldados argentinos. Tanto bastou para inocular nos officiaes hespanhóes o virus da revolução, de sorte que dahi a poucos dias formaram na Assumpção uma Junta provisoria e declararam a Velasco que o Paraguay, comquanto recusasse unir-se a Buenos-Ayres, não queria por mais tempo ficar subordinado á metropole européa.

Compunha-se essa Junta de João Ceballos, do dr. Francia, e do major Pedro João Caballero, que, por ser chefe do motim, occupou o logar de presidente. Convidaram egualmente para ella o ex-governador Velasco, o qual consentiu se convocasse uma especie de corpo legislativo, que em junho desse mesmo anno approvou todos os actos do governo provisorio, e creou uma Junta composta do dr. Francia, de Caballero, de Fulgencio Yegros e do dr. Francisco Bogarin. Entrou nella tambem Fernando de la Mossa simplesmente com o titulo de secretario. A esta Junta, que devia durar cinco annos, foi confiada a organização do novo Estado.

Assignou então a nova republica (12 de outubro de 1811) um tratado com Buenos-Ayres, que logo lhe reconheceu a independencia. Obrigou-se tão sómente o Paraguay a prestar ás outras republicas auxilio contra qualquer inimigo commum e exterior. A melhor parte deste ajuste coube ao jurisconsulto Francia, que, todavia, não alcançou a demarcação definitiva de limites, contentando-se com ver figurar uma simples promessa sobre este assumpto no tratado que Buenos-Ayres ratificou a 31 de outubro.

298) **Dictadura de Francia** (1). — Não tardou Francia, como mais illustrado e mais esperto, a ganhar preponderancia entre os seus collegas, os quaes concordaram em convocar um congresso de mil notaveis do paiz, que no primeiro de outubro de 1813 escolheram dois consules para exercerem o governo. Os eleitos foram Francia e Fulgencio Yegros, os quaes logo depois declararam a um enviado de Buenos-Ayres que o Paraguay tencionava viver sosinho sem tratados internacionaes e sem a coadjuvação de quem quer que fosse. Desejando Francia apear o seu collega, convocou em 1814 um novo congresso que o nomeou dictador por cinco annos, porém outro congresso reunido em 1816 conferiu-lhe a dictadura vitalicia. Governou, pois, Francia o Paraguay da fórma mais despotica que se possa imaginar até 1840, época da sua morte.

Com o intuito de afastar do Paraguay a guerra civil e anarchia que devoravam os estados circumvizinhos, condemnou o seu paiz a um total isolamento. Não admittia embaixadores, nem consules, e não respondia a communicações diplomaticas. Abriu uma excepção apenas para o Brasil correspondendo-se com o governo portuguez por intermedio do commandante paraguayo de Itapúa, e do general Chagas Santos, commandante do districto de S. Borja. Em 1822 correspondeu-se com o general Lécór, visconde da La-

(1) O pae de Francia era paulista de nascimento, e chamava-se **Gaspar Rodrigues da França.** Vide Inst. H. Gr. Bras. IX, 301.

guna. Depois da independencia, em 1825, representou o Brasil, como consul, na Assumpção, o conselheiro A. M. Corrêa da Camara.

Comquanto este systema de isolamento fosse o mais adequado, e depois provasse ser o mais proficuo, não conseguiria o dr. Francia executal-o, a não ser a herança dos missionarios jesuitas, que dos guaranys fizeram um povo laborioso, obediente, sobrio e pacifico. Esmerou-se Francia para enfraquecer, subjugar e anniquilar as antigas familias hespanholas, cuja influencia temia.

"Muito se tem escripto, diz Schneider, a respeito do governo de Francia e do seu systema politico; as mais das vezes, porém, com parcialidade. E' innegavel que o longo exercicio de uma autoridade illimitada o tornara desconfiado e cruel, e, si as tragicas narrações de sua sanguinaria ferocidade, das torturas empregadas e das outras violencias, não são todas inventadas, é ao menos um facto incontestavel que, no tempo do seu governo, o Paraguay não conhecia revoluções, pronunciamentos ou conspirações; não tinha dividas; pelo contrario, apresentava uma ordem exemplar em todos os ramos da administração; a actividade, o bem-estar, o respeito e o espirito religioso eram reconhecidos pelas poucas pessoas que visitavam o paiz; e este, ainda que isolado egoisticamente do resto do mundo, já podia por sua boa organização militar representar um papel importante. Os meios empregados pelo dr. Francia para obter taes resultados só podem comparar-se com os usados pelos antigos russos, chins e japonezes, e contrastam com todas as noções de humanidade e de civilização."

"No fim do seu governo, o dr. Francia resumia as funcções de juiz supremo, de summo sacerdote, de unico general, de unico negociante em larga escala e de director geral dos correios; e, si os resultados não mentem, tudo isto elle era com egual vantagem para seu paiz e geral satisfacção de seu povo, que certamente se não considerava menos feliz do que qualquer nação livre".

299) **Carlos Antonio Lopez.** — Quando, a 20 de setembro de 1840, Francia succumbiu inesperadamente a um golpe de apoplexia fulminante, cinco homens, dirigidos por um tal João Medina, constituiram uma Junta provisoria e buscaram empolgar as redeas do governo, conforme os processos sympathicos ás republicas vizinhas. Obstou-lhes, porém, o capitão *Mariano Roque Alonso,* que commandava a guarnição da capital, invocando o apoio de um rico lavrador, muito estimado entre o povo. Chamava-se *Carlos Antonio Lopez.* Exigiram estes que se convocasse um congresso de quinhentos cidadãos eleitos directamente pelo povo. Restaurou este congresso em maio de 41 o systema dos dois consules triennaes. Os dois eleitos, Roque Alonso e C. A. Lopez, soltaram todos os presos politicos, e permittiram o commercio extrangeiro, porém sob diversas restricções e mediante altas tarifas; vedaram o trafico dos escravos, e a 21 de novembro de 42 decretaram a liberdade do ventre das escravas, chamando-se os que de futuro nascessem dellas — *Libertos da Republica do Paraguay.*

Reunindo-se mais uma vez no fim de tres annos, o congresso conferiu a C. A. Lopez a presidencia da republica por dez annos e o direito de designar, no caso de elle fallecer, um successor para exercer interinamente o cargo emquanto o congresso não effectuasse a eleição de outro presidente. Fazia-se deste modo uma alteração na fórma, não na essencia, do governo, que continuava a ser uma dictadura illimitada. C. A. Lopez possuia bastante perspicacia para comprehender as vantagens que resultavam do systema iniciado pelo dr. Francia.

Emquanto as republicas sul-americanas se dilaceravam e exhauriam em luctas intestinas e guerras externas, o Paraguay, diz Schneider, gosava de absoluta tranquillidade, e attingia um alto gráu de prosperidade. Conservou-se severa centralização; não se tolerou opposição alguma, mas tambem não foram nem suppliciados, nem encarcerados os descontentes; foram banidos.

Consagrou Lopez cuidado especial ao exercito, desenvolvendo a obra do seu predecessor com um systema regular de reservas. Elevou o exercito permanente a seis mil e até a oito mil homens; declarou o serviço militar uma escola que todo o cidadão robusto devia cursar; licenciou os mais habeis, com a condição de submetterem-se aos exercicios periodicos e pegarem em armas, caso houvesse guerra; instituiu acampamentos para os exercicios, onde ás vezes se reuniam até doze mil soldados. Esforçava-se por desenvolver entre os officiaes o espirito de classe e altivos sentimentos, porém não fazia promoções além do posto de coronel; só em favor do seu filho fez uma excepção nomeando-o general de brigada. Levantou fortificações na propria Assumpção, em Humaytá, no Passo da Patria e em outros logares. Multiplicou as embarcações no rio Paraguay, e construiu os navios de modo que pudessem servir tambem para a guerra. Tudo isto se fez sob a direcção de officiaes que o Brasil enviou ao Paraguay quando Rosas ameaçava a sua independencia.

Sendo em 1854 reeleito pelo congresso por mais dez annos, recusou Lopez com firmeza esse largo prazo, acceitando unicamente a presidencia por tres annos; aproveitou-se, porém, desse triennio para corroborar na lei fundamental a disposição que concedia ao presidente o direito de nomear um successor interino, *podendo este ser militar*. Accrescentou esta ultima clausula em attenção ao seu filho, que, seguindo a carreira militar, ficava pela lei anterior inhabilitado para a dignidade presidencial. Sendo no fim do triennio reeleito mais uma vez, acceitou a presidencia por sete annos, mas falleceu a 19 de setembro de 1862.

300) **Uruguay.** — A 27 de agosto de 1828, sob a mediação e garantia da Inglaterra, assignou o Brasil com a Republica Argentina não propriamente um tratado, mas uma convenção preliminar de paz, que a 30 de agosto desse mesmo anno foi ratificada pelo imperador; a 29 de out., pelo governo argentino. O seu

artigo XVIII determinava que em seguida á troca das ratificações, as duas altas partes contractantes nomeariam plenipotenciarios para ajustar o tratado definitivo de paz, e accrescentava o seguinte:

"Si, o que não é de esperar, as altas partes contractantes não chegarem a ajustar-se no sobredito tratado de paz, por questões que possam suscitar-se, em que não concordem, apesar da mediação de S. M. Britannica, *não poderão renovar-se as hostilidades entre o imperio e a republica, antes de terem passados os cinco annos estipulados no artigo decimo;* e mesmo depois de passado esse prazo, as hostilidades não poderão romper-se sem prévia notificação feita reciprocamente seis mezes antes, com conhecimento da potencia mediadora."

Infelizmente ainda o Brasil e a Republica Argentina não chegaram a um accordo sobre esse tratado definitivo de paz.

A constituição da Republica Oriental foi approvada a dez de set. de 1829 pela assembléa geral legislativa e constituinte do novo Estado. Em virtude do artigo setimo da convenção preliminar foi ella a 23 de maio de 1830 examinada no Rio de Janeiro pelos commissarios do Brasil e da Argentina, sendo afinal jurada a 18 de julho do mesmo anno. Foi então elevado á presidencia *Fructuoso Rivera,* ao qual decorrido o quatriennio marcado pela lei, succedeu (35) *Manuel Oribe,* que, manifestando tendenciaes dictadoriaes attrahiu sobre si o odio da população rural. Collocando-se então Rivera á frente dos descontentes, declarou a presidencia de Oribe insupportavel.

Datam desta época as denominações dos dois partidos que ainda hoje disputam entre si o poder. Os partidarios de Rivera chamam-se — *Colorados;* os de Oribe — BLANCOS OU BLANQUILHOS [1].

Não ha entre elles diversidade de principios: são apenas dois partidos egualmente avidos do poder. Ori-

(1) Achará auxilio notavel para a memoria quem reflectir que os partidarios de Oribe tem B como o tem egualmente o nome do seu chefe, cousa que não se verifica com os outros.

be tinha a seu favor a cidade de Montevidéo, os negociantes abastados e os grandes proprietarios. Rivera era apoiado pela população rural, pelos gaúchos e pelos unitarios ou centralistas da Republica Argentina.

Parece-nos este o logar opportuno para explicarmos o que eram os estancieiros ou fazendeiros estabelecidos no territorio neutro ou na fronteira do Brasil e do Uruguay.

Emquanto a Banda Oriental esteve de algum modo unida ao Brasil, estabeleceram-se sobre a fronteira, desde o arroio Chuy até o rio Uruguay, para mais de duzentos fazendeiros brasileiros, que, fundando grandes estancias de crear gado, formaram uma especie de aristocracia territorial. A principio todos se inclinavam para o partido do Brasil, e formavam uma especie de equilibrio contra Montevidéo. Quando, porém, appareceu a questão da independencia da Cisplatina, declararam que desejavam pertencer á Banda Oriental. O Brasil exigia a demarcação de uma nova linha ao sul dos estabelecimentos luso-brasileiros; o Estado Oriental reclamava o mesmo limite da antiga provincia, e era nisto apoiado pelos proprios fazendeiros brasileiros. Desejoso da paz, cedeu o Brasil neste ponto, e a Republica Oriental ufanou-se de obter este novo accrescimo de população, que tantas complicações havia de causar mais tarde.

301) **Rosas.** — Com o intuito de apear do poder o general Lavalle, assediou D. João Manuel Rosas em 1829 a cidade de Buenos-Ayres e conseguiu o seu fim mediante o apoio do visconde de Venancourt, chefe da estação naval franceza, que, em maio desse anno, penetrou no porto daquella cidade e nos rios da republica, apresando quantos barcos poude colher ás mãos. No anno seguinte, 30, foi Rosas eleito governador por tres annos, e em 1833 teve por successor o general D. Ramon Belcarce, a quem elle derrubou nesse mesmo anno promovendo um pronunciamento militar.

Logrou então Rosas fazer-se nomear dictador, e não se demorou em mostrar-se tyranno cruel, quer gover-

nando a seu arbitrio, quer prendendo, desterrando ou matando os principaes cidadãos. Sendo a um tempo governador de Buenos-Ayres, e ministro das relações exteriores das outras republicas de que se compõe a Confederação Argentina, concebeu o plano de submetter ao seu dominio, como provincias do antigo vicereinado do Prata, o Paraguay e o Estado Oriental do Uruguay. Manuel Oribe que se considerava creatura delle, ia ceder-lhe, quando Rivera que, no tempo do seu governo lhe resistira, se insurgiu contra o seu successor. Nasceu dahi essa guerra civil de gaúchos, cujas diversas phases indicaremos a largos traços quanto basta para a intelligencia dos factos que pertencem á nossa historia.

Derrotado no Palmar pelas forças de Rivera, Oribe fugiu para Buenos-Ayres a 20 de outubro de 38, e, como faltassem dois mezes para terminar o seu governo, assumiu o titulo de presidente legal, e, á testa de um exercito de argentinos, voltou a combater os seus contrarios da Cisplatina. Rosas, no entretanto, continuava a promover e apoiar a revolução no Rio Grande do Sul, a ponto de, em 1839, receber officialmente um embaixador da republica de Piratiny. Alcança no mesmo tempo Rivera que Buenos-Ayres seja bloqueada pelos francezes, os quaes se retiram em 1840.

Tendo em 1842 as forças de Rosas derrotado os orientaes no Arroio Grande, cercam no anno seguinte a praça de Montevidéo, que é defendida por D. Jeronymo, [1] presidente do senado e bem assim chefe titular da republica. E' memoravel esse assedio de Montevidéo pela sua duração de nove longos annos e por diversas outras circumstancias que apontaremos resumidamente. Houve entre os orientaes uma legião franceza, capitaneada por um antigo official de Napoleão I, e uma legião italiana ás ordens de Garibaldi, que encalhou e incendiou os pequenos vasos confiados ao seu

(1) Quando Oribe fugiu, Soares tomou as redeas do governo, não por eleição, mas como presidente do senado, e com o titulo de vice-presidente da republica. Foi com este titulo que defendeu Montevidéo durante todo o tempo do assedio.

cuidado. Então o velho Jorge Guilherme Brown bloqueou Montividéo por mar.

Como Rivera neste tempo protegesse os revoltosos do Rio Grande do Sul, o Brasil, a 24 de março de 42, assignou com o sr. Thomaz Guido, representante argentino no Rio de Janeiro, um tratado de alliança offensiva e defensiva, tratado que Rosas não se dignou ratificar. Tendo Rosas em 1843 consentido que os navios francezes e inglezes pudessem entrar a seu bel-prazer em Montevidéo, como si a praça não estivesse assediada, o ministro brasileiro alli residente recusou reconhecer o bloqueio. Rosas, portanto, irritado, protestou ameaçando o Brasil com uma guerra. Ordenou então o governo imperial se reconhecesse o bloqueio. E' que ao Brasil nesse momento cumpria proceder com toda a cautela, porque ainda andava a braços com a revolta do Rio Grande do Sul.

302) **Amizade do Brasil ao Paraguay.** — A 14 de set. de 44 reconheceu officialmente o Brasil a independencia do Paraguay, para o qual enviou armas e munições, bem como varios officiaes, que, além de lhe instruir os soldados, ergueram diversas fortificações, sendo uma dellas a de Humaytá. Um desses officiaes foi Willagram Cabrita, que em 1866 cahiu victima de uma bala atirada por um de seus discipulos. Rosas protestou (21 de fev. de 45) contra esse reconhecimento, mostrando-se tambem extremamente irritado quando soube que o Brasil perguntara á França e á Inglaterra quaes fossem as suas vistas a respeito da paz no Prata, e da independencia tanto da Cisplatina como do Paraguay, e de que modo entendiam ellas a convenção de 27 de agosto de 1828.

Continuava, neste interim, com fortuna vária, a guerra no interior da Banda Oriental; porém, tendo Urquiza, partidario, neste tempo, de Oribe, atravessado o Uruguay á frente de 4.600 homens, desbaratou Rivera (28 de mar. de 45) na batalha de *India Muerta*. Os fugitivos buscaram asylo no Rio Grande, onde foram desarmados. Os rosistas appareceram na fron-

teira, porém a respeitaram. O Rio Grande já estava pacificado desde o principio de março desse mesmo anno (vide par. 273). Rivera, que havia sido obrigado a ir para a côrte, obteve do governo brasileiro no anno seguinte, 46, licença de volver para a sua terra natal, e já estava no porto de Montevidéo, a bordo de um navio hespanhol, quando o governo de Soares o declarou desterrado em perpetuo e prohibiu o seu desembarque. Comtudo uma revolta popular, promovida pelo coronel Flores, derruba repentinamente o ministerio, e faz com que o desterrado entre na cidade e seja sem demora investido do commando das armas e do titulo de general em chefe do exercito em operações. Em seguida a uma nova derrota levada em 47, recebeu a sua demissão; retirou-se para Maldonado, donde passou ao Rio de Janeiro, e foi mais tarde recolhido na fortaleza de Santa Cruz.

Praticavam neste mesmo tempo os inglezes e os francezes diversas hostilidades contra Oribe e Rosas, porque recusavam seus conselhos e a mediação offerecida pelos Estados-Unidos da America com a condição de reconhecerem a independencia do Paraguay. Irritaram-se egualmente estes dois amigos por terem duas canhoneiras brasileiras (jan. de 46) descido de Cuyabá até á confluencia do Paraguay com o Paraná, bem como porque em novembro de 45 o governo da Assumpção e o de Corrientes celebraram uma alliança offensiva e defensiva contra Rosas pessoalmente. Subiu, porém, ao ultimo auge a irritação de Rosas quando soube que o governo imperial recebera officialmente na côrte D. João André Gelly, ministro plenipotenciario do Paraguay.

Em 1848 a França e a Inglaterra enviaram pela terceira vez dois agentes diplomaticos incumbidos de restaurar, como medianeiros, a paz no Prata. Nada conseguiram, porque Oribe e Rosas pretendiam dictar condições inacceitaveis. Começaram então os francezes a combater contra Oribe em Montevidéo emquanto subministravam ao governo de Soares o subsidio pecuniario de quarenta mil pesos mensaes.

Conseguia no mesmo tempo o Brasil que a Austria reconhecesse officialmente a independencia do Paraguay. Este a quatro de junho de 49 occupou militarmente o territorio entre o Paraná (Missões) e o Uruguay, collocando um posto avançado na Tranquera de Loreto na beira esquerda do Paraná; outro, no povo de S. Thomé, na margem direita do Uruguay, em frente de S. Borja. Esta occupação abriu communicações entre o Paraguay e o Rio Grande do Sul. Commandava este exercito como general de brigada Francisco Solano Lopez, o futuro dictador do Paraguay e inimigo irreconciliavel do Brasil.

Rosas, ao ver invadido o seu territorio, veda toda e qualquer communicação com o Paraguay, faz grandes preparativos de guerra, envia tres escunas artilhadas contra os navios de Lopez estacionados nas *Tres Boccas,* assigna (24 de jan. de 50) a paz com a Inglaterra e busca entabolar negociações amistosas com o Brasil. Como, porém, nada alcançasse, o ministro argentino na côrte queixou-se repetidas vezes de que as autoridades brasileiras do Rio Grande protegiam os paraguayos e os orientaes emigrados, a ponto de lhes fornecer armas, polvora, viveres, etcc. Pediu, pois, que aquellas autoridades fossem processadas em massa. O governo brasileiro respondeu que essas queixas não tinham fundamento.

303) **Desordens na fronteira do Rio Grande.** — Continuavam, no entretanto, os agentes de Oribe a fomentar desordens na provincia do Rio Grande, a favorecer a fuga dos escravos e até dos recrutas vindos recentemente do norte, bem como a vexar gravemente os estancieiros do Uruguay. Eram 291 estancias ou fazendas de crear (1). Em dezembro de 1849 a indignação chegára a ponto, que os rio-grandenses, ca-

(1) As estancias propriamente embargadas pelo general Oribe eram 101, das quaes 33 existiam na fronteira do Chuy e S. Miguel; 53, na fronteira do Quarahim; 6, ao sul do Arapehy; 9, nas fronteiras do Jaguarão e de Bagé. Consta que, entre os annos de 1843 e 46, nos departamentos do Sêrro Largo, Cordovez e Taquarembó, 139 brasileiros foram assassinados pelos orientaes do partido blanco.

pitaneados pelo coronel Chico Pedro, barão de Jacuhy, em numero de 250 marcharam para o Quarahim com o intuito de proteger os offendidos, e trazer para o Rio Grande as propriedades delles. Acommettidos e dispersados, buscaram abrigo no seu paiz. Este facto deu motivo a novas queixas e a represalias. O governo brasileiro vedava essas entradas, mas carecia de meios para as impedir de facto, e ellas se iam repetindo a miudo. Aggregavam-se nellas até praças e officiaes da guarda nacional levando como divisa um listão encarnado com a legenda — *Constituição e Ordem.* — Como o governo imperial confessasse ser-lhe impossivel impedir essas entradas, o general Oribe enviou uma expedição para a fronteira, e o presidente do Rio Grande pediu ao povo que não se assustasse explicando-lhe o fim do apparecimento daquellas tropas (23 de fev. de 1850). Apesar de tudo isto as entradas dos rio-grandenses se multiplicavam de dia para dia, e as desordens na fronteira se tornavam cada vez mais graves. Eram verdadeiras batalhas. Resolveu, portanto, o governo imperial confiar a presidencia ao desembargador Pimenta Bueno, que a seis de março de 1850 tomou posse em Porto Alegre.

Dirigiu o novo presidente (22 de mar.) uma circular ás camaras do Alegrete, de Bagé e de Uruguayana pedindo-lhe encarecidamente concorressem quanto lhes fosse possivel a impedir essas entradas. Tratou então de tomar medidas opportunas offerecendo amnistia pelos crimes passados, etc.; porém nada conseguiu, porque os officiaes do barão de Jacuhy recusaram obedecer. Estes de facto em principios de abril marcharam mais uma vez contra as forças de Oribe, que evitaram prudentemente o encontro. Veda-nos a falta de informações affirmar si essa impossibilidade do governo brasileiro fosse real, ou si se repetisse aqui uma dessas farças politicas que tantas vezes temos visto nesta historia.

Tendo a França em fevereiro de 1850 diminuido 8.000 pesos mensaes no subsidio de 40.000 pesos que dava ao governo legal de Montevidéo, este invocou

o apoio do Brasil, que, embora julgasse não ser ainda tempo de intervir com a força, lhe prometteu, mediante ajuste secreto (1 de julho de 50), 18.000 pesos fortes cada mez, e, quando em 1851 a subvenção franceza cessou de todo, o governo de Montevidéo pediu ao Brasil o soccorro de sessenta mil patacões mensaes durante um anno. Accedendo o Brasil ao pedido, assignaram-se (12 de out. de 51) cinco tratados entre o imperio e a Republica Oriental: — 1) de alliança; — 2) de limites; — 3) de prestação de soccorros pecuniarios; — 4) de commercio e navegação; —5) de extradicção de criminosos e desertores, bem como de devolução de escravos. A 13 do referido mez e anno ratificou o imperador esses tratados, que a 4 de novembro receberam egualmente a approvação do governo de Montevidéo. Declarou, todavia, o governo imperial que só faria guerra a Oribe pessoalmente.

304) **Indicios de proxima guerra.** — Como o ministro argentino Thomaz Guido reclamasse energicamente contra os factos da fronteira e até apresentasse uma procuração de Oribe, o governo do imperio respondeu que o não reconhecia como embaixador do Uruguay e que de nada lhe valia a procuração, porque Oribe perante o governo brasileiro não era presidente legal. Então a legação argentina pediu e obteve os passaportes seguindo para Buenos-Ayres, onde no dia 16 de outubro de 1850 foi recebida com demonstrações populares estrondosas e cheias de raiva contra o Brasil.

Realizavam-se, no entretanto, os factos seguintes, indicio e precursores, tambem elles, de proxima guerra. A Pimenta Bueno em outubro de 1850 succede na presidencia do Rio Grande Pedro Ferreira de Oliveira. Greenfell é nomeado chefe da esquadra brasileira no Prata, e no anno seguinte (4 de maio) surge deante de Montevidéo á frente de 16 vasos de guerra. Rosas declara francamente que pretende annexar o Rio Grande do Sul, e fazer com que no Brasil se proclame a republica. A assembléa provincial le-

gislativa do Rio Grande vota unanimemente uma mensagem (7 de novembro de 1850) ao throno, offertando-lhe as fortunas, os braços e os esforços de todos os rio-grandenses em defesa da patria e sustentamento da dignidade imperial.

Assigna o Brasil com o Paraguay (25 de dez de 50) um tratado secreto de alliança defensiva, e a 28 de abril de 51 o ministro ordena ao presidente do Rio Grande leve as tropas para a fronteira; o consul geral do imperio em Buenos-Ayres pede os passaportes (17 de maio de 51) e a sete de junho retira-se para Montevidéo.

Tendo Urquiza, governador de Entre-Rios, levantado o pendão da revolta contra Rosas, o Brasil assigna com elle e com Montevidéo (29 de maio de 1851) um tratado de alliança afim de expulsar Oribe, com a clausula de que, si Rosas o apoiasse, se faria guerra tambem a elle. Emquanto os vasos de guerra brasileiros singravam pelo Paraná acima, as tropas imperiaes transpunham a fronteira, e Urquiza, com dez mil homens, reunia-se a Virasoro, governador de Corrientes, e a Garzon, official oriental, agora collocado á testa do exercito pelo governo de Montevidéo.

Atravessaram estes o rio Uruguay a 19 de julho de 1851: Urquiza em Paysandú, Garzon em Hervidero, Virasoro no Passo de Higos. Estavam, pois, no dia 20 todos na margem esquerda desse rio, e alli se lhes reuniram em numero mui crescido os generaes, officiaes e tropas que Oribe encarregára de defender aquella paragem contra Urquiza. A seis de agosto a vanguarda de Urquiza derrotou no Rio Negro uma partida de oribistas commandada por D. Ignacio Oribe, irmão do dictador. Occuparam então sem demora os vencedores toda a margem esquerda do Uruguay até o Rio Negro. Dispunha nesse mesmo tempo Greenfell seus vasos, nas aguas de Montevidéo, da colonia e do rio Uruguay, de modo a cortar todas as relações entre Rosas e Oribe.

305) **Expedição brasileira capitaneada pelo conde de Caxias.** — Nomeado presidente do Rio Grande e chefe do exercito destinado a marchar contra Oribe (18 de junho de 51), partiu da côrte o conde de Caxias no dia vinte e tomou posse em Porto Alegre no dia trinta de junho. Regressou para a cidade do Rio Grande, passou a Pelotas, seguiu para Orqueta, Bagé e Sant'Anna do Livramento. Alli no dia 15 de agosto soffreu tremendo ataque de colica, do qual felizmente logo sarou.

Faziam parte deste exercito os famosos generaes: David Canabarro, Bento Gonçalves, Bento Manuel Ribeiro, Seára, João Frederico Caldwell, Guilherme Xavier de Souza e o barão de Jacuhy, esse destemido guerrilheiro, que, nos annos anteriores, desobedecendo ao governo, fizera tantas entradas no territorio do Uruguay.

A' testa de algumas divisões partiu de Sant'Anna, em setembro, para o Jaguarão o brigadeiro João Fernandes dos Santos Pereira incumbido de cobrir a nossa fronteira desde o Chuy até Bagé, e de operar em seguida nos departamentos do Sêrro Largo e de Maldonado, bem como de se reunir ao grosso do exercito em Santa Lucia. Mandou logo depois Caxias reforçar essa columna ordenando-lhe que permanecesse no seu posto, pois lhe constava que Oribe se dispunha a marchar contra ella, e, derrotando-a, fazer uma diversão no Rio Grande.

Transpoz o nosso exercito a fronteira no dia 4 de setembro dirigindo-se para o *Passo do Polanco,* no Rio Negro, afim de unir-se a Urquiza. Publicou nesse dia Caxias uma proclamação recordando aos soldados que o direito de propriedade é inviolavel, não só relativamente aos amigos, mas tambem quando se trata de inimigos, e prevenindo-os de que só deviam combater os adherentes de Oribe, e isto mesmo só emquanto estivessem com as armas na mão.

Apesar das grandes difficuldades que ao nosso exercito depararam a estação fria e chuvosa, os montes, os rios, os banhados e tantos outros tropeços, che-

gou elle, no dia 14 de setembro, ao logar chamado *Tres Cruzes;* atravessou no primeiro de outubro o rio Negro no *Posso do Polanco,* seguindo logo para o rio Gy e para Santa Lucia. Verificavam-se neste interim numerosas deserções de oribistas, que passavam para o exercito imperial ou se retiravam para as suas casas mediante um salvo-conducto concedido pelas autoridades brasileiras.

Em principios de setembro de 51 pediu Oribe ao almirante francez Le Predour quizesse obter-lhe do governo de Montevidéo setenta horas de armisticio e licença de retirar-se para Buenos-Ayres com as forças argentinas ao seu commando, e com os orientaes que o quizessem acompanhar, protestando que o motivo deste pedido era o desejo de evitar a effusão de sangue. Egual pedido dirigiu Oribe ao ministro britannico em Montevidéo e ao contra-almirante Reynolds. De accordo, todavia, com os representantes do Brasil e de Entre-Rios, o governo de Soares respondeu negativamente. Egual resposta recebeu de Urquiza, ao qual pediu lhe permittisse sahir com os argentinos deixando no paiz todos os orientaes. Sendo por ultimo cercado de todos os lados, e vendo que a fuga lhe era impossivel, entregou-se Oribe á discreção com todo o pessoal e material de guerra. Tendo Urquiza deixado aos chefes e officiaes argentinos a liberdade de ficarem na Cisplatina ou retirarem-se para o seu paiz, alguns delles se lhe uniram com umas 3.800 praças de pret.

Informado deste ajuste, Caxias, que ainda estava na margem esquerda do rio Gy, sobre o Passo do Polanco, marchou com apenas um regimento de linha para o quartel-general de Urquiza, então no Pantanoso, onde conferenciou com o seu alliado e de lá seguiu para Montevidéo.

A 15 do referido mez de outubro arvorou o general Garzon em Montevidéo as bandeiras dos alliados pondo deste modo termo ao cerco que durára nove annos. Succumbiu infelizmente Garzon nessa cidade de uma doença repentina, que o salteou e levou no primeiro de dezembro do referido anno de 1851.

306) **Intervenção do imperio contra Rosas.** — Proclamou agora Urquiza aos argentinos e aos orientaes; enviou suas tropas a Entre-Rios, e elle tambem dentro em breve seguiu (31 de outubro) para o mesmo logar. Chegou nesse interim a Montevidéo Honorio Hermeto Carneiro Leão, futuro marquez do Paraná, incumbido de uma missão especial junto aos governos alliados do imperio no Rio da Prata. Servia-lhe de secretario o dr. José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco.

Afim de derrubar o dictador de Buenos-Ayres celebrou (21 de novembro) o Brasil com seus alliados um novo convenio do modo seguinte. Os estados de Entre-Rios e de Corrientes tomariam a iniciativa; o Brasil e o Uruguay obrariam como auxiliares dando cada um o seu contingente de tropas. O Brasil havia de concorrer com 4.000 homens armados e municiados, com a esquadra composta de 17 vasos, guarnecidos por 203 boccas de fogo, e concedendo a titulo de emprestimo 400.000 patacões aos estados de Entre-Rios e de Corrientes. O grosso do exercito brasileiro ficaria de reserva na Colonia do Sacramento, e a esquadra, dominando os rios, ameaçaria a capital de Rosas.

O Paraguay recusou tomar parte nesta guerra affirmando que a sua alliança com o Brasil era apenas defensiva.

A 14 de dezembro dirigiu Caxias ao seu exercito uma proclamação, da qual destacamos o trecho seguinte: *Soldados! Vossa conducta até hoje me tem satisfeito! soubestes perfeitamente comprehender a vossa missão...* Levaram as tropas brasileiras, que constavam de 4.000 homens ao commando de Manuel Marques de Souza, e seguiram no dia 17 para a Ponta do Diamante no Paraná, seis vasos de guerra, que no *Passo do Tonelero* tiveram de vencer grande resistencia, porque o general Mancilla tinha fortificado esse logar com 16 boccas de fôgo e dispunha de numerosos soldados. Forçaram, todavia, os brasileiros gloriosamente a passagem, e seguindo a sua derrota, surgiram (19) na Ponta do Diamante, aonde horas

antes chegára egualmente Urquiza. Tendo os alliados (24) passado para a margem direita do Paraná, declararam-se contra Rosas a provincia de Santa Fé e o districto do Rosario.

Dirigiam-se, no entretanto, Caxias e Greenfell (17 de janeiro) ao porto de Buenos-Ayres, indo com o vapor Affonso lançar ferro a duas milhas da quinta de Palermo, residencia do dictador. Percorreram em seguida as vizinhanças do porto sondando e observando tudo na previsão de effectuar um desembarque, caso fosse mister.

307) **Fuga de Rosas.** — Deixando em Buenos-Ayres o general Mancilla, abalou finalmente Rosas (27 de janeiro) contra os alliados, que, atravessando o rio das Conchas, vinham marchando e, chegando a dois de fevereiro ao campo de Caseros, occuparam posições estrategicas perto do arroio Moron. Contavam os alliados 26 mil combatentes; os rosistas, 24. A's cinco horas da manhan do dia tres de fevereiro apresentaram-se estes no alto da coxilha denominada — *Chacara de Caseros* — duas milhas ao norte da povoação de Moron. Extendia-se a linha delles mais de uma milha, a saber: *desde Caseros até os Santos Logares.*

Travou-se alli pelas onze horas do dia essa bem disputada peleja, que derrubou para sempre o dictador e tyranno Rosas. Julgamos excusado demorarnos na descripção deste memoravel feito de armas, em que a divisão brasileira por confissão de todos colheu louros immortaes para o seu paiz; pois consta ter Urquiza affirmado que os seus soldados avançavam como *tigres, e os brasileiros como leões.* A divisão brasileira, com effeito, só por si tomou 34 boccas de fogo, 4 obuzes, duas estativas de foguetes á Congréve, armamentos, munições, numerosas carretas, etc.

Dando mais uma prova do seu desinteresse, o Brasil, logo depois de concluida a lucta, restituiu tudo isto á Republica Argentina. O exercito alliado perdeu uns 400 homens. Da divisão brasileira, 14 praças morreram no combate; 24 ficaram feridas gravemente,

succumbindo logo depois quasi todas; 26 receberam feridas leves; 6 se extraviaram .

Asseveraram os prisioneiros que Rosas, ao começar da batalha, estava na varanda da casa fronteira á divisão dos imperiaes, e que, durante a peleja, disse ao commandante da sua artilharia. *Trate de atirar sobre os brasileiros; são fracos, e talvez os abalemos.* Observando depois um seu ajudante de ordens a resolução e sangue frio com que os batalhões imperiaes avançavam, chamou a attenção do dictador para aquella força, accrescentando: *Não estamos bem aqui. Veja como avança aquella gente, que daqui a dez minutos se achará nesta posição!* Fixou Rosas de novo a vista, e, todo pasmo, desceu á pressa, fugiu a cavallo, disfarçou-se em marinheiro inglez, tomou um escaler dos vasos de guerra britannicos, e foi homiziar-se no vapor *Centauro*. Delle, no dia nove de fevereiro, passou para o vapor *Conflict*, seguindo logo depois para a Inglaterra com toda a sua familia e alguns de seus adherentes. Entrou o *Conflict* na Bahia, porém Rosas teve a prudencia de não se mostrar. Falleceu na Inglaterra em 1877.

Passára, no entretanto, a quatro de fevereiro o exercito para a quinta de Palermo de S. Bento, onde o general Urquiza confiou o governo provisorio da provincia de Buenos-Ayres a D. Vicente Lopez, presidente do tribunal de justiça. Espaçou Urquiza para o dia 18 a sua entrada triumphal em Buenos-Ayres, cuja descripção dispensamos.

Reunido em principios de março o exercito imperial em Montevidéo, deu Caxias por concluida a sua missão e retirou-se para o Brasil.

**Além de Schneider, vide Ladisláu dos Santos Titára: — Memorias, etc., livro hoje muito raro.**

## IV

## Questão anglo-brasileira Christie, 61—65

308) **Origem da questão.** — Cumpre-nos agora deixar por um momento as republicas do Prata para expor a largos traços as particularidades de uma questão que neste tempo surgiu entre o Brasil e a Inglaterra. Dois factos, por sua natureza, de pequeno valor, déram origem a essa desavença que se tornou séria e até perigosa.

O primeiro facto foi o naufragio da barca mercante ingleza — *Prince of Wales* — que, seguindo do Rio da Prata para a Europa, em junho de 1861 sossobrou nas costas deshabitadas do Albardão, na extremidade meridional da provincia do Rio Grande do Sul. O navio pereceu, mas a carga foi pelo mar atirada á praia, onde alguns malvados a roubaram, retirando-se então de subito para a Republica do Uruguay. Espalhada a noticia de um tal desastre em Porto Alegre, enviou o presidente da provincia para aquellas paragens o chefe de policia, o qual averiguou que na verdade pessoas desconhecidas tinham levado a mercadoria para a vizinha republica. Tendo encontrado nos areaes bravios quatro cadaveres, mandou-os examinar por habeis facultativos da cidade do Rio Grande, os quaes afiançaram que a morte daquelles infelizes resultára de asphyxia por immersão, e não de offensas physicas. Constava, portanto, ser falso o boato de ter havido assassinios.

Emquanto isto occorria no sul, enviava (25 de outubro de 61) o ministro britannico, *William Douglas Christie,* uma nota ao governo imperial reclamando severas providencias a respeito do que lhe havia sido communicado pelo consul inglez em Porto Alegre. Respondeu immediatamente o ministro dos extrangeiros, referindo as diligencias já praticadas e asse-

verando que seriam severamente punidos os delinquentes. Pouco satisfeito com esta resposta, renovou Christie a 17 de março de 62 as suas reclamações exigindo que o governo brasileiro pagasse uma indemnização pecuniaria e que se permittisse a um agente inglez intervir nos processos instaurados aos criminosos.

Replicou o ministro que breve estariam terminados os inqueritos, que a legislação brasileira não consentia a intervenção de extrangeiros a dirigir processos, e que o governo do imperio não era responsavel por maleficios particulares praticados em logares desertos. Lembrava, por ultimo, que nos primeiros inqueritos tinham ouvido tambem o consul britannico. Processava, no emtanto, o chefe de policia onze individuos como indiciados no crime; conseguia prender um delles, e, sendo informado de que os outros residiam no territorio da vizinha republica, solicitava a sua extradicção.

O outro facto resume-se no seguinte. A 17 de junho de 62 tres officiaes da marinha britannica, pertencentes á tripulação da fragata *Ford,* surta no porto do Rio, *vestidos á paizana,* déram um passeio até á serra da Tijuca, e, regressando ao cahir da noite com alegria algum tanto excessiva, approximaram-se de uma estação policial, começaram a zombar da sentinella, dirigindo-lhe palavras e gestos desagradaveis. Nem fizeram só isto, mas pretenderam penetrar á força na estação. Acudiram soldados; travou-se pequena lucta, sendo afinal, os tres, presos, e remettidos ao subdelegado da parochia do Engenho Velho, que os mandou recolher ao xadrez commum juntamente com outros criminosos, porque não poude conseguir saber delles, que estavam ébrios, quem eram e como se chamavam. Enviou-os na manhan seguinte ao chefe de policia, que, informado pelo vice-consul inglez de serem officiaes da fragata *Ford,* mandou fossem com as devidas attenções agasalhados no quartel da policia, emquanto elle tratava de fazer um inquerito a respeito do acontecimento. Como, todavia, o vice-almirante da esquadra britannica os requisitasse, o chefe de policia

ordenou fossem incontinenti postos em plena liberdade.

309) **Prepotencia da Inglaterra.** — A 19 de junho protestou Christie contra a prisão dos tres officiaes qualificando-a de illegal e exigindo uma satisfacção condigna á marinha de guerra ingleza. Respondeu-lhe o ministro dos extrangeiros com a exposição minuciosa dos factos, lembrou-lhe que os officiaes inglezes andavam vestidos á paizana, e, sendo desconhecidos, não podiam gosar de privilegios militares. Trocaram os dois ministros muitas notas, durante diversos mezes, até que a cinco de dezembro escreveu Christie uma nota ameaçadora reunindo nella as duas questões e affirmando ter recebido do seu governo ordem para exigir baixa de serviço do alferes que prendera os tres officiaes, e castigo rigoroso da sentinella; censura publica ao chefe de policia e ao subdelegado do Engenho Velho, bem como plena satisfacção pelas offensas e injurias irrogadas aos tres officiaes. A respeito do *Prince of Wales* reclamava uma indemnização pecuniaria. Fixava, por ultimo, o prazo para a resposta até o dia 20 de dezembro.

Respondeu no dia 18 o ministro brasileiro dizendo que por meio do seu embaixador em Londres se entenderia directamente com o governo inglez. Replicou Christie no dia 20 que não admtitia que estes assumptos se discutissem em Londres, visto estar elle autorizado a liquidal-os no Rio de Janeiro. Caso não recebesse a satisfacção exigida, incumbiria o vice-almirante Warren, chefe da estação naval britannica no Brasil, de recorrer á força. Protestou Miguel Calmon contra a maneira tão insolita em litigios diplomaticos, e appellou para o juizo das nações civilizadas, bem como para o do proprio governo da rainha Victoria.

Annunciou Christie no dia trinta, que o vice-almirante Warren ia proceder a represalias contra propriedades de subditos brasileiros para garantia das satisfacções exigidas e das indemnizações reclamadas. Apresaram, com effeito, diversos vasos de guerra in-

glezes, nos quatro dias seguintes, á vista das fortalezas da barra do Rio de Janeiro, cinco navios mercantes costeiros que buscavam entrar no porto, e os levaram para a enseada das Palmas. E' impossivel descrever o alvoroto causado por este acto inqualificavel de prepotencia na população do Rio de Janeiro. Custou muito ao governo impedir que se praticassem desacatos e violencias contra os inglezes e contra a propria legação britannica.

Enviou Miguel Calmon a Christie, em missão reservada, o seu official de gabinete Calogeras, grego por nascimento, brasileiro por adopção. Compromettia-se Calmon a pagar a indemnização pecuniaria que o proprio Christie arbitrasse, pelos prejuizos relativos á barca *Prince of Wales,* e propunha que a questão dos officiaes se tratasse directamente em Londres. Respondeu o inglez que tudo voltaria ao seu estado normal logo que o governo brasileiro acceitasse uma arbitragem para ambos os assumptos. Comquanto o conselho de estado fosse de opinião que se adoptasse o alvitre lembrado pelo inglez, entendeu o ministro que se separassem as duas questões, porque não convinha á dignidade do Brasil occupar arbitros em negocio tão mesquinho de dinheiro. Fixou Christie a indemnização em tres mil e duzentas libras esterlinas, que o governo imperial, depois de protestar de ser coagido pela força, pagou a cinco de janeiro de 63. Restituiu então o inglez os navios apresados.

310) **Sentença favoravel ao Brasil.** — A respeito da questão dos officiaes concordou-se em recorrer ao rei dos belgas, o qual a 18 de junho de 63 declarou que, *consideradas as circumstancias, não houve, no procedimento das autoridades brasileiras, offensa á marinha britannica.*

Apoiado nesta decisão insuspeita, renovou o governo do imperio suas reclamações para que a Inglaterra lhe désse satisfacção condigna pela offensa irrogada á soberania territorial da nação na captura dos cinco navios costeiros, e exigiu reparação pelos damnos cau-

sados ao seu commercio. Tendo lord Russel recusado qualquer satisfacção neste ponto, o Brasil retirou a sua legação de Londres, e a Inglaterra fez outro tanto com a sua do Rio de Janeiro. Offereceu então o rei de Portugal a sua mediação ao imperador o qual replicou agradecendo, e observando que a iniciativa devia partir do offensor, não do offendido. Afinal em consequencia dos bons officios do rei D. Luiz, representado habilmente em Londres pelo conde do Lavradio, a Inglaterra deu satisfacção honrosa ao Brasil, e encarregou Thornton, seu ministro na Republica Argentina, de reatar as relações diplomaticas. Isto Thornton fez apresentando-se ao imperador deante de Uruguayana (vide par. 332).

## V

## Causas, pretextos e preludios da guerra do Paraguay

311) **Relações do Brasil com Carlos Antonio Lopez.** — Concluida a campanha contra Rosas (vide par. 307), procurou o Brasil obter de C. A. Lopez a livre navegação do rio Paraguay, conforme se tinha *implicitamente* estabelecido no tratado de 1850 [1]. Entendeu, porém, Lopez que esta questão não se devia separar da dos limites, a respeito da qual apresentou condições inacceitaveis. Exaltaram-se então tanto os animos, que em agosto de 53 Lopez mandou os passaportes ao ministro brasileiro Felipe José Pereira Leal, accusando-o officialmente em uma nota diplomatica de dedicar-se á intriga e á impostura em odio ao supremo governo do estado, e de levantar calumnias contra elle.

Afim de exigir uma satisfacção por esta offensa, o governo enviou á capital daquella republica uma es-

(1) Tendo o Paraguay por intervenção do imperio conseguido a livre navegação do Paraná e do Prata, o Brasil entendeu que isto incluia identico favor para elle a respeito do Paraguay.

quadra commandada por Pedro Ferreira, que ia como plenipotenciario. Intimou-lhe Lopez que deixasse a esquadra no Paraná, fóra das aguas do Paraguay, seguindo elle com um só navio. Curvou-se Ferreira a essa exigencia difficil de qualificar, e, tendo o Amazonas encalhado antes de chegar á Assumpção, trocou-se, entre o plenipotenciario brasileiro e o governo paraguayo, uma correspondencia singular. Permittiu finalmente Lopez a subida de navios menores para safar o Amazonas.

A attitude de Pedro Ferreira foi muito censurada na época, accusando alguns o governo; outros, o chefe da esquadra. Em todo o caso essa missão foi um desastre, e o ministerio o reconheceu recusando ratificar as convenções que Ferreira celebrara com Lopez, pela razão de terem sido assignadas antes de se conceder a livre navegação do rio Paraguay. Enviou então C. A. Lopez ao Rio de Janeiro (1856) o seu ministro Berges, do qual o futuro visconde do Rio Branco obteve, a seis de abril, um tratado de amizade, navegação e commercio. A questão dos limites foi objecto de muitas conferencias, nas quaes o direito do Brasil á linha divisoria que reclamava, ficou brilhantemente demonstrado.

Comtudo pouco depois Carlos A. Lopez annullou de facto o tratado de seis de abril submettendo a navegação commum a tantos regulamentos que tornavam impossivel o commercio com a provincia de Matto Grosso. Mandou, portanto, o governo imperial á Assumpção o visconde do Rio Branco, que obteve o ajuste de 12 de fevereiro de 1858. O plenipotenciario da republica foi Francisco Solano Lopez, o qual consentiu na revogação de todos os regulamentos paraguayos, e na abertura do rio Paraguay a todas as bandeiras com as franquezas essenciaes.

"A questão relativa á liberdade de transito para Matto Grosso era, para nós, vital, e era tambem uma questão difficil, porque sempre sustentámos que em direito o ribeirinho inferior póde negar o transito ao ribeirinho superior desde que este se não conforme ás

clausulas que o primeiro julgou com razão necessarias á sua segurança. Esse principio foi sempre sustentado pelo Brasil em relação ao Amazonas, sem que, todavia, quizesse ser restrictivo na pratica, como o tem provado suas convenções fluviaes e o decreto de 1867, que abriu aquelle grande rio ao commercio de todas as nações dentro dos limites do imperio."

Assim fala Paranhos nas notas á obra de Schneider, pag. 84.

312) **Francisco Solano Lopez** — filho de C. A. Lopez, tinha estudado na Europa os progressos modernos da arte militar, e até parece ter assistido á guerra da Criméa em 1854. Regressando então para a sua patria trouxe comsigo diversos engenheiros europeus com o fim de fortificar o seu paiz e formar um exercito respeitavel. Logo depois da morte de seu pae apresentou o testamento delle, escripto em 1856, em virtude do qual lhe cabia a presidencia interina emquanto não se reunisse o congresso. Este lapso de tempo lhe bastou para assegurar a sua eleição que se realizou a 16 de outubro de 62.

Foram facil e tyrannicamente abafadas algumas vozes que se ergueram para reclamar que, antes de se proceder á escolha do novo presidente, se alterassem em sentido liberal diversos paragraphos da lei fundamental. Assim, a eleição não passou de uma formalidade. A familia Lopez, portanto, achava-se de facto na posse hereditaria da autoridade e da melhor parte do sólo da Republica.

"Quem prompta e facilmente censura, accrescenta Schneider, I, 83, estes actos e esse systema politico, pratica uma grave injustiça, e revela total ignorancia das circumstancias. Em primeiro logar é facto incontestavel que no decurso da guerra, os paraguayos cabalmente mostraram estar satisfeitos com sua condição politica, e tomaram ao serio a defesa da autoridade eleita, que de facto só era um poder hereditario tacitamente reconhecido. Além disso, nenhuma das republicas sul-americanas se póde gabar de ter effectuado uma

mudança de presidente com egual tranquillidade, harmonia de idéas, e enthusiasmo por um homem que era ao mesmo tempo um systema."

313) **Desordens e revoltas no Uruguay.** — Em seguida á deposição de Oribe foi no Uruguay elevado livremente á cadeira presidencial o oribista *João Francisco Giró,* inimigo declarado do imperio. Tendo então o Brasil retirado a sua protecção, uma nova revolta (24 de set. de 53), derrubando Giró, organizou um governo provisorio, composto do coronel Flores, de Lavalleja e de Fructuoso Rivera, que se apresentava mais uma vez na scena politica. Fallecendo, todavia, dentro em breve estes dois ultimos, Venancio Flores foi, a onze de março de 54, nomeado presidente por dois annos. A pedido então dos colorados enviou o Brasil quatro mil homens para Montevidéo afim de prestar ao novo governo apoio material e moral, conforme exigia o tratado de 12 de outubro de 1852.

Fraccionou-se, todavia, neste tempo o partido dos colorados dando essa scissão origem ao partido conservador, que, unindo-se á grande maioria dos blancos contra Flores, formou a chamada *União Liberal,* e promoveu a revolta que rompeu a 28 de agosto de 1855. Appareceu neste interim no porto, a bordo de uma barca hespanhola, Oribe, que desde 1853 se achava em Barcellona. Dominada a cidade de Montevidéo pelos elementos de que se compunha a *União Liberal,* Flores, cuja autoridade era reconhecida por todos os departamentos da campanha, reuniu os seus partidarios no Cerrito e na villa da União.

Tomára, no entretanto, Manuel Bustamante posse do governo, não por eleição, mas porque era presidente do senado, e a republica estava sem chefe. Desembarcou finalmente Oribe, e em novembro concordou com Flores em que ambos apoiariam o governo existente. Em seguida ás novas eleições que em março de 56 elevaram á presidencia Gabriel Antonio Pereira, Flores retirou-se para Entre-Rios, serviu mais tarde no exercito de Buenos-Ayres, e só voltou para a Cisplatina

a 19 de abril de 63 afim de derrubar o presidente Berro.

Tendo o Brasil, depois da eleição de Pereira, retirado suas tropas, seguiram-se novas e lastimosas contendas entre os blancos e os colorados. Sendo estes apoiados por Buenos-Ayres, insurgiram-se contra aquelles (6 de janeiro de 58), porém foram (15 de janeiro) desbaratados em *Quinteros* onde 27 officiaes se entregaram com a condição de se lhes poupar a vida, condição esta acceita pelo governo em virtude dos bons officios dos ministros das nações extrangeiras. Mandou, todavia, pouco depois Carreras, ministro do presidente Pereira, ordem secreta para que fossem fuzilados todos os insurgentes presos em Quinteros. Esta carnificina que se ralizou a dois de fevereiro de 58, serviu por largo tempo aos colorados como grito de guerra contra os blancos.

A dois de janeiro de 59 assignou-se no Rio de Janeiro, entre o Brasil, a Republica Argentina e o Estado Oriental, um novo tratado em que se estabeleceu que a republica do Uruguay nunca poderia ser encorporada ao Brasil ou á Confederação Argentina, nem se collocaria sob a protecção exclusiva de uma das potencias contractantes, nem lhe seria licito ceder, a qualquer dellas, parte alguma do seu territorio. Comprometteram-se, além disto, os dois estados a defender em commum contra qualquer ataque a independencia e integridade da republica do Uruguay, á qual reconheceram tambem o direito de, em caso de divergencia, appellar para a Inglaterra e a França.

Decorrido o termo legal da presidencia de Gabriel Pereira, foi no primeiro de março de 1860 eleito regularmente *Bernardo Berro,* decidido blanquilho que pouco antes havia sido presidente do senado. Gosou Berro de alguma tranquillidade apparente, durante os annos de 61 e de 62; pois houve nesse tempo na Banda Oriental algum tanto da calma que precede sempre a tormenta.

314) **Flores invade a Banda Oriental, 19 de abril de 63.** — Partindo afinal Venancio Flores de Buenos-Ayres com apenas tres companheiros, desembarcou a 19 de abril de 63 em *Caracoles,* pequena aldêa do Rincon de las Gallinas, na foz do rio Negro, onde, publicando uma proclamação, assumiu o titulo de *Libertador* contra o presidente Berro e todo o partido dos blancos. Alistaram-se sem demora sob a sua bandeira os colorados, e os fazendeiros do territorio neutro, os quaes padeciam, havia longo tempo, a perseguição cruel que lhes faziam os blancos mediante a connivencia e até a approvação declarada do governo de Montevidéo. Apesar de todas as recommendações, prohibições e ameaças do governo brasileiro, que se declarou neutral, manifestaram-se no Rio Grande do Sul energicas sympathias a respeito do Libertador, que escrevera na sua bandeira: *Vingança pelo morticinio de Quinteros.*

Profunda impressão produziu em Montevidéo o repentino apparecimento de Flores, que suppunham escudado pelo governo brasileiro e pelo argentino. Declararam-no traidor á patria, e empenharam os maiores esforços para resistir ao golpe imminente. Seguia, no entretanto, Flores o curso do rio até á villa de Mercedes, onde, havendo em uma revista averiguado que o numero de suas tropas já subira a 480 homens, resolveu (2 de junho) acceitar a batalha que, á frente de mil combatentes, lhe offerecia o coronel *Olid.* Commandava este Olid a vanguarda do general *Servando Gomes,* que, recusando combater, se conservou tranquillo com seus tres mil homens a duas leguas do campo da batalha de *Coquimbo.* O resultado consistiu em uma derrota tremenda infligida ao coronel Olid e na retirada de Gomes para Canelones a pretexto de cobrir a capital.

Tendo Flores pouco depois desbaratado em Las Cañas tambem ao general Diogo Lamas, viu-se de subito rodeado por mais de cinco mil homens. Avançou, portanto, até ás visinhanças de Montevidéo, porém não ousou aggredir a cidade; retirou-se, e foi a 15 de se-

tembro derrotado no sitio de Las Piedras pelo general Lucas Moreno. Não desanimou por isso o destemido gaúcho, mas, cahindo (17 de out.) derepente no Itapebi-Grande sobre o general Diogo Lamas, dispersou-lhe as forças. Em consequencia destas victorias e derrotas, surgiu de parte a parte a idéa de um ajuste. Mostrando-se Flores disposto á paz mais do que se podia esperar, propoz francamente as suas condições. Exigia que a proxima eleição do novo presidente corresse livre sem pressão do governo actual, e que metade do ministerio fosse escolhido entre os colorados; que elle, Flores, fosse nomeado ministro da guerra e commandante superior do exercito com a condição expressa da inamovibilidade; que os seus companheiros fossem admittidos no exercito com a patente que já tinham. Durante os ultimos mezes do anno 63 e os primeiros do seguinte não se déram factos que mereçam serem contados nesta historia.

315) **Presidencia de Aguirre.** — Elevaram finalmente á presidencia, no dia primeiro de março de 64, Aguirre, um dos chefes mais resolutos do partido blanco, o qual declarou que nunca entraria em negociações. Começou tambem a usar uma linguagem ameaçadora a respeito de Bartholomeu Mitre, presidente da Republica Argentina, accusando-o de permittir que, de Buenos-Ayres, de Corrientes e de Santa Fé, se remettessem a Flores toda a sorte de auxilios e em grande abundancia. Mitre protestou, affirmando que o seu governo era estrictamente neutral; porém nem Aguirre, nem o povo de Montevidéo lhe deu credito, de sorte que, a não ser a falta de meios, teriam declarado guerra á vizinha republica.

A questão com o Brasil tornou-se ainda mais melindrosa, porque o governo de Montevidéo nunca tinha attendido ás graves reclamações do imperio relativas ás vexações dos subditos brasileiros estabelecidos no Estado Oriental. Assumiu agora essa questão um aspecto mais grave, porque os estancieiros auxiliavam muito activamente e sem rebuço o Libertador, em-

quanto o governo de Aguirre redobrava de crueldade a respeito delles. Este proceder dos orientaes relativamente aos subditos brasileiros da fronteira provocou nas camaras reclamações energicas, ás quaes o governo imperial respondeu com promessas elasticas e protestando que não havia de proteger esses fazendeiros imprudentes que apoiavam a revolta de Flores. Exaltaram-se então os rio-grandenses, ameaçando de intervir por conta propira em favor de seus irmãos da fronteira, si o governo não désse providencias oportunas.

Resolveu, portanto, o governo do imperio enviar a Montevidéo em missão especial o conselheiro Saraiva, que no dia 12 de maio de 64 foi recebido pelo presidente Aguirre; augmentou no mesmo tempo a sua força naval no Rio da Prata, á cuja frente collocou o vice-almirante barão de Tamandaré; ordenou tambem que na fronteira do Estado Oriental se reunisse um pequeno exercito de observação ás ordens do marechal de campo João Propicio Menna Barreto, filho do marechal do exercito João de Deus Menna Barreto, visconde de S. Gabriel. Tanto ao vice-almirante Tamandaré como ao marechal João Propicio, recommendou o governo evitassem tudo quanto pudesse parecer auxiliar a revolta de Flores, porque convinha não dar ao governo do Uruguay motivo algum ou pretexto de queixa. Este procedimento do Brasil despertou, todavia, as esperanças de Flores e o enthusiasmo dos colorados.

316) **Ultimas tentativas de conciliação.** — O alvo da missão do conselheiro Saraiva era obter satisfacção dos aggravos recebidos pelo imperio desde 1852 nas pessoas e propriedades de subditos brasileiros residentes na republica. Foi o ultimo appello amigavel dirigido pelo governo do imperio ao da republica do Uruguay. Si nossas justas reclamações fossem mais uma vez desprezadas, Saraiva tinha de apresentar o seu *ultimatum* communicando ao governo de Montevidéo que procederiamos a represalias. A 26 de maio o sr. J. J. Herrera, ministro das relações exteriores da republica,

declarou, em termos desabridos, que o governo orintal não estava disposto a attender ás solicitações do enviado brasileiro.

Em vez de apresentar o *ultimatum*, julgou Saraiva preferivel aguardar novas instrucções do seu governo e tratar de promover a pacificação da republica. Este mesmo pensamento traziam os srs. Elizalde e Thornton, que a seis de junho chegaram a Montevidéo: aquelle, ministro das relações exteriores da Republica Argentina; este, embaixador da Gran-Bretanha em Buenos-Ayres. Declarou-lhes Saraiva que, desejando ardentemente a paz, acceitava seus bons officios. Tiveram esses tres ministros no dia seguinte, 7, uma conferencia com o presidente Aguirre, que acceitou a mediação offerecida. Partiram então os tres mediadores para o acampamento de Flores, para o qual os acompanharam os srs. Andrés Lamas e Florentino Castellanos, na qualidade de delegados do presidente da republica. Accedeu o general Flores no dia 18 de junho ás condições propostas pelos mediadores, assignando todos um protocollo; porém os commissarios orientaes o assignaram com a clausula — *Ad referendum.*

Estas condições vinham a ser as seguintes : todos os cidadãos orientaes ficarão desde esta data no goso pleno de seus direitos politicos e civis, quaesquer que tenham sido as suas opiniões anteriores. As tropas insurgidas, quando se submetterem, serão encorporadas ao exercito oriental e os officiaes não perderão as patentes concedidas por Flores.

Accrescentou, todavia, o Libertador em carta reservada uma clausula addicional relativa á formação de um novo ministerio. Com leves modificações acceitou Aguirre as clausulas ajustadas, menos esta ultima, e disse que todos os insurgentes deviam antes de tudo depor as armas.

Voltaram os negociadores(menos Saraiva que se achava doente) ao campo, julgando que a paz estava concluida; porém, quando Flores leu o despacho de Aguirre, rompeu em raivosas invectivas dando as negociações por acabadas. Regressando então os dois di-

plomatas a Montevidéo, declararam que deixavam o governo oriental entregue á sua sorte, e partiram para Buenos-Ayres. Saraiva preferiu ficar afim de fazer um ultimo esforço em beneficio da paz; mas, como a população toda se mostrasse altamente irritada contra o Brasil e os brasileiros, retirou-se tambem elle para Buenos-Ayres, donde a quatro de agosto enviou o seu *ultimatum,* no qual, recapitulando todas as reclamações do Brasil, fixava o prazo de seis dias, para serem satisfeitas, sob pena de dar principio ás hostilidades. O dr. Carreras, ministro de Aguirre e seu mais intimo conselheiro, devolveu, a nove de agosto, o *ultimatum,* dizendo ser indigno da republica receber e archivar semelhante documento. E' que Aguirre tinha invocado o apoio de Solano Lopez, do qual recebera promessas lisonjeiras e grande animação.

317) **Novas hostilidades.** — Respondeu sem demora Saraiva que as tropas imperiaes passariam a fronteira afim de protegerem os subditos do imperio estabelecidos ao norte da republica. Ordenou outrosim ao vice-almirante Tamandaré que expedisse um navio, com esta noticia, ao general Menna Barreto na provincia do Rio Grande; outro, ao Rio de Janeiro, e tomasse as providencias necessarias para proceder ás represalias logo que tivesse conhecimento de qualquer violencia praticada contra brasileiros.

Recomeçava Flores neste comenos as hostilidades occupando a cidade de La Florida a vinte leguas apenas de Montevidéo. Occorreu alli um caso lastimoso que acirrou de um modo irreconciliavel os odios partidarios. Tendo sido içada na cidade uma bandeira branca, cuidou Flores que a guarnição desejava render-se, e mandou seu segundo filho que amava muito; porém, logo que o mancebo chegou ás primeiras casas, cahiu victima de um tiro certeiro. Exasperou-se tanto o Libertador com esta traição, que mandou fuzilar o commandante da cidade e sete officiaes blancos que lhe cahiram nas mãos. Marchou em seguida até Las Piedras, a quatro leguas de Montevidéo.

Dava no mesmo tempo o vice-almirante Tamandaré principio ás suas operações. intimando a immobilidade dos vasos de guerra orientaes: — *General Artigas* e *Villa del Salto* — empregados no transporte de tropas e munições entre Montevidéo e os portos do littoral aggredidos pelos revoltosos. Obedecendo á intimação, o *General Artigas* permanaceu no porto, mas o *Villa del Salto* entrou no rio Uruguay. Deu-lhe alli caça a corveta imperial Jequitinhonha; retirou-se o *Villa del Salto* para uma enseada da margem direita neutra por pertencer á Republica Argentina. Sendo, todavia, ao sahir desse abrigo, perseguido de novo, fugiu e encalhou não longe de Paysandú, onde a propria guarnição lhe lançou fogo. Quando o governo oriental teve noticia da caça dada ao *Villa del Salto,* enviou os passaportes ao ministro residente Loureiro (30 de agosto), vedando ao mesmo tempo toda e qualquer communicação das forças maritimas e terrestres do imperio com o territorio da republica; mas, ao ser informado da destruição desse mesmo vaso de guerra, cassou o *exequatur* dos agentes consulares brasileiros, publicou as mais violentas proclamações contra o Brasil e tratou de fortificar a sua capital. Mais tarde, quando constou em Montevidéo que os imperiaes se tinham unido a Flores, o furor dos blancos rompeu nas mais insensatas demonstrações. Insultaram e calcaram aos pés a bandeira do imperio ; atiraram as mais violentas injurias contra o imperador, contra o exercito e contra os brasileiros em geral. Queimaram, por ultimo, publica, official e solemnemente, no dia 15 de dezembro, o texto de todos os convenios celebrados com o Brasil desde a instituição da republica. "Não reflectiam, accrescenta Schneider, os homens da situação que deste modo tambem o Brasil ficava desembaraçado de todos os compromissos e obrigações para com o Estado Oriental."

318) **Salto e Paysandú.** — Informado o vice-almirante Tamandaré de ter o governo imperial resolvido occupar as cidades do Salto e de Paysandú, uniu-se a

Flores (20 de outubro), declarou (25) bloqueados aquelles dois portos e mandou duas canhoneiras para o Salto, que no dia 28 se entregou a Flores em seguida a quatro dias de assedio. Deixando então uma guarnição nessa villa, apresentou-se Flores juntamente com Tamandaré no dia tres de dezembro deante de Paysandú, defendida pelo coronel Leandro Gomes.

Penetrava, no entretanto, em outubro o exercito brasileiro no Estado Oriental. A primeira força que transpoz a fronteira, foi a brigada de José Luiz Menna Barreto, que se dirigiu para a Villa de Mello, cabeça do departamento do Sêrro Largo, mas retirou-se logo que essa villa cahiu em poder de Flores. O grosso do exercito brasileiro reuniu-se no Pirahy Grande, perto de Bagé, e em principios de dezembro marchou para Paysandú. Sob as ordens do marechal de campo João Propicio Menna Barreto militavam nelle, entre outros, os brigadeiros José Luiz Menna Barreto e Manuel Luiz Osorio, posteriormente marquez do Herval. Chegando estes a Paysandú, déram com muita actividade principio aos trabalhos do assedio, sobre cujas particularidades não havemos de demorar-nos muito.

O primeiro parlamentario enviado a Leandro Gomes para que se rendesse, teve em resposta uma recusa formal; o segundo foi repellido a tiros de espingarda. Durante o mez de dezembro bombardearam os alliados quasi de continuo aquella cidade, resolvendo por ultimo dar um assalto geral, mas os blancos defenderam-se bravamente nas ruas, nas casas, nas trincheiras : em toda a parte. Comtudo, na tarde do primeiro de janeiro, os nossos estavam tão adeantados, que puderam fixar o assalto decisivo para a manhan seguinte.

Reconhecendo Leandro Gomes que a defesa já era impossivel, pediu, durante a noite, um armisticio de oito horas para enterrar os mortos e retirar da linha do fogo os feridos. Responderam-lhe que dentro desse prazo a cidade estaria nas mãos dos sitiantes, os quaes prestariam esse serviço aos feridos e aos mortos. Nem com esta resposta o valente Gomes se resolveu a capitular; tratou, porém, de rapar a barba e de trocar a

farda de coronel oriental pela de cavalleiro gaúcho ; escondeu-se em uma casa, e alli esperou o assalto, que principiou ás nove horas da manhan do dia dois de janeiro. A's onze horas tudo estava acabado, e Paysandú se chava em poder dos sitiantes. Sendo Leandro Gomes descoberto no seu escondrijo, e preso pelos brasileiros, foi, a seu pedido, segundo affirmam, entregue aos seus patricios, que, bradando *vingança, vingança por Quinteros,* vil e cruelmente o assassinaram.

Informado do facto, mandou o vice-almirante Tamandaré proceder a um rigoroso inquerito para completa elucidação da verdade; e, justamente indignado pela calumnia de attribuir-se a seus patricios o fuzilamento de um prisioneiro de guerra, declarou ao general Flores que, como reparação do crime praticado, soltava a todos os officiaes orientaes, e pediu que em qualquer cooperação posterior dos colorados contra os blancos não se repetissem taes attentados. Afim de cumprir os desejos de Tamandaré, ordenou Flores fossem postos em liberdade todos os officiaes blancos, cujo numero subia a 97.

Depois de alguns dias de repouso, dirigiram-se as tropas alli reunidas, e agora officialmente alliadas, para Montevidéo. Recebeu Tamandaré a bordo de seus navios quanta infanteria elles podiam conter, seguindo a cavallaria e a artilharia por terra. Apresentaram-se em principios de fevereiro deante da capital, onde já tinha desembarcado a infanteria e tinha posto o seu campo sobre uma eminencia fronteira á cidade.

319) **Diversão no Rio Grande do Sul.** — Em quanto o exercito alliado marchava de Paysandú para Montevidéo, os chefes militares Basilio Munhoz e Apparicio invadiram o territorio brasileiro avançando até á cidade de Jaguarão (27 de janeiro de 65), donde foram repellidos pelo povo, pela guarnição e por dois vasos de guerra surtos naquelle rio. Ao retirarem-se saquearam diversas casas, arrebataram a cavalhada que encontraram, e levaram uns trinta escravos.

320) **Assedio de Montevidéo.** — Tomavam, no entretanto, os alliados suas medidas para cercar a capital do Uruguay por mar e por terra. A dois de fevereiro declarou Tamandaré bloqueado o porto de Montevidéo, concedendo sete dias aos extrangeiros para se retirarem ou se precaverem. Decorrido esse espaço de tempo, começaria o bombardeamento contra os pontos fortificados.

Deu Aguirre providencias opportunas para a defesa, mas faltavam-lhe gente e dinheiro. O peor era que não existia concordia na população : alguns queriam a guerra; outros faziam votos pela victoria dos colorados, emquanto os extrangeiros propunham uma reconciliação com Flores. No meio desta confusão indescriptivel Aguirre demittiu o ministro da guerra, general Andrés Gomes, irmão do heróe de Paysandú, substituindo-lhe o advogado Jacintho *Susviela,* o qual declarou que a capitular preferia reduzir Montevidéo a um montão de ruinas.

Abaixou-se, além disto, a fazer contra o Brasil uma demonstração indigna até da populaça mais grosseira e selvagem. Affirmando falsamente ter recebido uma bandeira imperial, conquistada no Rio Grande do Sul por Basilio Munhoz, elle, o ministro Susviela, acompanhado por diversos officiaes e pelo capitão do porto, levou a referida bandeira, atada a um páu, abaixo da oriental, por todas as ruas e praças da cidade, açulando o povo para que cuspisse sobre ella e a calcasse aos pés. De nada, porém, lhe valeu esta baixeza, porque, quando Tamandaré annunciou que ia encetar o bombardeamento, a fuga dos extrangeiros e dos nacionaes se tornou indescriptivel. Os proprios homens do governo, esses heróes da patria, e todos aquelles que tinham motivo de temer uma desforra pelo morticinio de Quinteros, trataram de se ausentar. Carreras, Susviela, Estranzulas, Candido Juanicó, refugiaram se em Buenos-Ayres; outros dirigiram-se ao Paraguay. Em conjuncturas tão apuradas, o presidente Aguirre mandou convocar o senado, e, a instancia do corpo diplomatico, renunciou o seu cargo. Assim o senado no dia

quinze de fevereiro confiou ao seu vice-presidente *Villalba* a dignidade de chefe interino da republica.

Com a noticia deste facto adiou Tamandaré o principio do bombardeamento para as quatro horas da tarde do dia 19. Começou o governo interino por demittir officialmente os ministros Carreras e Susviela; enviou ordem ao general Munhoz e ao coronel Apparicio evacuassem sem demora o territorio brasileiro, e incumbiu o senador Manuel Herrera y Obes de entabolar as negociações de paz no quartel-general dos alliados, que estava na villa da União. Assignaram, portanto, no dia vinte de fevereiro, (1) Silva Paranhos, Flores e Herrera y Obes, um convenio, cujas condições principaes foram estas:

Nomeação do general Flores para governador provisorio até se fazerem em novembro as eleições dos corpos legislativos que em fevereiro de 66 deviam eleger o novo presidente. Garantia de vida e de propriedade para todos os orientaes e esquecimento de todos os erros politicos do passado.

Ordenou então o governo interino o desarmamento immediato da guarda nacional, e obteve que dos navios surtos no porto desembarcassem 550 soldados e marinheiros afim de protegerem os edificios publicos emquanto não entrassem na cidade as tropas de Flores. Evitaram deste modo que se dessem grandes desordens, se praticassem violencias, se cahisse em medonha anarchia. Pelas 12 horas do dia 21 entrou na cidade a cavalllaria de Flores e terminou o drama que podia ter degenerado em sanguinolenta tragedia. Tendo Villalba no dia 22 entregue o governo ao coronel Caraballo, delegado de Flores, fizeram no dia seguinte, 23, a sua entrada solemne na cidade o conselheiro Paranhos, os generaes Menna Barreto e Flores.

A 14 de março seguinte recebeu Paranhos a sua demissão, porque ao governo imperial, dizem alguns,

---

(1) José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, succedera, desde o dia dois de dezembro, a Saraiva na qualidade de representante brasileiro no Rio da Prata.

desagradou a grande moderação mostrada no convenio de 20 de fevereiro; outros, todavia, affirmam que o verdadeiro motivo desse proceder do governo brasileiro se deve procurar no facto de ter no dia 15 de janeiro subido ao poder o partido liberal, e pretendem que por esta mesma razão o grande e benemerito general conde de Caxias foi, durante tanto tempo, deixado na sombra. Com effeito Paranhos militava nas fileiras dos conservadores, ao passo que *Francisco Octaviano de Almeida Rosa,* seu successor, pertencia ao partido liberal.

Octaviano chegou a Buenos-Ayres no dia 16, e foi no dia 20 recebido pelo governo argentino.

321) **Intervenção de Solano Lopez.** — Fosse qual fosse o motivo da intervenção de Solano Lopez, é certo ter elle, desde que subiu ao poder, dado principio a serios preparativos bellicos quer instruindo os recrutas, quer formando novos acampamentos, quer augmentando em todos os sentidos o material de guerra e armezenando provisões. Mandou para a Europa agentes de confiança incumbidos de comprar canhões, espingardas e outras armas. Enviou para a Inglaterra diversos mancebos afim de estudarem assumptos militares, e chamou para o Paraguay trinta e dois operarios inglezes, que se occuparam de fortificar o paiz e de estabelecer officinas de fundição.

Quando Flores invadiu a Banda Oriental, Lopez queixou-se ao governo de Buenos-Ayres do auxilio que os argentinos prestavam a esse invasor, e pediu explicações a respeito do armamento da ilha de Martin Garcia. Como Bartholomeu Mitre, então presidente da Confederação, não désse resposta alguma, Lopez dirigiu-lhe uma nota mais energica e ameaçadora. Tendo no mesmo tempo offerecido a Montevidéo o seu apoio para suffocar a revolta dos colorados e para obstar á intervenção naquella lucta quer do Brasil, quer da Republica Argentina, o governo de Aguirre acceitou com jubilo esse offerecimento.

Representava nesse tempo o Brasil no Paraguay, como encarregado de negocios, Paiva Lopes Gama, a quem em agosto de 64 succedeu na qualidade de ministro residente, Vianna de Lima; porém antes de elle chegar á Assumpção, já Solano Lopez tinha offerecido seus bons officios a respeito da contenda na Banda Oriental (junho de 64), e essa mediação havia sido recusada no mez de julho tanto pelo ministro Saraiva em Montevidéo, como pelo ministro Dias Vieira, no Rio de Janeiro. Dando-se então Solano Lopez por offendido, fez com que seu, ministro Berges (30 de agosto) escrevesse ao embaixador brasileiro que a segurança da paz e a prosperidade do Paraguay ficariam ameaçadas, si as tropas do imperio entrassem no Estado Oriental. Quando, mais tarde, accusaram Lopez de ter dado principio ás hostilidades sem prévio aviso, segundo o costume dos povos civilizados, elle pretendeu que aquella nota continha *a sua official declaração de guerra.*

Em seguida á nota de 30 de agosto manifestou-se na capital grande agitação de espiritos. Uma deputação de notaveis apresentou-se a *El-Supremo* pedindo a guerra contra o Brasil. Respondeu Lopez : "O Paraguay não pode consentir que se desdenhe de sua politica ; já é tempo que se ouça a voz de nossa patria". A' noite houve dança, musica, serenata e refeição por ordem superior. Sob a impressão destas manifestações escreveu de novo, a tres de setembro, o ministro Berges ao representante do Brasil dizendo-lhe que, si o governo brasileiro não prescindisse de medidas repressivas contra o governo oriental, ao Paraguay cumpria tornar effectivo o seu protesto. Comtudo Lopez pareceu hesitar emquanto não lhe constou que os imperiaes se tinham unido a Flores. Foi então que para encetar as hostilidades lançou mão da occasião seguinte :

322) **Captura do "Marquez de Olinda , onze de novembro de 64.** — A dez de novembro fundeou no porto da Assumpção o paquete *Marquez de Olinda*

pertencente a uma companhia brasileira de vapores que faziam o serviço entre Montevidéo e Corumbá. Levava esse paquete o coronel Carneiro de Campos, novo presidente de Matto Grosso, diversos empregados brasileiros, despachos do governo imperial e dinheiro. Informado deste facto, Solano Lopez, que então se achava no acampamento de Cêrro Leon, incumbiu o commandante do vapor *Taquary* de dar caça áquelle navio que no dia onze seguira para o seu destino, e de, a todo o custo, reconduzil-o para a capital.

"Estamos persuadidos, e isso se deprehende de documentos do archivo de Lopez, que o dictador não se armava para fazer a guerra ao Brasil. O projecto que alimentava, era extender seus dominios para o sul conquistando Corrientes; talvez nem isso, mas sómente ganhar fama militar e influencia nas questões do Rio da Prata.

"A nossa intervenção de 1864 no Estado Oriental habilmente explorada pelos **blancos**, fez com que Lopez suspeitasse que pretendiamos fazer uma guerra de conquista. A repulsa da sua mediação irritou-o, e a cordialidade que então existia entre o governo imperial e o argentino, augmentou aquellas infundadas suspeitas. Consta-nos que o ministro oriental em Assumpção, o sr. Vasques Sagastume conseguiu convencer a Lopez de que havia um tratado secreto de alliança entre o Brasil e a Republica Argentina para a partilha do Paraguay e do Estado Oriental. Foi sob essas impressões que o vaidoso dictador se lançou á guerra contra o Brasil."

Assim Paranhos á pag. 85 da obra de Schneider.

Affirma o visconde de Ouro Preto que Lopez foi arrastado á guerra com o Brasil pelo embaixador do Uruguay, Vasquez Sagastume, e por Antonio de las Carreras, ministro de Aguirre, e que, reconhecendo mais tarde o seu erro, tratou de vingar-se mandando atormentar e por ultimo fuzilar Carreras. Sagastume escapou de ter a mesma sorte deixando o Paraguay logo depois da quéda de Aguirre.

**Cerro ou serro** é o nome que no Rio Grande do Sul e no Paraguay dão a uma elevação suave de terreno, que se ergue sobre o sólo como seguimento de grandes espheras; corresponde, pouco mais ou menos, ao nosso outeiro.

Não podendo o paquete brasileiro deixar de ceder á força, na madrugada do dia 13 surgiu no porto da Assumpção debaixo dos fogos do *Taquary* e rodeado por botes armados. Vianna de Lima, a quem o governo de Lopez recusou a licença de ir a bordo, pediu sem demora explicações ao ministro Berges, que respondeu annunciando-lhe a suspensão das relações diplomaticas entre o seu paiz e o imperio, bem como restringindo aos navios neutros a navegação do Paraguay. Protestou Vianna de Lima contra aquella vio-

lencia fazendo o Paraguay responsavel por perdas e damnos, e exigindo os passaportes para todo o pessoal da legação. Entregaram-lhe no dia quinze os passaportes, mas declararam que não restituiriam o paquete. Vedou, além disto, Lopez a sahida dos navios mercantes surtos no porto. Visto ser impossivel suppor que Vianna de Lima quizesse expor-se a todos os perigos e soffrimentos de uma viagem pelo interior, está claro que o tyranno tratava de retel-o como refem na Assumpção.

Consentiu sem embargo, El Supremo (29 de nov.), a pedido do ministro americano, Washburn, que um navio da republica levasse a Buenos-Ayres a legação brasileira. No dia 19 appareceu no *Semanario* (é o nome do jornal official, unico periodico do Paraguay naquelle tempo) a declaração de ser o *Marquez de Olinda* considerado boa presa, ficando, os empregados brasileiros, prisioneiros de guerra, e a carga confiscada. Recuperaram a liberdade apenas dois passageiros não militares, que residiam em Matto Grosso. Os mais foram levados para terra e postos em masmorras. A todos sem excepção davam a ração de soldado raso, sendo o coronel obrigado a comer na marmita juntamente com o simples grumete. Nenhum delles sobreviveu á guerra. Internados pelo paiz, morreram, alguns de doenças; outros, de fome; Carneiro de Campos e seis de seus companheiros foram no verão de 67 conduzidos para o acampamento de Passo Pocú, perto de Humaytá, onde pereceram na mais completa miseria. Carneiro succumbiu de sentimento quando lhe déram a noticia de terem os paraguayos surprehendido e derrotado os alliados em Tuyuty. Achou-se mais tarde em Humaytá uma carta delle escripta a lapis e dirigida á sua esposa. Nella, despedindo-se da sua familia, fazia uma horrorosa descripção dos tormentos por que passara.

O *Marquez de Olinda* foi armado com quatro peças e incorporado á esquadra, que já contava uns vinte vasos de guerra. O seu carregamento foi vendido em

hasta publica, e o seu producto, applicado aos preparativos da guerrra.

323) **Invasão de Matto Grosso.** — Comquanto não seja facil adivinhar qual fosse o plano de Lopez, é certo que elle resolveu invadir a provincia de Matto Grosso que sabia estar quasi sem meio algum de defesa. O primeiro corpo de tropa que contava 4200 homens e era capitaneado pelo coronel Barrios, embarcou na Assumpção a 14 de dezembro de 64. Outra divisão, composta de 5000 combatentes, destinados a occupar a villa de Miranda, Nioac e Coxim, partiu da cidade da Conceição por terra, obedecendo ao coronel Resquin. Commandava a esquadrilha paraguaya o vice-almirante Meza que logo havemos de ver na batalha do Riachuelo.

Estavam surtos deante do forte de Nova Coimbra, cuja guarnição orçava apenas em 155 homens, os pequenos vapores *Anhambahy* e *Jaurú* : aquelle fôra recentemente enviado de Cuyabá com algumas munições; este logo partiu para levar a Corumbá a noticia da chegada do inimigo. Era o forte governado pelo capitão Benedicto de Faria, mas dirigiu a defesa o tenente coronel *Porto Carrero,* commandante do corpo de artilharia de Matto Grosso e do districto militar do Baixo Paraguay, que alli se achava em visita de inspecção.

Como Porto Carrero tivesse sido, na arte militar, professor de Solano Lopez, que o chamava—*mi maestro*—gosava de muita estima em todo o Paraguay. Tendo no dia 25 os invasores lançado ferro a curta distancia do forte, ouviram um fogo bem nutrido de artilharia e de fuzilaria. Era a guarnição que estava fazendo um exercicio geral atirando sobre alvos collocados na margem fronteira e em varios pontos da direita. Estes alvos que no dia 27 ainda se achavam em seus logares, infundiram verdadeiro terror nos paraguayos, particularmente nos seus navios, que não ousaram transpol-os. Todas estas circumstancias podem de algum modo explicar a grande incapacidade que nesta occasião mostraram os soldados de Lopez.

Intimou Barrios no dia 27 ao commandante do forte que se rendesse, e tendo recebido resposta negativa, encetou o desembarque nas duas margens do rio. O *Anhambahy,* adeantando-se, produziu grande estrago nas forças que marchavam pela margem esquerda a occupar a fralda do Morro da Marinha, fronteiro ao forte; retirou-se, todavia, para cima do referido forte ao ver a esquadrilha inimiga avançar lentamente. Rompeu esta ás onze horas um bombardeamento que nenhum damno causou, porque os seus projectis apenas chegavam a meia distancia, e o mais interessante é que elles cahiam no meio dos proprios paraguayos, em cujas fileiras abriram notaveis claros. Receando alguma sortida nocturna, mandou Barrios á noite volver para os navios toda a gente que tinha descido á margem direita.

Voltaram ao assalto no dia 28 quando ás duas horas da tarde 250 homens tentaram penetrar no forte avançando até o parapeito ; porém foram cruelmente dizimados pela fuzilaria das seteiras e pela metralha do *Anhambahy*. Começaram no mesmo tempo a soffrer o fogo de seus proprios vasos, os quaes, atirando furiosos contra o forte, não repararam que as suas bombas cahiam no meio dos assaltantes. Buscaram os soldados galgar o parapeito, que em alguns logares era bastante baixo, mas foram rechassados a bala e a bayoneta. Saltaram dentro do forte apenas oito delles, porém morreram todos, menos um, que ficou prisioneiro. Tendo ás sete horas da tarde cessado o fogo, mandou Porto Carrero sahir duas partidas, que voltaram com 18 feridos e 85 espingardas abandonadas, relatando ao mesmo tempo que as circumvizinhanças estavam cobertas de cadaveres.

Ponderando Porto Carrero haver no forte muita falta de cartuxame, e não apparecer a minima esperança de algum soccorro, resolveu, depois de ouvir os seus officiaes, retirar-se naquella mesma noite rio acima. Realizou-se o embarque com toda a ordem ás onze horas sem a minima opposição do inimigo. Perseguiram os invasores o vapor *Anhambahy,* apresando-o por

abordagem no rio S. Lourenço; mataram a bala os que se atiraram a nado; trucidaram todas as pessoas encontradas a bordo; cortaram as orelhas dos seus cadaveres; dependuraram-nas, enfiadas em um cordão, no mastro grande e as levaram como trophéu para a Assumpção. Dizem que o proprio Lopez reprovou este acto de barbaridade. Além de nova Coimbra, a columna de Barrios occupou, em principios de janeiro de 65, Albuquerque, Corumbá e Dourados, povoações postas á margem do rio Paraguay.

Avançava, no entretanto, a columna de Resquin contra a villa de Miranda e contra as colonias militares de Dourados, Miranda, Nioac e Coxim, apoderando-se facilmente desses logares que achou quasi totalmente desguarnecidos. Com isto terminou a offensiva, porque os invasores não passaram além da emboccadura do rio S. Lourenço. Proclamaram a incorporação da parte occupada denominando-a—*Departamento do Alto Paraguay* — onde estabeleceram um governo regular, mas praticaram muitas e grandes crueldades, como o confessa o proprio Thompson.

Ao receber a noticia da invasão, o general Alexandre Albino de Carvalho, presidente de Matto Grosso, chamou ás armas toda a população e mandou occupar a parte extrema sul da coxilha de Melgaço para onde enviou, nomeando-o commandante superior da guarda nacional, o chefe de esquadra *Leverger* que fortificou aquella localidade. Já no mez de julho se achavam sob as armas, entre exercito e guarda nacional, 4.074 homens. Estas medidas fizeram com que o inimigo não ousasse subir até Cuyabá. Nem o governo imperial se esqueceu de dar diversas providencias para acudir á provincia de Matto Grosso, conforme diremos em outro logar (vide par. 343).

Corumbá, fundada em 1778, chama-se tambem Albuquerque Velho. Fica umas 19 leguas ao norte de Albuquerque Novo ou simplesmente **Albuquerque**, que está a 14 leguas ao norte de Coimbra e a uma legua do rio Paraguay.

Em 1778 estabeleceram um presidio no logar em que está hojo a **Villa de Miranda** sobre o rio do mesmo nome e a léste de Coimbra. Seu desenvolvimento data do tempo de Pedro I. — A

povoação de **Dourados** está á margem do rio Paraguay. — A colonia militar de **Coxim**, posta na confluencia dos rios Coxim e Taquary, foi inaugurada em 1862 — A colonia militar de **Nioac**, primitivamente **Anhuac**, foi em 1859, fundada sobre o rio do mesmo nome, affluente do Miranda.

A colonia militar de **Dourados**, fundada em 1861, está a 24 leguas S. E. de Nioac, á margem do rio dos Dourados, affluente do Brilhante, tributario do Paraná.

A colonia militar de **Miranda** foi creada em 1850, porém só se inaugurou em 1859, nas cabeceiras do rio do mesmo nome.

# VI

# GUERRA DO PARAGUAY (1865-70) (1)

## PERIODO I

## Mitre, Flores, Osorio, Tamandaré, Polydoro e Porto Alegre

324) **Hostilidades dos paraguayos contra a Republica Argentina.** — Quando Lopez viu cahir o Salto e Paysandú resolveu aggredir o Brasil tambem por outro lado e marchar em apoio dos *blancos* de Uruguay.

---

(1) "A guerra com o Paraguay teve importancia tão decisiva sobre o nosso destino nacional, teve-a tambem sobre o de todo o Rio da Prata, que se póde ver nella como o divisor das aguas da historia contemporanea. Ella marca o apogeu do imperio, mas tambem procedem della as causas principaes da decadencia e da quéda da dynastia; o aspecto e o desenvolvimento do Prata com a fascinação que elle exerce, o ascendente militar (pelos nomes chamados legendarios, pelas reivindicações da classe, tendo á frente os homens que se déram a conhecer ao exercito e se ligaram entre si pela camaradagem da campanha); o americanismo; a propria emancipação dos escravos que por diversos modos se prende á guerra (residencia em paizes sem escravos de milhares de brasileiros de todas as classes; ultrajes constantes ao Brasil por causa da escravidão por parte dos inimigos e da Alliança; inferioridade militar effectiva por esse motivo; libertação, graças ao Conde d'Eu, marido da herdeira do throno, dos escravos da nação vencida; a propaganda republicana (em parte de origem platina); influencia das instituições e homens do Prata, durante a guerra, sobre Quintino Bocayuva e outros, influxo politico do acampamento alliado sobre a nossa officialidade, principalmente a rio-grandense)."

Assim fala Joaquim Nabuco no seu "Um Estadista do Imperio" vol. II, pag. 189.

Pediu, pois, á Republica Argentina (14 de janeiro de 65) licença para atravessar o territorio de Missões afim de entrar no Rio Grande do Sul. Respondeu Mitre a 9 de fevereiro recusando essa licença e declarando ao dictador que podia utilizar-se das vias fluviaes, comtanto que não tocasse nas margens dos rios. A' vista desta resposta retirou-se de Buenos-Ayres o consul paraguayo Camiños. Quando mais tarde recebeu o manifesto de 26 de janeiro em que o plenipotenciario do imperio, Paranhos, dizia que o Brasil acceitava com todas as suas consequencias a lucta que o Paraguay lhe impunha invadindo Matto Grosso, Lopez convocou (15 de fev.) para o dia cinco de março um congresso, que declarou guerra á Republica Argentina, concedeu a *El-Supremo* plenos poderes durante a guerra, recommendou-lhe não expuzesse a perigos a sua pessoa, e o investiu do titulo de marechal.

Em consequencia destas resoluções o ministro Berges, a 29 de março, escreveu ao seu collega argentino, Elizalde, que o Paraguay lhe declarava a guerra; porém essa nota só foi entregue a tres de maio.

Correram em principios de abril em Buenos-Ayres diversos boatos relativos ás disposições hostis do Paraguay. Na verdade aprisionava Solano Lopez nesse tempo no porto da Assumpção o vapor mercante argentino *Salto,* e mandava (13 de abril) surprehender, deante da cidade de Corrientes, dois vasos de guerra que Mitre enviára naquella direcção afim de averiguar quaes fossem na realidade as disposições da republica. Os dois vasos foram levados para Humaytá e reunidos á esquadra do marechal. Chegaram no dia seguinte, 14, cinco mil paraguayos, capitaneados pelo general Robles; entraram em Corrientes, estabeleceram alli um governo provisorio, seguiram para o sul até Bella-Vista e trataram de occupar a provincia inteira. Comquanto Lopez elevasse logo depois esse exercito a trinta mil homens e o munisse de sessenta canhões, não lograram os invasores chegar á parte meridional da provincia e nem conseguiram dominar no centro, porque o gover-

nador *Lagranha,* apesar de se ter mostrado algum tanto fraco a principio, não se demorou em desenvolver grande energia.

A noticia desses factos produziu em Buenos-Ayres tremenda explosão popular, pedindo todos em altos brados ao governo declarasse sem demora guerra ao Paraguay. Havendo o presidente Mitre tentado inutilmente socegar o povo dizendo que esperassem noticias mais seguras, pronunciou as memoraveis palavras que infelizmente não se realizaram. "Srs!.. dentro de 24 horas estaremos nos quarteis; dentro de 15 dias, em campanha; dentro de 3 mezes, na Assumpção."

325) **Tratado da triplice alliança, 1.° de maio de 65.** — Comquanto Mitre tivesse até agora recusado tomar parte em favor de qualquer dos belligerantes, as circumstancias actuaes o levaram a celebrar um tratado de alliança offensiva e defensiva com o Brasil e com Flores. Os plenipotenciarios que negociaram esse tratado, e o assignaram no primeiro de maio de 65, foram D. Carlos de Castro, pela Republica Oriental; o dr. Octaviano, pelo Brasil; D. Rufino de Elizalde, pela Confederação Argentina. Elles, em resumo, concordaram no seguinte :

Emquanto o theatro da guerra fôr o territorio da Republica Argentina ou o do Paraguay, D. Bartholomeu Mitre será o general em chefe ; caso, todavia, esse theatro se mudasse para a Banda Oriental ou para o Brasil, as altas partes contractantes se comprometem a ceder uma á outra respectivamente o mando supremo. As forças maritimas dos alliados estarão sob o commando immediato do visconde de Tamandaré ; Flores commandará os orientaes, reforçados com uma divisão de brasileiros e outra de argentinos. As forças terrestres do Brasil ficarão ás ordens immediatas do brigadeiro Manuel Luiz Osorio. Cada um dos alliados fará todas as despesas necessarias ás suas proprias tropas; cada um delles, todavia, si lhe fôr possivel, fornecerá ao outro os meios de que este por ventura

precisasse. Não se tratará com o inimigo isoladamente; as armas não serão depostas sinão de commum accordo e só depois de derrubar o actual governo do Paraguay. Poderão os alliados formar uma legião dos paraguayos (1) contrarios ao governo de Lopez, e lhes fornecerão os meios necessarios para o fim que se propõem. Será garantida collectivamente a independencia e integridade da republica do Paraguay. Os privilegios, favores, concessões, etc., que um dos alliados conseguir do Paraguay, serão communs a todos elles e com as mesmas condições. Do governo que se estabelecerá na capital daquella republica, os alliados exigirão a livre navegação dos rios Paraguay e Paraná; bem como o pagamento das despesas da guerra, reparação e indemnização dos prejuizos, etc.

Accrescentaram em um protocollo addicional — 1 que as fortificações de Humaytá seriam arrasadas, e não se consintiria que se levantasse outra fortaleza da mesma qualidade ; — 2) que seriam confiscadas, e repartidas entre os alliados todas as armas e qualquer outro instrumento bellico, os trophéus e os despojos tomados ao inimigo.

Este tratado devia conservar-se secreto; porém, sendo publicado pelo ministro inglez lord Russel, causou um grande abalo, conforme diremos no par. 341.

E' de observar que este tratado foi naquelle tempo, e tem sido depois, grandemente censurado pela imprensa e por todos os autores nacionaes e extrangeiros. Nós, sem entrarmos em particularidades e sem pretendermos accusar, defender ou adular a pessoa alguma, diremos simplesmente que da alliança precisava mais a Republica Argentina do que o Brasil ,ao qual, no entretanto, foram impostos pesos insupportaveis ; que sem os sacrificios gravissimos feitos pelo imperio, sem a firmeza do seu governo e sem o heroico valor de

(1) Durante o governo de Francia e dos dois Lopez um bom numero de paraguayos, alguns de propria vontade, outros desterrados, tinham passado para o territorio argentino. Estes, no principio da guerra, protestaram contra o tyranno, e, pegando em armas, formaram a chamada legião paraguaya, que combateu ao lado dos alliados.

seus soldados, a victoria não se alcançava. Ainda assim não saberiamos dizer qual seria o ultimo desfecho, si Mitre continuasse a servir de general em chefe.

326) **Proceder equivoco de Urquiza.** — Concluido o tratado da triplice alliança, occuparam-se os alliados dos preparativos bellicos. Procedeu o Brasil a um recrutamento geral e rigoroso, decretou premios e privilegios a quem se offerecesse voluntario para a defesa da patria, mandou comprar navios na Europa e construir outros em seus estaleiros. Afim de instruir e disciplinar os novos recrutas estabeleceram os alliados um campo de instrucção perto da *Concordia,* cidade argentina posta á margem direita do Uruguay. Foi nesse campo que Mitre pelos fins de junho assumiu o commando em chefe.

Um dos pontos que desde o principio peoccuparam os alliados, era o procedimento que teria o general Urquiza : pois constava ser elle amigo de Lopez e inimigo politico de Mitre. Todos, portanto, ficaram admirados quando viram o velho general dirigir-se a Buenos-Ayres e pôr-se, com a gente da sua provincia, á disposição do governo da republica. Como, todavia, fosse difficil dar-lhe plenamente credito, os plenipotenciarios recusaram admittil-o aos segredos da alliança, sob o pretexto de ser elle simples governador de uma provincia. Comtudo soube Urquiza inculcar tão bem o seu patriotismo, que afinal Mitre e Flores acreditaram na sinceridade de suas intenções, e até concordaram em confiar-lhe o commando de toda a cavallaria que reunisse na sua provincia de Entre-Rios, e que devia formar uma vanguarda com operações independentes. Reuniu de facto Urquiza dez mil homens de milicias, na maior parte cavallaria de gaúchos legitimos. Mitre forneceu armas e munições, mas Urquiza pagou o soldo. Concentrou as suas tropas em *Basualdo,* aguardando nesse logar o signal de marchar contra os paraguayos. Entreteve relações de amizade com os generaes do acampamento da Concordia, deixando só de mani-

festar confiança em Flores. Em uma de suas visitas a esse acampamento foi surprehendido pela noticia de se ter quasi todo o seu contingente dispersado levantando-se contra a triplice alliança. Regressando então a Basualdo, encetou medidas repressivas e tratou de justificar-se perante os alliados, que, todavia, entregaram a vanguarda a Flores. Tentando por diversas vezes arredar de si as suspeitas, remetteu em 1866 para o acampamento dos alliados 250 homens, os quaes a bordo do transpporte que os conduzia, se amotinaram, sendo por isso reenviados.

Ficam, portanto, duvidosas quaes fossem realmente as intenções de Urquiza nesta ultima phase da sua vida, á qual mais tarde poz termo o seu proprio genro.

O certo é que elle, retirando-se para a sua residencia de S. José, desappareceu da scena politica. Affirma Paranhos nas notas á obra de Schneider ser hoje geralmente sabido que esse caudilho sympathizava com a causa de Lopez.

327) **Preparativos para a batalha do Riachuelo.** — Tinha o visconde de Tamandaré desde o dia cinco de abril mandado subir pelo Paraná quatro navios ás ordens do capitão de mar e guerra *José Secundino de Gomensoro*. Desejando, comtudo, tornar effectivo o bloqueio a que no dia dez de abril sujeitára os portos do Paraguay, enviou egualmente rio acima com mais oito vapores o chefe de divisão *Francisco Manuel Barroso da Silva,* que a 20 de maio tomou em Goya posse do commando daquella esquadrilha. Com Barroso combinou Paunero um golpe de mão sobre a cidade de Corrientes, da qual Robles já retirára o grosso do exercito, descendo até Bella Vista, porque recebera ordem de invadir toda aquella provincia e a de Entre-Rios.

O objectivo deste ataque era obrigar o inimigo a retroceder, e desistir da invasão. Assomaram os nossos no porto ás onze horas do dia 25 de maio, e entraram facilmente na cidade. Ponderando, todavia, que não poderiam resistir ao exercito de Robles, retiraram-se

dentro em breve, descendo as tropas argentinas em transportes de véla até o Rincon de Souto, e indo os navios brasileiros surgir a egual distancia de Corrientes e da foz do Riachuelo.

A umas tres leguas da cidade de Corrientes desagua na margem esquerda do Paraná um arroio que procede da lagôa *Maloya,* e não tem denominação propria. Chamam-no *Riachuelo* que é diminutivo de riacho. O Paraná nesse ponto tem, pouco mais ou menos, legua e meia de largura, mas a parte navegavel se reduz a uns 350 metros apenas, estando, além disto, atravancada por numerosas ilhas, das quaes duas são grandes e cobertas de matto. Encobre a foz do Riachuelo uma ilha que, do Paraná, apenas deixa avistar o pequeno regato. A' margem direita do Riachuelo está sobre uma eminencia a vivenda de *Santiago Derqui,* em cujas proximidades os paraguayos estabeleceram o seu arraial quando Paunero surprehendeu a cidade de Corrientes. Foi nesse logar que Bruguez levantou suas baterias de 22 canhões e fez tudo com tanto segredo, que os nossos não tiveram nenhuma noticia dellas, sinão no meio da peleja.

Sobre a margem esquerda da foz do referido Riachuelo descortina-se a beira baixa e arenosa do Paraná, revestida de vegetação acanhada. Chama-se Rincon de Lagranha. Estiveram neste sitio trezentos fuzileiros a combater contra a esquadra brasileira.

Comprehendendo Solano Lopez que a nossa esquadra formava um obstaculo insuperavel ao progresso da invasão no territorio argentino ,resolveu mandal-a destruir, e não se póde negar que a posição escolhida lhe era grandemente favoravel, e tudo tinha elle preparado muito bem para conseguir o seu fim. Além do logar, era desfavoravel aos nossos a qualidade dos navios, já por serem todos de madeira, já por terem calado maior que o dos paraguayos. Era, por conseguinte, difficil movel-os no rio, e ainda mais chegal-os perto dos vasos inimigos.

328) **Batalha do Riachuelo, 11 de junho de 65.** — Passando Lopez a Humaytá, enviou no dia dez rio abaixo nove vapores e seis baterias fluctuantes (chatas) munidos de cincoenta e uma boccas de fogo e tripulados por 2.500 homens: tudo ás ordens do vice-almirante Meza, aquelle mesmo que comandava a flotilha paraguaya deante do forte de Nova Coimbra. Chegando de madrugada, deviam aggredir de subito a nossa frota; mas, como um dos vapores partisse nas Tres Boccas a helice, houve demora, e só appareceram á vista do inimigo pelas nove horas do dia onze de junho. Estavam os brasileiros com os fogos apagados e dispondo-se para o almoço, quando do tope de vante da *Mearim* se ouviu cahir este grito: *Navio á prôa,* e logo este outro: *Esquadra inimiga á vista.* Içou de prompto a *Mearim* a bandeira correspondente, e a *Amazonas* desfraldou aos ventos o tremendo signal: *Preparar para combate. O Brasil espera que todos cumpram com seu dever.*

Os vasos da nossa esquadra são apenas nove, todos de vapor, ancorados perto da margem direita do Paraná, a meia distancia entre Corrientes e a foz do Riachuelo, com 59 canhões e 2.297 combatentes. Deante delles perpassam oito vapores inimigos (o nono ficára nas Tres Boccas), que rebocam as chatas, navegam rio abaixo, e, virando de bordo, vão collocar-se sob a protecção das baterias de terra. Movem-se então os nossos navios, seguindo a *Amazonas* na esteira da *Belmonte,* que vae na vanguarda. Está Barroso no passadiço daquelle vaso a dar suas ordens; trava-se a tremenda lucta. Não cabendo nas proporções do nosso trabalho entrar numa descripção minuciosa, limitar-nos-emos a indicar as circumstancias seguintes.

Tendo a *Jequitinhonha* encalhado desde o principio bem perto da bateria Bruguez, teve de soffrer todo aquelle dia os tiros daquelles terriveis canhões, e de repellir diversas abordagens de tres vasos inimigos. A *Parnahyba,* collocada no centro da linha de combate, fazia fogo terrivel de ambos os lados, quando foi abor-

dada por quatro navios. Mais de cem paraguayos já estão no seu convez e combatem furiosamente corpo a corpo com a guarnição, cujo chefe resolve lançar fogo ao paiol da polvora, mas vôa naquelle instante em seu auxilio a *Amazonas* seguida pela *Mearim* e pela *Belmonte,* que a livram, mettendo a pique os navios aggressores, menos um, que foge. Durante todo o combate Barroso mostrou incomparavel valor, ficando firme no passadiço e fazendo do navio almirante um ariete com o qual mandou a pique varios dos vasos inimigos. O medonho duello durou até ás cinco horas da tarde.

Custou-nos este triumpho 104 mortos, 123 feridos e 20 extraviados. Todos os navios receberam avarias notaveis. Das embarcações inimigas, só se salvaram cinco, porque 4 fugiram a bom fugir e uma ficára nas Tres Boccas. Das bateriras fluctuantes, duas desceram ao fundo; 4 cahiram nas mãos dos nossos. Perderam, além disto, os paraguayos para mais de 1.500 homens. Entre os trophéus da victoria contaram-se as bandeiras e as flammulas do *Marquez de Olinda,* do *Salto* e do *Paraguary.* Impossivel enumerar os altos feitos de herioismo dos nossos officiaes e soldados. Basta dizer que todos desde o primeiro até o ultimo, praticaram façanhas gloriosas. Nem os paraguayos deixaram de mostrar notavel ousadia, tenacidade, valor.

"A batalha do Riachuelo, diz Ouro Preto na "Marinha d'Outr'Ora", pag. 187, considerada debaixo do ponto de vista exclusivamente militar, foi um dos maiores feitos navaes de que reza a historia. Ella assignalou uma época notavel nos annaes da marinha, innovando audaciosamente a tactica até então conhecida. Só em combates parciaes, se tinha apreciado o proveito a tirar do vapor, jámais experimentado nas grandes luctas de esquadra contra esquadra. Ao Brasil coube a gloria de resolver esse problema, mostrando o genio militar do chefe Barroso que um simples navio de madeira, de rodas e calado improprios para o theatro de suas evoluções, podia ser empregado como irresistivel

ariete. A apreciação insuspeita das grandes nações maritimas ainda mais realça os louros colhidos pelo imperio no memoravel dia 11 de junho de 1865."

O governo imperial mandou cunhar uma bella medalha para distinguir os bravos vencedores. Alguns navios receberam o nome dos que alli tinham gloriosamente succumbido. Barroso foi agraciado com o titulo de barão do Amazonas, e ao navio delle o governo concedeu distincções especiaes ; pois mandou collocar junto da roda do leme a insignia de cavalleiro da Ordem do Cruzeiro e no mastro de prôa, a fita da mesma Ordem como uma flammula gloriosa.

Comquanto Lopez tivesse recebido noticias telegraphicas da terrivel derrota, nada publicára, de sorte que foi indescriptivel a magua do povo quando no dia 12 viu chegar os quatro vapores fugitivos e com elles o chefe Meza, gravemente ferido. Mandou-lhe o marechal dizer que seria fuzilado apenas estivesse sufficientemente restabelecido. Elle, porém, expirou no dia 28 de junho. Era Meza um velho marinheiro, bravo, intrepido e apto para bater-se no commando de um navio contra outro navio; porém não possuia capacidade para dirigir uma esquadra em acção de combate. Quiz Lopez dissimular sua irritação publicando que conseguira uma brilhante victoria, e mandando cunhar uma medalha para premiar os artilheiros que tinham pelejado ás ordens de Bruguez.

329) **Mercedes e Cuevas.** — Demoraram-se os nossos nas aguas do Riachuelo até o dia 18, tratando nesse tempo de reparar as avarias de seus vasos. Tentaram no dia 12 safar a corveta Jequitinhonha; mas, ao verem como ella se achava arruinada, resolveram encravar-lhe os canhões e entrega-la ás chammas ; porém, o fogo activissimo da bateria Bruguez tornou impossivel incendiar os restos do *Marquez de Olinda* e do *Araguary,* e bem assim inutilizar a artilharia desses dois vasos inimigos. Apoderaram-se, portanto, os paraguayos dos canhões da Jequinhonha.

Com o intuito de cortar a retirada á nossa esquadra, ergueu Robles, logo depois da batalha do Riachuelo, em um sitio denomindo *Mercedes,* um pouco acima do *Empedrado,* uma bateria de 38 canhões, apoiada por tres mil atiradores escolhidos. Informado deste facto resolveu Barroso navegar rio abaixo, e ás onze horas do dia 18 de junho apresentou-se no passo de Mercedes. Os navios investem sob as granadas, metralhas e fuzilaria da margem, arremessando tambem para ella vivissimo fogo; passam, todavia, incolumes, tendo apenas 12 feridos e dois mortos.

Obedecendo ás suas instrucções vae Barroso fundear no Chimboral, entre o Empedrado e Bella Vista, onde se occupa em reparar os navios. Recebe finalmente ordem de descer até o Rincão de Souto, pouco acima de Goya, mas deve mais uma vez passar sob o fogo do inimigo, que se aproveitára da demora para, no sitio denominado *Cuevas,* levantar uma bateria de quarenta canhões, auxiliada por tres mil homens de infanteria, e por estativas de foguetes á Congréve como em Mercedes. Esta posição fôra habilmente escolhida em logar estreito e de barrancas elevadas. Permittia, além disto, a sinuosidade do canal e da margem canhonear os nosso vasos pela prôa, de travez e pela popa.

Assoma Barroso nesse logar, no dia 12 de agosto, com a sua esquadra, sobre a qual, durante uns trinta minutos, cae um diluvio de bombas, de granadas, de foguetes, de balas. Os nossos respondem e passam sem perder nenhum navio, mas com o prejuizo de grandes avarias, de treze mortos e de 28 feridos.

330) **Expedição de Estigarribia.** — Desde o mez de janeiro de 65 reunira Lopez em Itapúa de frente da Candelaria um corpo de doze mil homens, com doze peças de campanha, sob o commando do coronel Antonio de la Cruz Estigarribia e do major Pedro Duarte. Atravessou Estigarribia o Paraná, invadiu o territorio correntino de Missões, fez reconhecimentos

até S. Thomé e demorou-se algum tempo no antigo estabelecimento de S. Carlos a preparar botes, pranchas, jangadas, carros e carroças (1). Partindo desse logar (18 de junho), entrou Estigarribia em S. Thomé (9 de julho), e atravessou sem muita difficuldade o Uruguay (11); occupou S. Borja (12), e seguiu (17 de julho) para Itaqui, deixando em toda a parte profundos vestigios da sua passagem. Fizeram-lhe os brasileiros alguma opposição na beira do rio e perto das referidas villas; mas evitaram um combate formal por terem poucos soldados, e estes quasi todos bisonhos, muito mal vestidos e mal armados. Merece apenas ser mencionado o combate que no dia 27 de julho travaram no rio *Botuhy* com uma columna de 500 homens, combate em que os inimigos deixaram no campo muitos mortos, feridos e prisioneiros, bem como duas bandeiras, muito armamento e toda a cavalhada.

O objectivo da expedição de Estigarribia era dar a mão ao partido blanco do Estado Oriental, e ameaçar pela marcha de flanco o acampamento dos alliados na Concordia, exgottar os recursos do paiz e impedir que as tropas do Rio Grande atacassem o Paraguay pelo lado de sudéste. A partir de S. Thomé adoptou Estigarribia a marcha dupla e simultanea fazendo com que Pedro Duarte descesse pela margem direita, emquanto elle seguia pela esquerda.

Suppondo que os vasos de guerra brasileiros não se aventurariam além do Salto Grande, cuidou poder conservar as communicações das duas columnas por meio dos botes com que atravessára o rio deante de S. Borja. Tornou, porém, muito dificeis e quasi impossiveis es-

---

(1) **Itapúa**, no Paraguay, á margem direita do Paraná, é a antiga aldêa de **Encarnacion**.

**S. Thomé** fica á margem direita do Uruguay, onde em 1812 o general Chagas dos Santos sustentou um brilhante combate com as forças de Otorquez. As nossas tropas destruiram essa posição em 1817.

**S. Carlos** está em ruinas desde o tempo da guerra contra Artigas (1816-20). Essas ruinas ficam a curta distancia das de **Apostoles**, entre o Uruguay e o Paraná. Hoje, um espesso matto cobre os lastimosos restos dessas e de outras aldêas das antigas Missões d'além Paraná!

sas communicações um pequeno vapor de reboque que Canabarro mandou munir de um canhão, dando-lhe o nome de *Uruguay* e confiando-o ao então primeiro tenente *Floriano Peixoto,* futuro vice-presidente da republica brasileira. A 31 de julho o pequeno *Uruguay* metteu a pique as canôas inimigas que cruzavam de uma para outra margem, e no dia seguinte sustentou vivissimo fogo com o general inimigo, sahindo-se sempre vencedor.

Atravessava, no entretanto, Estigarribia o Ibicuhy (21 de julho) no Passo Santa Maria, demorava-se algum tempo perto do rio Toropasso, sobre o qual lançou uma ponte, e entrava (5 de agosto) em Uruguayana (1) que saqueou como fizera a S. Borja e a Itaqui. Não tardou, todavia, a ser nessa villa sitiado mui seriamente e obrigado a entregar-se com todo o seu exercito.

331 ) **Batalha de Jatahy, 17 de agosto de 65.** — Conforme já vimos, acompanhava o general Estigarribia, como official subalterno, o major Pedro Duarte, que em S. Thomé se separou delle, seguindo pela margem direita em marcha parallela, conservando-se sempre na mesma altura e em continua correspondencia com o seu chefe. Comtudo, quando essa communicação ficou impedida pelo pequeno vapor *Uruguay,* Pedro Duarte se achou isolado. Continuou, todavia, a sua marcha indo no dia dez de agosto pôr o seu campo na confluencia do pequeno rio Jatahy com o Uruguay.

Informados desta invasão, os generaes do acampamento da Concordia resolveram que Paunero se reunisse a Flores e, juntos, aggredissem os paraguayos. Flores, que se achava na Concordia, partiu incontinenti. Paunero, desde o feliz commettimento de Corrientes, tomára posição no centro dessa provincia, a egual distancia do Paraná e do Uruguay, afim de,

(1) Foi essa povoação (Sant'Anna de Uruguayana) fundada em 1843 por ordem do governo revolucionario do Rio Grande, que para esse ponto transferiu os habitantes do Passo de Sant'Anna Velha. Traçou-lhe logo depois Caxias as praças e as ruas fazendo tambem que lhe fosse conferido o titulo de villa.

segundo as circumstancias, acudir ou ao general Cáceres em Bella Vista e Santa Lucia, ou aos brasileiros concentrados no Rio Grande. Uniram-se os dois generaes, no dia treze de agosto, algumas leguas ao sul do arroio Jatahy.

Contavam os alliados oito mil homens com trinta e duas boccas de fogo; Duarte, apenas tres mil duzentos e vinte. Tinha Duarte na retaguarda o riacho Jatahy; na frente, uma elevação, donde a artilharia dos alliados varria a columna até á reserva e ao trem. Na lucta que se travou no dia 17, que durou duas horas e foi renhida, obstinada, sangrenta, a fortuna das armas pronunciou-se em favor dos alliados, que déram cabo da columna, ficaram senhores do campo, tomaram quatro bandeiras, quatro peças de artilharia e toda a bagagem. Tiveram, é verdade, 83 mortos e 257 feridos; porém mataram ao inimigo 1.700 soldados; feriram 300, e fizeram 1.200 prisioneiros, contando-se entre estes ultimos o proprio major Pedro Duarte, que foi enviado para Buenos-Ayres. Bem poucos lograram fugir.

Enviou Flores, depois da victoria, os seus ajudantes de ordens communicar aos generaes Caldwell e Canabarro o resultado do encontro. Mandou com elles o tenente José Zorilla, encarregando-o de apresentar a Estigarribia uma intimação para que se rendesse. Egual intimação lhe fizeram os generaes brasileiros, mas todos receberam resposta negativa. Sahiu, comtudo, Estigarribia, no dia 19, de Uruguayana, tentando fugir pelo lado do norte com todo o seu armamento, mas recuou perante a divisão de Canabarro, disposta a disputar-lhe a passagem. Atravessou, portanto, Flores no dia 21 de agosto o Uruguay indo com a maior parte de suas tropas reunir-se aos brasileiros deante de Uruguayana, para onde se transferiu egualmente (10 de set.) o general Mitre. Chegaram por esse mesmo tempo (21 de ag.) ao rio Uruguay, perto de Uruguayana, diversos vapores e chatas imperiaes que serviram para completar o cêrco dessa villa.

332) **Rendição de Uruguayana, 18 de set. de 65.**— Logo que na capital do imperio constou terem os paraguayos entrado no territorio brasileiro, o imperador, apesar da opposição de seus ministros e conselheiros, resolveu apresentar-se pessoalmente no theatro da guerra. Levando, pois, em sua companhia seus dois genros, o conde d'Eu e o duque de Saxe, o ministro da guerra Ferraz, o marquez de Caxias, os generaes Cabral, Lamare, Beaurepaire-Rohan, e outros, partiu no dia dez de julho a bordo do vapor *Santa Maria,* escoltado por numerosos vasos de guerra; chegou no dia 19 a Porto Alegre, donde no dia 23 do referido mez seguiu para o Rio Pardo, Cachoeira, Passo de S. Lourenço (no Jacuhy), Caçapava, S. Gabriel, Passo do Rosario (no Santa Maria), Alegrete, Ibiraocahy e Toropasso, sendo no dia onze de set. recebido com todas as honras no campo de Uruguayana pelos generaes brasileiros e alliados.

Havia antes dessa data occorrido no acampamento diversos factos, dos quaes apontaremos só os principaes. Tinham os alliados — Flores, Tamandaré, Porto Alegre e Paunero — a dois de setembro dirigido ao general paraguayo uma extensa nota collectiva propondo-lhe um convenio, nota á qual Estigarribia respondeu no dia cinco declarando que em nenhum caso consentiria em capitular.

Surgira entre os alliados a questão do general em chefe, pretendendo Mitre exercer a sua autoridade sobre os brasileiros tambem em territorio do imperio, questão esta que o imperador resolveu elevando o conde de Porto Alegre ao mando supremo e independente dos imperiaes.

Como na villa assediada reinasse grande fome, um soldado, durante a noite do dia 15 de setembro, chegou ás nossas avançadas, onde comeu tanto, que succumbiu a uma terrivel indigestão. Revelou, todavia, antes de morrer, que Estigarribia estava tratando de se evadir naquella mesma noite pelo rio em botes que com este intuito tinha construido. Tomaram, portanto,

as suas precauções e buscaram accelerar o desfecho do assedio. Passou (16) o imperador revista geral a todo o exercito e presidiu (17) a uma conferencia em que, depois de ouvir as diversas opiniões, ordenou que ás seis horas do dia seguinte as tropas tomassem posição de ataque (1).

Aém dos soldados e marinheiros que estavam na esquadra eram pouco mais ou menos 17.415 homens com 54 boccas de fogo ao todo. Tendo-se todos muito regularmente chegado ás trincheiras, mandou Porto Alegre ao meio dia, em nome do imperador e dos chefes alliados, a ultima intimação aos inimigos concedendo duas horas para elles reflectirem. Estava esse prazo fatal a expirar, quando veiu a resposta seguinte : — 1) O commandante entrega prisioneira toda a divisão. — 2) Os chefes, officiaes e empregados de distincção sahirão com armas e bagagens e poderão regressar ao Paraguay, si quizerem ; do contrario poderão escolher o logar da sua residencia e serão sustentados á custa dos alliados. — 3) Os chefes e officiaes orientaes ficarão prisioneiros do imperio.

Admittiram os alliados a 1.ª e a 3.ª condição, mas, quanto á 2.ª, replicaram que *sahiriam desarmados* e não voltariam ao Paraguay.

Acceitou Estigarribia esta réplica accrescentando ser seu desejo que o imperador fosse o principal garante da capitulação; entregou a espada ao ministro Ferraz, que a apresentou ao imperador, o qual a offereceu ao mesmo ministro dizendo-lhe que a guardasse como lembrança do facto. Alcançou logo depois Ferraz ao general paraguayo a honra distincta de ser pelo imperador recebido em audiencia particular

Emquanto os paraguayos entregavam as armas, o imperador entrou na villa a cavallo, percorreu as ruas,

(1) Apesar de seus gloriosos antecedentes, Caxias, por não pertencer á politica dominante, não foi convidado nem para a conferencia, nem para as operações militares. "Doeu-me sobremaneira, disse elle mais tarde no senado, mas resignei-me."

principaes e foi hospedar-se no palacio do governo. Começou ás quatro horas da tarde e terminou ás seis o exodo dos prisioneiros passando pelo meio dos vencedores em columna cerrada e a dois de fundo ao todo 5.531 praças de pret e 59 officiaes, sem contar os que durante o assedio, tinham desertado para o nosso campo. Foram distribuidos em grupos e alojados ao pé do acampamento. Os tropheus consistiram em sete bandeiras e todo o armamento. Dos prisioneiros, muitos foram admittidos no exercito oriental e no argentino, medida esta que provocou acerbas reclamações de Lopez e não produziu bom resultado.

Durante toda esta guerra, os prisioneiros internados no Brasil, quer fossem officiaes, quer soldados, receberam sempre soldo, vestuario, alimentação e alojamento por conta do governo, e nunca foram obrigados a trabalhar. Na Republica Argentina, pelo contrario, deviam sustentar-se com o seu proprio trabalho, e, a maior parte delles, incorporados ás tropas do governo, tiveram de passar a servir na fronteira da Patagonia.

Publicou no dia 19 o general Porto Alegre uma ordem do dia declarando que este successo incruento duplicava o dever de respeitar a desgraça do inimigo vencido.

Mencionou mais tarde a imprensa este facto como o primeiro exemplo, na historia da America do Sul, de um triumpho não deturpado com actos de violencia pelo vencedor.

Para affirmar semelhante cousa cumpre ignorar totalmente a historia do Brasil, pois de *triumphos não deturpados com actos de violencia pelo vencedor,* temos nesta historia visto um grande numero. Basta citar, por exemplo, o dos portuguezes contra os francezes em 1615 no Maranhão ; o da Bahia em 1625 ; o de Pernambuco em 1654, etc. Até nas guerras civis em que as paixões costumam ser mais ardentes, não sempre, melhor diriamos raras vezes, no Brasil o vencedor deturpou o seu triumpho com actos de violencia.

Emquanto o imperador regressava para o Rio de Janeiro e era alli recebido em triumpho, as tropas atravessavam o Uruguay afim de marchar quanto antes contra o general Resquin, que, havia mezes, succedera a Robles em Corrientes.

333) **A desillusão de Lopez** — por este tempo era completa. Mandára elle invadir Matto Grosso, esperando, talvez, conquistar toda a provincia, mas essa invasão teve de parar deante das medidas de defesa tomadas pelas autoridades brasileiras, e a este tempo, era sem duvida Lopez informado por seus agentes de que em S. Paulo, Minas e Goyaz se reuniam tropas afim de realizar no rio Apa uma contra-invasão (vide par. 343). Depositára o mesmo Lopez grande confiança na sua esquadra, que realmente era muito respeitavel, porém ella fôra destruida nas aguas do Riachuelo. Contára com o seu grande exercito destinado a invadir o Brasil, a Banda Oriental e a Republica Argentina, mas esse exercito já não existia por ter sido anniquilado em Jatahy e em Uruguayana ; nem deixára de padecer grandes prejuizos o de Corrientes, confiado primeiro a Robles e logo depois a Resquin. Segundo o proprio Thompson, o exercito paraguayo a principio constava de 80.000 homens; delles, porém, entre mortos, feridos e prisioneiros, já faltavam passante de 40.000. Animára egualmente o dictador a *Questão Christie* (vide par. 308-310) que causára a suspensão das relações diplomaticas entre o Brasil e a Inglaterra, mas essas relações por desgraça de Lopez haviam sido reatadas a 23 de setembro deante de Uruguayana.

Contribuiram neste tempo para completar a desillusão de Lopez dois factos occorridos na Europa. O primeiro foi o não ter conseguido realizar em Londres o emprestimo que fôra autorizado pelo congresso. O segundo consistiu em ter o rei da Prussia, ao qual offerecera uma notavel quantidade de matte, recusado ceder-lhe algumas peças de artilharia. Mostrou-se, pois, irritado a ponto de declarar aos seus officiaes que des-

confiava de todos, e que dalli em deante havia de punir mui severamente a qualquer que incorresse na sua desgraça. Mandou, com effeito, matar como traidores ao general Robles e a diversos officiaes, que, impellidos pelo desejo de defender a sua patria, tinham fugido de Jatahy e de Uruguayana.

Resolveu tambem ordenar a retirada; limitando-se a defender o seu territorio. Atrravessaram os seus soldados o Paraná em diversos navios e balsas no Passo da Patria, indo fortificar-se na margem direita desse rio. Embarcaram a artilharia em Las Cuevas, e levaram da provincia de Corrientes passante de cem mil cabeças de gado vaccum, mas elle dentro em breve adoeceu e morreu quasi todo. As tropas foram egualmente atacadas por diversas doenças graves, como o sarampo, as bexigas e a dysenteria, precursora do cholera-morbus que tantas vidas ceifou. Mas nem as doenças, nem as privações de toda a sorte, nem os castigos cada vez mais rigorosos, nem o heroico valor dos alliados, puderam abalar o incrivel apego e dedicação com que, sem murmurarem, os paraguayos sacrificaram, até o derradeiro momento da guerra, sua vida por seu chefe e presidente.

334) **Combate de Currales, de Paguayo ou de S. Cosme, 31 de janeiro de 66.** — Em seguida á rendição de Uruguayana, moveram-se os alliados por diversos caminhos na direcção da cidade de Corrientes e suas vizinhanças, onde estabeleceram um campo de instrucção, um hospital e grandes depositos de armas, de viveres e de munições; pois aquella paragem ia ser agora a nova base das operações bellicas. Das innumeraveis difficuldades que acabrunharam os alliados, indicaremos aqui só uma ou duas. Desde que a navegação do Paraná ficou desimpedida, appareceram muitos ganhadores e negociantes a vender generos em grande escala nos acampamentos; nem faltou aquella turba multa suspeita, verdadeira praga, diz Schneider, que acompanha sempre os exercitos, e logo se ouvi-

ram queixas de roubos e de violencias devidas a esses bandos de aventureiros sem bolsa e sem patria. Outro vexame que, durante toda esta lucta, incommodou os alliados, foi a continua presença dos vasos de guerra extrangeiros, que reclamavam para si a livre navegação até a capital do Paraguay, e não perdiam ensejo de burlar o bloqueio.

Pelos fins de dezembro de 65 grande parte do exercito alliado já se achava reunida ao longo do Alto Paraná, a léste de Corrientes; Osorio com os brasileiros, a uma legua dessa cidade, na Lagôa Brava; os argentinos e os orientaes, perto de S. Cosme.

Eram uns 42.200 combatentes. Foram nesse logar dentro em breve visitados por hospedes importunos; pois durante o mez de janeiro de 66 começaram os paraguayos, partindo de Itapirú, a atravessar com alguma frequencia o rio em numero de cento e tantos cada vez. Travavam diversos tiroteios com as nossas avançadas, deixavam alguns mortos ou feridos, apresavam qualquer cousa que lhes ficasse ao alcance, e no mesmo dia regressavam em suas canôas para o forte de que tinham sahido. No dia 30 de janeiro apresentaram-se em numero superior a seiscentos, perseguiram algumas de nossas vedetas, e retiraram-se para a matta que orla o Paraná, passando alli a noite.

Informado deste facto, Mitre ordenou que o coronel *Coneza,* com 1.800 homens da guarda nacional de Buenos-Ayres e duas peças, fosse reunir-se á cavallaria do general Hornos ; que de madrugada a força de Coneza se emboscasse além do arroio S. João, e a cavallaria tratasse de attrahir os inimigos mais para o centro afim de tomal-os entre dois fogos. Avança de facto a columna paraguaya contra os argentinos, e já está perto do logar aprazado, quando o enthusiasmo imprudente de Coneza, que dirige uma proclamação aos seus soldados, bota tudo a perder ; porquanto estes levantam vivas clamorosos e, antes do tempo, carregam sobre os inimigos, que se retiram com ordem attrahindo os nossos até ***Curraes,***

logar em que tinham desembarcado, e em que outra força delles estava escondida no matto. Caem deste modo os argentinos no laço que tinham armado aos invasores, e, apesar do seu grande valor e de serem reforçados por uma companhia inteira, não logram repellir o inimigo que tambem recebe um reforço de 800 homens. Regressam os paraguayos na manhan seguinte para o seu acampamento, e são pelos nossos acossados na occasião do embarque. Osorio, que se achava a pouca distancia, não acudiu, porque Mitre lhe escrevera que não fizesse caso dos tiros, e que, si houvesse alguma novidade, ou precisão delle, lho avisaria.

Intitularam esta refrega combate de S. Cosme ou de Paguayo, e surpresa de Currales ; parece-nos que mais bem lhe assentaria o nome de — *enthusiasmo imprudente do coronel argentino Coneza.* Lopez cunhou uma medalha para celebrar este facto que apesar de ter nelle perdido 200 homens, intitulou *Victoria de Currales.* A profunda consternação causada nas republicas do Prata por este desastre em que pereceram 500 argentinos, aconselhou aos generaes prudencia extrema fazendo-lhes ver que, si uma unica vez fossem constrangidos a recuar algum tanto, a triplice alliança corria perigo de se dissolver.

335) **Exploração do Alto Paraná.** — Sendo já tempo de avançar para as praias do Paraná, resolveram os generaes começar pelo reconhecimento desse rio deante de Itapirú, estudando no mesmo tempo o logar em que seria possivel um desembarque.

Partindo de Corrientes a 19 de março, entrou a nossa esquadra no Alto Paraná sondando em toda a parte o rio, examinando as ilhas e os bancos de arêa, bem como trocando diversos tiros com o inimigo. Sendo-nos impossivel acompanhar de perto esses navios, referiremos só dois ou tres factos mais importantes.

Diremos em primeiro logar que os nossos, além de causar notaveis estragos aos fortes, mandaram ao fundo tres *chatas* dos paraguayos e apresaram uma. (1)

Em conpensação, dois dos nossos navios encalharam, mas foram safados pelos outros; e duas balas do forte de Itapirú, penetrando na casamata do *Tamandaré*, puzeram fóra do combate 37 pessoas.

Dellas, 13 morreram instantaneamente ; nove, pouco depois. Um destes foi o commandante Mariz e Barros, cujas ultimas palavras foram : *Digam a meu pae* (J. J. Ignacio, visconde Inhaúma) *que eu sempre soube honrar-lhe o* nome.

O facto mais notavel, a um tempo brilhante e lastimoso, occorreu na *ilha da Redempção* (5-10 de abril),

---

(1) **A chata** — invencão dos paraguayos, é um casco tão raso, que apenas sobresae um meio metro ao nivel da agua. De madeira tão rija como o ferro pela qualidade e espessura das peças componentes, de uns trinta metros de comprimento, com pouco pontal, sem mastros, sem remos, nem machina de vapor, move-se só a reboque.

A guarnição posta-se abaixo do lume d'agua agachada em torno de um rodizio de 68, cuja linha de tiro natural fica quasi roçando a superficie das aguas. Uma cortina ou batente que se abre e fecha no momento opportuno, protege a guarnição da peça em caso de necessidade e na occasião de limpar e carregar. Collocada no posto que lhe destinam, a prendem com grossos cabos em terra ou ao rebocador.

Arfando ao impulso da correnteza ou das ondas e quasi invisivel a alguma distancia, é alvo difficillimo de attingir, ao passo que suas balas, deslizando-se ao lume d'agua, batem em cheio nos grandes navios. Os que as viram em acção, chamaram-nas **monitores de madeira.**

O chefe de divisão Joaquim Ignacio da Fonseca, descreve a chata do modo seguinte:

"Essas baterias fluctuantes, de immenso effeito em operações de guerra num rio, eram de mui solida construcção, bem fechadas por grossas curvas de ferro, e todas de madeira do paiz, tão rija como a sucupira das Alagôas, e melhor do que ella. Mediam 16m,50 de quilha; 4m,60 de bocca; 0m,80 de pontal. O fundo não tinha delgados, ou em outros termos, era todo chato. Roda de prôa a prumo, assim como o cadaste, no qual girava o leme com larga porta, tendo na cabeça a curva de ferro, o convez pouco acima do lume d'agua, sem borda; larga escotilha a meio, para tiro de canhão."

Aperfeiçoaram os alliados essas chatas cobrindo-as com uma grossa couraça de ferro e adaptando-lhes uma pequena machina de vapor. Tivemos occasião de visitar uma dellas quando, no tempo de guerra, passou pela cidade do Desterro em Santa Catharina.

fronteira ao forte de Itapirú. Durante a noite de cinco de abril desembarcou nessa ilha á frente de novecentos homens o tenente-coronel Carlos de Willagram Cabrita, commandante do batalhão de engenheiros. Trabalharam alli toda a noite com tanta actividade, que ao romper do dia estava prompta uma forte linha de trincheiras guarnecida com oito boccas de fogo. Tendo Cabrita desde logo começado a hostilizar o forte de Itapirú com todo o vigor, e com grande prejuizo dos inimigos, estes resolveram tomar a posição á viva força.

De facto, ás quatro horas da madrugada do dia dez, 1.266 homens escolhidos, arrojando-se sobre aquella nesga de terra, travam combate encarniçado corpo a corpo, mas são repellidos. A canhoneira *Henrique Martins* concorre poderosamente para a victoria penetrando no canal entre a ilha e o forte, mettendo a pique um grande numero de chalanas e metralhando com valor o inimigo. Oitocentas espingardas ao lado de seiscentos cadavares, 200 afogados, 30 chalanas e 19 prisioneiros, são os trophéus desse glorioso feito de armas, comprados á custa de 155 homens fóra de combate.

Infelizmente um doloroso desastre veiu cobrir de lucto essa brilhante victoria. Estava o tenente-coronel em uma pequena embarcação dictando a parte official do combate, quando uma bomba lançada do forte de Itapirú, penetrando na camara, matou instantaneamente Cabrita, o major Sampaio e o seu secretario. O primeiro tenente Francisco Carneiro da Cunha recebeu uma ferida grave. "A impressão que tal desventura imprimiu nos corações dos companheiros de bravos tão distinctos, sente-se, diz Jourdan, mas não se descreve."

Extranha coincidencia ! O tiro, como ao depois constou, fôra disparado pelo coronel José Maria Bruguez, outrora um dos melhores discipulos de Cabrita no Paraguay (vide par. 302).

336 ) **Passagem do Paraná, 16 de abril de 66**. — Parece ter Lopez supposto que a passagem seria ten-

tada no Alto Paraná e do lado de Itati; não podia o dictador imaginar que os alliados iriam desembarcar na margem esquerda do Paraguay a meia legua acima da confluencia desse rio com o Paraná, no meio de pantanos, lagôas, banhados e tremedaes terriveis. Tal por sem duvida foi a razão de não ter fortificado bastante aquelle logar limitando-se a enviar para lá o commandante *Hermosa* com alguma força e duas peças ligeiras. Os alliados, todavia, depois de muitas discussões a este respeito, escolheram aquella paragem precisamente por estar menos guarnecida.

Afim de reconhecer o terreno enviaram na tarde do dia 15 de abril o capitão-tenente *Mamede Simões*, que regressou ao cahir da noite. Embarcaram então no acampamento posto á margem esquerda do Paraná, umas dez mil praças brasileiras de todas as armas e oito boccas de fogo, ao mando do general Osorio. Na manhan seguinte, 16, a esquadra destacou 17 navios e duas chatas, que formaram em linha á margem direita do Paraná, desde a confluencia do rio Paraguay até acima de Itapirú, varrendo as posições inimigas e metralhando a costa. Afim de fazer crer ao inimigo que iam descer a terra em Itapirú, os transportes aproaram primeiro na direcção desse forte, e logo deceram rapidamente o rio para o logar aprazado. Quando Lopez viu esse movimento, lançou por aquelle caminho um reforço de cavallaria e de infanteria, que a esquadra metralhou com todo o vigor.

Seguido apenas por seus ajudantes de ordens e por uma duzia de soldados a cavallo, o general Osorio desembarcou o primeiro para reconhecer o terreno proximo da beira. O segundo batalhão de voluntarios (Rio de Janeiro), capitaneado pelo major *Deodoro da Fonseca,* marchava após Osorio a grande distancia. Não tardou a travar-se um tiroteio com os soldados de Hermosa, que foram recuando quasi sem resistir, nem foram capazes de fazer frente aos nossos quando lhes chegou um grande reforço sahido de Itapirú; pois os generaes Osorio e Argôllo carregaram sobre elles com

grande denodo. Só ás duas horas da tarde esses dois generaes fizeram alto em um campo a uns tres quartos de legua do ponto do desembarque, onde se lhes reuniram as outras companhias que vinham atrás. Sendo nesse logar atacados, repelliram bravamente o inimigo, e alli passaram a noite sob as armas e em continuos alertas e sobresaltos.

No dia seguinte, 17, empenhou Lopez uma columna de tropas escolhidas ao mando do tenente-coronel Basilio Benitez. Eram uns tres mil homens, mas fòram egualmente rechassados. (1) Emquanto se feria esta refrega, os paraguayos evacuaram o forte de Itapirú, já reduzido a um montão de ruinas, retirando-se para o acampamento do Passo da Patria. Continuava, no entretanto, o bombardeio da esquadra contra as forças paraguayas, e dois dos nossos vasos entravam nesse mesmo dia no canal entre a ilha de Sant'Anna e o campo inimigo.

No dia 18 pela manhan os generaes Osorio, Flores e Paunero avançaram para além do forte de Itapirú, onde, ás onze horas desse dia, achando-se presentes tambem Tamandaré e Mitre, içaram as tres bandeiras dos alliados. Na manhan do dia 19 retiraram-se, do Passo da Patria para o Esteiro Velhaco, Lopez e o general Resquin com o grosso do exercito. Ficaram apenas nas trincheiras algumas forças ás ordens do general Bruguez, que só se puzeram em retirada durante a noite de 22 para 23; entrando os alliados no acampamento nesse mesmo dia 23. Em todas essas refregas tiveram os brasileiros fóra de combate 647 homens; os orientaes, dois; os argentinos, nenhum. Os trophéus consistiram em quatro canhões e uma bandeira.

A gloria da passagem do Paraná, um dos factos mais audaciosos desta guerra, pertence, não ha duvidar, á esquadra e ao exercito brasileiro.

---

(1) Este é o feito de armas que se chamou **batalha do Passo da Patria**. Dava-se este nome de **Passo da Patria** ao trecho do rio Paraná desde a sua confluencia com o Paraguay até pouco acima do forte de Itapirú.

337) **Confiança excessiva, 2 de maio de 66.** — Nos dias seguintes buscou o inimigo inspirar grande confiança aos invasores provocando-os com pequenos tiroteios e retirando-se á pressa como si estivessem cortados de susto. Tratava, porém, nesse mesmo tempo de levantar as insuperaveis linhas de Rojas e de Sauce no meio das mattas, dos banhados, dos tremedaes e das lagôas que abundam naquellas paragens. Já desde o dia 25 se tinham reunido á vanguarda dos alliados a escolta do general Flores, a artilharia oriental e o primeiro regimento de artilharia a cavallo, bem como as divisões de Argôllo e de Sampaio. Em frente da vanguarda se extendia o famoso *Esteiro Bellaco* ( em portuguez — *Esteiro Velhaco*), onde o inimigo se occultava.

E' o *Esteiro Velhaco* uma grande depressão de terreno por onde, na época das enchentes, as aguas do Paraná se unem ás do rio Paraguay, formando immenso pantanal. Ramifica-se então este pantano em uma infinidade de pequenos canaes parallelos ou lateraes, e, do territorio inferior do Paraguay, fórma uma grande ilha. Seus dois canaes principaes, Rojas e Velhaco, pouco além do logar em que estava acampado o nosso exercito, conservam entre si um terreno largo de 4 a 5 kilometros, composto de pequenas elevações, capões de matto, banhados e atoleiros perigosos. Era nesses capões que se occultava o exercito inimigo.

A confiança dos alliados chegou a ponto de deixarem espalhar-se pelos pastos os cavallos e os animaes de tracção. Concorreram a augmentar essa grande confiança, na manhan do dia dois de maio, diversos piquetes argentinos que, ao voltarem de um reconhecimento, declararam não haver inimigos nas mattas vizinhas além do Esteiro. Comtudo pouco antes do meio dia, hora em que os alliados costumavam distribuir as rações, uso este de que Lopez estava sciente, 1.500 cavalleiros paraguayos com 3.400 infantes, divididos em tres columnas guiadas por seus generaes Dias, Valientes e Benitez, arrojaram-se de repente como leões

furibundos sobre a nossa vanguarda e se apoderaram de quatro canhões que levaram para as suas trincheiras.

Os officiaes da bateria, depois de queimarem o ultimo cartucho, luctaram corpo a corpo; mas, sem animaes de tiro e sem protecção, viram-se obrigados a recuar, e, quando chegaram os tres batalhões da brigada Pecegueiro, e o general Victorino, já as peças iam longe. Comquanto os paraguayos tivessem recebido um reforço de 2.400 infantes, Osorio e Flores acudindo de subito, repellem para além do Esteiro Velhaco o inimigo, que deixa no campo quatro canhões, um estandarte, uma bandeira, 1.000 mortos e 3.000 feridos que ficam prisioneiros.

Tendo afinal os alliados reunido no dia 17 os meios de mobilidade, passaram no dia 20 o Esteiro Velhaco, indo postar-se em *Tuyuty,* onde mais tarde em campo entrincheiradó estabeleceram a nova base de operações.

338 ) **Nova surpresa, 24 de maio de 66.** — Informado Lopez de que os alliados se estavam apercebendo para no dia 25 darem um assalto geral, deliberou prevenil-os e surprehendel-os no dia 24. Favorecido pelos capões de matto que lhe encobrem a frente, pelas onze e meia desse dia irrompe de chofre o exercito paraguayo de diversos pontos e em fortes columnas dirigidas pelos generaes Resquin, Dias e Barrios, bem como pelo coronel Marcó. Deu-lhe Bruguez o signal do ataque com um tiro de peça. Simulando a principio quererem saltear de preferencia a nossa ala direita, arremessam-se de repente com tanto impeto sobre o centro e o flanco esquerdo, que a divisão Victorino e os orientaes são compellidos a recuar.

Acodem, porém, sem demora, Osorio, Flores, Sampaio, Castro, Paunero, Argôllo, Netto, que com heroico denodo rechassam o inimigo, cujos batalhões, varridos pela artilharia do general Mallet, deixam no campo milhares de mortos e de feridos. A cavallaria paraguaya, tão numerosa a principio, retira-se completamente destroçada. Combateram, durante cinco

horas, 28.000 homens dos alliados contra 24.230 paraguayos. Com o prejuizo de 3.944 homens fóra de combate, os alliados ficaram senhores do campo, de 4 canhões, de 3 bandeiras e de 4 estandartes com 350 prisioneiros. Os paraguayos, cujos fugitivos, durante varios dias, andaram em perfeita debandada, pagaram a sua ousadia com 13.000 homens fóra de combate. Deseja ardentemente Osorio tirar proveito da victoria perseguindo o inimigo até ao seu acampamento sem lhe deixar tempo de se reorganizar ; o general em chefe, todavia, em vista de ser o paiz totalmente desconhecido, se oppõe, e a Osorio cumpre obedecer.

Tem, portanto, Lòpez toda a liberdade e o tempo para levantar extensas linhas de trincheiras, que ligam as suas posições principaes, donde canhoneia quasi sem interrupção o nosso campo. A principal dessas linhas é a de *Sauce* que se torna a chave do chamado *quadrilatero,* deante do qual os alliados foram detidos até 21 de março de 68.

Tendo o general Osorio por doente ou, como outros querem, por desgostoso, pedido e alcançado do governo imperial a licença de retirar-se, entregou no dia 15 de julho o commando ao marechal de campo, Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Este fez com que no dia seguinte, 16, os nossos desalojassem o inimigo de uma posição vantajosa, recentemente occupada, sobre o nosso flanco esquerdo, da qual dirigia o fogo sobre algumas das nossas baterias avançadas. Voltando elle, todavia, com grande reforço, obriga, em seguida a tremenda peleja os nossos a retroceder até á trincheira.

Comquanto os alliados fossem reforçados pela divisão Argôllo e por alguns batalhões orientaes e argentinos, a refrega prolongou-se até depois de meia noite de 16 e de 18 de julho nesse desfiladeiro denominado mais tarde *Bocanha* ou *Bocaina.* Durante o dia 17 realizaram-se apenas diversos tiroteios entre os paraguayos e a nossa força avançada ; mas á noite percebeu-se que o inimigo estava abrindo uma picada pelo interior da matta. Travou-se, pois, alli no dia se-

guinte uma peleja que durou oito horas e meia; combateu-se heroicamente de parte a parte, mas sem resultado, até que o general mandou tocar a retirada, visto como seria inutil tomar a obra avançada por ser impossivel manter-se nella.

Reconhecia neste mesmo tempo a esquadra o curso do Paraguay até Curuzú, aprisionando mais de cincoenta torpedos que o inimigo lançara naquelle rio (1). Batendo um delles em um escaler que buscava apanhal-o, o fez voar aos ares com immenso estampido (14 de julho), causando a morte do official commandante e das sete praças tripulantes.

339) **Tomada de Curuzú, 3 de set.** — A missão primitiva do segundo corpo de exercito, que ficára em S. Borja e era commandado pelo tenente-general barão de Porto Alegre, consistia em cobrir as fronteiras do Rio Grande e de Corrientes, ameaçar Itapúa e entrar no territorio paraguayo pela Candelaria quando o exercito alliado o invadisse pelo Passo da Patria. Tendo, pois, a 22 de fev. de 66 atravessado o Uruguay, passou a acampar (16 de março) em S. Thomé, donde fez diversos reconhecimentos na costa inimiga. Ordena em seguida Mitre a juncção dos dois exercitos, e reparte este segundo corpo em quatro divisões. A 1.ª embarca abaixo da tranqueira de Loreto em uma esquadrilha de vapores enviada para esse fim, e no dia dez de julho desce a terra no Passo da Patria. A 2.ª desembarca a 29 em Itapirú. A 3.ª, marchando por terra, chega a Currales pelo méado de agosto. A

(1) Eram torpedos automaticos que tinham a fórma de um cóne com a ponta virada para baixo.

Consistiam estes em um cylindro de zinco que continha a carga e ficava dentro de outros dois cylindros. A espoleta era uma capsula de vidro cheia de acido sulfurico, com uma mixtura de chlorato de potassa e assucar branco, e por fóra um envolucro de lan e de algodão. A espoleta estava encerrada em um cylindro perfurado, e devia ser quebrada por um piston ao embate de qualquer corpo solido.

Não ignoramos que hoje estas machinas infernaes são muito aperfeiçoadas e tomam infinitas formas, mas a explicação dellas não cabe ao nosso assumpto. Vide Schneider, II, pag. 57.

4.ª, ao mando do general Portinho, fica em Itaimbé afim de vigiar os paraguayos que estão em Itapúa e na Candelaria.

Achando-se,pois, pelo méado de agosto o segundo corpo de exercito reunido em Itapirú, resolveram os generaes envial-o a destruir os fortes de Curuzú e de Curupaity,sentinellas avançadas de Humaytá. Pediu Porto Alegre lhe augmentassem as forças para poder depois de occupar Curuzú, apoderar-se incontinenti de Curupaity, e resistir ao assalto que por sem duvida o inimigo lhe daria. Como, todavia, não se quizesse enfraquecer Tuyuty, decidiu-se que o segundo corpo tomaria a primeira posição, e, segundo as circumstancias, se lhe enviaria o necessario reforço. No dia primeiro de set., portanto, Tamandaré á frente de sete encouraçados, seis navios de madeira, duas bombardeiras e tres baterias fluctuantes, subiu pelo Paraguay até á ilha das Palmas ou dos Palmares e começou a bombardear Curuzú.

Foi nesse logar que no dia seguinte, 2, o encouraçado *Rio de Janeiro,* tendo recebido a explosão de um torpedo na popa e de outro na prôa, se submergiu com a perda de cincoenta e tantas pessoas entre officiaes e praças. Um, dos que se salvaram a nado, foi o primeiro tenente Custodio José de Mello. Segue, nesse mesmo dia dois, na dita direcção com suas tropas o barão de Porto Alegre, e salta á terra meia legua abaixo de Curuzú. Trocam os nossos diversos tiros com o inimigo, avançam algum pouco na direcção do fortim, levantam algumas trincheiras e alli passam a noite sob as armas. Constróem os sapadores em um ponto culminante uma bateria para seis boccas de fogo que de madrugada começam a trovejar, emquanto as tropas avançam e a esquadra borbardeia o forte com todo o vigor.

Em seguida a um combate muito encarniçado e sanguinolento, os nossos apoderam-se do forte fazendo grande matança de paraguayos. O general Fontes, perseguindo os fugitivos, chega até ás trinchei-

ras de Curupaity, então guarnecidas apenas com alguns canhões pelo lado do rio, mas recebe ordem de retroceder. Si todos marchassem incontinenti sobre aquella fortaleza, de certo a tomariam; porém Porto Alegre julgou necessario esperar por alguns reforços, porque os soldados que tinha, lhe pareceram insufficientes para occupar e manter aquella posição. Infelizmente a demora que houve na remessa dessas tropas de refresco que Porto Alegre tornou uma e muitas vezes a pedir, deixou aos paraguayos tempo para fortificar muito melhor Curupaity e suas circumvizinhanças. Reparou Porto Alegre nesse trabalho dos inimigos; nada, todavia, fez para o impedir, porque esperava reforços.

Emquanto os nossos generaes perdiam um tempo precioso discutindo planos de batalhas sobre um terreno totalmente desconhecido, Lopez, afim de poder proseguir em seus trabalhos de defesa, pediu uma conferencia, a qual no dia 12 se realizou em Jatahy-Corá e durou cinco horas. Comquanto tambem Polydoro fosse de parecer que, tratando-se de uma entrevista pessoal, podia essa conferencia acceitar-se, elle recusou comparecer, e, como Flores se retirasse quasi immediatamente, Mitre ficou só com Lopez com o qual ao separar-se, trocou, em signal de cortezia, o *rebenque* que é um pequeno chicote (termo proprio do R. Gr. do S.).

340) **Desastre de Curupaity, 22 de set.** — Reconhecendo Mitre o mallogro da entrevista, enviou bastantes reforços a Curuzú, para onde passou elle mesmo no dia treze ,e resolveu aggredir Curupaity no dia 17 ; porém uma chuva torrencial que durou até o dia 20, fez com que a operação fosse adiada. Curupaity, no entretanto, já se tornára inexpugnavel, e o mais interessante é que, conforme se observou mais tarde, o ataque foi dirigido contra o ponto menos vulneravel. As suas fortificações compunham-se de duas linhas. A primeira, a mais avançada, constava de um

parapeito com um fosso largo de dois metros e 62, profundo dois metros e 2. Nessa primeira linha, jogavam 28 canhões de campanha. A segunda linha, em terreno mais elevado, compunha-se de altos parapeitos com um fosso largo cinco metros e 94, profundo tres metros e 96, tendo na frente immenso e fundo banhado, bem como linhas de abatizes nas proximidades da contra-escarpa.

Guarneciam este segundo entrincheiramento 40 canhões de grosso calibre que, pela differença do nivel, podiam jogar por cima do primeiro (1). Ao todo 68 canhões estavam apontados para o nosso exercito ; trinta, para os vasos de guerra. Contra fortaleza tão temivel ás oito horas do dia 22 abriu fogo a nossa pequena bateria de campanha e o continuou até o meio-dia, quando recebeu ordem de calar-se, porque ia começar o assalto das nossas columnas formadas de 16.000 combatentes, que tomaram a primeira trincheira e investiram a segunda. Encontraram, porém, taes e tantos obstaculos, que afinal foram por ordem de Mitre obrigados á retirada, que realizaram em boa ordem, nem o inimigo ousou perseguir os retirantes. As perdas foram grandes de parte a parte.

A responsabilidade deste desastre, diz Vidal de Oliveira, cabe a todos os generaes, porque todos tinham consentido no ataque e no modo de o realizar. Além disto, Polydoro que devia aggredir as linhas de *Sauce,* pouco ou nada fez ; e Flores, que na sua diversão chegou até a S. Solano, nem siquer de longe assaltou a retaguarda inimiga. As consequencias da desgraça foram lastimosas ; pois ella produziu pessima impressão em toda a parte, e revelou as dissenções existentes entre os generaes.

---

(1) Não foi Thompson que levantou as diversas fortificações formidaveis do Paraguay, como elle pretende, mas o austriaco Wisner de Morgenstern, coronel de engenheiros. Elle servia no Brasil quando em 1842 se implicou na revolta de Minas e cahiu prisioneiro de Caxias na batalha de Santa Luzia. Passou então ao Paraguay, e nas Lomas Valentinas ficou sendo mais uma vez prisioneiro do mesmo general.

Mitre levou para Tuyuty os fragmentos do seu exercito argentino, tão maguado com os brasileiros, que recusou acceitar os navios postos á sua disposição pelo almirante.

A 26 de setembro Flores partiu para Montevidéo, onde, a 19 de fevereiro do anno seguinte, foi barbara e cobardemente assassinado em pleno dia. Tendo elle levado 400 homens da sua cavallaria, o exercito oriental na campanha ficou reduzido a 800 combatentes.

Em vista da discordia que lavrava entre Mitre e os brasileiros em geral, bem como entre Polydoro Jordão de um lado, Porto Alegre e Tamandaré do outro, o governo resolveu nomear o marquez de Caxias chefe de todas as forças imperiaes occupadas no Paraguay, e substituir J. J. Ignacio a Tamandaré, que já pedira licença para vir tratar da sua saúde no Brasil.

341) **Intervenção diplomatica.** — Sabendo-se em geral que o Brasil celebrara um accordo de alliança com as duas republicas do Prata, excitou-se no mundo diplomatico grande desejo de conhecer as clausulas desse tratado que ainda ficava secreto. Conseguiu, pois, o sr. *Lettson,* encarregado de negocios da Inglaterra em Montevidéo, que o seu intimo amigo Carlos de Castro, ministro das relações exteriores da Republica Oriental, lhe entregasse, sob alto segredo, uma cópia do referido tratado. Enviou *Lettson* essa cópia ao ministro inglez Russel, que a inseriu no *Livro Azul,* destinado ao parlamento. Dirigiu então Castro uma nota insultuosa a lord Russel e logo se demittiu do seu officio. O conhecimento do tratado levantou grande celeuma nas republicas sul-americanas, que em geral mostraram sympathia por Lopez.

Diversas dellas offereceram a sua mediação, que foi gentilmente recusada. Um protesto energico que a 20 de agosto o Perú dirigiu ás potencias alliadas, foi considerado não recebido e como tal deixado sem resposta. Tendo pouco depois o presidente Prado dito, na men-

sagem lida ao abrir-se do congresso nacional, que a justiça estava da parte de Lopez, Varnhagen, que alli representava o Brasil, retirou-se por julgar insufficiente a satisfacção que lhe déram. Ficaram deste modo cortadas as relações diplomaticas entre o imperio e aquella republica, as quaes, todavia, não tardaram a serem restabelecidas, porque dentro em breve Prado foi apeado pelo vice-presidente Canseco. A Bolivia tambem interveiu, e protestou pelo que lhe dizia respeito relativamente aos limites com a Republica Argentina no Chaco, mas mostrou-se razoavel e acquiesceu ás promessas do Brasil. Perguntaram diversos governos europeus si o texto do tratado fosse realmente tal qual o que apparecera no publico. Respondeu o governo brasileiro que nada podia dizer, porque o tratado era secreto.

Em principio de 67 o general Webb, ministro americano no Rio de Janeiro, propoz ao nosso governo uma conferencia em Washington, suspendendo-se, no entretanto, as hostilidades ; e, caso a proposta não fosse acceita, lembrava a nomeação de um arbitro. Replicou o gabinete de S. Christovam que ia consultar os alliados, e, decorridos dois mezes, recusou gentilmente ambas as propostas. Tendo em abril desse mesmo anno de 67 o ministro americano Washburn feito proposta semelhante a Lopez, este annuiu, mas retirou a palavra quando soube que Caxias tinha simples e friamente respondido informaria o seu governo.

342) **Erros.** — Cumpre confessar que neste primeiro periodo da guerra foram commettidos muitos erros, dos quaes apontaremos aqui diversos reconhecidos e indicados por todos os autores. O maior de todos e origem de muitos outros foi o tratado da triplice alliança, em que se impuzeram sacrificios enormes ao Brasil e se confiou o mando supremo do exercito a D. Bartholomeu Mitre, militar, dizem, notavelmente mediocre. O ter-se, deixado atrás o grande marquez de Caxias, o ter-se, depois da rendição de Uru-

guayana, supposto que a guerra estava acabada, de sorte que o governo mandou sustar o recrutamento e dissolver alguns corpos de voluntarios já reunidos, tudo isto foi erro, como o foi tambem atacar o Paraguay pelo Passo da Patria. Era, dizem, muito melhor seguir pela Candelaria ; pois deste modo se podia contornar de longe a celebre fortaleza de Humaytá ; evitavam-se os banahdos e as lagôas do Esteiro Velhaco, e Lopez seria obrigado a dividir o seu exercito a grande distancia.

Erro ainda maior foi a immobilidade do exercito em Tuyuty. E' verdade que o terreno era desconhecido, mas cumpria fazer algum esforço para o reconhecer e estudar o modo de aggredir o inimigo pelo lado fraco sem teimar em o procurar onde elle se tinha tornado invencivel. Outro erro consistiu em tolerar no campo essa turba multa de especuladores e vagabundos, que promoviam muitas desordens e divertimentos, improprios de soldados que estão á vista do inimigo. Tuyuty já se tornára uma povoação respeitavel, em que se achava tudo quanto se encontra em uma cidade de provincia : egreja, theatro, lojas, vendas, mercado, bilhar, sàlas de baile, etc.

Comprehende-se que era impossivel repellir todos esses homens, mas convinha estabelecer uma policia activa e rigorosa, punindo severamente os culpados, maxime os que entretinham intelligencias secretas com os inimigos. Parece incrivel que, durante toda essa guerra, não se descobrisse um só espião, um unico delator ! Constava, todavia, haver muitos delles, que informavam Lopez minuciosamente de tudo quanto occorria entre os alliados. A expedição a Curuzú, considerada em si mesma, e muito mais si levarmos em conta as circumstancias que a acompanharam até o desastre de Curupaity, constitue uma série de erros incriveis.

Como não haviam de ver Mitre e seus collegas que, uma vez occupado Curuzú, Lopez fortificaria Curupaity e suas vizinhanças, e que a entrevista pedida era apenas um pretexto para ganhar tempo ?

Comtudo o erro maior de todos consistiu na desharmonia que lavrava entre os generaes, e em certas rivalidades mesquinhas dos diversos partidos do imperio e bem assim entre brasileiros e argentinos.

343) **Episodio tristemente interessante e glorioso.** — O leitor já comprehende que vamos expor brevemente a historia da celebre *Retirada da Laguna,* que collocamos neste logar, porque o seu desfecho occorreu em 1867.

Comquanto os conselheiros militares da coroa fossem de parecer que a invasão de Matto Grosso em dezembro de 64 (vide par. 323) era apenas um artificio do inimigo, e que o theatro da guerra seria no sul, onde Lopez accumulára todos os meios de defesa; opinou, todavia, o governo imperial que era mister acudir de algum modo áquella longinqua provincia. Mandou, pois, a S Paulo alguma força, e ordens para se organizar uma expedição de 12.000 homens; confiou a presidencia e o commando das armas de Matto Grosso ao coronel Pedro Drago (1 de abril de 65), e nomeou uma commissão de engenheiros ás ordens do tenente coronel Juvencio Cabral de Menezes. Fazia parte dessa commissão Alfredo d'Escragnolle Taunay, então segundo tenente de engenheiros, que, sob o titulo de *Retirada da Laguna,* escreveu a historia desta mallograda empresa. A força armada deixou S. Paulo no dia dez de abril, e reuniu-se em Uberaba á brigada mineira, que obedecia ao coronel José Antonio da Fonseca Galvão.

A 20 de dezembro acamparam os nossos expedicionarios na colonia militar de Coxim, onde já se achava a força de Goyaz commandada pelo tenente-coronel Mendes Guimarães. Esta força, que constava de 2.500 homens e que assumiu o titulo de *Columna Expedicionaria de Matto Grosso,* foi confiada aos cuidados do coronel Galvão. De Coxim seguiu a columna para a villa de Miranda, posta a 60 k. de distancia na direcção do sul, onde se demorou 113 dias e foi horrivelmente

acabrunhada pelas febres que lhe mataram 900 homens e o seu proprio chefe.

Succumbiram egualmente quasi todos os animaes, de sorte que a expedição ficou sem cavallaria. Tomou então o mando interinamente o coronel *Carlos Moraes Camisão,* que, tendo no primeiro de janeiro de 67 passado a ser effectivo, reorganizou a columna já reduzida a 1.600 homens e seguiu para Nioac, que encontrou abandonada. Deparou-lhe, todavia, nese logar a fortuna um optimo guia na pessoa de *José Francisco Lopes,* que, andava em procura da sua familia arrebatada pelos inimigos. Natural de Minas Geraes, emigrára Francisco Lopes, havia mais de quinze annos, para aquelles sertões, que conhecia perfeitamente.

Como possuisse uma grande fazenda, forneceu aos expedicionarios um grande numero de rezes e outros recursos.

No dia 4 de março occuparam os nossos, a 12 leguas de Nioac, a colonia militar de Miranda, onde pela primeira vez tiveram indicio da presença dos inimigos. Como a falta de mantimentos se tornasse cada dia mais sensivel, e não houvesse esperança de obtel-os, duvidou muito o coronel Camisão si conviesse proseguir na viagem ou retroceder. Tendo consultado o corpo dos engenheiros, tres delles foram de parecer que cumpria recuar; porém dois dos mais moços e inexperientes insistiram para invadir o Paraguay, e alli vencer ou morrer.

Souberam estes falar com tanto ardor, que a sua opinião foi adoptada. Partiram, pois, na direcção da fronteira (14 de abril) ; occuparam, em seguida a pequeno tiroteio, a *Machorra,* fazenda que os paraguayos cultivavam no territorio disputado ; atravessaram o rio Apa e entraram em Bella-Vista (21), villa paraguaya a 12 leguas S. O. da colonia de Miranda. Com o desejo de obter mantimentos passaram para a *Laguna,* fazenda distante quatro leguas de Bella-Vista ; acharam, porém, como em qualquer outra parte, tudo devastado e entregue ás chammas. Só a muito custo lograram apo-

derar-se de umas cincoenta cabeças de gado, e tomaram de surpresa o campo inimigo. Como, todavia, a fome ameaçasse de se tornar medonha, e as munições começassem a escassear, resolveram fazer uma retirada honrosa, que tirou o nome dessa fazenda em que teve principio.

Foram nessa retirada obrigados a combater de continuo contra os paraguayos, que, em numero superior a dois mil, lhes não consentiam descanço; contra as doenças, que os acabrunharam de um modo horrivel; contra a fome, que os atormentou medonhamente; contra as chuvas, que cahiam em torrentes; contra os rios, que lhes impediam a passagem. Salteados diversas vezes pela cavallaria inimiga, defenderam-se com os canhões e formando quadrado. Tentaram os inimigos a miudo acabar com elles por meio do fogo que em derredor lançavam á capoeira ou macega, herva brava que naquelles sertões cresce como praga.

Tendo muitos dos retirantes sido atacados pelo cholera-morbus que se declarou entre elles, viram-se na durissima necessidade de abandonar no matto 130 doentes, que pelo inimigo foram impiedosamente fuzilados, todos, menos um, que, logrando salvar-se fugindo, referiu aos seus camaradas a lastimosa historia. Além de muitos outros, pereceram José Francisco Lopes, o bom guia dos nossos, Juvencio Cabral de Menezes e o coronel Camisão. Acossados sempre pelos inimigos até além de Nioac, chegaram finalmente os retirantes no dia onze de junho de 67 ao porto de *Canuto,* na margem esquerda do rio Aquidauana, onde puderam descançar a seu bel-prazer. Eram apenas 700, que no meio das maiores difficuldades tinham andado 39 leguas em 35 dias: 7 de maio a 11 de junho.

Os paraguayos que, á frente de 2.000 homens perseguiram os nossos, foram Martim Urbieta, Braz Montiel e Crescencio Medina.

344) **Libertação de Matto Grosso.** — Nomeado presidente de Matto Grosso, entendeu o dr. Couto de Ma-

galhães que devia consagrar seus primeiros cuidados á libertação do territorio nacional rechassando quanto antes os paraguayos. Organizou com este intuito uma pequena columna, cujó mando confiou ao tenente-coronel Antonio Maria Coelho ; aggrediu de surpresa e tomou de assalto Corumbá, apesar da heroica resistencia do tenente-coronel Hermogenes Cabral, que alli estava com 600 homens e seis peças de artilharia. Comtudo faltava ainda dar cabo de tres vapores inimigos, que andavam singrando pelas aguas de Matto Grosso.

Eram o *Salto de Guayrá,* o *Iberá* e o *Rio Apa.* A nossa flotilha, ao mando do capitão de fragata Balduino José Ferreira, contava egualmente tres vapores — *Antonio João, Jaurú* e *Corumbá.* Encontraram-se esses vasos de guerra, no dia onze de julho de 67, em um logar chamado *Alegre.* Tendo o *Corumbá,* em consequencia de um desarranjo na machina, ficado muito atrás, não tomou parte na lucta. O *Antonio João* repelliu bravamente duas investidas do *Salto de Guayrá,* e retomou o *Jaurú* que a principio cahira nas mãos do inimigo. Fugiram então a bom fugir os paraguayos deixando livre o territorio de Matto Grosso; pois no poder delles ficou apenas, por algum tempo, o forte de Nova Coimbra.

PERIODO II

## Operações do marquez de Caxias

345) **Primeiras providencias dadas pelo marquez de Caxias.** — Nomeado a dez de outubro para commandar todas as forças brasileiras no Paraguay, o marquez tomou posse em Tuyuty a 18 de novembro de 1866. J. J. Ignacio, mais tarde visconde de Inhaúma, incumbido de succeder a Tamandaré, entrou no exercicio do seu cargo a 22 de dezembro do mesmo

anno. Contava então a esquadra 38 navios com 186 boccas de fogo e 4.037 homens de guarnição.

Depois de conferenciar detidamente com Mitre, percorreu Caxias todo o campo, visitou Curuzú, examinou as posições inimigas e deu numerosas providencias relativas aos hospitaes, aos doentes, aos feridos, ao corpo do exercito, aos presos e até á cavallaria, ordenando que os cavallos fossem nutridos com milho e alfafa. Substituiu o general Argôllo a Porto Alegre, que, por doente, se retirou para o Rio Grande, donde voltou no principio de março seguinte. Constando-lhe que Lopez recebia armas e munições pelo lado de Itapúa, mandou para lá tres canhoneiras ás ordens do chefe Alvim. A seis de janeiro de 67 occorreu em Curuzú um desastre horrivel. O vapor hospital *Eponina* foi victima de um incendio com perda irreparavel e dolorosissima de quasi todos os feridos e doentes que alli se estavam curando. O bombardeio de Curupaity era quasi continuo. Alli recebeu a 26 de janeiro, em quanto ia pescando em uma canôa, uma ferida da qual dentro em breve morreu, o general Dias, o braço direito de Lopez.

Tendo desde o principio de 67 apparecido varias commoções politicas em diversos Estados da Confederação Argentina, particularmente no de Mendonça, Mitre enviou para lá, com mil dos seus, o general Paunero, e logo depois (9 de fev.) embarcou elle mesmo em Itapirú com quatro mil soldados, que nunca mais voltaram, nem foram substituidos. O unico alliado que até o fim continuou a remetter sempre mais reforços, foi o Brasil. Antes de se ausentar, Mitre entregou *interinamente* o mando supremo do exercito ao marechal marquez de Caxias, e, por meio de uma proclamação despediu-se do exercito argentino, já reduzido a minguadas proporções.

Como nessa occasião o general em chefe não se lembrasse de saudar o exercito brasileiro, a antipathia entre os dois subiu de ponto.

Desejava ardentemente Caxias aproveitar o tempo do seu governo interino para emprehender notaveis operações, mas foi infelizmente detido pela falta de meios, e pela invasão do cholera-morbus, que, nos mezes de março, abril, maio e junho, grassou de um modo horrivel em Corrientes, Curuzú e Tuyuty, fazendo no exercito mais de 4.000 victimas. Causou damno egualmente aos inimigos atravessando o Paraguay até Matto Grosso. Veiu nesse tempo uma enchente do rio Paraguay tão extraordinaria, que Curuzú ficou inundado, e os doentes se acharam em más condições. Havia 60 annos que não se presenciava enchente de tal ordem. Visitou Caxias aquella localidade, retirou a 29 de maio quasi todos os doentes, e em principios de julho abandonou de todo aquella paragem fatal, transferindo para Tuyuty os restos do segundo corpo de exercito que eram apenas 8.000 homens.

Com licença de Caxias, a dez de maio, embarcou para o Brasil o general Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, que se despediu do primeiro corpo de exercito, e prometteu voltar, si recuperasse a saúde. Mandou logo depois Caxias construir em Tuyuty um reducto fortificado incluindo nelle o quartel-general, as repartições, os hospitaes, os depositos de materiaes e os parques de artilharia ; transformou o Passo da Patria em um campo entrincheirado ; ergueu outro reducto na extrema direita dos argentinos, e fez com que em Corrientes se preparassem vastos hospitaes fornecidos de todas as commodidades.

Carecendo de meios para devassar as posições inimigas, que tanto desejava observar, mandou fabricar no Rio de Janeiro dois balões de sêda, que chegaram a Tuyuty pelos fins de maio. A primeira ascenção se realizou a 24 de junho. Preso a cordas que os soldados seguravam, movendo-se segundo as indicações dadas pelos engenheiros aëronautas, o balão subiu por diversas vezes a 330 metros de altura. Puderam desse modo os nossos reconhecer todas as posições inimigas desde as linhas de Rojas, Sauce e Curupaity até Hu-

maytá, logrando ao mesmo tempo convencer-se de que a marcha de flanco não era impossivel.

A' frente de um terceiro corpo de exercito chegava pouco depois ao Passo da Patria o general Osorio, que, ao ser informado da nomeação de Caxias, declarára ter recuperado a saúde e offerecer os seus serviços para a guerra. Incumbido pelo governo de organizar um novo corpo de exercito, realizára o seu desejo mediante o apoio do presidente do Rio Grande, Homem de Mello, e passára a acampar na margem do Paraná, perto da Candelaria, donde com uma esquadrilha enviada pelo marquez de Caxias velejára para Itapirú.

346) **Marcha de flanco.** — Pelo méado de julho existiam no campo dos alliados 40.000 combatentes, dos quaes 36.000 eram brasileiros ; 3.000 argentinos; 1.000 orientaes. Resolveu, portanto, Caxias emprehender essa marcha de flanco que formava a base de seu plano, e que devia levar á victoria final. Deixando em Tuyuty Porto Alegre com o segundo corpo de exercito e parte dos argentinos, elle com o resto abalou no dia 22, commandando Osorio a vanguarda. Atravessou o Esteiro Velhaco no Passo Hondo e dirigiu-se para o Passo Tio Domingo. O caminho até esse ponto era tão ruim, que a agua dava aos cavallos pelo peito; aos soldados, pela cinta; porém dalli em deante melhorou notavelmente.

O inimigo por felicidade não oppoz quasi nenhuma resistencia, limitando-se a observar a direcção que os nossos tomavam. Chegaram no dia 28 a Tuyu-Cué, donde os paraguayos se retiraram depois de lançar fogo á povoação. Puderam desse logar os nossos contemplar a famosa e terrivel Humaytá. Enviou Caxias sem demora em descoberta até ás proximidades de S. Solano uma força que voltou sem ter encontrado inimigo. Tratou incontinenti de fortificar Tuyu-Cué, bem como de melhorar e de encurtar o caminho, porque devia quotidianamente receber viveres e munições de Tuyuty. Lançando uma ponte sobre o Esteiro Ve-

lhaco, reduziu a 24 a distancia que era de 36 kilometros entre essas duas localidades.

Seguiram-se innumeraveis escaramuças e verdadeiras batalhas em roda de Tuyu-Cué e de Humaytá. Dellas indicaremos apenas as principaes. Tendo os nossos no dia dois de agosto perseguido até perto do arroio Hondo e da villa do Pilar uma força inimiga que haviam desalojado de S. Solano, cortaram a linha telegraphica que unia Humaytá á capital. Afim de abastecer o campo de Tuyu-Cué partia quasi todos os dias um comboio para esse posto. Uma força de Tuyuty o escoltava até á metade do caminho, onde o entregava a um piquete sahido de Tuyu-Cué. Tentou muitas vezes o inimigo apoderar-se desse comboio, mas foi sempre victoriosamente repellido.

N. B. — Em todas estas operações Caxias empregava o telegrapho electrico para transmittir suas ordens. Cumpre por isto observar ter sido o Paraguay o logar em que pela primeira vez se fez uso do telegrapho electrico como meio de transmittir as ordens na guerra. Cabe, por conseguinte, esta gloria ao Brasil, não á Prussia que só em 1870 se lembrou disto. O general Bormann na sua historia da guerra do Paraguay conta o facto do uso do telegrapho, mas esqueceu de observar que ao Brasil cabe a primasia.

347) **Passagem de Curupaity, 15 de agosto de 67.** — Tendo Mitre pelos fins de julho regressado ao theatro da guerra, realizou-se em principios de agosto uma conferencia de generaes, em que Caxias propoz se aggredissem quanto antes as posições do inimigo sem lhe deixar tempo para fortifical-as ainda mais, como estava fazendo. Mitre, todavia, foi de parecer que a terrivel fortaleza não se salteasse sinão na ultima extremidade, e que primeiro deveriam os navios forçar de rota batida Curupaity e Humaytá. Comquanto Inhaúma não concordasse com esta proposta, mostrou-

se prompto a obedecer, si esta operação lhe fosse ordenada pelo marechal Caxias. Este lhe disse *reservadamente* que forçasse Curupaity e depois seguisse ou parasse conforme lhe parecesse conveniente. Levou, pois, Inhaúma a effeito no dia 15 de agosto a passagem da primeira fortaleza e lançou ferro á vista de Humaytá, onde se occupou em reparar as avarias que os vasos tinham soffrido. Bombardearam desse logar a famosa fortaleza, e a 22 de outubro o primeiro tenente Custodio José de Mello, mais tarde contra-almirante, logrou com um tiro certeiro mandar ao fundo uma enorme *chata* que deante della sustentava as correntes atravessadas no rio.

Para fornecer á divisão que subira, viveres, munições e outras cousas necessarias, foi mister abrir uma estrada no Chaco, porque os navios de madeira não podiam expor-se aos tiros de Curupaity. Como os trabalhos fossem executados ás ordens do chefe de divisão Eliziario Antonio dos Santos, o ponto terminal recebeu o nome de *Porto Eliziario*. Construiram logo depois alli uma estrada de ferro da extensão de seis kilometros, que, vigiada pelo general Gurjão, prestou os melhores serviços. Déram a esse caminho o nome de *Estrada Affonso Celso*. Em seguida a diversas batalhas no Potreiro Ovelha, em Nhembucú, Umbú e em outros logares acima da famosa fortaleza, os nossos occuparam a villa do Pilar e o ponto chamado *Tahy* ou *Tagy,* logrando deste modo cortar as communicações entre Humaytá e a capital.

348) **Humaytá**. — “ De Curupaity a Humaytá descreve o Paraguay tres voltas, a ultima das quaes, sobre a margem esquerda, apresenta a forma de — U —, não tendo ahi o rio, na largura maxima, sinão 800 metros, e estreitando-se a 600 em um trecho. Nesse sacco, em cujo seio penetra uma ponta do Chaco, levantavam-se as fortificações de Humaytá, que se extendiam, contadas as sinuosidades da praia e barrancas, no desenvolvimento de 700 metros. No centro da

curva erguiam-se, em altura de 7 metros, duas grandes baterias : a de *Londres,* casamatada, com 16 grandes canhões, e a de *Cadena,* a barbeta, com 18, ladeadas ambas de outras baterias desta ultima especie, e artilhadas com 75 boccas de fogo... Quasi toda a linha podia convergir os tiros de mais de cem peças para o ponto do rio, atravessado obliquamente por triplice cadeia de fragata, cochada, com duplo forro de cabos e couro, appoiada em varias chatas, flanqueada de torpedos e tendo uma das extremidades na bateria da *Cadena,* onde entrava por um tunel, e a outra enterrada num banco que costeia a margem direita, e ahi segura por fortes obras de alvenaria e travejamento". *Marinha d'Outr'Ora,* pag. 307.

Dizem que na fortaleza de Humaytá jogavam, ao todo, 199 canhões.

349 ) **Assalto contra Tuyuty, 3 de nov. de 67.** — Como Lopez tivesse um excellente serviço de espionagem, estava bem informado de tudo quanto se passava no campo dos alliados. Constava-lhe que nos dias da sahida dos comboios para Tuyu-Cué, a guarnição de Tuyuty ficava, durante algumas horas, notavelmente desfalcada ; que o trecho da nossa linha guardado pela pequena força argentina era mui fraco, e que o commandante desse posto não lograva fazer alli observar a devida vigilancia ; que o reducto da nossa extrema esquerda ainda não estava concluido e que o fosso do nosso reducto central ficára quasi entulhado de arêa pelo desmoronamento do parapeito. Enviou, portanto, contra a nossa base de operações, na madrugada do dia tres de novembro, o general Barrios á frente de nove mil das suas melhores tropas.

Em Tuyuty tudo é descuido. Está na vanguarda a legião paraguaya, que conta pouco mais de cem homens ás ordens do coronel Baez, um dos emigrados e inimigos de Lopez, porém todos elles dormem tranquillamente. O contingente argentino descança socegado, suppondo ser impossivel que o inimigo venha salteal-o.

Porto Alegre com seu estado-maior e alguma tropa marcha ás quatro horas, escoltando o comboio, na direcção de Tuyu-Cué. Ao repontar do dia arrojam-se os soldados de Lopez como tigres furibundos sobre a legião paraguaya e os argentinos, que surprehendidos na cama, fogem ou morrem cobardemente. Lançam os inimigos fogo ás barracas e chegam até ás trincheiras dos brasileiros logrando cortar-lhes a direita, e dirigem-se para o reducto central.

Avisado do que se está realizando, volta Porto Alegre a todo o galope ; disputa aos invasores o terreno pollegada por pollegada, e, como successivamente lhe matassem dois cavallos, combate a pé, de espada, de revolver, de lança. A sua farda fica toda esburacada; (1) mas elle, o heroe, avança, avança sempre animando os seus e repellindo os inimigos.

O commandante Lobo d'Eça percorre a galope as baterias exclamando : "*Soldados! o segundo corpo d'artilharia morre ; não se entrega*" Bezerra Cavalcanti, commandante da bateria, responde : "*Que .duvida ! Ninguem se entregará.*"

Repellidos afinal do reducto central, passam os inimigos ao commercio; debandam-se; lançam fogo ás lojas; bebem com excesso, furtam, e são compellidos á retirada. A peleja durou oito horas; as perdas avultaram de parte a parte, porém os nossos ficaram senhores do campo. O major Cunha Mattos, circumdado por forças muito superiores, cahiu prisioneiro com todo o seu batalhão (220 praças e 13 officiaes), que com uma peça imprestavel guarnecia o reducto da extrema direita. Alguns delles juntamente com o major lograram fugir quando os nossos tomaram as linhas do Piquiciry. A surpresa foi devida ao desleixo da legião paraguaya que estava na vanguarda ; a victoria, aos brasileiros, principalmente ao bravo Porto Alegre.

---

(1) Dizem que essa farda legendaria se guarda no archivo do museu militar do Rio de Janeiro.

Coincidencia curiosa! A 3 de fev. de 52 Porto Alegre venceu em Monte Caseros; a 3 de set. de 66, em Curuzú; a 3 de nov. de 67, em Tuyuty.

350) **Estrada paraguaya no Chaco.** — Ao ver Lopez diminuir em proporções assustadoras o numero dos seus soldados, retirou das obras exteriores a maior parte da sua artilharia, concentrando-a em Humaytá, que ia sendo diariamente bombardeada pela nossa esquadra. Como Tahy estivesse fortificada e guarnecida por seis mil brasileiros ao mando do general Argôllo, Lopez perdeu a esperança de romper o assedio pela margem esquerda do rio Paraguay. Mandou, portanto, abrir uma communicação pelo Chaco e levantar um forte no logar denominado Timbó, acima de Humaytá e abaixo de Tahy. Quatro mil homens começaram no dia dez de novembro a construir pelo Chaco uma estrada, que, antes de terminar o mez, já chegara á frente do rio Tebicuary, onde iniciaram uma nova linha de defesa.

Enviou, pois, Caxias reconhecer essas fortificações o general João Manuel Menna Barreto, que subiu pela margem esquerda do rio Paraguay de combinação com um regimento argentino que Mitre puzera á disposição do referido general. Depois de effectuar o reconhecimento, contramarchou Menna Barreto por um caminho mais afastado do rio para ver si se encontrava com os argentinos que tinham seguido por uma estrada mais central.

Voltaram juntos, sem novidade, trazendo um grande numero de rezes e de carneiros, bem como alguns prisioneiros que serviram de informadores. Desejoso, todavia, o marquez de anniquilar a força paraguaya que se ia agglomerando no Tebicuary, mandou de novo para lá com mil homens de cavallaria o general Menna Barreto, que partiu no dia trez de dezembro, e, cumprida a sua missão, regressou com duas mil rezes. Ordenou, por este mesmo tempo, Caxias a Porto Alegre

vigiasse com muito cuidado o Alto Paraná afim de cortar a Lopez os recursos que por aquelle lado continuava a receber.

351) **Passagem de Humaytá, 19 de fev. de 68.** — Tendo em Buenos-Ayres fallecido o dr. Marcos Paz, que servia de vice-presidente, e não havendo pela constituição da republica outro cidadão que pudesse tomar as redeas do governo, Mitre a dez de janeiro de 68 officiou ao marquez de Caxias que lhe passava o mando supremo de todo o exercito e se retirava. Com grande prazer dos brasileiros embarcou, pois, Mitre para Buenos-Ayres no dia 14 do referido mez.

Caxias tomou posse officialmente no dia 12, entregando-se agora mais do que nunca ás operações bellicas que por isto se vão agglomerando. Como Porto Alegre tivesse de retirar-se por motivo de saúde, Caxias confiou o segundo corpo do exercito ao general Argôllo, que passou a sua divisão de cavallaria ao coronel Corrêa da Camara, posteriormente general e visconde de Pelotas.

Consagrando seus primeiros cuidados á passagem da celebre fortaleza, visitou o novo general em chefe no dia 31 a esquadra, onde a bordo do couraçado Brasil observou juntamente com Inhaúma as diversas baterias de Humaytá e resolveu realizar quanto antes essa grande empresa. Sob a protecção dos navios de madeira surtos perto de Curuzú, forçaram, durante a noite do dia 13 de fev., a passagem de Curupaity os tres monitores ou chatas — *Rio Grande, Pará* e *Alagôas* — que acabavam de chegar da capital do imperio. Tinham fixado, para a famosa passagem, o dia 23 ; porém, como no dia 17 as aguas começassem a baixar, preferiram levar a effeito essa perigosa operação na madrugada do dia 19.

Na vespera todo o exercito manobrou de modo a induzir o inimigo a pensar que ia receber um ataque geral pelo lado de terra, sendo no mesmo tempo ameaçado em suas linhas de Sauce por duas canhoneiras

que entraram na lagôa Pires. Preparavam, no entretanto, a sua façanha os encouraçados *Barroso, Bahia* e *Tamandaré,* levando cada um delles a reboque um monitor atracado por B. B., e. é. do lado opposto á fortaleza. O resto da esquadra, menos o *Mariz e Barros* destinado a ficar no *Porto Eliziario,* recebeu ordem de avançar e dirigir o seu fogo contra as baterias de beira-rio. Ao primeiro tiro de canhão todo o exercito devia saltear, como salteou, com grande vigor as linhas inimigas, e os navios ancorados deante de Curuzú aggredir Curupaity, Sauce, Passo-Pocú, etc.

A's tres horas começa o grande movimento geral. Em uma extensão de tres leguas céo e terra parece agitar-se sob a acção medonha de um pavoroso cataclysmo. Accendem os paraguayos immensas fogueiras na margem direita do rio para que os seus artilheiros possam lobrigar o alvo de seus tiros. A's tres horas e cincoenta minutos um foguete, conforme se combinára, annuncia que o *Barroso* já attingiu o logar das correntes, e logo depois um segundo participa ter elle já galgado o perigoso passo. Outro tanto fazem dentro em pouco o *Bahia* e o *Tamandaré.*

Parece-nos digno de menção especial o que se deu com o monitor *Alagôas.* Tendo as balas cortado os cabos que o ligavam ao Bahia, elle vem aguas abaixo até á divisão que protege a passagem. Ordena-lhe o vice-almirante que lance ferro alli mesmo e dirija o seu fogo contra a fortaleza ; porém Maurity, seu commandante, não repara na ordem, e o *Alagôas* segue vagorosamente avante com a sua pequena machina. No ponto mais perigoso, o monitor desgoverna e desce de novo pelo rio ; mas vira de bordo, sóbe a zig-zag, e chega até ás correntes. Obrigado por um desarranjo na machina, pára e recúa ; comtudo um prompto concerto o habilita a subir mais uma vez, transpõe as correntes e vae seguindo o seu caminho lentamente. Recebe então uma terrivel abordagem de vinte canôas cheias de paraguayos e de indios payaguás. O monitor, todavia, resiste impavido afundando diversas dessas em-

barcações com a prôa, outras com a metralha, e bem assim matando os inimigos á bala de espingarda, á bayoneta, á espada, á lança. Vae deste modo, ás onze horas, fundear perto de Tahy, como o haviam feito os outros navios, depois de responder aos tiros do Timbó e de Laurelles.

Não houve mortos. Só no Barroso, um ferido grave ; sete, no Alagôas, porém levemente. Comtudo os navios tinham soffrido tanto, que o *Alagôas,* o *Pará* e o *Tamandaré,* tiveram de encalhar para não se submergirem. Distinguiram-se neste heroico feito de armas o capitão-tenente *Silveira da Motta,* commandante do *Barroso,* mais tarde barão de Jaceguay e general da armada ; o capitão de fragata *Guilherme dos Santos,* do *Bahia ;* o capitão-tenente *Pires de Miranda,* do *Tamandaré ; Antonio Joaquim,* do monitor *Rio Grande; Custodio de Mello,* do *Pará; Maurity,* do *Alagôas.* Estes tres ultimos eram primeiros tenentes.

A noticia da passagem de Humaytá não podia deixar de produzir grande contentamento a todos os alliados, particularmente ao governo brasileiro, que remunerou a Inhaúma elevando-o a visconde; a Maurity promovendo-o e decorando-o; a Delphim Carlos de Carvalho, chefe de divisão, que içára a sua insignia no *Bahia,* agraciando-o com o titulo de *Barão da Passagem.* Emfim nenhum dos bravos ficou esquecido.

352) **Tomada do Estabelecimento, 19 de fev. de 68.** — Tomou egualmente Caxias na tarde do dia 18 opportunas medidas para na manhan seguinte aggredir elle mesmo em pessoa o forte chamado *Estabelecimento* sito na margem esquerda do rio acima de Humaytá, por meio do qual essa fortaleza recebia toda a sorte de recursos. Dois vapores o protegiam. A posse delle, sobre tornar inutil a posição de Laurelles, encurtava de tres kilometros a linha de assedio. Partindo de Tahy ás onze horas da noite, chegou o marquez deante do forte ao repontar do dia; atacou-o com todos os cinco mil soldados, tomando-o de assalto em seguida

a tres horas e meia de bem disputada peleja em que os paraguayos oppuzeram heroica resistencia. Mandou então arrasar as fortificações, retirar a artilharia, incendiar os armazens e inutilizar as munições que não se pudessem aproveitar. Regressou de tarde para Tahy, onde no dia seguinte se congratulou com os heróes da passagem. Encarregou, nesse mesmo dia 20, de seguir até a Assumpção, o bravo capitão de mar e guerra Delphim Carlos de Carvalho, que partiu sem demora levando o *Barroso,* o *Bahia,* e o monitor *Rio Grande.* Lançou no dia 24 ferro deante da capital do Paraguay, que achou quasi indefesa, e no dia 26 já estava de volta em Tahy. Destruiu, durante a viagem, a linha telegraphica, e alguns depositos que encontrou na beira do rio.

No dia 27 cahiu sem muita difficuldade em nosso poder Laurelles, forte collocado na margem esquerda do Paraguay entre o Timbó e Tahy. Levanta, porém, agora Lopez no Chaco em frente ao Timbó uma nova fortificação chamando-a *Novo Estabelecimento,* que fornece de varios canhões, com os quaes de vez em quando fulmina a esquadrilha encouraçada de Delphim Carlos de Carvalho.

353) **Assalto aos encouraçados, 2 de março de 68.** — Mandára Lopez pelos fins de fevereiro, durante tres noites consecutivas, dois officiaes de Curupaity em canôas cheias de gente armada surprehender os navios ancorados no Porto Eliziario ; porém tudo deu em nada, porque o barulho dos remos que trabalhavam contra a força das aguas, revelou a presença do inimigo. Resolveu, portanto, que uma nova tentativa partisse de Humaytá descendo o rio e simulando os *camalotes* ou ilhas fluctuantes que, como no Amazonas, vão mui frequente e vagarosamente singrando rio abaixo. Preparou a esse fim 48 canôas presas duas a duas ; encheu-as de soldados munidos de facões, machados e revolvers; e cobriu-as de folhagem. Ficaram deste modo essas embarcações perfeitamente parecidas

com as ilhas de verdura que os brasileiros viam a miudo fluctuar pelo rio.

Durante a noite de um para dois de março, em profundo silencio e com os remos nos toletes, deixaram-se levar pela corrente Oito canôas, quatro pela prôa e quatro pela pôpa, deviam surprehender cada um dos encouraçados, matar a guarnição, e voltar contra os outros a artilharia dos que lograssem tomar. A's tres horas da madrugada chegaram os paraguayos á vista da esquadrilha, em cuja vanguarda estava o *Lima Barros*. Tendo a gente do unico escaler que rondava pela frente, observado a fórma da ilha que se approximava, suspeitou de algum ardil, deu um tiro de pistola e voltou a toda a pressa para o navio. Arrojam então os paraguayos a mascara, cortam os cabos que prendem as canôas, apertam os remos, e sóbem ao *Lima Barros* quasi juntamente com a tripulação do escaler, matando os primeiros marinheiros que encontram no convez. Fecham-se, todavia, incontinenti as escotilhas, e uma parede de ferro cérca os aggressores por todos os lados. Acodem de subito os outros navios e repellem os inimigos a golpes de espingarda, em quanto a metralha manda a pique um grande numero de canôas, e o rio fica alastrado de mortos e de feridos. A perda dos aggressores foi quasi total, a dos nossos subiu a uns cincoenta homens.

Identica tentativa e com identico resultado repetiram os paraguayos, durante a noite de nove para dez de julho do mesmo anno, contra os navios surtos perto de Tahy. Desta vez as canôas eram vinte, presas egualmente duas a duas, cada uma com 25 homens, que levavam tubos de bronze, cheios de uma substancia inflammavel e asphyxiante, bem como granadas de mão para deitar estas e aquelles pelas escotilhas dos navios. Sahindo do Rio Vermelho e costeando a ilha Montuvita, abrigaram-se em grandes *camalotes* que se achavam espalhados em grupos nas proximidades dos navios. Comquanto fossem presentidos, lograram subir ao convez do *Barroso,* donde deitaram a materia as-

phyxiante e as granadas nas escotilhas e na camara. O incendio que se ateara na camara, é, comtudo, promptamente apagado e a metralha varre do convez os inimigos, emquanto o navio, começando a mover-se por diligencia dos machinistas, sossóbra numerosas canôas. Salteam egualmente o monitor Rio Grande, porém são da mesma sorte rechassados, mortos, afogados.

354) **Diversas operações bellicas.** — Tendo no dia tres de março logrado forçar o passo de Curupaity os navios de madeira *Magé* e *Beberibe,* Lopez ordenou se abandonasse o famoso *quadrilatero,* concentrando-se a defesa em Humaytá, e a nove do referido mez elle seguiu pelo Chaco até S. Fernando, na margem direita do Tebicuary. Em Humaytá ficaram com 5.000 homens os coroneis Allen e Martinez ; aquelle como commandante da praça ; este como seu immediato. Mais 5.000 homens, incumbidos de levar pelo Chaco diversos canhões do forte Timbó, partiram de Humaytá a 27 de março. Nas fortificações do Sauce ficára alguma força que no dia 21 de março resistiu heroicamente, durante dez horas, a um assalto do general Argôllo. A trincheira tinha 440 metros de extensão, e era protegida por espessa matta, por banhados e lagôas, bem como por um largo e profundo fosso, em que corria um arroio, cujas aguas estavam represadas.Uma vez perdida a fortificação do Sauce, os paraguyos abandonaram Curupaity, onde os nossos marinheiros arvoraram a bandeira do imperio. Bombardeou, nesse mesmo dia 21, Delphim Carlos de Carvalho o forte *Novo Estabelecimento,* e perseguiu dois vapores que no dia 23 metteu a pique.

Enviou no mesmo tempo Caxias na direcção da capital tres encouraçados, que voltaram com a noticia de ter o povo abandonado a Assumpção, retirando-se para Luque, e de estar Lopez erguendo novas fortificações em S. Fernando, no Tebicuary.

Seguiram, portanto, para lá duas expedições : uma por terra, ao mando do general J. M. Menna Barreto; outra pelo rio, ás ordens do barão da Passagem. Esta

que constava do Bahia, do Barroso, do Rio Grande e do Alagôas, sarpou no dia cinco de junho, bombardeou as fortificações do Tebicuary e no dia 7 tornou a surgir no ancoradouro de Tahy. Chegou João Manuel M. B. ao rio Jacaré, affluente doTebicuary, onde teve uma escaramuça com os paraguayos, e retirou-se porque as suas instrucções não lhe consentiam travar combate sério. Tornando o barão da Passagem a subir pelo rio no mez seguinte (21 de julho) á testa de uma divisão de encouraçados, aggrediu as posições do Novo Estabelecimento e do Timbó, indo no dia 23 e 24 saltear as baterias do Tebicuary e o campo de S. Fernando. Coincidencia extranha ! Como fosse o dia em que a supposta conspiração, no ver de Lopez, devia arrebentar, elle suspeitou que os encouraçados appareciam em apoio dos conspiradores.

Seguiram-se, portanto, uma confusão medonha e o morticinio de que logo falaremos. . Depois de hostilizar dois vapores que se salvaram mettendo-se por um canal estreito, a expedição regressou a 25 para Tahy a reparar as bem consideraveis avarias das embarcações.

355) **Occupação de Humaytá, 25 de julho de 68.** — Constando ao general em chefe que a guarnição da celebre fortaleza ia passando para o Chaco, incumbiu (16 de julho) Argôllo de levar a effeito um reconhecimento á viva força pelo lado de Curupaity, em quanto Osorio faria outro tanto pelo lado opposto ao rio. Passou Osorio a primeira linha de fossos e chegou á contra-escarpa, onde resolveu retirar-se em boa ordem por ter achado enorme a largura e profundidade do fosso, e por ser excessivamente mortifero o fogo que sobre os aggressores despejavam 46 canhões e innumeras carabinas. Começaram, todavia, os paraguayos na propria noite desse dia 16 a passar em pequenos grupos para o Chaco sobre canôas e chalanas.

Durante a noite do dia 22 logrou o coronel Allen, com alguns officiaes e praças — umas quatrocentas pes-

soas ao todo — evadir-se, e com apenas metade de seus companheiros apresentou-se em S. Fernando, onde o aguardava a desgraça e a morte.

Informado na manhan do dia 25 Caxias de que Humaytá se conservava silenciosa, ordenou a Osorio penetrasse na praça e désse informação.

O primeiro a entrar na fortaleza, á frente da sua brigada de cavallaria, foi o coronel *Camillo Mercio,* que recebeu alguns tiros da retaguarda inimiga, a qual se deu pressa a embarcar e seguir para o Chaco, emquanto Argôllo avançava de Curupaity.

Visitou o marquez pessoalmente a praça, substituiu a nossa bandeira á do Paraguay, e, afim de cortar a retirada ao inimigo enviou diversas companhias de soldados para o Chaco. Immenso material de guerra e grande quantidade de viveres cahiu em poder dos nossos. O general Argôllo, com o segundo corpo de exercito, ficou tomando conta da praça que passou a ser a nova base de operações. Suas fortificações foram demolidas ; as correntes que atravessavam o rio, cortadas e distribuidas entre os alliados em partes eguaes.

356) **Os paraguayos no grande Chaco.** — Era desde o mez de março que os paraguayos de Humaytá iam fugindo para o grande Chaco, onde pelos fins de abril começaram a travar encarniçados combates com as tropas enviadas pelo nosso general em chefe afim de lhes cortar a retirada. Feriram nesse logar a 18 de julho a peleja que denominaram combate de *Acaguosa* ou *Acaguasa,* em que dois officiaes argentinos cahiram prisioneiros. Em seguida ao abandono de Humaytá, os paraguayos, no auge do desespero, ao verem-se circumdados no Chaco, resolveram abrir-se caminho com as armas e vencer ou morrer. Então principiou uma lucta espantosa : de dia, de noite ; na estrada da peninsula, na lagôa Vera : em toda a parte.

Os brasileiros com os encouraçados, com uma flotilha de escaleres, com a artilharia, com a espingarda, com a lança, etc. perseguiam, matavam os inimigos e lhes afundavam as embarcações.

Constando ao marquez de Caxias que em um logar no meio do Chaco estavam entrincheirados numerosos soldados com mulheres e creanças, que iam sendo mortos pela nossa artilharia, enviou-lhes o capuchinho frei Fidelis, capellão do exercito, afim de exortal-os a render-se. Duas vezes o sacerdote de Deus se apresentou com a bandeira branca, e duas vezes foi repellido a bala de espingarda e de canhão. Travou-se, por conseguinte, durante a noite de um para dois de agosto, uma batalha terrivel em que os paraguayos que tentavam evadir-se, perderam 8 canôas e para mais de 200 pessoas entre mortos, feridos e prisioneiros. Entregaram-se afinal no dia cinco de agosto com a condição de poderem os officiaes conservar a espada; de que elles mesmos escolheriam o alliado que preferissem para sua guarda, e de que ninguem seria obrigado a servir contra o seu paiz. O numero destes rendidos subia a umas mil e trezentas pessoas, as quaes referiram que de Humaytá tinham sahido 3.600 homens e 400 mulheres com seis boccas de fogo. D'elles, apenas 200 tinham logrado chegar ao Tebicuary. Mil e tantos tinham perecido nos combates do Chaco.

357) **Morticinio.** — A 16 de agosto tornou a esquadra a saltear o forte Timbó, que ainda resistiu ; mas logo foi abandonado juntamente com o Novo Estabelecimento.

Iniciaram então os alliados (19 de a.) a marcha, caminho de Assumpção ; atravessaram (28) o rio Jacaré, tomando logo depois o reducto do Tebicuary, onde, entre outros, fizeram prisioneiro o capitão *Bardo,* homem audacioso, que, disfarçado, penetrava pelos nossos acampamentos observando tudo e tudo referindo a Lopez, seu amo. Os prisioneiros forneceram informações minuciosas a respeito do celebre morticinio que Lopez praticou em S. Fernando ; ninguem, todavia, foi capaz de declarar si a tal conspiração realmente existia.

O facto é que Lopez a torto ou a direito imaginou terem alguns de seus generaes e funccionarios publicos

formado o plano de o prender, constituir um novo governo e pôr deste modo termo á guerra. Segundo elle, estavam neste trama implicados o proprio marquez de Caxias, o ministro americano Washburn ; Benigno e Venancio Lopez, seus irmãos ; Bedoya, seu cunhado ; o bispo diocesano Manuel Antonio Palacios e mais dois sacerdotes ; o ministro Berges, Bruguez, Allen e Vicente Barrios. Estes (menos, já se comprehende, Caxias e Washburn) e muitos outros foram chamados a S. Fernando, julgados summariamente, e sem demora executados.

A existencia do morticinio é certa, porque todos os prisioneiros o referiram, e porque os nossos encontraram os corpos daquelles infelizes ainda não bem sepultados, mas tem sido até hoje impossivel averiguar si a conspiração existia de facto ou era uma pura phantasia do tyranno, que com estas execuções causava um grande damno a si mesmo. Em consequencia destes factos o ministro americano Washburn, cuja vida não deixou de correr perigo, rompeu as relações diplomaticas e se retirou, declarando o dictador *inimigo da humanidade*. Foi, todavia, desapprovado pelo seu governo, que logo lhe enviou successor na pessoa de Mac-Mahon, o qual, violando o bloqueio, subiu até á Assumpção, e viveu intimamente com Lopez nas Lomas Valentinas e em outros logares.

358) **As linhas do Piquiciry.** — A 23 de setembro chegou a vanguarda ao arroio *Surubihy,* sobre o qual havia uma ponte em que o inimigo oppoz grande resistencia. Travou-se, pois, alli um combate muito renhido, do qual os nossos sahiram vencedores.

Appareceu finalmente o exercito deante das terriveis linhas do *Piquiciry* ou *Canabé.* Estava alli formidavelmente trancado o caminho que de Palmas conduzia a Vileta e á Assumpção ; pois aquella fortificação consistia em uma linha de trincheiras collocada na margem direita do Piquiciry, margem notavelmente mais elevada do que a esquerda. Estava a direita

dessa linha ligada á bateria de Angostura sobre o rio; a esquerda, apoiada em mattas espessas, e banhados em poucos logares vadeaveis, e estes defendidos por *abatizes,* e pelos 76 canhões que guarneciam as trincheiras e podiam perfeitamente cruzar o seu fogo.

Tinham, além disto, as trincheiras, na frente, fossos profundos e largos, cheios da agua do arroio Canabé, em cuja foz haviam collocado uma represa. Em seguida a diversas observações e tentativas, mandou Caxias fazer um reconhecimento á viva força com todo o exercito ; porém não tardou em se persuadir que as linhas eram formidaveis e quasi impossivel tomal-as de assalto.

Alguns dos encouraçados passaram, no entretanto, além de Angostura e de Villeta, navegando até á Assumpção. Vieram no mesmo tempo reunir-se ao grosso do exercito os generaes Argôllo e Gelly y Obes, que entregaram a guarda de Humaytá ao coronel Piquet, deixando-lhe 1.500 homens.

359) **Estrada brasileira no Chaco.** — Persuadido o general em chefe da summa difficuldade que á passagem do exercito oppunham as linhas do Piquiciry, ao passo que as mattas espessas e os banhados vedavam contornal-as pelo lado do norte, resolveu construir uma estrada no Chaco apesar da opinião contraria de quasi todos os outros. Lopez não fez grande opposição, porque julgava impossivel se realizasse semelhante empresa, e até esperava que os alliados perecessem, todos, submergidos nas aguas. Na verdade apenas tres dias depois de passar todo o exercito, veiu uma enchente tal, que os encouraçados puderam singrar facilmente nos logares em que tinha existido o campo dos nossos !

As explorações começaram desde o dia 26 de setembro. Os engenheiros, á cuja frente se achava *Rufino Enéas Gustavo Galvão* (Maracajú), fizeram o plano e construiram a estrada superando infinitas difficuldades. Passante de trinta mil troncos de palmeira fo-

ram collocados como estivas, lançaram-se oito pontes grandes e numerosissimos pontilhões, abriram-se muitos kilometros de picada em floresta virgem.

Estabeleceu-se alli uma linha telegraphica para unir essa estrada á estação do ponto das Palmas na margem esquerda do Paraguay. A' medida que os trabalhos progrediam, o exercito transpunha o rio e acampava nos logares mais solidos. A 4 de novembro visitou o general em chefe a estrada, e passou, embarcado, a reconhecer o porto de Santo Antonio, a tres leguas além de Villeta e áquem da Assumpção, resolvendo fazer alli o desembarque.

A tres de dezembro tudo estava prompto para o embarque, que se executou no dia seguinte, 4, á noite, cabendo a vanguarda ao general Argôllo. A cavallaria, ao mando de José Luiz Menna Barreto, marchou por terra até Santa Helena, ponto fronteiro ao porto de Santo Antonio.

Occorria neste interim na Assumpção uma scena digna de memoria. O vice-presidente Francisco Sanchez ordenára, sob pena de morte, que todos os moradores, dentro de cinco dias (1-6 de dez.), abandonassem aquella cidade levando comsigo o que pudessem.

Foi logo depois a Assumpção por ordem do governo entregue a um saque tão barbaro, que nem siquer as sepulturas e os caixões dos finados escaparam.

360) **Batalha do Itororó, 6 de dezembro de 68.** — A operação do desembarque, que se effectuou pela tarde do dia cinco, correu sem novidade. Tratou á noite o general em chefe de occupar a ponte do Itororó, mas fôra infelizmente prevenido. O caminho que do lado dos nossos levava para esse arroio, era um desfiladeiro estreito, bordado de matta espessa, e desenvolvia-se por um cêrro que a um kilometro da ponte descia até o riacho. As margens deste eram altas e paludosas, de sorte que não havia passar sinão pela ponte, que era larga pouco mais de tres metros

e estava occupada pelo inimigo. Durante a noite os nossos vigiaram a margem direita ; os paraguayos, a esquerda.

Ao romper do dia avança o bravo coronel Fernando Machado de Souza com a vanguarda e investe o inimigo a bayoneta calada, mas é repellido e logo depois cae morto no desfiladeiro. Como a estreiteza da estrada não permitte que muitos soldados entrem em acção, os nossos abrem picadas na matta lateral e combatem com a artilharia. Arrojam-se no mesmo tempo contra a ponte, mas são nada menos de oito vezes obrigados a retirarem-se. Na terceira e na setima investida logram transpor essa ponte fatal e cada uma destas duas vezes se apoderam de dois canhões, porém são pelo numero e valor heroico dos paraguayos forçados a recuar.

Arremessa-se finalmente o general em chefe no meio da lucta exclamando : *Sigam-me os que forem brasileiros !*

Este acto heroico do bravo marechal excita tanto os brios dos soldados, que a peleja se converte em um verdadeiro delirio, e o inimigo vae dentro em breve derrotado com gravissimo damno delle. Nossas perdas tambem foram notaveis ; pois, além de outros officiaes distinctos, Fernando Machado deixou a vida no desfiladeiro; e, entre numerosos feridos gravemente, se contaram Argôllo, Gurjão, Deodoro da Fonseca e Mourão Pinheiro.

Tendo, ao principiar da peleja, um pratico do paiz, de nome *Cespedes,* informado de haver no lado esquerdo uma vereda que permittia atravessar o arroio mais acima e aggredir o inimigo pela retaguarda, Caxias enviou naquella direcção o general Osorio com as avançadas do terceiro corpo de exercito.

Como, todavia, a curva, em logar de ter uma legua de extensão, segundo affirmára Cespedes, tivesse tres, e como na marcha fosse mistér superar outras difficuldades, esta diversão se tornou inutil, porque Osorio chegou ao logar da batalha só depois da victoria.

Sem esquecer de tomar as meddidas indispensaveis a respeito dos mortos e dos feridos, Caxias, á testa do exercito, marchou no encalço do inimigo, levando Osorio a vanguarda.

361) **Batalha do Avahy, 11 de dezembro de 68.** — O inimigo, a cavallo sobre a estrada de Villeta, mostra-se prompto a disputar-nos o passo ; mas o general em chefe, dando uma volta, vae pôr o seu campo nas coxillas proximas á capella de Ipané. Postam-se, então os paraguayos no potreiro Valdovino, a cavalleiro sobre a estrada que de Villeta leva para Guarambaré. Nos dias seguintes — 8, 9 e 10 — são dadas diversas providencias, trocam-se alguns tiros, desembarca no porto de Ipané o resto da cavallaria ao mando do barão do Triumpho e de João Manuel Menna Barreto, cae chuva torrencial. e o marquez de Caxias resolve marchar sobre Villeta no dia onze, Tendo nesse dia o barão do Triumpho ganhado a retaguarda do inimigo, os paraguayos tomam posição do outro lado do arroio Avahy, e oppõem grande resistencia aos nossos, que, todavia, passam a ponte e avançam intrepidos pela direita e pela esquerda delles.

No ardor da refrega dois batalhões de infanteria são envolvidos pela cavallaria paraguaya que lhes causa alguma desordem nas fileiras. O commandante Francisco de Lima e Silva cae mortalmente ferido e logo depois morre em Villeta. Osorio, á frente de seus batalhões, peleja como um leão; mas, ferido no queixo por bala de espingarda, é obrigado a retirar-se. Comtudo a victoria declara-se em nosso favor. Caxias, avançando com a vanguarda, persegue o inimigo que debalde busca na retaguarda reformar seus batalhões dizimados. O general Caballero, fugindo, chega ao acampamento de Lopez com apenas quarenta soldados. Mais de quatro mil cadaveres jaziam no campo. Mil e duzentos prisioneiros, 18 boccas de fogo, 5 bandeiras e muito armamento caem em poder dos

alliados. A immediata occupação de Villeta, que fica sendo a nova base de operações, e a juncção franca com a esquadra, são os primeiros beneficios desta victoria.

362) **Lomas Valentinas.** — (1) Tendo no dia 18 o general em chefe levado um reconhecimento até meia legua de distancia da residencia de Lopez nas Lomas Valentinas, resolveu dar um ataque geral e simultaneo a todas as posições inimigas logo que a chuva o permittisse. Pela madrugada do dia 21 o barão do Triumpho entrou no potreiro *Mamoré,* retaguarda das Lomas, onde aprisionou dois piquetes de soldados, sem que lhe escapasse um só homem, e tomou tres mil cabeças de gado que remetteu para Villeta. Aggrediu nessa mesma madrugada o general João Manuel Menna Barreto as linhas do Piquiciry pela retaguarda, tomando-as de assalto ás tres horas da tarde. Permittiu este feito de armas a communicação immediata do exercito com a força que ficára em Palmas e isolou a guarnição de Angostura.

Dirige nesse mesmo tempo o marquez de Caxias os seus batalhões ao assalto das Lomas Valentinas, mas encontra forte resistencia. O interior da posição inimiga consiste em matto ralo, casas e laranjaes. Pelos lados segue o entrincheiramento envolvendo outra coxilha que domina a primeira ,e na qual se vê a casa do dictador com a bandeira tricolor arvorada na frente. Avançando rapidamente apesar da metralha, chegam os nossos á contra-escarpa do fosso, matam á bayoneta os paraguayos que se lhes oppõem, entram á viva força no reducto; mas o terreno interior da fortificação offerece completo abrigo aos combatentes, que despejam um fogo mortifero sobre os assaltantes.

(1) **Loma** corresponde ao portuguez **lombo** ou **lombada**, pequena elevação de monte, como cêrro ou outeiro.

**Potreiro** é um campo cercado, com pasto e aguada, destinado a animaes cavallares e muares.

Apesar da noite, da chuva, da obscuridão, o fogo continúa, e os nossos se conservam no logar occupado. O marechal, os generaes, os officiaes, dão o exemplo permanecendo firmes no seu posto de honra. Não é facil decidir o que merece maior admiração : si a tenacidade do ataque ou a pertinacia da defesa. No dia 22 manda o marquez buscar as forças orientaes e argentinas que haviam permanecido em Palmas e no dia immediato envia a Lopez uma intimação para depor as armas em doze horas ; tendo, porém, o dictador respondido negativamente, a lucta medonha prolonga-se até o dia 27 quando, simulando os nossos um ataque na frente, salteam a posição pela retaguarda, penetram no reducto e dispersam o inimigo que busca um asylo na matta vizinha, em quanto Lopez foge para Cêrro-Leon, onde vae organizar novo exercito e fabricar novas armas.

Capitaneando dois mil homens, marcha (29) nessa direcção o general Rivas, incumbido de bater o paiz até áquelle ponto; como, todavia, o inimigo não apparece, volta Rivas a reunir-se ao grosso do exercito. Rende-se no dia 30 a guarnição de Angostura sahindo da fortaleza com as honras da guerra, depondo as armas e entregando-se prisioneira.

Dadas as providencias opportunas reclamadas pelas circumstancias, o general em chefe dirige-se, no dia 31, á frente do exercito victorioso, para a villa de Luque em que deixa uma parte da cavallaria e a cinco de janeiro entra triumphante na Assumpção.

363) **Ultimas disposições e retirada do marquez de Caxias.** — Convidou agora Caxias os paraguayos a volverem para os seus lares promettendo a todos protecção e bom tratamento. Constando-lhe que os restos da esquadra de Lopez se tinham refugiado no rio *Manduvirá,* enviou contra elles, com oito navios, o barão da Passagem, que no dia cinco partiu e á noite lançou ferro na foz daquele rio. Entrando no dia seguinte, 6, com os vasos menores pelo Manduvirá,

acossou seis vapores que fugiram por um pequeno affluente de pouco fundo, onde os paraguayos tinham posto a pique o vapor *Vesuvio,* o patacho *Rosario* e diversas chalanas. Não podendo, pois, as nossas embarcações subir até lá, voltaram no dia nove.

Tratou egualmente Caxias de enviar uma expedição a Matto Grosso, incumbindo uma parte della de occupar o *Fecho dos Morros,* paragem de que os paraguayos se tinham apoderado em 1850. Esta esquadrilha que constava de seis canhoneiras, sarpou no dia 14 sob o commando do capitão de mar e guerra Aurelio Garcindo Fernandes de Sá. Os dois avisos *Fernandes Vieira* e *Felippe Camarão* que seguiram até Cuyabá, foram em toda a parte recebidos com as maiores demonstrações de jubilo. Logo se restabeleceram communicações fluviaes regulares entre Matto Grosso e o sul do imperio.

A 14 de janeiro publicou Caxias uma proclamação em que, louvando o exercito e agradecendo-lhe, dava a guerra por acabada. Como no dia 17, em quanto na sé da Assumpção assistia com o exercito a uma missa, tivesse uma syncope assustadora, entregou as forças brasileiras ao general Guilherme Xavier de Souza e abalou para Montevidéo, onde conseguiu ser exonerado do grave peso do commando em chefe. Poucos dias depois de chegar ao Rio foi agraciado com o titulo de *duque* e condecorado com a medalha do merito militar.

Xavier de Souza fôra do Brasil enviado ao Paraguay para tomar o commando do segundo corpo do exercito.

Perderam neste mesmo tempo os nossos bravos soldados mais seis illustres chefes ; pois Osorio, Argôllo e Inhaúma retiraram-se: aquelles para curar suas feridas, este para tratar da sua saúde. Chegando ao Rio no dia 18 de fevereiro, Inhaúma foi promovido a almirante, porém falleceu a 8 de março seguinte. Gurjão a 17 de janeiro succumbiu em Humaytá aos seus gloriosos ferimentos. O barão do Triumpho a nove do re-

ferido mez cahiu victima de uma febre perniciosa na capital do Paraguay. Cedendo a uma hepatite chronica, concluiu a sua carreira mortal a 4 de abril na Assumpção o bravo Jacintho Machado Bittencourt, ao qual succedeu o general José Auto da Silva Guimarães, posteriormente barão de Jaguarão.

364) **Commando do general Guilherme Francisco Xavier de Souza.** — Fixára Lopez a sua residencia na villa de *Peribebuy,* á retaguarda da cordilheira de Ascurra que corre entre o rio Paraguay e Villa Rica, e fortificára com 16 canhões o desfiladeiro que leva o nome da mesma cordilheira. Trabalhava-se no mesmo tempo dia e noite com a maior actividade no arsenal de *Caacupé,* em quanto os ministros Caminõs, Falcon e Gonsalez, bem como os generaes Resquin e Caballero se mostravam incançaveis.

Pelos fins de janeiro de 69 abalou para o interior, com a legião paraguaya reforçada pelo regimento S. Martim, o coronel Baez afim de bater o inimigo e de prestar apoio ás familias que desejassem regressar para os seus lares, particularmente para a Assumpção. Na volta trouxe Baez passante de cem pessoas vindas dos povoados de Capiatá, Itaguá, Itá, Jaguarão, Paraguary e Crapeguá. Tendo os alliados concordado em dar a essa legião a bandeira do seu paiz, Lopez reclamou energica e amargamente, porém sem effeito.

Nos ultimos dias de fevereiro chegou á Assumpção o chefe de esquadra Eliziario Antonio dos Santos incumbido de, no commando da frota, substituir o barão da Passagem, que succedera a Inhaúma e solicitára a licença de regressar ao Brasil para tratar da sua saúde.

Foi a dez de março que o inimigo ousou vir saltear-nos a umas duas leguas além de Luque. Estavam diversos engenheiros e soldados reconstruindo nesse logar uma ponte do caminho de ferro sobre o rio Juguery, quando pela manhan desse dia surge repentinamente ao longe na margem opposta uma locomotiva em vertiginosa velocidade. Descarregam de chofre os

paraguayos sobre os trabalhadores a metralha de dois canhões em quanto duzentos infantes rompem vivissima fuzilada. Trava-se tremenda lucta ; atravessam os nossos o arroio; combatem corpo a corpo e repellem os aggressores que fogem a bom fugir com o seu comboio.

A 4 de abril embarca com dois mil homens para o Rosario, trinta leguas acima da Assumpção, o coronel José de Oliveira Bueno, encarregado de reconhecer aquelles logares e de cortar a Lopez os recursos que delles ainda tirava.

A cinco do referido mez o general Guilherme marcha para Luque com o segundo corpo de exercito. Depois de entregar alli o mando supremo ao seu successor, ficou commandando provisoriamente esse mesmo segundo corpo de exercito, porém logo depois (18 de maio) os seus achaques o obrigaram a retirar-se para Santa Catharina, onde dentro em breve succumbiu a uma tuberculose pulmonar Succedeu-lhe interinamente até o regresso de Osorio o general José Luiz Menna Barreto.

365) **Governo provisorio.** — Com o intuito de mostrar ao mundo que o alvo da guerra não era a conquista de um novo territorio, mas unicamente derrubar o governo de Lopez, desejavam os alliados reunir um certo numero de paraguayos distinctos e formar com elles um governo provisorio que se occupasse da administração civil do paiz. Em janeiro de 69 chegou com esta missão á capital do Paraguay o ministro brasileiro José Maria da Silva Paranhos ; mas, ao ver que nada por emquanto se podia concluir, partiu para Buenos-Ayres afim de se entender melhor com os outros alliados.

Regressando em fins de fevereiro para a Assumpção, logrou, depois de muito trabalho, assentar as bases desse novo governo. Reuniu-se, pois, a 22 de julho no theatro da capital uma grande assembléa em que os cidadãos elegeram 21 de seus conterraneos in-

cumbindo-os de nomearem cinco varões para por sua vez delegarem em tres delles o governo provisorio do paiz. Estes a cinco de agosto acclamaram os tres cidadãos seguintes : D. Carlos Loisaya, D. Cyrillo Rivarola e D. José Dias Bedoya, que a 15 de agosto prestaram juramento e tomaram posse de seus officios na cathedral da Assumpção.

## PERIODO III

## Campanha do principe imperial Gastão d'Orleans conde d'Eu

366) **Primeiros passos do novo general em chefe.**— Tendo o governo imperial concedido a demissão ao duque de Caxias e sabendo que não podia contar com a saúde fraca do general Guilherme, nomeou a 22 de março, para commandar todas as forças brasileiras em operações no Paraguay, o principe marechal conde d'Eu, que a 16 de abril tomou em Luque posse do seu alto posto. Mostrando desde o principio grande actividade, passou revista ao exercito e visitou todo o material de guerra. Deu a Polydoro da Foncesa Quintanilha Jordão o commando do primeiro corpo de exercito; a Osorio, posto que ausente, o do segundo ; (1) o da cavallaria, aos generaes João Manuel Menna Barreto, Camara e Vasco Alves; o da artilharia, a Emilio Mallet. Collocou Victorino Jose Barbosa de Lomba á frente de uma divisão da esquadra destinada a vigiar o rio Paraguay até Matto Grosso. Enviou Jeronymo Gonçalves ao Manduvirá, conforme diremos no par. 369.

Ordenou ao brigadeiro Portinho, que estava de observação em Itapúa e na Candelaria, occupasse Villa

(1) Osorio voltou em principios de junho. Em seu logar tinham commandado successivamente os generaes Guilherme e J. L. Menna Barreto. Vide par. 368.

Rica, da qual, segundo constava, Lopez ainda recebia recursos. Remetteu-lhe para esse fim um reforço de 555 infantes e 166 artilheiros, que desembarcaram na Tranqueira de Loreto. Enviou egualmente diversas partidas a reconhecer o paiz em varias direcções, limpal-o de inimigos, e proteger as familias que se quizessem recolher á Assumpção. Logrou deste modo inteirar-se de que nas proximidades não havia inimigos, e de que os caminhos permittiam o transito ao nosso exercito. Mandou tambem contra a fabrica de ferro do *Ibicuhy* o major oriental Hippolyto Coronado, o qual partiu a cinco de maio com 85 soldados; matou (8) de viagem sete desertores dos alliados que recusaram entregar-se; varou a cordilheira, e surprehendeu a guarnição da fabrica, que, em seguida a breve refrega, fugiu para as mattas; occupou então a fabrica; destruiu o que poude; libertou 96 presos, dos quaes 87 pertenciam aos alliados, e voltou com 250 pessoas. Empanou, todavia, Coronado a sua gloria degollando o capitão Insfran, que, sendo commandante do presidio, se entregára prisioneiro.

367) **Quartel general em Pirajú.** — Tendo finalmente o principe recebido dois mil cavallos, com os quaes preencheu as faltas mais sensiveis, resolveu collocar o seu quartel-general em Pirajú, sobre a linha da estrada de ferro, fixando alli a base das operações para a campanha das cordilheiras. Ordenou, pois, que uma columna commandada pelo general João Manuel Menna Barreto se dirigisse (20 de maio) a Pirajú passando por S. Lourenço e Itá. Esta força foi destinada a flanquear pela direita a outra columna, que, sob as ordens immediatas do principe, marchou no dia 22 ladeando a estrada de ferro, e acampou no povoado de Aranguá nas margens da lagôa Iparacahy.

Chegaram todos sem grandes difficuldades no dia 25 a Pirajú. Penetrou na tarde desse mesmo dia o coronel Manuel Cypriano de Moraes no acampamento de Cêrro Leon, donde afugentou a guarnição, matando-

lhe dez homens e fazendo trinta prisioneiros. Estavam agora, os nossos, senhores de toda a linha-ferrea, e lobrigando as cordilheiras para onde o inimigo se tinha retirado depois de fortificar todas as estradas que de Taquaral, Pirajú e Cêrro-Leon, sobem aos ingremes declives das mesmas montanhas. Restabelecendo logo a linha telegraphica, uniram os alliados Pirajú com a Assumpção.

Tendo o general João Manuel Menna Barreto marchado em apoio de Portinho que se suppunha viria de Itapúa, combateu (1.º de junho) no desfiladeiro de Sapucahy, onde fez 28 prisioneiros; seguiu para o rio Tebicuary que não logrou transpor; dirigiu-se para o Ibicuhy escoltando um grande numero de familias, e, depois de infinitas peripecias, voltou ao campo de Pirajú. A 8 de junho uma partida dos nossos acabou de destruir a fabrica do Ibicuhy. Causava nesse mesmo tempo grande damno ao inimigo a esquadrilha do Alto Paraná; o chefe Lomba fazia explorações no Tebicuary, e o brigadeiro Portinho com 1.200 homens invadia o territorio paraguayo pelo lado de Itapúa dirigindo-se para o Tebicuary; atravessáva esse rio; chegava á Assumpção, e ia reunir-se ao grosso do exercito no campo de Pirajú.

Do lado do Rosario o general Camara unia-se em fins de maio e principios de junho ás forças de Oliveira Bueno, e marchava sobre a povoação de S. Pedro, cuja guarnição, cahindo prisioneira, subministrou informações preciosas a respeito do logar em que se achava o grosso das fôrças paraguayas naquelle districto. Com 1.300 homens e doze boccas de fogo estava, em um logar chamado Tupupuitan, Miguel Galeano, que, ao ver os nossos (29 de maio), se retirou, buscando atravessar o rio Aguaray-Guassú no passo Tupy-hú. Alcançado alli pelo general Camara, travou uma boa refrega em que foi derrotado com a perda de 350 prisioneiros, 15 canhões, 3 estandartes, botes, canôas, carretas, etc. Arrebanharam, além disso, as tropas de Camara 2.000 rezes de córte e 300 bois mansos.

368) **Tres Batalhas decisivas, 12, 16 e 18 de agosto de 69.** — Desejoso o principe de iniciar a campanha das cordilheiras, reuniu antes de tudo grande quantidade de provisões no acampamento de Pirajú. Regressava, no entretanto, Camara para o quartel-general e chegava um reforço de Matto Grosso; o tempo melhorava, e o principe juntamente com o coronel Deodoro da Fonseca a 29 de julho partiu para fazer um reconhecimento até perto das trincheiras de Ascurra. Convicto de que a passagem da cordilheira apresentava nesse lado sérias difficuldades, resolveu contornal-a sem deixar de fazer negaça contra o desfiladeiro de Ascurra. Dando mostras de querer marchar contra Villa Rica, dirige-se J. M. Menna Barreto para Ibitimy; Osorio (31 de julho) avança com grande parte do segundo corpo de exercito; no dia seguinte, Polydoro, com o primeiro corpo, e a tres de agosto, o principe, com diversas fracções desses mesmos corpos.

Em consequencia de seus ferimentos Polydoro retira-se, succedendo-lhe no commando o general Victorino Monteiro. Tendo no dia 4 repellido de um desfiladeiro o inimigo, apresentam-se os nossos no dia dez deante de *Peribebuy,* nova capital de Lopez, levantada na encosta de uma collina, á qual fazem coroa outras mais altas que dominam a villa. Regularmente fortificada, está essa villa defendida por 19 boccas de fogo e por tres mil homens, dispostos a luctar emquanto não morrerem ou não lograrem repellir os invasores. As nossas tropas no dia onze tomaram posições nas collinas circumvizinhas, e nellas assentaram cinco baterias. Pela manhan do dia doze começa de parte a parte o canhoneio, porém com pouco effeito até ás sete horas, porque o nevoeiro encobre o alvo.

Dá-se ás nove horas com grande vigor principio á carga. Junto á contra-escarpa cae dentro em breve ferido, e morre logo depois, o bravo general João Manuel Menna Barreto. Escalam os nossos a trincheira, e luctam desesperadamente á arma branca. A defesa é tal, que até mulheres combatem heroicamente matan-

do duzias de alliados. Tentam afinal os paraguayos fugir pela retaguarda, porém são cercados pela cavallaria, e Peribebuy fica em nosso poder ás onze horas da manhan. Setecentos e vinte mortos, 1.112 prisioneiros, 19 canhões, 12 bandeiras e grande quantidade de armamento attestam as perdas do inimigo.

Com a quéda de Peribebuy Lopez, que estava em Ascurra, perdeu a estrada de léste para fugir; ficavam-lhe a do norte e a do nordéste. Tratou, pois, o principe de lhe cortar tambem essas duas marchando no dia treze para Caacupé. Comtudo Lopez o preveniu fugindo em tempo por Caacupé na direcção de Caraguatahy. Correndo os nossos no encalço dos fugitivos, travaram com elles no dia 16 em um logar chamado *Campo Grande* ou *Nhun-guassú* uma peleja em que os paraguayos ás ordens do general Caballero, durante cinco horas e meia, combateram como leões, mas foram vencidos com grandissimas perdas que consistiram em 2.000 mortos, 2.300 prisioneiros, 13 canhões, etc.

Como os que escaparam dessa batalha, se fortificassem na estrada de Caraguatahy, os nossos marcharam contra elles, derrotando-os e perseguindo-os no dia 18. Esta é a refrega que se chamou batalha de *Caraguatahy*. Vastissima planicie se extende dessa villa para o norte: banhados immensos, rios e grandissimo numero de arroios, affluentes do Manduvirá. Em um desses rios que serpentêa a meia legua do povoado, e vae lançar-se no Manduvirá, estavam encalhados os vapores *Apa, Iporá, Pirabébé, Paraná, Anhambay* e *Guayrá* aos quaes Lopez, quando passou por alli, mandou lançar fogo, e os nossos logo depois presenciaram o incendio. Chegando a Caraguatahy no dia 19, o principe organiza columnas ligeiras e as envia em busca dos fugitivos. Avançando até o rio Hondo, tiram essas columnas no passo Botuhy cinco canhões aos paraguyos, matam-lhes 300 homens e na volta trazem comsigo muitos prisioneiros.

Em Caacupé, onde havia uma fabrica de fundição que foi destruida, apresentaram-se 88 extrangeiros, dos quaes 52 eram inglezes, officiaes mechanicos empregados nos estabelecimentos militares. Libertaram os alliados 268 brasileiros, que pela maior parte eram de Matto Grosso. Um delles era frei Mariano de Paguaia, missionario capuchinho preso na villa de Miranda. Nas operações do mez de agosto Lopez perdeu 8.000 homens e 61 canhões. Agora as adhesões dos paraguayos aos alliados começaram a avultar muito consideravelmente.

369) **Trabalhos da esquadra.** — Incumbido de capitanear uma nova expedição destinada a dar cabo dos navios inimigos, partiu Jeronymo Gonçalves no dia 15 de abril, e, bem que flanqueado pela cavallaria paraguaya, entrou no Manduvirá; explorou a lagôa Aguaracaty, o arroio Hondo, o Mubatahy, e chegou até perto da villa de Caraguatahy, onde descobriu os vapores, tres dos quaes tinham sido posto a secco. Como o pouco fundo do arroio lhe vedasse approximar-se delles, no dia 27 resolveu voltar. Com o fim de cortar-lhe a retirada, tinham, nesse meio tempo, os paraguayos deitado arvores e muita alga no rio; tinham outrosim fortificado com trincheiras munidas de duas peças o logar denominado Garayo. Duzentos homens armados guarneciam nesse logar uma das margens; novecentos, a outra. O rio estava nessa mesma paragem entulhado com vigas, arvores, troncos, canôas, carretas cheias de pedras e atravessado de lado a lado com cordas e correntes.

Comtudo, o monitor *Ceará,* depois de evitar habilmente dois torpedos, que tambem tinham sido lançados ao rio, quebra e remove os obstaculos, podendo então a flotilha passar a despeito das balas e de toda a opposição. Não só, mas volta aguas acima e, combate durante cinco horas com grave damno do inimigo. Arrojam-se finalmente 200 paraguayos á abordagem com desesperado vigor, porém são repellidos com immenso prejuizo delles. No dia seguinte a flotilha surgiu glo-

riosa na foz do Manduvirá, tendo percorrido 70 leguas.

Afim de cortar a retirada aos fugitivos tornaram no mez de agosto diversos navios a subir pelo Manduvirá, porém a escassez das aguas não permittiu que avançasem muito. Duas lanchas, todavia, penetraram no rio Caraguatahy, affluente do Manduvirá. Tiveram para isso de arrombar uma grossa parede de pedra e cal levantada no passo Gurajó. Foi nessa occasião que Lopez mandou incendiar os vapores.

Ordenou pelos fins de agosto o principe que a canhoneira *Henrique Martins* cruzasse entre a villa da Conceição e a foz do Apa, e que um dos vapores da flotilha de Matto Grosso estacionasse entre os fortes Olympo e Nova Coimbra.

370) **Guerrilhas.** — Em seguida ás victorias do mez de agosto, o principe e Osorio dirigem-se para a Villa do Rosario, na qual a seis de set. se acha reunida grande parte do exercito. A 16 de outubro Camara chega á Conceição, e logo dá principio ás operações derrotando diversos piquetes inimigos e fazendo muitos prisioneiros que fornecem optimas informações. Envia uma expedição ao Aquidaban; outra ao rio Apa com ordem a esta de permanecer em Bella-Vista.

Lopez, fugindo, a 25 de março, chegou a Santo Estanisláu ou Santani, e no dia 31 elevou á categoria de capital a villa de S. Isidro de Curuguaty para onde se dirigiu em principios de setembro. Na sua viagem parou quasi um mez em Iguatemy, e chegou ao Panadero, logar em que a fome e mil outras privações acabrunharam medonhamente a elle e a toda a sua gente.

Avançava nesse mesmo tempo o principe para Santani e de lá passava a um grande potreiro pelo qual corre o arroio Capivary. Alli o deteve a falta de recursos devido á negligencia dos fornecedores. Então veiu a fome e foi terrivel. Comtudo o coronel Fidelis Paes da Silva fez uma excursão até Curuguaty (26-31

de out.), derrotando, prendendo, matando diversos inimigos. Pouco mais tarde este mesmo Paes bate o inimigo no passo do Jejuy-mirim, vae até Iguatemy e destróe em Itanaran uma fabrica de polvora. O principe marcha para Curuguaty, onde fórma um grande deposito de viveres, volta ao Rosario e passa para a Conceição. Ferem-se neste mesmo tempo continuas escaramuças em toda a parte, e o numero dos que se apresentam, avulta cada vez mais. Tudo em summa faz prever proximo o fim da guerra.

Retiram-se, portanto, da campanha Osorio a 24 de novembro; Emilio Mitre, a 24 de dezembro; Polydoro, a 15 de janeiro; os voluntarios da patria, em fevereiro. Camara, todavia, continúa a perseguir o inimigo buscando bater as forças do coronel Romero.

371) **Ultimas operações contra Lopez.** — Pelo méado de janeiro o general Auto enviou uma expedição até á serra de Maracajú; outra, ao Panadera. Do que diziam os numerosos desertores e prisioneiros, constou que Lopez subira á serra de Maracajú ; que a 14 de janeiro tomára uma direcção capaz de o levar a Dourados ou a Cêrro-Corá; que ainda o acompanhavam umas seiscentas pessoas; que ia abandonando artilharia e carretas por lhe faltarem meios de locomoção; que tratava de fugir para a Bolivia atravessando a provincia de Matto Grosso.

Em consequencia destas informações, os nossos tomaram as disposições seguintes. O coronel Hermes da Fonseca, nomeado commandante da fronteira do Baixo Paraguay, parte e vae estabelecendo guardas desde o Fécho dos Morros até Nova Coimbra e Corumbá. O coronel Silva Paranhos deve marchar atrás de Lopez afim de lhe cortar a retaguarda, e dirigir-se á colonia de Dourados, onde se uniria ás forças partidas de Bella-Vista no rio Apa. Lopez deste modo ficaria apertado entre as duas columnas.

Ao chegar a Bella-Vista soube Camara que Lopez, abandonando a estrada de Dourados, tinha ido acampar

na margem esquerda do Aquidaban, no sitio chamado Cêrro-Corá, colina extensa, excellente posição para a defensiva. Chegára a esse logar no dia 8 de fevereiro; tratara de fortificar-se; occupara o passo do arroio Taquara, e enviara o general Caballero a procurar gado em Matto Grosso. Ordenou então Camara ao coronel Bento Martins avançasse pela estrada de Dourados, e a dois de março surgisse na picada de Chiringuêllo.

Elle, voltando atrás, fez dias depois juncção no rio Negla com o coronel Paranhos, e, juntos, marcharam para Cêrro-Corá. Partindo (20 de fev.) de Bella-Vista, seguiu Bento Martins pela Machorra, Miranda e Dourados (26), avançando depois pelo rumo de Ponta-Ponha.

Tendo diversos desertores referido que Lopez estava completamente descuidado no seu campo, entendeu Camara que era possivel surprehendel-o. Confiou, pois, a vanguarda a Silva Tavares, que se dirigiu para Guassú, uma das duas sahidas pelas quaes o dictador poderia evadir-se.

A duas leguas e meia desse ponto no Guassú existia a picada de Jatebó. Alli se emboscaram alguns a espera dos espias que poderiam vir do campo. A cinco leguas daquelle mesmo ponto está o passo do rio Taquara, que com duas peças era defendido por uma pequena força de infanteria. Ao tenente-coronel Francisco Antonio Martins e ao major Floriano Peixoto coube a honra de surprehender o inimigo naquelle passo que distava uma legua do campo de Lopez.

Pela madrugada atravessaram elles o arroio abaixo do passo emquanto a guarnição dormia socegadamente. Arrojam-se então de chofre sobre as duas peças, e logo se apoderam da posição quasi sem resistencia. Chega pouco depois o general Camara, e manda occupar outra picada que vae morrer no Aquidaban.



Lopez, no entretanto, estava tranquillamente preparando-se para percorrer a cavallo o seu campo. Começou, todavia, pelas sete horas a extranhar que não lhe dessem, como de costume, parte das novidades da van-

guarda. Enviou, pois, para lá um seu ajudante que, cahindo na emboscada, teve de entregar-se sem resistencia. Afim de mudar a guarda do passo Taquara marcham, á hora marcada, naquella direcção dez praças guiadas por dois officiaes. Travam estes com cinco dos nossos um combate que, durante algum tempo, fica indeciso. Morrem seis paraguayos, mas um foge e leva ao campo a terrivel noticia. Os nossos, avançando, rompem a fuzilaria no passo do Aquidaban. Reina a confusão no campo inimigo. Comtudo Lopez ordena com a maior calma que os generaes Rôa e Delgado repillam os aggressores, e até dá providencias para que a gente da sua familia possa retirar-se em carros ou carretas puxadas por bois.

Fere-se uma peleja vivissima no passo do Aquidaban; combate-se á metralha, a fuzil, a arma branca. Passam os nossos o rio e repellem o general Delgado até ás proximidades do campo em que Lopez tenta defender-se.

372) **Morte de Lopez.** — Copiaremos aqui diversos trechos da parte official que o visconde de Pelotas escreveu na villa da Conceição a 13 de março de 1870.

Depois de relatar os ultimos factos que nós temos apenas indicado, accrescenta. — "Aos lanceiros tinha eu ordenado que, logo que invadissem o acampamento do ex-dictador, contornassem-lhe os flancos e tomassem a estrada de Chiringuêlo, para impedir que algum chefe importante pudesse por alli evadir-se."

"Cumprindo esta ordem, transpondo a picada que conduzia áquelle acampamento, se dividiram e inundaram pelos flancos a planicie de Aquidabanigui, em cujo centro estavam as forças inimigas. O coronel Silva Tavares, os officiaes de seu estado maior... tomaram a estrada do centro, e foram arremessar-se sobre a força, á cuja frente se achava o ex-dictador. O coronel Silva Tavares não lhe deixou mais tempo para respirar. Carregando sobre elle... levou-o, de envolta no pó e no fumo, de encontro ao matto que

margeia o Aquidabanigui (1). A tão encarniçada aggressão não poude o tyranno fazer face. Abandonando-se á fuga, lançou-se para o interior do matto, onde de perto o seguiram um punhado de bravos que lhe juráram exterminio, até que, ferido, desanimado, exhausto, apeando-se do seu cavallo, dirigiu-se para aquelle arroio, que tentou transpor, cahindo de joelhos na barranca opposta."

"Foi nesta posição que, tendo-me apeado e seguido no seu encalço, o encontrei. Intimei-lhe que se rendesse e entregasse a espada, que eu lhe garantia os restos de vida, eu, o general que commandava aquellas forças. Respondeu atirando-me um golpe de espada. Ordenei então a um soldado que o desarmasse, acto que foi executado no tempo em que elle exhalava o ultimo suspiro..."

A nossa perda constou de sete feridos, dos quaes, dois gravemente. A perda do inimigo foi completa. O campo e suas vizinhanças ficaram juncadas de cadaveres. Entre os prisioneiros, cujo numero subia a 244, achavam-se os generaes Resquin e Delgado, 4 coroneis, 8 tenentes-coroneis, 19 majores, 3 medicos, 8 padres e um escrivão. Madama Lynch e 4 filhos entravam no numero do prisioneiros. Ao lado do carro em que ella pretendia fugir, foi dispersa a escolta que o guardava, e morto o coronel Lopez, filho do ex-dictador, que recusou render-se.

Cahiram em poder dos nossos 16 boccas de fogo, dois estandartes, muito armamento e muitas munições. Ficaram mortos no campo de combate o general Rôa, o vice-presidente Sanches, o ministro Camiños, o coronel Delvalle e muitos officiaes de todas as graduações. A mãe e irmans do tyranno, que estavam presas, e cuja sentença de morte lhes havia sido intimada,

(1) Vê-se por estas expesssões que o acampamento de Lopez não estava na margem esquerda do **Aquidaban**, como geralmente se suppõe, mas na direita delle e na esquerda do Aquidabanigui, a saber: entre o **Aquidaban** e o seu affluente Aquidabanigui ou Aquidabamingui ou mirim.

foram postas em liberdade. O general Caballero, que se achava em Bella Vista, no Apa, rendeu-se a oito de abril.

373) **Chico o Diabo, Camara e Joca Tavares.** — Correu em todo o exercito o boato de que o tyranno succumbira a um golpe de lança desfechado pelo cabo de esquadra José Francisco Lacerda, vulgo — *Chico o diabo.*

Fizeram para o caso os versos seguintes :

*O cabo Chico do diabo*
*Do diabo Chico deu cabo.*

Como, porém, na parte official o visconde de Pelotas não falasse neste facto, o general João Nunes da Silva Tavares (barão de Itaqui), mais conhecido pelo nome de *Joca Tavares,* protestou, demonstrando o merito do seu cabo de ordens.

Parece, todavia, que tudo ficou no silencio até 1880, quando em Porto Alegre appareceram dois artigos; um do visconde de Pelotas, outro do barão de Itaqui. Afim de darmos ao leitor uma informação completa, copiaremos aqui diversos trechos dos dois documentos.

"Uma vez por todas vou narrar os factos relativos á morte do dictador como realmente se déram. Na manhan do 1.° de março de 1870, a vanguarda das forças do meu commando encontrou-se com as do inimigo, achando-se á frente o marechal Lopez, nas margens do *Aquidaban,* resultando-lhe rapida derrota no curto combate que se feriu. O marechal, seguido por dois ou tres officiaes, fugiu em direcção ás mattas do Aquidaban-Minguy, sendo perseguido pelo major José Simeão de Oliveira e mais dois soldados de cavallaria da guarda nacional. Ahi, apeando-se, entranhou-se pela matta, e eu cheguei nesse momento ao logar em que o marechal havia abandonado o cavallo em que

montava, sendo então informado pelo referido major do que tinha occorrido."

Segui na direcção que me indicaram, só, e a pouca distancia encontrei os dois soldados que o haviam perseguido : déram-me elles a certeza de que por alli se encaminhára elle, parecendo ás referidas praças que estava ferido. Ordenei-lhes que me acompanhassem, encontrando-o, com effeito, pouco adeante na margem esquerda do Aquidaban-Minguy, cahido junto ao rio, apoiando o corpo sobre o braço esquerdo e tendo na mão direita a espada desembainhada. Os dois officiaes que o acompanhavam, estavam ao seu lado, com as espadas em punho. Então, dizendo-lhe quem eu era, intimei-lhe que se considerasse prisioneiro, garantindo-lhe a vida. O marechal respondeu-me que não se entregava que morria pela sua patria, atirando-me um golpe. O official que estava á sua direita, procurou ferir-me, sendo morto por um tiro dado por um dos soldados que me tinham acompanhado. O outro official procurou fugir, sendo egualmente morto."

"Dirigi-me de novo ao marechal repetindo-lhe a mesma intimação, recebendo, porém, a mesma resposta. Então chegando a seu lado um soldado do 9.º batalhão de infanteria, ordenei-lhe que lhe tirasse a espada; o soldado, obedecendo-me, pegou-a pelo punho para tirar-lh'a."

"Era de certo preciso esforço, e pela posição em que se achava, o marechal cahiu no rio, junto ao qual tinha os pés; o corpo ficou debaixo d'agua, mas levantou ainda sobre ella a cabeça, morrendo em seguida."

"Tinha o marechal um ferimento de bala no baixo ventre, que havia recebido, naturalmente, quando transpunha o rio, junto ao qual havia cahido, esse ferimento de certo o impediu de continuar na fuga. Mandei conduzir o cadaver para o acampamento por elle occupado pouco tempo antes. Dispuz sobre o seu enterro, que se verificou á vista de sua mãe e duas irmans, debaixo do toldo de panno que alli existia."

Daremos agora em resumo o que a este artigo do visconde de Pelotas respondeu o barão de Itaqui.

"Ha dez annos... que em meu retiro tenho lido as mais inexactas informações sobre o resultado do Aquidaban, guardando religioso silencio, esperando a palavra fria da historia. Mas em vista de um artigo publicado pelo sr. general visconde de Pelotas a 8 de março corrente, restabelecendo a verdade historica sobre a morte do general Solano Lopez, não posso guardar o mesmo silencio, porque a verdade do sr. visconde de Pelotas, dizendo *que Lopez tinha um ferimento de bala no baixo ventre, que havia recebido naturalmente quando transpunha o rio, junto ao qual havia cahido,* está de encontro á verdade dos factos por mim relatados na parte official do combate do Aquidaban.... Na occasião em que se apromptavam as forças para o combate, mesmo na presença do sr. general Camara, eu disse: *Dou cem libras a quem matar Lopez em combate*..... Quando cheguei ao rancho de Lopez, o avistei rodeado por officiaes, e de perto perseguido pelo major Joaquim Nunes Garcia, capitão Antonio Candido de Azambuja e meu estado maior. Ao alcançal-os os nossos companheiros houve um pequeno intervallo ; Lopez entrou no matto, dizendo nessa occasião Francisco Lacerda (*Chico o Diabo)* : *Vae lanceado na barriga.* Chegou então o sr. general Camara, perguntando por Lopez, ao que responderam : Entrou aqui; e repetiu Lacerda : *Lanceado na barriga.* Então o general apeou-se, entrou no matto, e não muito longe encontrou Lopez recostado sobre a barranca do rio, com parte do corpo mettido n'agua, com a espada na mão, atravessada sobre a cabeça, segurando a ponta da espada com a mão esquerda. Intimado Lopez para render-se ao general commandante da força, respondeu já com difficuldade: *Morro por minha patria com a espada na mão,* deixando-a cahir para o lado do general brasileiro. Nessa occasião, tendo-se-lhe puxado pelo punho para ser

desarmado, recebeu sobre a região dorsal um ferimento de bala..... e pelos meus proprios olhos verifiquei que Lopez tinha *no baixo ventre* um largo ferimento de lança. Eu pedi aos illustres medicos drs. Costa Lobo e Barbosa Lisboa que examinassem o cadaver do dictador e attestassem a natureza dos ferimentos recebidos. Ambos certificaram que o ferimento no baixo ventre era de lança.

**Fontes de informações.** — Joaquim S. d'A. Pimentel : **Episodios Militares da Guerra do Paraguay** — onde o leitor achará a integra dos artigos que acabamos de citar.
Bormann : — **Guerra do Paraguay.**
Item, Fix, que contém muitas inexactidões.
Jaceguay e Vidal de Oliveira : — **Quatro seculos de actividade maritima.**
Joaquim Nabuco: — **Um Estadista do imperio:** vol. II, pag. 156 — 235. Vide particularmente as pags. 259 e seg., onde se trata da ida do imp. a Uruguayana.
Ouro Preto: — **Marinha d'Outr'Ora.**
Schneider: — **Guerra da Triplice Alliança,** com as notas de Paranhos.
Vide egualmente outra obra em quatro volumes que circula sem nome de autor. Della o annotador de Schneider á pag. 46 diz o seguinte: "O unico merecimento desta obra, escripta com grande desalinho pelo fallecido cirurgião da armada, o dr. Francisco Felix Pereira, é ter reunido muitas peças officiaes e as correspondencias que do theatro da guerra eram enviadas para os jornaes."
Vide tambem na Rev. do Inst. Hist. Brasileiro os vol. seguintes:
**Vol. 33 (anno de 1870):** — p. 2, p. 5: — Combate da ilha Cabrita, Memoria pelo dr. Moreira de Azevedo.
**It. ib. pag. 186:** — Breves considerações ácerca de alguns documentos...
**Vol. 36 (a. 73):** — p. 2, pag. 5 : — Viagem ao Paraguay em fev. e março de 69 pelo dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.
**Vol. 50 (a. 87):** — p. 1, p. 1 : — Redempção de Uruguayana por Augusto Fausto de Souza : com dois bonitos mappas e numerosos documentos.
**It. ib. : — p. 2, pag. 197 :** — Diccionario hist. e geogr. da guerra do Paraguay.
**Vol. 53 (a. 90) :** — p. 1, pag. 345 : — Confiscação dos bens de Solano Lopez, etc.
**It. ib. : — p. 1, pag. 345 :**—Limites do Brasil com o Paraguay,
**Vol. 59 (a. 96) :** — p. 2, pag. 263 — 367 : — Polemica a respeito dos preliminares da guerra do Paraguay.
**It. ib. : — p. 1, pag. 369 :** — Polemica relativa ao saque da Assumpção e de Luque injustamente attribuido ao exercito brasileiro.

# SUMMARIO

## ÉPOCA X

## O BRASIL CENTRO DA MONARCHIA PORTUGUEZA

### I

### A familia real no Rio de Janeiro

1) **A viagem.** — Quatro navios inglezes; separação da esquadra : um navio á Parahyba, outros ao Rio, a maior parte á Bahia, 22 de janeiro. O conde da Ponte. Audiencias; José da Silva Lisboa (Cayrú). Abertura dos portos, 28 de janeiro. Partem para o Rio

2) **Preparativos no Rio.** — Brigue veleiro, 14 de janeiro; 46 dias de viagem. O conde dos Arcos: palacio, passadiço, egreja, convento do Carmo, cadêa, aposentadorias obrigatorias

3) **Chegada da familia real.** — A 17 de janeiro apparecem oito embarcações que trazem 4 princezas. Um barco da Bahia, 19 de fevereiro. A 7 de março assoma a frota. Arsenal de marinha, 8; Rosario, Paço, recepções, etc. A rainha, 9 dias de festa, imperador do Brasil. Deputações, S. Christovam — Elias Antonio Lopes. Modo simples de viver. Os dois consortes separados !

4) **Primeiras medidas do regente.** — Novo ministerio : marquez de Aguiar, visconde de Anadia, conde de Linhares (12), conde da Barca (17), Antonio de Villa-Nova Portugal. Conselho de Estado, arsenal de marinha, contadoria, polvora, hospital, archivo, junta de agricultura, repartições inuteis, a sé, o cabido, conservatoria ingleza, diplomatas, o nuncio Caleppi.

5) **Primeiras noticias de Portugal.** — Um cahique de Olhão, a 22 de setembro de 1808 traz boas noticias. **S. José Americano** traz melhores. Reacção em Portugal. Distincções honorificas. Jorge Berkley. Sir Carlos Stuart faz parte do conselho de regencia.

6) **Beneficios.** — Fim do estado colonial, união, manufacturas, protecção ás fabricas, á navegação, aos negros. Imprensa régia, Gazeta. Instituto medico, vaccinico, ruas, rotulas, jardim botanico, palmeira real, bibliotheca.

7) **Capitanias.** — Relações do Maranhão e de Pern. Autonomia (12) do Esp. S., do Piaûhy (14), de Santa Catharina. Typographia na Bahia, sociedade bahiense, augmento do commercio.

8) **Difficuldades.** — Guerra contra os indios de Minas e de

S. Paulo. Estado mesquinho da fazenda publica. Emprestimo, augmento do valor da prata.

9) **Banco do Brasil, 1808.**— Seu fim, seu capital, decorações. A Ordem da Torre e Espada. Accionistas nominaes, fraudes, instrumento do governo, fallencias.

10) **Tratados com a Inglaterra, 1810.** — Politica, commercio, navegação. Madeiras, inquisição, trafico de escravos, piratas, criminosos, conservatoria ingleza, privilegios, tolerancia religiosa, templos e cemiterios.

## II

### Os francezes na Guiana e em Portugal

11) **Conquista da Guiana, 1808.** — Declaração da guerra, 1 de maio. Partem do Pará por mar e por terra em dez. Capitulação de Cayenna, suas condições. Os francezes partem em fev. de 1809. Marques de Souza Portugal, governador interino. J. Severiano Maciel da Costa, governador effectivo. Reforços, arvores preciosas.

12) **Junot em Portugal** — emprega medidas de rigor, reforma o exercito port., envia para a França tres legiões, depõe a regencia, organiza o seu ministerio, despoja as egrejas, propaga os usos francezes, envia a Bonaparte uma deputação port. que fica presa em Bayonna. Crueldades.

13) **Hespanha.** — Miseria e desordens. Godoy. Francezes na Hespanha. O principe real sob processo, motim, abdicação, Bayonna, José Bonaparte, insurreição medonha.

14). **Junot expulso de Portugal, ag. de 8.** — Insurreição geral — Porto e Olhão. Os inglezes em Port., Wellesley. Bat. de Rolissa (17 de ag.); item de Vimieiro (21 de ag.), capitulação de Cintra (23 de ag.). Os franc. embarcam. Queixas dos port.

15) **Invasão de Soult, 9.** — Wellesley na Hespanha; Cradock e Beresford em Port. Soult no Porto. Victor não apparece. O general Bernardim Freire assassinado por suas tropas. Anarchia. Wellesley, nomeado marechal-general do exercito alliado, repelle Soult.

16) **Preparativos de defesa.** — Disciplinar o exercito e converter o paiz em um deserto. As linhas de Torres Vedras.

17) **Massena, 1810** — acceita com repugnancia, acha pouca tropa, occupa Ciudad Rodrigo. Derrotado no Bussaco, escapa por um caminho occulto (set); assoma deante de Torres Vedras, manda pedir reforços, recebe só boas palavras, ordena a retirada a 4 de março. Miseria indescriptivel em Port. Soccorros enviados do Brasil. Conflicto entre a regencia e o gov. do Rio.

## III

### Questões e luctas no sul

18) **Primeiros acontecimentos no Rio da Prata.** — Invasão dos inglezes em 1806. Sobremonte. Liniers, governa-

dor e logo vice-rei. O cabildo. Nova invasão em 1807. Elio repelle os ingl. e é nomeado governador de Montevidéo. O Brasil deseja annexar as colonias hespanholas. Tres partidos no Prata. Elio e Liniers. Cisneros, vice-rei, em 1809.

19) **Desejos e planos de Dona Carlota.** — Formar para si uma monarchia. O seu partido. Opposição da Inglaterra. Congresso de Buenos-Ayres, 1810. Anarchia no Prata. D. Carlota cobiça Montevidéo. Os gaúchos. Elio vice-rei.

20) **Intervenção official do Brasil.** — D. João VI e D. Carlota enviam munições, armas e dinheiro a Montevidéo. Artigas ameaça o Rio Gr. D. Diogo de Souza e o exercito **Pacificador** entram na Banda Oriental (julho de 1811) até Maldonado. Lord Strangford reclama. Missão Rademaker armisticio de 27 de maio de 1812. Artigas reppellido; retirada das tropas brasileiras.

21) **Montevidéo e Buenos-Ayres.** — Artigas, apoiado por B. A., sitia Montevidéo. Alvear. O irl. Guilherme Brown destroça a frota do vice-rei Elio (13) que capitúla e se retira para a Europa (14). B. A. declara-se independente. Saudades da monarchia. Fórma republicana adoptada no congresso de Tucuman (16).

22) **Dominio de Artigas na Banda Oriental.** — Occupa Montevidéo e resiste a B. A. (16). Seu retrato.

23) **Intervenção armada do Brasil.** — Necessidade de tutelar a fronteira do R. Gr. Soldados de Port. ou **Voluntarios Reaes.** Lécor e Avilez. Velejam até Santa Catharina, donde seguem por terra. Artigas recusa alliar-se com B. A. O marquez do Alegrete marcha para a fronteira, vence em S. Anna (22 de set. de 16), em Missões (out. de 16), no Quarahim, em Corumbá, em Catalâu (4 de jan. de 17). Os nossos retiram-se. Despojos, devastação.

24) **Lécór entra em Montevidéo.** — S. Thereza, bat. de **India Muerta,** parlamentario de B. A., proclamação. Chega a Maldonado. Tres parlamentarios de Montevidéo, onde Lécór entra a 20 de jan. de 17. Termo ou capitulação, promessas. Ameaças e neutralidade de B. A.

25) **Repercussão na Europa.** — A diplomacia queixa-se. Congresso de Vienna, conferencias em Pariz. Todos reconhecem que a guerra é justa, porém a Hespanha prepara uma expedição.

26) **Corsarios.** — Lécór é frouxo; J. Artigas domina com 12.000 h. e arma corsarios. Comboios, portos do Uruguay. Americanos do N. no Atlantico, reclamações de D. João VI.

27) **Novas façanhas de J. Artigas** — na fronteira do Rio Gr. Diversas refregas, seu quartel-general. Cortam-lhe as communicações, conspiração em Montevidéo.

28) **Derrota final de Artigas.** — Reforços port. tolhem as communicações, bat. de Taquarembó (22 de jan. de 20). Latorre, Pantaleão, Sotello e Manuel Cahyré, 2.500 h. Conde da Figueira, José de Abreu, Patricio Corrêa da Camara. Fructuoso Rivera passa aos brasileiros. Os gaú-

chos reunidos na prov. de Entre-Rios combatem entre si. J. Artigas entrega-se a Francia.

IV

**Revolução de 1817 em Pernambuco**

29) **Causas desta revolução.** —As idéas liberaes da Europa, as noticias das duas Americas, antipathia entre bras. e por. Plano formado, mas não maduro, tempo aprazado. Montenegro, fraco; pequena faisca na Estancia, ordem do dia, José Martins, denuncia, ouvidor Cruz Ferreira, conselho de officiaes.

30) **Rompimento da revolta.** — Sete accusados, ordem de prisão, assassinato, anarchia, os presos postos em liberdade. O Campo do erario, o Brum, Roberto, o governador, o deão de Olinda. O governador capitúla e parte para o Rio.

31) **Organização do governo provisorio.** — Cinco membros eleitos no edificio do erario. Violencia de Pedroso contra Mendonça que muda e escreve o **Preciso,** primeiro trabalho typographico, fórma republicana, o **Vós,** o conselho, etc. bandeira, promoções, impostos, approvação do clero, o p. Tenorio.

32) **Propaganda.** — Na Parahyba, jovens de Itabaiana; no Rio Gr.: o governador José Borges, André de Albuquerque, o vigario de Goianninha, José Peregrino, José Martiniano de Alencar, preso no Crato. O p. Roma preso e fuzilado na Bahia. Expedição a Fernão de Noronha. O consul inglez. Emissarios aos Est. Unidos e á Inglaterra.

33) **Actos do governo provisorio.** — A bandeira e a sua bençam. Tentativas para formar companhias militares, armas, flotilha, etc. O povo adheriu, porém não de coração.

34) **Providencias do governo monarchico.** — Da Bahia parte uma dupla expedição. Cogominho por terra, Rufino Peres por mar. Proclamação. Do Rio veleja uma flotilha ás ordens de Lobo, comboio ao mando de Pimentel. Luiz do Rego Barreto.

35) **Reacção pelo lado do norte.** — Contra-revolução no Rio Gr., reacção na Parahyba. José Peregrino e o seu pae. Mallogro da expedição a Fernão de Noronha.

36) **Reacção monarchista pelo lado do sul.** — Levanta o Penedo a bandeira da reacção, foge o governador republicano, a expedição do Recife chega ao Rio das Pedras, mas o seu chefe foge. Os restauradores na Barra Grande e no engenho de Utinga. A contra-revolução torna-se geral. Derrota dos republicanos no Páu d'Alho. Cogominho em Serinhaem. Martins derrotado e preso no rio Merépe. Os republicanos anniquilados no engenho Trapiche.

37) **A dictadura.** — Pedem uma capitulação a Lobo, que a recusa. Assume Theotonio a dictadura e responde a Lobo com ameaças. Retiram-se até o engenho Paulista.

38) **Restauração do poder monarchico.** — O povo levanta-se. O marechal Roberto assume o governo. Lobo de-

sembarca, os patriotas dispersam-se, um p. mata-se. Os cofres. Barbaridade dos soldados de Cogominho.

39) **Desfecho final.** — Prisão dos fugitivos, que são enviados para a Bahia. Execução. Luiz do Rego no Recife. Commissões militares, etc. Alçada presidida por B. Teixeira Coutinho.

## V

### Ultimos annos da côrte portugueza no Brasil

40) **Diversas occorrencias.** — Acontecimentos na Europa. Elevação do Brasil, 15. Desejo de voltar a Port. Beresford no Rio é revestido de plenos poderes e volve a Port., 16. Morte da rainha. Differe-se o acto da acclamação. Casamento de duas infantas. Armas concedidas ao Brasil. Cantores, bellas-artes, etc. Casamento de D. Pedro.

41) **Restituição da Guiana.** — Convenção de Pariz. Os port. em barcos franc. (8 de nov. de 17). O conde Carro de St. Cyr. Louvavel governo de João Severiano Maciel da Costa. Os francezes recusam marcar os limites.

42) **O trafico dos negros.** — Questão agitada no Congresso de Vienna. E' vedado ao norte do Equador. Convenção com a Inglaterra (28 de julho de 17). Commissões mistas.

43) **Novo ministerio, 17.** — Palmella, Arcos, Villa-Nova, Bezerro. Desejo das potencias. Legião de Matto Grosso.

44) **Estado lastimoso de Portugal.**—Miseria e queixas, a regencia, as idéas modernas. Gomes Freire executado em 1817. A responsabilidade cabe mais á regencia do que a Beresford.

45) **Acclamação de D. J. VI, 1818.** — Prestito da Camara a S. Christovam: musica, fogos, ornatos. Varanda, seis bispos, decretos e favores, Ordem da Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Perdão geral.

46) **Colonização.** — Abatimento do rei, museu, sicilianos; suissos e allemães em Nova Friburgo.

47) **Progresso.** — Viajantes. Southey e outros autores. O Patriota, o Correio Brasiliense, instrucção publica, mudanças de costumes, população, recolher os naufragos, estudantes pobres, sociedade agricola no Rio Dôce. Nasce D. Maria da Gloria a 4 de abril de 19.

48) **Revolução de 1820 em Portugal.** — Fermentação geral na Europa, causa principal desta revolução. As queixas. Beresford parte para o Rio. A revolta começa no Porto. Tres facções. Alliciam os militares (24 de ag.), juramento, Junta provisoria, sedição militar em Lisboa (15 de set.). Fundem-se as duas Juntas, recusam receber Beresford. Novo motim a 11 de nov.

## VI

### Effeitos da revolução de Portugal no Brasil

49) **Rio, Pará, Bahia.** — Assombro do rei, medidas insipientes. No Pará juram a constituição port. a 1.º de 21.

# EPOCA XI

## REINADO DE PEDRO I

**lador** e a sua lucta com o **Reverbéro.** Preparativos bellicos contra a Bahia: Delamare, Pedro Labatut, proclamação e decretos: **união... independencia.**

87) **As côrtes recusam um congresso ao Brasil.** — Parecer da commissão: dois congressos independentes, um congresso superior e um unico rei. Quatro propostas; regosijo dos portuguezes.

88) **Ultimos actos das côrtes portuguezas.** — Deposição do principe, nomeação de uma nova regencia, poucos deputados juram a constituição. Declaração franca e unica de Antonio Carlos, sete brasileiros fogem.

89) **Situação das provincias do extremo norte.** — No Pará combatem entre si os diversos partidos. B. Campos: D. Romualdo; grande conselho. O Recife levanta-se em favor de D. Pedro. Nova Junta, perseguições, Gervasio Pires preso na Bahia, novo commandante das armas.

90) **Bahia.** — Junta da Cachoeira, reforços, flotilha, esquadra port. Labatut nas Alagôas, em Sergipe, na Bahia.

91) **Cisplatina.** — Conflicto: Lécôr em Canelones, D. Alvaro da Costa em Montevidéo.

29) **Independencia ou morte.** — D. P. vae a S. Paulo, dissolve a Junta, dá diversas providencias, volta de Santos, etc.

III

**Factos que levaram Portugal a reconhecer a independencia do Brasil: 7 de set. de 22 — 29 de agosto de 25.**

93) **Acclamação.** — Tres decretos: escudo, tope, amnistia. Acclamação no Campo de Sant'Anna. **Te-Deum,** etc. Decretos, proclamação.

94) **Lucta entre os Andradas e os chefes do partido liberal.** — Ledo busca attrahir para si D. P. — O Reverbéro e o Grande Oriente combatem os Andradas. Diversos actos de José Bonifacio. Demissão dos Andradas, motim, scena no theatro, reintegração.

95) **Consequencias da lucta.** — Dispersão e prisão dos chefes do partido liberal. Deportações, O Grande Oriente e o Apostolado: devassa, pronuncia, accordam, diligencia nas provincias.

96) **Sagração e coroação, 1 de dez. de 22.** — Solemnidade. Ordem do Cruzeiro, guarda de honra, censuras, tres emissarios á Europa, marinha de guerra, generosidade, corsarios, criminosos, escravos, extrangeiros. Medidas severas contra Portugal. Instrucções relativas ás eleições para a Constituinte.

97) **Situações das provincias.** — Odio aos portuguezes. Os cearenses apoiam o Piaûhy contra o governador Fidié. D. P. é proclamado nessas duas provincias. Fidié em Caxias. Pern. reconhece D. Pedro. Coutinho e Barata perseguem os portuguezes. Pedroso é deposto.

**Cisplatina** : bloqueio imperfeito.

98) **Desavenças entre o gen. Labatut e a Junta da Cachoeira.** — Cêrco, difficuldades, dinheiro. Erros de Madeira, que é repellido do Pirajá, mas repelle da capital os brasileiros e tenta recuperar Itaparica. Conflicto de jurisdicção

entre a Junta e Labatut, que é apoiado pelo governo do Rio. Chega-lhe Lima e Silva.

99) **As eleições.** — Maioria do governo, opposição respeitavel. Deputados da India Oriental.

100) **Lord Cochrane** — vem do Chile e parte para a Bahia.

101) **Revolução absolutista em Portugal.** — Acontecimentos europeus. Assembléa legislativa. D. Carlota. Facto de Villa-franca. D. Miguel, marquez de Loulé. O rei passa aos insurgentes. D. Miguel general em chefe. D. João volta triumphante a Lisboa, e escreve a D. Pedro.

102) **Assembléa constituinte.** — Sessão preparatoria a 17 de abril com 53 deputados sob a presidencia do bispo do Rio. Abertura a tres de maio. Resposta á fala do throno. Propostas...

103) **Incidente no Rio Grande do Sul.** — A tropa, de seu proprio arbitrio, presta de novo solemne juramento a D. Pedro.

104) **O general Labatut deposto e preso na Bahia.** — Cochrane deante da Bahia evita a batalha, retira-se e abre communicações com a terra. Madeira assume a dictadura. Labatut prende Felisberto Gomes e fica preso por seus officiaes. A Junta da Cachoeira substitue-lhe José Joaquim de Lima e Silva.

105) **Madeira expulso da Bahia.** — Inercia da esquadra portugueza, fome na cidade, emigração, assaltos. Deputação officiosa. Proclamação de Lima e Silva. Madeira retira-se. Os brasileiros entram na cidade a dois de Julho.

106) **Lord Cochrane no Maranhão.** — Perseguiu Cochrane os portuguezes que deixára sahir sem opposição, velejou para o Maranhão. O brigue D. Miguel. Proclamação, posse da cidade, presas, Junta governativa.

107) **Greenfell no Pará** — usa de industria e proclama D. Pedro. Junta governativa, presas, desharmonia, exaggerações, attentado, motim, prisões, etc. Scena horrivel no **Palhaço.**

108) **Os Andradas saem do Ministerio.** — Bóatos de divergencias. O apostolado. Propostas dos Andradas na Assembléa. Partido de adoptivos. D. Pedro quer que se annulle o processo contra os deportados do anno precedente, e concede a demissão aos Andradas.

109) **Guerra aberta** — declarada ao governo pelos Andradas, que se unem aos democratas. Exaggerações mutuas Projecto de constituição apresentado por Antonio Carlos. Prudencia e moderação do imperador.

110) **Chega o conde do Rio Maior, 7 de setembro de 23.** — Primeiro chega Luiz Paulino no brigue Treze de Maio, vae a terra e morre.

O Rio Maior chega na corveta **Voadora,** não é recebido, devolve-se a carta que trazia, confisca-se a corveta. Interpellação violenta de Martim Francisco.

111) **Bahia, Pernambuco, Cisplatina.** — As tropas da Bahia recusam receber o brigadeiro Moraes enviado pelo governo do Rio para substituir a Labatut. Perturbações.

em S. Salvador. Lima e Silva demitte-se, e Felisberto Gomes é nomeado. Cypriano Barata promove desordens em Pernambuco. Motim, etc. Os portuguezes evacuam a praça de Montevidéo. Buenos-Ayres propõe uma alliança e pede a cessão da Banda Oriental.

112) **Dissolução da assembléa constituinte.** — O titulo de marquez do Maranhão. O deputado Montezuma. **O Tamoyo** e a **Sentinella** insultam a todos os adoptivos. Espancamento de Pamplona e o barulho na assembléa. Exasperação extrema, decreto de dissolução, prisões e deportações.

113) **Consequencias da dissolução da assembléa.** — Proclamação, novo ministerio, promessa de uma constituição, manifesto, presidentes de provincias. Seis deportados no brigue **Luconia.** Pensão, devassa, etc.

114) **Juramento da constituição, 25 de março de 24.** — Emissarios para os Estados Unidos e para a Inglaterra. Projecto de constituição approvado integralmente por quasi todas as camaras do Sul. Todos a juram.

115) **Lord Cochrane e as presas.** — Um tribunal particular lhe recusa o direito ás presas.

116) **A dissolução da assembléa e as provincias do norte.** — Todas se mostram irritadas e ameaçam revolta. O imperador usa de muita moderação. Desordens no Maranhão; Bruce e Burgos.

117) **Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presidente de uma Junta em Pernambuco.** — Dissolução espontanea da Junta governativa. Convocação do Grande Conselho, do qual Paes de Andrade é nomeado presidente. Recusam receber Paes Barreto nomeado pelo imperador presidente da provincia. João Taylor apparece deante do Recife com duas fragatas. Bloqueio, embaixadores ao imperador, que cede dando a presidencia a Mayrink.

118) **Guerra da independencia.** — O imperador concentra a esquadra no Rio, socega o inglez com dinheiro e com honras, proclama aos povos, etc.

119) **Manuel de Carvalho proclama a confederação do Equador, 2 de julho de 24.** — Carvalho, continuando na presidencia, prepara tudo e propaga suas idéas no Ceará, onde Filgueiras depõe o presidente, etc. Araripe representa dois papeis. Carvalho proclama a republica, exhorta os brasileiros a expulsar D. Pedro, arma-se, etc. Duas corvetas. Nova bandeira.

120) **Medidas tomadas pelo governo imperial.** — Suspensão de garantias. Commissões militares. Lord Cochrane e Francisco de Lima e Silva. David Jewett, Paes Barreto, Maceió, Barra Grande, Afogados, Cinco Pontas. Santo Antonio. Batalha terrivel. Carvalho foge. **Tweed.**

121) **Fim da confederação do Equador.** — Occupando Lima e Silva o Recife e Olinda, persegue os rebeldes no Couro d'Anta, no Agreste, no Engenho do Juiz. Prisioneiros. Pacificação geral. Morte de Araripe e de Filgueiras. Fidelidade da Parahyba e do Rio Gr.

Execuções: Loureiro, Metrowich, Ratcliffe, Caneca, etc. 17 victimas. Perdão geral.

122) **Lord Cochrane outra vez no Maranhão.** — O lord inglez contribúe para abafar a revolta do norte espalhando o terror por toda a parte. No Maranhão prende e remette para o Rio o presidente Lobo, paga-se por si mesmo com o dinheiro da alfandega, prende e manda ao Pará o novo presidente Barros, partindo afinal para a Inglaterra.

123) **Assassinato de Felisberto Gomes Caldeira na Bahia.** — O batalhão **Periquito** levanta-se e mata o commandante das armas. Argollo Ferrão e Leite Pacheco. Perigo imminente de guerra civil. Restauração da ordem.

124) **Portugal pretende fazer guerra ao Brasil.** — Quasi toda a Europa, menos a Inglaterra, aconselha a guerra. Preparativos e ameaças. Mediação ingleza. Propostas. Agentes brasileiros na Inglaterra.

125) **D. Miguel revolta-se contra seu pae, 29 de abril de 24.** — Assassinato do marquez de Loulé. D. Miguel proclama a revolta, fecha o rei em um quarto e organiza um governo provisorio. Os diplomatas, intervindo, libertam D. João, o qual desterra o infante, etc.

126) **Conferencias em Londres.** — Diversas propostas e contra-propostas. Canning dirige tudo. Sir Carlos Stuart, enviado ao Brasil.

127) **Portugal reconhece a independencia do Brasil a 29 de Agosto do 25.** — Stuart recebe em Lisboa plenos poderes. D. João VI toma o titulo de imperador do Brasil e lhe reconhece a independencia. D. Pedro quer abdicar a coroa de Port., mas o inglez se oppõe.

## IV

### Primeiros erros do imperador

128) **Situação do imperio em 1825.** — Falta de paz e de união. Os presidentes das provincias procediam de um modo despotico. D. Pedro exige se guarde estricta neutralidade nas fronteiras de Matto Grosso

129) **Guerra civil no Pará.** — Emissarios da confederação do Equador. O presidente Roso recusa acceitar o commandante das armas. Turiassú e Bragança. Deportações. O novo presidente Burgos. Cametá, Vieira Barbosa e Baena.

130) **Queixas contra o governo e o imperador.** — Boatos e partidos: liberaes e constitucionaes, republicanos e retrogrados. Liberdade de imprensa, pasquins. Chichorro, Freitas e Niemeyer aconselham o absolutismo. Crise monetaria, o exercito.

131) **Convocação da assembléa.** — D. Pedro, na occasião da escolha de senadores, dá motivo a queixas amargas, e a satyras creando 40 novos dignitarios. Medidas da policia contra os pasquins. Nasce o futuro Pedro II.

132) **Exigencias inglezas e francezas.** — A Inglaterra quer se renove o tratado de commercio de 1810, e se acabe com o trafico dos negros. A França pede para si os mesmos fovares.

133) **Folheto perigoso.**—Pedro Chapuis, seu autor, cen-

sura severamente as condições com que se effectuou o reconhecimento da independencia. Descoberto, preso, deportado.

134) **Visita imperial á Bahia.** — Recepção brilhante. Titulos, proclamação censurada.

135) **Primeira assembléa geral legislativa.** — Sessões preparatorias; qualidade dos deputados, questão de etiqueta.

136) **Abertúra da Sessão.** — Grande solemnidade, primeiros trabalhos, reconhecimento do principe imperial. O senado sempre docil; a camara temporaria mostra uma certa independencia. Conflicto entre as duas camaras. O recrutamento. Cursos juridicos. O orçamento. Popularidade da camara temporaria.

137) **A Inglaterra e a escravatura africana.** — A Inglaterra recusara ratificar os tratados do anno precedente, e agora, exigindo mais, obtem que o trafico seja abolido dentro de tres annos.

V

**Perda da Banda Oriental**

138) **Causas da guerra.** — Falta de assimilação. Os caudilhos de Artigas. Tentativas reprimidas. Desejos das Provincias-Unidas do Prata.

139) **Primeiros passos dos patriotas.** — Associação politica de propoganda. O Argos e Fructuoso Rivera. Medidas de defesa. Lavalleja na villa da Florida. Deserção de Rivera.

140) **Proclamação da independencia em agosto de 25.** — Governo provisorio: Lavalleja e Calheiros. Manifesto, protecção do Prata, gaúchos. Congresso e proclamação da independencia na Florida.

141) **Primeiras hostilidades.** — Insultos ao imperio em B. A., cujo governo dá ao vice-almirante Lobo satisfacções enganadoras. Quartel-general em Durasno. Braz Jardim derrotado em Mercedes (22 de set. de 52); Bento Manuel Ribeiro, em Sarandy (12 de out.)

142) **A Republica Argentina declara guerra aberta ao Brasil, 12 de out. de 25.** — Povo, presidente, congresso de B. A. Manifesto do imperio. Exercito, Guilherme Brown, Lobo, recrutamento.

143) **Bloqueio de B. A.** — Lobo deante de B. A. Queixas dos extrangeiros. Corsarios, Jorge G. Brown, flotilha. Rivadavia, Poços.

144) **Façanhas maritimas de J. Brown.** — Diversos assaltos infructiferos contra a esquadra e contra a Colonia. Perdas, presos, queixas dos extrangeiros. Novo assalto á Colonia.

145) **A Lobo succede Rodrigo Pinto Guedes.** — João Pascöe Greenfell, tres divisões navaes : uma na foz do Prata, outra no centro do rio, a 3.ª deante de B. A. Brown vencido á bocca dos canaes. Embarcações no Chile, Nucleo de corsarios na Patagonia. A corveta **Chacabuco** na barra do Rio de Janeiro.

146) **Guerra terrestre.** — Os brasileiros reduzidos á costa

do mar. Victoria dos brasileiros na barra de **Toro Paço.** Carlos de Alvear succede a Lavalleja. Quartel - general em Taquarembó - guassú. Queixas americanas e francezas a respeito das presas. James Raguet : suas pretenções, sua retirada

147) **D. Pedro visita o Rio Grande.** — Queixas do povo, Santa Catharina. **Chacabuco.** Reforma o exercito e volta para o Rio.

148) **Brilhante victoria de Jorge Brown no rio Uruguay.** — Dezeseis embarcações basileiras sóbem pelo Uruguay. Brown vae atrás dellas, recúa e as espera ao pé da ilha de Martim Garcia. Peleja desesperada. Perdas immensas, medalha de ouro e retrato.

149) **Barbacena e Alvear** — não eram guerreiros. Suas forças. Alvear recúa com arte. Bento Manuel no **Passo do Rosario.**

150) **Batalha de Itúzaingo, 20 de fev. de 27.** — Duas columnas parallelas. Calado e Barreto. Cavallaria deante da columna. Confiança de Barbacena. Alvear pára em Itúzaingo no Passo Santa Maria, repelle a cavallaria e trava renhido combate. Confusão geral, fogo á relva, retirada. Perdas mutuas.

151) **Expedição desastrada á Patagonia, 27.** — O capitão Shepherd. Carmen, no Rio Negro, era um ninho de piratas. Chacabuco, revezes, prisioneiros, ardil, fuga.

152) **Derrota de J. Brown.** — O capitão Norton derrota e fére Brown perto da foz do Paraná.

153) **Primeiras negociações de paz.** — Mediação ingleza, Lord Pomsomby. Boas disposições de parte a parte. Convenção preliminar. Revolta em B. A. Rivadavia retira-se. Vicente Lopez. Novas hostilidades. Lécór, Rivera, Bella União, corsarios.

154) **Convenção preliminar de paz, 27 de ag. de 28.** — Desejo commum. Dorrego, partido federalista. Independencia da Banda Oriental. Estipulações. Uruguay.

V

### Negocios de Portugal

155) **Morte de D. João VI.** — A regencia nomeada pelo rei antes de fallecer reconhece D. Pedro como rei de Portugal. Miguelistas, Pedristas e liberaes. D. Carlota. D. Pedro extrangeiro. Amnistia geral e carta constitucional concedidas por D. Pedro IV, que abdica na sua filha.

156) **D. Miguel contrae esponsaes com D. M. da Gloria.** — Carlos Stuart. Diversidade de pareceres a respeito da publicação da Carta Constitucional. Absolutistas e cartistas. Jornaes. Insurreições. D. Miguel em Vienna presta juramento, contrae esponsaes, e é dispensado de vir ao Rio de Janeiro.

157) **Inglezes e absolutistas em Portugal.** — Camara revolucionaria. Insurreição dos absolutistas apoiada por Fernando VII. Lord Canning envia a Portugal seis mil praças. Commoção.

158) **D. Miguel é por D. Pedro nomeado regente do**

reino. — Como a regente desejasse retirar-se, D. Pedro nomeou D. Miguel. Susto e alvoroço dos diversos partidos. Duplicidade de D. Miguel, que, chegando a Portugal, organiza novo ministerio e dissolve a camara. Emigração dos liberaes.

159) **D. Miguel é acclamado rei absoluto** — e convoca as côrtes. Os embaixadores protestam, os liberaes se reunem no Porto e fogem. As côrtes declaram que D. Miguel é o unico rei legitimo de Portugal. Perseguições. A ilha Terceira. Os embaixadores.

## VII

### Novos erros e ruina do primeiro imperador

160) **Fallecimento da imperatriz D. Leopoldina, 11 de dezembro de 26.** — D. Pedro trata mal a imperatriz. Marqueza de Santos, duqueza de Goyaz. Doença de D. Leopoldina. O marquez de Paranaguá repelle a marqueza de Santos, que pretende visitar a doente. Os jornaes, os aduladores, etc. Funeraes. O governo lhe paga as dividas. Qual o motivo da volta de D. Pedro ? Demissão do ministerio.

161) **Alistamento de extrangeiros.** — D. Pedro trata de alliviar o seu povo. O coronel Cotter excede suas instrucções. Colonos. Condições. A primeira impressão foi muito ruim de parte a parte. Brado de indignação. Assentam praça.

162) **Revolta de tropas extangeiras.** — Campo de Sant' Anna, Campo de S. Christovam, Praia Vermelha. Castigo, levantam-se, assassinam, etc. Milicianos, cidadãos, capoeiras. Deportados, modificação ministerial, odiosidade.

163) **O vice-almirante Roussin, seis de julho de 28,** — entra no Rio em acto hostil. Explicações reciprocas e paz. D. Pedro recebe os officiaes e até visita a esquadra.

164) **Tratados com diversas nações.** — Austria, Prussia, Inglaterra, America, etc.

165) **Sessão das camaras em 1827.** — Expectativa geral. Imprudencia e máu effeito da fala do throno — **Monstros.**— Resposta fina da camara. Escravatura, dotação da casa imperial, diversas reformas. Bispos e bispados. Nunciatura, exercito, orçamento.

166) **Estado da opinião publica no fim de 27.** — Dois partidos: um contrario, outro favoravel ao governo. **Aurora Fluminense.** Evaristo da Veiga. Novo ministerio. Araujo Lima. O imperador céde parte da sua dotação, despede a marqueza de Santos e trata de contrahir novo casamento.

167) **Os escravos africanos na Bahia e suas revoltas.** — Eram muitos. Tinham saudade e odio. Revoltaram-se a miudo: 1798—1835.

168) **Sessão de 1828.** — Tudo correu bem a principio. Fernando VII. Questão dos dois Andradas. Conselhos das provincias, frades, mão morta, supremo tribunal de justiça, o jury, os morgados, etc.

169) **Principio de nova lucta.**—Diversos incidentes. Costa Carvalho, Chichorro, eleição de um senador. José Cle-

198) **Partido restaurador ou Caramurú.** — Esperam attrahir D. Pedro ao Brasil pelo menos como tutor. **Sociedade Conservadora.** Periodicos. Partidos : restaurador, moderado e liberal ou exaltado.

199) **Insurreição dos exaltados na fortaleza de Villegaignon, 3 de abril de 32.** — Feijó prepara-se. Frias na fortaleza suborna os officiaes. Descem em Botafogo, marcham para o Campo de Sant' Anna e proclamam ao povo. São dispersados pelas tropas do governo.

200) **Tentativa do partido restaurador, 17 de abril de 32.** — José Bonifacio recusa recolher-se ao paço da cidade. Suspeitas. Medidas de Feijó. Os restauradores embarcam e tentam descer a terra no cáes da Gloria. O barão de Bulow, que marchava por terra, é derrotado no Rocio Pequeno, etc. Debandada geral, prisões, etc. O tutor obrigado a recolher-se para o paço da cidade.

201) **Assembléa geral de 32.** — Conflicto violento entre Feijó e Martim Francisco. O senado rejeita diversas das reformas votadas pela camara no anno anterior.

202) **Mudança ministerial.** — Feijó e outros retiram-se. Os regentes offerecem a demissão. Commissão. Uma especie de nova insurreição. Pedido em favor dos regentes, aos quaes a camara recusa a demissão. Novo ministerio.

203 **Consequencias.** — Amnistia para todos, menos para os restauradores. Diversas leis. A regencia a uma unica pessoa. Assembléas legislativas provinciaes. Poder moderador e senado vitalicio.

204) **Novo ministerio** — todo do partido Moderado. Diversas leis.

205) **O partido restaurador e a sociedade militar.** — Os restauradores perdem a esperança, porque D. Pedro combate em Portugal contra D. Miguel. Susto dos moderados. A sociedade **conservadora** transforma-se em **militar.** Antonio Carlos vae á Europa.

206) **José Bonifacio e os restauradores.** — O tutor dá motivo aos boatos que correm a respeito delle. Eusebio de Queiroz. Illuminação no largo de S. Francisco de Paula. Quadro. Violencias do povo. Convite, vias de facto, connivencia do governo. Suspensão do tutor, que é levado para Paquetá. Busca no palacio da Boa-Vista. O marquez de Itanhaem nomeado tutor effectivo.

207) **Camara de 33.** — Eleição de vereadores, etc. Sessão esteril. Novo banco. Discordia geral.

208) **Camaras de 34.**—Questão preliminar. Abolição do conselho de estado e da regencia trina. Assembléas provinciaes. **Acto Addicional.** Banimento de Pedro I. Noticia da morte delle. Lucto, amnistia aos mineiros.

209) **Eleição do regente.** — Feijó proposto e apoiado por Evaristo da Veiga reune a maioria dos votos. O regente anterior Francisco de Lima e Silva noméia dois bispos.

II

**As provincias nesse mesmo periodo**

210) **Bahia.** — Dois pequenos motins. Os negros Nagós no Pirajá.

211) **Provincia das Alagoas.** Panellas de Miranda. Vicente de Paulo. Guerra dos cabanos ou panellas.

212) **Setembrizada em Pernambuco, set. de 31.** — O povo reprime a revolta militar em set. e a dos exaltados em nov.

213) **Abrilada ou guerra dos cabanos em Pernambuco, 32.** — Insurreição restauradora na capital e no interior. Francisco José Martins. Combate de tres dias no Recife. **Cabanos;** Gallindo, Vicente de Paulo, etc. no interior, cinco annos, 5.000 homens. Intervenção pacifica do bispo.

214) **Ceará. Pinto Madeira.** — Crato, Jardim. Icó. Madeira domina no sertão. O presidente manda tropas contra elle. O general Labatut. Correntinho. Madeira rende-se, e, remettido a Pernambuco, ao Maranhão, ao Ceará, é fuzilado no Crato.

215) **Maranhão.** — Araujo Vianna cede a uma 1.ª revolta, mas reprime com energia a 2.ª. João Damasceno no sertão.

216) **Minas.** — Boatos, revolta em Ouro Preto. Vasconcellos em Queluz. Actos dos revoltosos. Peixoto, guarda nacional, pequenas refregas, fuga, prisões, etc.

217) **Matto Grosso.** — Motim contra os portuguezes, desordens em Cuyabá.

III

**Pará**

218) **Governo do barão de Itapecurú-mirim, 30.** — Andréa commandante das armas. Desintelligencias. O con. Baptista Campos. Revolta. Marcos Martins, guarda-nacional. **Laço da União.** Demissões, etc.

219) **Posse e deposição do visconde de Goianna.** — Accusações injustas contra o presidente ao qual recusam a obediencia. Dois partidos. A revolta, apoiada pelo commandante das armas Bitencourt, remette o presidente para o Rio; desterra Campos para o Madeira; outros para o Alto Rio Negro. Campos em Obidos. Revolta militar e governo provisorio na Barra do R. N. hoje Manáos.

220) **Machado de Oliveira**— restaura a ordem tambem em Manáos. Chama B. Campos. Guardas municipaes. Sociedade Federal. Os Caramurús.

221) **Mariani e Oliveira.** — Os amigos de Oliveira, os juizes, a camara, etc. recusam receber o novo presidente. Proceder equivoco de Oliveira, Jales. Conflicto sério entre os dois partidos e retirada de Mariani.

222) **Bapt. Campos e Oliveira.** — Campos declara guerra á maçonaria e a Oliveira. Ardil deste propondo um juramento patriotico.

223) **Caracter de Lobo e de Santiago.** — Ambos pouco trataveis. Amnistia. Odiosidade. Dois partidos.

224) **Desintelligencias entre Lobo e o clero.** — Pequeno descuido dos conegos e furor

de Lobo que toma medidas vexatorias. Pastoral (não publicada) do bispo contra a maçonaria e irritação summa, irrazoavel de Lobo. O bispo retira-se e B. Campos se apossa das pastoral manuscripta.

225) **Angelim e seus irmãos** — amigos de B. Campos são cearenses e se chamam Nogueira. Promovem o odio contra Lobo.

226) **Lobo, B. Campos e Lavor Papagaio.** — Lobo no conselho insulta B .Campos, que se retira para o interior, une-se a Malcher, planeja o modo de depor o presidente e chama ao Pará o cearense Lavor Papagaio. Este insulta o **Malhado** e foge para o Acará. Lobo tenta em vão reconciliar-se com B. Campos.

227) **Factos occorridos no rio Acará.** — Lavor Papagaio, exaggerações, preparativos. Expedição mallograda, mortes, etc. Uma segunda expedição lança fogo, prende Malcher, etc. Morte de Campos.

228) **Conspiração.** — Os conspiradores na ilha das Onças e nos arredores de Belém Lobo cercado de inimigos. Theatro, aviso, retiro, Maria Amalia.

229) **Assassinato de Lobo e de Santiago, 7 de jan. de 35.**— Os Aranha, Antonio Vinagre, etc. Santiago no largo de S. João; Lobo, na porta do palacio. Casa da maçonaria, o arsenal, etc. Cadaveres dos dois !

230) **Governo de Malcher.**— Acclamação, mudança de empregados, casa do consul francez.Desavenças com Francisco Vinagre a quem tenta depor do commando das armas. Lavor Papagaio e os pasquins.

231) **Morte de Malcher.** — Prisão de Angelim. Conflicto sangrento com F. Vinagre, deserções, capitulação, assassinato.

232) **Governo de F. Vinagre.** — Restauração da ordem, etc. Dois navios de guerra francezes. Eleição do regente e dos deputados provinciaes. **Angelo Custodio Corrêa.** Pedro da Cunha. Desembarque e derrota.

233) **O marechal Jorge Rodrigues.** — Sete soldados ! Recepção enganadora. Os facciosos retiram-se com armas e munições. **Voluntarios de Pedro II.** Morticinio na Vigia. Prisão de F. Vinagre e de outros. Falta de meios. Revolta no interior da provincia. Ousadia dos rebeldes.

234) **Invasão da cidade.** — Os rebeldes em **Itaboca** e em **Murutucú.** Antonio Vinagre, Angelim, Geraldo Gavião, etc. Lucta terrivel pelas ruas. Morte de A. Vinagre. O arsenal. O marechal e os seus retiram-se durante a noite. Tatuoca, etc.

235) **Angelim na capital.** — Crueldades no Carmo, desordens, medidas de Angelim, queixas, fome e bexigas. Violencias, etc.

236) **De Andréa** — muda a capital para a ilha Arapiranga. Sua tactica baseada no mysterio. Sua firmeza. Propostas de paz, respostas, etc. O bispo. Angelim e os seus fogem para o Acará, etc.

237) **Restauração da cidade, 13 de maio de 36.** — Andréa restabelece a ordem, suspende garantias, etc. Prisão de Angelim e de seus irmãos em

### Revolta dos balaios no Maranhão

247) **Causa e principio da revolta.** — Os prefeitos substituidos aos juizes de paz. O Bemtevi. Bemtevis e Cabanos. Chefes reaes na cidade; ostensivos no interior. Raymundo Gomes na Manga e na Chapadinha. Illusão do presidente.

248) **Os balaios.** — Illusão do novo presidente. Manuel Ferreira, vulgo Balaio, revolta-se em Angico no Brejo. Crueldades, medidas de defesa, reforços.

249) **Perda da cidade de Caxias.** — Boatos falsos, terror em S. Luiz. providencias ridiculas do presidente. Horrores em Caxias. O Ruivo, Livio Lopes, etc. mandam embaixadores ao presidente. Condições da submissão.

250) **Façanhas dos insurgentes.** — Crueldades incriveis. Um velho octagenario atormentado. Sergio de Oliveira, chefe militar da legalidade. A villa de **Icatú.** Desastre em Arêias. Comarca de Pastos-Bons. Militão Bandeira de Barros, criminoso, revolta-se, apresenta-se, etc. Triumpho dos rebeldes.

251) **Novo presidente e commandante das armas.** — Luiz Alves de Lima e Silva. Desastres na viagem. Proclamação sisuda. Lastimoso estado do exercito. Columna Pacificadora **do Norte.** Sabias disposições do presidente, que visita diversos logares do interior, abre a assembléa, etc. O negro Cosme na Muritiba.

252) **Proceder do governo imperial.** — Rebeldes enviados presos para o Rio são soltos pelo ministro, que não manda ao Maranhão, nem tropas, nem dinheiro, nem armas, etc.

253) **Raymundo Gomes e o Cosme** — Raymundo, derrotado, entrega-se ao negro Cosme, que nas cabeceiras do Rio Preto, está aquilombado na fazenda de Ricardo Navia, e tem assumido o titulo de **imperador.** Destruição desse quilombo. Mattas de Muritiba.

254) **Maioridade e amnistia.** — Luiz Alves celebra a festa da maioridade e proclama aos rebeldes, mas continúa a perseguil-os; vae a Caxias, espalha numerosas proclamações etc.

255) **Fim da revolta.** — Muitos rebeldes depõem as armas na villa do **Icatú** na presença do presidente. Raymundo Gomes e Metroá entregam-se a Luiz Alves na Muritiba. Cosme é preso; Raymundo é desterrado para S. Paulo.

## VI

### Guerra civil no Rio Grande do Sul, ou Republica de Piratiny, vulgarmente chamada revolta dos farrapos.

256) **Causas da revolta.** — Difficuldades do assumpto. Influencia das idéas republicanas. Emissarios: D. Manuel Ruedas, Zambicari, D. Anna Monteroso, Lamas. — Descontentamento e nativismo. Restauradores. Conde do Rio Pardo. O presidente José Mariani indefere um pedido. So-

e outros, passando por Lages, surprehendem a villa da Laguna, armam corsarios, estabelecem um governo, etc. **Cidade Juliana.** De Andréa, nomeado presidente da provincia, envia forças para a Laguna. Os invasores fogem saqueam Lages, etc. Desastre da legalidade em Sta. Victoria.

270) **Victoria de Manuel Jorge no Taquary, 3 de maio de 40.** — Bento Gonçalves, partindo de Viamão, pretende reunir suas forças no Rio Pardo. Oppõe-se Manuel Jorge no Taquary e o repelle em seguida a grande peleja. Perdas graves dos republicanos. Desintelligencias entre as duas primeiras autoridades.

271) **O governo recorre mais uma vez aos meios de brandura.** — De Andréa, presidente e commandante das armas, opina ser necessario um golpe forte. Antonio Carlos pensa o contrario, escreve a B. Gonçalves, e lhe envia o deputado Alvares Machado, que obtem apenas uma entrevista esteril. Alvares Machado é substituido a de Andréa. João Paulo dos Santos Barreto, commandante das armas. Inacção geral.

272) **Barão de Caxias** — presidente e commandante das armas, prende Raphael Tobias. B. Manuel passa de novo para a legalidade. Proclamação. Factos de Ponche Verde, do Páu de Ferro e de Piratiny. Caxias entende-se com Rosas e com Oribe, etc.

273) **Negociações de paz.** — Caxias recusa a mediação de Rivera e as pretenções dos republicanos, que mandam um emissario aos liberaes do Rio de Janeiro. Firmeza de Caxias. Facto nos Porongos. Chico Pedro. O governo do Rio dá carta branca a Caxias, que se entende com Canabarro, etc.

274) **Conclusão.** — Condições da capitulação. Proclamação de Canabarro. Causas da prolongação da lucta. 9, 5, 10.

# EPOCA XII

# REINADO DE PEDRO II

## PARTE II

## PEDRO II MAIOR

### I

### Primeiros annos

275) **Ministerio da maioridade.** — Antonio Carlos, Limpo de Abreu, Aureliano, Holl. Cav., Martim Francisco. Amnistia. Camaras, commissões, etc. Eleições, manejos do governo, etc. Arbitrariedades. Ministerio conservador. Vice-presidentes, conselho de Estado, codigo criminal.

276) **Conselho de Estado.**— Regulamento. Escolha imparcial.

277) **Sagração e coroação. 18 de julho de 41.** — Festa religiosa e de grande pompa.

II

**Revolução Praieira em Pernambuco, 1848**

chorro fortalece o partido. Eleição senatorial. Nunes Machado. Desordens nativistas no Recife. Desobedecem ao presidente.

291) **Primeiras hostilidades abertas.** — Quéda do partido liberal. O presidente Penna, alvo do odio dos praieiros, que resolvem resistir com a força a qualquer demissão. Uma demissão é o signal de revolta. Nazareth. Igarassú. Casa Forte. Catucá. Ignacio Roma.

292) **Combates de Mussupinho, de Cruangy, etc.** — Victoria do governo, proclamação de F. Penna. Nunes Machado chega a Pern. e bandêa-se com os rebeldes. Reforços do governo. Coelho, barão da Victoria. Numerosas refregas. Calumnias contra o governo.

293) **O presidente Manuel Vieira Tosta** — declara que governará energicamente. Os deputados e suas tropas attraem Coelho para o sul concentrando-se em Agua Preta; marcham, porém, para o Recife. Actividade de Tosta.

294) **Ataque ao Recife.** — Eng. Mocotó: duas columnas. Pedro Ivo entra no Recife. Peleja terrivel. Firmeza de Tosta. Chega Coelho e os repelle.

295) **Morte de Nunes Machado.**—A outra columna em Caxangá e na Soledade. Belém, S. Francisco em Santo Antonio.

296) **Dispersão dos rebeldes.** — Beberibe, Timbó... Goianna, Igarassú.Roma, Borges da Fonseca, Pedro Ivo: Pasmado, Agua Preta, Jacuipe. Muitos se entregam. Pedro Ivo resiste; entrega-se, fica preso no Rio, foge, morre, etc.

## III

## Questão das Republicas do Prata

297) **Paraguy** — recusa unir-se a Buenos Ayres. Velasco. Guerra, etc. Mudança. Assembléa, Junta, Francia. Tratado com Buenos-Ayres.

298) **Dictadura de Francia.** — Congresso, dois consules, Francia por 5 anos e logo vitalicio. Isolamento. Relações com o Brasil. Opinião favoravel de Schneider.

299) **Carlos Antonio Lopez.** — Medina, Junta, Mariano Roque Alonzo, Carlos Antonio Lopez; Congresso, dois consules. Commercio, escravatura, Lopez por dez annos. Dictadura, centralização, paz, riqueza. Exercito, fortificações. Successor interino militar.

300) **Uruguay.** — Convenção de 1828. Art. XVIII. Constituição. Fructuoso Rivera e Oribe. **Colorados e biancos.** Estancieiros do Uruguay. Limites com o Brasil.

301) **Rosas** — apêa Lavalle e Belcarce. Dictador, deseja formar um poderoso estado no Prata e promove a revolta no Rio Grande. Rivera expulsa Oribe, que põe cêrco a Montevidéo. Legião franceza e legião italiana. Garibaldi. Alliança do Brasil com Rosas.

302) **Amizade do Brasil ao Paraguay.** — Em 44 lhe reconhece a independencia e manda-lhe officiaes. Irritação de Rosas. Urquiza e Rivera, Soares, Flores, revolta, etc. Inglezes e francezes. O Paraguay invade o territorio de Missões. Solano Lopez. Rosas, irritado, arma-se. Queixas de Guido, ministro argentino.

deiros do norte, Olid, Gomes, etc. Victorias.

315) **Presidencia de Aguirre.** — Offende a Mitre e ao Brasil. Proceder do governo imperial. Tamandaré no Prata. Exercito na fronteira.

316) **Ultimas tentativas de conciliação.** — Saraiva, **ultimatum,** obstinação de Aguirre. Intervenção pacifica de Buenos-Ayres e da Inglaterra. Missão a Flores. Condições de paz. Tudo em vão. Os medianeiros retiram-se. **Ultimatum** devolvido.

317) **Novas hostilidades** — na villa da Florida. Intimação de Tamanaré. O Villa del Salto no Uruguay. Violencias em Montevidéo: a bandeira, os tratados, etc.

318) **Salto e Paysandú.** — Tamandaré e Flores tomam o Salto e cercam Paysandú. Menna Barreto, Ozorio, etc. transpõem a fronteira, etc. Leandro Gomes, assalto, etc. Vingança dos colorados. Reparação.

319 ) **Diversão no Rio Grande.** — Munhoz e Aparicio no Jagurão.

320) **Assedio de Montevidéo.** — Baixeza do ministro Susviela. Grande aperto da cidade. Fuga geral. Villalba. Convenção de 20 de fevereiro. Flores, etc. occupam a cidade. A Paranhos succede Octaviano Rosa.

321) **Intervenção de Solano Lopez.** — Lopez preparava-se protestou, etc. Vianna de Lima, ministro brasileiro na Assumpção. Nota de Lopez. Notaveis. Lopez hesita.

322) **Captura do Marquez de Olinda** — navio brasileiro que levava a Matto Grosso o novo presidente. Lima retira-se, etc.

323) **Invasão de Matto Grosso.** — Barrios, Meza, Resquin, Urbieta. Porto Carrero em Nova Coimbra resiste dois dias, e retira-se por falta de munições. Anhambahy e Jaurú. Albuquerque, Corumbá, Dourados, etc. Colonias, etc. Providencias do presidente de Matto Grosso.

## VI

## GUERRA DO PARAGUAY, 65-70

### PERIODO I

**Mitre. Flores, Osorio, Tamandaré, Polydoro e Porto Alegre.**

324) **Hostilidade dos paraguayos contra a Republica Argentina.** — Mitre recusa a Lopez a licença de atravessar o seu territorio. Manifesto de Paranhos, congresso na Assumpção, guerra á republica Argentina. Captura de dois vapores em Corrientes. Famosas palavras de Mitre.

325) **Tratado da triplice alliança, 1 de maio de 65.** — Mitre general em chefe. Grandes sacrificios impostos ao Brasil. Censuras feitas ao tratado. Campo na Concordia.

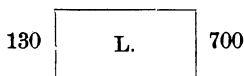
326) **Proceder equivoco de Urquiza.** — Vae a B. A., apparenta amizade, reune 10.000 homens que logo se dispersam.

327) **Preparativos para a batalha do Riachuelo.** — Gomensoro, Barroso e Paunero

vel, Flores evita o inimigo. Caxias, J. J. Ignacio, etc.

341) **Intervenção diplomatica.** — Carlos Castro, Lettosn, Russel, publicam o tratado. O Perú, a Bolivia. Webb, ministro americano offerece a sua mediação.

342) **Erros.** — O tratado, o general em chefe, logar do ataque, inacção em Tuyuty, divertimentos, vagabundos, policia, espiões. Curuzú, entrevista, rivalidades.

343) **Episodio tristemente interessante e glorioso.** — Coronel Drago, tropas de S. Paulo, Minas e Goyaz. Uberaba, Coxim, Miranda. Columna expedicionaria. Doenças. Mortandade. Camisão. Nioac. O guia Lopes. A colonia de Miranda. Conselho. Seguem. Machorra, Apa, Bella Vista. Laguna, retirada. Difficuldades. O cholera-morbus, Porto de Canuto. Enigma historico :

| | 39 — 35 | |
|---|---|---|
| 130 | L. | 700 |
| | 7 — V; 11 — VI | |

344) **Libertação de Matto Grosso.** — Couto de Magalhães toma Corumbá. Flotilha, refrega, victoria.

PERIODO II

**Operações do marquez de Caxias**

345) **Primeiros providencias dadas pelo marquez de Caxias.** — Visita tudo, etc. Desastre no **Eponina**. O general Dias. Mitre retira-se. Cholera-morbus. Abandono de Curuzú. Polydoro retira-se. Reducto em Tuyuty, etc. Dois balões de seda. Osorio volta.

346) **Marcha de flanco.** — Porto Alegre em Tuyuty. Passo Hondo, Tio Domingo, Tuyu-Cué. S. Solano, estrada mais curta, linha telegraphica. Comboio.

347) **Passagem de Curupaity, 15 de agosto de 67.** — Volta de Mitre, conselho de guerra. Mitre exige se passem as duas fortalezas. Inhaúma passa só a 1.ª Estrada no Chaco. Porto Eliziario. Diversas refregas. Tagy ou Tahy.

348) **Humaytá.** — Curvas do rio Paraguay. As baterias. As correntes, 199 canhões.

349) **Assalto contra Tuyuty.** — Barrios com 9.000 homens. Descuido da legião paraguaya e dos argentinos. Porto Alegre volta á pressa e combate. Dois cavallos. A artilharia. O reducto, o commercio, etc. Oito horas. Cunha Mattos prisioneiro.

350) **Estrada paraguaya no Chaco.** — Lopez prepara a retirada. Timbó, J. M. Menna B. vae duas vezes ao Tebicuary.

351) **Passagem de Humaytá.** — Mitre entrega o mando a Caxias e retira-se. Tres monitores. Preparativos. Barulho indescriptivel. Fogueiras no Chaco. O Alagôas. Remunerações.

352) **Tomada do estabelecimento.** — Caxias marcha em pessoa contra elle. Delphim Carlos de Carvalho vae até a Assumpção. Tomada de Laurelles. Novo Estabelecimento.

PERIODO III

**Campanha do principe imperial Gastão d'Orleans, conde d'Eu.**

# DATAS PRINCIPAES

**1808** — A familia real chega á Bahia, **22 de janeiro;** ao Rio, **7 de março.**

D. João VI franquêa os portos do Brasil ao commercio extrangeiro, **28 de janeiro;** declara a guerra ao imperador dos francezes, **1. de maio;** manda uma expedição contra a Guiana franceza, e a **12 de out.** funda o Banco do Brasil. Primeiras noticias de Portugal, **22 de set.**

Junot expulso de Portugal, **23 de agosto.**

Chega ao Rio o bispo D. José Caetano Silva Coutinho, **26 de abril.**

**1809** — Invasão de Soult em Portugal, **fevereiro—maio.**

Occupação da Guiana franceza pelos portuguezes, **12 de janeiro.**

**1810** — Invasão de Massena, **set. — dez.**

Tratados com a Inglaterra, **19 de fev.** Item uma convenção para estabelecer uma linha regular de paquetes entre a Inglaterra e o Brasil.

As provincias hespanholas do Prata proclamam a sua independencia, **25 de maio.**

**1811** — Retirada de Massena, **março.**

Intervenção do Brasil nos negocios de Montevidéo.

**1812** — Convenção ou armisticio a respeito dos negocios de Monteviéo, **26 de maio.**

Creação da Relação do Maranhão.

Autonomia do Espirito Santo.

**1813** — Principio do governo de Francia no Paraguay.

**1814** — Buenos-Ayres occupa Montevidéo e se declara francamente independente da Hespanha.

Autonomia do Piaûhy.

Concede-se aos navios portuguezes e brasileiros licença de poderem navegar para qualquer porto extrangeiro, **18 de junho.**

Abre-se ao publico a bibliotheca nacional.

**1815** — Elevação do Brasil á categoria de reino unido, **16 de dezembro.**

Primeira fundição do ferro no Morro do Pilar (Minas).

**1816** — Passamento da rainha D. Maria I, **20 de março.**

Creação da Academia das Bellas Artes, **12 de agosto.**

Guerra contra Artigas.

Congresso do Tucuman em que as provincias do Prata se declaram para sempre independentes da Hespanha.

**1817** — Autonomia de Santa Catharina e das Alagôas, **16 de setembro.**

Convenção de Pariz, **28 de agosto,** e restituição da Guiana, **8 de novembro.**

Bat. de Catalâu, **4 de janeiro.** Lécór entra em Montevidéo, **20 de janeiro.**

Revolução republicana em Pernambuco, **6 de março — 21 de maio.**

Casamento do principe D. Pedro com D. Leopoldina, que chega ao Rio a **5 de novembro.**

Convenção entre Portugal e a Inglaterra a respeito do trafico dos negros, **28 de julho.**

Supplicio de Gomes Freire de Andrade em Lisboa, **18 de outubro.**

**1818** — Acclamação de Dom João VI, **6 de fevereiro.**

Fundação do museu nacional, **6 de junho.**

Primeira fundição do ferro no Ipanema (S. Paulo), **1.º de novembro.**

**1819** — Nascimento de D. Maria da Gloria, **4 de abril.**

**1820** — A colonia do **Morro Queimado,** constituida freguezia a **3 e janeiro,** recebe a **17 de abril** os fóros de cidade e a **3 de maio** troca o nome de **Morro Queimado** pelo de **Nova Friburgo.**

Autonomia de Sergipe, **8 de julho.**

Batalha de Taquarembó, **22 de janeiro.**

Fim da guerra contra Artigas.

Por decreto de **3 de fevereiro** o governo reconhece a autonomia do Rio Grande do Norte que de facto se desligára de Pernambuco desde 1817.

Revolução de Portugal, **24 de agosto.**

**1821** — Revolta no Pará, **1 de janeiro.**

Revolta na Bahia, **10 de fevereiro.**

Reunião das côrtes portuguezas, **24 de janeiro.**

Juramento prestado no Rio á futura constituição de Portugal, **26 de fevereiro.**

A 6 de fevereiro o governo decreta a Relação de Pernambuco que é installada a **13 de agosto de 22.**

As capitanias recebem officialmente o titulo de **provincias a 28 de fevereiro.**

Embarque da familia real, **24 de abril,** que chega a Lisboa a **3 de julho.**

As tropas portuguezas praticam no Rio a I prepotencia a **5 de junho;** a II, a **4 de outubro.**

A Banda Oriental declara que prefere ficar unida ao Brasil, **31 de julho.**

Motim em Villa Rica (Minas), **20 de setembro.**

Convenção do Beberibe e retirada de Luiz do Rego, **9 de outubro.**

Motim contra os portuguezes na Bahia, **3 de novembro.**

Decretos das côrtes portuguezas hostis ao Brasil, **30 de setembro e 5 de outubro.**

Chega ao Rio a noticia desses decretos, **10 de dezembro.**

**1822 — Fico, 9 de janeiro.**

José Bonifacio é chamado ao ministerio, 16 de janeiro.

Expulsão das tropas portuguezas, 15 de fevereiro

Convocação da assembléa dos procuradores, **16 de fevereiro,** que se abre a **2 de junho.**

Francisco Maximiano de Souza, incumbido de vir buscar D. Pedro, parte de Lisboa em **principios de janeiro** e chega ao Rio a **9 de março.**

Os portuguezes salteam na Bahia o convento da Lapa, **21 de fevereiro.**

Viagem de D. Pedro a Minas, **março-abril.**

D. Pedro, Defensor Perpetuo, **13 de maio.**

Bernarda de Francisco Ignacio em S. Paulo, **23 de maio.**

Convocação da Constituinte, **4 de junho.**

Celebre proclamação de D. Pedro, **1.º de agosto.**

Grito do Ypiranga, **7 de setembro.**

Acclamação do 1.º imperador, **12 de outubro.**

Motim popular em favor dos Andradas, **30 de outubro.**

Sagração e coroação, **1.º de dezembro.**

Creação da guarda de honra, **1.º de dezembro.**

**1823** — Revolução absolutista em Portugal, **23 de fevereiro.**

D João VI envia o conde do Rio Maior, que entra na bahia do Guanabara a **17 de setembro.**

Lord Cochrane chega ao Rio de Janeiro, **13 de março.**

Abertura da constituinte, **3 de maio.**

O general Madeira expulso da Bahia, **2 de julho.**

Os Andradas saem do ministerio, **17 de julho.**

Lord Cochrane no Maranhão, **julho.**

Greenfell no Pará, **10 de agosto.**

Abolição das Juntas governativas e creação dos conselhos das provincias, **20 de outubro.**

Dissolução da Constituinte, **12 de novembro.**

**1824** — Juramento da Constituição, 25 de março.

D. Miguel revolta-se contra seu pae e rei, **29 de abril.**

Confederação do Equador, **2 de julho.**

Assassinato de Felisberto Gomes na Bahia, **25 de outubro.**

**1825** — Portugal reconhece a independencia do Brasil, **29 de agosto.**

Nascimento de Pedro II, **2 de dezembro.**

Lavalleja invade a Banda Oriental, **19 de abril,** e proclama a sua independencia, **25 de outubro.**

A Republica Argentina declara guerra ao Brasil, **25 de outubro.**

**1826** — Viagem do imperador á Bahia, **fevereiro-março.**

Morte de D. João VI, **10 de março.**

D. Pedro I, como rei de Portugal, outorga aos portuguezes uma carta constitucional (**1.º de maio**) e abdica na sua filha D. M. da Gloria.

Abertura da legislativa, **6 de maio.**

Tratado, perpetuo, com a França, **8 de junho.**

Reconhecimento solemne do principe imperial, **2 de agosto.**

Convenção com a Inglaterra a respeito do trafico dos africanos, **23 de março.**

D. Pedro parte para o Rio Grande do Sul, **24 de novembro.**

Morte da imperatriz D. Leopoldina,, 11 de dezembro.

D. Miguel contrae esponsaes com D. Maria da Gloria, **4 de outubro.**

**1827** — D. Pedro volta do Rio Grande, **15 de janeiro.**

Batalha de Ituzaingo, **20 de fevereiro.**

Tratado de commercio e de navegação entre o Brasil e a Gran-Bretanha, **10 de março.**

D. Pedro nomeia a D. Miguel regente do reino, **3 de julho.**

Alistamento de extrangeiros.

Instituição dos juizes de paz.

Creação dos bispados de Goyaz e de Cuyabá, approvada pela bulla — **Sollicita Catholici Gregis Cura** — do SS. Padre Leão XII. Creação dos cursos juridicos de S. Paulo e de Pernambuco, 11 de agosto.

Os estatutos foram dados a 7 de novembro de 31 e receberam uma resolução additiva a 19 de agosto de 37.

1828 — D. Miguel chega a Lisboa a **22 de fevereiro** e em maio é proclamado rei absoluto.

A 15 de maio abriu a Academia de Olinda o dr. José Ribeiro.

As dioceses do Pará e do Maranhão, desligadas da Sé de Lisboa, são, pela bulla — **Romanorum Pontificum vigilantia** — do SS. Padre Leão XII, declaradas suffraganeas do arcebispado da Bahia.

Creação do supremo tribunal de justiça, **18 de setembro.**

Convenção preliminar de paz com a Republica Argentina, **27 de agosto.**

Revolta de tropas extrangeiras no Rio, **9 de junho.**

Almirante Roussin, **6 de julho.**

**1829** — D. Pedro casa-se com D. Amelia, **6 de agosto,** que chega ao Rio de Janeiro **a 16 de outubro.**

Motim phantastico em Pernambuco, **1.º de fevereiro.**

Encerramento singular das camaras, **3 de setembro.**

Ministerio Barbacena, **10 de dezembro.**

**1830** — Demissão de Barbacena, **5 de outubro.**

Assassinato do visconde de Camamú na Bahia, **28 de fereiro.**

Chega a noticia da quéda de Carlos X na França, **14 de setembro.**

Assassinato de Libero Badaró em S. Paulo, **20 de novembro.**

D. Pedro parte para Minas, **30 de dezembro.**

Fructuoso Rivera, presidente do Uruguay.

**1831** — Perturbações na Bahia em abril e em outubro.

Noite das garrafadas no Rio, **12, 13 e 14 de março.**

Abdicação e retirada de Pedro I, **7 de abril.**

Regencia provisoria, **7 de abril.**

Permanente trina, **17 de junho.**

Primeira tentativa dos exaltados, **12, 13 e 14 de julho.**

Motim no theatro de S. Pedro de Alcantara, **28 de setembro.**

Sedição militar na ilha das Cobras, **6 de outubro.**

Aos corpos de milicias e de ordenanças succede a guarda nacional, **18 de agosto.**

Setembrizada em Pernambuco, **14 de setembro.**

Novas desordens **a 15 de novembro.**

Revoltas no Maranhão, **13 de setembro e 16 de novembro.**

Chega ao Pará, **16 de julho,** o visconde de Goianna, que é deposto **a 7 de agosto.**

**1832** — Insurreição dos exaltados na ilha de Villegaignon, **3 de abril.**

Tentativa do partido restaurador, **17 de abril.**

Golpe de estado, **29 e 31 de julho.**

Abrilada em Pernambuco e principio da guerra dos cabanos, **14 de abril.**

Extincção da guarda de honra, **25 de outubro.**

Pinto Madeira entrega-se ao general Labatut, 13 de novembro.

Derrota final dos rebeldes na villa do Brejo (Maranhão), **em fevereiro.**

Sedição militar na Barra do Rio Negro, h. Manáos, **12 de abril.**

Machado de Oliveira toma posse da presidencia do Pará, **27 de fevereiro.**

**1833** — Machado de Oliveira recusa dar posse ao novo presidente, Mariani, **8 — 16 de abril.**

Posse no Pará de Bernardo Lobo de Souza, **4 de dezembro.**

Revolta mineira em Ouro Preto, **22 de março.**

Motim popular no Rio contra os restauradores, **2-5 de dezembro.**

João Manuel Rosas assume a dictadura em Buenos-Ayres.

**1834** — Approvação do acto addicional, **12 de agosto.**

Assassinato juridico de Pinto Madeira, **28 de novembro.**

Morre em Portugal Pedro I, **24 de setembro.**

Desordens em Matto Grosso, **18 de maio.**

**1835** — Manuel Oribe presidente do Uruguay, **1.º de março.**

Pacificação dos cabanos no sertão de Pernambuco, **novembro.**

Assassinato, no Pará, de Lobo e de Santiago, **7 de janeiro.**

Governo e morte de Malcher, **7 de janeiro — 19 de fevereiro.**

Governo de Francisco Vinagre, **fevereiro-junho.**

M. J. Rodrigues, **19 de junho.**

Morticinio na Vigia, **23 de julho.**

Invasão da cidade, **14 de agosto.**

Angelim em Belém, **23 de agosto.**

Posse do regente Feijó, **12 de outubro.**

Revolta dos farrapos no Rio Grande do Sul, **20 de setembro.**

**1836** — De Andréa chega ao Pará a **9 de abril**, e consegue restaurar a ordem a **13 de maio.**

Batalha da ilha do Fanfa, **4 de outubro**, e proclamação da republica de Piratiny, **6 de novembro.**

**1837** — Formação dos dois partidos **Conservador** e **Liberal.**

O Padre Feijó renuncia a regencia, **19 de setembro.**

Pedro de Araujo Lima, regente interino, **19 de setembro.**

Prisão do presidente Antero, **23 de março.**

Bento Gonçalves foge da Bahia, **10 de setembro.**

Principio da Sabinada, **7 de novembro.**

Fundação do collegio Pedro II (**2 de dezembro**), aberto a **1.º de maio de 38** sob a direcção do bispo de Anemuria, seu primeiro reitor.

**1838** — Pedro de Araujo Lima, regente effectivo a **6 de outubro.**

Fim da Sabinada, **18 de março.**

Revolta dos Bemtevis ou Balaios, no Maranhão, **14 de dezembro.**

Medonho desastre no Rio G. do Sul, **30 de abril.**

Installação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, **21 de outubro.**

**1839** — Expedição de Garibaldi e de Canabarro a Sta. Catharina, **junho-novembro.**

**1840** — Morte de Francia no Paraguay. Pedro II, declarado maior, presta juramento, etc. a **23 de junho.**

Luiz Alves de Lima e Silva toma posse da presidencia do Maranhão, **7 de fevereiro.**

Victoria dos legalistas no rio Taquary, **3 de maio.**

**1841** — Carlos Antonio Lopez presidente do Paraguay.

Pacificação do Maranhão, **19 de janeiro.**

Quéda do ministerio da maioridade, **23 de março.**

Sagração e coroação, **18 de julho.**

Conselho de Estado (**23 de novembro**) e reforma do codigo criminal, **3 de dezembro.**

**1842** — Dissolução **prévia** da assembléa, **1.º de maio.**

Revolta paulista em Sorocaba, **17 de maio.**

Batalha da Venda Grande, **7 de junho.**

Caxias parte da côrte, **19 de maio;** chega a S. Paulo no dia **21;** parte a **23;** entra em Sorocaba no dia **20 de junho.**

Revolta mineira em Barbacena, **10 de julho.**

Caxias nomeado a **10 de julho** chefe do exercito de Minas, chega á côrte no **dia 23** desse mez e logo parte.

Batalha de Sta. Luzia, 20 **de agosto.**

Nomeado para o Rio Grande do Sul, a **28 de setembro,** Caxias parte a **29 de outubro,** e toma posse a **9 de novembro.**

Recepção solemne do sr. Henrique Ellis, embaixador extraordinario da Inglaterra, **19 de novembro.**

**1843** — D. Pedro II casa-se (**20 de maio**) com D. Thereza, que chega ao Rio no dia **2 de setembro.**

**1844** — O Brasil reconhece e protege a republica do Paraguay.

Bill Aberdeen.

Amnistia geral aos revoltosos de Minas e de S. Paulo, **14 de março.**

Os revoltosos do Rio Grande dão principio a negociações de paz, **outubro e novembro.**

**1845** — Pacificação do Rio Grande, **1.º de março.** D. Affonso, filho de D. P. II, nascido a **23 de fev.** deste anno, é reconhecido principe imperial e herdeiro do throno, **6 de maio.**

Viagem do imperador ao Rio Grande e a S. Paulo, **out. —dez.**

Fundação de Petropolis

**1846** — Visita imperial a Campos.

**1848** — Principio da revolta praieira em Pernambuco, **7 de novembro.**

**1849** — Morte de Nunes Machado, **2 de fevereiro.**

Pacificação da provincia de Pernambuco, **março-abril.**

**1850** — Lei severa contra o trafico dos negros, **14 de novembro.**

**1851** — Alliança do Brasil com Urquiza contra **Oribe, 29 de maio.**

Expedição brasileira contra Oribe e Rosas, **julho — outubro, etc.**

1852 — Batalha de Monte-Caseros, **3 de fevereiro.**

1853 — Desintelligencias entre o Brasil e C. A. Lopez.

1854 — Nova lei severa contra o trafico dos negros, **5 de junho.**

Cholera-morbus.

Inauguração dos primeiros 16 kms. da via-ferrea de Petropolis, **30 de abril.**

Missão Fereira ao Paraguay.

Venancio Flores, presidente do Uruguay, **11 de março.**

1856 — Elevação de Petropolis á categoria de cidade.

Tratado do Brasil com o Paraguay, **6 de abril.**

1858 — Morticinio de Quinteros na republica do Uruguay, **fevereiro.**

1860 — Bernardo Berro presidente do Uruguay, **1.º de março.**

1861 — Questão anglo-brasileira **Christie, junho, outubro, etc.**

1862 — Eleição de Francisco Solano Lopez a presidente do Paraguay, **16 de outubro.**

1863 — Sentença do rei dos belgas favoravel ao Brasil, **18 de janeiro.**

Flores invade a Banda Oriental, **19 de abril.**

1864 — Aguirre presidente do Uruguay, **1.º de março.**

Entrega do **ultimatum, 4 de agosto.**

Tamandaré une-se a Flores, **20 de outubro.**

Solano Lopez a **30 de agosto** protesta contra a intervenção do Brasil no Uruguay; a **11 de novembro** captura o **Marquez de Olinda**, e, invadindo Matto-Grosso, occupa o forte de N. C. a 29 **de dezembro.**

1865 — Occupação de Paysandú, **2 de janeiro.**

Rendição de Montevidéo, **20 de fevereiro.**

O partido liberal sóbe ao poder, **15 de janeiro.**

A Paranhos succede Francisco Octaviano de Almeida Rosa, **14, 16, 20 de março.**

Hostilidades de Lopez contra a Republica Argentina, **13 de abril.**

Tratado da triplice alliança, **1.º de maio.**

Bat. do Riachuelo, **11 de junho.**

Passagem de Mercedes, **18 de junho,** e de Cuevas, **12 de agosto.**

Redempção de Uruguayana, **18 de setembro.**

1866 — Combate de Curralles, **31 de janeiro.**

Passagem do Paraná, **16 de abril.**

Batalha do Passo da Patria, **17 de abril.**

Occupação de Itapirú, **18 de abril;** do campo paraguayo, **23 de abril.**

Surpresa terrivel, **2 de maio.**

Passagem do Esteiro Velhaco, **20 de maio,**

Nova surpresa, **24 de maio.**

Occupação de Curuzú, **3 de setembro.**

Desastre de Curupaity, **22 de setembro.**

Intervenção diplomatica e propostas de conciliação.

Posse do marquez de Caxias, **18 de novembro.**

Item do visconde de Inhaúma, **22 de dezembro.**

1867 — Retirada da Laguna, **janeiro-junho:**

Libertação de Matto-Grosso, **julho.**

Retirada momentanea de Mitre, **9 de fevereiro,** que volta pelos **fins de julho.**

Invasão do cholera-morbus.

Caxias explora o campo inimigo por meio de dois balões de sêda, **24 de junho.**

Marcha de flanco, **22-28 de julho.**

Passagem de Curupaity, **15 de agosto.**

Assalto contra Tuyuty, **3 de setembro.**

**1868** — Retirada definitiva de Mitre, **14 de janeiro.**

Passagem de Humaytá, **19 de fevereiro.**

Assalto aos encouraçados, **2 de março** e **10 de julho.**

Occupação de Humaytá, **25 de julho.**

Marcha pelo Chaco, **novembro-dezembro.**

**Batalha do Itororó, 6 de dezembro.**

Item do Avahy, **11 de dezembro.**

Occupação das linhas do Piquiciry, **21 de dezembro.**

Tomada das Lomas Valentinas, **27 de dezembro.**

Rendição de Angostura, **30 de dezembro.**

**1869** — Caxias entra na Assumpção (5 de janeiro), e parte para Montevidéo, **18 de janeiro.**

Guilherme F. X. de Souza assume o commando de todo o exercito brasileiro, **17 de janeiro.**

Governo provisorio paraguayo, **5 de agosto.**

Nomeação do conde d'Eu, **22 de março,** que toma posse **a 16 de abril.**

Batalhas de Peribebuy (12), de Nhun-guassú (16) e de Caraguatahy, 17 de agosto.

**1870** — Morte de Lopez, **1.º de março.**

# INDICE

## DOS

## PARAGRAPHOS COM RELAÇÃO ÁS PAGINAS

# INDICE BREVE

## EPOCA X

### O Brasil centro da monarchia portugueza



## EPOCA XI

### Reinado de Pedro I



## EPOCA XII

### REINADO DE PEDRO II

#### PARTE I

**Pedro II menor**



## EPOCA XII

### REINADO DE PEDRO II

#### PARTE II

**Pedro II maior**

# INDICE ALPHABETICO

B

C

D



E

F



G

L

(1) O marechal de exercito **João de Deus Menna Barreto,** bar. e depois visc. de S. Gabriel, foi pae do marechal de campo **João Propicio Menna Barreto,** mais tarde bar. de S. Gabriel.



## N

## Q

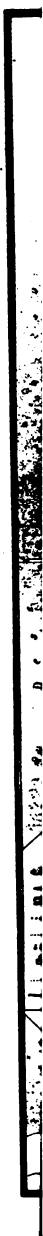
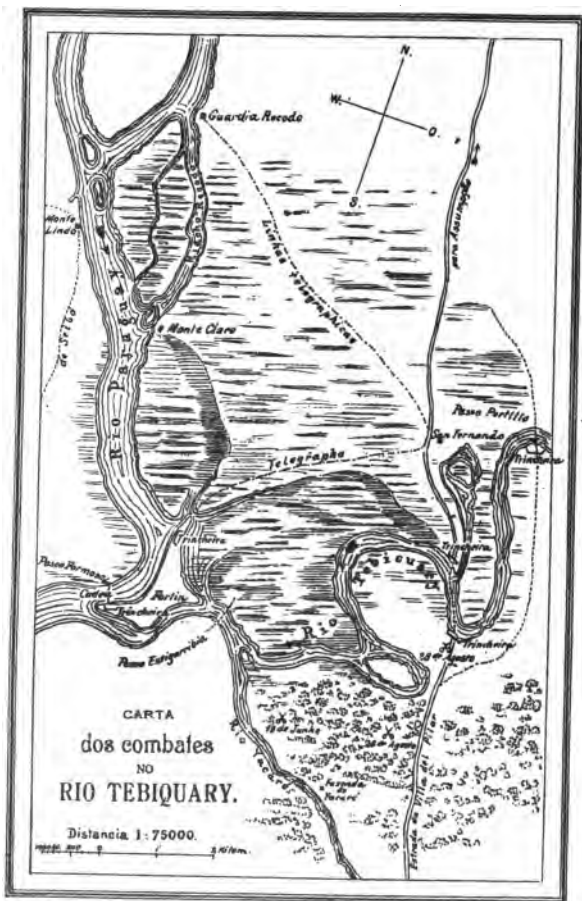


## R

S

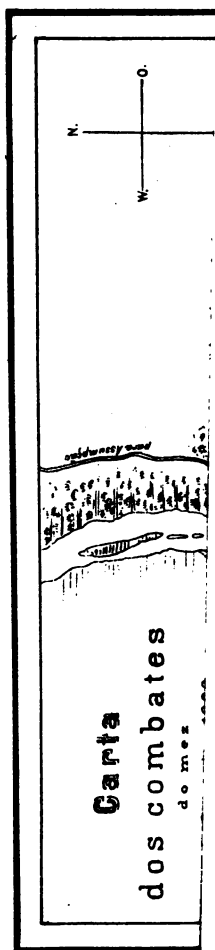
### W, Y, Z

# ERRATA

| Pag. | linha | Erros | Emendas |
| --- | --- | --- | --- |
| 23 | 24 | — Cayenan | — Cayenna |
| 30 | 19 | — preças | — praças |
| 46 | 17 | — as | — ás |
| 96 | 4 | — futudo | — futuro |
| 115 | 38 | — cortes | — côrtes |
| 144 | 4 | — es | — se |
| 146 | 33 | — provomeram | — promoveram |
| 173 | 6 | — a | — o |
| 190 | 3 | — bodo | — bordo |
| 210 | 38 | — de | — das |
| 350 | 1 | — patriota | — patriotica |
| 464 | 33 | — vinconde | — visconde |
| 562 | 34 | — borbadeia | — bombardeia |
| 564 | 1 | — largo de dois | — largo dois |
| 574 | 6 | — offerecer | — offerecera |

Deserto do
SANTA FÉ

Explicação.

N.
W.
O.
S.
Guardia Recodo
Monte Lindo
Rio Paraguay
Monte Claro
Linhas Telegraphicas
Telegrapho
Paso Portillo
San Fernando
Trincheira
Trincheira
Trincheira
Trincheira
Paso Estigarribia
Rio Tebicuary
28 de Agosto
Rio Yacaré
Estrada da Villa del Pilar
CARTA
dos combates
NO
RIO TEBIQUARY.
Distancia 1:75000.

Carta
dos combates
do mez
para Assumpção
N.
W.
O.

## PELO MESMO AUTOR

*Historia do Brasil*, em seis volumes.
*Biographia de brasileiros illustres*, resumidamente expostas.
*Licções de Historia do Brasil*, 3.ª ed.
*Grammatica Ingleza*, 4.ª ed.
*Compendio de Historia Universal*, 4.ª ed.
*Breve Historia do Brasil* destinada ás creanças do curso preliminar.

---

**N. B.** — O autor declara ter cedido a propriedade de todos os seus livros á *Sociedade Brasileira de Educação*. Entende, portanto, reservar para ella todos os direitos de propriedade que a lei lhe faculta.

Declara tambem que todos os livros depositados em nome delle nas diversas livrarias pertencem á mencionada *Sociedade*, a qual os poderá reclamar quando julgar opportuno.

---

## AVISO

Acham-se estes livros **em São Paulo**, nas casas *Francisco Alves*, *Duprat & C.*, *Garraux*, *Rothschild & C.*; em **Campinas**, *Livraria Genoud;* no **Rio de Janeiro**, nas casas: *Francisco Alves*, Rua do Ouvidor, 166; *Gomes Pereira*, Rua do Ouvidor, 91; *J. Briguiet & C*, Rua Nova do Ouvidor, 23; em **Pernambuco**, *Ramiro M. Costa & Filhos;* em **Porto Alegre**, no Rio Grande do Sul – na casa *Selbach*.